TERRORISTAS PROCURADOS



PARA SUA SEGURANÇA

COOPERE, IDENTIFICANDO-OS

AVISE À POLÍCIA

"As nossas mortes não são nossas.
São de vocês.
Elas terão o sentido que vocês lhes derem."

Do filme Lamentamos informar, *de Barbara Sonneborn*

ISBN 85-85934-37-9



dos filhos deste solo

nilmário miranda
carlos tibúrcio

BOITEMPO EDITORIAL

BRASIL
Ditadura
013

nilmário miranda
carlos tibúrcio

dos filhos deste solo

Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

BOITEMPO EDITORIAL



Este livro conta a história dos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar no Brasil. É um livro de resgate da verdade e da memória de militantes de organizações de esquerda e de muitas outras pessoas que perderam a vida nas lutas contra a opressão política e a injustiça social existentes em nosso país.

O que dizem os livros oficiais sobre esses personagens, quase todos jovens, que enfrentaram o arbítrio, a repressão, a clandestinidade, a tortura, o desaparecimento forçado, a morte brutal, resistindo à ditadura e buscando construir um país melhor? O que há oficialmente em nossa história, além de omissões, lacunas e farsas, sobre a memória dessas pessoas e as circunstâncias em que foram assassinadas?

Durante 25 anos, desde meados dos anos 70, familiares e ex-companheiros dos mortos e desaparecidos políticos lutaram (e muitos ainda lutam) para obter informações sobre seus parentes e amigos, organizados em comissões e contando com o apoio de setores da sociedade civil, especialmente entidades voltadas para a defesa e a promoção dos direitos humanos.

Em 1979, a conquista da Anistia representou um marco na luta contra a ditadura, ainda que não tenha sido ampla, geral e irrestrita como almejava a maior parte da sociedade.

A partir de dezembro de 1995, outra frente de luta foi criada no Congresso Nacional com a conquista da Lei 9.140, que estabeleceu condições para a reparação moral das pessoas mortas por motivos políticos, bem como a indenização financeira dos seus familiares.

Ao realizar esse reconhecimento legal, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade geral por seqüestros, prisões, torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos cometidos no período. Assumiu também as violações dos direitos humanos praticadas pela ditadura militar, em conexão com os aparelhos repressivos de outros regimes ditatoriais então existentes na América Latina.

Durante os mais de dois anos de trabalho da Comissão Especial, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio dedicaram-se a produzir este livro, para dar conta dos resultados – avanços e limitações – obtidos. Foram pesquisados todos os processos, revistos os casos relatados no *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964* e feitas entrevistas complementares com familiares e outras personalidades para compor um quadro – o mais completo e atualizado possível – sobre o resgate da memória histórica daquele período.

Iconographia

Foto: Populares se manifestam no Rio de Janeiro no dia do golpe civil-militar (1º de abril de 1964).

dos filhos deste solo

nilmário miranda e carlos tibúrcio

dos filhos deste solo

Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

BOITEMPO EDITORIAL

Copyright © 1999 by Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio

Capa e projeto gráfico: Alípio Freire
Fotos (capa e aberturas de capítulos): Iconographia
Edição gráfica computadorizada (foto da capa): Ricardo Serraino
Fotos (mortos e desaparecidos): *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*
Revisão: Marinete Pereira, com a colaboração de Paulo Augusto Ferrarini e Marie Nakagawa
Diagramação eletrônica: Carlos Tibúrcio e Mercury Digital
Acompanhamento gráfico: Sirlei Augusta Chaves
Fotolitos: Mercury Digital
Impressão e acabamento: Prol

Pesquisa 1996: Amanda Leal de Oliveira (USP-Ciências Sociais), Maria Vilela (PUC-Psicologia), Rodrigo Augusto Barbosa (UnB) e Lígia Ribeiro Garcia (UFMG-Ciências Sociais)

1ª edição: agosto de 1999
ISBN 85-85934-37-9

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996
Diretoria: Luiz Dulci (presidente), Zilah Abramo (vice-presidente), Hamilton Pereira e Ricardo de Azevedo (diretores)
Coordenação editorial: Flamarion Maués

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO
R. Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 – São Paulo – SP
Fone: (11) 571-4299
Fax: (11) 573-3338
Email: editora@fpabramo.org.br

BOITEMPO EDITORIAL
Jinkings Editores Associados Ltda.
Av. Pompéia, 1991 – Perdizes
05023-001 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3865-6947
Fax: (11) 3872-6869
Email: boitempo@ensino.net

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a expressa autorização dos editores.

"Os povos que não podem ou não querem confrontar-se com seu passado histórico estão condenados a repeti-lo."

Dom Paulo Evaristo Arns

"(...) é essencial a proteção dos direitos humanos através de um regime de direito, para que o homem não seja compelido, em supremo recurso, à revolta contra a tirania e a opressão;"

Declaração Universal dos Direitos Humanos (10/12/1948)

"As nossas mortes não são nossas.
São de vocês.
Elas terão o sentido que vocês lhes derem."

Do filme Lamentamos Informar, *de Barbara Sonneborn.*

Agradecimentos

Este livro só pôde surgir porque centenas, talvez milhares de pessoas vêm trabalhando há décadas para ajudar a resgatar a verdade sobre as circunstâncias das mortes e dos desaparecimentos políticos ocorridos no Brasil. Ajudaram, direta e indiretamente, os trabalhos da Comissão Especial, e foram decisivas para que fossem obtidos os resultados até aqui conquistados. Agradecemos a todas elas, representadas pelas Comissões de Familiares, Grupos Tortura Nunca Mais e entidades que lutam em defesa dos direitos humanos.
Um trabalho deste porte, realizado ao longo de quase três anos, só poderia ser concluído com a ajuda direta de muitas pessoas. Como é praxe dizer, mas é verdade, nem as fontes de informação primária nem todos os que apoiaram este projeto têm responsabilidade por qualquer eventual falha que os autores tenham cometido.

Agradecimentos Especiais

Iara Xavier Pereira (Campo Grande-MS); Suzana Keniger Lisbôa (Porto Alegre-RS); Stael Luiza Rocha de Santana (Belo Horizonte-MG) e Alípio Viana Freire (São Paulo-SP).

Minas Gerais

Verônica Fonseca Lago
Sebastião Milanez
Marden Mota dos Santos
Fernando Pimentel
Nilson Batista

São Paulo

Maria Lúcia Leal de Oliveira, Amanda, Camilo e Milena; Nena (Marinilzes) e Augusto; Onofre e Mirtes; Lucinha e Luís; Lia e Breno; Cíntia e Daniel; e Altair.
Dermi Azevedo
Henri Philippe Reichstul
Fundação Perseu Abramo
Iconographia - Vladimir Sacchetta e Paulo César Azevedo

Brasília - DF

Tarcízio Ildefonso Jr.
Sueli de Paula Dias
Luiz Carlos Silva

Companhia Energética de Brasília
Secretaria Executiva da Comissão Especial
Elisabeth Therezinha de Vargas e Silva
Francisco Helder Macêdo Pereira
Cristiano Morini
Herbert Borges Paes de Barros
Rodrigo Mazoni Cúrcio Ribeiro
Rosy Mayre da Cunha Araujo

Bahia

Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE
José Carlos Zanetti
Oldack Miranda
Emiliano José

Pernambuco

Amparo Araújo

Entrevistas e sugestões

Agradecemos também aos que concederam depoimentos ou fizeram sugestões e indicaram correções:
Aldo Arantes
Augustino Veith
Beatriz Bargieri
Clara Charf
Fernando Gabeira
Gylnei Viana
Haroldo Lima
José Genoino
Pedro Wilson
Perly Cipriano
Ricardo Azevedo
Roberto Valadão
Zilah Abramo

Aos meus pais, Antenor e Olga (*in memorian*), e ao mano Paulo, que souberam elevar a solidariedade muito além da dor e do sofrimento que a minha opção de vida na época lhes causou. (*Carlos Tibúrcio*).

sumário

PREFÁCIO 11
UM PASSO DECISIVO 13
PARA FACILITAR A LEITURA 20
Cronograma de partidos e organizações de esquerda – 1961/71 23
ALN/MOLIPO 26
ALN – A ação faz a vanguarda 27
Molipo – Assassinatos em série 127
PC DO B, PCR, MRT 166
PC do B – Guerrilha e chacina 167
PCR – Ações no Nordeste 212
MRT – De armas na mão 220
VPR/COLINA 238
VPR – O caminho das armas 239
Colina – Uma vida curta 295
PCB – O CAMINHO PACÍFICO 303
PCBR – CORRENTE REVOLUCIONÁRIA 361
MR-8 – O PRIMEIRO SEQÜESTRO 393
VAR-PALMARES – O MAIOR ASSALTO 429
MNR/M3G 458
MNR – Nacionalistas revolucionários 459
M3G – Marx, Mao, Marighella e Guevara 480
AP/PRT 486
AP – A esquerda cristã 487
PRT – Opção ao maoísmo 503
POLOP/POC – UMA MATRIZ DAS ESQUERDAS 509
PORT – OS GRUPOS TROTSKISTAS 525
SEM PARTIDO – REPRESSÃO GENERALIZADA 541

ANEXOS

ANEXO I – LEI 9.140/95 629
ANEXO II – BALANÇO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO ESPECIAL 633
ANEXO III – BIBLIOGRAFIA INDICADA 639
ANEXO IV – CASOS EM ORDEM ALFABÉTICA 643

prefácio

Hélio Bicudo

Este livro, de autoria de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, conta mais uma história que se insere no contexto da luta do povo brasileiro por uma democracia ainda não alcançada.

Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio representam bem essa luta porque estiveram dentro dela desde os primeiros dias da instalação no Brasil da ditadura dos generais.

Não é demais lembrar, nesta oportunidade, que ambos — Nilmário e Tibúrcio — conheceram as crueldades dos cárceres da ditadura militar, mas não esmoreceram um instante sequer, dedicando suas vidas à recuperação da memória daqueles tempos execráveis.

Alimentados pela esperança que instiga os jovens a querer uma sociedade justa e solidária, Nilmário foi deputado estadual em Minas Gerais e, a partir de 1991, deputado federal, representando seu estado na bancada federal do Partido dos Trabalhadores.

Lá como aqui pôde contribuir para o restabelecimento do Estado de Direito Democrático. Não esqueceu, por um momento sequer, os companheiros que tombaram diante do poder militar. Nunca se atemorizou e na Câmara dos Deputados desenvolveu notável trabalho em prol dos direitos humanos, voltando suas atividades para a recuperação da memória de quantos foram eliminados pelas forças de segurança do Estado.

Convém lembrar que o projeto de resolução que criou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados é de sua autoria, tendo sido seu primeiro presidente; atualmente exerce pela segunda vez essa função. Nessa qualidade, foi membro da Comissão Especial que realizou o trabalho de reparação moral aos companheiros mortos e desaparecidos durante a ditadura militar.

Carlos Tibúrcio caminhou pelas mesmas trilhas de liberdade: foi um dos estudantes presos em Ibiuna (SP), quando ali tinha lugar o Congresso da UNE (1968); na ocasião, participava da chapa encabeçada por José Dirceu.

Perseguido, atuou na clandestinidade até o final do período ditatorial.

Jornalista, vem contribuindo para a concretização do ideal de liberdade que alimenta a esperança na definitiva integração do Estado Democrático de Direito.

Esses dois lutadores pela democracia juntaram seus esforços na pesquisa e divulgação da história desses jovens — homens e mulheres — que deram sua vida por um Brasil onde a Justiça fosse o fruto da Paz.

Os filhos deste solo, nas páginas do livro de Nilmário e Carlos, levantam-se do chão e, clamando por uma Justiça que lhes foi negada, apontam pelas res-

ponsabilidades de quantos, durante cerca de vinte anos, prenderam ilicitamente, torturaram e mataram, escudados numa impunidade permitida pela interpretação oficial da Lei de Anistia — a chamada lei de duas mãos — que até hoje não vem permitindo a submissão ao devido processo daqueles que cometeram crimes contra a humanidade, decretando a impunidade que se tem transformado num óbice à pacificação da família brasileira.

A leitura dos 364 casos *Dos filhos deste solo* aponta, sem dúvida — diante da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, em nada valendo a lei de anistia, equivocadamente interpretada —, para que os responsáveis por esses crimes, muitos deles retratados nos dois volumes do *Brasil: nunca mais*, possam ser levados a responder por eles.

Não temos dúvidas, *Dos filhos deste solo* pode despertar, pelo realismo dos relatos, por toda a documentação em que se fundamenta, mais um libelo que, revolvendo as cinzas ainda não apagadas de um passado recente, aponta para a realização de uma Justiça que só em parte se fez, porque não basta apenas o reconhecimento da culpa, mas, sobretudo, o esclarecimento da verdade, com a conseqüente punição dos culpados.

Dos filhos deste solo é relevante contribuição para que surja a Justiça escondida por uma legislação que, ainda pelo medo, vai na linha da impunidade.

Hélio Bicudo, jurista, é vice-presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos) e presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos. Foi deputado federal pelo PT-SP (1990-94 e 1995-98). É autor de Direitos humanos e sua proteção, *entre outros livros.*

um passo decisivo

Este livro conta a história dos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar no Brasil, incluindo o período imediatamente anterior ao Golpe Militar de 1964. É um resgate da verdade e da memória de militantes de organizações de esquerda e de muitas outras pessoas que perderam a vida nas lutas contra a opressão política e a injustiça social existentes em nosso país.

O que dizem os livros oficiais sobre esses personagens, quase todos jovens, que enfrentaram o arbítrio, a repressão, a clandestinidade, a tortura, o desaparecimento forçado, a morte brutal, resistindo à ditadura e buscando construir um país melhor? O que sabe a juventude brasileira sobre esses homens e mulheres que não se dobraram diante da violência do Estado e arriscaram a vida por seus ideais? O que há oficialmente em nossa história, além de omissões, lacunas e farsas, sobre a memória dessas pessoas e as circunstâncias em que foram assassinadas?

Durante 25 anos, desde meados dos anos 70, familiares e ex-companheiros dos mortos e desaparecidos políticos lutaram (e ainda lutam) para obter informações sobre seus parentes e amigos, organizados em comissões e contando com o apoio de setores da sociedade civil, especialmente entidades voltadas para a defesa e promoção dos direitos humanos. O principal fruto desse trabalho é o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*.[1]

Em 28 de agosto de 1979, a conquista da Lei da Anistia foi um marco significativo na luta contra a ditadura, com a libertação de centenas de presos políticos e o retorno de milhares de brasileiros exilados, apesar de não ter sido ampla, geral e irrestrita como almejava a maior parte da sociedade.

Outra frente de luta foi intensificada no Congresso Nacional e durou quase cinco anos até a conquista da Lei 9.140/95, de 4 de dezembro de 1995, que estabeleceu condições para a reparação moral das pessoas mortas por motivos políticos, bem como a indenização financeira a seus familiares.[2]

Quando a lei foi promulgada, reconheceu de imediato como mortos 136 desaparecidos políticos (em seu Anexo I) e criou uma Comissão Especial, vinculada ao Ministério da Justiça, para analisar, caso a caso, denúncias sobre outras mortes de causas não-naturais, com motivação política, ocorridas "em depen-

1 Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) - Governo do Estado de Pernambuco - 1995. Governo do Estado de São Paulo - 1996.

2 No dia 28 de agosto de 1991, por solicitação do deputado Nilmário Miranda, juntamente com o então deputado Sigmaringa Seixas, realizou-se pela primeira vez uma ampla sessão solene na Câmara Federal para comemorar o 12º aniversário da Lei da Anistia, com a participação de familiares dos mortos e desaparecidos políticos e de representativas lideranças nacionais

dências policiais ou assemelhadas" entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

Ao realizar esse reconhecimento legal, o Estado brasileiro assumiu a responsabilidade geral por seqüestros, prisões, torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos cometidos no período. Assumiu também as violações dos direitos humanos praticadas pela ditadura militar, inclusive as ocorridas em virtude de suas conexões com os aparelhos repressivos de outros regimes ditatoriais então existentes na América Latina.[3]

A conquista da Lei 9.140/95 e os resultados dos trabalhos da Comissão Especial representaram, assim, um avanço significativo na luta pelo resgate da memória e da verdadeira história daquele período em nosso país. Houve, contudo, importantes limitações.

O presidente da República Fernando Henrique Cardoso, designou os seguintes membros para compor a Comissão Especial: Miguel Reale Júnior (presidente); Suzana Keniger Lisbôa (Comissão Nacional de Familiares); general Oswaldo Gomes (Forças Armadas); Paulo Gonet Branco (Ministério Público Federal); João Grandino Rodas (Itamaraty); Eunice Paiva (viúva do desaparecido político Rubens Paiva, depois substituída pelo advogado Luís Francisco da Silva Carvalho Filho); deputado Nilmário Miranda (representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal).

Lei abrangente

Os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, os ex-presos políticos, os movimentos de direitos humanos em níveis nacional e internacional, muitos juristas, vários parlamentares e outros representantes de setores organizados da sociedade queriam (e querem) uma lei abrangente. Que abrangência seria essa? Uma lei que possibilitasse o exame profundo das circunstâncias em que ocorreram as violações dos direitos humanos causadoras daquelas mortes, a identificação dos responsáveis pelas mesmas (e sua submissão à Justiça) e a ampla divulgação dessas informações para toda a sociedade.

Uma lei que contemplasse também os casos de mortes decorrentes da generalizada violência política provocada pela ditadura: pessoas baleadas em manifestações de rua; vítimas de atentados; mortos em tiroteios; ex-presos políticos que posteriormente se suicidaram em decorrência das torturas sofridas (casos, por exemplo, de frei Tito e Dodora Lara Barcelos) ou que o fizeram antes de ser presos para evitar o suplício da tortura (como se supõe que ocorreu com Iara Iavelberg, companheira de Carlos Lamarca); brasileiros mortos na Argentina, Chile e Bolívia devido à repressão articulada na Operação Condor; entre outros.

Uma lei que não restringisse o prazo para as famílias requererem os seus direitos e que estendesse o período de sua abrangência até o final da ditadura, em 1985 (e não apenas até 15 de agosto de 1979).

As emendas apresentadas para ampliar o conceito de reparação e a abrangência da Lei 9.140/95 foram derrotadas em nome de um "limite" acordado na época pelo governo. Acordado com quem? Não é difícil imaginar.

Em conseqüência, todos os casos submetidos à Comissão Especial que poderiam vir a ser reconhecidos por uma lei abrangente acabaram sendo recusados em razão dos limites da lei aprovada. São situações que permanecem pendentes e requerem novas pesquisas e investigações para que possam vir a ser reavaliadas.

Para ficar em dois exemplos próximos, os governos que sucederam as ditaduras na Argentina e no Chile promulgaram leis reparadoras antes do brasileiro e o fizeram de modo abrangente. (Houve cerca de 3 mil mortos e desaparecidos políticos no Chile e algo em torno de 20 mil na Argentina).

O ônus da prova

O governo não montou esquemas amplos de divulgação para informar e mobilizar as famílias dos mortos e desaparecidos políticos em virtude da Lei 9.140/95 (no Chile, por exemplo, foram feitas campanhas nacionais pelo rádio e pela TV). Com isso, duas famílias que têm parentes na lista dos 136 desaparecidos políticos não foram localizadas, e oito com parentes entre os "mortos oficiais" requereram o exame dos seus casos fora de prazo, não podendo os mesmos ser apreciados pela Comissão Especial.

O mais grave, porém, é que a lei lançou todo o ônus da prova nas costas dos familiares. A Comissão Nacional de Familiares, com o apoio dos Grupos Tortura Nunca Mais e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, teve de orientar e apoiar as famílias para que entrassem com os requerimentos, procurassem ex-presos políticos e ex-companheiros que pudessem dar depoimentos, localizassem testemunhas e realizassem pesquisas nos arquivos da repressão. Novas informações sobre muitos casos foram requeridas às autoridades

e regionais do Movimento em Defesa dos Direitos Humanos. Posteriormente, o mesmo deputado requereu à Mesa da Câmara a instituição de uma Comissão Externa para auxiliar o trabalho dos familiares — comissão que se manteve em atividade durante três anos, promovendo audiências públicas em diversos Estados, ouvindo testemunhas, realizando centenas de reuniões e enviando representantes ao Chile e à Argentina, para averiguar casos de mortos e desaparecidos políticos brasileiros nesses países. Essas iniciativas criaram condições políticas para uma conquista maior: a instituição, pela Câmara dos Deputados, de uma Comissão Permanente de Direitos Humanos, proposta também pelo deputado Nilmário Miranda, que exerceu a primeira presidência da mesma durante o exercício legislativo de 1995. Estavam criadas as condições para que o Executivo tomasse a iniciativa de propor à Câmara um projeto de lei para enfrentar a questão.

3 Inclusive a conhecida Operação Condor, envolvendo a articulação dos governos do Chile, da Argentina, do Brasil, Paraguai, Uruguai e da Bolívia — o sinistro Mercosul do Terror de Estado.

atuais; exumações foram realizadas; laudos periciais, refeitos; testes de DNA, solicitados; e até mesmo a dificílima tarefa de localização dos restos mortais de desaparecidos foi empreendida — tudo isso a cargo das famílias.

A Comissão Nacional de Familiares montou um dossiê para cada caso e conseguiu prorrogar o prazo para a entrega de 64 requerimentos de famílias que até então não tinham sido localizadas, inclusive de camponeses da Guerrilha do Araguaia. Até 29 de julho de 1996, prazo final estabelecido, foram protocolados 373 processos referentes a 360 pessoas, sendo que destas 296 já constavam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e as outras 64 eram casos "novos", desconhecidos pela Comissão.[4]

Até a última reunião para decidir sobre os processos, realizada em 5 de maio de 1998, a Comissão Especial reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de mais 148 pessoas, além das 136 reconhecidas no Anexo da Lei. Os trabalhos deverão ter continuidade em 1999, voltados para a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos e outras questões previstas na lei e reivindicadas pela Comissão Nacional de Familiares e pelo Grupo Tortura Nunca Mais.

"Dependência assemelhada"

A grande polêmica que polarizou a Comissão Especial, extrapolando os limites da sala 621 do Anexo II do Ministério da Justiça, onde se realizaram as reuniões, foi a discussão sobre o conceito de "dependência assemelhada", contido nos termos da lei.

Sempre se suspeitou que esses termos foram introduzidos para cumprir uma função precisa: excluir do reconhecimento da responsabilidade do Estado principalmente as mortes dos dois Carlos revolucionários, Marighella e Lamarca. O procurador federal Paulo Gonet Branco, que relatou o caso Lamarca, concluiu pelo não-reconhecimento da responsabilidade do Estado por essa morte, tomando por base uma interpretação restritiva do sentido e da forma da lei. Ou seja, ainda que restasse comprovada tal responsabilidade, Lamarca teria de ter sido morto em local físico assemelhado a uma prisão, para que a Comissão pudesse reconhecê-la.

A reação a essa interpretação foi enorme. Manifestaram-se contra ela: o Conselho Federal da OAB, a Anistia Internacional, o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Organização dos Juízes para a Democracia, a Associação

4 Os números não coincidem porque houve casos com mais de um processo (dois ou mais familiares requereram independentemente sobre um mesmo caso) e processos referentes a mais de um caso (um só processo referente a dois irmãos mortos ou desaparecidos, por exemplo).

Americana de Juristas, a Humam Wright Watch[5] e diversos juristas renomados. Venceu a tese de que "dependência assemelhada" não é um conceito territorial, físico, referente a determinado local, mas sim um conceito jurídico-político. Mesmo em caso de guerra, sempre há regras que obrigam o respeito à integridade física dos prisioneiros. Mesmo em um regime ditatorial, os agentes públicos têm o dever de guardar quem está sob sua responsabilidade. A ditadura eliminou garantias individuais e coletivas, cassou mandatos e direitos, censurou e proibiu, instituiu punições drásticas para os seus opositores, mas nunca poderia ter conferido a seus agentes policiais e militares o poder de seqüestrar, torturar, matar e promover desaparecimentos forçados.

Venceu, assim, na Comissão Especial, a tese de que a responsabilidade do Estado devia ser reconhecida toda vez que a morte não-natural por motivação política tivesse ocorrido quando a pessoa se encontrava sob a custódia dos seus agentes, não importando em que local estivesse. (Isso, evidentemente, incluía as situações em que a pessoa perseguida poderia ter sido presa, mas acabou sendo executada pela repressão.) Foram derrotadas assim não apenas a tese de Paulo Gonet Branco como também a do general Oswaldo Gomes, que defendia a idéia de que haveria naquela época no Brasil uma guerra de fato e de direito e, nessas circunstâncias, não existiriam regras, cabendo aos agentes da repressão atirar primeiro para matar. Era "matar ou morrer", afirmava ele.

No dia 11 de setembro de 1996, por 5 x 2 votos, a Comissão Especial reconheceu a responsabilidade do Estado pela execução de Carlos Marighella e Carlos Lamarca.

Notas oficiais

Caso a caso, as farsas montadas pela ditadura foram sendo desnudadas. As versões divulgadas pela imprensa na época, baseadas em notas oficiais dos próprios órgãos da repressão, foram sendo desmentidas por médicos-legistas e peritos sérios e respeitados que analisaram laudos de necropsia, fotos cadavéricas e de perícias de local, entre outros documentos. Ao invés de "suicídios" e "mortes por atropelamento", assassinatos sob torturas cruéis. Ao invés de "fugas da prisão", desaparecimentos forçados. Ao invés de "tiroteios", quase todos simulados, execuções à queima-roupa. Em vários casos, a ampliação de fotos cadavéricas permitiu a observação de marcas de algemas e de torturas em corpos de militantes dados como mortos em confronto com a polícia.

Surgiram, assim, revelações durante os trabalhos da Comissão Especial que surpreenderam a própria Comissão Nacional de Familiares. Casos reconheci-

5 ONG dedicada à defesa e promoção dos direitos humanos com atuação em todo o mundo e sede nos Estados Unidos.

dos pelo *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a Partir de 1964* como de morte em tiroteio não ocorreram desse modo. Novas provas demonstraram que esses militantes, após o confronto, foram presos, levados para dependências policiais e torturados até a morte.

Uma grande frustração decorreu da sonegação de informações por parte dos órgãos oficiais, a começar pela Polícia Federal. Ficou provado, no caso Lamarca e em outros, que essa instituição possui informações fundamentais para esclarecer as circunstâncias em que se deram muitas mortes e as esconde.

As P-2 das Polícias Militares, o Centro de Informações do Exército (Ciex), o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) têm informações arquivadas sobre o período da ditadura que precisam ser conhecidas pela nação. Alguns governos estaduais, como o de Minas Gerais na gestão Eduardo Azeredo, dificultaram o acesso às informações dos arquivos do Dops, ou do que restou deles. Em Goiânia, quando da eleição direta para governador em 1982, saíram do Dops vários veículos carregando os arquivos. Quando foram devolvidos pelas autoridades militares para ser abertos ao público, restavam apenas oito embrulhos. O então Major Curió, que atuou na repressão à Guerrilha do Araguaia, já mostrou a jornalistas cópias de documentos oficiais que certamente podem levar à localização dos restos mortais de muitos guerrilheiros desaparecidos.

Para o levantamento de dados e informações, a Comissão Nacional de Familiares contou apenas com os arquivos dos Dops do Rio de Janeiro e de São Paulo, devolvidos no governo Collor, e os dos Estados de Pernambuco e Paraná, abertos ao público por ordem de Carlos Wilson e Maurício Requião. Ainda que esses arquivos tenham sido depenados antes da sua abertura, foi a partir deles que se chegou à verdade em dezenas de casos.

Este livro

Durante os mais de dois anos de trabalho da Comissão Especial, os autores dedicaram-se a produzir um livro que desse conta dos resultados — avanços e limitações — obtidos. Foram pesquisados todos os processos, revistos os casos relatados no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e feitas entrevistas complementares com familiares e outras personalidades para compor um quadro — o mais completo e atualizado possível — sobre o resgate da memória histórica daquele período, agora com o respaldo da Lei 9.140/95 e suas conseqüências.

Após escrita e lançada, como é sabido, toda obra ganha autonomia e vida própria, independentemente dos objetivos e intenções dos seus autores. Se depender, contudo, dos propósitos dos mesmos, este livro contribuirá para a construção da verdadeira história sobre os mortos e desaparecidos políticos daquele período no Brasil.

Depois de quase 30 anos, o resgate da memória verdadeira começa a se

transformar em História do Brasil. E é ela que estará — espera-se — nos livros didáticos, de reportagens, de cultura geral, inspirando romances, filmes, peças de teatro, séries de TV e tantas outras manifestações culturais que ajudarão a formar a consciência da juventude e da grande maioria da população brasileira.

Os mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar deram o melhor de si, seu talento, sua coragem, sua juventude e sua vida para que tantos brasileiros pudessem estar hoje ajudando a construir a democracia e a justiça social no país.

O compromisso com a verdade e a construção da democracia pressupõem o direito de se conhecer o passado, até mesmo como condição para que se evite a repetição dos erros cometidos. As violações dos direitos humanos durante a ditadura militar reforçaram uma herança maldita que se estende pelos dias atuais: permanece a tortura, aplicada principalmente contra pessoas das classes dominadas e de setores excluídos da nossa sociedade; continuam ocorrendo desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, principalmente de suspeitos de crimes comuns; predomina a concepção militarizada do trabalho da polícia, sobretudo da Polícia Militar, pressupondo o combate ao crime como uma guerra (em que o objetivo é liquidar o inimigo) — na qual são inclusive premiados policiais que "atiram primeiro" e conseguem matar mais.

para facilitar a leitura

Os casos dos mortos e desaparecidos políticos estão agrupados neste livro em 12 partes ou módulos. Cada parte — as 11 primeiras — se refere às organizações de esquerda em que eles militavam quando foram mortos; a última é dedicada aos que não tinham esse vínculo com organizações e partidos ou o mesmo não foi esclarecido.
A seqüência dos módulos está em ordem decrescente em relação ao número de militantes mortos.
Os casos são relatados em ordem cronológica.
O objetivo, com essa estrutura, foi o de relatar as histórias dentro do contexto político e ideológico específico das organizações e partidos da época, buscando conservar assim a trajetória orgânica e política dos militantes.
Na abertura de cada módulo, há um resumo da história, das posições políticas e de alguns fatos significativos que marcaram a existência de cada organização e partido naquele período, além de um curto texto, como um *glossário*, identificando a organização e informando o número de seus militantes mortos.
Aqueles — especialmente os jovens — que necessitem tomar conhecimento geral do período, antes de começar a ler os relatos dos casos, podem iniciar a leitura por esses resumos introdutórios. Em termos de cronologia histórica e de informações básicas sobre as organizações de esquerda, aconselha-se, nesse caso, a seguinte ordem de leitura: PCB; Sem Partido; Port; Polop-POC; PCdoB; AP; MNR; ALN; PCBR; MR-8; VPR e VAR. Para compor esses resumos, foram utilizadas basicamente informações e apreciações dos livros *Brasil: Nunca Mais* (Arquidiocese de São Paulo, Ed. Vozes) e *Combate nas Trevas* (Jacob Gorender, Ed. Ática), além do conhecimento e experiência dos autores, que, evidentemente, são os únicos responsáveis pelos textos e transcrições.
Um organograma dos partidos e organizações de esquerda (1961 a 1973) está publicado em sequência a este texto, adaptado do original do livro *Imagens da Revolução* (Daniel Arão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, Ed. Marco Zero).

Os casos

É preciso chamar a atenção para a classificação dos casos relatados neste livro. Em primeiro lugar, foram adotados os critérios gerais apresentados no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a Partir de 1964*:
Mortes Oficiais — aqueles que o regime militar informou estarem mortos, seja por meio das notas oficiais das secretarias de segurança pública, seja permitindo a divulgação do ocorrido (pela imprensa). As versões oficiais para as mortes foram principalmente de suicídios, balas perdidas, atropelamentos ou assassinatos pelos próprios companheiros;

Desaparecidos políticos — aqueles que a Comissão de Familiares tem certeza de que foram presos e assassinados pelos órgãos de repressão — certeza decorrente da militância política nas organizações revolucionárias ou do engajamento no movimento popular e da confirmação do real desaparecimento por meio do testemunho de presos políticos ou de familiares. As versões oficiais nesses casos informaram sempre que os desaparecidos políticos estariam foragidos ou teriam abandonado seus familiares.
Desaparecidos no exterior — militantes brasileiros que foram presos e mortos pela repressão no Chile, Argentina e Bolívia, não reconhecidos pela Lei 9.140/95, mas reconhecidos, em alguns casos, por leis semelhantes (e mais abrangentes) aprovadas no Chile e na Argentina, por exemplo.
Mortes no exílio — militantes brasileiros que, forçados a viver no exílio entre 1964 e 1979, morreram longe do Brasil (casos também fora do alcance da Lei 9.140/95).
Outras mortes — casos de falecimento em conseqüência (de alguma forma) da repressão, tais como os de seqüelas de torturas, suicídios ou mesmo acidentais.
Estrangeiros mortos no Brasil — militantes estrangeiros presos e mortos (inclusive por meio de desaparecimento forçado) durante o período ditatorial.

Novas situações

Com a Lei 9.140/95, surgiram outras situações:
Casos de mortos e desaparecidos políticos cuja responsabilidade foi assumida pelo Estado e outros em que isso não se deu.
Reconhecidos — o reconhecimento da responsabilidade pelas mortes ocorreu de duas formas: pela inclusão do nome no Anexo I da Lei ou por deferimento do processo feito pela Comissão Especial.
Não reconhecidos — desaparecidos políticos não incluídos no Anexo I da Lei; mortos e desaparecidos políticos cujas famílias não recorreram (algumas não foram encontradas); processos que entraram no Ministério da Justiça fora do prazo legal e não foram apreciados pela Comissão Especial; mortes que ocorreram fora do período de abrangência da Lei; casos não contemplados pelos termos da Lei: mortos em manifestações de rua e vítimas da violência generalizada, por exemplo; casos indeferidos pela Comissão Especial por falta de provas, entre os quais há vários que, certamente, com a continuidade das investigações e a abertura dos arquivos secretos da repressão um dia poderão vir a ser elucidados.
Essa classificação está especificada no relato de cada caso (*incluído no Anexo da Lei*; *reconhecido*; *indeferido*; *fora do prazo*; *fora do período de abrangência da lei* etc). Além disso, nos Anexos, todos os nomes dos mortos e desaparecidos políticos estão listados em ordem alfabética, com o número da página na qual se inicia o relato de cada caso, e há um relatório, elaborado por Iara Xavier Pereira, com tabelas que fazem o resumo dessas ocorrências.

A variedade de situações, a quantidade de informação disponível (no *Dossiê* e nos processos) o teor das divergências e debates na Comissão Especial, tudo isso determinou um tratamento muito diferenciado entre os casos, com abordagens mais aprofundadas e detalhadas para alguns, e, às vezes, mais curtas, um simples registro, para outros.
Na medida em que as principais fontes de informação primária para o relato dos casos foram os processos de requerimento feitos pelos familiares e o *Dossiê*, optou-se pela não inclusão de notas de pé de página. A grafia dos nomes das pessoas tomou por referência as mesmas fontes.

As citações, de um modo geral, foram grafadas em tipo itálico, sem aspas, quando em parágrafos independentes — como aqui. No caso da Guerrilha do Araguaia *(módulo do PCdoB), há uma pequena diferença de estilo, devido às características do relato, mas manteve-se esse critério.*

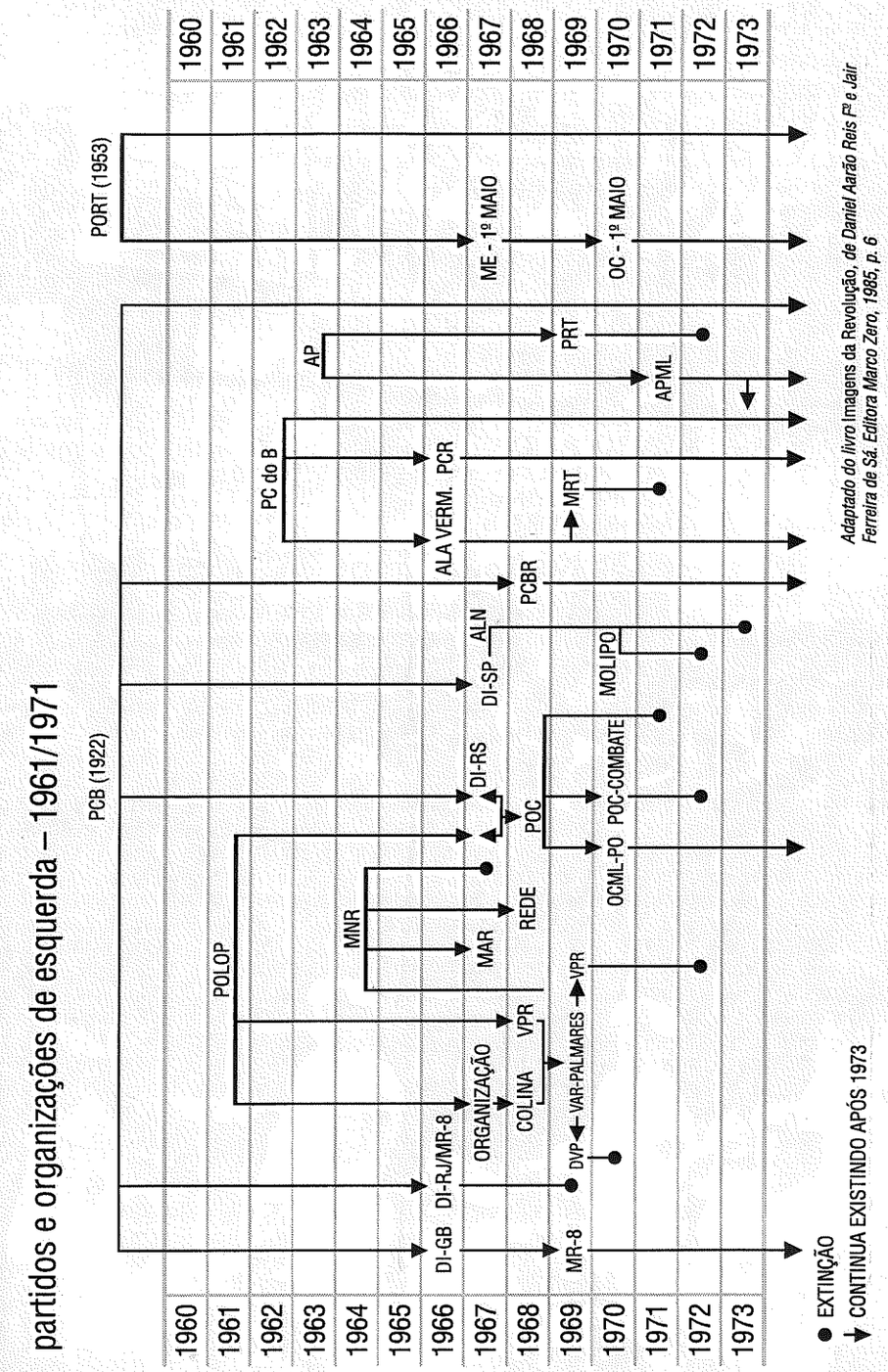
As citações de pareceres e votos dos relatores da Comissão Especial foram impressas em tipo diferenciado (helvética), com uma defesa da margem, como neste trecho.

Fotos

Cada módulo vem precedido de uma fotografia ilustrativa do período histórico, aberta em página dupla (12 fotos da *Iconographia* — Vladimir Sacchetta e Paulo César Azevedo). Não há necessariamente relação direta entre o objeto da foto e a história das organizações de esquerda ou dos casos relatados.
No final de cada módulo, estão as fotografias de muitas das pessoas mortas, em ordem alfabética (separadas por organização, quando necessário). Quase todas são fotos do *Dossiê*, republicadas. Não estão reproduzidas as fotos de necropsia ou dos corpos torturados, mutilados, feridos, baleados, mesmo quando elas, como se verá nos relatos, foram importantes, às vezes decisivas, para a descoberta das verdadeiras circunstâncias das mortes. Os interessados poderão encontrá-las diretamente nos processos.

Anexos

Por fim, nos Anexos estão textos que facilitam a leitura, como a já citada lista de todos os casos em ordem alfabética, e outros complementares, como a íntegra da Lei 9.140/95 e o resumo dos trabalhos da Comissão Especial, também já citado, elaborado por Iara Xavier Pereira (publicado originalmente no *Relatório Azul 1998* - da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul).



Adaptado do livro Imagens da Revolução, *de Daniel Aarão Reis Fº e Jair Ferreira de Sá. Editora Marco Zero, 1985, p. 6*


PARA O
PCB
SINDICATO DOS MARINHEIROS
OS MARITIMOS EXIGEM JRI
PULAÇÃO BRASILEIRA PARA OS NAVIOS AFRETADOS
MANDA
BRASA
APOIAMOS O PROJETO AURELIO VIANA SOBRE O DIREITO DE GREVE
NA APROVAÇÃO
OS MINISTERIO NAS MÃOS DOS LEGITIMOS NACIONALIST
Sexta feira 13
C.G.T.
PESADELO DOS GORILAS
SUPRA
FÓRA COM O "PELEGÃO" RAIMUNDO DE ALMEIDA!
PCB
LAGERDA
VIDA
SINDICATO DOS CONDUTORES MARÍTIMOS DA MM SAUDAM JANGO E EXIGEM AS REFORMAS
"TUDO
PETROBRÁS
RÁDIO NACIONAL

aln
molipo

Ação Libertadora Nacional

A Ação Libertadora Nacional (ALN) surgiu como uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), liderada por Carlos Marighella, que defendia a luta armada contra a ditadura militar. Marighella foi expulso do partido e o comitê estadual em São Paulo rompeu com o PCB formando, em 1967, o Agrupamento Comunista de São Paulo (AC-SP). A dissidência cresceu em vários Estados, constituindo a ALN.

Movimento de Libertação Popular

O Movimento de Libertação Popular (Molipo) originou-se de uma dissidência da ALN, em 1971, composta inicialmente de militantes que foram fazer treinamento de guerrilha em Cuba. Integravam a maioria do denominado "3º Exército" da ALN ou "Grupo dos 28", ou "Grupo da Ilha", que depois ganhou a adesão de outros integrantes da organização em Cuba e no Brasil.

Número de mortos

Considerando-se a soma dos militantes mortos da ALN e do Molipo, que não chegaram a se dissociar totalmente, essa foi a corrente da esquerda brasileira mais atingida pela repressão. Foram 53 casos ligados à ALN e 19 ao Molipo, num total de 72.

Foto: Final da tarde de 13 de março de 1964, Rio de Janeiro. O povo começa a chegar para o comício convocado pelo presidente João Goulart, o Jango, em apoio às reformas de base.

ALN

a ação faz a vanguarda

A organização de maior expressão e contingente, entre todos os grupos que deflagraram a guerrilha urbana entre 1968 e 1973, foi a Ação Libertadora Nacional (ALN). Cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), surgida em 1967, a ALN tem sua história intimamente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do partido.

No final de 1966, Marighella se desliga da Comissão Executiva do PCB e viaja, em 1967, para Havana, onde participa da Assembléia da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que tenta articular um plano de ação revolucionária continental. Rejeitando a idéia de um novo partido, Marighella começa a se distanciar de outros setores dissidentes do PCB e trilha um caminho próprio. "A ação faz a vanguarda" torna-se lema de sua organização, que nasce sem uma estruturação orgânica precisa, apoiando-se na autonomia de grupos armados e contando com forças mais expressivas em São Paulo. (*Brasil: Nunca Mais*, pág. 93).

A ALN desencadeou ações armadas nas cidades para obter recursos e poder organizar a guerrilha rural e o Exército de Libertação Nacional. A guerrilha rural, que seria promovida pela organização, não chegou a acontecer.

A ALN projetou-se no país e no exterior quando, juntamente com o MR-8, seqüestrou, no dia 4 de setembro de 1969, o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, libertado em troca de 15 presos políticos e da leitura pela mídia de um manifesto. Até então a ALN tivera três militantes mortos.

Após o seqüestro, o governo militar desencadeia uma repressão bem articulada, em nível nacional, prendendo centenas de militantes e simpatizantes. São mortos Luiz Fogaça Balboni e o próprio Marighella, ocorrendo o primeiro caso de desaparecimento forçado: Virgílio Gomes da Silva, o *Jonas*.

Em 1970, a ALN perde seis militantes (cinco mortos e um desaparecido), dentre eles o sucessor de Marighella, Joaquim Câmara Ferreira. Em 1971, a repressão política mata mais cinco militantes e provoca o desaparecimento de outros dois. Surgem então duas dissidências na organização. A Tendência Leninista, organizada no exílio, e o Movimento de Libertação Popular (Molipo), originado entre militantes que treinavam guerrilha em Cuba e que são praticamente dizimados quando voltam ao Brasil.

Em 1972, a ALN sofre mais 14 perdas (11 mortos e três desaparecidos), incluindo dirigentes como Hélcio Fortes e Iuri Xavier.

No ano seguinte, mais dez militantes são mortos. Em 1974, não ocorrem mortes oficiais (assumidas pelo Estado), mas cinco integrantes da organização entram na lista dos desaparecidos.
Além desses 48 mortos e desaparecidos, a ALN perdeu quatro militantes em mortes acidentais. Dois por disparos involuntários de companheiros (Ari da Rocha Miranda e Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues) e dois na explosão do carro em que transportavam explosivos (Ishiro Nagami e Sérgio Correia).
Um militante foi morto deliberadamente pelos próprios companheiros, em uma ação de "justiçamento": Carlos Alberto Maciel Cardoso.
Considerando-se a soma dos mortos e desaparecidos da ALN e do Molipo, que não chegaram a se dissociar totalmente, essa foi a corrente da esquerda brasileira mais atingida pela repressão.
O *Brasil: Nunca Mais* registra que constam no STM 76 processos relativos às atividades da ALN que atingem mil pessoas, das quais 722 foram processadas. Houve sete processos contra o Molipo.

ALN - 1969

1- *Marco Antônio Braz de Carvalho* — morto por agentes de segurança em São Paulo, em 28 de janeiro de 1969. A família *não requereu* indenização à Comissão Especial.
2 - *Nelson José de Almeida* — morto pela PM em Teófilo Otoni (Minas Gerais), em 11 de abril de 1969. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
3 - *José Wilson Lessa Sabag* — morto pelo Dops e Cenimar em São Paulo, em 3 de setembro de 1969. A família *não requereu* indenização à Comissão Especial .
4 - *Luiz Fogaça Balboni* — morto sob torturas no Dops/SP após ser ferido em São Paulo, em 25 de setembro de 1969. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
5 - *Virgílio Gomes da Silva* — desaparecido após ser preso pela Oban/SP, em 29 de setembro de 1969. *Incluído no anexo da Lei 9.140/95.*
6 - *Carlos Marighella* — morto pelo Dops/SP após ser ferido em 4 de novembro de 1969. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
Em 19 de setembro de 1969, dois militantes da ALN morreram quando o carro em que viajavam explodiu em decorrência da detonação de explosivos que transportavam: *Ishiro Nagami* e *Sérgio Correia*. Casos *não abrangidos* pela Lei 9.140/95.

1970

7 - *Dorival Ferreira* — morto após ser preso pelo DOI-Codi/SP em Osasco, em 3 de abril de 1970. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
8 - *José Idésio Brianezi* — morto após ser preso pelo DOI-Codi/SP, em 13 de abril de 1970. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
9 - *Norberto Nehring* — morto em São Paulo, em 25 de abril de 1970. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.

10 - *Antonio dos Três Reis de Oliveira* — desaparecido desde 10 de maio de 1970 após ser preso pela Oban, juntamente com *Alceri Maria Gomes da Silva* (militante da Vanguarda Popular Revolucionária - VPR). *Incluído no anexo da Lei 9.140/95.*
11 - *Joaquim Câmara Ferreira* — morto após torturas pelo Dops/SP, em 23 de outubro de 1970. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
12 - *Eduardo Collen Leite* (Bacuri) — morto após torturas pelo Dops/SP, em 7 de dezembro de 1970. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
Dois militantes morreram após disparo acidental das armas de seus companheiros: em 25 de janeiro de 1970, no Rio de Janeiro, *Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues* e, em junho do mesmo ano, em São Paulo, *Ari da Rocha Miranda*. Casos *não abrangidos* pela Lei 9.140/95.

1971

13 - *Aldo Sá Brito* — morto após ser ferido e preso em Belo Horizonte, em 6 de janeiro de 1971. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
14 - *Luiz Almeida Araújo* — desaparecido após ser preso em São Paulo, em 24 de junho de 1971. *Incluído no anexo da Lei 9.140/95.*
15 - *Paulo de Tarso Celestino* — desaparecido após ser preso no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1971, juntamente com *Heleni Teles Ferreira Guariba* (militante da VPR). *Incluído no anexo da Lei 9.140/95.*
16 - *Antônio Sérgio de Matos* — morto em 23 de setembro de 1971 pelo DOI-Codi/SP, juntamente com *Manuel José Nunes Mendes de Abreu* e *Eduardo Antônio da Fonseca*. Caso *não acolhido* pela Comissão Especial.
17 - *Eduardo Antônio da Fonseca* — morto em 23 de setembro de 1971, juntamente com *Antônio Sérgio de Matos* e *Manuel José Nunes de Abreu* pelo DOI-Codi/SP. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
18 - *Manuel José Nunes Mendes de Abreu* — morto em São Paulo, em 23 de setembro de 1971 pelo DOI-Codi/SP. A família entrou com o requerimento fora do prazo na Comissão Especial. (Após 14/5/96). *Não apreciado o mérito do caso pela Comissão Especial.*
19 - *José Milton Barbosa* — morto sob tortura após ser ferido e preso em São Paulo, em 5 de dezembro de 1971. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
Em 13 de novembro de 1971, *Carlos Alberto Maciel Cardoso*, militante da ALN, foi morto pelos próprios companheiros em uma ação de "justiçamento". *A Comissão Especial não reconheceu a responsabilidade do Estado por essa morte. O caso está relatado em "Outras Mortes", no final deste capítulo.*

1972

20 - *João Mendes Araújo* — morto pelo DOI-Codi no Recife, em 14 de janeiro de 1972. A família *não requereu* indenização à Comissão Especial.

21 - *Alex de Paula Xavier Pereira* — morto após ser ferido e preso juntamente com *Gelson Reicher* pelo DOI-Codi/SP, em 20 de janeiro de 1972. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
22 - *Gelson Reicher* — morto após ser preso juntamente com *Alex Xavier*, em 20 de janeiro de 1972. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
23 - *Gastone Lúcia Carvalho Beltrão* — morta após ser presa em 22 de janeiro de 1972, em São Paulo. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
24 - *Hélcio Pereira Fortes* — morto após ser preso pelo DOI-Codi/SP, em 28 de janeiro de 1972. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
25 - *Isis Dias de Oliveira* — desaparecida após ter sido presa juntamente com *Paulo César Botelho Massa*, em 30 de janeiro de 1972. *Incluído no anexo da Lei 9.140/95.*
26 - *Paulo César Botelho Massa* — desaparecido juntamente com Isis Dias de Oliveira, em 30/1/72. *Incluído no anexo da Lei 9.140/95.*
27 - *Antônio Carlos Nogueira Cabral* — morto em São Paulo pelo DOI-Codi/SP, em 18 de abril de 1972. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
28 - *Iuri Xavier Pereira* — morto no DOI-Codi/SP, após ser ferido juntamente com *Ana Maria Nacinovic Correia* e *Marcos Nonato da Fonseca*, em 14 de junho de 1972. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
29 - *Ana Maria Nacinovic Correia* — morta juntamente com *Iuri Xavier Pereira* e *Marcos Nonato da Fonseca*, em 14 de junho de 1972. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
30 - *Marcos Nonato da Fonseca* — morto juntamente com *Iuri Xavier Pereira* e *Ana Maria Nacinovic Correia*, em 14 de junho de 1972. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
31 - *José Júlio de Araújo* — morto após ser preso em 18 de agosto de 1972 pelo DOI-Codi/SP. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
32 - *Luiz Eurico Tejera Lisbôa* — desaparecido em São Paulo, desde 3 de setembro de 1972. *Incluído no anexo da Lei 9.140/95.*
33 - *Aurora Maria Furtado* — morta após torturas em 10 de novembro de 1972 pelo DOI-Codi/RJ. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.

1973

34 - *Arnaldo Cardoso Rocha* — morto juntamente com *Francisco Seiko Okama* e *Francisco Emanoel Penteado* após serem presos em São Paulo pelo DOI-Codi, em 15 de março de 1973. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
35 - *Francisco Seiko Okama* — morto juntamente com *Arnaldo Cardoso Rocha e Francisco Emanoel Penteado*, em São Paulo, em 15 de março de 1973. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
36 - *Francisco Emanoel Penteado* — morto juntamente com *Arnaldo Cardoso Rocha* e *Francisco Seiko Okama*, em São Paulo, em 15 de março de 1973. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.

37 - *Alexandre Vanucchi Leme* — morto após torturas no DOI-Codi/SP, em 17 de março de 1973. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
38 - *Ronaldo Mouth Queiróz* — morto pelo DOI-Codi/SP, em 6 de abril de 1973. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
39 - *Merival Araújo* — morto no Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1973, pelo DOI-Codi. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
40 - *Luiz José da Cunha* — morto pelo DOI-Codi/SP, em 13 de julho de 1973. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
41 - *Helber José Gomes Goulart* — morto no DOI-Codi/SP, em 16 de julho de 1973. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
42 - *Antônio Carlos Bicalho Lana* — morto juntamente com *Sônia Maria Moraes Angel Jones* pelo DOI-Codi/SP, após ser preso em Santos no dia 30 de novembro de 1973. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.
43 - *Sônia Maria Moraes Angel Jones* — morta juntamente com *Antônio Carlos Bicalho Lana* após ser presa em Santos, no dia 30 de novembro de 1973. Caso *acolhido* pela Comissão Especial.

1974

44 - *Ieda Delgado* — desaparecida desde 11 de abril de 1974. *Incluída no anexo da Lei 9.140/95.*
45 - *Ana Rosa Kucinski* — desaparecida desde 22 de abril de 1974, quando foi presa com seu marido, *Wilson Silva*, também desaparecido. *Incluída no anexo da Lei 9.140/95.*
46 - *Wilson Silva* — desaparecido juntamente com *Ana Rosa Kucinski*, sua mulher. *Incluído no anexo da Lei 9.140/95.*
47 - *Thomaz Meirelles* — desaparecido desde 7 de maio de 1974. *Incluído no anexo da Lei 9.140/95.*

1975

48 - *Issami Okamo* — desaparecido desde 14 de maio de 1975. *Incluído no anexo da Lei 9.140/95.*

Fuzilado pelas costas

Marco Antônio Braz de Carvalho (1939 - 28/1/1969)

Marco Antônio era dirigente da ALN e foi o primeiro militante da organização a ser assassinado pela repressão, em 28 de janeiro de 1969. A Comissão Especial não apreciou o caso porque, infelizmente, a sua família não foi localizada e não houve processo junto do Ministério da Justiça.
Segundo o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, ele foi "fuzilado sumariamente em sua própria casa, em São Paulo, quando tinha 30 anos".
Policiais do Dops chefiados pelo delegado Raul Nogueira de Lima, vulgo *Raul Careca*, invadiram a casa de Marco Antônio e eliminaram-no com vários tiros, desfechados à queima-roupa pelas costas.
Filho de José de Carvalho Filho e Anna Braz de Carvalho, Marco Antônio nasceu em Angra dos Reis e era desenhista mecânico.

O assalto que não houve

Nelson José de Almeida (1948 - 11/4/1969)

Foi Artur Orozimbo quem tomou a atitude nobre de procurar Manoel, em Brasília, para lhe contar tudo.
Artur era soldado da Polícia Militar em Teófilo Otoni em 1969. Era de Mendes Pimentel, no Vale do Rio Doce. Filho de Lino, irmão do conhecido sargento Raimundo, que o levou para a PM. Foi lá que conheceu Manoel Cesalpino e seus filhos, dentre eles Nelson José de Almeida.
Artur foi para Brasília contar para Manoel que viu seu filho Nelson, 21 anos, ser preso e depois morto em Teófilo Otoni.
Manoel Cesalpino e Ana Tereza tiveram dez filhos. Coube a Enes, 24 anos, ir a Teófilo Otoni cumprir a dolorosa incumbência. Enes pouco conseguiu além da confirmação da morte do irmão. Não teve acesso sequer à cova. Foi-lhe dito que Nelson morrera ao tentar fugir à ordem de prisão.
Designado relator do caso, Nilmário Miranda acreditou que não teria dificuldade em reconstituir as reais circunstâncias da morte de Nelson. Isso porque, apesar de ter nascido em Belo Horizonte, fora criado em Teófilo Otoni a partir de 1 mês de vida. Quando da morte de Nelson, Nilmário vivia na clandestinidade, mas não lhe seria difícil encontrar pessoas conhecidas da época. Intrigava-o também a versão constante do Relatório da Aeronáutica de que Nelson participara de assalto à agência da Caixa Econômica Federal (CEF), em Teófilo Otoni.
Valendo-se dos conhecimentos e amizades, Nilmário procurou registros da ocorrência, inquérito policial, laudo necroscópico. Não encontrou nada.

Nelson foi enterrado como indigente. Não tendo sido procurado (na verdade, Enes procurou por ele e foi-lhe negada a informação), seus restos mortais foram transferidos para uma vala comum, passados cinco anos do sepultamento.
Em Teófilo Otoni todos conhecem Bebé (Maria Amália Pinto de Oliveira). Trabalhou na CEF de 1952 a 1982, quando se aposentou. Ela foi taxativa: "Em 1969 não houve nenhum assalto à agência da CEF. Nem em 1969 nem em qualquer outro ano".
À ausência de documentos, o relator procurou o médico que atestara o óbito, dr. Cristobaldo Matta de Almeida, mas este já tinha morrido em Governador Valadares.
Por intermédio de familiares, o relator procurou pessoas que serviram na PM local à época. Afinal, a morte de um "terrorista" ao tentar a fuga deveria ter repercutido intensamente, mesmo sem ter sido noticiado na imprensa. O destacamento não era muito grande. Todos se lembrariam, com certeza, a não ser que houvesse um pacto de silêncio. Nenhum dos PMs reformados procurados se lembrava de nada. Ninguém sabe, ninguém viu.
O Atestado de Óbito registrou que no dia 11 de abril de 1969, às 15h, faleceu na via pública, à Rua Wenefredo Portela, Nelson José de Almeida. Dr. Cristobaldo definiu: *"Rigidez, hipóstase, dorsal, hipotermia midríase"*, atestando mais adiante a causa da morte: *"ferida pérfuro contusa do tórax"*. E, no verso do mesmo atestado: *"Complemento causa da morte: ferida pérfuro contusa do tórax com lesão de órgão e víscera interna, dando em conseqüência grave hemorragia interna, conforme certidão de necropsia. Téofilo Otoni, 6 de março de 1970"*.
Chamou a atenção do relator o local da morte, Rua Wenefredo Portela. Era onde funcionava a cadeia e o Quartel da Cia. da PM e o Tiro de Guerra.

Documento-chave

As coisas estavam nesse pé, sem pistas para novos esclarecimenos, quando Iara Xavier, da Comissão Nacional de Familiares, encontrou nos arquivos do Superior Tribunal Militar (STM), no processo da "Corrente", o seguinte documento:

Polícia Militar de Minas Gerais - Estado Maior - G-2
Belo Horizonte, 20 de maio de 1969
Do major PM Rubens José Ferreira - Chefe Intº da G-2
Ao Senhor
Tte. Cel. EB Manoel Alfredo Camarão de Albuquerque
DD Encarregado de IPM
Capital - Ofício nº 730/69
Assunto: Material apreendido de Nelson José de Almeida
Referência: Operação Corrente
Anexo: materiais diversos, conforme abaixo se discrimina.

I - No dia 10 de abril de 1969, esta seção enviou a Teófilo Otoni, MG, o 1º Tenente PM Murilo Augusto de Assis Toledo a fim de fazer o levantamento do Aparelho da Corrente *localizado naquela cidade e, se encontrado, prender os componentes da referida organização que poderiam ser ali encontrados.*
II - O oficial, com a ajuda do contingente policial *daquela cidade, localizou o endereço (Travessa do Rubim, 23) constatando a existência, de fato, do* Aparelho.
III - Durante a diligência, foi capturado, ao chegar no Aparelho, *Nelson José de Almeida, que, posteriormente, ao forçar fuga, foi baleado e veio a falecer em Hospital de Teófilo Otoni.*

O documento diz ainda que o retrato de Nelson foi mostrado a militantes presos da *Corrente* que o reconheceram como o militante *Beto* ou *Paulo*, e que o delegado está concluindo o inquérito e relaciona os materiais apreendidos.
A Travessa do Rubim é uma ruela de acesso local, tributária da Rua Soares da Costa, mais conhecida como Rua do Pau Velho. É bem distante da Rua Wenefredo Portela, local constante do Atestado de Óbito como lugar da morte de Nelson, "ao forçar fuga", onde funcionava o Quartel da PM e a Cadeia.
Só se saberá o que ocorreu de fato quando o pacto de silêncio for rompido. Mas é certo que ele foi preso, capturado ao chegar ao *Aparelho* à Travessa do Rubim, conduzido à Cadeia ou ao Quartel da PM, onde foi visto por Artur Orozimbo e morto.
Como foi morto? Após torturas? Houve realmente a tentativa de fuga? Não se sabe.
Para os efeitos da Lei 9.140/95, não há dúvida de que Nelson José de Almeida faleceu de causa não-natural quando se encontrava em dependência policial ou assemelhada, em razão de sua militância política.
É razoável presumir que foi assassinado, pois a versão oficial de morte ao tentar a fuga aparece muitas vezes, para descaracterizar a morte no interior de dependências policiais ou militares.
O voto pelo acolhimento foi aprovado por unanimidade. Resta esclarecer as circunstâncias da morte e a localização dos restos mortais de Nelson José de Almeida.

Um caso a esclarecer

José Wilson Lessa Sabag (1944 - 3/9/1969)

Terceiro militante da ALN morto pela repressão, não teve o seu caso apreciado pela Comissão Especial porque não houve requerimento nem processo. Morreu aos 25 anos, em São Paulo. Era casado e estudava na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
De acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, José Wilson Lessa Sabag "foi sumariamente fuzilado ao resistir à prisão, no dia 3 de setembro de 1969, quando agentes do Dops e Cenimar, apoiados por tropas de choque, tentaram prendê-lo".
O exame necroscópico, realizado no IML/SP, em 10 de setembro de 1969, pelos drs. Ruy Barbosa Marques e Orlando Brandão informa morte em tiroteio. Trata-se de um caso a esclarecer.

Ferido, torturado e morto

Luiz Fogaça Balboni (25/5/1945 - 25/9/1969)

"*Realidade:* Em razão de sua atividade tão cheia de riscos, quantas pessoas o senhor já viu morrer na sua frente?
Fleury: Várias. O *Brechó*, Luiz Fogaça Balboni, Toledo, Marighella e outras vítimas de ocorrências policiais."
(*Realidade*, nº 71: "Quem é Fleury, o matador")
Luiz Fogaça Balboni e Manoel Cyrillo faziam parte de um GTA (Grupo Tático Armado) da ALN. Em 1969, a organização possuía quatro GTAs.
O Corcel "expropriado" fora usado em uma ação do grupo e estacionado na Alameda Campinas, com a placa trocada, para ser usado em nova ação. No dia 23 de setembro, Manoel Cyrillo e Balboni foram buscar o Corcel e notaram que a placa substituída era de três dígitos, o mesmo tipo de placa usado na ação anterior. Resolveram voltar no dia seguinte, pegar o Corcel e trocar novamente a placa, agora por uma de quatro dígitos.
No dia seguinte, 24 de setembro de 1969, às 15h10, resolveram não esperar mais por uma companheira, *Maria*, que não aparecera no ponto de encontro na hora combinada, e se dirigiram ao local onde estava estacionado o Corcel. Lá estava ele, apertado entre dois carros, quase sem espaço para manobrar.
Foi Manoel Cyrillo quem percebeu o homem sacar a arma, a alguns metros de distância, ao lado de outros homens também armados: "Vamos embora, olha o cara lá no prédio, isso é uma emboscada", gritou.
Abriram as portas do Corcel e correram em direção à Alameda Santos. Fogaça pela calçada, Cyrillo pelas ruas, com os ouvidos zumbindo pelos gritos, tiros, sirenes, buzinas. De relance, viram viaturas saindo da garagem do prédio. Entraram na Alameda Santos no instante em que o semáforo abria liberando o trânsito, no sentido contrário ao que corriam os dois fugitivos. Cyrillo foi para o meio da rua e apontou sua arma para o carro da frente, forçando-o a guinar à esquerda e abalroar o veículo vizinho, parando o trânsito e impedindo a perseguição das viaturas. A cerca de 20 metros da Rua Pamplona, Fogaça gritou: "*Bené*, socorro!", já com passos trôpegos e uma mancha de sangue espalhando-se na camiseta. Cirilo, o *Bené*, voltou-se para o amigo, na calçada, e tentou auxiliá-lo, apoiando seu braço. Na esquina da Rua Pamplona, Balboni tombou. Cirilo ocupou um Gordini, empurrou o motorista para o banco do passageiro e desceu a Rua Pamplona, forçando a passagem entre os carros que

subiam e desciam, esbarrando à direita e à esquerda, até a colisão, na esquina da Alameda Jaú. Largou o Gordini e tomou um Corcel de uma assustada senhora, seguindo até a Rua Nebraska, no Brooklin, onde a deixou seguir. Atravessou a Avenida Santo Amaro, trocou de ônibus duas vezes e voltou a sua casa, na Rua Frei Caneca, na Bela Vista. Nos dias seguintes foi para São Sebastião, e ficou na casa onde estavam Hilda, companheira do *Jonas*, Virgílio Gomes da Silva, já desaparecido, e seus três filhos. No dia 30 de setembro, foram todos presos pela Oban.

A versão da polícia

O delegado do Dops Edsel Magnotti contou a Luiz Mir (*A Revolução Impossível*) a mesma história, com a versão das forças de segurança:

A grande queda da ALN, na Alameda Campinas, começou por uma informação que passamos para as Rondas Unificadas de Informação (Rudi). Fornecíamos as placas dos carros roubados. Foi uma ronda dessas que localizou os dois carros da ALN estacionados na Alameda Campinas, separados por três carros, na madrugada. Imobilizaram o Corcel e o Fusca, colocando dois veículos colados nos seus pára-choques. Policiais foram espalhados em vários lugares.
Às 15h, Manoel Cyrillo foi retirar o carro com Luiz Fogaça Balboni e a emboscada funcionou.
Às 18h, as ruas já estavam completamente limpas, nenhum vestígio de luta, as centenas de cápsulas disparadas haviam sido recolhidas. Uma hora depois, o comandante de um subgrupo do GTA, Takao Amano, acompanhado de Carlos Lichsztejn, apareceu para retirar outro carro, estacionado na mesma Alameda Campinas. Isso porque os grupos funcionavam compartimentados, cada um fazendo a sua parte, sem saber o que os demais estavam planejando e executando. Por uma trágica coincidência, dois deles haviam guardado os carros "expropriados" na mesma alameda, tendo ido buscá-los no mesmo dia. Os tiros começaram no exato momento em que Amano e Lichsztejn abriram as portas do Fusca. Feridos, não conseguiram escapar.

Ivair Freitas Garcia, delegado do Dops/SP, fez um relatório em 9 de novembro de 1969 pedindo a promoção para os policiais que participaram do esquema para matar Marighella.

Complementando o excelente trabalho repressivo levado a efeito pelos policiais em exercício, na Delegacia Especializada de Ordem Social sob a direção do bel. Rubens Cardoso de Mello Tucunduva, iniciado com os tiroteios ocorridos entre 18h e 18h30 no dia 27 de setembro transato, na Alameda Campinas, próxima à Avenida Paulista, nesta capital, sob a escorreita coordenação de delegado Sérgio Fleury, quando foram detidos os perigosos terroristas Takao Amano, o Jorge, *Carlos Lichsztejn, o* Lincoln, *e Luiz Fogaça Balboni, o* Mathias, *este último falecido na mesma data, no Hospital das Clínicas, depois de ser submetido à intervenção cirúrgica, todos integrantes da "Ala Marighella", setor de expropriação ou Grupo Tático de Ação da ALN (...).*

O relatório elaborado pelo delegado Ivair Freitas Garcia contém dois equívocos: a data e o horário dos eventos. Houve duas ocorrências na Alameda Campinas no dia 24 de setembro (e não 27). Um primeiro, envolvendo Manoel Cyrillo e Luiz Fogaça Balboni, ocorrido às 15h (segundo o relato de Luiz Mir) ou às 15h30 (depoimento de Manoel Cyrillo à OAB-SP); e o segundo, envolvendo Takao Amano e Carlos Lichsztejn, ocorrido às 19h (ainda segundo Luiz Mir) ou às 20h (de acordo com depoimento prestado na época por Carlos Lichsztejn).
A família de Balboni e a Comissão Nacional de Familiares pensavam que ele morrera na esquina da Rua Pamplona com a Alameda Santos, quando fora alvejado e tombara na calçada, após ser praticamente arrastado por Manoel Cyrillo. O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* relata que "Luiz Fogaça Balboni morreu fuzilado aos 24 anos, ao resistir à prisão na Alameda Campinas".
Com a abertura do arquivo do Dops/SP, foi encontrado o citado relatório do delegado Ivair Freitas Garcia, que diz ter Balboni morrido após intervenção cirúrgica no Hospital das Clínicas. Foi também encontrado laudo necroscópico relatando que Balboni morreu à 1h30 de 25 de setembro no Hospital das Clínicas.
A Requisição de Necropsia, datada de 25 de setembro de 1969, também informa que ele morreu no Hospital das Clínicas, à 1 hora e 30 minutos. E vem marcada com o "T" (terrorista), em vermelho, que aparece em muitos outros casos. A requisição identifica corretamente Balboni.
O deputado Nilmário Miranda, relator do caso, tinha como certo que Balboni fora ferido entre 15h e 15h30 do dia 24 de setembro na esquina da Alameda Santos com a Rua Pamplona, vindo a falecer à 1h30 do dia 25, no Hospital das Clínicas, após intervenção cirúrgica. Para chegar às reais circunstâncias da morte de Balboni, seria preciso saber a que horas ele dera entrada no Hospital das Clínicas, se imediatamente após ser ferido ou não.
Ofício ao diretor do Hospital das Clínicas, de 5/12/1996, levado pessoalmente por Vital Balboni, irmão de Luiz Fogaça, fora respondido em 17 de janeiro de 1997, mas não deixava claro a que horas ocorrera a internação de Balboni:

Atendendo aos dizeres da solicitação de V. Sa., através do requerimento 9/12/96, transcrevo abaixo a Informação Confidencial dentro do que preceitua a Ética Médica, prestada pela Divisão de Arquivo Médico: O paciente Luiz Fogaça Balboni, Registro nº 2547977 B, foi atendido no Pronto-Socorro deste Hospital à 1h30 do dia 24.9.69, quando foi internado, vindo a falecer em

25.9.69. Causa alegada do socorro: Ferimento por arma de fogo. Trazido por: viatura do Dops. Diagnóstico: lesão do pulmão E. Conduta: tratamento clínico em 24.9.69 - torascotomia exploradora, pneumectomia E.

Feito novo requerimento, em 24 de fevereiro de 1997, o Hospital das Clínicas forneceu então o documento revelador:

(...) O paciente Luiz Fogaça Balboni, Registro nº 2547977 B, foi atendido no Pronto-Socorro deste Hospital às 18h33 do dia 24.9.69, quando foi internado, vindo a falecer à 1h30 do dia 25.9.69.

Portanto, apesar de ter um ferimento grave que lesionou seu pulmão esquerdo, Balboni não foi conduzido ao Hospital das Clínicas senão entre três ou três horas e meia depois de alvejado, trazido por uma viatura do Dops.
Tal como ocorreu com dezenas de militantes, Balboni foi capturado e, apesar de gravemente ferido, levado pelos agentes do Dops, sob o comando do delegado Sérgio Fleury, até um centro de torturas e interrogado por algumas horas antes de ser conduzido ao Hospital das Clínicas. A simples omissão de socorro a um preso gravemente ferido já caracteriza tratamento cruel, incompatível com o mínimo a que se obriga o agente público para com um cidadão sob a custódia do Estado, mesmo no sistema legal do regime de exceção.
Não há, pois, como sustentar que a causa eficiente da morte foi o tiro que recebera em fuga em via pública. Os agentes só o conduziram ao socorro médico quando tinham esgotados os recursos para obter informação e certamente já com seu estado de saúde agravado pela omissão de socorro.
A Comissão Especial reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Luiz Fogaça Balboni por 6 x 1, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes.

Jonas, o primeiro desaparecido

Virgílio Gomes da Silva (15/8/1933 - 29/9/1969)

Francisco Gomes da Silva, Chiquinho, foi baleado e preso no dia 28 de setembro de 1969. Passou por várias sessões de torturas na Oban. No dia seguinte, por volta das 11h, seu irmão Virgílio Gomes da Silva, o *Jonas*, foi levado à Oban, preso pela equipe do capitão Benone Albernaz.
Chegou algemado e encapuzado. Deram-lhe um chute no rosto, fazendo jorrar sangue, em uma demonstração de que estavam dispostos a tudo. Virgílio sobreviveu por 12 horas às torturas, desafiando seus carrascos.
Chiquinho ficou sabendo da morte do irmão meia hora depois, às 21h30, pelo capitão Albernaz. Celso Antunes Horta viu o corpo de *Jonas* e denunciou posteriormente às Auditorias Militares que ele morrera no pau-de-arara.

Comandavam a Oban naquela época os majores Inocêncio Beltrão e Valdir Coelho. Os capitães Dalmo Cirillo, Maurício Lopes Lima, Homero Cesar Machado (PM) e Benone Albernaz revezavam-se no comando das torturas.
Na morte de Virgílio participaram também o delegado Otávio Moreira Jr., o sargento PM Paulo Bordini, o agente policial *Lungaretti* (Maurício de Freitas), *Paulo Bexiga* (Paulo Rosa) e o agente da Polícia Federal *Américo*.
Apesar dos testemunhos dos presos políticos Francisco Gomes da Silva e Celso Antunes Horta, que juntamente com Paulo de Tarso Wenceslau e Manoel Cyrillo denunciaram às Auditorias Militares o assassinato de Virgílio Gomes da Silva, sua prisão e morte não foram reconhecidas. *Jonas* transformou-se, assim, no primeiro desaparecido político brasileiro.
Sua mulher, Idalina, e os três filhos foram presos em São Sebastião, no litoral norte do Estado de São Paulo. A repressão utilizou-os para pressionar Virgílio a dar informações, mas nem assim teve sucesso. Sabe-se que o seu corpo foi enterrado no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, mas nunca foi encontrado.
Documentos pesquisados no arquivo do Dops/SP comprovam sua prisão, enquanto os órgãos de segurança continuavam divulgando que ele se encontrava foragido.
Em sua ficha individual no Dops/SP, ao lado do seu nome, batido à máquina, vem entre parênteses, escrito à mão: *morto.*
No arquivo do Dops/PR, em um documento do Serviço Nacional de Investigação (SNI) de 31/10/69, lê-se: "Virgílio Gomes da Silva (*Jonas)*, falecido por resistir à prisão; também usava a falsa identidade em nome de Joel Ferreira Lima". No arquivo do Dops/RJ há um documento do CIE intitulado "Terrorista da ALN com curso em Cuba" que relata no texto: *situação em 21 de junho, morto.*
Mesmo assim, em 1993, Relatório da Marinha obtido por Requerimento de Informações feito pelo deputado Nilmário Miranda ainda afirma: Virgílio Gomes da Silva "morreu em 29 de setembro de 1969, ao reagir à bala quando de sua prisão em um aparelho".
Quando o filme *O Que é Isso, Companheiro?* apresentou *Jonas* como um militante frio e violento, dezenas de pessoas que o conheceram fizeram desagravos, resgatando sua imagem e história verdadeiras.
Virgílio nasceu no Rio Grande do Norte, Sítio Novo - Santa Cruz, e foi assassinado aos 36 anos. O seu caso foi reconhecido pelo Anexo da Lei 9.140/95.

À queima-roupa

Carlos Marighella (5/12/1911 - 4/11/1969)

São Paulo, 4 de novembro de 1969, terça-feira, pouco depois das 20h: 29 policiais, fortemente armados, com sete viaturas, fecham o cerco e ficam à espreita na Alameda Casa Branca, bairro de classe média alta dos Jardins.

Detém a iniciativa e a surpresa da ação. Um homem aproxima-se sozinho, atravessa a rua, e cai na armadilha.

Brasília, 11 de setembro de 1996, quarta-feira, cerca de 13h: o presidente da Comissão Especial sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos, Miguel Reale Júnior, deixa a sala 621 do Anexo II do Ministério da Justiça para anunciar que o caso de Carlos Marighella fora acolhido por 5 votos a 2, e o Estado brasileiro, responsabilizado pela sua morte.

Marighella marcara um encontro com os padres dominicanos Yves Lesbaupin (frei Ivo) e Fernando de Brito (frei Fernando), como já o fizera algumas vezes. E eles estavam à sua espera. O que o principal dirigente da ALN não sabia é que os padres haviam sido presos e torturados antes de serem colocados pela polícia dentro do Volkswagen, já seu conhecido, que estava estacionado no local combinado, na altura do nº 806 da Alameda Casa Branca. Para Marighella, tudo parecia normal enquanto caminhava lentamente em direção ao carro — até estourar a fuzilaria. O primeiro tiro que o atingiu atravessou as suas nádegas; o segundo, acertou-lhe a virilha; o terceiro, feriu de raspão o seu rosto. Caído no meio da rua, imobilizado pelos ferimentos, foi cercado e executado à queima-roupa com um quarto tiro. Em um reflexo defensivo, elevou a mão e teve um dos dedos estraçalhado pela bala que lhe perfurou o pulmão e a aorta, provocando-lhe hemorragia interna e morte instantânea.

O resultado da reunião superara alguns dos limites originais da Lei 9.140/95 e da própria Comissão Especial. Tanto o caso de Carlos Lamarca como o de Marighella foram acolhidos pelo mesmo placar: 5 x 2. Votaram a favor Suzana Keniger Lisbôa, que relatara o primeiro; Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, que fora o relator do segundo; Nilmário Miranda, João Grandino Rodas e Miguel Reale Júnior. O general Oswaldo Gomes e Paulo Gonet Branco votaram contra. Emocionados, familiares, amigos e companheiros confraternizaram-se.

Pela versão oficial, amplamente divulgada pela imprensa na época, Marighella fora atingido por disparos de arma de fogo ao tentar resistir à voz de prisão dada pelo delegado Sérgio Fleury, durante uma operação policial feita especialmente para atraí-lo e capturá-lo. Teria assim ocorrido "cerrado tiroteio entre os elementos da segurança de Marighella e os integrantes das equipes que guarneciam os cruzamentos, isolando o local", o que provocou a morte de uma investigadora e de um cidadão que, sem saber o que ocorria, rompera com seu carro o cerco policial, além de ferimento à bala na perna de um delegado do Dops.

Esforço coletivo

A falsa versão criada pela repressão já fora contestada pela Comissão Nacional de Familiares no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. E muito mais viria a ser pesquisado e organizado para compor o processo do caso Marighella na Comissão Especial.

Clara Charf e Carlos Augusto Marighella, companheira e filho de Marighella, descobriram no Arquivo Edgard Leuenroth, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade de Campinas (Unicamp), em São Paulo, o laudo feito a pedido do delegado Edsel Magnotti, do Dops/SP, no qual está declarado que a arma encontrada com o líder comunista estava com todas as balas intactas.

Iara Xavier, da Comissão Nacional de Familiares, e Nilmário Miranda entrevistaram no Rio de Janeiro o ex-frei Yves Lesbaupin, que estava no local no momento do cerco a Marighella. Lesbaupin declarou que o dirigente da ALN foi assassinado antes de chegar ao Volkswagen, sem ter tido oportunidade de esboçar qualquer resistência.

Além disso, entregaram à Comissão Especial laudo elaborado pelo médico-legista Nelson Massini, feito a pedido do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, no qual está desmentida a versão de que Marighella teria sido morto no interior do carro. O tiro que o matou — afirma o laudo — foi disparado à queima-roupa, depois de ele ter sido ferido por outros disparos.

Os advogados Samuel Mac Dowell e Marco Antônio Barbosa também acrescentaram um memorial ao processo. No livro *Carlos Marighella - O Inimigo Número Um da Ditadura Militar*, de Emiliano José, são citados trechos do memorial e posições defendidas por Mac Dowell:

No caso de Marighella, quando transformaram aquele quarteirão da Alameda Casa Branca, cercaram-no inteiramente e deixaram-no sem saídas, tornaram-no uma autêntica dependência policial. E eu digo isso, que "era uma dependência policial", apenas para enganchar na lei. Eu não preciso dizer isso. Bastaria dizer que Marighella estava sob custódia naquele momento, ou seja, no momento em que foi morto, ele poderia ter sido detido simplesmente.

A tese, portanto, como explicita o memorial, é a de que simplesmente houve um assassinato frio e covarde, "premeditado e executado na emboscada de uma vítima surpreendida e indefesa ante o desequilíbrio de forças e a inexistência de qualquer real intenção quanto à sua prisão".

Em termos políticos e ideológicos, o memorial também contesta as acusações segundo as quais Marighella teria praticado crimes de terror contra os interesses do país.

"Se Carlos Marighella portou armas, em sua luta de oposição ao regime autoritário, isto representou, antes de tudo, sua reação à violência institucional que imperava no país. Com isso, adotou uma postura aberta de combate e assumiu os riscos que se consumaram, efetivamente, na sua morte. Dele não se dirá que faltou coragem, ou que recorreu à covardia."

A argumentação exposta no memorial descarta também a tentativa de defesa feita pelos partidários da ditadura de que teria sido o medo dos policiais que provocara o fuzilamento de Marighella.

"O fato, incontroverso, de que Marighella não disparou sua arma uma única vez (...) põe por terra essa hipótese. Porque, se Marighella tinha arma, não atirou; se Marighella podia atirar, não atirou; se os policiais tinham medo do tiro de Marighella, não houve tiro de Marighella."

Reações militares

A Comissão Especial marcou primeiramente o julgamento dos processos de Carlos Marighella e Carlos Lamarca para o dia 1° de agosto de 1996. Familiares dos mortos e desaparecidos, grupos de defesa dos direitos humanos e a imprensa compareceram ao Ministério da Justiça. A sessão foi rápida e o presidente da Comissão, Miguel Reale Júnior, informou que os casos não tinham sido apreciados porque o general Oswaldo Gomes decidira pedir vistas ao processo de Marighella, e Suzana Keniger Lisbôa, ao de Lamarca.

O general manifestava-se bastante contrariado com a possibilidade de ser aprovado o reconhecimento da responsabilidade do Estado pelas duas mortes. Segundo ele, seria "um equívoco brutal", uma verdadeira provocação às Forças Armadas. Diante de uma situação jurídica excepcional — argumentava —, de atos institucionais em vigor, da vigência de uma guerra revolucionária, só há um caminho: ou se mata ou se morre.

A Comissão marcou para 11 de setembro a reunião que deveria julgar os processos dos dois Carlos revolucionários. O relator do caso Marighella, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, não revelara o teor do seu voto. O clima era de grande expectativa. Militares, principalmente da reserva, fizeram manifestações contra os trabalhos da Comissão, procurando fazer pressões contra o reconhecimento dos casos de Marighella e, especialmente, o de Lamarca, por ter sido capitão do Exército. O número de manifestações favoráveis também cresceu.

No dia da reunião, o relator do caso Marighella argumentou, sob o ângulo do direito criminal, que a morte não se dera em meio a um tiroteio, como expunha a versão oficial, nem na posição em que o cadáver fora exibido para a imprensa e para os peritos, tendo sido provocada por meio de um tiro de curta distância, depois de imobilizado por três tiros não-fatais, o que resultaria, desse excesso, a responsabilidade do Estado. Luís Francisco da Silva Carvalho Filho deixou claro em seu parecer que o poder público tinha o controle absoluto da área onde Marighella fora morto, sendo dever do Estado guardar quem está sob sua responsabilidade. "A execução do infrator, pelo policial que o procura, é o mais sumário e o mais assustador dos julgamentos. Se executar alguém não é errado, nada é errado."

A família de Marighella, no requerimento à Comissão Especial, argumentou que a manutenção do líder revolucionário em uma prisão seria indesejável para a ditadura. O relator ponderou que, embora não existam provas de que foi tomada uma decisão formal de eliminá-lo, a conjuntura política da época, aliada a outras circunstâncias citadas no processo, autoriza a dedução. "Em primeiro lugar, os agentes policiais tinham conhecimento, pelo histórico de suas prisões anteriores, que Marighella dificilmente forneceria informações úteis em seu interrogatório, mesmo sob tortura. E, com efeito, a prisão de Marighella, além de gerar grande repercussão internacional (...), poderia provocar, na avaliação dos governantes, uma reação imprevisível dos grupos armados objetivando o seu resgate. Para tal conclusão, basta lembrarmos que, para a libertação de presos de menor importância estratégica naquele momento, fora seqüestrado o embaixador dos Estados Unidos da América."

E definiu o seu voto:

"O voto é pelo reconhecimento do nome de Carlos Marighella para os fins do Artigo 4°, Inciso I, letra 'b', da Lei 9.140/95, com o pagamento, aos requerentes, da indenização devida".

Vida de combatente

No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* consta o seguinte depoimento sobre a vida de Marighella:

(Depoimento de Clara Charf e editores de *Escritos de Carlos Marighella*, Editorial Livramento, 1979.)

O comandante Carlos Marighella dedicou toda sua vida à causa da libertação dos povos. Com 40 anos de militância, iniciada no Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi assassinado pela ditadura militar em 1969, aos 58 anos.

Filho de negra e imigrante italiano, Augusto Marighella e Maria Rita Marighella, nasceu em Salvador, Bahia, em 5 de dezembro de 1911. Ainda adolescente despertou para as lutas sociais. Aos 18 anos iniciou curso de Engenharia na Escola Politécnica da Bahia e começou a militar no PCB. Conheceu a prisão em 1932. Poeta, pagou com a liberdade poema crítico dedicado ao interventor Juracy Magalhães. A militância levou-o a interromper os estudos universitários no terceiro ano.

As torturas

Em 1935 mudou-se para o Rio. Já fazia parte da Comissão Especial do Comitê Central e era o responsável por todo o trabalho de imprensa e divulgação do Partido. A 1° de Maio de 1936 era novamente preso. Durante 23 dias enfrentou as torturas da Polícia Especial de Filinto Müller. Um ano depois foi libertado e mudou-se para São Paulo. Com 26 anos tornava-se membro do Comitê Estadual do PCB em São Paulo.

Sua atividade política, então, se concentrava em torno de dois eixos: a reorganização dos revolucionários paulistas, duramente atingidos pela repressão e o combate ao terror imposto pela ditadura de Getúlio.

Em 1939 voltou aos cárceres. Diante das torturas, renovou seu exemplo de resistência e determinação. O revolucionário, testado diante da violência dos interrogatórios, foi agora submetido a outro tipo de tortura: o cárcere prolongado, o isolamento na ilha de Fernando de Noronha. Sua terceira prisão durou seis anos. Mas não conseguiu abater seu ânimo. Trabalhou duro na educação cultural e política de seus companheiros de cárcere.

Constituinte de 1946

Em 1945, conquistada a anistia, voltou à liberdade. Sua capacidade de organização e liderança e seu prestígio público o elegeram deputado à Assembléia Nacional Constituinte de 1946. Representando o Estado da Bahia, proferiu em menos de dois anos 195 discursos, denúncias das condições de vida do povo, da crescente penetração imperialista no país e em defesa de aspirações operárias.
A legalidade democrática e a liberdade partidária duraram pouco. Em 1948, cassado, voltou à clandestinidade. Desta vez pelo resto da vida (com períodos de semi-legalidade e militância aberta, pública, até o Golpe Militar de abril de 1964). As restrições de segurança, no entanto, não o impediram de participar ativamente de todas as lutas políticas da década de 50: a defesa do monopólio estatal do petróleo, contra o envio de soldados brasileiros à Coréia, contra a desnacionalização do ensino e de toda a economia.
Em 1952 passou a integrar a Comissão Executiva do Comitê Central, e, no ano seguinte, foi enviado à China. Durante mais de um ano estudou a experiência da Revolução Chinesa.

Teoria e rompimento

No Brasil suas atenções cada vez mais se voltaram para o campo. Em 1958, o número 1 da revista Estudos Sociais *publicou um ensaio de Marighella intitulado* Alguns Aspectos da Renda da Terra no Brasil. *Com este trabalho ele deu uma significativa contribuição ao estudo da questão agrária em nosso país, particularmente em relação às culturas de café, cana-de-açúcar e algodão.*
O início da ruptura de Marighella com a ortodoxia do PCB manifestou-se a partir de 1962. Por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, ele teceu duras críticas à postura do partido. O Golpe Militar de 1964 também é um marco nesse distanciamento. A esquerda de modo geral, e o PCB, principalmente, estavam completamente despreparados para a resistência.
Marighella aprofundou suas críticas à orientação oficial do partido. Poucas semanas após o Golpe, no dia 9 de maio, foi localizado em um cinema da Tijuca, no Rio, e preso. Embora baleado, à queima-roupa, repetiu a postura de altivez das prisões anteriores. Fez de sua defesa um ataque aos crimes da ditadura.

A mobilização política forçou os generais a aceitar a concessão de um habeas-corpus *que novamente lhe deu a liberdade. O episódio resultou em um pequeno livro* Porque Resisti à Prisão. *Escrito em 18 capítulos, os 12 primeiros são um relato minucioso do fato. Os seis últimos, no entanto, são pura lenha na fogueira da luta interna então em curso dentro do PCB.*
Em 1966 escreveu A Crise Brasileira, *uma importante contribuição teórica. Ali, o dirigente analisou a fundo a sociedade brasileira e denunciou as ilusões do PCB quanto aos processos eleitorais e sua política de alianças com a burguesia.*
Neste documento, ele destaca a importância do trabalho junto dos operários e camponeses e a necessidade da luta armada popular como caminho para a derrubada da ditadura e para a instalação de um Governo Popular Revolucionário.
Marighella caminhava rapidamente para uma ruptura definitiva com a direção do PCB. Em dezembro do mesmo ano apresentou sua carta-renúncia à Comissão Executiva do PCB, mas permaneceu à frente do Comitê Estadual de São Paulo.
*Em outros documentos, de meados de 1967 (*Crítica às Teses do Comitê Central *e* Ecletismo e Marxismo*) o dirigente contrapôs-se ao conjunto de teses baixado pela direção partidária em preparação ao VI Congresso.*

Em Havana

Seu passo seguinte, em aberta desobediência à direção do PCB, resultou em rompimento definitivo com o partido. Em agosto de 1967, os comunistas cubanos promoveram em Havana a 1ª Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS). Ao lado de revolucionários de todo o continente, entre eles Che Guevara, Marighella empunha a bandeira da luta armada como caminho da libertação dos povos da América Latina.
Expulso do PCB, ainda em Cuba, publicou Algumas Questões sobre a Guerrilha no Brasil *onde declara sua adesão às teses da OLAS, mas rebate a teoria do "foco guerrilheiro" amplamente difundida entre os revolucionários latino-americanos. Para ele, a luta armada no Brasil tomaria necessariamente contornos próprios.*
A rebeldia de Marighella repercutiu profundamente dentro do PCB. Dos 37 delegados, escolhidos como representantes das bases do PCB em São Paulo à Conferência Estadual realizada em maio de 1967, em Campinas, nada menos de 33 se alinharam às teses defendidas por ele. A maior parte das bases operárias e o setor estudantil do partido romperam com o Comitê Central e se aproximaram de Marighella, enquanto em outros Estados outras dissidências se processaram.

Surgimento da ALN

Em fevereiro de 1968, em documento intitulado Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo, *Marighella expôs os motivos do rompimento com o PCB e anunciou o surgimento de uma organização disposta a dar início imediatamente às ações políticas armadas. A organização foi batizada de Ação Libertadora Nacional (ALN) — com a intenção de resgatar o espírito revolucionário da Aliança Nacional Libertadora (ANL) —, responsável pela Insurreição Armada de novembro de 1935, comandada por Luís Carlos Prestes. Com sua presença pessoal, e sob seu comando e de Joaquim Câmara Ferreira, a ALN deflagrou, já em 1968, as primeiras operações de guerrilha urbana no Brasil.*
A resistência armada à ditadura, que teve em Marighella uma de suas mais importantes lideranças, rapidamente se espraiou por todo o país. Jovens e velhos militantes abraçaram com entusiasmo esse exemplo de rebeldia. Os revolucionários brasileiros, naquele final de década, irmanavam-se ao espírito de rebelião que incendiava toda a América Latina e alimentava as lutas de libertação anticolonialistas na Indochina e na África.
Ameaçados pelo potencial de explosão dos problemas sociais brasileiros, os generais fascistas revelaram novamente suas garras reagindo com o terror e a tortura. Na noite de 4 de novembro de 1969, Carlos Marighella foi surpreendido por uma emboscada na Alameda Casa Branca, em São Paulo.

A emboscada

Marighella estava sozinho. Sequer teve tempo de empunhar a arma que trazia dentro da pasta. A fuzilaria desferida pelos policiais comandados pelo delegado Sérgio Fleury fez duas outras vítimas fatais: o dentista Friederich Adolph Rohmann e a própria agente policial Stela Borges Morato.
O "violento tiroteio", referido na nota oficial que comunicou sua morte, não passou de uma desordenada troca de tiros entre os próprios policiais.
O laudo da necropsia foi assinado pelo médico-legista Harry Shibata, do IML/SP. Também participaram do assassinato de Marighella os delegados Raul Ferreira, Rubens Tucunduva, Ivahir de Freitas Garcia (ex-deputado), Edsel Magnotti, Firminiano Pacheco, Roberto Guimarães e um último conhecido pelo nome de Rosseti. Enterrado como indigente no Cemitério da Vila Formosa, em São Paulo, seus restos mortais foram trasladados para a Bahia em 10/12/1979.

Herança

A morte de Marighella, no entanto, não significou o fim da ALN. Câmara Ferreira e outros companheiros levariam a ALN adiante. Do revolucionário baiano ficaram as idéias e o testemunho de uma vida dedicada inteiramente à luta pela libertação nacional e pela causa do socialismo.
Depoimento dos editores de Escritos de Carlos Marighella, *de dezembro de 1979, dez anos após sua morte, apontava a figura desse revolucionário como ainda "envolta por paixões que vão do ódio declarado à veneração acrítica". Só no futuro, advertem eles, será possível compreender com mais objetividade seu papel, da mesma forma que, é lícito lembrar, figuras históricas como Tiradentes e Frei Caneca não foram compreendidas no seu tempo, em sua magnitude exata.*

Executado com onze tiros

Dorival Ferreira (5/11/1932 - 3/4/1970)

Ângela tinha apenas 14 anos em 1970. Na noite de 2 de abril daquele ano, entre 20h e 21h, ouviu alguém chamar por seu pai no portão de casa, em Osasco. Viu também quando ele saiu para atender ao chamado. Logo depois, assustou-se com um estampido. E mais ainda quando presenciou seu pai passar correndo pelo corredor que dá para a cozinha, ferido com um tiro na altura dos quadris. Ouviu também quando ele falou alguma coisa para sua mãe e dirigiu-se ao quarto do casal para pegar alguns documentos e tentar fugir pelos fundos. Esterlita, assustada, pediu à filha que corresse à casa do avô Domingos, pai de Dorival, que morava ali perto. Ângela ouviu mais tiros. Quando voltou com o avô, a casa estava cheia de policiais. Eles então apontaram as armas para a sua cabeça. E Ângela e os irmãos foram levados para o quarto, proibidos de sair, enquanto sua mãe e seu avô eram interrogados na cozinha. Depois, já de madrugada, foram levados presos, para somente voltar na noite seguinte, sem nenhuma notícia do seu pai.
No dia 4 de abril, a família enterrou o corpo de Dorival Ferreira sem saber como, onde e a que horas ele de fato morrera.
Quando foi chamado em sua casa, o sr. Domingos, de nacionalidade portuguesa e carpinteiro de profissão, estava com 61 anos. Inicialmente, ele pensou que se tratasse de outro filho, que bebia e já tinha se envolvido em encrencas. A neta, porém, insistia em que seu pai é que estava ferido. O sr. Domingos dirigiu-se então à casa de Dorival, com quem mantinha pouco contato, pois estavam com relações estremecidas. A casa estava tomada pela polícia. "Cadê Dorival? Onde está meu filho?" A resposta foi curta e grossa: "Está preso, foi conduzido à polícia". (Dois meses depois, em 2/6/70, o sr. Domingos Antonio Ferreira prestou depoimento para o delegado Edsel Magnotti, do Dops/SP.)
A versão oficial saiu nos jornais no dia 4 de abril: "Morreu fuzilado na luta com a polícia" (*Última Hora*). "Enfrentou a polícia à bala e foi fuzilado" (*Notícias Populares*). Diz o texto: "Ao receber voz de prisão, Dorival teria atirado num agente, ferindo-o gravemente, saltado um muro e, logo após, teria sido

alvejado por uma rajada de metralhadora, caindo mortalmente ferido na Rua Particular, nos fundos de sua casa, à Rua Zuma Sá Pereira, 18, Osasco".
A notícia confirma a prisão do sr. Domingos e de Esterlita, esposa de Dorival, e registra a apreensão de uma metralhadora na casa do militante da ALN.
A verdade é outra. No arquivo do Dops foram encontrados documentos que desmentem a versão oficial.
1- Na relação dos pertences arrecadados de Dorival Ferreira não consta nenhuma arma: nem o revólver que portaria ao ser morto nem a metralhadora pretensamente apreendida depois.
2- Outro documento referente a Dorival Ferreira, diz:
Executado em 3/4/70 - SP 30-Z-160-12765
Enquanto o Laudo de Exame Necroscópico assinado pelos drs. Otávio D'Andrea e Antonio Valentini informa que Dorival teria morrido às *20h do dia 2/4/70,* outro documento registra 11 ferimentos provocados por tiros e confirma os depoimentos da esposa, da filha e do pai do militante de que ele fora levado ainda com vida para a prisão, tendo sido executado no dia 3 de abril de 1970.
Quando foi executado, Dorival Ferreira tinha 38 anos.
O caso foi acolhido por unanimidade na Comissão Especial, após receber parecer favorável da relatora Eunice Paiva.

Rosto desmente versão

José Idésio Brianezi (23/3/1946 - 13/4/1970)

A única foto encontrada nos arquivos do Dops/SP é de má qualidade. Mostra apenas o rosto de José Idésio Brianezi de frente. Essa foto foi mostrada às pessoas que o viram vivo pela última vez: todas ficaram surpresas.
Seu rosto está visivelmente depauperado, com sinais de maus-tratos, magro, com a barba por fazer — e ele a mantinha sempre escanhoada.
A versão oficial: *Falecido em tiroteio travado com a polícia, após ferir gravemente os sargentos Absalon Moreira Luz e Manoel Alves do Nascimento.* (Requisição de Exame ao IML, assinado pelo delegado Alcides Cintra Bueno Filho.)
Documento encontrado nos arquivos do Dops/SP (30-Z-160-5302) traz a mesma versão: *Ontem, por volta das 21 horas, numa pensão da Rua Itatins, 88, durante tiroteio travado com agentes da Operação Bandeirantes, foi morto o terrorista José Idésio Brianezi, vulgo* Mariano *(...) No horário citado,* Mariano, *ao chegar à pensão, deparou com os policiais. Incontinenti, sacou sua arma atirando contra o sargento, ocasião em que também foi atingido pelos agentes, vindo a falecer no local.*
A Comissão Nacional de Familiares foi ao endereço citado e constatou que a pensão não existe mais. Verificou, contudo, que não foi feita perícia de local, indispensável no caso de morte a tiros ocorrida em uma residência.
A única foto encontrada de Brianezi foi mostrada a Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz. Seu depoimento:

Em janeiro de 1970, na qualidade de militante e dirigente da ALN, fui transferido para São Paulo, com a finalidade de ajudar a reorganizar nossas fileiras... Ao encontrar os sobreviventes de nossa Organização conheci José Idésio Brianezi. A partir daí mantivemos contato estreito até a sua prisão... Jovem de 24 anos, vivia na clandestinidade como eu, e utilizava, para escapar das batidas policiais e alugar quarto nas pensões onde morava, o mesmo tipo de cobertura que a maioria de nós: era um imigrante vindo do interior em busca de oportunidades...
As profissões que melhor se encaixavam eram de representantes comerciais ou vendedor.
Este tipo de disfarce exigia de nós asseio e apresentação impecáveis, recomendando mesmo o uso de paletó e gravata. José era um bom militante e seguia à risca as regras de segurança exigidas pela clandestinidade. Lembro-me dele sempre arrumado, de terno e com barba feita todos os dias... José foi declarado morto em tiroteio na pensão onde morava às 21h do dia 13/4/1970. Voltava, portanto, de um dia de trabalho. A barba que ostentava na foto não é aquela de uma pessoa que necessita manter um disfarce a qualquer custo, aparenta muito mais de 24h, o que induz a pensar que ele esteve sob custódia, vivo... Seu rosto estava mais magro, denotando sofrimento anterior à morte. Outro fato chama a atenção: nas fotos de pessoas comprovadamente mortas em tiroteio na rua, percebe-se as vestimentas que portavam no momento do confronto, o que não é o caso de José Idésio Brianezi.
Guiomar Silva Lopes manteve contato com Brianezi de dezembro de 1969 a março de 1970, quando foi presa. Seu depoimento: *Era um rapaz jovem, alto, forte, com cabelos castanhos, pele muito clara que lhe dava o aspecto de um europeu. Tinha o visual de um jovem de classe média, vestia-se com discrição, sem nunca ter notado descuidos com o penteado, com a barba ou com a roupa... A foto que me foi apresentada me deixou surpresa, pois não parecia a mesma pessoa por causa do aspecto e das transformações em seu rosto.*

O relator Nilmário Miranda apresentou a foto ao ex-sargento Marival Chaves do Canto, que servira no DOI-Codi/SP de 1972 a 1976. Ele nada sabia sobre Brianezi, morto em 1970, mas considerou: *parecia óbvio que era a foto de uma pessoa que estivera presa devido à barba por fazer e o estado do rosto, onde é visível a depauperação e os mau-tratos.*
Do mesmo modo, o médico paranaense José Lopes confirmou que esteve com Brianezi pouco antes da morte, com o mesmo rosto cheio, corado, vestindo-se bem e com a barba escanhoada. Por coincidência, José Lopes esteve na mesma pensão à Rua Itatins, 88.

Outras contradições

O perito Celso Nenevê analisou o laudo necroscópico e a foto. Ele se viu impossibilitado de reconstituir a dinâmica do evento, devido às omissões do laudo assinado por Cypriano Oswaldo Mônaco e Paulo Augusto Queiroz Rocha, à falta de fotografias da necropsia e da perícia de local. No entanto, observou: *para pelo menos dois destes disparos, o primeiro que apresentou lesão de entrada na região carotidiana esquerda e saída na região occipital, e o segundo que penetrou na linha axilar esquerda e se alojou nos músculos dorsais, seus projéteis apresentaram trajetórias ligeiramente de frente para trás e não de trás para a frente, como descrito no laudo.* E mais: *Pelo descrito, fica evidente uma diferença de nível, no momento dos disparos, entre o corpo de José Idésio Brianezi e o(s) outro(s) dos disparos.*

Brianezi tinha 1,84 m de altura. O laudo descreve trajetória de cima para baixo dos disparos. São indícios de execução.

O relator descartou a exumação dos restos mortais de José Idésio com base em depoimentos dos seus pais, José Paulino (falecido em 1988) e América (falecida em 1996), que põem em dúvida a identificação dos mesmos. Eis o que eles disseram ao exumar os restos mortais do filho, enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, com o objetivo de fazer o traslado para o Cemitério de Apucarana, no Paraná:

Enterramos um amontoado de ossos que foi trazido num saco plástico, faltando parte dos braços, pernas, cabeça, disse América à *Folha de Londrina.*

Testemunhas como o ex-prefeito de Apucarana Carlos Roberto Scarpellini comprovam que, à época, os pais de José Idésio perceberam no saco plástico uma mecha de cabelo que não era do filho.

José Idésio Brianezi nasceu em Londrina, em 23 de março de 1946. Atuou no Movimento Estudantil Secundarista de Jandaia do Sul e de Apucarana. Juntamente com Antonio dos Três Reis de Oliveira (desaparecido político incluído no Anexo da Lei 9.140/95), ingressou na ALN no início de 1969, indo para São Paulo, onde foi morto aos 24 anos pela equipe do delegado D'Andrea, do DOI-Codi/SP.

Com parecer favorável do relator Nilmário Miranda, o caso foi reconhecido por 6 x 1 pela Comissão Especial, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes.

Suicídio forjado

Norberto Nehring (20/9/1940 - 25/4/1970)

Ia e Marta, minhas adoradas!
Cheguei no sábado aqui na terra e, tristeza, já estou frito. Frito!
Logo de cara dei com um cara conhecido da Pfizer, que arregalou os olhos.

Isto deixou-me nervoso e também por um excesso de confiança terminei por usar meu nome na portaria do hotel... Que besteira! Custou-me a vida. Imediatamente segui para Niterói, mas eles não desgrudaram mais de mim. Fiz o possível, mas são sempre muitos à distância de 4 ou 5 ao meu lado. No domingo já estava eu em Campinas, depois Vitória e Belo Horizonte. E sempre eles, crendo que sou um grande líder, preparando emboscadas pelo caminho, a fim de surpreender os meus salvadores. Pensavam que também viajei para buscar gente conhecida. Ora bolas!!! Fui viajando apenas para ver o que fazer, já que enquanto viajava eles seguiam sem me perder. Inicialmente também viajei para ver se estavam me seguindo mesmo, e com isso, o cerco foi estreitando. Depois de tudo, decidi vir para São Paulo simplesmente porque tanto me fazia vir para cá como ir para qualquer outro lugar. Recuso-me a procurar a família; não vou envolver ninguém nisto neste momento e nesta situação.
Não fui preso até agora — procuraram desmoralizar-me. Querem saber para que vim aqui (sabe-se lá o que imaginam) ou quem vou procurar. Como se tivesse quem procurar!!!
Minhas adoradas, perdoem-me por isto — quer dizer, por morrer ou ir preso (e eventualmente morrer lá). Nesta vida a senda é estreita. Pesa para morrer. Estejam seguras que qualquer seja meu destino, amei-as como poucos puderam gostar tanto da esposa e da filha.
Da Martinha tenho três desenhos e guardo comigo teu isqueiro, Ia amada.
Com você tive os melhores momentos de minha vida. Sete anos de casamento, altíssima e (borrado) *grande felicidade. Mas, enfim, ... , sensibilidade e sentimento de indignação que nos leva ao protesto.*
Por favor, Ia querida, não volte para o Brasil; por bons tempos fique aí na Europa.
Não tenho certeza de que vocês receberão esta carta, mas pode ser que eles publiquem algo.
Tchau, Norberto
(segue)
Por favor, entreguem esta carta a Nice Monteiro Carneiro Nehring
19ª Junta Justiça do Trabalho
São Paulo, Capital

Norberto — Norberto Nehring, economista, 29 anos, paulista, militante da ALN. Fora preso em 7 de janeiro de 1969 no Dops. Ao ser libertado foi para Cuba. Um ano depois, 18 de abril de 1970, desembarcou no Galeão com dois companheiros e uma mala de fundo falso com dinheiro da organização, que acabou desaparecendo.

Ia — A amada de Norberto é Maria Lygia Quartin de Moraes, estava em Paris. Casaram-se em 1963.

Marta — A adorada filha então com 6 anos.
Nice Monteiro Carneiro Nehring — Mãe de Norberto.
A versão oficial está em um inquérito policial a cargo do delegado Ary Casagrande: ele teria sido encontrado morto no dia 25 de abril de 1970, no quarto 21 do Hotel Pirajá, na Alameda Nothmann, 949, Centro de São Paulo, enforcado com uma gravata. Trazia uma identidade com o nome Ernest Snell Burmann. Como entre seus pertences havia um bilhete assinado *Norberto* e endereçado a Nice Monteiro Carneiro Nehring, três meses depois do suposto suicídio ela foi chamada à Delegacia, onde fez o reconhecimento do filho pela foto da identidade de Ernest Snell Burmann e pela sua letra.
Estranhamente, a perícia de local, absolutamente indispensável, não foi solicitada. A família de Nehring requereu a exumação do corpo e a autópsia, mas não teve o pedido concedido. Ele foi enterrado com nome falso no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo. Posteriormente, ainda no mesmo ano de sua morte, a família conseguiu trasladar seus restos mortais para um jazigo familiar.
Neddy Quartin de Moraes, pai de Maria Lygia, em meados de 1970 foi chamado à 3ª Delegacia de Polícia para retirar os pertences de Norberto. Pediu para ver as fotos da Polícia Técnica referentes à perícia de local. Foi informado de que não existiam. Dali foi ao Hotel Pirajá e conversou com o porteiro que trabalhava há muito tempo no estabelecimento: este disse-lhe que não acontecera nenhum suicídio no local, um conhecido bordel freqüentado por policiais e localizado próximo ao Dops.
No Inquérito Policial há duas referências diferentes para a *causa mortis*. Na requisição para o IML, a *causa mortis* é "asfixia mecânica por afogamento". O laudo necroscópico, jamais encontrado, citado no relatório do delegado Casagrande, dá como causa da morte "asfixia mecânica por enforcamento", e como instrumento uma gravata de fantasia.
No *Brasil: Nunca Mais* dois presos políticos denunciam a morte de Norberto Nehring.
Diógenes Arruda Câmara denuncia as atrocidades cometidas pelo governo militar e dentre os nomes de militantes mortos sob tortura cita Norberto Nehring.
Paulo de Tarso Venceslau, contemporâneo de Nehring na Faculdade de Ciências Econômicas e Administração da USP e preso desde setembro de 1969, declarou que em fins de abril ou início de maio de 1970 era voz corrente entre os policiais que o Dops paulista havia prendido o economista Norberto Nehring e que o teria eliminado em um dos hotéis da "boca do lixo". Ele teria sido preso em um aeroporto após sua chegada ao Brasil, provavelmente da antiga Tchecoslováquia.
Maria Lygia recebeu em Paris uma carta de Joaquim Câmara Ferreira informando que presos políticos viram um corpo ser retirado da prisão e que o mesmo era de Norberto Nehring.

A Anistia Internacional denunciou sua morte: *Norberto Nehring — died under tortures (Norberto Nehring - morto sob torturas), São Paulo, 24-4-70. Source: correspondance received by Amnesty Internacional.*
Documento do Ciex encontrado no Dops/SP contém um extenso relatório de um informante infiltrado em Cuba dando conta dos militantes que estiveram naquele país, no qual cita Nehring, e revela que a entrada dos mesmos no Brasil era conhecida e, até em muitos casos, controlada.
Na Comissão Especial, o relator Paulo Gonet Branco considerou precárias as provas presentes nos autos: os dois depoimentos de presos políticos; o depoimento do sogro; a carta de Joaquim Câmara Ferreira, citada, mas não incorporada ao processo; a ausência de perícia de local; a demora de três meses para que fosse comunicado à mãe do morto o seu falecimento, apesar de o bilhete do "suicida", que teria sido encontrado ao lado do corpo, estar endereçado a ela.
No entanto, o relator fez as seguintes considerações:

> O bilhete tido como sendo de Norberto revela estado de aflição. Fala em sua tristeza e seu autor se diz "frito", a significar que pressentia a captura. Nele conta que viajou para Niterói, Campos, Vitória, Belo Horizonte, terminando em São Paulo, e sentia a perseguição constante e mais próxima. O bilhete indica alguém em estado de angústia; não se entremostra, todavia, uma nota típica de suicida, mas, antes, um registro de alguém que tem a consciência de que corre risco de vida.
> (...) Há depoimento indicando que não era da personalidade do falecido a propensão para o suicídio.
> (...) A falta de documentação sobre o alegado suicídio, acrescida da contradição no indicar a *causa mortis*, reduz o poder de convencimento da tese do auto-enforcamento em um hotel em São Paulo.

A conclusão do parecer de Paulo Gonet Branco:

> (...) Mesmo sem evidências irrefutáveis, acredito que o caso merece ser enquadrado na Lei 9.140/95.

A Comissão Especial entendeu que aquela não era uma carta de um suicida e reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Norberto Nehring.

Metralhado e desaparecido

Antonio dos Três Reis Oliveira (19/11/1946 - 17/5/1970)

Antonio dos Três Reis Oliveira consta da lista de desaparecidos políticos e a sua morte foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95. Ele foi assassinado por agentes de segurança do Estado aos 23 anos, juntamente com Alceri Maria Gomes da Silva, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em

São Paulo, no dia 17 de maio de 1970, quando a casa onde se encontravam foi invadida por agentes dos órgãos de segurança.
O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* registra as seguintes informações sobre Antonio dos Três Reis Oliveira: fez o curso ginasial no Colégio Nilo Cairo e estudou Ciências Econômicas na Faculdade de Apucarana, tornando-se membro da União Paranaense de Estudantes. Na companhia de José Idésio Brianezi, posteriormente militante da ALN também assassinado pela ditadura, produzia na época programas para a rádio local.
Foi indiciado no Processo 15/68, por sua participação no XXX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE - Ibiúna/SP), e no inquérito policial n° 9/72, dos quais foi excluído em decorrência de sua morte.
Segundo denúncia de presos políticos de São Paulo, em documento datado de março de 1976, Antônio foi metralhado em sua residência, no bairro do Tatuapé, por agentes da Oban, chefiados pelo capitão Maurício Lopes de Lima.
Em 1991, seu nome foi encontrado no Dops/PR, numa gaveta com a identificação: *falecidos*.
Foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, no dia 21 de maio de 1970. O laudo necroscópico refere-se a um único tiro no olho direito e é assinado pelos médicos-legistas João Pagenoto e Abeylard Queiroz Orsini.
No dia 10 de dezembro de 1991, com a presença de seus familiares, da equipe de técnicos da Unicamp, da Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus e da Comissão Nacional de Familiares de Mortos e Desaparecidos, foi tentada a exumação de seus restos mortais, que não foram encontrados. A quadra onde deveria estar enterrado Antônio e pelo menos outros dois presos políticos da época (Alceri Maria Gomes da Silva, assassinada em São Paulo na mesma ocasião, e Antônio Raimundo Lucena, assassinado em Atibaia no dia 20 de fevereiro de 1970) passara por profundas alterações. Em 1976, segundo coveiros que trabalhavam no local, houve exumações no momento da alteração da quadra, e as ossadas foram jogadas em algum lugar do cemitério.
No Relatório do Ministério da Aeronáutica consta: *faleceu em 17 de maio de 1970, em Tatuapé (SP), quando uma equipe de segurança procurava averiguar a existência de um provável aparelho, o que resultou na sua morte*, insistindo em não revelar as informações verdadeiras sobre a sua morte e o seu paradeiro.

Toledo, o sucessor de Marighella

Joaquim Câmara Ferreira (5/9/1913 - 23/10/1970)

Maurício Segall tem convicção de que a morte de Joaquim Câmara Ferreira, o *Toledo*, salvou a sua vida, assim como as de Viriato Xavier de Mello e de Maria de Lourdes Rego Melo.

Maurício e Maria de Lourdes foram presos em um "ponto" na Vila Mariana e levados ao sítio do delegado Sérgio Fleury, do Dops/SP, com os olhos vendados. Ainda não havia rede de energia elétrica no local e os choques eram gerados por um aparelho acionado por manivela manual.
Viriato Xavier, recém-chegado de Cuba, já estava no sítio sendo torturado. Tudo o que se passava em um quarto era ouvido no outro.
O próprio Fleury, ao lado de um agente do Cenimar, interrogava Segall, pendurado no pau-de-arara. Ele ficou com a impressão de que os torturadores estavam constantemente drogados. Era muita gente, todos muito excitados.
No meio da noite, Maurício Segall recorda que houve uma agitação coletiva, indicando que algo importante acontecera. Puseram um apoio nos seus quadris, para que não ficasse totalmente pendurado, e a maioria dos agentes deixou o sítio. Já não sentia as pernas, dormentes, por falta de circulação adequada do sangue. Foi então retirado do pau-de-arara e ficou sentado na sala. Ouviu uma pessoa arfando desesperadamente, sofregamente. Por uma fresta na venda que tampava seus olhos, viu que era *Toledo*. Foi levado para um dos quartos. Depois viu passar uma pessoa com calças e sapatos brancos — era um médico. *Toledo* parara de arfar.

"O acampamento foi levantado e fomos levados para o Dops e logo, a seguir, para a Oban. Os militares da Oban queriam saber onde era o sítio de Fleury e mostravam-se irritados com a morte de Toledo *antes que tivessem tido a oportunidade de interrogá-lo."*

Documento encontrado no arquivo do Dops/SP, Relatório Especial de Informações n° 7 da 2ª Seção do II Exército revela como os órgãos de segurança chegaram a Joaquim Câmara Ferreira.

A delação

Em setembro de 1970, José da Silva Tavares foi preso em Belém, Pará, recém-chegado de Cuba. Mineiro de Poço Fundo, 24 anos, militante do movimento estudantil na Faculdade de Filosofia da UFMG, fora preso em Ibiúna no XXX Congresso da UNE e militara na Corrente Revolucionária de Minas antes de ingressar na ALN. Segundo esse documento, o delegado Fleury trouxe Tavares para São Paulo e, com sua colaboração, chegou a *Toledo*.
Na verdade, José da Silva Tavares passara a trabalhar para a polícia política, infiltrando-se na ALN para chegar a Joaquim Câmara Ferreira, o principal dirigente da esquerda armada depois da morte de Marighella. A partir do "trabalho" de infiltração, foram presos Maria de Lourdes Rego Melo, secretária-geral de *Toledo*, Maurício Segall e Viriato Xavier de Mello Filho. No dia 23 de outubro, às 20h30, *Toledo* foi preso. Apesar dos 57 anos, reagiu, atracando-se com os policiais do Esquadrão da Morte, comandados por Fleury. Foi dominado e levado para o sítio do chefe da operação repressiva onde foi torturado e morto horas depois.

A versão oficial diz que *Toledo* morreu do coração minutos depois de ter sido preso. Os órgãos de segurança aproveitaram a mesma nota oficial para anunciar que Eduardo Leite, *o Bacuri* — dirigente político que se encontrava preso —, fora levado do Dops ao "ponto" com *Toledo* com o objetivo de reconhecê-lo, e aproveitara a confusão para fugir. Na verdade, essa falsa informação significava a sentença de morte de *Bacuri*. Ele continuava preso no Dops, de onde seria depois retirado e levado para um cárcere clandestino (possivelmente o mesmo sítio de Fleury), para ser assassinado no dia 8 de dezembro do mesmo ano de 1970.

Os médicos-legistas convocados para convalidar a farsa da morte "natural" de *Toledo*, Mário Santalucia e Paulo Augusto de A. Rocha, ainda assim descreveram ferimento contuso no supercílio, equimoses no braço direito, contusões no hemitórax direito e no dorso das mãos.

Joaquim Câmara Ferreira era paulistano, mas cresceu em Jaboticabal, onde seu pai foi prefeito. Não concluiu o curso de Engenharia para dedicar-se por inteiro ao Partido Comunista, no qual ingressara em 1933. Na Federação da Juventude Comunista militou com uma geração de grandes personalidades como Arnaldo Pedroso Horta, Mário Schemberg, Noé Gertel, Eduardo Maffei e foi se destacando como jornalista.

Em 1937, passou à clandestinidade. Em 1939 foi preso e torturado pela polícia política de Filinto Müller e condenado a sete anos de prisão, sendo libertado somente com a Anistia de 1946. No mesmo ano, foi eleito vereador pelo PCB, em Jaboticabal, aos 33 anos. Só ficou um ano na Câmara porque, em 1947, o PCB teve o registro cassado e seus senadores, deputados federais e estaduais e vereadores perderam os mandatos.

Dirigiu os jornais *Hoje* e *Notícias de Hoje*.

No Golpe Militar de 1964 foi preso, depois libertado, e posteriormente condenado a dois anos de prisão, passando à clandestinidade.

Foi uma das lideranças que encabeçaram o Manifesto do Agrupamento Comunista de São Paulo, em 1967, dissidência do PCB que daria origem à ALN.

Por razões de segurança decorrentes do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, do qual participara, *Toledo* estava realizando missões na Europa quando ocorreu a morte de Marighella. Voltou então ao Brasil para assumir o comando da ALN.

Suzana Keniger Lisbôa foi a relatora do caso na Comissão Especial. O seu parecer favorável foi acolhido por unanimidade.

Bacuri, 109 dias sob tortura

Eduardo Collen Leite (28/8/1945 - 7/12/1970)

Vinte e quatro de outubro de 1970, solitária do fundão no Deops/SP: o tenente Chiari da PM informa a Eduardo Collen Leite, o *Bacuri*, mineiro de Campo

Belo, que o jornal daquele sábado estava noticiando a sua fuga, ocorrida no dia anterior. Outros presos políticos, como Vinícius Caldeira Brant e Viriato Xavier, também ouviram o comunicado.

A notícia era detalhada. Dizia que no dia anterior fora preso e morto Joaquim Câmara Ferreira, líder da ALN, no bairro de Moema, em São Paulo, e que *Bacuri* teria sido levado ao local para ajudar os agentes do Deops, comandandos pelo delegado Sérgio Fleury, a reconhecer *Toledo*, como era conhecido o sucessor de Marighella. Na confusão da prisão e morte de Câmara Ferreira, *Bacuri* e outros dois companheiros teriam conseguido se evadir.

O tenente fez questão de mostrar o jornal com a notícia ao próprio *Bacuri*. No dia seguinte, Vinícius Caldeira Brandt avisou ao delegado Josecyr Cuoco, do mesmo Deops/SP, que nada menos de 50 presos políticos eram testemunhas da presença do "fugitivo" *Bacuri* na cela F-1 do "fundão", uma das solitárias da delegacia. Havia um clima de apreensão e de forte indignação dos presos políticos diante do que parecia ser a decretação da morte de *Bacuri*.

No "fundão", Bacuri na F-1 disse a Vinícius na F-4: *A única esperança que me resta é que a decretação da minha morte chegue ao novo arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns. Ele luta de fato pelos direitos humanos.*

Nada aconteceu no domingo nem na segunda-feira até o meio da tarde, quando o delegado Luiz Gonzaga Barbosa Santos, encarregado da carceragem, esvaziou o X-1 (xadrez localizado em frente à sala dos carcereiros), redistribuindo os presos pelas outras celas e mandando azeitar as dobradiças das portas para que não fizessem ruído. Às 18h, *Bacuri* foi transferido para o X-1 e Vinícius foi da F-4 para a F-1. O estado de *Bacuri* era lastimável. Para chegar ao X-1, tinha sido praticamente carregado pelos policiais.

Bacuri despediu-se de Vinícius. Tinha consciência do que lhe estava reservado, mas mantinha uma postura digna e tranqüila, segundo Vinícius. Os 50 presos, que assistiam a essa preparação macabra, montaram uma vigília permanente.

À 1h da madrugada vieram buscá-lo. Vinícius e Viriato nada podiam ver, porque o "fundão" era separado das outras celas por uma pesada porta. Mas puderam ouvir a explosão de protestos dos outros presos, gritos, batidas nas portas, nos beliches — em tudo o que provocasse barulho.

A companheira de *Bacuri*, Denise Crispim, presa em 23 de julho, fora solta um tempo depois devido ao seu avançado estado de gravidez. Em 10 de outubro, 16 dias antes de Bacuri ter sido visto pela última vez, deu à luz Eduarda, na Itália, onde se refugiara. Eduardo Collen Leite não chegou a conhecer a filha.

Via-crúcis

A via-crúcis de *Bacuri* durou 109 dias. Foi preso no dia 21 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro, pela equipe do delegado Sérgio Fleury e conduzido a um centro clandestino de torturas em São Conrado, onde foi visto por Ottoni Fernandes, preso no mesmo dia e também ali submetido a torturas. Eduardo

Leite foi interrogado e torturado em muitos locais no Rio e em São Paulo: Cenimar/RJ, DOI-Codi/RJ, QG do I Exército/RJ, 41ª DP-SP, DOI-Codi/SP e Deops/SP, entre outros.
Após ser retirado do X-1 do Deops, nunca mais foi visto por ninguém, a não ser por seus algozes. Os presos perguntavam por ele aos policiais, que diziam nada saber sobre o seu destino.
Muitos dos que iam a audiências nas Auditorias Militares denunciavam a retirada de Bacuri da cela para local desconhecido, mas os juízes-auditores, como Nelson Guimarães, nada faziam. *Carlinhos Metralha*, um dos sequazes de Fleury no Deops e no Esquadrão da Morte, dizia que *Bacuri* estava no sítio particular de Fleury, mesmo local onde Joaquim Câmara Ferreira, o *Toledo*, fora torturado e morto, segundo o testemunho de Maurício Segall.
No dia 8 de dezembro de 1970, o corpo de *Bacuri* foi encontrado nas imediações de São Sebastião, litoral norte do Estado de São Paulo. No dia anterior, o embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, havia sido seqüestrado no Rio de Janeiro por um comando da VPR, liderado por Carlos Lamarca. O nome de *Bacuri* com certeza estaria na lista dos presos políticos cuja libertação seria pedida em troca do diplomata. A repressão não poderia apresentá-lo: além da farsa da fuga, ele estava dilacerado pelas torturas.
Seu corpo foi encontrado apresentando hematomas, escoriações, cortes profundos, queimaduras, dentes arrancados e os olhos vazados.
Os médicos-legistas Aloysio Fernandes e Décio Brandão Camargo, de Santos, reproduzem a versão de morte em tiroteio, que teria ocorrido às 22h do dia 8 de dezembro de 1970, em Boracéia, ligação entre Bertioga e São Sebastião. O laudo registra quatro disparos e responde *não* ao item que pergunta se houve tortura.
Bacuri, Eduardo Collen Leite, era natural de Campo Belo, Minas Gerais. Com a família, mudou-se para São Paulo, onde foi estudante. Integrou-se à Polop, depois à VPR (1968) e no ano seguinte fundou a Rede (Resistência Democrática), ingressando, por fim, na ALN.
Suzana Keniger Lisbôa foi a relatora do caso na Comissão Especial. O reconhecimento da responsabilidade do Estado na morte de *Bacuri* foi aprovado por unanimidade.

Um corpo que cai

Aldo de Sá Brito Souza Neto (20/1/1951 - 7/1/1971)

Aldo de Sá Brito Souza Neto subiu os três andares com os policiais militares no seu encalço e entrou em um apartamento para despistá-los. Saltou da janela do 3° andar tentando alcançar a residência vizinha? Tentou descer pelo fio da antena de TV e caiu? Ou simplesmente pulou e fraturou as pernas e a bacia na queda?

Os PMs da Rádio-Patrulha n° 17 levaram-no ao pronto-socorro e conduziram o outro preso ao Dops. Newton Moraes tentara a fuga junto com Aldo, escondendo-se atrás de um guarda-roupa no edifício Alvarenga, na Rua Santa Maria, Floresta, Belo Horizonte.
Tudo isso ocorreu por volta das 19h do dia 6 de janeiro de 1971. Não se sabe exatamente quanto tempo Aldo permaneceu no pronto-socorro. Mas há certeza quanto ao fato de que ele chegou consciente. Segundo os jornais *Estado de Minas* e *Diário de Minas*, ele próprio informou aos médicos que se chamava Haroldo, tentando encobrir a própria identidade. Agentes da repressão retiraram Aldo do pronto-socorro e levaram-no para interrogatório. Algum tempo depois, deu entrada no Hospital Militar, de onde não mais saiu com vida. Morreu no dia seguinte ao da prisão, 7 de janeiro.
O assassinato de Aldo, sob tortura, pode estar relacionado ao seqüestro, no Rio de Janeiro, do embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, por um comando da VPR, liderado por Carlos Lamarca. As negociações andavam tensas e os órgãos repressivos estavam em estado de alerta. Companheiros de Aldo acreditam que ele foi retirado do pronto-socorro devido ao fato de ter vindo recentemente do Rio. Presos políticos da época denunciaram os seguintes torturadores como responsáveis pelo seu assassinato: tenente Marcelo Paixão, do CPOR; capitão Pedro Ivo; e o delegado do Dops Renato Aragão.
O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* afirma que a coroa-de-cristo, fita de aço que esmaga aos poucos o crânio da vítima, foi utilizada em Aldo, produzindo afundamento de 2 cm em sua cabeça. Carlos Eugênio Sarmento da Paz também declara a mesma coisa.

Assalto a banco

O assalto à agencia do Banco Nacional, na esquina das ruas Tupinambás e Rio Grande do Sul, no centro de Belo Horizonte, começou minutos antes das 18h de 6 de Janeiro de 1971. Quatro militantes da ALN entraram na agência (um ficou em um dos carros) e levaram 100 mil cruzeiros. Uma das pessoas presas no banheiro fugiu e deu o alarme. À saída do banco, uma pequena multidão aglomerou-se e os assaltantes atiraram para o ar. Não se sabe se pelos tiros ou pelo alarme de quem escapou do banheiro, logo chegou a RP-17 com PMs.
Milton Campos, estudante do 3° científico, tentou fugir a pé e foi preso. Marcos Nonato e Manuel José de Abreu (posteriormente mortos em São Paulo) conseguiram escapar ilesos em um Aero Willys roubado e foram para São Paulo. Newton Moraes, terceiranista de Engenharia da Universidade Federal de Ouro Preto, e Aldo de Sá Brito tentaram a fuga em um Fusca e a RP-17 localizou-os. No tradicional bairro da Floresta, Praça Negrão de Lima, abandonaram o carro e prosseguiram a pé. Andaram pela Rua Santa Maria, sem saída, e não conseguiram esconder-se no edifício Alvarenga, onde Newton foi preso com Aldo, após a queda do 3° andar.

Na porta do prédio, um garoto de 14 anos, Marcelo Tavares, foi atingido por um disparo e acabou morrendo. Newton Moraes foi acusado por essa morte. O promotor da Justiça Militar, Simião de Faria, anunciou que pediria pena capital. O delegado Renato Aragão apresentou o preso à imprensa, mas os jornalistas não podiam lhe dirigir perguntas. Tinham de fazê-las ao delegado, que por sua vez as repetia para Newton. Com o rosto machucado e sem dizer uma palavra, as respostas limitavam-se a acenos com a cabeça. Tempos depois, Newton Moraes foi absolvido, ficando provado que não saíra da arma dele o tiro que matou o jovem inocente.

No dia 7 de janeiro nada foi publicado na imprensa sobre o assalto e as prisões do dia anterior.

No dia seguinte saiu uma notícia detalhada sobre o assalto, relatando a fuga com êxito no Aero Willys e a tentativa de evasão no Fusca, perseguido pela RP-17, e as várias prisões efetuadas: Milton Campos e Newton Moraes; os estudantes Hervê de Melo e sua irmã Maria Célia; Luiz Fernando dos Reis e Marco Aurélio. Estranhamente informava também que um certo Fernando Antônio Araújo Barcelar saltara do terceiro andar de um prédio no bairro da Floresta, fraturando a bacia e as pernas, tendo morrido em conseqüência da queda. Dizia ainda que o seu corpo permanecia no IML, guardado por PMs, esperando que sua família o procurasse.

No dia 8, o delegado Renato Aragão convocou coletiva e anunciou que naqueles dias fora preso "nas cercanias de Belo Horizonte, o conhecido e perigoso terrorista Aldo de Sá Brito Neto". Declarou-se surpreso com sua presença em Belo Horizonte e disse que "estava sendo interrogado sob o maior sigilo". Quanto ao morto, Fernando Antônio Araújo Barcelar, seu corpo continuava à espera dos parentes. A farsa prosseguiu nos dias 9 e 10. Nos dias 11, 12 e 13 nada saiu nos jornais. Nos jornais do dia 14 o delegado Renato Aragão revelou que nunca existira Fernando Antônio Araújo Barcelar, que a morte no dia 7 era de Aldo de Sá Brito Neto, que a confusão fora intencional e fazia parte de uma estratégia para "levar pânico ao terror". Nesse mesmo dia terminara o seqüestro do embaixador suíço com a libertação de 70 presos políticos, que foram banidos para o Chile.

Nesse meio tempo, nos jornais do dia 10, era informado que Mercedes Barros Câmara, avó de Aldo, estivera em Belo Horizonte e fora ao IML fazer o reconhecimento do cadáver de Fernando Barcelar, supondo que fosse o do seu neto. O corpo que lhe mostraram não era o dele. Era o de outra pessoa, alheia à história.

Informações falsas

Foi Mercedes quem criou Aldo e seus dois irmãos, quando perderam a mãe. Aldo tinha 11 anos. Estudou até o 3° científico e aos 17 ingressou na ALN. Passou à clandestinidade e foi morto aos 19 anos.

Alguém comunicou a Mercedes que seu neto fora preso em Belo Horizonte (provavelmente um dos companheiros dele que escaparam, Marcos Nonato ou Manuel José de Abreu). Mercedes pediu a um primo, cardeal dom Jayme de Barros Câmara, que a recomendasse a dom João Resende Costa, arcebispo de Belo Horizonte. O bispo auxiliar dom Serafim acompanhou Mercedes ao Dops, onde recebeu informações falsas: disseram-lhe que Aldo fora levado a Juiz de Fora para ser interrogado e só voltaria em dois dias. Somente no dia 13 seu genro tomou conhecimento de que Aldo estava morto desde o dia 7 de janeiro.

A repressão permitiu que o corpo de Aldo fosse trasladado para o Rio de Janeiro, mas proibiu que houvesse velório no enterro.

O Atestado de Óbito foi assinada por Djezzar Gonçalves Leite, registrando que ele morreu às 12h do dia 7 de janeiro de 1971, no Hospital Militar, dando como causa da morte "hemorragia crânio-encefálica".

O laudo de exame necroscópico, assinado pelos médicos-legistas Neyder Teixeira e Vera Lúcia Junqueira Monteiro de Barros, reproduz a falsa versão de morte em tiroteio. Segundo o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e o *Grupo Tortura Nunca Mais* (MG), o CRM-MG não investigou nem abriu processo contra os médicos-legistas que assinaram os laudos.

A responsabilidade do Estado na morte de Aldo de Sá Brito Neto foi reconhecida na Comissão Especial por 6 x 1, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes. A relatora do caso foi Suzana Keniger Lisbôa.

Seqüestrado no Centro de São Paulo

Luiz Almeida de Araújo (27/8/1943 - Julho de 1971)

Luiz Almeida de Araújo desapareceu aos 28 anos. Era um dos quatro irmãos de Maria do Amparo Araújo, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco, em 1998. Ela o viu pela última vez em 16 de junho de 1971. Oito dias depois, Luiz foi seqüestrado na Avenida Angélica, em São Paulo, depois de ter dirigido o carro que conduziu Paulo de Tarso Celestino da Silva a um encontro com um dirigente da VPR. No dia 27 de junho, a família foi avisada de sua prisão por um telefonema anônimo. Sua mãe, Maria José, e o irmão Manoel foram ao DOI-Codi procurá-lo, às 18h do mesmo dia. Manoel foi interrogado até às 2h. De lá, foram ao Deops, sem nada conseguir. Dirigiram-se então à 2ª Auditoria, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, e comunicaram a prisão de Luiz. As autoridades militares, diante da denúncia, disseram apenas que ele se encontrava foragido.

Por sorte, sua companheira, grávida, estava viajando. Luiz Almeida Araújo não chegou a conhecer a filha, Alina de Paula.

Foi encontrado documento nos arquivos do Dops/RJ, do Ministério do Exército (de nº 129, de 2 de agosto de 1971, assinado pelo general Frota) que faz referência a documentos apreendidos na casa de Luiz, preso oito dias antes: "Incumbiu-me o ministro informar a V. Exa. que, pela análise, realizada no II Ex., de documentação apreendida no aparelho de Luiz de Almeida Araújo, vulgo Ruy, terrorista da ALN que se encontra foragido..." O Relatório da Marinha afirma que, "em Agosto-71, teria sido dado como morto," o que indica que ele talvez não tenha sido imediatamente assassinado.
A família de Luiz, esgotadas as tentativas de localizá-lo, recorreu a advogados, que entraram com pedidos de *habeas-corpus* na Justiça, mas nenhum esforço foi suficiente para impedir que o assassinassem.
Luiz Almeida de Araújo iniciou sua militância no movimento estudantil no curso Santa Inês, em São Paulo, para onde sua mãe e os cinco filhos foram em 1957. Foi preso pela primeira vez em 1964. Em 1966, iniciou o curso de Ciências Sociais na PUC-SP. Em 1967, foi novamente preso. Em 1968, já na ALN, foi para Cuba, de onde voltou em 1970.
Seu nome aparece junto com outros 16 companheiros no gavetão dos "falecidos" do Dops/PR.
A responsabilidade do Estado por desaparecimento forçado e morte de Luiz Almeida Araújo está reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.

Torturado na *Casa da Morte*

Paulo de Tarso Celestino da Silva (26/5/1944 - Julho de1971)

Inês Etienne Romeu foi a única pessoa que saiu viva da *Casa da Morte* de Petrópolis. Em audiência pública na OAB do Rio ela relatou que ouviu Paulo de Tarso Celestino da Silva sendo torturado em julho de 1971 naquele aparelho clandestino da repressão. Por 48 horas revezaram-se sobre seu corpo os torturadores dr. Roberto, Lalcato, dr. Guilherme, dr. Teixeira, Zé Gomes e Camarão no pau-de-arara e nos choques elétricos. Foi obrigado a ingerir muito sal. Inês ouviu-o suplicar por água.
Amilcar Lobo (médico psiquiatra que trabalhou para a repressão), em entrevista à revista *IstoÉ,* em 1987, reconheceu que Paulo de Tarso esteve no DOI-Codi/RJ.
Sua prisão ocorreu no dia 12 de julho de 1971, juntamente com a de Heleni Telles Guariba. Estava foragido, pois fora condenado à revelia em 24/3/71 a dois anos e meio de prisão.
Goiano de Marinhos, filho de Pedro Celestino da Silva e Zuleika Borges Celestino, desapareceu aos 27 anos. Advogado pela UnB, foi presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília.
O reconhecimento do caso de Paulo de Tarso Celestino da Silva consta do Anexo da Lei 9.140/95.

Emboscada fatal

Antônio Sérgio de Mattos (8/2/1948 - 23/9/1971)
Eduardo Antônio da Fonseca (23/2/1947 - 23/9/1971)
Manoel José Mendes Nunes de Abreu (1/1/1949 - 23/9/1971)

Os casos de Manoel José Mendes Nunes de Abreu, Eduardo Antônio da Fonseca e Antônio Sérgio de Mattos constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e foram apresentados em conjunto na Comissão Especial pelo relator Nilmário Miranda. As circunstâncias que deram origem à morte dos três foram as mesmas: caíram em uma emboscada preparada pela repressão na Rua João Moura, altura do nº 2.538, na Zona Oeste de São Paulo, no dia 23 de setembro de 1971.
Segundo a versão oficial, contida na Requisição de Exame Necroscópico, os três teriam morrido ao tentar assaltar um Jipe do Exército estacionado no local.
Além de Manoel, Eduardo e Antônio, o grupo era formado por Ana Maria Nacinovic Correia, que conseguiu escapar da emboscada (posteriormente, foi assassinada, em 14 de junho de 1972).
Os quatro, ao iniciar o tiroteio, nem ao menos tiveram chance de resistir, conforme Ana Maria revelou, após a fuga, a outros militantes da ALN, o que indicaria que a intenção da repressão era a de eliminá-los, e não a de efetivar a prisão.

Manoel

Manoel José Mendes Nunes de Abreu nasceu em Rossio do Sul, Tejo, Portugal, e estudou na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Tinha 22 anos quando foi morto.
O exame necroscópico, solicitado pelo delegado Alcides Cintra Bueno, está assinado pelos médicos-legistas Isaac Abramovitch e Antônio Valentini.

Eduardo

Eduardo Antônio da Fonseca nasceu em Belo Horizonte e iniciou sua militância no movimento estudantil ainda muito jovem. Era secundarista em 1968, quando se ligou ao Partido Socialista Revolucionário Brasileiro (PSRB).
Em 1969, esse grupo se desfez e alguns militantes, entre eles Eduardo, filiaram-se à Corrente. No final daquele ano, com a queda da maioria dos integrantes da organização, Eduardo mudou-se clandestinamente para São Paulo, onde passou a militar na ALN. Tinha 24 anos quando morreu, e foi sepultado pela família no Cemitério São Pedro, no dia 30 de outubro de 1971.

Antônio

Antônio Sérgio de Mattos era carioca e cursava Direito na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ). Iniciou sua militância política no MAR. Fez parte da

Associação de Auxílio aos Reclusos (Aures), que na época dava assistência aos presos políticos do Presídio Lemos de Brito. Em agosto de 1969, ajudou na fuga de nove presos políticos daquele presídio, o que lhe forçou a entrada na clandestinidade. Passou, então, a militar na ALN e até fins de 1970 permaneceu na cidade do Rio de Janeiro. Posteriormente, deslocou-se para São Paulo, como dirigente regional da organização.
Foi enterrado no Cemitério de Perus, como indigente. Em 1975, sua família conseguiu retirar seus restos mortais e trasladá-los para o Rio de Janeiro, onde foi sepultado no sítio de seus pais, em Macaé.
Assinam o laudo de necropsia, solicitado pelo delegado Alcides Cintra Bueno, os médicos-legistas Isaac Abramovitch e Antônio Valentini.

Conclusões do relator

O parecer do relator chegou às seguintes conclusões:

> Nos três casos, o fato de não ter havido perícia de local, indispensável inclusive pela legislação vigente na época, põe em dúvida por si só a versão oficial e impede que se possa reconstituir a contento a dinâmica do evento. As requisições de exame referentes aos corpos trazem grafada com destaque a letra "T", referente a *(terrorista),* como tem sido comum em muitos outros casos de execução de militantes de esquerda por agentes da repressão.
> No caso de Manoel José Mendes Nunes de Abreu há evidências de que ele usou a mão como reação de defesa contra um tiro de curta distância; os tiros recebidos por ele aparentemente não foram fatais; e os sinais de tortura indicam que a morte pode não ter se dado no local.
> Eduardo Antônio da Fonseca recebeu quatro tiros na região inferior, que não provocariam morte imediata, apontando para a possibilidade de ter havido omissão de socorro, considerando-se que houve uma diferença de três horas e 40 minutos entre o horário do confronto e a entrada do corpo no IML, além de não afastar a hipótese de ele ter sido levado ferido para um centro de torturas, quando deveria ter sido socorrido em um hospital. Como explicar sua morte em conseqüência de dois tiros na região glútea e dois nas pernas? Esses disparos já o imobilizariam, impedindo a fuga.
> No caso de Antônio Sérgio de Mattos, o próprio laudo apresenta ferimentos não causados por arma de fogo, apontando para instrumentos que supõem que tenha havido proximidade física entre o agressor e a vítima, além de conter foto que revela sinais de tortura no corpo. A Comissão Nacional de Familiares foi incisiva em relação a esses detalhes em comentários contidos no processo.

O relator apresentou parecer favorável ao reconhecimento dos três casos, considerados isoladamente ou em conjunto. Contudo, no caso de Manoel José Mendes Nunes de Abreu a família entrou com o requerimento fora do prazo estabelecido, impossibilitou a apreciação do mesmo pela Comissão Especial. O relator recomendou então que o requerimento fosse encaminhado ao Ministro da Justiça para se juntar a outros em situação semelhante.
A Comissão Especial reconheceu por 6 x 1 a responsabilidade do Estado na morte de Eduardo Antônio da Fonseca, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes, e indeferiu o caso de Antônio Sérgio de Mattos por 4 x 3, sendo vencidos os votos do relator Nilmário Miranda, de Suzana Keniger Lisbôa e de Luís Francisco Carvalho Filho.

Vestido para o inverno

José Milton Barbosa (22/10/1939 - 5/12/1971)

"Assassinado em 5 de dezembro de 1971, pela repressão política no bairro do Sumaré, em São Paulo."
Isso era tudo o que se sabia sobre a morte de José Milton Barbosa os familiares de mortos e desaparecidos políticos que elaboraram o *Dossiê* em 1995. Após a aprovação da Lei 9.140/95, em 5 de dezembro de 1995, e a constituição da Comissão Especial, foi localizada a companheira de fortuna e infortúnio dele, Linda Tayah de Melo, e José Milton, seu filho, nascido depois de sua morte.

No dia 5 de dezembro de 1971, eu, José Milton e Gelson (Gelson Reicher, assassinado 45 dias depois, junto com Alex Xavier) estávamos no bairro do Sumaré, quando vimos uma blitz da Polícia Militar. Estacionamos o carro e fomos andando normalmente, não querendo chamar a atenção dos policiais. Entramos numa casa e não fomos atendidos à porta. Decidimos pular os muros dessa casa e das casas subseqüentes. Saímos numa rua paralela e percebemos que já vinham chegando alguns policiais.

Gelson escapara. Para tentar fugir da área, o casal parou um Galaxie. Linda entrou no carro e José Milton estava retirando o motorista, apontando-lhe a arma, quando ela levou um tiro na cabeça e desmaiou.

Quando voltei a mim, vi José Milton sentado ao volante desmaiado, não percebendo nele nenhum ferimento. Puseram-nos em duas peruas diferentes e nos levaram à Oban, para salas diferentes. Eu estava lúcida, embora em estado de choque. Faziam-me perguntas, mas minha voz não saía. Trouxeram algumas pessoas para me reconhecer. Só após é que me levaram ao Hospital das Clínicas para ser operada. De volta à Oban (dias depois), soube que José Milton havia morrido.

Linda vivia com José Milton desde 1969. Estava grávida de dias quando foi presa. E ficou na prisão até o dia do parto, quando foi levada ao Hospital das Clínicas, onde nasceu José Milton Tayah, que passou os três primeiros meses de vida no presídio.

Versão oficial: morte em tiroteio.

Ao tentar roubar um Galaxie em companhia de Suely Nunes, foi abordado por policiais dos órgãos de segurança. Reagindo à ordem de prisão, travou-se violento tiroteio, no transcorrer do qual veio a falecer em conseqüencia dos ferimentos recebidos.

Esta versão foi distribuída à imprensa e consta da requisição de exame do IML. Apesar de já identificado como José Milton Barbosa, a requisição traz o nome de Hélio José da Silva, com o "T" (*terrorista*) e a numeração 5.946. Dá como hora da morte: 16h, nas ruas Tácito de Almeida com Cardoso de Almeida, Perdizes. Assina a Requisição: Alcides (Alcides Cintra Bueno Filho, delegado do Dops). No entanto, a entrada do corpo no necrotério só ocorre às 21h, cinco horas depois.
O laudo de necropsia, realizado no dia 6 de dezembro pelos médicos-legistas Antonio Dácio Franco do Amaral e José Henrique da Fonseca, feito no cadáver "que nos foi indicado como sendo de Hélio José da Silva", com uma estranha vestimenta para um mês de calor: japona de lã azul, camisa cinza e calça de veludo verde. Descreve quatro orifícios de entrada de projétil de arma de fogo:

A- região infra-escapular esquerda; B- região escapular direita; C- no limite posterior das regiões escapular e infra-escapular e D - na região interior do antebraço esquerdo.

Na parte relativa ao exame interno, vem a surpresa: "aberto o couro cabeludo e a caixa craniana, observou-se edema e anemia do encéfalo, tão somente".
Como seria possível edema e anemia do encéfalo se não houve disparo na cabeça? Só uma foto foi encontrada no arquivo do Dops, juntamente com o laudo, a requisição, fichas dactiloscópicas e outros. Com uma grossa japona de lã, com um cachecol, de camisa. São visíveis lesões no mento, nariz, canto do olho esquerdo, queixo e testa — nenhuma dessas lesões está descrita no laudo.
Jamais um militante usaria uma grossa japona de lã e cachecol em pleno verão, pelo contrário, procuraria não chamar a atenção, para sua própria segurança. Por que fotografá-lo assim, senão para encobrir outras lesões pelo corpo?
Dentre os documentos extraídos do arquivo do Dops há um em que sobressai a razão pela qual o mataram: *consta que o fichado é integrado à ALN e está na lista dos 21 terroristas mais procurados pelos órgãos de segurança*. Estava condenado à morte.

A relatora na Comissão Especial, Suzana Keniger Lisbôa, diz que é impossível precisar em que estado ele chegou à Oban, mas certo é que de lá saiu morto.
Apesar de divulgarem seu nome verdadeiro, foi enterrado com nome falso no Cemitério de Perus, onde permanece.

> Voto pela inclusão do nome de José Milton Barbosa por ter sido assassinado dentro da Oban, antro maior dos torturadores de São Paulo. É dever dessa Comissão Especial providenciar a exumação e reconhecimento dos restos mortais de José Milton Barbosa do Cemitério de Perus, entregando-o aos familiares para sepultar.

Paulo Gonet Branco solicitou vista do processo, e, quando voltou à pauta, foi acolhido por 6 x 1, contra o voto do general Oswaldo Gomes.
José Milton tinha 32 anos quando foi morto. Pernambucano de Bonito, foi cassado em 1964 como 3º Sargento radiotelegrafista do Exército. Foi militante do PCB, PCBR, e MR-8 e, por fim, da ALN.
Em 1967, funcionário da Sunab, ingressou no curso de Economia da UFRJ. Já morto, foi condenado à prisão perpétua em 14 de abril de 1972. Já morto, esta pena foi reduzida para 20 anos em agosto de 1972. Já morto, teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, e foi novamente condenado a 12 anos. Já morto, foi anistiado em 1979.
Paulo Gonet Branco disse não considerar relevante para seu voto a diferença de 5 horas entre o tiroteio e a entrada no IML. Quanto ao fato da japona, disse que poderia ter havido um frio temporão e a japona servir para ocultar a metralhadora. No entanto, o estado do rosto de José Milton Barbosa, que apresentava lesões não descritas no laudo, fê-lo votar pelo acolhimento.

Perdido no mar ou morto a tiros

João Mendes de Araújo (28/7/1943 - 25/1/1972)

A família de João Mendes Araújo não foi localizada e não houve requerimento à Comissão Especial. O caso consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964.*
De acordo com essas informações, João Mendes Araújo nasceu em 28 de julho de 1943, na cidade de Bom Jardim, Pernambuco.
Era agricultor e foi preso no dia 24 de janeiro de 1972, em sua própria casa, por agentes do DOI-Codi/PE.
Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que "faleceu no dia 24/1/72, quando se escondia num 'aparelho' da ALN, no Recife (PE), resistiu à prisão, sendo ferido juntamente com outro terrorista, que foi preso. Mesmo gravemente atingido, evadiu-se, lançando-se ao mar. Posteriormente, seu corpo foi resgatado do mar".

O Atestado de Óbito dá sua morte em 25 de fevereiro de 1972 na cidade de Olinda (PE), em tiroteio. Informa que foi enterrado no Cemitério de Santo Amaro, em Pernambuco.

Descoberta dolorosa

Alex de Paula Xavier Pereira (9/8/1949 - 20/1/1972)
Gelson Reicher (1949 - 20/1/1972)

A própria família de Alex acreditava que ele tinha sido "fuzilado em 20 de janeiro de 1972, por policiais pertencentes à Equipe B do DOI-Codi/SP, quando se encontrava em um carro junto com Gelson Reicher, igualmente assassinado" — é o que traz o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, elaborado pelos próprios familiares.
Infelizmente, a verdade é mais cruel. Os dois foram feridos e, ainda vivos, levados ao DOI-Codi/SP, torturados, e depois executados. É o que ficou comprovado na Comissão Especial.
A versão oficial foi emitida em Nota Oficial publicada no dia 22 de janeiro de 1972, dois dias após o ocorrido:

O Volks de placa CK 4848 corre pela Avenida República do Líbano. Em um cruzamento, o motorista não respeita o sinal vermelho e quase atropela uma senhora que leva uma criança no colo. Pouco depois, o cabo Silas Bispo Feche, da Polícia Militar, que participava de uma patrulha, manda o carro parar. Quando o Volks pára, saem do carro o motorista e seu acompanhante atirando contra o cabo e seus companheiros: os policiais também atiram. Depois de alguns minutos, três pessoas estão mortas, uma outra ferida. Os mortos são o cabo da Polícia Militar e os ocupantes do Volks, terroristas Alex de Paula Xavier e Gelson Reicher (O Estado de S.Paulo). Este episódio teria ocorrido pouco antes das 11h30.

A verdade

Nota do próprio Serviço de Imprensa da PM revela a verdadeira função do cabo ao comentar sua morte: *"quando de serviço como componente da Equipe de Serviços Reservados de Repressão a Terroristas (foi morto) o cabo PM Silas Bispo Feche, do 12º BPM. A PM foi usada como braço auxiliar das Forças Armadas no que chamavam de 'guerra interna'"*. O cabo Silas integrava o DOI-Codi.
O "encontro" dos agentes com Alex e Gelson não foi casual. Um militante da ALN preso no dia 18 de janeiro, Gilberto Thelmo Sidney Marques, segundo documentos do DOI-Codi encontrados nos arquivos do Dops/SP, acabou por colaborar "na organização do aparelho que possibilitou a detenção de Eliane Potiguara Macedo (*Joana*) e "ponto na Rua Jandira, 500, onde compareceram

Alex de Paula Xavier Pereira (*Miguel*) e Gelson Reicher (*Marcos*), os quais morreram em tiroteio com os agentes das forças de segurança" (depoimento à Equipe B das 18h30 às 19h30, em 10/11 de fevereiro de 1972).
Depoimento de Iara Xavier, irmã de Alex e Iuri, todos militantes da ALN na época, reforça a convicção de que Alex e Gelson foram vítimas de uma emboscada:

No dia 19/1/72 a companheira Joana *não compareceu a um encontro marcado para as 8h, indício bastante forte de que poderia ter sido presa... Na manhã de 20/1/72, eu, Iuri, Lídia Gulian, Antônio Carlos Bicalho Lana, Alex de Paula e Gelson Reicher nos encontramos por volta de 9h30. Após uma rápida avaliação da possível prisão de* Joana *(que na ocasião morava com Gilberto Thelmo), discutimos se iríamos tentar novo contato com Gilberto... Apesar da posição de Lana de que não se devia ir ao encontro de Gilberto... o comando decidiu fazer uma última tentativa. Sendo assim, Alex e Gelson saíram para ir ao encontro de Gilberto Thelmo...*

No Laudo de Necropsia de Gelson Reicher, assinado pelos médicos-legistas Isaac Abramovitc e Antônio Velentini, no item relativo às vestes, vem apenas "cuecas de algodão azul". Outro documento do IML anota que ambos foram enterrados também de cuecas. Como em outros casos, isso leva à conclusão de que, entre o momento em que foram capturados e sua morte, Gelson e Alex foram levados a um centro de torturas.
Mesmo identificados, até mesmo na nota à imprensa, Alex e Gelson foram enterrados com nomes falsos — Alex, *João Maria de Freitas*; e Gelson, *Emiliano Lessa*.
O professor de Medicina Legal da UFRJ, Nelson Massini, analisou fotos do corpo de Alex e concluiu que antes de sua morte ele sofreu lesões não descritas no laudo assinado por Isaac Abramovitc e Abeylard Queiroz Orsini, incompatíveis com a versão de morte no carro.
A pedido do relator na Comissão Especial, Paulo Gonet Branco, Dr. Celso Nenevê analisou as únicas fotos *post mortem* de Gelson e os documentos legais. Gelson recebeu dez tiros, sendo três na cabeça, quatro — um em cada braço e em cada perna — e três no tronco. (Como poderia ter recebido esses tiros sentado no carro?) O perito Nenevê identificou várias lesões não descritas no laudo. Na região orbitária, direita, na pálpebra superior direita e na região frontal direita a presença de edema traumático, associado a extensa equimose causada pela ação contundente de algum instrumento e na linha mediana da região frontal, no dorso do nariz e na região orbital esquerda, manchas escuras, assim como na região deltóidea esquerda e região mamária direita. São lesões que precisam de proximidade entre o agressor e a vítima para serem produzidas.
Em novembro de 1980, os restos mortais de Alex e de seu irmão Iuri foram exumados do Cemitério de Perus e trasladados para o Cemitério de Inhaúma/RJ por sua família e pelos Comitês de Anistia do Rio e de São Paulo.

No caso de Gelson Reicher, seu pai conseguiu retirar o corpo dele do Cemitério de Perus e enterrá-lo em um cemitério israelita.
O médico-legista Isaac Abramovitc, que assinou o laudo de Gelson, era vizinho dele (Gelson na época estudava medicina). Encontravam-se diariamente para combinar qual dos carros ficaria na frente dentro da garagem comum. Apesar disso, Abramovitc atestou no laudo o nome falso de *Emiliano Lessa* para Gelson.
Na Comissão Especial, o parecer de Paulo Gonet Branco favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Alex Xavier de Paula Pereira foi acolhido por unanimidade. O parecer do mesmo relator sobre o caso de Gelson Reicher também foi acolhido, mas por 6 x 1, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes.

Documento comprova assassinato

Hélcio Pereira Fortes (24/1/1948 - 28/1/1972)

Confidencial
Serviço Público Federal - Departamento de Polícia Federal
Delegacia Regional no Estado do Paraná - Centro de Operações
Assunto: ALN
Data: 8/3/72
Avaliação: Difusão de Origem
Difusão : PS/DA/Dops/PR/PMEP
Referência : Enc Nº 238/72 S/3 CI/DPF Prot. Fls. 204/72- Co
Anexo: Cópia de Documento
Encaminhamento Nº 087/72 - CO/DR/PR
Para conhecimento desse órgão, este centro encaminha cópia do expediente de referência, versando sobre depoimento de Hélcio Pereira Fortes, vulgo Nelson, Fradinho *e* Toninho, *morto em São Paulo ao tentar fugir da prisão.*
A descoberta desse documento no arquivo do Dops comprova de uma vez por todas que Hélcio Pereira Fortes estava preso quando foi assassinado por agentes do DOI-Codi/SP.
Darci Toshiko Miyaki era militante da ALN e conhecia Hélcio. No dia 25 de janeiro de 1972, às 12h02, foi presa por agentes do DOI-Codi/RJ, na Rua Rainha Elizabeth. Nos intervalos da tortura, Darci era colocada em uma cela fortemente iluminada, o que a fez perder a noção de quando era dia e quando era noite. Calculou, no entanto, que foi no dia 27 que recebeu suas roupas e foi encapuzada para ser removida daquele inferno. A costura do capuz estava esgarçada, o que lhe permitia enxergar o ambiente. Foi conduzida a um corredor. E viu Hélcio Pereira Fortes em pé, encostado na parede.
Os dois foram transportados na mesma viatura: ele, no *chiqueirinho* (parte traseira da viatura, fechada e isolada do banco dianteiro); ela, entre o motorista e o agente do DOI-Codi, para que não visse Hélcio nem conversasse com ele.

De um inferno para outro

Chegaram à Rua Tutóia, sede da Oban, o DOI-Codi de São Paulo, comandado pelo major Carlos Alberto Brilhante Ulstra (general da reserva em 1998). Ela ficou em uma cela isolada no 2º andar por vários dias. Era submetida a sessões de tortura e também ouvia os gritos de Hélcio sendo torturado. Um dia, ao ser conduzida para uma cela escura, de porta maciça de ferro, sem ventilação, o chamado *x-zero*, ou cela forte, ouviu o carcereiro dizer que acabara de sair dali um "presunto fresquinho". Continuou sendo torturada, mas não mais ouviu os gritos de Hélcio. Ficou com a convicção de que o corpo que havia sido retirado da solitária era o dele.

Versão oficial: fuga na rodoviária

Hélcio teria sido detectado pela repressão na Rodoviária de São Paulo, sendo seguido até a Avenida Bandeirantes, quando teria tentado escapar em um Volkswagen bege — fuga interrompida pelos agentes. O motorista do carro se evadira e Hélcio, mortalmente ferido, viria a falecer ao ser conduzido a um hospital, às 10h do dia 28 de janeiro.
Essa versão está na Requisição de Exame para o laudo de necropsia, assinado por Isaac Abramovitc e Lenilso Tabosa Pessoa. Foi encontrado um segundo laudo, nos mesmos termos, tendo como segundo médico-legista Abeylardo Queiroz Orsini.
Alice e José Ovídio receberam pelo *Jornal Nacional* a notícia da morte do filho. "O comunicado é de que ele havia morrido em tiroteio e que seu corpo estava no IML. José Ovídio (falecido em 1994), vencendo o choque, imediatamente telefonou para o amigo e advogado José da Costa Carvalho, pedindo-lhe para iniciar as providências cabíveis, enquanto ele e a esposa seguiriam para São Paulo naquela noite.
Quando chegaram à casa do advogado, foram surpreendidos com a informação de que a morte de Hélcio se dera há dias e que o corpo já havia sido sepultado. Indignados, dirigiram-se ao II Exército e ao Dops, onde foram destratados e ainda ouviram das autoridades que *"a notícia veiculada na imprensa não correspondia à verdade dos fatos, pois ordens superiores determinavam que a notícia da morte fosse a mesma para todos os mortos políticos"*.
Conseguiram, após muita insistência e com o destemor que só os pais possuem, ver no Dops uma foto do rosto de Hélcio e saber que o seu corpo fora enterrado no Cemitério de Perus. No IML, viram várias fotos de presos políticos com um "T" em tinta vermelha. No documento referente ao filho havia também o "T" vermelho, com a tinta escorrida, mas no lugar da foto o espaço estava vazio.

Tentaram falar com o médico-legista Isaac Abramovitc. Ante a recusa do mesmo em recebê-los, José Ovídio, com a sagacidade e a sabedoria retiradas das noites de Ouro Preto, apresentou-se no consultório do médico-legista como velho amigo, escondendo o asco. "Constrangido e sob muita pressão, ele confirmou o óbito e deu a entender que houvera tortura."
Posteriormente, a Comissão Nacional de Familiares encontrou nos arquivos do Dops uma foto do cadáver de Hélcio vestido de terno. A hipótese mais provável é que esse tipo de roupa tenha sido usado para esconder as marcas das torturas existentes no corpo.
Só em 1975 Alice e José Ovídio conseguiram trasladar os restos mortais do filho para um jazigo na Igreja de São José, em Ouro Preto.
Hélcio nasceu em Ouro Preto e morreu aos 24 anos. A cidade guarda os sinais da breve passagem desse seu filho ilustre: destacado debatedor, aos 17 anos, no Grêmio Literário Tristão de Athayde; redator mordaz do *Jornal de Ouro Preto* e da *Voz do GLTA*; incentivador e cultor do teatro, da literatura e da música. Passou a militar no PCB, tornando-se a principal liderança de esquerda entre os estudantes e os operários da Alcan, no bairro de Saramenha.
Entre 1967 e 1968 morou em Belo Horizonte, utilizando o codinome *Ernesto*, tendo convivido, na época, com Mário Alves. Como membro da Corrente Revolucionária, ajudou a organizar a chapa de oposição que ganhou a eleição no Sindicato dos Metalúrgicos e editou o panfleto clandestino *1º de Maio*.
Em fins de 1968 foi para o Rio de Janeiro, onde ingressou na ALN, chegando à coordenação nacional e atuando como dirigente regional no Rio.
Nilmário Miranda foi o relator do caso na Comissão Especial. O seu parecer, favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado na morte de Hélcio Pereira Fortes, foi aprovado por unanimidade.

Crueldade bestial

Gastone Lúcia Carvalho Beltrão (2/11/1950 - 22/1/1972)

As fotos de Gastone, quando morta, encontradas na Polícia Técnica de São Paulo, deixaram perplexos os peritos que auxiliaram a Comissão Especial, tamanha a violência e crueldade expostas no seu corpo.
Parecia que desejavam assassiná-la uma, duas, dez vezes. Trinta e quatro lesões visíveis nas fotos. Tiros na cabeça, pescoço, tórax e região pubiana. Pulsos e braços quebrados. Hematomas e marcas que só poderiam ter sido produzidos por bestas-feras.
Zoraide, sua mãe, Moacira e Thomaz, seus irmãos, ainda se perguntam: por que teriam matado Gastone dessa forma?
Alagoana, Gastone foi aluna brilhante. Iniciou o curso de Economia em 1968 e, após o AI-5, passou à clandestinidade. Adolescente, costumava fazer pequenas ações de natureza humanitária, como visitar presos, levando-lhes comida e roupas. Muito ligada à família, nem durante a clandestinidade deixou de se comunicar por cartas, cartões-postais, recados.

Por volta de março de 1972, chegou a notícia de que teria acontecido alguma coisa com ela, possivelmente teria sido morta em São Paulo. Uma freira pediu a um amigo da família para dar o aviso. Seu pai, o médico sanitarista João de Castro Beltrão, e sua mãe tiveram esperança de que houvesse algum erro. Gastone sempre arranjava um jeito de se comunicar com a família.
Zoraide foi a São Paulo e, insistente, encontrou-se com o delegado Sérgio Fleury, que acabou admitindo que Gastone morrera havia dois meses. Não tinha completado 22 anos.
A exumação do corpo não foi permitida. Somente em 1975 a família conseguiu reaver no Cemitério de Perus, em São Paulo, um engradado com o nome dela — "*o teu túmulo/que, por ora, ignoramos*" — e pôde lhe dar um enterro digno no Cemitério Nossa Senhora da Piedade, em Maceió.
Os amigos e companheiros da ALN guardam uma lembrança carinhosa de Gastone. Hamilton Pereira, o Pedro Tierra, nos *Poemas do Povo da Noite* dedicou-lhe estes versos, sob o título *Canto Escuro*.

Não perdi teus olhos
como julgava...
Teu rosto de menina
que fugiu do arco-íris
Não perdi a força de tuas mãos
elaborando as manhãs.
A arma na gaveta
permanece muda,
esperando outras mãos
brotarem da tua ausência.
Este é um tempo sem flores
E o canto, escuro, fere a boca.
Mas entre os filhos do povo
alguém tece um canto humilde
e recolhe flores inéditas
para deixar sobre o teu túmulo
que, por ora, ignoramos.

Versão oficial

Não houve nenhuma nota dos órgãos de segurança com a versão oficial. Esta aparece nos documentos públicos: requisições de laudos ao IML e à Polícia Técnica; Atestado de Óbito; laudo necroscópico.
Fotos e descrições mostram o corpo de Gastone caído no interior do Bar Lanches Inglês de Souza, indicando que ela teria morrido no local.

A notícia publicada em *O Globo*, de 25 de janeiro de 1972, três dias depois da morte, é extravagante e busca descaracterizar o motivo político do evento:

Pistoleira fere e morre em duelo com policiais
No ponto de ônibus, ao lado do assaltante João Ferreira da Silva, o Tião, *perigoso marginal procurado, estava a jovem loura. Os três policiais da ronda se aproximaram para a captura, quando foram surpreendidos pela mulher, que sacou o revólver da bolsa e abriu fogo. Dois policiais caíram baleados e o terceiro continuou na perseguição da mulher, pois seu comparsa desapareceu. Mais adiante, na avenida, o agente alcançou a pistoleira, que, novamente, resistiu à bala na "iminência de prisão". Atingida por disparos do policial, ela faleceu a caminho do hospital.*
O fato ocorreu em Vila Mariana, onde três policiais do Departamento de Investigações Criminais (Deic) reconheceram no ponto de ônibus da Rua Basílio da Cunha o ladrão João Ferreira da Silva... A fuga da mulher foi na direção da Avenida Lins de Vasconcelos, onde foi ferida a tiros pelo policial que saiu em sua perseguição. Na escapada, ela deixou cair a bolsa com documentos, que foi apanhada na rua pelo transeunte Adalberto Nadur. Este a entregou ao agente que estava no encalço da pistoleira. O policial embarcou em um táxi para localizar a mulher, mas esqueceu a bolsa no veículo. Um apelo foi feito por rádio para que entregassem a bolsa da mulher na delegacia mais próxima de sua residência, pois, somente com a devolução a polícia poderá identificar a morta através de documento ou pista.
As autoridades não divulgaram os nomes dos três policiais envolvidos no tiroteio.

Não há um grão de verdade em toda essa notícia. Gastone já estava identificada na Requisição de Exame para o IML e de Exame de Perícia de Local no dia 22 de janeiro de 1972. A versão existente nos documentos oficiais fala de violento tiroteio com agentes de segurança.

Fotos reveladoras

Para desmontar a "versão oficial", o relator Nilmário Miranda recorreu ao perito criminal Celso Nenevê e à médica-legista Maria Leonor Kuhn, do IML de Brasília, para submeter à análise os documentos oficiais: requisições de laudos, laudos, fotos encontradas no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT-SP). As fotos, em especial, foram decisivas na reconstrução da verdade sobre as circunstâncias da morte de Gastone.
Os laudos apresentam divergências quanto aos horários da morte. O Laudo de Exame Cadavérico diz que o fato ocorreu "por volta das 11h". A Requisição de Exame ao IML afirma que ocorreu às 14h30. O Boletim e o Relatório de Perícia de Local descrevem ser "por volta das 14h40 a provável ocorrência do óbito. Todos os documentos coincidem na data, 22 de janeiro.

Os laudos, negligentes, não informam sobre os *livores e hipóstase*, que permitem mensurar a hora do óbito e possíveis mudanças na posição do cadáver. Nem sobre a *rigidez*, de grande importância na definição da hora do óbito. Com isso, os peritos não puderam estabelecer o horário provável da morte.
O Laudo Necroscópico, assinado por Isaac Abramovitc e Walter Sayieg, relata apenas a localidade aproximada de 13 orifícios de projétil de arma de fogo com característica de entrada, sem a sua forma, dimensão e elementos circundantes. Não localiza os orifícios de saída, impedindo a reconstituição da trajetória dos projéteis e a distância dos disparos.
Por isso, as fotos tiradas do corpo no IML com a finalidade de identificação foram decisivas.

34 lesões

De pronto, dr. Celso Nenevê localizou 34 lesões, sendo que nem todas as descritas no laudo de Isaac Abramovitc aparecem nas fotos, o que poderia aumentar ainda mais o número das mesmas.
O perito concentrou-se em duas lesões, uma na região mamária, outra na glabela (região frontal).
Dr. Celso Nenevê ampliou por 20 vezes a foto da ferida na região mamária, não descrita por Abramovitc-Sayeg e descrita por Ernesto Eleutério (perícia de local) como resultante de "tangenciamento de projétil de arma de fogo". Conclusão do dr. Celso Nenevê: "trata-se de uma lesão em fenda, de bordas regulares e ângulos agudos, típica daquelas produzidas por instrumentos perfurocortantes (tipo faca ou similar)".
E ainda que, dado o formato "meia-lua", infere que este ferimento foi produzido quando a vítima tinha o braço levantado. A lesão na glabela (região frontal), "estrelada", com conformação de semicírculo de bordas regulares na porção oposta, indicando entrada de projétil de arma de fogo, foi produzida com a boca de cano da arma encostada na posição de cima para baixo.
Essas duas lesões são incompatíveis com a versão oficial de violento tiroteio e de disparos efetuados a distância, exigem a proximidade agressor-vítima.
O dr. Celso Nenevê analisou a perícia de local, especialmente as observações relacionadas ao Bar Lanches Inglês de Souza. E questionou tanto o número e o formato das perfurações descritas como a não observância de manchas de sangue na parte anterior do balcão, o que não coaduna com o número de perfurações transfixantes no cadáver. Concluiu, assim, que Gastone não recebeu aqueles ferimentos no Bar Lanches Inglês de Souza. E mais: as fraturas de cúbito e rádio esquerdos, ossos do punho esquerdo e do terço superior do úmero direito não combinam com a versão de violento tiroteio.
Portanto, cai por terra a versão de que Gastone morreu dentro do Bar Lanches Inglês de Souza, ficando estabelecido que ela sofreu um ferimento à faca ou similar, ou seja, foi torturada, o que supõe que estivesse viva. Fica evidencia-

do também que Gastone recebeu pelo menos um tiro à queima-roupa, disparado na sua fronte.
Se os fatos que resultaram na morte dela ocorreram às 14h30 ou 14h40, e se é verdade que o corpo deu entrada no IML às 15h30, em menos de uma hora ela foi identificada e teve seu corpo encaminhado, com Guia e Requisição de Exame. É um tempo curto demais.
Se Gastone morreu ali, por que o seu corpo foi removido antes de 15h30 se a perícia foi pedida às 17h? O corpo e o local deveriam ser preservados. Tudo indica que ela foi ferida e conduzida para outro local, onde foi executada.
A versão divulgada pelo jornal *O Globo*, três dias depois, descaracterizando o caráter político da morte da vítima, que aparece como não-identificada, como "pistoleira", ao lado de um criminoso comum foragido, provavelmente foi feita para evitar que a família procurasse o corpo e descobrisse a crueldade e a violência de que Gastone fora vítima. Mesmo dois meses depois da morte, Fleury não permitiu a Zoraide o acesso aos restos mortais da filha.
Nilmário Miranda afirma em seu relatório:

> Na verdade, Gastone foi ferida, conduzida, sabe Deus aonde, torturada (a ferida na mama direita, as equimoses) e depois executada.
> A perícia médica-legal destaca que "a multiplicidade dos disparos, caracteriza o emprego de crueldade" e ... "a quantidade de disparos e sua localização preferencial em regiões vitais como cabeça, pescoço, tórax indicam que houve execução deliberada da vítima".
> Não há na perícia de local provas de que Gastone estivesse armada, tampouco que tenha ocorrido tiroteio. Não há arma recolhida, nem cápsulas deflagradas, nem exame papiloscópico. Pelo contrário, o que se extrai dos próprios documentos oficiais é a execução de Gastone depois de subjugada, já sob custódia do Dops de São Paulo.
> Gastone não era acusada de nenhuma ação armada. Não há notícia nos documentos oficiais que comprove que algum policial foi, de fato, ferido. Sabe-se que Gastone iria se encontrar com Alex Xavier e Antônio Carlos Bicalho Lana. Talvez sua resistência em entregar os companheiros tenha motivado a extrema crueldade a que seu corpo foi submetido.

Há informações, não confirmadas, de que durante a prisão de Gastone alguém teria disparado um tiro que quase acerta a cabeça do delegado Sérgio Fleury. Há quem atribua a selvageria dos policiais contra ela a essa suposta ocorrência.
A Comissão Especial reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Gastone Lúcia Carvalho Beltrão, acolhendo por unanimidade o parecer do relator Nilmário Miranda.

Presos e desaparecidos

Isis Dias de Oliveira (29/8/1941 - 30/1/1972)
Paulo César Botelho Massa (5/10/1945 - 30/1/1972)

Os casos de Isis e Paulo César constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e foram incluídos no Anexo da Lei 9.140/95, ficando reconhecida a responsabilidade do Estado no seus desaparecimentos e mortes.
No dia 4 de fevereiro de 1972, Edmundo e Felícia receberam o primeiro telefonema. Uma voz de mulher avisava que Isis fora presa no dia 30 de janeiro e corria risco de vida no I Exército, no Rio de Janeiro. No dia 12 de fevereiro, a voz se identificou: era Aurora Maria do Nascimento Furtado, ex-colega, companheira de ALN e amiga de Isis.
Nos dois anos seguintes, Felícia foi continuamente a todas as unidades de detenção e tortura que se conhecia do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da polícia política estadual do Rio de Janeiro e de São Paulo, IMLs, hospitais e cemitérios. Procurou pessoalmente — ou escreveu pedindo informações — o general-presidente e sua esposa, parlamentares, bispos e pastores, organismos internacionais. Cinco *habeas-corpus* foram impetrados, obtendo sempre a mesma resposta: "não se encontra detida em nossas dependências" ou "encontra-se foragida". Felícia praticamente mudou-se para o Rio de Janeiro.
Isis foi presa juntamente com Paulo César, filho do general Cristóvão Massa e de Laís, por agentes do DOI-Codi/RJ.
Em março, veio a notícia da hospitalização de Isis em São Paulo, por problemas renais. Depois teria passado pela Base Aérea de Cumbica. Em abril, Felícia soube que ela estaria num hospital da Marinha na Ilha das Flores. Em junho, chegou uma notícia dando conta de que ela teria estado no Cenimar e, depois, no Campo dos Afonsos, no Rio. Só em agosto, por meios informais, o casal teve pela primeira vez a notícia de que Isis estava de fato morta. Como não havia confirmação, nem corpo, nem enterro, nem Atestado de Óbito, permanecia a esperança. Os militares, enquanto isso, desinformavam, davam pistas falsas. "Está na França como guia turística", diziam. Felícia, determinada, viajava para lá.
Só em 1979, a *Folha de S. Paulo* publicou entrevista com um general da repressão, que não foi identificado na matéria, na qual 13 desaparecidos foram citados como mortos, entre eles Isis Dias de Oliveira e Paulo César Botelho Massa.
Em 1987, Amilcar Lobo disse que viu Isis no PIC, no Rio de Janeiro. Na abertura dos arquivos do Dops da Paraíba, seu nome e outros 16 foram encontrado no "gavetão dos desaparecidos", todos dados como falecidos.
Isis tinha 31 anos quando desapareceu. Em 1967, casou-se com José Luís del Roio, separando-se mais tarde. Falava espanhol, francês e inglês. Estu-

dou Ciências Sociais na USP até o 3º ano. Em 1970 mudara-se para o Rio, integrando a ALN.

Paulo César

Paulo César desapareceu aos 26 anos. Trabalhou no Banco do Brasil e chegou a estudar Ciências Econômicas na Universidade Estadual da Guanabara, sem concluir o curso. Em março de 1969, foi preso pelo Dops/RJ por participação no movimento estudantil
Em novembro de 1971, desligou-se do Banco do Brasil e passou à clandestinidade. Foi preso e desapareceu desde 30 de janeiro de 1972, juntamente com Isis Dias de Oliveira. Três dias depois de sua prisão, agentes do Dops/RJ foram à casa de seus pais, general Cristóvão Massa e Laís Maria. Robson Gracie era vizinho deles e ficou detido de fevereiro a abril de 1972 no DOI-Codi, tomou conhecimento de que Paulo César estivera preso no mesmo local.

Teatrinho de mentira

Antônio Carlos Nogueira Cabral (1949 - 18/4/1972)

A versão oficial só foi publicada seis dias depois, em 18 de abril de 1972: "Terrorista é Morto em Tiroteio na Guanabara"(*Folha da Tarde* 18/4/72) .
Na véspera, os órgãos de segurança distribuíram nota oficial informando que subversivos presos no dia 11 de abril conduziram à localização de um *aparelho* em Lins de Vasconcelos, Rua Zizi, 115. Ao anoitecer do dia 11, agentes de segurança teriam ocupado o *aparelho* para aguardar o retorno de seus ocupantes. Durante a madrugada, cerca de 2h20, os "terroristas ocupantes regressaram, sendo surpreendidos por agentes de segurança, havendo rápido tiroteio" após o qual os tais "terroristas" teriam logrado escapar e Antônio Carlos teria morrido no local.
O *Jornal do Brasil* conta a mesma história, mas diz que o ocorrido foi às 22h.
Já Atestado de Óbito registra que Antônio Carlos faleceu às 5h25 do dia 12 de abril de 1972 na Rua Zizi, 115, Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro. O médico-legista Olympio Pereira da Silva atesta o óbito e dá como causa da morte "ferimentos penetrantes e transfixantes do tórax e abdome, com lesões do pulmão direito, coração, fígado e hemorragia interna".
A polícia técnica recebeu do Dops/RJ pedido de laudo para "local de morte violenta".
Os peritos, em laudo sucinto e omisso quanto a informações essenciais, anotam que às 3h40 atenderam àquela ocorrência, confirmando a morte por arma de fogo. Fazem uma anotação curiosa: "a vítima tinha nas vestes e nas mãos impregnações de tinta própria para estêncil" (segundo os agentes, o *aparelho* teria impressoras do tipo mimeógrafo). Ora, se Antônio Carlos regressou ao *aparelho* às 22h (segundo o *Jornal do Brasil*), ou às 2h20 (segundo a *Folha da Tarde*) ou às 5h25 (segundo Atestado de Óbito), e foi surpreendido pelos agentes

que ocupavam a casa, morrendo em seguida, como teria impregnado suas vestes e mãos com tinta própria de estêncil?
O Auto de Exame Cadavérico, assinado pelos médicos-legistas Olympio Pereira da Silva e Jorge Nunes Amorim confirmam a morte em tiroteio, mas registram, além dos ferimentos à bala, escoriações nas mãos, no rosto, nos braços, muitas delas visíveis nas fotos, que são marcas de torturas.
Além disso, dentre as perfurações por projéteis de armas de fogo, nota-se dois tiros no pescoço e três em áreas próximas ao coração, ou seja, regiões vitais do corpo, como chamou a atenção o relator.
Na Comissão Especial, Nilmário Miranda relata em seu parecer que não se sabe como, onde e a que horas Antônio Carlos Nogueira Cabral foi preso, nem para onde foi levado para ser torturado e quem o executou. Só é certo que não morreu nas circunstâncias descritas na versão oficial.
Segundo o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, militantes da ALN, passado algum tempo, fizeram perguntas aos vizinhos da casa nº 115 da Rua Zizi e eles negaram que tenha havido tiroteio naquele local na madrugada de 12 de abril de 1972.
Nenhuma viatura da PM nem equipe da Delegacia de Polícia da área registraram qualquer ocorrência.
Trata-se, portanto, do que os agentes denominam de "teatrinho": falsificar as reais circunstâncias da morte.
No dia 29 de fevereiro de 1996, a Comissão Especial acolheu por unanimidade o parecer do relator Nilmário Miranda, reconhecendo a responsabilidade do Estado na morte, aos 23 anos, do estudante de Medicina e ex-presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz da USP, Antonio Carlos Nogueira Cabral.

A dor da descoberta

Ana Maria Nacinovic Correia (25/3/1947 - 14/6/1972)
Iuri Xavier Pereira (2/8/1948 - 14/6/1972)
Marcos Nonato da Fonseca (1/6/1953 - 14/6/1972)

Se os três militantes da ALN, Ana Maria, Iuri e Marcos tivessem de fato morrido após violento tiroteio no salão da Churrascaria Varella, na Mooca, por que seus corpos chegariam ao IML como chegaram?
Ana Maria Nacinovic Correia chegou despida. Iuri Xavier chegou de cueca azul e meias cinza, conforme Laudo de Necropsia, ou completamente despido, segundo a ficha do IML. Marcos estava sem camisa: vestia calça, cueca, sapatos e meias, conforme Laudo de Necropsia.
As Requisições de Exame ao IML dizem que um carro fúnebre conduziu os corpos do local da morte (Rua da Mooca, altura do nº 3.000) para o IML. Por que foram despidos? Qual o objetivo? Onde isso ocorreu? O procedimento exigido pela lei era o de preservar o local e requisitar a perícia técnica.

A verdade é outra

O que diz a versão oficial:

(...) por volta das 14h, os agentes de segurança aproximaram-se dos terroristas dando-lhes voz de prisão, tendo os citados terroristas prontamente reagido à bala de armas automáticas e metralhadoras. No intenso tiroteio que se estabeleceu, os terroristas conseguiram ferir dois agentes de segurança, a menina Irene Dias, de 3 anos e Rodolfo Archsman, que passava pelo local. Mas, por outro lado, morreram no local os terroristas Iuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacinovic Correia e Marcos Nonato da Fonseca. O terrorista Antônio Carlos Bicalho Lana (...) evadiu-se, gravemente ferido.

As fichas do IML registram que os três corpos deram entrada no Instituto às 17h, três horas depois do horário em que teriam morrido. Se não houve perícia de local, por que tanto tempo?
Na verdade, eles foram conduzidos ao DOI-Codi. O preso político Francisco Carlos de Andrade foi testemunha da presença deles:

Vi no pátio desta delegacia três corpos estendidos no chão. Reconheci de imediato tratar-se de Iuri Xavier Pereira e Ana Maria Nacinovic Correia; o terceiro corpo não reconheci.

Nos arquivos do Dops/SP foram encontradas Fichas de Identificação de Iuri Xavier e Ana Maria, datadas do mesmo dia, 14 de junho, que informam o "motivo e data da prisão: subversão e terrorismo em 14 de junho de 1972" e registram que foram identificados em "estado cadavérico". Para que levar um morto para identificar no DOI-Codi se eles já sabiam de quem se tratava e o próprio IML já fazia isso e enviava os laudos ao Dops? Por que despi-los?
Na verdade, as pessoas eram despidas no DOI-Codi para ser torturadas!
Alcides Cintra Bueno Filho, responsável pelo esquema de falsificar versões, laudos, relação com cartórios e cemitérios, só autorizou a retirada dos corpos de Ana Maria e Marcos em caixão lacrado. O corpo de Iuri foi para o Cemitério de Perus como indigente, e a família somente conseguiu recuperá-lo, juntamente com os restos mortais do seu irmão Alex, em 1980.
As famílias acreditaram na versão da morte em tiroteio. Antônio Carlos Bicalho Lana conseguira escapar ferido do cerco montado para matá-los e relatou que vira seus três companheiros ser alvejados pelos agentes. As novas descobertas — os três corpos chegaram ao IML três horas após o ocorrido, despidos ou parcialmente despidos; teriam sido vistos já mortos no DOI-Codi; as fichas de identificação no DOI-Codi comprovam que passaram por aquele centro de torturas — levaram as famílias a requerer à Comissão Especial a exumação dos restos mortais de Alex e Iuri. A Comissão Especial não acolheu esse pedido. Face a isso, as famílias, com o apoio dos deputados Nilmário Miranda e

Gilney Amorim Viana, solicitaram ao diretor-geral da Santa Casa do Rio de Janeiro, Dahas Zarur, a exumação e remoção dos restos mortais para análise, sendo prontamente atendidos. Em 1° de abril de 1996, foi feita a exumação dirigida pelo médico-legista Nelson Massini, que produziu um Parecer Médico Legal.
Em seguida, foi pedida ao antropólogo Luiz Fondebrider uma análise antropológica dos restos mortais de Iuri Xavier, Alex Xavier, Ana Maria e Marcos Nonato. Fondebrider, preliminarmente, analisou se as ossadas tidas como de Alex e Iuri Xavier eram mesmo deles. Chegou à conclusão de que eram compatíveis com o biotipo dos dois irmãos. Constatou que havia *dois orifícios de entrada de projéteis* no crânio de Iuri, quando Isaac Abramovitc só descrevera um no Laudo de Necropsia. Constatou que o ferimento n° 2 do gráfico com fratura de terço médio, do úmero do braço esquerdo e do tórax, dado à trajetória que percorreu o tiro, mostra que Iuri estava deitado com o braço esquerdo dobrado. Localizou três lesões na pélvis, provocadas por dois disparos, enquanto Isaac Abramovitc só descrevera um tiro nessa região. Concluiu que a morte de Iuri decorreu de ação de múltiplos projéteis que afetaram cabeça, tórax, braço e pélvis. Pela localizacão, os tiros no crânio foram desfechados quando Iuri se encontrava indefeso. Nelson Massini comparou as fotos encontradas e os laudos de necropsia e exumação. No caso de Iuri, como encontrou as costelas íntegras, chegou à surpreendente conclusão de que os médicos-legistas da repressão não abriram o corpo de Iuri para exame necroscópico, e, portanto, decreveram trajetórias pela imaginação.
As conclusões de Nelson Massini, somadas às de Luiz Fondebrider, desmontam os laudos fabricados no IML de São Paulo (dirigido na época por Arnaldo Siqueira) por Isaac Abramovitc e Abeylard Queiroz Orsini. Cruzadas as informações produzidas, pôde-se fazer um quadro das contradições e falsidades da versão oficial:

Iuri Xavier

— foi atingido por seis projéteis, e não apenas por três;
— seu corpo não foi aberto para exame necroscópico;
— apresenta escoriações produzidas em vida, antes dos disparos fatais;
— os restos mortais apresentam perfurações por projéteis no coração, não descritas no laudo (tiro de execução);
— os disparos no crânio deram-se quando Iuri já estava dominado, em plano inferior ao do agressor;
— lesões indicam que Iuri estava deitado com o braço dobrado, em posição de defesa;
— o corpo só chegou ao IML três horas depois do suposto tiroteio;
— há provas de que passou antes pelo DOI-Codi/SP;
— seu corpo chegou ao IML somente de cuecas e meias.

Marcos Nonato

— dois tiros foram disparados de cima para baixo, indicando que Marcos estava dominado;
— ferimentos contundentes provocaram equimoses;
— equimoses profundas sobre os olhos;
— nariz edemaciado;
— ferimento não descrito próximo à axila esquerda;
— seu corpo chegou ao IML sem camisa;
— o corpo não foi aberto para exame necroscópico;
— há registro de um terceiro disparo próximo à região mamária direita, não descrito no laudo oficial.

Ana Maria

— seu corpo chegou completamente despido ao IML, três horas depois do suposto tiroteio;
— há provas de que foi levada ao DOI-Codi antes de ser conduzida ao IML;
— o tiro na cabeça, de cima para baixo, caracteriza execução;
— há lesões não descritas no laudo oficial na região mamária e ouvido direito;
— há uma fratura no fêmur, evidenciada na exumação, sem que se conheça o que a produziu — torturas no DOI-Codi?;
— Abramovitc registrou dois ferimentos produzidos por arma de fogo. Fondebrider descobriu pelo menos mais dois.

A palavra dos feridos

Criméia de Almeida, da Comissão Nacional de Familiares, foi procurar as pessoas que tinham sido feridas acidentalmente no dia 14 de junho. Encontrou Ernestina, mãe da garota Irene Dias, à época com 3 anos. Ela relatou que não houve tempo para a reação dos quatro militantes; que os tiros que atingiram sua filha e o outro transeunte foram disparados pelos policiais; que houve emboscada. Disse também que assistiu à cena dos três corpos sendo recolhidos pelo carro do IML. Ora, se não foram imediatamente para o IML (só chegaram três horas depois) e se há provas de que passaram pelo DOI-Codi (depoimento de Francisco Carlos de Andrade e as fichas de identificação), pode-se perfeitamente concluir que eles ainda estavam vivos quando foram retirados do local.
Iuri Xavier Pereira era dirigente da ALN quando morreu, aos 24 anos. Seus pais, João Batista Xavier Pereira (falecido em 1986) e a pernambucana Zilda Paula Xavier Pereira, eram veteranos militantes do PCB. Iuri filiou-se ao PCB em 1965, com 17 anos. Militou no movimento secundarista no ginásio e na Escola Técnica Federal. Ele queria ser engenheiro eletrônico. Teve intensa militância no movimento estudantil, cultural e político, como muitos de sua geração. Na luta interna do PCB, juntou-se à ala esquerda, sob a liderança de

Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Em 1968, foi para Cuba treinar guerrilha. Quando voltou, em 1970, Marighella e Câmara Ferreira tinham sido mortos e Iuri passou a integrar a Coordenação Nacional da ALN. Além de participar de ações de guerrilha urbana, Iuri foi organizador e redator de vários periódicos clandestinos como *1º de Maio*, *Ação* e o *Guerrilheiro*. Morto em 14 de junho de 1972, foi enterrado como seu irmão Alex, um ano mais novo que ele, também assassinado pelo DOI-Codi/SP seis meses antes. Alex foi enterrado com o nome de João Maria de Freitas. Os corpos de Iuri e Alex só foram recuperados por sua família em 1980, após a Anistia e a volta ao país da irmã Iara Xavier e dos pais. Localizados no Cemitério de Perus, seus restos mortais foram exumados e trasladados para o Cemitério de Inhaúma, no Rio de Janeiro, por seus familiares, juntamente com outros familiares de vítimas do regime militar, do Comitê Brasileiro pela Anistia e por amigos. A família sempre teve dúvidas se aqueles eram realmente os restos mortais dos dois irmãos guerrilheiros.
A exumação feita no transcorrer do processo dos dois na Comissão Especial revelou que as ossadas eram compatíveis com seus biotipos.
Iara Xavier afastou-se da sala 621 do Ministério da Justiça enquanto a Comissão Especial decidia sobre seus irmãos. Seria menos triste se eles tivessem morrido como consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*: fuzilados. Sofreu mais ao descobrir que, feridos, foram levados vivos para aquele lugar maldito, o DOI-Codi de São Paulo. Mas ficou sabendo a verdade.
Os três casos foram relatados na Comissão Especial por Suzana Keniger Lisbôa. A responsabilidade do Estado foi reconhecida nas mortes de Ana Maria, Iuri Xavier e Marcos Nonato, por 6 x 1. Votou contra o general Oswaldo Gomes.

Ossos no porão

José Júlio de Araújo (21/7/1943 - 18/8/1972)

Em todas as versões ele teria sido baleado ao tentar a fuga, correndo pela Rua Teodoro Sampaio, no bairro de Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo.
A versão oficial conta que ele foi morto pelos agentes de segurança que o escoltavam quando ia entregar um companheiro à polícia: aproveitara a confusão, tomara a arma de um segurança bancário e saíra correndo em ziguezague pela rua até ser baleado.
Os relatórios da Marinha e da Aeronáutica, obtidos em 1993 pelo Requerimento de Informações do Deputado Nilmário Miranda, dizem que ele foi "preso em 18 de agosto de 1972 e, após interrogatório, levado para encontrar outro terrorista quando entrou em luta corporal com um policial que o escoltava, apossando-se de sua arma e tentando fugir, atirando, quando então foi baleado, vindo a falecer".

Entretanto, o próprio documento dos médicos-legistas Isaac Abramovitc e José Henrique da Fonseca descreve orifícios de entrada de projéteis na região peitoral direita, que só seria possível se fosse atingido de frente, e não correndo em ziguezague. E esses laudos eram feitos quase sempre para compor as versões oficiais.

Posteriormente, em 1991, foi realizada nova perícia em Belo Horizonte na ossada de José Júlio, encontrada guardada na casa de sua mãe. "Com base na localização dos orifícios E (na região temporal direita) e S (na occipital à direita), infere-se que a trajetória descrita pelo instrumento pérfuro-contundente que o produziu foi de frente para trás, ligeiramente da direita para a esquerda e ligeiramente de cima para baixo."

Essa informação não está presente no laudo de Abramovitc-Fonseca. Para receber esse disparo ele não poderia estar correndo, de costas, em ziguezague.

O corpo de José Júlio foi sepultado no Cemitério de Perus. Em 1975, seu irmão, Márcio, localizou os restos mortais e os retirou para um ossário alugado no Cemitério da Lapa. Na verdade, levou-os em um caixote de madeira para Belo Horizonte, guardando-os no sótão da casa, onde ficaram até setembro de 1991. Foi quando um alcagüete da polícia, que também trabalhava como encanador, Salvador dos Santos Silva, encontrou a ossada no caixote ao fazer um serviço para a família. Denunciou o fato ao delegado Miguel Dias Campos, da Homicídios, que chamou a imprensa no dia 30 de setembro de 1991 para acompanhá-lo na apreensão do caixote, pensando se tratar de ocultação de cadáver. Resultado de perícia feita no IML pelos médicos-legistas José Frank W. Marotta e Geraldo Pianetti Filho demonstrou que a ossada era de José Júlio, o que possibilitou que a família finalmente pudesse sepultá-la dignamente em 11 de novembro de 1991, no Cemitério da Colina.

De todo modo, o episódio ajudou a demonstrar a farsa da versão oficial, uma vez que a perícia no crânio do militante morto revelou que o disparo foi feito de frente, de cima para baixo, típico de uma execução.

Testemunha

Walderês Nunes Loureiro é mineira de Nanuque. Em 1998, lecionava na Universidade Católica, em Goiânia. Jovem, casou-se com o militante da ALN, Eduardo Antônio da Fonseca, em Belo Horizonte. Perseguidos, foram para São Paulo, onde Eduardo foi morto juntamente com dois companheiros da ALN em setembro de 1971. Em 1972, Walderês conheceu José Júlio.

Era uma pessoa extremamente erudita e reflexiva. Vivia em estado de tensão constante por causa da clandestinidade e do risco iminente de prisão. No dia 18 de agosto, nos encontramos para procurar uma casa para alugar, na qual passaríamos a morar.

Tomamos um ônibus com destino a Vila Mariana e, no caminho, resolvemos entrar em um bar para beber água. Quando estávamos sentados no balcão, por volta do meio-dia, o bar foi invadido por uma equipe do DOI-Codi, fortemente armada, gritando para os que se encontravam no local que éramos perigosos ladrões de carro. Dominada por dois policiais, eu gritava que era mentira. Vi José Júlio se debatendo com muitos policiais, tentando se livrar de suas mãos. Foi a última vez que o vi.

No DOI-Codi fomos levados para celas diferentes. Na primeira parte do meu interrogatório, os torturadores visavam unicamente obter dados sobre José Júlio. Na madrugada do dia 19, fui transferida para uma sala onde se encontravam todas as roupas com as quais José Júlio havia sido preso, algumas peças rasgadas, outras ensangüentadas... nada mais a respeito de José Júlio me foi perguntado.

José Júlio era de Itapecerica, Minas Gerais. Aos 14 anos trabalhava no Banco da Lavoura, em Belo Horizonte, onde ficou até os 20. Foi quando se politizou e entrou para o PCB. Após o Golpe Militar de 1964, ligou-se à ala esquerda, sobretudo quando Mário Alves morou em Minas, entre 1965 e 1966. Em 1967, ajudou a organizar a Corrente Revolucionária que acabou se ligando à ALN. Em 1968, foi para São Paulo e de lá para Cuba. Antes de voltar ao Brasil, em 1972, morou um ano no Chile.

O relator do caso na Comissão Especial foi Nilmário Miranda, cujo parecer favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado na morte de José Júlio de Araújo foi aprovado por unanimidade.

Primeiro desaparecido encontrado

Luiz Eurico Tejera Lisbôa (19/1/48 - 9/1972)

A responsabilidade do Estado foi reconhecida na morte de Luiz Eurico Tejera Lisbôa no Anexo da Lei 9.140/95. O seu caso está bem relatado no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Os restos mortais dele foram os primeiros de um desaparecido político a ser encontrados, o que ocorreu no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, onde estavam enterrados sob o nome falso de *Nelson Bueno*.

Luiz Eurico nasceu em Porto União (SC). Filho de Eurico Siqueira Lisbôa e Clélia Tejera Lisbôa, era o mais velho dentre sete irmãos.

Cedo iniciou sua militância política na Juventude Estudantil Católica. Integrando-se ao PCB, alternava suas atividades entre Santa Maria, onde residia na JUC, e Porto Alegre. Pertenceu à Direção Estadual do PCB até o do VI Congresso, quando passou a integrar a Dissidência/RS.

Estudava então no Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, centro da efervescência do Movimento Estudantil Secundarista.

No Júlio de Castilhos, haviam fechado o Grêmio Estudantil, em meio à intensa agitação provocada pela tentativa da direção de cobrar uma taxa e, ao mesmo tempo, a proibição do uso de minissaias e cabelos compridos. O Grêmio

foi instalado em uma barraca, em frente à escola, concentrando os alunos em assembléias permanentes e de onde saíam freqüentes passeatas que se uniam aos universitários nos protestos contra o acordo MEC-Usaid, pelo ensino gratuito, reunindo as forças que protestavam contra a ditadura militar. Luiz Eurico e os integrantes do Grêmio fechado acabaram sendo expulsos do Colégio.
Passou a ser membro da Diretoria da União Gaúcha dos Estudantes Secundários.
Ao mesmo tempo, a radicalização da ditadura passou a exigir novos posicionamentos. Luiz Eurico questionava a Dissidência para a concretização de ações armadas, ligando-se à VAR-Palmares. Permanece na VAR como membro de sua direção regional até a realização do Congresso da Organização, em 1969, quando integrou a ALN.
Nesse período, foi preso algumas vezes durante manifestações estudantis. Ao tentar, juntamente com os alunos do Júlio de Castilhos, como membro da UGES, a reabertura do Grêmio fechado, foi mais uma vez preso e indiciado em IPM.
Já casado, trabalhando como escriturário no Serviço Nacional da Indústria (Senai) parecia ter encontrado seu caminho. Fora, inclusive, absolvido por unanimidade no IPM, comparecendo à Auditoria Militar no dia do julgamento.
No fim de outubro de 1969, foi surpreendido por uma notícia de jornal com sua condenação a seis meses de prisão no referido processo, após grosseira falsificação dos prazos de recurso. Não lhe restou outra alternativa: passou à clandestinidade.
Esteve algum tempo em Cuba, retornando ao país em 1971, estabelecendo-se em Porto Alegre, na tentativa de reorganizar a ALN no Estado.
Foi preso em circunstâncias desconhecidas em São Paulo, na primeira semana de setembro de 1972, e desapareceu desde então.
Somente em junho de 1979, a Comissão de Familiares do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) consegue reunir pistas para a elucidação dos desaparecimentos, localizando Luiz Eurico enterrado, sob o nome de *Nelson Bueno*, no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Ao mesmo tempo que a ditadura pretendia sepultar a luta pelos desaparecidos, entregando aos familiares um atestado de morte presumida pela Anistia, apresentava à Nação um Atestado de Óbito de um dos desaparecidos, cuja prisão e assassinato tinham ocultado.
A versão oficial para sua a morte era de suicídio e, para corroborá-la, foi montado inquérito na 5ª DP de São Paulo, sob o número 582/72.
A farsa do suicídio é desmascarada pelos depoimentos contraditórios das testemunhas arroladas, bem como pela própria conclusão do inquérito: Luiz Eurico, deitado na cama do quarto da pensão em que morava, teria disparado alguns tiros a esmo antes de embrulhar uma de suas armas (as fotos mostram um revólver em cada mão) na colcha que o cobria e disparar um tiro em sua própria cabeça, no dia 3 de setembro de 1972. Pelo quarto havia marcas de disparos diversos, até mesmo em direção ao próprio Luiz Eurico.

Em processo aberto na 1ª Vara de Registros Públicos de São Paulo, em 25 de outubro de 1979, foi solicitada a reconstituição da identidade e retificação do registro de óbito, que recebeu o nº 1288/79.
Apesar do pedido inicial ter sido deferido em 7 de novembro de 1980, o inquérito policial de Luiz Eurico foi reaberto por ordem do Juiz da 1ª Vara, pois o corpo exumado da sepultura de *Nelson Bueno* não correspondia ao laudo descrito no processo — os ossos apresentavam fraturas indiscriminadas, e não os orifícios correspondentes ao tiro no crânio com que, na versão policial, Luiz Eurico teria se suicidado.
O inquérito foi encaminhado pelo procurador-geral da Justiça da 2ª Vara Auxiliar do Júri de São Paulo, e enviada pelo procurador dr. Rubens Marchi, para o Deic.
A pedido do delegado Francisco Baltazar Martins, encarregado das investigações, foram realizadas novas exumações no Cemitério Dom Bosco, em Perus, até ser encontrado um corpo que correspondesse às características da morte de Luiz Eurico.
Durante a nova fase de investigações, são evidentes as manobras realizadas junto aos moradores da pensão onde Luiz Eurico teria sido encontrado morto, chegando até algumas delas a mudar, por completo, o depoimento feito em 1972. Tais fatos não foram, entretanto, suficientes para processar a União pelo assassinato de Luiz Eurico e, por falta de provas, o inquérito foi novamente arquivado, ratificada a conclusão de suicídio e entregues seus ossos, que foram trasladados do Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo, para Porto Alegre, em 2 de setembro de 1982, décimo ano após seu assassinato.

Palavra de mãe

Em 1994 foi lançado o livro Condições Ideais para o Amor, *da Editora Tchê e Instituto Estadual do Livro, com poesias e cartas de Luiz Eurico Tejera Lisbôa e depoimentos de pessoas que o conheceram.*
No livro está publicada uma carta de sua mãe, Clélia Tejera Lisbôa, escrita quando soube da descoberta do corpo de seu filho:

Faz hoje vinte dias que fiquei sabendo dos acontecimentos relacionados com a morte de meu filho Luiz Eurico Tejera Lisbôa, desaparecido na primeira semana de setembro de 1972 e localizado, há mais ou menos dois meses, no Cemitério de Perus, Estado de São Paulo, sob o falso nome de Nelson Bueno. Por estar em Salvador da Bahia, acompanhando uma filha que fora hospitalizada, meus familiares não quiseram comunicar-me logo o que ocorria em relação a Luiz Eurico. Só tomei conhecimento dos fatos após meu retorno a Porto Alegre.
Antes de mais nada, quero deixar bem claro que a versão de suicídio, dada por ocasião de seu assassinato, jamais será aceita por mim ou por qualquer

pessoa que o tenha conhecido de perto. Quanto às tentativas de enlamear seu nome, são torpes e nojentas demais para que me digne a discuti-las. Partindo de quem partiram, nem sequer me causam surpresa. Os amigos de meu filho, os que de um ou outro modo conviveram com ele, sabem que Luiz Eurico era um jovem idealista e estudioso. Seu único vício era a leitura, numa preocupação constante com o momento político-econômico deste país, indo à raiz dos fatos e buscando entender suas causas.
Releio neste momento a Declaração apresentada no 1° Encontro Estadual de Grêmios Estudantis, realizado de 21 a 23 de junho de 1968, cuja redação esteve a seu cargo. Escrevendo, e lendo alguns trechos em voz alta para que eu pudesse acompanhar seu pensamento, dizia ele a certa altura:
"A juventude já não aceita refugiar-se no intelectualismo oco de outros tempos, mas também recusa-se a compactuar, por assentimento ou omissão, com uma ordem social que desumaniza o indivíduo e destina à fome e à mais completa ignorância quase dois terços da humanidade.
A cultura deve extravasar os círculos limitados do deleite ou realização pessoal para assumir o papel de agente dinâmico na transformação da sociedade.
Este mundo de guerras, de sobressaltos e insegurança, do lucro como motor de desenvolvimento, dos grandes monopólios subordinando aos interesses de uma minoria em todos os aspectos da vida social, este mundo dividido em explorados e exploradores, em que a fome elimina anualmente milhares de vezes mais vidas humanas do que a criminosa guerra do Vietnã, este mundo perdeu sua razão de ser, quando se consomem milhões de dólares para matar a outro homem, quando os orçamentos militares são constantemente aumentados em detrimento de necessidades vitais, quando a separação entre humildes e poderosos atinge as proporções de um verdadeiro cataclismo, quando as mais ponderadas manifestações de alerta são silenciadas à bala, quando o descontentamento se torna universal e o indivíduo desfalece nas tramas de forças materiais que ele não dirige e muitas vezes não compreende."
Este era o terrorista *Luiz Eurico Tejera Lisbôa. Seu dizer era claro, firme e coerente com seu modo de pensar e agir. Seus aterrorizados assassinos, com a cabeça vazia de idéias, souberam apenas empunhar uma arma. Qualquer pessoa com inteligência mediana percebe logo que, tanto ele como vários de seus companheiros também assassinados, constituíam realmente um perigo em potencial. Eram inteligentes, estudiosos, sabiam pensar por si mesmos. Haverá razão mais forte para exterminá-los?*
Faz hoje vinte dias que venho tentando desviar meu pensamento dessa realidade brutal. Meus olhos estão cansados de chorar. Mas não se enganem. Não choro de pena do meu filho que, onde quer que esteja, deve estar muito bem. É apenas de saudade. Creio numa outra vida. A morte rápida de torturadores me dá a maior certeza disso. Ninguém devendo tanto pode escapar assim ligeirinho se não for pagar em outro lugar.

Os torturadores pagarão

Pelas noites de vigília que passei chorando a ausência de meu filho e a incerteza de seu destino;
Pelos dias, horas e minutos que vivi, numa quase obsessão, esperando que alguém chegasse, de repente, ao meu apartamento, para me dizer onde e como ele estava;
Pelos sete anos que passei sem poder me concentrar em nada, porque em minha mente só cabia sua imagem;
Pelo medo, que tantas vezes me assaltou, de tê-lo de volta inútil e deformado pelas torturas;
Pela miséria mais horrível que eu vi neste Brasil de norte a sul;
Pela vergonhosa impunidade dos torturadores e assassinos;
Pela saudade mais cruel que me acompanhou ao longo destes sete anos e que agora há de prolongar-se até o fim dos meus dias;
Por toda a transformação que meu filho tanto desejou ver neste país faminto e esquecido;
Tenho a mais profunda convicção de que uma força, bem maior que a capacidade de matar de seus assassinos, há de dar o merecido castigo aos que planejaram e determinaram, aos que, por aceite ou omissão, participaram e aos que executaram todo esse horror que está aí, presente, nas faces e nos olhos de mães, esposas, filhos e irmãos daqueles que foram estupidamente torturados e assassinados e dos que ainda sofrem as prisões!

Se ele voltasse...

Não choro de pena de meu filho. E, se fosse possível voltar de onde ele está, eu lhe pediria para continuar pensando e agindo como sempre pensou e agiu. Ainda que isso importasse em ser novamente assassinado. Pois prefiro vê-lo morto, uma e mil vezes, a tê-lo por longos anos a meu lado numa inconsciência inútil, estúpida e criminosa! Luiz Eurico Tejera Lisbôa, seu espírito há de pairar sobre os justos movimentos reivindicatórios deste país, dando força, lucidez e coragem a seus participantes! Luiz Eurico Tejera Lisbôa, onde quer que esteja há de estar pedindo justiça e liberdade para este povo humilde e esquecido que ele tanto amou!
Porto Alegre, 10 de setembro de 1979.

Luiz Eurico viveu intensamente a sua época e absorveu os ideais de justiça e liberdade. Sua poesia assim se revela e se aproxima com sensibilidade à resistência do povo vietnamita em *Balada da Ham-li*:
Na pequenina aldeia
de Luang-Ding
um menino
de pele amarela

e olhos rasgados
está
silencioso
deitado no chão
seu nome
Ham-li
as mãos
as pequeninas mãos
de Ham-li
estão crespadas
retorcidas
por uma grande dor
os pequeninos braços
fortes de Ham-Li
— menino camponês —
estão descarnados
e já se decompõem.
Os pequeninos pés
andarilhos de Ham-Li
— menino soldado —
encolhidos
assemelham-se a uma
terrível garra
A pequenina face
de pele macia
onde brilhavam
os negros olhos rasgados
o menino Ham-Li
escondeu-a no ventre aberto
para que o mundo
não visse tanto horror.
Mas ao pequenino coração
do menino Ham-Li
o Napalm
não poderá jamais atingir!
Entre os escombros
da pequenina aldeia
de Luang-Ding
um menino
de pele amarela
e olhos rasgados
está
silencioso
deitado no chão.
O pequenino coração
do menino Ham-Li
pulsa
inalterado
sobre todo o Vietnã.

Assassinada com a *coroa-de-cristo*

Aurora Maria Nascimento Furtado (13/6/1946 - 10/11/1972)

A necropsia feita no IML do Rio em 10 de novembro de 1972 confirma a versão oficial (morte em tiroteio), mas os médicos-legistas Elias Freitas e Salim Raphael Balassiano registram ferimentos penetrantes na cabeça com dilaceração cerebral como causa da morte.
Na verdade, foi aplicada em Aurora Maria a coroa-de-cristo (torniquete que consiste em uma fita de aço que esmaga gradativamente o crânio). Sua irmã, Sandra, viu, horrorizada, seu corpo no IML com cortes profundos, hematomas generalizados, braços quebrados e afundamento do crânio.
O próprio general Adyr Fiuza de Castro, um dos expoentes da repressão aos opositores da ditadura militar, em depoimento a Maria Celina D'Araújo e Gláucia Ary Dillon Soares, refere-se à Aurora Maria:

Certa vez, uma moça — Aurora Maria Nascimento Furtado — estava cobrindo um 'ponto' com o chefe de sua organização quando uma viatura do pessoal encarregado da luta contra o tráfico de entorpecentes desceu para interpelá-los: "Seus documentos!" Ele ficou meio apavorado, mas ela abriu uma bolsa, tirou o revólver e deu um tiro na cara do agente.
Ela combateu outros agentes que assistiram ao lance de cima do viaduto, enquanto o camarada fugia... ela saiu correndo pela Avenida Brasil, um conseguiu segurá-la pelas pernas e, debaixo de muito pau, meteram-na na viatura. Foi levada para a Invernada de Olaria. Calculo o que fizeram com ela. Eu estava no Codi do I Exército quando o comandante do DOI me telefonou: "Chefe, recebi informações que capturaram uma moça e chegaram à conclusão que deve ser gente nossa. Eu mandei um oficial meu ir lá para identificá-la. Ela está em péssimo estado, e não vai resistir nem mais uma ou duas horas".

Estavam confirmadas as denúncias de que o DOI-Codi e os policiais ligados a grupos de extermínio da Invernada de Olaria mataram Aurora sob torturas.
Documento encontrado no arquivo do Dops/SP Informação 2100 de 19/3/73 com o título *Helber José Gomes Goulart* refere-se a Aurora:

Em nov./72, na cidade do Rio de Janeiro, ao cobrir "ponto" com Aurora Maria Nascimento Furtado, foram abordados por dois policiais rondantes, que lhes solicitaram documentos. Aurora sacou de um revólver atirando nos policiais enquanto Helber Goulart fugia.

No entanto, para a imprensa foi distribuída nota oficial com uma história diversa. Aurora iria entregar companheiros, depois de presa, e que foi ferida pelos próprios companheiros que fugiram enquanto os agentes a socorriam. Além de se eximir do assassinato dela, os órgãos de segurança queriam desmoralizá-la.

29 perfurações

O Laudo de Necropsia revela que a morte se deu cerca de 20 horas após a sua prisão, às 4h do dia 10/11/72. Descreve 29 perfurações por projéteis de arma de fogo. Foram encontrados oito projéteis em seu corpo, alguns revestidos de metal amarelo, outros de chumbo nu, indicando tiros efetuados a curta distância. Há transfixação do abdome e tórax, mas o laudo registra que as cavidades plurais e abdominal "não contêm sangue" e que "na região glútea há três orifícios sem reação vital".

Esses dados comprovam que esses tiros foram dados quando ela já estava morta, por requinte de crueldade e para dar "credibilidade" à versão oficial de tiroteio.

O Atestado de Óbito, assinado pelo médico-legista Elias Freitas, foi emitido para "uma mulher branca", falecida às 4h do dia 10/11/72 na Rua Adriano com Magalhães Couto e, estranhamente, dá como causa da morte dilaceração cerebral.

Em 11 de novembro de 1972, Aurora foi reconhecida no IML/RJ por seu pai, Mauro Albuquerque Furtado, sendo o corpo trasladado para São Paulo, com a exigência de ser entregue à família em caixão lacrado, com ordens expressas para que não fosse aberto. Tal ordem não foi acatada pela família, que, com o auxílio de seus advogados, conseguiu novo exame no IML. O corpo de Aurora, além dos inúmeros sinais das torturas sofridas (queimaduras, cortes profundos, hematomas generalizados), apresentava um afundamento no crânio de cerca de 2cm, provocado por tortura realizada com a coroa-de-cristo.

Não há nenhuma referência à sua morte nos relatórios dos três ministérios militares.

Aurora cursou Psicologia na Universidade de São Paulo, foi responsável pela imprensa da União Estadual dos Estudantes e teve ativa militância no movimento estudantil durante 1967 a 1968.

Renato Tapajós, ex-preso político e cunhado de Aurora, escreveu o livro *Em Câmara Lenta*, contando a sua história.

O relator do caso na Comissão Especial, general Oswaldo Gomes, afirma em seu parecer:

> Não há dúvidas de que Aurora Maria Nascimento Furtado morreu por causas não-naturais, em dependência policial, por motivos de atividades políticas, devendo assim o requerimento ser acolhido pela Comissão.

Foi reconhecida a responsabilidade do Estado pela morte de Aurora Maria Nascimento Furtado. O parecer do relator foi acolhido por unanimidade. Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda refutaram a versão oficial.

Delatados por um infiltrado

Arnaldo Cardoso Rocha (28/3/1949 - 15/3/1973)
Francisco Emanoel Penteado (29/12/1952 - 15/3/1973)
Francisco Seiko Okama (1948 - 15/3/1973)

Iara Xavier e Suzana Keniger Lisbôa, participantes ativas da Comissão Nacional de Familiares, conheceram-se na ALN em São Paulo e estiveram juntas em Cuba.

Em 1973, Iara, grávida de Arnaldo Cardoso Rocha, morto em 15 de março de 1973, saiu para o exílio.

Suzana, que também perdeu seu companheiro, Luiz Eurico Tejera Lisbôa, desaparecido desde 3 de setembro de 1972, viveu na clandestinidade no Brasil até 1978, quando voltou à legalidade.

Reencontraram-se em abril de 1979 no Rio de Janeiro, no Encontro Nacional de Entidades pela Anistia. Iara, voltando do exílio, e Suzana, vindo de Porto Alegre. Iara, em busca dos restos mortais de seus dois irmãos, Iuri e Alex, assassinados em janeiro e julho de 1972. Suzana, procurando descobrir onde, como e quando Luiz Eurico desaparecera.

Iara acabou localizando os restos mortais dos irmãos no Cemitério de Perus. Suzana terminou descobrindo a pensão onde teria sido forjado o suicídio de Luiz Eurico.

Em meados dos anos 80, as duas, juntas, visitaram o local onde, dez anos antes, teriam morrido o marido de Iara, Arnaldo Cardoso Rocha, e dois de seus companheiros, Francisco Emanoel Penteado, e Francisco Seiko Okama.

A versão oficial, publicada na imprensa, era de que os três conversavam no dia 15 de março de 1973 encostados em um muro, em frente ao número 247 da Rua Caquito, no bairro da Penha, em São Paulo, quando chegaram os agentes de segurança. Dois teriam morrido no local, após o tiroteio (Francisco Emanoel e Francisco Okama) e o terceiro, Arnaldo, teria tentado a fuga pela Rua Lauro Vergueiro, onde teria se deparado com outra equipe de agentes, morrendo no confronto.

Iara e Suzana descobriram que dois meninos haviam presenciado aqueles acontecimentos e conseguiram localizar um deles, de nome Carlos. De fato, ele e um amigo andavam de bicicleta na Rua Caquito e já iam virar para descer a ladeira da Rua Lauro Vergueiro quando se viram em meio a um tiroteio.

Carlos tentou se proteger entrando em uma casa, perdeu o equilíbrio e caiu. Nesse momento, viu o rapaz moreno (Arnaldo), que vinha correndo rua abaixo, cambalear e cair de bruços, bem na sua frente. Do bolso dele caíram papéis no chão. Dois perseguidores, armados, levantaram-no. Um fusca verde-escuro parou ao lado, descendo uma mulher de cabelos castanhos com uma mecha branca. O rapaz ferido foi colocado no banco de trás, junto com um perseguidor, e a mulher sentou-se no banco do passageiro — o carro arrancou em alta velocidade.

Outra testemunha

Em 1998, Amilcar Baiardi era professor universitário na Bahia. Em 1971 foi preso na Oban. Era militante da Var-Palmares. Em março de 1973 foi novamente preso. No dia 15 daquele mês, estava em um quarto no 1° piso do DOI-Codi/SP. Através da pequena janela que permitia avistar o pátio interno, pôde ver os dois prisioneiros chegarem com ferimentos na região torácica-abdominal, ainda sangrando. O almoço tinha sido servido havia cerca de duas horas.

Em meio ao regozijo e comemorações ruidosas, os agentes da repressão colocaram os dois feridos, ainda com sinais vitais, sobre a quadra de cimento e tentaram, por cerca de meia hora, extrair informações por meio de ameaças e maus-tratos generalizados. Após as tentativas de interrogatório, que aparentemente para o observador não surtiram efeito, foram deixados sobre a quadra, esvaindo-se em sangue, (...) até serem recolhidos por um rabecão do IML.

Baiardi calcula 40 metros de distância entre a pequena janela da cela e a área externa onde estavam os dois militantes. Ele percebeu que eram jovens e que um deles tinha traços orientais, sendo chamado de *Japonês* pelos torturadores. Saindo da prisão, leu as notícias referentes às mortes dos três militantes e reconheceu Francisco Seiko Okama. Não reconheceu quem era o outro.

Jota, um traidor

No dia 2 de março, 13 dias antes, Arnaldo tivera contato com João Henrique Ferreira de Carvalho — *Jair*, para os companheiros da ALN, e *Jota*, para o major Enio Pinheiro, o *Dr. Nei*. João Henrique, atualmente médico, servia como infiltrado ou *cachorro* — denominação que a repressão dava a esse tipo de traidor —, delatando os próprios companheiros. Após aquele encontro, Arnaldo foi perseguido por agentes policiais, conseguindo escapar com um ferimento na perna.
O que significa que os três militantes mortos já estavam sendo vigiados e não tinham sido encontrados por acaso na Rua Caquito.
Segundo o ex-sargento do Exército Marival Chaves do Canto, que serviu no DOI-Codi/SP como "analista de informações" e no Ciex em Brasília, João Henrique era citado na Escola Nacional de Informações como modelo de infiltrado.

Ele era de Porto Nacional, hoje Tocantins, e entrou na militância ainda secundarista, participando de atividades culturais. Ingressou na ALN e foi atuar em São Paulo. Em 1972, perseguido pelos órgãos de segurança, asilou-se em Buenos Aires. De lá resolveu voltar ao país e entregou-se à Polícia Federal, que o conduziu ao DOI-Codi/SP. Tornou-se um colaborador da repressão, com contrato de trabalho e salário, retomando os contatos e infiltrando-se na ALN. Seus processos na Justiça Militar foram negociados para receber penas leves.
Sem despertar suspeitas, João Henrique freqüentava reuniões, mantinha "pontos" de encontro, participava de ações. "Guiava", assim, a repressão até os outros militantes, que a partir daquele momento passavam a ser seguidos e controlados, podendo ser presos ou mortos quando os órgãos de segurança desejassem.
De acordo com vários depoimentos de integrantes da ALN na época, a traição de *Jota* foi responsável pela prisão, tortura e morte (e desaparecimento) dos seguintes militantes, pelo menos, além dos três tratados aqui: Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Seiko Okama e Francisco Emanoel Penteado, em 15 de março de 1973; Alexandre Vanucchi Leme, em 17 de março; e Ronaldo Mouth Queiróz, em 6 de abril do mesmo ano.
O ex-integrante do DOI-Codi/SP, Marival Chaves do Canto, atribui à traição de *Jota* as mortes de Luiz José da Cunha, em 13 de julho de 1973; Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Maria Moraes Angel, em 30 de novembro; e os desaparecimentos de Ana Rosa Kucinski e de Wilson Silva, em 22 de abril de 1974.
João Henrique declarou à *Veja* que o seu trabalho era um "trabalho de paciência", de ir cobrindo os "pontos" para que os militantes fossem seguidos e ir abrindo à repressão setor por setor da ALN aos quais tivesse acesso, sem despertar suspeitas. Contou como conduziu os agentes do DOI-Codi aos militantes da Faculdade de Geologia, de Medicina da USP, além de fornecer informações que orientassem os torturadores nos interrogatórios.
Marival Chaves do Canto e outra fonte de *Veja*, não-identificada na matéria, dizem que *Jota* prestou serviços ao DOI-Codi durante três anos. Pode, portanto, ter realmente cooperado no assassinato de todos os militantes indicados.
Para encobrir a ações do *cachorro*, o DOI-Codi divulgava nas versões oficiais das mortes que as denúncias haviam partido de outros militantes. No caso de Alexandre Vanucchi Leme, informou que ele teria se atirado sob as rodas de um caminhão quando iria "entregar" Ronaldo Mouth Queiróz, que teria escapado naquela ocasião.

Outra fonte do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ulstra, em seu livro *Rompendo o Silêncio*, revela:

Quando conseguíamos um bom infiltrado, íamos aos poucos levantando, fotografando e seguindo seus contatos com os demais membros da organização.

Esses contatos iam se ampliando de tal maneira que já passávamos a seguir outros de seus membros sem necessidade do nosso infiltrado.
Nesse momento ele não era mais seguido por nós, para evitar qualquer suspeita... porém nossos contatos com ele continuavam com a finalidade de obter melhores informações.
(...) Dentro de um ou dois meses, já sabíamos onde residiam muitos membros da organização. Alugávamos apartamentos bem próximos dos "aparelhos" dos militantes, para vigiar seus hábitos e fotografá-los para serem identificados.

Os tiros

Os médicos-legistas Isaac Abramovitc e Orlando Brandão descrevem no laudo referente a Arnaldo Cardoso Rocha que ele levou sete tiros: dois deles — no terço médio da coxa direita que fraturou o fêmur, e no terço médio da perna direita que fraturou a tíbia — já o teriam imobilizado, o que confere com as declarações do menino que testemunhou a cena: "cambaleou e caiu de bruços". Os demais foram: um no canto externo do supercílio direito; um na mão direita (tiro denominado de defesa, o que decorre do gesto instintivo de proteção feito pela vítima); outro na clavícula direita; mais um na altura da articulação externo-clavicular direita; e um último de raspão no lábio inferior.
Um sapateiro, morador da Rua Caquito, contou para Iara e Suzana que o rapaz claro (Francisco Emanoel Penteado) fora atingido antes de chegar à Rua Lauro Vergueiro. Policiais em uma Veraneio o teriam recolhido. Os outros dois prosseguiram a fuga, descendo a Rua Lauro Vergueiro.
Isaac Abramovitc e Orlando Brandão descreveram três tiros e escoriações em Francisco Emanoel Penteado: na mandíbula direita, saindo pelo pescoço, tornando a entrar no músculo trapézio, saindo na região escapular; na altura do manúbrio esternal, saindo na região dorsal; na altura do terço interno da clavícula esquerda pela região escapular esquerda, e escoriações na região frontal, supercílio esquerdo e pálpebra esquerda.
O primeiro tiro só pode ter sido disparado de cima para baixo, incompatível com a versão de tiroteio.
Não foi encontrada nenhuma testemunha da captura de Francisco Seiko Okama. No seu caso, foram descritos cinco tiros, sendo três deles de cima para baixo — tiros típicos de execução.
1- Tiro no olho esquerdo;
2- Orifício de entrada na face lateral esquerda do pescoço com o correspondente orifício de saída na região parietal direita;
3- Orifício de entrada na face anterolateral esquerda do pescoço e correspondente orifício de saída na omoplata esquerda;
4- Orifício de saída na região glútea esquerda;
5- Orifício de entrada na ponta do nariz e orifício de saída na face lateral direita do pescoço.

Há ainda descrição de ferimento contuso na região malar esquerda.
A companheira de Francisco Seiko Okama, Maria José Mendes de Almeida Araújo, identificou o corpo dele no dia 16 de março no IML: *O rosto estava bastante machucado e sua dentição quebrada, dando a impressão de que havia sido torturado e que alguns tiros foram dados à queima-roupa, ou a curta distância.*

Sem fotos

Apesar dos esforços da Comissão Nacional de Familiares, não foram encontradas fotos dos três militantes no IML nem nos arquivos do Dops. Elas poderiam revelar o que eles sofreram. Não houve perícia de local, legalmente indispensável caso tivesse havido de fato as mortes indicadas pela versão oficial. Os três corpos foram liberados aos familiares em caixões lacrados com expressa proibição de serem abertos.
Arnaldo Cardoso Rocha tinha 24 anos quando foi morto. Nascido e criado em Belo Horizonte, era filho de um veterano militante do PCB, João de Deus Rocha e de Anette. Participou do movimento estudantil, filiou-se ao PCB, rompeu aos 18 anos com o partido e ingressou na Corrente Revolucionária, que mais tarde se juntou à ALN. Em 1969 ingressou na clandestinidade e em 1971 chegou à direção da organização. Não chegou a conhecer seu filho com Iara Xavier. Arnaldinho, como o pai, viveu pouco. Morreu aos 21 anos, de trágico acidente de carro em 29 de setembro de 1994. Arnaldo Cardoso Rocha foi sepultado pela família no Cemitério da Colina.
Francisco Seiko Okama era operário metalúrgico em São Carlos, no Estado de São Paulo, filho de Masahare Okama e Nabe Okama. Foi enterrado no Cemitério de Mauá pelos seus pais.
Francisco Emanoel Penteado, morto aos 21 anos, nasceu em Taquaritinga, São Paulo, em 29 de dezembro de 1952, filho de Francisco Santa Cruz Negreiros Penteado e Nadir Pereira Pinto. Era estudante secundarista. Teve prisão preventiva decretada em 23 de outubro de 1972. Seu sepultamento foi feito pela família no Cemitério Gethsêmani, em São Paulo, no dia 16 de março de 1973.
O relator dos três casos na Comissão Especial foi Luís Francisco da Silva Carvalho Filho. Ele diz em seu parecer:

> (...) outra evidência de que os militantes não foram conduzidos diretamente para o IML é o registro oficial de suas vestes. Segundo a requisição do IML e os próprios médicos-legistas, os três militantes estariam sem calças: Arnaldo (camisa, camiseta, cueca, meia e sapato); Seiko Okama (camisa, cueca, meia e sapato); Penteado (camisa, cueca e sapato). Isso evidencia que foram levados ao DOI-Codi, o que só se justifica se estivessem todos, os dois ou um deles, vivos ainda para interrogatório.

Como poderia Arnaldo ter em seu poder, segundo a versão oficial, um revólver Taurus 38, uma cartucheira 12 e munição sem a descrição da apreensão de bolsa ou pasta? A imprensa publicou ainda que havia uma bomba de fabricação caseira com eles, uma automática e outro 38 com os outros dois militantes.

Seu parecer favorável à responsabilização do Estado foi acolhido por 6 x 1, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes.

Duas farsas: suicídio e atropelamento

Alexandre Vanucchi Leme (5/10/1950 - 17/3/1973)

Quinze de março de 1973, quinta-feira: Alexandre Vanucchi Leme, aluno brilhante do último ano de Geologia na USP, assiste à aula pela última vez. Estimado por seus colegas e professores, pequeno e franzino, tem o apelido de *Minhoca*. Está com 22 anos.

Dezesseis de março, sexta-feira: Alexandre é preso, às 11h, por agentes do DOI-Codi do II Exército, São Paulo. Ninguém presencia a sua prisão. (Hoje se sabe que ela decorreu da delação do militante da ALN João Henrique Ferreira de Carvalho, o *Jota*, que passou a trabalhar para os órgãos repressivos.) Durante todo o dia é torturado pela Equipe C, integrada pelos delegados dr. Jorge, dr. Tomé, pelo escrivão Gaeta, pelo tenente PM Mário, pelo investigador Oberdam e pelo carcereiro *Marechal.* As torturas prolongam-se pela noite. Os 20 presos políticos que se encontram nas sete celas do DOI-Codi ouvem os gritos e gemidos de Alexandre. Nos intervalos da tortura, ele é reconduzido ao *x-zero*, a cela forte, totalmente escura.

Versão: suicídio

Dezessete de março, sábado: Alexandre é visto quando vai sendo conduzido para a sala de torturas, ainda caminhando com os próprios pés. Agora, seu suplício está a cargo da Equipe A, dos delegados dr. José e dr. Tomé e outros. Ao meio-dia, os presos políticos vêem que ele é trazido de volta para a solitária, já carregado. Entre 16h e 17h, o carcereiro *Peninha* vai buscá-lo para nova sessão de tortura e o encontra morto. Começa um corre-corre nervoso. Os presos políticos recebem ordem de ficar no fundo das celas para nada verem. Os torturadores *Caio, Alemão, Silva, Rubens, dr. Jacó, dr. José* vão todos ao *x-zero* ver o jovem morto. Alexandre é retirado da cela, que em seguida é lavada. Todas as outras são revistadas à procura de objetos cortantes. O carcereiro diz que Alexandre tentou o suicídio e fora levado ao hospital.

Dezenove horas: o corpo dá entrada no IML. Na Requisição de Exame já aparece outra versão, que será a oficial:

Trata-se de elemento terrorista que quando era transportado em auto pelos Órgãos de Segurança Nacional precipitou-se para fora do mesmo, e a seguir precipitou-se sob as rodas de um auto que passava no local recebendo ferimentos que ocasionaram a morte, quando a caminho do Hospital das Clínicas.

A Requisição de Exame informa que o atropelamento ocorreu às 17h do dia 17 de março de 1973, na esquina da Rua Bresser com Avenida Celso Garcia, em São Paulo.

Alexandre Vanucchi Leme é qualificado com todos os dados: nome, idade, filiação, profissão, naturalidade. Arnaldo Siqueira, diretor do IML, designa Isaac Abramovitc e Orlando Brandão para realizar a perícia. O Laudo Necroscópico tem 30 linhas e dá como histórico: "segundo consta, na manhã de hoje teria se atirado sob um veículo, sofrendo contusão na cabeça". Os médicos-legistas não descrevem nenhuma lesão das barbaridades feitas com Alexandre e anotam apenas "dois ferimentos contusos, suturados com 3cm e 1cm de extensão e localizados na região occipital" e concluem que ele "faleceu em virtude de lesões traumáticas crânio-encefálicas".

Dezenove de março, segunda-feira, 10h: Alexandre é enterrado como indigente (não-identificado) no Cemitério de Perus. No mesmo dia é emitido o Atestado de Óbito.

Vinte de março, terça-feira: Por volta das 10h, os professores aposentados José Leme e Egle Vanucchi, em Sorocaba, recebem um telefonema anônimo e lacônico avisando que o filho Alexandre estava preso no Deops.

Vinte e dois de março, quinta-feira: sozinho, José Leme viaja a São Paulo, em busca do filho. Vai ao Deops, Deic, DOI-Codi, Degran. Nesses locais é informado que nada consta sobre Alexandre Vanucchi Leme. Dirige-se ao serviço de relações públicas do II Exército, mas nesse dia não havia expediente. Cansado e desolado, José Leme retorna a Sorocaba com a decisão de continuar a penosa procura no dia seguinte.

Vinte e três de março, sexta-feira: Egle lê em *O Estado de S.Paulo* que seu filho fora preso no dia 16 e atropelado ao tentar a fuga. Arrumou uma muda de roupas e objetos de higiene pessoal. Pelo menos, já sabia que o filho estava preso. No Terminal Rodoviário de Sorocaba, José Leme compra a *Folha de S.Paulo* e lê, aterrado, que Alexandre, preso como terrorista, fora atropelado e *estava morto* desde o dia 16 de março. Em São Paulo, dirige-se ao IML para reconhecer o cadáver do filho e tentar removê-lo para Soracaba e lhe dar um enterro digno. No IML, recebe a informação, como um soco, que seu filho já estava sepultado como indigente em Perus, desde 19 de março, e que o Atestado de Óbito só lhe seria fornecida no Deops.

Delegados desmentem-se

Dezesseis horas: José Leme chega ao Deops para falar com o delegado Sérgio Fleury. Só às 20h30, após quatro horas e meia de angustiosa espera, ele o aten-

de. José Leme, tomado de indignação, interpela o delegado sobre a morte do filho. Fleury declara que sua equipe não participou da prisão de Alexandre, repete a versão do atropelamento e oferece a placa do caminhão do suposto atropelamento. José Leme recusa-se a tocar na placa: "Isso aí é mentira! Fui ao IML. O Alexandre foi enterrado às pressas, como indigente. Por que não avisaram a família?" Fleury mente mais uma vez, afirmando que Alexandre não portava documentos. Nega-se também a entregar o Atestado de Óbito naquele momento, prometendo que no dia 26 de março os pais o receberiam em Sorocaba. Momentos depois, o delegado Edsel Magnotti apresenta ao pai de Alexandre a versão inicial para a morte do filho: suicídio com uma lâmina de barbear. Os dois delegados aparentemente ainda não tinham combinado as versões.
Nos cinco dias seguintes ao assassinato de Alexandre Vanucchi, nada é divulgado. Só no dia 22 de março, quando José Leme empreende a tormentosa busca, sai a Nota Oficial.

Versão: atropelamento

A *Gazeta* do dia seguinte traz a versão: "Terrorista atropelado quando tentava fugir". *"No último sábado, Alexandre Vanucchi Leme, vulgo* Minhoca*, terrorista da Aliança Libertadora Nacional, foi preso por agentes dos órgãos de segurança, e no mesmo dia levado para a Rua Bresser, esquina da Avenida Celso Garcia, onde por volta das 11 horas, tinha encontro com outro indivíduo. Depois de alguns instantes no local, tentou evadir-se mas não foi feliz, pois viu-se colhido pelo caminhão NT-6903, dirigido por João Coscov, que naquele exato momento trafegava pelo local. Alexandre sofreu fratura na base do crânio e morreu a caminho do hospital."*
O *Jornal da Tarde* do dia 23 de março, sob o título "A morte sob um caminhão", repete as informações e dá mais detalhes: as autoridades teriam feito segredo da morte de Alexandre para que pudessem prender outros estudantes supostamente apontados por ele. Diz ainda que, "embora ele não estivesse na clandestinidade, participou de várias ações, como assaltos a empresas, roubo de veículos e roubo de mimeógrafos na USP", além de ter cooperado no levantamento de informações para o assassinato do comerciante português Manoel Henrique de Oliveira.

Primeira reação

Vinte e quatro de março, sábado: a primeira reação ao bárbaro assassinato parte do bispo de Sorocaba, dom José Melhado Gomes. Em comunicado publicado no *Diário de Sorocaba* do dia 25, domingo, e lido em todas as missas dessa e de cidades vizinhas, acusa a polícia de ter torturado e matado Alexandre Vanucchi Leme. "Por que a família não foi avisada do 'atropelamento'? Por que a família só veio a saber do ocorrido por intermédio dos jornais? Documentos de identificação a polícia os tinha, pois publicou filiação correta e retrato recente de Alexandre. Não me compete desmentir as acusações de

terrorista e assaltante que a polícia atribuiu ao jovem. Deus o sabe. Mas é líquido e certo que, torturando e matando a vítima, essas autoridades eliminaram barbaramente quem poderia, num processo legal, defender-se e, se fosse o caso, reconhecer seus atos e responder por eles."
Dom José Melhado iniciou o que seria a principal reação no país às torturas, assassinatos e desaparecimentos de opositores políticos ao regime militar, desde a edição do AI-5, em dezembro de 1968.
Vinte e seis de março, segunda-feira: o Conselho de Presbíteros da Diocese de Sorocaba reúne-se extraordinariamente e divulga comunicado endossando as denúncias de dom Melhado. Nesta mesma segunda-feira, cerca de 30 Centros Acadêmicos (18 da USP, três da PUC/SP, seis da PUC/RJ e outros da USP no interior) desafiam a ditadura e lançam comunicado conjunto, declarando-se em luto.
O Centro Acadêmico XI de Agosto questiona abertamente a versão oficial:

1 - ... como poderia ser perigoso terrorista um estudante de comprovada dedicação escolar, assíduo freqüentador às aulas e primeiro aluno de sua turma?
2 - A explicação de sua morte como acidental causa-nos estranheza por duas razões: o fato só foi divulgado uma semana após ter acontecido; essa divulgação só ocorreu quando se avolumava em toda a Universidade a procura por Alexandre, a ponto de os Centros Acadêmicos indagarem de seu paradeiro aos órgãos de segurança.
3 - ... Minhoca *era o apelido carinhoso pelo qual Alexandre era conhecido no campus, não se tratando de nome de guerra clandestino.*
4 - ... seria impossível ter participado do roubo dos mimeógrafos a que alude a nota, já que nesta ocasião estava preso ao leito, em virtude de operação de apendicite.

A Nota denuncia a prisão de outros, Adriano e Arlete Diogo e Concepcion. A Nota protesta contra a desobediência aos requisitos legais na realização das prisões e reclama pelo direito de *habeas-corpus*.
Os alunos e professores da Geologia paralisam as atividades escolares e constituíram comissão paritária para buscar a verdade.

Mais reações

Vinte e sete de março, terça-feira: o reitor da USP, Miguel Reale, envia ofício ao secretário de segurança, pedindo explicações sobre a morte de Alexandre.
Vinte e oito de março, quarta-feira: o Conselho de Presbíteros da Arquidiocese de São Paulo solidariza-se com a família Vanucchi e envia memorial aos ministros da Educação e da Justiça e ao general-presidente Médici pedindo providências e respeito aos direitos humanos.
Vinte e nove de março, quinta-feira: em Sorocaba e em várias cidades da Diocese, missas são celebradas em memória de Alexandre Vanucchi Leme.

Trinta de março, sábado: o secretário de segurança, general Sérvulo Mota Lima, respondendo ao reitor da USP, e "tendo em vista a agitação reinante no meio estudantil", reafirma a versão oficial e dá explicações (atitude sem precedentes) por não ter sido a família avisada — alega que não tinham o endereço e que, "após o prazo de 24 horas, decorridas a contar de sua morte, não tendo o corpo sido reclamado, foi enterrado".
Quem poderia reclamar se o fato fora ocultado?
O general-secretário reafirma que o suposto atropelamento se deu às 11h do dia 17 de março. Vinte presos políticos viram Alexandre ser levado vivo, carregado, da sala de torturas para a cela forte ao meio-dia. E tanto a Requisição de Exame ao IML como o Atestado de Óbito registram que o "atropelamento" teria ocorrido às 17h. Os censores percorrem todas as redações de jornais, rádios e TVs para impedir a divulgação da missa a ser celebrada na Catedral da Sé. Apenas o semanário *Opinião* dá a notícia.
Quatro de abril: a revista *Veja* noticia na seção Datas/Morreram... "o estudante de Geologia Alexandre Vanucchi Leme, dia 24 em São Paulo".
Onze de abril: os advogados Mário Simas e José Carlos Dias fazem representação junto ao procurador-geral de Justiça de São Paulo, em nome da família Vanucchi, requerendo a designação de promotor público para acompanhar o inquérito instaurado no Deops. O Deops responde que, de fato, existe inquérito, mas para apurar as atividades da ALN. Portanto, não há inquérito policial para apurar o suposto atropelamento.
Egle e José iniciam luta na Justiça para obter a exumação do corpo, necropsia do cadáver, trasladação para o jazigo da família em Sorocaba e apuração da responsabilidade pela morte.
Dezesseis de abril: o deputado do MDB-RJ Lysâneas Maciel denuncia o assassinato de Alexandre Vanucchi Leme na Câmara dos Deputados.

Carta ao Papa

Vinte de abril, Sexta-Feira-Santa. Egle envia carta ao papa Paulo VI:

Ajoelhada aos pés de V. Santidade, chorando, abro-lhe meu coração dilacerado de dor. Diante de Vós... uma pobre mãe ousa dizer-Vos que sofre hoje como Maria SS, vendo o martírio de seu filho. Maria, porém, pôde acompanhá-lo até o último alento. Pôde banhar de amor e lágrima o corpo exangue de seu Divino Filho, que fora preso, julgado, torturado e morto. ... Quem Vos escreve é uma mulher do povo a quem lhe mataram o primogênito dos seis filhos, recusando-lhe até mesmo a entrega desse corpo. Tudo me foi tirado: um filho, o consolo de vê-lo após a morte e o direito mais legítimo de o sepultar.

Três meses depois, com a data de 16 de junho de 1973, Egle recebe carta do cardeal Villot, dizendo-lhe que Paulo VI tomara conhecimento de sua carta e que fazia chegar, por intermédio dele, "uma palavra de alento à signatária".

Dois de junho: o médico Cássio Rosa declara no Cartório do 2º Ofício que operou Alexandre com um quadro de apendicite aguda, nos dias 25 e 26 de janeiro, dias em que são imputados a Alexandre assalto e roubo de mimeógrafo na USP.
Dezoito de junho: oito presos políticos que testemunharam as torturas que resultaram na morte de Alexandre denunciam na Primeira Auditoria Militar de São Paulo o que viram: Luiz Vergatti: ... *e exemplo de torturas foi a morte de Alexandre Vanucchi lá na Oban*. César Ronan dos Anjos Carneiro: ... *pôde testemunhar, em particular entre os dias 15 e 20 de março, durante dois dias seguidos e que, após esses dois dias, lhe foi informado pelas autoridades do local que ele havia se suicidado. Veio a saber... tratar-se de Alexandre Vanucchi.* Leopoldina Braz Duarte: ... *e inclusive assistindo à morte de um menino, que mais tarde veio a saber que se chamava Alexandre Vanucchi.* Roberto Ribeiro Martins: ... *presenciei muitas pessoas sendo torturadas, entre elas posso citar Luiz Vergatti, José Augusto Pereira e o caso mais grave se deu com um jovem de nome Alexandre Vanucchi. Durante dois ou três dias, ouvindo os seus gritos, e, por fim, na tardezinha ser retirado da cela forte, espalhando sangue por todo o pátio da carceragem, e depois ouvi comentários dos carcereiros que falavam em suicídio, para justificar o que foi feito... uma revista em todas as celas.* Neide Richopo: ... *além de ser torturada... presenciou o assassinato de um rapazinho no DOI chamado Alexandre; que se ouviam os gritos de Alexandre durante todo o dia, e, no segundo dia, ele foi arrastado, já morto, da cela onde se encontrava... que ele jamais poderia ter sido atropelado, porque já estava morto quando saiu do DOI.*
Além desses cinco, Walkíria Queiroz Costa, José Augusto Pereira, Luiz Basílio Rossi, em seus depoimentos à Justiça Militar, ainda presos e sujeitos a represálias, denunciaram as sevícias e a crueldade praticadas contra o jovem estudante.

Outra denúncia

Ainda em 1973, o engenheiro Marcus Costa Sampaio depôs na Auditoria Militar de Fortaleza:

... durante sua permanência em tal pavilhão, sempre ouviu gritos e gemidos, quer durante o dia, quer durante a noite; que observou com respeito aquele rapaz da solitária que, no início, os seus gritos tinham certa intensidade, que foi diminuindo gradativamente, até se tornar débil, que esse rapaz foi chamado a depor, ocasião em que deixou, caminhando normalmente, essa solitária, e em seguida ao interrogatório constatou que o carcereiro, ao abrir a porta da cela onde se encontrava o mencionado rapaz, saiu correndo e foi chamar algumas pessoas; que foi dada ordem para que os presos permanecessem no fundo das celas e não se aproximassem das portas das mesmas que davam para o corredor e em seguida foi determinada uma revista em todas as celas sob a alegação de que se procuravam instrumentos cortantes, ocasião em que

declarou o carcereiro, que aquele moço da solitária havia tentado o suicídio cortando os pulsos; que o interrogando veio a saber que o nome desse rapaz na solitária era Alexandre Vanucchi...

Em 1975, 35 presos políticos do Presídio Político de São Paulo enviaram um longo e minucioso documento à OAB relatando 16 mortes de presos políticos que foram testemunhadas por eles, dentre esses, Alexandre Vanucchi Leme.

Ministro do STM

Em 1978, no dia 26 de abril, o ministro do Supremo Tribunal Militar (STM), Rodrigo Otávio Jordão Ramos, apresentou voto vencido em que pedia a apuração de denúncias sobre torturas a presos políticos e a investigação da morte de Alexandre e Carlos Nicolau Danielli: "Fui vencido, no tocante à apuração de denúncias sobre torturas e sevícias que teriam sofrido alguns réus, e culminando com a morte de Alexandre Vanucchi Leme e Carlos Nicolau Danielli. Sobre Alexandre Vanucchi Leme, jovem estudante de Geologia, 22 anos apenas, as condições de sua morte geram dúvidas que merecem exame mais aprofundado. Inicialmente, encontramos denúncias, por parte de outros acusados companheiros de cárcere, vizinhos de cela do citado estudante, que narram fatos de intensa gravidade".
O ministro socorre-se dos depoimentos de Luiz Vergatti, César Ronan dos Anjos Carneiro, Leopoldina Braz Duarte, Carlos Vítor Delamônica, Walkíria Queiroz Costa, Roberto Ribeiro Martins.
O ministro questionou as alegações finais do procurador militar, chamando a atenção para o fato de os médicos-legistas não terem afirmado que as lesões traumáticas crânio-encefálicas decorreram do acidente e por terem usado a expressão "segundo consta". Em seguida, o ministro discutiu o depoimento do motorista do veículo "atropelado", João Coscov.
Segundo ele, a vítima estava sendo perseguida por uma "turma" aos gritos de "pega-ladrão", incidente este ocorrido na Avenida Celso Garcia, uma das mais movimentadas artérias de São Paulo, e somente uma pessoa — Alcino Nogueira de Souza, balconista — descreveu os fatos, no entanto, em total desacordo com o motorista: Alexandre estaria tomando uma cerveja, encostado ao balcão e, de repente, correu atravessando a rua, quando se atirou sobre o caminhão.
Criticou ainda os policiais por não terem aberto inquérito policial, indispensável, limitando-se à anotação da placa. Infelizmente, o ministro perdeu por 13 x 1.
Também em 1978, os advogados Mário Simas e Luiz Greenhalgh, representando a família Vanucchi, tentaram reabrir um IPM sobre a morte de Alexandre, sem sucesso.
A família Vanucchi conseguiu, por meio de ordem judicial, a exumação dos restos mortais de Alexandre. Com a Catedral da Sé lotada, dom Paulo Evaristo Arns oficiou celebração litúrgica em memória de Alexandre e frei Tito de Alencar Lima (que se suicidou na França, aos 29 anos, destruído psicologicamente em conseqüência de torturas sofridas no Dops e DOI-Codi em 1969). Em seguida, os restos mortais de Alexandre foram levados para Sorocaba, velados na Praça Alexandre Vanucchi Leme, e enterrados em sua cidade natal.
Dezoito de janeiro de 1996: na segunda reunião ordinária da Comissão Especial foi acolhido, por unanimidade, o parecer de Suzana Keniger Lisbôa favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pelo assassinato de Alexandre Vanucchi Leme.

A hora de matar

Ronaldo Mouth Queiróz (? - 6/4/1973)

Pouco ou nada se sabia sobre as circunstâncias em que Ronaldo Mouth Queiróz fora morto. Para a Comissão Nacional de Familiares, fora "fuzilado no dia 6 de abril de 1973 em um ponto de ônibus da Avenida Angélica, em São Paulo", sendo divulgada a versão oficial de "morto em violento tiroteio", versão esta "desmentida por depoimentos de populares", como consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*.
O tiroteio teria acontecido às 7h45 de 6 de abril de 1973. Quinze minutos depois, o corpo já estava no IML (nem cogitavam a realização da perícia de local, legalmente exigida).
O Laudo de Necropsia assinado por Isaac Abramovitc e Orlando Brandão, pouco esclarece: dois tiros — no mento, em cima do lábio, e no hemitórax esquerdo.
Como relatado nos três casos anteriores, de Arnaldo Cardoso Rocha, Francisco Emanoel Penteado e Francisco Seiko Okama, também a morte de Ronaldo Mouth Queiróz está ligada ao trabalho de infiltração do médico João Henrique de Carvalho, o *Jota*. Isso, no entanto, não seria suficiente para desmontar a versão oficial e levar ao reconhecimento da responsabilidade do Estado no caso em apreciação, de acordo com o ponto de vista da Lei 9.140/95.

Uma testemunha

No dia 16 de dezembro de 1996, o relator do caso Luís Francisco da Silva Carvalho Filho tomou um depoimento que resgatou a verdade.
Paulo Antônio Guerra, sociólogo carioca, disse que em abril de 1973 saíra da Rua Jaguaribe para ir à Companhia do Metrô fazer um teste de seleção para recrutamento. Por acaso, após ter caminhado por dois ou três pontos para pegar um ônibus, passando pela Praça Buenos Aires e por um Quartel da PM, parou em determinado trecho da Avenida Angélica. Eram cerca de 8h quando viu uma Veraneio C-14 passar pelo ponto, fazer o retorno e parar de repente, próximo ao lugar onde ele estava. Dela desceram três homens: um japonês,

um homem branco forte e outro de barba, vestindo uma jaqueta de náilon azul, de arma na mão."É esse, é esse", disse um deles. O da jaqueta azul, friamente, disparou um tiro no pescoço de um jovem, também de barba e de cabelos cheios, que estava encostado no muro, aparentemente esperando um ônibus. O rapaz caiu e o mesmo homem disparou outro tiro, de cima para baixo, sem que a vítima tivesse esboçado qualquer reação. Em seguida, o atirador colocou uma arma na mão do jovem abatido, outra em sua cintura e uma agendinha verde no bolso de sua camisa. Uma mulher grávida gritou e um senhor começou a protestar, mas foi agarrado e jogado no bagageiro da C-14. O corpo ficou ali, estendido no chão.
Paulo procurou sair imediatamente do local e entrou no primeiro ônibus que parou no ponto.
Anos depois, soube que o jovem assassinado era Ronaldo Mouth Queiróz, o *Queiróz*, um ex-colega da Geologia. Acredita que não o reconheceu na ocasião porque não prestara atenção em quem estava no ponto, e também porque ele estava com outra aparência.
Paulo tinha participado do movimento estudantil e da Ação Popular (AP) e fora obrigado a abandonar a Geologia para não ser preso. Por segurança, quando testemunhou o crime, procurou se afastar logo do local. Somente em uma conversa com um ex-militante da ALN, também da Geologia, Enzo Nico Júnior, é que ligou as coisas e soube que aquele jovem executado na Avenida Angélica era o *Queiróz*.
Para checar as informações, o relator pediu ao secretário de Justiça de São Paulo, Belisário Júnior, que solicitasse ao Metrô os registros referentes a Paulo Guerra. E tudo bateu: de fato, naquela semana ele fizera testes no Metrô, onde veio a trabalhar durante 14 anos.
Na época, militantes da ALN conversaram com o dono da banca de jornais vizinha ao ponto de ônibus. A história que ele contou confere com a de Paulo Guerra, exceto no que se refere ao corpo ter sido deixado na calçada. Engano possível, na medida em que Paulo deixou logo o local e não poderia ficar sabendo se outra viatura apareceria imediatamente para recolher o cadáver, como de fato aconteceu.

De novo, o *Jota*

Matéria publicada na revista *Veja* em 1992 faz duas referências diretas a Ronaldo Mouth Queiróz:

Em março de 1973, por exemplo, três integrantes da organização foram fuzilados no bairro da Penha, em São Paulo. Um deles fora contatado por Jota *dias antes, e a partir daí a repressão não perdeu seu rastro. O mesmo aconteceu com o estudante Ronaldo Mouth Queiróz, conhecido como* Papa *na ALN, morto a tiros de metralhadora num ponto de ônibus da Avenida Angélica...*

Em outro trecho:

...Primeiro investiu junto a um agrupamento da organização na Faculdade de Geologia da USP, onde estudava Alexandre Vanucchi Leme, preso e morto em março de 1973. Na mesma escola estudava Ronaldo Mouth Queiróz, que antes de ser assassinado lhe abriu (a Jota) *as portas da ALN em outra faculdade, a Medicina da USP. Numa ocasião, sempre disfarçado de militante, o* agente Jota *procurou um estudante de medicina, Jurandir Duarte Godoy, o* Romeu *que lhe fora apresentado por Queiróz...*

Ronaldo foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo na gestão 1970-1971.
Sabe-se que Ronaldo estava desconectado da ALN dias antes de sua morte, desde que outro militante notara a presença de policiais em um 'ponto' com ele. É provável que estivesse vigiado, controlado por meio da ação do *Jota*, podendo a repressão escolher onde, como e quando iria matá-lo.

Debate na Comissão

O relator do caso, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, apresentando o seu parecer na Comissão Especial, argumentou:

> (...) o mínimo que se deve esperar do agente do poder público envolvido em ocorrência de morte é a demonstração da legitimidade do seu ato. Afinal, para que a morte do infrator não configure uma conduta antijurídica, o agente deve demonstrar que agiu em legítima defesa ou no estrito cumprimento do dever legal. Daí a importância do registro da ocorrência, do inquérito ouvindo testemunhas, do laudo de perícia do local, dos exames papiloscópicos, do laudo de necropsia isento.

O general Oswaldo Gomes interrompeu o relator para defender que havia uma guerra, e na guerra é matar ou morrer.
O relator respondeu que, mesmo nos estados de guerra, as formalidades são necessárias.
E lembrou ainda que, apesar de Queiróz portar uma identidade falsa em nome de *Ghandi Ferreira da Silva*, seu corpo deu entrada no IML, quinze minutos depois de baleado, com seu nome verdadeiro identificado:

> sinal indiscutível de que o militante já estava sob vigilância dos agentes.

Antecipando-se ao voto contrário, já esperado por parte também de Paulo Gonet Branco, por causa da expressão "em dependências policiais ou assemelhadas" contida nos termos da Lei 9.140/95, encerrou:

> O fato de a morte ter ocorrido em via pública não impede o reconhecimento legal. O dever dos agentes de segurança é deter o infrator, não executá-lo friamente. Poderiam prendê-lo, mas não o fizeram.

A responsabilização do Estado no assassinato de Ronaldo Mouth Queiróz foi aprovada na Comissão Especial por 5 x 2, com os votos vencidos do general Oswaldo Gomes e de Paulo Gonet Branco.

A mentira do general

Merival Araújo (4/1/1949 - 14/5/1973)

A morte do militante Merival Araújo recebeu a seguinte versão oficial, publicada na edição de 8 de maio de 1973 do *Jornal do Brasil*:

Membro da ALN morre
O terrorista Merival Araújo — Virgílio, Augusto, Paulo — *pertencente à Ação Libertadora Nacional, faleceu num encontro com as forças de segurança. Por anotações encontradas com ele, as autoridades localizaram um aparelho onde encontraram grande quantidade de armamento e munição, inclusive uma carabina calibre 12.*
Para as autoridades, tudo leva a crer que esta arma — encontrada suja de areia — foi utilizada no assassinato do delegado Otávio Moreira Júnior. Foram encontrados aí dois revólveres pertencentes a elementos da Polícia Militar da Guanabara, que há dois dias haviam sido assaltados por um grupo subversivo.

A versão omite quando, onde e como Merival foi morto. A necropsia do corpo foi feita no dia 14 de abril, 24 dias antes da nota à imprensa. Causa estranheza a frase "... tudo leva a crer que esta arma foi utilizada no assassinato do delegado Otávio Moreira Júnior". Vinte e quatro dias depois de encontrada, já teria sido possível determinar se aquela arma fora ou não utilizada naquela morte.
Em 1993, o general Adyr Fiúza de Castro concedeu entrevista a Maria Celina D'Araújo e Gláucio Ary Dillon Soares publicada no livro *Os Anos de Chumbo — Memória Militar sobre a Repressão*, onde reconta a morte de Merival:
"... então montamos uma armadilha — vou encurtar a história. Colocamos um sargento e um cabo junto com o professor Jacques na casa dele, na Rua Campos Sales. Quatro ou cinco dias depois, Merival Araújo, que era um dos comandantes da ALN, entrou em contato com ele: 'Você sai com a sacola com os revólveres, que eu o estou esperando no posto de gasolina'. Saiu o professor Jacques com a sacola, e atrás, o sargento e o cabo disfarçados. Quando o camarada se aproximou dele no posto de gasolina, o sargento e o cabo o pegaram. Mas Merival era realmente um homem valente, forte, muito disposto e estava armado. Então tirou o revólver, e o sargento segurou sua mão. Ele meteu uma coronhada na cabeça do sargento, rachando-a completamente, mas o cabo que era uns 2 metros de crioulo, um desses tipos "PE" mesmo, reforçado, o pegou pela gravata e quebrou seu pescoço. Matou na hora. Mas ficou sem saber o que fazer, então pegou um táxi que passava e levou todo mundo para o DOI. E o comandante do DOI me ligou para relatar o fato. Eu lhe disse: 'Mande-o voltar para o mesmo lugar, porque não quero gente morta no DOI, não tenho como explicar ao Frota. Foi combate de rua! E foi combate mesmo, não é? Mande chamar o rabecão para levar o corpo. E o professor Jacques, dê um jeito nele...'"

Pescoço sem lesões

A nova versão oficial também é falsa. O Laudo de Necropsia, apesar de confirmar a versão de combate de rua, dá como causa da morte "ferimento penetrante no tórax com transfixação dos pulmões, hemorragia interna e anemia aguda consecutiva". Ao descrever a situação do pescoço, o laudo é taxativo: "... o pescoço é simétrico e não mostra lesões".
Além disso, o próprio laudo, feito por habituais assinantes de laudos falsos, Roberto Blanco dos Santos e Helder Paupério Machado, descreve parte das lesões no corpo de Merival nas fossas ilíacas, braço e joelho. As fotos encontradas no arquivo do Dops/RJ mostram que a crueldade aplicada a Merival foi mais vasta. Desmentem a versão do general Adyr Fiúza de Castro de que a única violência teria sido a do cabo quebrar seu pescoço.
O professor Rubim Santos Leão de Aquino ouviu do professor Jacques, seu colega no curso Miguel Couto Baense, após ter sido solto, em julho de 1973, o que ocorrera.
Preso no dia 5 de abril de 1973, Jacques foi levado por agentes do DOI-Codi ao seu apartamento para aguardar próximos contatos. A mãe e a irmã de Jacques chegaram de Belo Horizonte e também ficaram detidas. Merival entrou em contato com Jacques por telefone. Este, sob ameaça de represálias contra ele, sua mãe e irmã, desceu com os agentes do DOI-Codi. Merival, percebendo o perigo, tentou fugir, foi ferido e levado ao DOI-Codi, onde morreu sob tortura.
O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* revela que Merival foi preso no dia 7 de abril, em frente ao nº 462 da Rua das Laranjeiras, e levado ao DOI-Codi, onde foi torturado até a morte. O Laudo Necroscópico descreve algumas lesões: "O abdome revela mancha violácea ao nível da fossa ilíaca esquerda e direita (...); o membro superior esquerdo apresenta inúmeras placas de escoriações de cor parda, avermelhada, na face posterior do cotovelo e dorso da mão (...); inúmeras placas de escoriações nas faces anteriores do joelho esquerdo".
As fotos da perícia de local mostram que nos braços e pernas chegam a faltar pedaços, que há ferimentos no rosto e tórax não descritos no laudo.
O Atestado de Óbito de Merival Araújo o dá como morto no dia 14 de abril, às 16h, na Praça Tabatinga, em frente do poste 4.281, e como causa da morte "ferimento penetrante no tórax com transfixação dos pulmões, hemorragia interna e anemia aguda consecutiva". Certifica o óbito Roberto Blanco dos

Santos, sendo declarante o mesmo José Severino Teixeira de vários outros atestados.
O Laudo de Necropsia informa que o corpo deu entrada no IML às 12h10 do dia 14.
A perícia de local nº 125/73 registra que chegou ao local onde Merival teria sido morto às 7h40 do dia 14/4/73. O cabo Waldir (RG04617) do 6º BPM, 3ª Cia, por meio do Registro nº 1.542, comunicou à 19ª Delegacia de Polícia que o cadáver de um homem foi encontrado na Praça Tabatinga, com ferimento à bala, às 7h20 do dia 14/4/73.
A perícia de local relata que o cadáver de Merival Araújo tinha um "cordão à guisa de cinto", quando o laudo do IML fala de "cinto preto e amarelo" e as fotos mostram que ele usava cinto.
Apesar de identificado, Merival foi enterrado como indigente em 24 de maio de 1973, 40 dias após sua morte, na cova 23.274, quadra 21 do Cemitério de Ricardo Albuquerque. Em 1978, seus restos mortais foram para o Ossário Geral, e dois anos depois para a vala clandestina.
Merival Araújo tinha 24 anos quando foi morto por agentes do DOI-Codi/RJ. Nasceu em Mato Grosso, em Alto Paraguai. Morou em Minas Novas, Vale do Jequitinhonha, trabalhando como professor. No Rio de Janeiro estudava e dava aulas à noite. A família guarda cartas onde fazia planos para trazer a irmã para estudar e morar no Rio de Janeiro.
O relator, Paulo Gonet Branco, em seu voto, diz:

> Em 7 de maio de 1973 (na verdade, abril), segundo testemunhas de moradores de prédio no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, onde se encontrava, foi preso por agentes de segurança. Apareceu morto, uma semana depois, em praça pública. Laudo necroscópico descreveu escoriações em partes de seu corpo. Foi enterrado como indigente em vala comum. Os autos fazem análise crítica, produzida pela Comissão Nacional dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, que desautoriza a versão oficial que noticiava a morte como tendo ocorrido em confronto com agentes de segurança. Há transcrição de testemunho de Rubim Santos Leão de Aquino confirmando que Merival fora preso. O acervo fotográfico dos autos acreditam na versão sustentada de morte por causas não-naturais, em seguida à detenção por agentes públicos.
>
> O voto é pelo reconhecimento da morte como enquadrada no Art. 4º, 1,"B", da Lei 9.140/95. A indenização respectiva deverá ser calculada no tempo oportuno. A localização do corpo deverá aguardar o momento em que a Comissão passar a cuidar do tema.

A responsabilidade do Estado na morte de Merival Araújo foi aprovada por unanimidade.

Fabricando o acaso

Luiz José da Cunha (2/9/1943 - 13/7/1973)

A versão oficial atribui à casualidade o fato de a repressão ter encontrado e matado o *Crioulo*, Luiz José da Cunha, dirigente da ALN, em uma avenida de São Paulo no dia 13 de julho de 1973. Tudo indica, porém, que ele foi morto em conseqüência das delações do militante infiltrado João Henrique Ferreira de Carvalho, o *Jota*.
A edição do *Jornal da Tarde* do dia seguinte publicou a seguinte nota:

O terrorista Luiz José da Cunha morreu ontem à tarde na Avenida Bandeirantes depois de um tiroteio com agentes de órgãos de segurança da capital. Luiz José da Cunha, conhecido como crioulo, *estava em atitude suspeita defronte do prédio 1.200 da Avenida Bandeirantes.*

Documento encontrado no arquivo do Dops (Informe nº 481 SSA/PDI - 73 de 28/8/73) do II Exército, completa a versão oficial:

*Por volta das 19h30 do dia 13 de julho de 1973, elementos do DOI-Codi/II EX, quando realizavam ronda de rotina na Avenida Santo Amaro, depararam com um elemento bastante parecido com Luiz José da Cunha (*Crioulo*) da ALN. Ao receber voz de prisão, o referido elemento reagiu violentamente, abrindo fogo contra os agentes do DOI, utilizando uma pistola automática que portava. Após intenso tiroteio, caiu ferido, vindo a falecer quando transportado para o Pronto-Socorro Santa Paula. Mesmo depois de ferido, o terrorista tentou se apropriar de um carro que era ocupado por duas moças e, fazendo uso de sua arma, efetuou disparos, ferindo-as.*
O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* cita o testemunho de populares afirmando que Luiz tentara abordar o carro das jovens, mas teria sido baleado antes de alcançar o intento. Dizem também que foram as balas disparadas pelos agentes que feriram as moças.

Delação

Há confirmação da morte de vários militantes da ALN nesse período em decorrência das delações do agente infiltrado João Henrique Ferreira de Carvalho, o *Jota*. O ex-sargento do Exército Marival Chaves do Canto também declarou em entrevista à *Veja* que tinha conhecimento do trabalho realizado pelo delator. Entre os nomes de militantes entregues à polícia por João Henrique está o de Luiz José da Cunha, que estaria vigiado e com os passos controlados pela repressão no momento em que foi abordado e ferido a tiros na Avenida Bandeirantes, em São Paulo.

A Requisição de Exame ao IML, com o "T" (terrorista) vermelho escrito à mão, dá como horário da morte 15h do dia 13/7/73, tendo o corpo dado entra-

da no IML às 16h30 e informando que foi encontrado em frente ao número 2.000 da Avenida Bandeirantes.

Dissecando o laudo

O laudo foi assinado por Harry Shibata, que descreve nove orifícios de entrada com sete saídas (contraditório com um formulário anexo assinado por Romeu, relatando que foram retirados quatro projéteis do corpo, dois a mais do que o laudo necroscópico). O perito Celso Nenevê dissecou o laudo de Shibata: uma lesão no terço médio da coxa direita com fratura e desvio completo do fêmur, que impossibilitaria de dar um passo sequer, desmontando a versão de que foi localizado no nº 1.200 da avenida e encontrado no nº 2.000.
A afirmação de Shibata de que o "encéfalo nada apresentava de anormal" e "na região torácica nada digno de menção especial foi anotado" mostra que não havia lesão de nenhum órgão vital, o que desacredita a versão da morte rápida, "antes de chegar ao Pronto-Socorro Santa Paula".
Os três disparos no braço direito o teriam impedido de reagir, de empunhar a arma. Há um tiro no pescoço que simplesmente não está descrito no laudo.
As fotos encontradas de Luiz José da Cunha mostram inúmeras lesões não descritas no laudo: três escoriações na região frontal esquerda e três escoriações na direita; duas escoriações na região temporal direita; uma na base do nariz; uma entre o nariz e o olho direito; edema e escoriações na região masseterina direita; na região mentoniana à direita. Tais lesões não se coadunam com o "tiroteio", indicam proximidade do agressor, são "indícios contundentes de denominação cruel e/ou tortura".
Esse caso foi submetido ao exame do perito dr. Celso Nenevê porque, na primeira vez em que a relatora Suzana Keniger Lisbôa apresentou-o à Comissão Especial, o general Oswaldo Gomes defendeu a seguinte hipótese, procurando dar credibilidade à versão oficial: a de que as lesões encontradas no corpo de Luiz José da Cunha poderiam ter origem na queda do mesmo ao receber os tiros.
Suzana Keniger Lisbôa questionou também a veracidade da *causa mortis* apontada por Harry Shibata: hemorragia interna. Havia 1.200 mililitros de sangue na região abdominal, indicando que ele, após ter sido ferido, sobreviveu por várias horas.
O corpo de Luiz José da Cunha deu entrada no IML vestido de cuecas amarelas e meias pretas, sinal de que foi despido para ser torturado antes de ser levado ao IML.
Luiz José da Cunha foi levado, talvez ferido, ao DOI-Codi. O ex-preso político Fernando Casadei Salles estava lá no dia 13 de julho de 1973. "*Crioulo* já era", comemoravam os policiais.
"O clima de histeria só seria superado pela chegada da caravana quando as comemorações atingiram níveis indescritíveis. Imediatamente o corpo foi retirado de uma das peruas e, coberto com um cobertor, foi estendido em frente à porta de entrada que dava acesso aos setores de carceragem e tortura daquele organismo policial. Não obstante do meu ponto de observação não ter sido possível a visualização concreta do cadáver de Luiz José da Cunha, não tenho dúvidas em afirmar tratar-se do próprio, visto ter escutado várias vezes e insistentemente referências ao seu nome."

Luiz José da Cunha nasceu no Recife e iniciou-se na militância no Colégio Estadual do Beberibe, ingressando no PCB. Estudou em Moscou nos anos 60 e atuou como dirigente estudantil do partido em 1965, no então Estado da Guanabara. Lá conheceu e desenvolveu sólida amizade com Iuri Xavier e sua família.
Na luta interna que dividiu o PCB, foi um dos primeiros a aderir à dissidência liderada por Marighella. Em fins de 1968, foi para Cuba, participou do chamado "2º Exército" da ALN.
Tinha 29 anos quando foi morto pela equipe do Grupo Especial do DOI-Codi/SP chefiada pelo capitão Enio Pimentel da Silveira, o *dr. Nei*, e pelo tenente PM *Lott*.
Foi enterrado como indigente às 10h do dia 14 de julho de 1973 no Cemitério de Perus, apesar de estar perfeitamente identificado e de ser conhecido o endereço de seus familiares. Só com a abertura da vala de Perus, seus restos mortais foram resgatados e levados para identificação na Unicamp.
As fotos do cadáver de Luiz José da Cunha, recentemente descobertas, foram decisivas para a aprovação do seu caso na Comissão Especial.
Mesmo com os dois laudos — do perito criminal Celso Nenevê e da médica-legista Maria Leonor Kuhn, ambos do Distrito Federal — revelando a inconsistência do laudo da época assinado por Harry Shibata e Orlando Brandão, e com o testemunho do ex-preso político Fernando Casadei Salles, o general Oswaldo Gomes manteve seu voto contra o acolhimento do caso. A Comissão Especial, no entanto, decidiu pela responsabilidade do Estado na morte de Luiz José da Cunha, aprovando por 6 x 1 o parecer da relatora Suzana Keniger Lisbôa.

Ríctus de dor

Helber José Gomes Goulart (19/9/1944 - 16/7/1973)

Nota à imprensa datada de 18 de julho de 1973 contém a versão oficial publicada na *Folha da Tarde* e no *Jornal do Brasil* no dia seguinte.

O terrorista Helber José Gomes Goulart (foto) foi morto no dia 16, às 11h30, durante tiroteio com os agentes dos Órgãos de Segurança, nas imediações do Museu do Ipiranga. Encontrava-se em atitudes suspeitas nos jardins do Museu e, ao ser abordado pelos agentes, reagiu à bala... logo após o tiroteio, o referido elemento caía morto (Folha da Tarde).

O *Jornal do Brasil* repete a notícia, acrescentando que *o terrorista... foi abordado pelos agentes de segurança que passavam pelo local.*
Os próprios documentos oficiais registram "histórias" com flagrantes contradições com a nota oficial.
1- O Atestado de Óbito, assinado por Harry Shibata, registra que Helber faleceu no dia 16/7/73, *às 16h*, em via pública, no Museu do Ipiranga.
2- A Requisição de Exame do IML, pedida pelo delegado Romeu Tuma, anota que ele faleceu às *16h* do dia 16/7/73, mas no verso, no Documento do IML, está anotado que o corpo de Helber *dá entrada no necrotério às 8h do dia 16 de julho de 1973*, ou seja, oito horas antes do horário de sua morte registrado na Requisição e três horas e meia antes de ser abordado por agentes de segurança, às 11h30, nos jardins do Museu Ipiranga.
Consta ainda escrito no verso da Requisição: *Médico que procedeu o exame: dr. Harry Shibata, em 16 de julho - tarde.*
3- O laudo necroscópico descreve uma "equimose de colorido violáceo na região ciliar direita", que não se justifica na versão de tiroteio e que se forma depois de 24 horas, e diz que a "*causa mortis* processou-se em virtude do choque hemorrágico, oriundo de ferimento transfixante do pulmão no seu lobo interior. Dadas as características dos ferimentos, podemos adiantar ter sido o projétil na seguinte orientação: *de frente para trás da esquerda para a direita e de cima para baixo".*
Helber media 1,88 m. Tal disparo só poderia ter sido efetuado com o corpo dele caído no chão. Na foto do IML há marcas no pescoço que não foram descritas.
4- Documento encontrado no arquivo do Dops/SP de 19/9/73, informação 2.100, com o título "Helber José Gomes Goulart", traz:

"Informo que por volta das 11h30 do dia 16 de julho de 1973, integrantes do DOI-Codi/II Exército, que realizavam ronda de rotina em locais possíveis de serem utilizados para "cobertura de pontos", por terroristas, notaram, na Rua Oliveira Mello, no bairro Ipiranga, um elemento em atitudes suspeitas. O referido elemento, ao pressentir a presença dos agentes do DOI, sacou de um revólver calibre 38 que portava e passou a atirar, enfrentando os agentes de segurança, ocasião em que caiu ferido, vindo a falecer no local.
*No momento portava documentos falsos com os nomes de Walter Aparecido dos Santos e Acrisio Ferreira Gomes, mas foi prontamente reconhecido como sendo Helber José Gomes Goulart (*Euclides *ou* Egbert*) do GTA da ALN, sobre o qual informa-se o seguinte:*
a- Em dezembro/1971 foi deslocado de Minas Gerais, juntamente com Arnaldo Cardoso Rocha, para atuar em São Paulo;
b- Em novembro/1972, na cidade do Rio de Janeiro, ao cobrir "ponto" com Aurora Maria do Nascimento Furtado foram abordados por dois policiais rondantes, que lhes solicitaram documentos. Aurora sacou o revólver atirando nos policiais, enquanto Helber fugia.

Além da falta de credibilidade de atribuir a uma casualidade o encontro de Helber aqui na Rua Oliveira Mello, e não mais "nos jardins do Museu Ipiranga", chama a atenção o fato de ele supostamente estar portando *duas identidades falsas*, o que é inverossímil. Nenhum militante clandestino, ainda mais com a experiência de Helber, se arriscaria a fazer isso.

A Verdade

Documento dos presos políticos do Rio de Janeiro afirma que:

Na verdade, Helber foi preso pelo DOI-Codi/SP dias antes, o que é confirmado pelo testemunho de algumas pessoas que, naquela época, se achavam detidas no DOI. Tais pessoas viram Helber com a cabeça enfaixada, sendo certo que ele chegou a ser atendido no Hospital Geral do Exército, onde foi igualmente torturado.

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* relata que "Helber foi visto no DOI-Codi/SP por diversos presos políticos, alguns dias antes do dia 16, quando estava com a barba por fazer há vários dias. Em conseqüência das torturas sofridas, seu estado de saúde obrigou os agentes do DOI-Codi a levá-lo para ser atendido no Hospital Geral do Exército, no Cambuci".
O relator na Comissão Especial, Nilmário Miranda, considerou suficientes as provas existentes e não encaminhou ao perito Celso Nenevê as fotos de Helber encontradas no IML, o laudo necroscópico e os demais documentos.
No entanto, com o caso já julgado e aprovado, o perito teve acesso à documentação e fez uma observação surpreendente: *Helber não estava morto* quando aquelas fotos foram feitas. Há o registro de um ríctus de dor nítido na foto, com rugas ou vincos marcando a sua testa, o que é incompatível com o rosto de um cadáver.
A família de Helber ficou chocada com a foto dele no IML encontrada nos arquivos do Dops: mostra um rosto depauperado e com sinais de intenso sofrimento.
Jandira e Geraldo (falecido em 1987) tomaram conhecimento da morte do filho pela TV, no dia 18 de julho. Não tiveram acesso aos seus pertences, nem ao seu corpo. Helber foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus. Em 1990 muitas ossadas foram retiradas da vala clandestina em Perus e entregues para identificação à Unicamp. Dois anos depois, três foram identificadas: as de Helber José Gomes Goulart, Frederico Eduardo Mayr e Emannuel Bezerra dos Santos.
Em 13 de julho de 1992, os restos mortais de Helber foram finalmente entregues à sua família em Belo Horizonte, indo depois para Mariana, onde foram

sepultados no Cemitério de Santana após missa celebrada por dom Luciano de Almeida.
O parecer do relator foi aprovado por unanimidade, responsabilizando o Estado pela morte de Helber José Gomes Goulart.

Armadilha no ônibus

Sônia Maria de Moraes Angel Jones (9/11/1946 - 30/11/1973)
Antônio Carlos Bicalho Lana (2/3/1948 - 30/11/1973)

Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Antônio Carlos Bicalho Lana eram companheiros na ALN e viviam juntos na clandestinidade em São Vicente, na Baixada Santista, no Estado de São Paulo, quando foram presos e mortos em novembro de 1973. Estavam sob o controle da repressão, que os vigiava dia e noite. A prisão foi planejada em detalhes. Quando, por volta das 6h, eles tomaram o ônibus da Viação Zefir com destino a São Paulo, o motorista lhes informou que as passagens deveriam ser compradas no Posto Rodoviário do Canal 1, onde ficava a agência. O ônibus parou, Antônio desceu, e quando chegou ao guichê foi cercado por cinco agentes da repressão que o aguardavam. Travou luta corporal com eles até receber uma coronhada de fuzil na boca, sendo dominado e golpeado com socos e pontapés. Sônia, ao ver a cena, levantou-se e foi detida por outros agentes que estavam no interior do ônibus. Algemada pelos pés, levou um pontapé nas costas e foi jogada dentro de um Opala. Antônio foi carregado para outro carro.
Sônia, nascida em Santiago do Boqueirão, Rio Grande do Sul, foi morta aos 27 anos. Estudou no Rio de Janeiro, no Colégio de Aplicação da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, e, posteriormente, na Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, mas não chegou a se formar. Casou-se aos 18 anos com Stuart Edgard Angel Jones, militante do MR-8, morto e desaparecido em 1971. Em 1969, após ter sido presa em uma manifestação política, Sônia entrou na clandestinidade. Militava, nessa época, no MR-8. Em maio de 1970, exilou-se na França, matriculou-se na Universidade de Vincennes e deu aulas de português na Escola de Línguas Berlitz, em Paris. Depois do desaparecimento de Stuart Angel, Sônia decidiu voltar ao Brasil e retomar a luta contra a ditadura. Ingressou na ALN e foi antes para o Chile, onde trabalhou como fotógrafa. Em maio de 1973, retornou ao Brasil.
Antônio nasceu em Ouro Preto, Minas Gerais, era dirigente da ALN e foi morto aos 25 anos. Estudou na sua cidade natal, participou do movimento estudantil e mudou-se para Belo Horizonte em 1969, já militando na Corrente, uma dissidência do PCB. Posteriormente, já na ALN, morou no Rio e em São Paulo. No dia 14 de junho de 1972, escapou ferido com três tiros de um massacre praticado pelo DOI-Codi/SP, no qual morreram Iuri Xavier Pereira, Marcos Nonato da Fonseca e Ana Maria Nacinovic Correia.

Longa busca

No dia 1º de dezembro de 1973, os pais de Sônia, o coronel da reserva do Exército João Luiz de Moraes e Cléa Lopes de Moraes, leram no jornal *O Globo* notícia informando que Antônio Carlos Bicalho Lana e Esmeralda Siqueira Aguiar haviam morrido a caminho do hospital, após tiroteio com agentes policiais ocorrido na Avenida Pinedo, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo. Eles sabiam que esse era o nome usado por Sônia na clandestinidade. Sabiam também o endereço dela, porque o apartamento fora alugado em nome de um parente. Reuniram a família e foram para lá. Quando chegaram, foram recebidos por cinco agentes da repressão que lhes deram voz de prisão. O pai de Sônia disse aos policiais quem ele era, mas levou uma bofetada e foi ameaçado de ser jogado do terceiro andar do prédio por ter se negado a mostrar a carteira de identidade. A mãe de Sônia aproveitou a confusão e apanhou duas lembranças da filha: um par de óculos e um carretel de linha com uma agulha espetada.
Durante quase cinco anos, os pais de Sônia acreditaram na versão oficial de tiroteio, de morte em combate. Em 29 de março de 1978, leram na primeira página do *Jornal do Brasil* denúncia da Anistia Internacional que incluía o nome de Sônia entre os de presos políticos mortos sob tortura no Brasil. Passaram então a dedicar suas vidas à reconstituição da história da filha e da verdade sobre as circunstâncias de sua morte. E não apenas dela, mas também de outros mortos e desaparecidos políticos. O vídeo *Sônia Morta e Viva*, produzido pela família e dirigido por Sérgio Waismann, contém depoimentos de testemunhas descobertas por eles. O coronel da reserva tornou-se então presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. Morreu, contudo, sem ver concluída a tarefa, deixando para sua mulher a continuidade da missão.
A investigação dos pais de Sônia conseguiu reconstituir parte da história, após muitas visitas a Santos, localizando o bilheteiro da empresa Zefir, Ozéas de Oliveira, e o motorista do ônibus, Celso Pimenta, que presenciaram em 1973 a prisão do casal e concordaram em contar o que viram.
A íntegra dos depoimentos está incluída no processo aberto em 1982 pelos pais de Sônia contra o médico-legista Harry Shibata perante o procurador da Justiça Militar de São Paulo e foram tomados na presença dos atuais secretário nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, dr. José Gregori; secretário da Justiça do Estado de São Paulo, dr. Belisário dos Santos Júnior; deputado federal pelo PT de São Paulo dr. Luiz Eduardo Greenhalgh; e da relatora dos casos na Comissão Especial, Suzana Keniger Lisbôa.

O cassetete

No livro *O Calvário de Sônia Angel*, escrito pelo seu pai, há um episódio que exemplifica como eram tratadas as famílias dos mortos e desaparecidos políticos. Após tentar obter informações em várias dependências do Exército, utili-

zando-se de amigos e conhecidos de farda, o coronel Moraes recebeu advertências diretas para que encerrasse a sua busca. Em uma ocasião, por meio do advogado José Luiz Sobral, fez chegar suas indagações ao general Adyr Fiúza de Castro, então comandante do DOI-Codi/RJ. Após a visita, o advogado entregou-lhe uma lembrança inusitada, enviada pelo general: um cassetete da Polícia do Exército. Durante anos, o "presente" ficou guardado na casa dos pais de Sônia, simbolizando um mistério. Somente quando tomou conhecimento das torturas e circunstâncias do assassinato da filha, o coronel da reserva entendeu o recado do general. Sônia, antes de ser fuzilada, tivera os seios arrancados e fora estuprada com aquele cassetete, que lhe teria provocado forte hemorragia.

Suzana Keniger Lisbôa, em seu parecer à Comissão, aponta as principais contradições da versão oficial. Apesar da nota das autoridades publicada pela imprensa não identificar Sônia, chamando-a pelo nome falso de *Esmeralda Siqueira Aguiar*, com o qual o seu corpo acabou sendo enterrado, ela já fora identificada pelos policiais conforme comprova o Auto de Exibição e Apreensão do DOI-Codi, datado de 30/11/73, e feito ainda com o nome falso. Observação feita no final do documento pelo delegado Renato D'Andréa diz: "Em tempo: Material encontrado em poder de Esmeralda Siqueira Aguiar, cujo nome verdadeiro é Sônia Maria Lopes de Moraes".

O laudo necroscópico do corpo de Sônia está erroneamente datado de 5 de dezembro de 1974 — a mesma data do de Antônio, ou seja, de um ano após as mortes —, apesar de feito com o seu nome verdadeiro. Ambos foram enterrados como indigentes no Cemitério de Perus, o de Sônia com o nome falso, sendo resgatados pelas famílias somente após a abertura da vala comum existente naquele cemitério, descoberta na gestão da prefeita Luiza Erundina. O corpo entregue à família de Sônia — trasladado para o Rio de Janeiro — não apresentava sinais dos tiros na cabeça descritos no laudo. Durante as averiguações, o IML do Rio de Janeiro constatou, em 1982, que se tratava de um engano: o corpo era de um homem negro, de cerca de 35 anos. Por determinação da juíza Sheila Bierrenbach, seis novas exumações foram realizadas no Cemitério de Perus, até se chegar a um corpo com as características do necropsiado em 1973.

Fotos de Sônia, depois de morta, foram encontradas nos arquivos do Dops/SP, mas somente do rosto, evidenciando as marcas de hematomas e outros ferimentos, provocados pelas torturas e não descritos no laudo.

Suzana aponta no seu parecer duas versões a respeito do caso.

A primeira, relatada pelo primo de Sônia, coronel Canrobert Lopes da Costa, ex-comandante do DOI-Codi de Brasília, amigo pessoal do coronel Carlos Alberto Brilhante Ulstra, comandante do DOI-Codi de São Paulo:

Depois de presa, do DOI-Codi/SP foi mandada para o DOI-Codi/RJ, onde foi torturada, estuprada com um cassetete e mandada de volta a São Paulo, já exangue, onde recebeu dois tiros.

A segunda, do ex-sargento do Exército Marival Dias Chaves do Canto, agente do DOI-Codi/SP, de que *"teriam sido levados (ela e Antônio) para uma casa de tortura, na Zona Sul de São Paulo, onde teriam ficado de 5 a 10 dias até a morte, em 31/11, para então serem colocados na porta do DOI-Codi, para servir de exemplo, antes da montagem do 'teatrinho'"*.

Vibração e traição

Em entrevista à *Veja*, de 8/11/92, o ex-sargento confirma a denúncia já contida no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, esclarecendo as circunstâncias da prisão do casal no Posto Rodoviário do Canal 1, em Santos, após falar sobre as casas de tortura e morte mantidas pelo Ciex:

Do final da década de 60 até o início dos anos 70, havia uma casa no bairro de São Conrado, no Rio de Janeiro. Depois, por razões de segurança, mudou-se o centro de tortura e morte para Petrópolis. Eram levados para lá os presos condenados à morte, mas alguns conseguiram sobreviver. Em 1972, o II Exército, em São Paulo, montou os seus centros clandestinos de tortura e assassinatos. Durante um curto período, o Destacamento de Operações e Informações, o DOI, utilizou um sítio na região sul de São Paulo. Ali foram assassinados Antônio Carlos Bicalho Lana e a sua companheira Sônia Moraes, ambos da Ação Libertadora Nacional (ALN).

"Mas a versão oficial é de que Lana e Sônia teriam morrido durante um tiroteio...", afirma o repórter. Ao que o sargento Marival responde:

"É mentira. Eles foram torturados e assassinados com tiros no tórax, cabeça e ouvido. Os cadáveres foram colocados no porta-malas de um carro e levados até o bairro de Santo Amaro, na Zona Sul de São Paulo. Ali encenou-se a farsa do tiroteio para simular a morte deles".

O repórter pergunta:

Veja — *Não havia entre os agentes algum comentário de repúdio a essa matança, alguma indignação?*

Chaves — Pelo contrário. Os comentários eram ufanistas. No caso da prisão de Antônio Carlos Bicalho Lana houve vibração...

Duas perguntas procuram esclarecer como a repressão chegou a vários militantes clandestinos. O sargento explica que isso algumas vezes se deu por meio de agentes infiltrados nas organizações ou militantes que eram presos e passavam a colaborar com a repressão, fazendo jogo duplo. Eram chamados de *cachorros* pelos próprios policiais.

Veja - *Havia algum cachorro que trabalhasse tão bem a ponto de servir de modelo?*

Chaves - Sim, o João Henrique de Carvalho, o *Jota*. Ele deu o tiro de misericórdia na ALN e em outras organizações que tinham ligações com a ALN. Por seu trabalho, *Jota* era citado pela antiga Escola Nacional de Informações como modelo de infiltrado.

Veja - Jota *contribuiu diretamente para a morte de alguns dos seus companheiros?*
Chaves - Sem dúvida. A delação dele permitiu a eliminação de pelo menos umas 20 pessoas. Ele é responsável pela morte de Antônio Bicalho Lana e sua mulher, Sônia Moraes. Também delatou Issami Okano, da ALN. A partir de 1973, Jota delatou todos os comandos da ALN. Foi por causa do seu trabalho que Wilson Silva e sua mulher, Ana Rosa Kucinscki, foram presos, torturados e mortos.

Laudo falso

O laudo de necropsia de Antônio, também erroneamente datado de 5/12/74, e assinado por Harry Shibata e Antonio Valentini, descreve apenas um ferimento à bala na cabeça, com entrada na região palpebral direita e saída na região parietal direita. Esse laudo é contestado pelo médico-legista Fortunato Badan Palhares, do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, que diz textualmente:

... Este crânio levou dois tiros, praticamente consecutivos, disparados quase que no mesmo local, mas que não existe qualquer registro no laudo de necropsia original que leva o número 53.434.
... No que diz respeito aos ferimentos no tórax, não encontramos qualquer correspondência com as estruturas ósseas por nós examinadas.
... No nosso entender, houve aqui também erro descritivo e de interpretação dos ferimentos. Custa-nos crer que este corpo foi realmente examinado pelos signatários do laudo, pois as lesões descritas realmente existem, porém não descritas, tão pormenorizadas quanto deveriam.

Quanto à trajetória dos projetéis, o laudo da Unicamp descreve um trajeto que é exatamente o inverso do descrito pelo IML, isto é, pelo laudo da Unicamp o trajeto é da esquerda para a direita, de trás para a frente e de baixo para cima, enquanto o do IML descreve o trajeto como sendo "de frente para trás, horizontal e ligeiramente da direita para a esquerda".
Além disso, o crânio não apresentava a calota serrada, embora a descrição de Shibata informe que ele fora aberto pelo método de Griesinger.
À época em que foi feito o laudo da Unicamp, não havia sido encontrada ainda a foto do corpo de Antônio, na qual aparece mutilado pelas torturas, visíveis até para um leigo.
Os restos mortais de Sônia e de Antônio foram sepultados com significativas homenagens, respectivamente no Rio de Janeiro e em Ouro Preto. O Projeto Rua Viva, idealizado pelo então vereador Betinho Duarte para homenagear os mortos e desaparecidos políticos mineiros, deu o nome de Antônio Carlos Bicalho Lana à antiga Rua Vinte e Dois, no bairro da Lagoa, em Belo Horizonte.
O parecer da relatora Suzana Keniger Lisbôa foi aprovado por unanimidade pela Comissão Especial, sendo reconhecida a responsabilidade do Estado nas mortes de Sônia e Antônio.

Advogada desaparecida

Iêda Santos Delgado (9/7/1945 - 11/4/1973)

O caso de Iêda Santos Delgado e os quatro seguintes são de militantes da ALN que também integram a lista de desaparecidos do *Dossiê* e tiveram as suas mortes reconhecidas no Anexo da Lei 9.140/95.
Iêda nasceu em 9 de julho de 1945 no Rio de Janeiro, era filha de Odorico Artur Delgado e Eunice Santos Delgado e desapareceu aos 29 anos, após ser presa em São Paulo, no dia 11 de abril de 1974, quando se preparava para viajar de volta para o Rio de Janeiro.
Advogada, trabalhava no Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério das Minas e Energia. Trabalhou também no jornal *Tribuna da Imprensa.*
O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* informa que o Relatório do Ministério da Marinha sobre Iêda se refere à matéria do *Jornal da Tarde* (SP) do dia 29/6/74, página 3, 1° caderno, na qual consta que ela teria sido detida no dia 18 de abril de 1974, não esclarecendo qual a autoridade ou órgão responsável por sua prisão.

Militares fazem extorsão

Ana Rosa Kucinski Silva (12/1/1942 - 22/4/1974)
Wilson Silva (1942 - 22/4/1974)

Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva eram casados, moravam e trabalhavam em São Paulo, militavam na ALN e desapareceram juntos no dia 22 de abril de 1974.
O caso está registrado no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a Partir de 1964*, no qual consta depoimento do jornalista Bernardo Kucinski:

Minha irmã, Ana Rosa Kucinski, e meu cunhado, Wilson Silva, foram presos e desaparecidos em São Paulo na tarde de 22 de abril de 1974. Nesse dia, Wilson Silva e seu colega de trabalho Osmar Miranda Dias foram fazer um trabalho de rotina, saindo do escritório da Avenida Paulista para o centro da cidade, um pouco antes da hora do almoço, após o que Wilson se separou de Osmar dizendo que iria se encontrar com sua esposa Ana Rosa, na Praça da República. A partir desta tarde, nunca mais foram vistos. A família tomou conhecimento, através de colegas, da ausência de Ana Rosa na Universidade e, de imediato, passou a tomar providências no sentido de localizar o casal. Impetrou-se habeas-corpus, *através do advogado Aldo Lins e Silva, sem nenhum resultado. No dia 10 de dezembro de 1974, foi enviado pedido de investigação à Comissão de Direitos Humanos da OEA. Meses depois, a família recebeu resposta da OEA, na qual esta afirmava que, consultado, o governo brasileiro declinava qualquer responsabilidade no episódio.*

O general Golberi do Couto e Silva chegou a reconhecer, em dezembro de 1974, que Ana Rosa se encontrava presa numa instituição da Aeronáutica.
O governo americano — por meio do Departamento de Estado — encaminhou informações à família de que Ana Rosa ainda estaria viva, presa em local não sabido e que Wilson Silva, provavelmente, estaria morto.
As famílias dos desaparecidos políticos estiveram com o general Golberi do Couto e Silva em Brasília, em audiência solicitada por dom Paulo Evaristo Arns. Dias depois, o ministro de Justiça, Armando Falcão, em nota oficial, informou sobre os "desaparecidos políticos" e incluiu na lista nomes de pessoas que jamais foram tidas como desaparecidas. Em relação a Ana Rosa e Wilson Silva, a nota do Ministério alegava que eram "terroristas" e estavam "foragidos".
Amílcar Lobo, o médico psiquiatra envolvido com torturas no Rio de Janeiro e que resolveu denunciar os assassinatos políticos, em uma entrevista comigo, quando lhe mostrei fotos de minha irmã e seu marido, este reconheceu as fotos de Wilson Silva como sendo uma pessoa que ele atendera após uma sessão de torturas. Quanto a Ana Rosa, entretanto, o reconhecimento foi positivo, mas não categórico.

O ex-sargento do Exército Marival Chaves do Canto prestou depoimento à Comissão Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados em que afirma:

(...) foi por causa do trabalho de Jota, *João Henrique Ferreira de Carvalho, que Wilson Silva e sua mulher Ana Rosa Kucinski Silva foram presos, torturados e mortos.*

Disse também: *o coronel Fred Perdigão, do Centro de Informações do Exército desde a sua época de capitão, tinha influência suficiente no porão para viver levando presos de São Paulo para Petrópolis. Ele participou do desaparecimetno de Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva.*

Extorsão

Bernardo Kucinski contou em entrevista à *Veja* que certa vez foi extorquido e pagou US$ 25 mil a militares em troca de informações. *"Eram falsas. Enquanto o corpo não é encontrado, a família não consegue se livrar do sentimento de culpa e faz qualquer coisa para saber o que aconteceu."*
Ana Rosa era professora de Química na USP e Wilson era físico e trabalhava na Servix/SP.
Ana Rosa foi desligada da USP por "abandono de emprego", injustiça corrigida apenas 21 anos depois.
A responsabilidade do Estado no desaparecimento e morte de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.

Formado em Moscou

Thomaz Antonio da Silva Meirelles Neto (1943 - 7/5/1974)

Thomaz era dirigente da ALN e desapareu no dia 7 de maio de 1974, aos 31 anos. Era casado com a jornalista Míriam Medeiros e deixou dois filhos, Togo e Larissa. Amazonense de Parintins, filho de Togo e Maria Meirelles, Thomaz formou-se em Sociologia pela Universidade de Moscou, com uma bolsa de estudos. Voltou ao Brasil em 1969 e caiu na clandestinidade. Em 1971 foi preso e torturado, sendo libertado em 1973. Voltou à clandestinidade. Míriam foi presa e torturada no DOI-Codi/RJ para revelar onde ele se encontrava. Em 7 de maio, foi preso no Leblon e nunca mais foi visto.
O *Correio da Manhã* de 3/8/79, em matéria assinada por Ana Lagoa e Henrique Lago, noticia que dois generais e um coronel da repressão colocaram o nome de Thomaz e de outros 13 desaparecidos como mortos pelos serviços secretos.
Na *Folha de S. Paulo* de 28/1/79, na entrevista de um general da repressão não identificado na matéria, o nome de Thomaz está relacionado com outros 12 desaparecidos como mortos pelos agentes do Estado.
Amílcar Lobo, na *IstoÉ* de 8/4/87, declara que viu Thomaz Meirelles no DOI-Codi/RJ.
Aos 21 anos Thomaz mudou-se do Amazonas para o Rio de Janeiro, participando das lutas da Ubes e da UNE, inclusive do Centro Popular de Cultura. Jornalista, participou da Cadeia da Legalidade contra a tentativa de golpe em 1961. Militou por um longo período no PCB, incorporando-se à ALN desde que a organização foi constituída.
A responsabilidade do Estado pela sua morte foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.

Delatado por *Jota*

Issami Nakamura Okano (23/11/1945 - 14/5/1974)

Issami Nakamura Okano era militante da ALN, nascido em Cravinhos (SP), em 23/11/45, filho de Hideo Okano e Sadae Nakamura.
Issami foi preso político de 1969 a 1971. Em 14 de maio de 1974 foi novamente preso por agentes do DOI-Codi/SP e desapareceu desde então, aos 28 anos. Trabalhava no departamento de Química da USP. Ana Rosa Kucinski era deste departamento e desaparecera, juntamente com o marido Wilson Silva, três semanas antes de Issami.
Segundo Marival Chaves do Canto, o desaparecimento desses três militantes foi fruto do "trabalho" do infiltrado *Jota*, como já relatado em outros casos.
No Relatório da Marinha consta que "Issami teria desaparecido em 14 de maio de 1974 quando se dirigia para o trabalho".

Outras mortes

Casos registrados no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* que não se enquadram nos termos da Lei 9.140/95.

Sérgio Correa (? - 4/9/1969)
Ishiro Nagami (1941 - 4/9/1969)

Sérgio Correa e Ishiro Nagami, militantes da ALN, morreram no dia 4 de setembro de 1969, na Rua da Consolação, em São Paulo, quando o carro em que se encontravam explodiu. Eles transportavam explosivos para a organização.
Sérgio foi enterrado como indigente no dia 19 de setembro de 1969, no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo.
Ishiro, que era professor, foi enterrado pela família no Cemitério de Guarulhos.

Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues (? - 25/1/1970)

Morto, acidentalmente, em 25 de janeiro de 1970, aos 19 anos, no Rio de Janeiro, quando a arma de um de seus companheiros disparou, atingindo-o mortalmente.
Seu Atestado de Óbito de n° 119.761 teve como declarante Durval Muniz Machado e informa que foi retirado do IML em 29 de janeiro, tendo sido enterrado pela família no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

Ari da Rocha Miranda (? - Junho de 1970)

Morto em junho de 1970, em São Paulo, quando a arma de um de seus companheiros disparou acidentalmente.

Executado pela ALN

Carlos Alberto Maciel Cardoso (? - 13/11/1971)

A Comissão Especial, considerando os termos da Lei 9.140/95, não reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Carlos Alberto Maciel Cardoso. O relator do caso, Paulo Gustavo Gonet Branco, em seu voto, concluiu:

> Não há elemento de convicção que dê suporte à tese de que o óbito ocorreu nas condições descritas no Art. 4º, da Lei 9.140/95.

Nilmário Miranda pediu vistas ao processo e, posteriormente, apresentou à Comissão Especial o seguinte relatório:
O *Jornal Ação*, n° 3, Ano 1, de novembro de 1971, publica a seguinte nota:

Justiçamento de um traidor
No dia 13 de novembro de 1971, foi executado o indivíduo Carlos Alberto Maciel Cardoso. Tratava-se de um traidor, ex-membro da ALN que, preso pela Polícia Federal, aceitara suas propostas de entregar companheiros e fornecer informações. Descoberto, foi sumariamente julgado e fuzilado por um comando da Ação Libertadora Nacional.
O justiçamento desse traidor reveste-se de grande importância para nossa organização. Em primeiro lugar, trata-se de uma vitória da guerrilha. O inimigo, em operações deste tipo, coroadas de êxito, conseguiu atingir a direção de nossa organização, assassinando Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, Toledo. *Desta vez, o inimigo, além de não conseguir nos causar baixas — embora chegasse a obter dados — ainda perdeu esse novo agente, que, se conseguisse levar sua missão, poderia ter provocado um golpe em nossas forças.*
Em segundo lugar, por não se tratar de uma medida isolada: é já uma conseqüência do amadurecimento da organização, do reforçamento de seus critérios de segurança, de sua disciplina, de sua unidade baseada em princípios revolucionários.
Sabemos que a conciliação com a traição, com a deserção, e demais casos de vacilação, tem se convertido numa grande debilidade de nosso movimento. É claro que esta conciliação reflete, primeiramente, o baixo nível de consciência das massas e, particularmente, a débil consistência ideológica da esquerda. Aparece também relacionada com o amadorismo na condução da guerra, com a incompreensão da necessidade de uma férrea disciplina e do combate sem quartel à vacilação como elemento de consolidação e depuração em nossas fileiras.
As teorias — tais como 'apesar de tudo, eles lutaram conosco' ou 'não podemos ser rígidos senão sobrarão poucos' ou 'não adianta, é com esse material humano que temos que contar' — revelam um profundo desprezo pelas massas, a incompreensão do caráter de classe, revolucionário, de nossa luta. Na prática, significa achar que podemos avançar com essa gente, ou seja, capitular totalmente no sentido das nossas tarefas de criar uma força conseqüente e revolucionária.
Há aqueles que mascaram suas intenções, temendo pela 'capitalização' que a ditadura pode fazer de um justiçamento. Perguntamos a esses senhores: será ela maior por acaso de que fazem, por exemplo, com o assassinato de líderes revolucionários como Marighella, Mário Alves, Toledo, Lamarca, todos eles devidos à traição? E qual o nosso prejuízo entre as massas pela ação de um Lungaretti, de um Massafumi? Que confiança podemos conquistar quando permitimos que líderes caiam pela traição, que elementos de direção traiam, fornecendo informações, delatando companheiros e fiquem impunes?
A execução de um traidor, se ainda é um fato novo, não é um ato impensado e nem será o último, reflete uma linha de atuação, reflete uma exigência da guerra e, à medida que avance o processo, tenderemos a ser mais e mais rígidos.
Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil!

Continua Nilmário Miranda:

> Não se trata, portanto, de pessoa morta por agentes do Estado, mas sim pelos seus ex-companheiros.
> Como presidente da Comissão externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos, defendi em 1993, junto ao então ministro da Justiça, dr. Maurício Correa, uma legislação semelhante à adotada no Chile, que contemplava os casos de cidadãos mortos ou desaparecidos em razão da atuação dos agentes públicos ou em razão da violência política, o que permitiria incluir as pessoas mortas em conflitos sociais, "justiçamentos" ou mesmo, os civis mortos inadvertidamente. Apresentei a mesma proposta ao ministro Nelson Jobim, que optou por uma legislação mais restritiva.
> Pela Lei 9.140/95 não há como deferir o pedido da requerente.
> Carlos Alberto Maciel Cardoso foi morto em decorrência da violência política, mas não por agentes estatais, nem em dependência policial ou assemelhada.
> Defendo uma legislação mais abrangente. Nos quadros da Lei 9.140/95 a única opção que nos resta é o indeferimento do pedido.

A Comissão Especial recusou o caso por unanimidade.

ANL-1967
MOLIPO- 71

Molipo

assassinatos em série

O Movimento de Libertação Popular (Molipo) originou-se de uma dissidência da ALN, em 1971, composta inicialmente de militantes que foram fazer treinamento de guerrilha em Cuba. Integravam a maioria do denominado "3º Exército" da ALN ou "Grupo dos 28", ou "Grupo da Ilha", que depois ganhou a adesão de outros integrantes da organização em Cuba e no Brasil.
Onze militantes do Molipo, ou a ele ligados, foram mortos seqüencialmente e um desapareceu entre 4 de novembro de 1971 e 27 de fevereiro de 1972. Um outro, Boanerges de Souza Massa, também desapareceu, mas não se sabe exatamente quando; outros dois foram mortos em outubro de 1972; e ainda três desapareceram, sendo dois em maio de 1973 e um em 4 de novembro de 1974. Jane Vanini morreu no Chile, em 1975.
Dois documentos encontrados nos arquivos do Dops/SP ajudam a entender como o Molipo foi impiedosamente dizimado. São documentos que trazem informações de uma pessoa infiltrada desde Cuba. Eles revelam que os órgãos repressivos controlavam o Molipo desde a sua formação. Sabiam quem eram, quando retornariam ao país, conheciam o esquema do retorno, e para que parte do Brasil iriam. O informante também voltava ao país e prestava informações sobre as pessoas que aqui se vinculavam ao Molipo.
Os órgãos de segurança decidiram pela eliminição de todo o grupo que veio de Cuba, e praticamente alcançaram o seu intento. Poucos conseguiram escapar.
O primeiro documento tem duas partes: uma elaborada pelo CIE, CIE-S/103 (*Terroristas com curso em Cuba, situação em 21 de junho de 1972*), dando conta das turmas de militantes — a seguir, com os nomes em ordem alfabética — que fizeram curso de guerrilha naquele país. A segunda parte, com timbre da Secretaria de Segurança de São Paulo, do Deops (Divisão de Ordem Social), Setor de Análise, Operações, Informações (SOI), tem por título "Grupo dos 28", e pelas informações que traz deve ter sido elaborada entre 7 e 10 de novembro de 1971.
O outro documento é o Rio/GB, de 3 de abril de 1972, do Ministério do Exército, Informação nº.674/72-II, assunto: "Grupo da Ilha, origem CIE (Informante)".

Eis os trechos mais elucidativos dos dois documentos, no que diz respeito ao Molipo:

Neste Grupo dos 28, dentre os elementos da ALN começou a idéia de dissidência informal com Ruy Carlos Vieira Berbert e Boanerges de Souza Massa, depois ampliada por Carlos Eduardo Pires Fleury e Jeová Assis Gomes. Des-

ta dissidência, com o grupo que já retornou ao Brasil, constituiu-se o que hoje se conhece como o 'Grupo da Ilha', todos oriundos da ALN, mas já dissidentes desde a partida de Cuba.
Os primeiros a chegar a São Paulo conseguiram contato com a ALN, mas não fizeram a fusão, continuando dissidentes. Conseguiram aliciar para o "Grupo" Hiroaki Torigoe.
Dividiram-se, inicialmente, em dois grupos, sendo um encarregado da obtenção de fundos, ficando em São Paulo, onde realizaram várias ações de expropriação (Aylton Adalberto Mortatti, Flávio Carvalho Molina, Francisco José de Oliveira, João Carlos Cavalcanti Reis, José Roberto Arantes, Márcio Beck Machado, Maria Augusta Tomaz, Natanael de Moura Girardi) e o outro grupo internou-se no interior do Brasil, particularmente no noroeste de Minas Gerais, região centro-oeste da Bahia e norte de Goiás (Boanerges de Souza Massa, Arno Preis, Ruy Carlos Vieira Berbert, Otávio Angelo, Jane Vanini, Sérgio Capozzi, Carlos Eduardo Pires Fleury).
b- do grupo já regressaram:
*José Roberto Arantes de Almeida (*Luís*) morto.*
*Benetácito (*Joel*).*
*Márcio Beck Machado (*Tirso, Luís*).*
*Flávio de Carvalho Molina (*Armando, André*) morto.*
*Lauriberto José Reyes (*Vinícius, Cássio*).*
*Arno Preis (*Ariel*).*
Maria Augusta Tomaz (Renata, Márcia, Sofia*).*
*Aylton Adalberto Mortati (*Umberto, Erico, Oscar*).*
*Francisco José de Oliveira (*Fausto, Mauro*) morto.*
Vicente *ou* Marcos.
*Natanael de Moura Giraldi (*Camilo, Antonio*).*
*d- Embora não pertença ao grupo, já regressou ao Brasil, encontrando-se atuando na Área de Campo, o banido Carlos Eduardo Pires Fleury (*Teixeira*). Fleury já cobriu pontos com o informante no Rio e em Governador Valadares, e deveria ter coberto dois pontos com Molina em Teófilo Otoni (Molina não viajou porque não tinha documentos). O próximo ponto entre o informante e Fleury é no dia 11 de novembro às 9h em frente ao Museu de Petrópolis.*
O informante acrescentou que Jeová Assis Gomes, banido, já regressou ao Brasil, devendo estar atuando na área de campo da ALN. É provável também que o coordenador desta área seja Jeová.
A convicção do retorno de Jeová é devida ao seguinte fato: o informante, como é normal em Cuba, nas vésperas do regresso, mudou-se para outra casa, e poucos dias depois, chegou Jeová para morar com ele. Isto é sinal quase certo de que Jeová também estava em via de retornar ao país.
A vinda do "Grupo da Ilha" foi planejada em três etapas, cada uma delas teve um coordenador: a primeira foi coordenada por Fleury; a segunda por Joel *e a terceira por Leonardo da Silva Rocha. Na pimeira etapa vieram Aylton, Maria Augusta, Márcio Beck Machado, Francisco José de Oliveira,* Marcos *e Fleury (Maria Augusta e* Mauro *vieram antes por possuírem maior numero de contatos). Na segunda etapa vieram Arantes, Molina, Natanael, Lauriberto, Arno e* Joel. *Na terceira etapa o informante desconhece se já voltou alguém.*
...Hiroaki Torigoe mora em um aparelho com Rita *(Silvia Renata Carneiro Pontes) em uma casa de fundos, possivelmente no Cambuci, mais perto da Aclimação, em São Paulo.*
Uma das formas de recontatar é por meio de Beatriz, namorada de Lauriberto José Reyes. Esta mulher foi presa quando ele fugiu. Ela costuma freqüentar um bar próximo ao Cine Belas Artes (ambiente da esquerda festiva).

O segundo documento (folha 24) traz:

... Carlos Eduardo Pires Fleury foi morto no Rio de Janeiro; Jeová foi morto em Goiás, Boanerges e Ruy Berbert perderam o contato; Sérgio Capozzi, Jane Vanini e Otávio Angelo estavam em um sítio entre Araguaina e Vanderlândia, 5 km a leste da Belém-Brasília. Quando os elementos de segurança chegaram ao local, os três já haviam se evadido, provavelmente no dia 11 ou 12 de janeiro de 1972.

À página 2 do docto. CIE-S/103, com o título Turma 3º Exército da ALN ou *Grupo dos 28*, apareceu no quadro:

Nome: Boanerges de Souza Massa Felipe *situação atual (em 21/6) - preso.*

Como se vê, não há como separar as mortes de pelo menos 13 pessoas da atuação dessa pessoa que mudou de lado e se infiltrou, colaborando com os órgãos de repressão.
Há uma seqüência de prisões, mortes e desaparecimentos. Do "Grupo da Ilha" só sobreviveram os que não foram presos.
4/11/1971 - são presos José Roberto Arantes (morreu no dia seguinte) e Aylton Adalberto Mortatti (desaparecido em São Paulo). Foi reconhecida a responsabilidade do Estado pela morte de ambos. Arantes, pela Comissão Especial, por 6 x 1; e Aylton, no Anexo da Lei 9.140/95.
5/11/1971 - preso e morto Francisco José de Oliveira, em São Paulo. Caso acolhido pela Comissão Especial também por 6 x 1.
6/11/1971 - Flávio Molina é preso e morto no dia seguinte, em São Paulo. Acolhido por unanimidade pela Comissão Especial.
10/12/1971 - Carlos Eduardo Pires Fleury, morto no Rio de Janeiro. Igualmente acolhido por unanimidade.
2/1/1972 - Ruy Carlos Vieira Berbert, morto e desaparecido em Natividade, Goiás, hoje Tocantins. Reconhecido pelo Anexo da Lei 9.140/95.
5/1/1972 - Hiroaki Torigoe, preso e morto em São Paulo. Acolhido por unanimidade pela Comissão Especial.

9/1/1972 - Jeová Assis Gomes, preso e morto em Guaraí, Goiás. Acolhido por 4 x 3 pela Comissão Especial.
15/2/1972 - Arno Preis, morto em Paraíso do Norte, Goiás. A Comissão Especial não reconheceu o caso, apesar de submetido à nova apreciação.
23/2/1972 - Frederico Eduardo Mayr, preso e morto em São Paulo. Acolhido por unanimidade pela Comissão Especial.
27/2/1972 - Alexander Veroes e Lauriberto José Reyes, mortos em São Paulo. A família de Alexander não requereu o reconhecimento junto da Comissão Especial. O caso de Lauriberto foi acolhido por 6 x 1 pela Comissão Especial.
21/6/1972 - Boanerges de Souza Massa aparece como preso em 21 de junho de 1972 no documento referido. Não se sabe quando foi preso, nem quando foi considerado desaparecido. Acolhido por unanimidade pela Comissão Especial.
27/10/1972 - Antonio Benetazzo, preso e morto em São Paulo. Também acolhido por unanimidade pela Comissão Especial.
30/10/1972 - João Carlos Cavalcante Reis, morto em São Paulo. Acolhido por 6 x 1 pela Comissão Especial.
17/5/1973 - Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado, incluídos no Anexo da Lei 9.140/95.
4/11/1974 - João Leonardo da Silva Rocha, também incluído no Anexo da Lei 9.140/95.
6/12/1974 - Jane Vanini, morta no Chile. Caso não reconhecido pela Comissão Especial.

Mortos na Oban

Aylton Mortatti (13/1/1946 - 5/11/1971)
José Roberto Arantes (7/2/1943 - 5/11/1971)

Foram presos na Rua Cervantes, 7, Vila Prudente, no dia 4 de novembro de 1971, por agentes do DOI-Codi/SP.
A morte de Aylton Mortatti não foi assumida pelos órgãos de repressão, sendo considerado desaparecido político desde então. A responsabilidade do Estado pela sua morte foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.
Carmem Martins, sua mãe, conta que sua casa, um pensionato no bairro do Paraíso, em São Paulo, foi invadida pela primeira vez em outubro de 1968. Na segunda vez, semanas depois, ela própria foi detida. Ela relata:

A partir daí, minha vida passou a ser de constante vigilância e provocação por parte dos agentes de segurança. Com carros à porta, subidas no telhado, revista de compras, censura telefônica, ameaça de atropelamento e bilhetes ameaçadores.
Essa situação continuou até o final de 1971, quando em torno do dia 4, 5 ou 6 de novembro recebi um telefonema anônimo dando conta de que Aylton havia sido preso e estava na Oban, baleado e muito mal. De imediato fui à Rua Tutóia. Procurei os serviços profissionais do advogado Virgilio Lopes Enei, que me orientou para continuar levando roupas em nome de Aylton para a Oban. Essas roupas não eram aceitas. Um dia, na Auditoria Militar, Virgilio viu o Atestado de Óbito de Aylton Adalberto Mortatti e tentou pegá-lo, quando foi surpreendido e acabou detido e encaminhado para a Oban, onde passou 15 dias preso.

Aylton tinha 25 anos quando desapareceu. Era pianista, faixa preta de karatê. Chegou a fazer vestibular na Universidade Mackenzie para o curso de Direito. Tinha sido preso no Congresso da UNE de Ibiúna, em 1968. Era oficial da Reserva do Exército. Vivia clandestinamente no país desde fins de 1968. Esteve em Cuba, retornando ao Brasil em 1971.
Seu nome estava no arquivo do Dops/PR, no famoso *gavetão dos falecidos* juntamente com 12 militantes considerados desaparecidos. O Relatório do Ministério Público da Aeronáutica trouxe a seguinte informação, em 1993: *"Neste órgão consta que foi morto em 4 de novembro de 1971, quando foi estourado um aparelho na Rua Cervantes, 7, em São Paulo. Na ocasião, usava um documento (passaporte) em nome de Eduardo Janot Pacheco".*

Arantes

José Roberto Arantes foi um líder estudantil bastante conhecido, chegando à vice-presidência da UNE. A versão oficial foi publicada nos jornais *Folha de S.Paulo*: "Terroristas mortos: localizado aparelho" e *O Estado de S. Paulo*:

"Terror perde novo aparelho". Apenas no dia 9 de novembro de 1971: "No interior do 'aparelho' da Vila Prudente foi morto um elemento ainda não identificado, que durante 20 minutos trocou tiros com os agentes dos órgãos de repressão ao terrorismo". A casa teria sido descoberta por meio de uma conta de água que estaria em um carro preso na véspera, e cujo ocupante teria morrido ao chegar à prisão. Havia um segundo elemento, porém a nota oficial não esclarece o que teria ocorrido com ele.

Na Rua Cervantes, Arantes teria reagido, atirando sucessivamente com duas metralhadoras, e depois com duas Winchester 44, até tombar morto.

A própria família e a Comissão Nacional de Familiares acabou aceitando a versão oficial: segundo o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, "foi fuzilado por agentes da equipe C do DOI-Codi/SP que cercaram sua casa na Rua Cervantes, Vila Prudente, São Paulo, em 4 de novembro de 1971".

Pesquisando no STM, Iara Xavier deparou-se com um processo levado a efeito pela família de Arantes, para retificar o assentamento de óbito de *José Carlos Pires de Andrade* (nome sob o qual Arantes foi necropsiado, enterrado como indigente e teve emitido o seu Atestado de Óbito), em nome de *José Roberto Arantes de Almeida*. Por meio desse documento, foram localizadas a Requisição de Exame ao IML e o laudo de necropsia, e ficou claro que a versão oficial era falsa.

O delegado do Dops/SP, Emiliano Leopoldo Cardoso de Mello, tinha parentesco com Arantes e avisou a família sobre a sua morte e sepultamento. A família pediu para exumar e sepultar em Araraquara os restos mortais de Arantes. Em face disso, o delegado Alcides Cintra Bueno requereu à Justiça a retificação do Atestado de Óbito no dia 12 de novembro de 1971 e juntou cópias da Requisição de Exame ao IML e o laudo de necropsia.

A verdade

A Requisição de Exame diz que José Carlos Pires de Andrade foi morto e encontrado às 18h do dia 4 de novembro de 1971, à Rua Cervantes, 7, e que "manteve violento tiroteio com os membros dos órgãos de segurança. Nessa oportunidade foi ferido, e, em conseqüência, veio a falecer".

No entanto, o IML registra que o corpo só deu entrada no necrotério às 18h do dia 5 de novembro, sendo sepultado no dia seguinte, 6 de novembro, no Cemitério de Perus, tendo saído do IML às 8h.

Ou seja, o corpo só deu entrada no IML 24 horas depois do horário em que teria sido morto e encontrado. O laudo de necropsia trouxe novas revelações: assinado pelos médicos-legistas Luiz Alves Ferreira e Vasco Elias Rossi, o Laudo de Exame Necroscópico registra que às *15h do dia 5* (ou seja, três horas antes de o corpo dar entrada ali), foi necropsiado o cadáver. "Que nos foi indicado como sendo José Carlos Pires de Andrade." "Segundo consta, trata-se de elemento terrorista, que faleceu em tiroteio travado ao resistir à prisão, com militares da Oban, vindo a falecer às 17h30, aproximadamente, do dia 4 de novembro de 1971, sendo encontrado no pátio do 36º Distrito Policial."

O 36º DP é onde funcionava o DOI-Codi. A Requisição de Exame informava que aquela pessoa fora morta e encontrada na Rua Cervantes, 7. O laudo anota que fora encontrado no "pátio do 36º DP". O necrotério dá como hora de entrada do corpo, 18h do dia seguinte. Então, Arantes foi provavelmente ferido, preso no dia 4, levado ao DOI-Codi, torturado, falecendo no dia seguinte. A foto de Arantes morto, encontrada no arquivo do Dops, está em contradição com a descrição do laudo.

O laudo registra dois ferimentos de arma de fogo na testa (já seria de estranhar o fato de, após 20 minutos de cerrado tiroteio, ele ter morrido com dois tiros na testa). A foto não mostra os dois ferimentos na testa por tiros, e sim grandes equimoses na região malar esquerda, não descritos no laudo, e mostra, do lado esquerdo do tórax, a camisa encharcada de sangue, apesar de o laudo não descrever ferimentos nessa região.

Na Comissão Especial, o relator Nilmário Miranda mostrou essas contradições, caracterizando a versão oficial como mais um "teatrinho" sinistro. Apenas o general Oswaldo Gomes sustentou a versão oficial. Por 6 x 1 foi reconhecida a responsabilidade do Estado na morte de José Roberto Arantes de Almeida.

Tiros de crueldade

Francisco José de Oliveira (22/2/1943 - 5/11/1971)

Francisco José de Oliveira, estudante de Ciências Sociais da USP, nascido em Cabrália Paulista, foi o terceiro militante do Molipo a ser assassinado.

Na mesma nota oficial sobre a morte de José Roberto Arantes, publicada apenas no dia 9 de novembro, há o relato seguinte, com o subtítulo "Outra ação": "*No dia 5 último, em prosseguimento à diligência, os agentes localizaram na Rua Turiassu um casal suspeito que passou a disparar seus revólveres para não ser identificado. Na troca de tiros, o homem morreu antes de receber socorros, enquanto a mulher tentava fugir...*" A Requisição de Exame do Dops/SP para o IML, com o "T" (terrorista) grafado em vermelho, pede que se faça o exame de cadáver de Dario Marcondes, como tendo falecido e sido encontrado às 16h do dia 5/11/1971 à Rua Turiassu. Como histórico do caso, relata: "*Hoje por volta das 16h, travou violento tiroteio com os órgãos de segurança, vindo a falecer em conseqüência dos ferimentos recebidos*". Entretanto, a ficha de entrada no IML registra: "*Entrada no necrotério: 20h - dia 4 de novembro*".

O Laudo de Necropsia, assinado por Mario Nelson Matte e José Henrique da Fonseca, registra: "*Referência: segundo consta, a vítima foi baleada e morta*

na Rua Turiassu, no dia 5 de novembro de 1971. Vestes: cadáver despido. Descreve seis orifícios de entrada de projétil de arma de fogo: na região frontal esquerda; na região temporal esquerda; na língua, descendo pela coluna cervical; na região lombar; no flanco esquerdo; e na coxa".

Na ficha de saída do corpo do IML para ser enterrado como indigente, com nome falso, o cadáver que entrou despido sai vestido para o Cemitério de Perus, e, nesse cemitério, acaba em uma vala clandestina. Não faz sentido um cadáver de pessoa supostamente morta em tiroteio entrar despida no necrotério. Teria de entrar com a roupa que trajava no momento da morte. Isto indica que ele foi levado ainda vivo a um cárcere para ser interrogado. As pessoas eram despidas para serem torturadas.

Ao ser recebido pelo Dops, o laudo teve acrescentado à mão: "nome verdadeiro: Francisco José de Oliveira, vulgo *Amaro*." Portanto, sua identidade era conhecida.

O documento enviado pela Comissão Nacional de Familiares diz: "na verdade, Francisco estava em uma lanchonete com uma companheira, quando foi surpreendido pelos tiros. Sua companheira conseguiu fugir, mas Francisco, baleado pelas costas, não conseguiu sequer sair do lugar. Se os policiais chegaram atirando, é porque já o haviam identificado". O *Dossiê* identifica o delegado Antonio Vilela e o investigador Osvaldo Pinheiro do Amaral como dois de seus captores.

O tiro na região lombar, o primeiro, já o imobilizou. Por que mais três tiros na cabeça (frontal esquerdo, temporal esquerdo, ângulo nasogeniano - nariz, lesionando a língua, descendo pela coluna cervical)?

Como chegou despido ao IML, sinal de que foi levado ainda vivo para um centro de torturas, pode ter recebido estes tiros na cabeça como "tiros de misericórdia" (mais bem-posto, seriam tiros de crueldade).

A ficha do IML com identificação fotográfica sequer põe o nome falso Dario Marcondes, e sim *desconhecido*, mostrando mais uma vez o grau de articulação e cumplicidade criminosa com os órgãos de repressão.

Os restos mortais de Francisco José de Oliveira foram para a Unicamp, entre as ossadas recuperadas da vala clandestina do Cemitério de Perus em 1991.

A relatora foi Suzana Keniger Lisbôa. Ela esclareceu que a mulher que conseguiu escapar foi Maria Augusta Thomaz, que relatou aos companheiros o ocorrido no tiroteio, quando o viu cair ao ser atingido pelas costas.

Revela as lesões não descritas no laudo, visíveis na foto, no queixo, olho direito e pescoço. E conclui:

> Considerando que Francisco José de Oliveira dá entrada no necrotério quase 24 horas antes de ser morto, com nome falso e fotografado como desconhecido, apesar de plenamente identificado pelos órgãos de segurança; considerando que é enterrado como indigente e transferido para a Vala de Perus; considerando que o laudo não descreve lesões certamente produzidas pelas torturas; concluímos como procedente o requerimento examinado.

Recomenda ainda a retificação do Atestado de Óbito e a agilização da identificação dos restos mortais em poder da Unicamp. A Comissão Especial reconheceu a responsabilidade do Estado na morte de Francisco José de Oliveira por 6 x 1, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes.

Ocultação de cadáver

Flávio de Carvalho Molina (8/11/1947 - 7/11/1971)

O quarto morto do "Grupo da Ilha", entre os marcados para morrer, foi Flávio Carvalho Molina, estudante de Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Molina foi preso pela primeira vez em 21 de junho de 1968, dia de manifestações estudantis e de muita repressão no Rio de Janeiro, quando dois manifestantes foram mortos, centenas feridos e muitos presos. Foi fichado e solto no dia seguinte. Em 1969, perseguido, passou à clandestinidade, foi para Cuba integrando o "Grupo da Ilha", dissidência da ALN. Em 1971, retornou ao Brasil.

Seus companheiros do Molipo, que sobreviveram, notaram sua falta desde o dia 4 de novembro. Oficialmente, teria sido preso no dia 6 daquele mês de 1971. Nada foi publicado, nada foi divulgado sobre sua prisão e morte. Só no ano seguinte, em 29 de agosto de 1972, a imprensa divulgou o seguinte: "Molipo é desbaratado pelo Dops paulista" (*Jornal do Brasil*). Segundo a notícia, o Dops (*indiciou?*) dois militantes presos e vários foragidos, excluindo da denúncia três militantes por já terem falecido: Hiroaki Torigoe, Flávio Carvalho Molina e Francisco José de Oliveira. Eles teriam participado do incêndio de um ônibus em São Paulo, em protesto contra a majoração dos preços da passagem. Foi a primeira referência oficial à morte de Flávio de Carvalho Molina.

Em 7 de agosto de 1978, o então diretor do Dops, Romeu Tuma, informou ao Juiz Auditor da 2ª Auditoria que foi expedido Atestado de Óbito em nome de *Álvaro Lopes Peralta*, nome falso de Flávio de Carvalho Molina, fornecendo uma versão oficial para sua morte:

"Por ocasião do 'Estouro do Aparelho', da Rua Cervantes nº 7, foi encontrado manuscrito de ponto *com o terrorista* André, *que seria no dia 6/11/1971 na Rua Agostinho Gomes. Coberto tal* ponto, *agentes do DOI lograram prender* André, *que tinha o nome falso de* Álvaro Lopes Peralta. André, *ao ser ouvido, declarou que tinha outro* ponto *na Rua Padre Marchetti às 13h do dia 7/11/1971. Conduzido a tal local, tentou fugir, o que não conseguiu por ter sido baleado mortalmente".*

O Atestado de Óbito, emitido pelo médico-legista Renato Capellano, dá como causa da morte "hemorragia interna traumática" de Álvaro Lopes Peralta, 25 anos, falecido às 13h do dia 7 de novembro de 1971, à Rua Padre Marchetti com Rua Xavier de Almeida, Ipiranga. Ele foi sepultado no Cemitério de Perus como indigente.
O laudo necroscópico repete a versão, está assinado por Renato Capellano e José Henrique Fonseca e traz, escrito à mão, o nome verdadeiro, em letra de forma — Flávio de Carvalho Molina —, demonstrando que foi deliberada a ocultação do cadáver e sua identidade.
Os documentos encontrados no arquivo do Dops/SP revelam que o informante infiltrado e os órgãos repressivos tinham conhecimento desde Cuba dos passos de Molina.
A advogada Maria Luiza Bierrenbach contou à família de Molina que esteve presa no DOI-Codi, de 9 a 12 de novembro, quando Flávio de Carvalho Molina já estava morto, mas que dois presos políticos — Maria Hermínia Teles de Matos Queiróz e Marcos Luiz Heinstock — viram Flávio no DOI-Codi.
José Carlos Gianinni, militante do Molipo, preso à mesma época, declarou à família que Flávio Molina foi preso desde o dia 4 de novembro. O próprio Dops, já em 1978, admitira que ele tinha sido preso, atribuindo sua morte, no dia seguinte, à tentativa de fuga.
Essa justificativa foi uma das mais comuns nas versões apresentadas pelos órgãos repressivos para encobrir a execução deliberada de militantes de esquerda. Nesse caso, é ainda mais inverossímil. Sequer inventaram dessa feita que foi o companheiro que atirou. Por que abater o preso da suposta fuga com dois tiros? Os esquemas para capturar militantes em "pontos" abertos sob tortura envolviam dezenas de agentes que ocupavam e cercavam o local. Normalmente, o militante era conduzido ao local do "ponto" já alquebrado pelas torturas.
Na verdade, não há registro de fugas verdadeiras. Todas as fugas nas versões oficiais em "pontos" são falsas. Foi a versão preferida porque, além de fornecer o "pretexto", apresenta o militante como um delator dos companheiros.
A família de Molina buscou a verdade, desde o primeiro momento. Tudo fez para resgatar a memória, a imagem e os restos mortais do seu ente querido.
Em 1979, obtendo na Justiça os documentos relativos à morte de *Álvaro Lopes Peralta*, conquistou a retificação do assento do óbito para Flávio de Carvalho Molina. Em 1981, Gilberto Molina, seu irmão, conseguiu descobrir que Flávio fora enterrado como indigente no Cemitério de Perus, em 1976, trasladado para a vala comum dos excluídos. Teve acesso ao local, constatando a existência das ossadas, mas nada pôde fazer porque ainda não havia apoio técnico e respaldo político, o que só foi conseguido em 1990, durante a gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo. Em 4 de setembro de 1990, com o objetivo de identificá-las, as ossadas foram transferidas para a Unicamp.

A relatora do caso na Comissão Especial foi Suzana Keniger Lisbôa, cujo parecer favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado na morte de Flávio de Carvalho Molina foi aprovado por unanimidade.

Marcado para morrer

Carlos Eduardo Pires Fleury (5/1/1945 - 10/12/1971)

Carlos Fleury era um sobrevivente. Em carta enviada ao seu ex-professor e chefe de gabinete do então ministro Alfredo Buzaid, professor Manoel Gonçalves Filho, escrita no presídio Tiradentes, Carlos Fleury conta que foi preso no dia 30 de setembro de 1969 às 21h30. Foi levado para a Oban, comandada pelo major Waldir Coelho, onde foi torturado por dez dias: pau-de-arara; telefone; choques na cabeça, nos órgãos sexuais e no corpo. Teve uma parada cardíaca, e só não morreu porque chegaram à Oban, naquele momento, os delegados Fleury, Tucunduva e Raul Ferreira, que o reanimaram com massagem e fricção de álcool no corpo, "salvando-o" para novas torturas. Cadeira do dragão, socos, pontapés e pau-de-arara. Inventou um "ponto" na esquina da Alameda Jaú com Avenida Brigadeiro Luís Antonio, entrou rapidamente em uma loja e com uma tesoura tentou o suicídio para livrar-se das torturas, mas a lâmina da tesoura não alcançou o coração.
Em 1970, com o seqüestro do embaixador alemão, foi libertado e banido do país para a Argélia. De lá foi para Cuba, onde se vinculou ao "Grupo da Ilha". Em meados de 1971, retornou ao Brasil.
Segundo documento encontrado nos arquivos do Dops, o informante-infiltrado relata que Carlos Fleury foi coordenador do primeiro grupo que retornou ao Brasil. O mesmo documento, do CIE, diz que o informante-infiltrado teria "ponto" com Carlos Fleury no dia 11 de novembro em Petrópolis.
Em outro documento, a informação 850 do Cisa, de 2/12/1971, oito dias antes de sua morte, achado nos arquivos do Dops, mostra que ele estava sendo seguido e controlado: "traz ao nosso conhecimento, entre outras coisas, que, através de reconhecimento fotográfico, foram identificados diversos banidos, entre os quais Carlos Eduardo Pires Fleury".
Não se sabe como, onde e nem quando ele foi preso. A versão oficial é simplesmente absurda. Foi publicada em todos os jornais do dia 11 de dezembro de 1971.

Nota oficial distribuída ontem pelos órgãos de segurança da Guanabara: Cerca de 3h30 de hoje, 10 de dezembro de 1971, o Dodge Dart roubado, de placa Rio de Janeiro GB-4495, estava estacionado em atitude suspeita na Praça Avaí, em frente ao Colégio Georges Bernanos, nas proximidades do Méier, Estado da Guanabara. Os ocupantes, ao serem abordados por agentes de

segurança, reagiram, iniciando-se um rápido tiroteio. No decorrer da ação, um terrorista morreu, após tentar abandonar o carro durante o tiroteio, enquanto o restante do grupo logrou se evadir. O morto foi identificado como sendo Carlos Eduardo Pires Fleury.

Na Comissão Especial, o relator do caso, Nilmário Miranda, contestou a versão oficial provando a sua completa falsidade:

— É inconcebível que pessoas procuradas ficassem às 3h30 em um Dodge Dart roubado;
— O que estariam fazendo agentes de segurança do Dops na distante praça em plena madrugada? Quem faz ronda e policiamento ostensivo é a PM.
— O noticiário de *O Globo* acrescenta informações que ajudam a entender por que um "teatrinho" foi montado na Praça Avaí:
Mesmo local onde, há tempos, uma viatura policial foi incendiada e seus patrulheiros algemados. O jornal *O Dia* também registrou o fato: "No mesmo local onde não faz muito tempo a guarnição de uma RP foi totalmente incendiada por um grupo ligado à ação terrorista".
Outro documento encontrado nos arquivos do Dops/RJ comprova que a versão distribuída à imprensa foi inventada depois. Trata-se do registro de ocorrência nº 3.220, de 10 de novembro de 1971, feito pelo delegado de plantão na 23ª DP, que está em flagrante contradição com a versão apresentada à imprensa:
"Às 4h50 recebi comunicação do Dops de que o comissário Eduardo Rodrigues, daquela dependência, encontrava-se na Praça Avaí, onde ocorreu algo de anormal, e solicitou meu comparecimento. Rumei para o local, em companhia do delegado Dias e do escrivão Mendonça. Lá chegando, o comissário Eduardo certificou-nos de que cerca de 3h30, passando nas proximidades da Praça Avaí, em serviço normal de ronda do Dops, ouviu disparos de arma de fogo na direção daquele logradouro, rumando para lá com os policiais integrantes da equipe. No local, encontrava-se um automóvel marca Dodge Dart, cor verde, placa GB-4495, em cujo interior, no banco traseiro, do lado direito jazia o cadáver de um homem de cor branca, aproximadamente 27 anos, trajando calça tipo Lee, cor bege, camiseta de cor branca, com diversas perfurações produzidas por projéteis de arma de fogo. O veículo estava com as quatro portas abertas e metralhado dos quatro lados. No local já se encontrava o perito do IC, Benedito, solicitado pelas autoridades acima referidas que também já havia solicitado o rabecão e o reboque para o veículo. Assim sendo, a pedido daquela autoridade, expedi a guia 235/71 para o IML e guia de remoção do veículo para a 62, ficando o mesmo à disposição do Dops".

Deste modo, não houve tiroteio entre grupos, não havia outros militantes no carro. Carlos Fleury foi encontrado sozinho, morto, no banco traseiro, em um carro metralhado pelos quatro lados. Se ele estava sozinho, no banco traseiro, por que as quatro portas do carro estavam abertas? No laudo de necropsia e nas fotos da perícia de local aparecem novas contradições:
— Carlos Fleury recebeu 12 tiros. A direção de todos os tiros é de frente para trás. Se o carro foi metralhado de todos os lados e os próprios jornais mostram o vidro traseiro espatifado, como poderia seu corpo não ter um único ferimento de trás para frente?
— O laudo traz gráficos dos orifícios de entrada e saída dos projéteis de arma de fogo no corpo de Carlos Fleury. Há dois tiros no pênis e um no púbis, que só poderiam ter sido disparados de dentro do carro, de cima para baixo, pela posição que Carlos Fleury é mostrado na foto, sentado no banco traseiro do Dart.
— Percebem-se marcas de algemas no pulso de Carlos Fleury. O Atestado de Óbito, emitido pelo médico-legista Elias Freitas, dá como hora da morte 6h45 e como causa da morte "ferimento transfixante do tórax e abdome".
Entrou no IML como nome falso — Nelson Meireles Riedel —, indicando que os órgãos repressivos ainda não tinham decidido se iam ou não divulgar a identidade verdadeira de Carlos Eduardo Pires Fleury. Pelas manchetes, depreende-se por que resolveram divulgar o nome verdadeiro: "Fim do sucesor de Marighella" — (*O Jornal*) — "Novo líder do terror abatido no Cachambi".
Seu irmão, Paulo, retirou o corpo do IML e a família sepultou-o no Cemitério da Consolação, em São Paulo.

A responsabilidade do Estado pela morte de Carlos Eduardo Pires Fleury foi reconhecida na Comissão Especial por unanimidade.

Enterro de uma urna vazia

Ruy Carlos Vieira Berbert (? - 2/1/1972)

Desaparecido em 1972, aos 25 anos, em Natividade (ex-Goiás, hoje Tocantins). Foi preso no dia 31 de dezembro de 1971 pelo delegado Pedrão, sem motivo aparente. Três dias depois, em 2 de janeiro, apareceu enforcado com uma rede de dormir, na cadeia pública, sendo enterrado no cemitério local com o nome de *João Silvino Lopes*.
Hamilton Pereira, então da CPT, em junho de 1991, passou à Comissão Nacional de Familiares o Atestado de Óbito de *João Silvino Lopes*, com a suspeita de que fosse de um desaparecido político. Em janeiro de 1992, quando

se teve acesso ao arquivo do Dops/SP, foi encontrada uma lista elaborada a pedido de Romeu Tuma intitulada *Retorno de Exilados*, onde constava o nome de Ruy Carlos Vieira Berbert com as seguintes observações: "preso em Natividade, suicidou-se na delegacia de polícia em 2 de janeiro de 1972", segundo está registrado no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*.

Partindo desse ponto, a Comissão Externa para os Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados — representada pelos deputados Nilmário Miranda e Roberto Valadão, acompanhada do advogado Idibal Piveta representando a família e a OAB/SP, Hamilton Pereira, da CPT e Suzana Keniger Lisbôa, da Comissão Nacional de Familiares — foi a Natividade e concluiu que Ruy Carlos Vieira Berbert e João Silvino Lopes eram a mesma pessoa. Foi pedida à Justiça a retificação do assento de óbito, exumação e traslado dos restos mortais.

Em 30 de junho de 1992, a juíza Sarita Von Roeder Michels concedeu a retificação do Atestado de Óbito. Como o cemitério não mantinha registro dos sepultamentos, a cova não foi localizada, apesar das pesquisas e escavações dos técnicos da Unicamp. Em 19 de maio de 1992, uma urna vazia, com um punhado de terra do Cemitério de Natividade, foi sepultada no Cemitério de Jales, em São Paulo, acompanhada por uma multidão, solidária a Ruy Jacoud e Otília Berbert, pais, e Regina, irmã de Ruy Carlos.

Ruy estudava Letras na USP. Em outubro de 1968 foi preso em Ibiúna, na tentativa de realização do 30º Congresso da UNE. Em fins de 1969, perseguido, passou à clandestinidade, já como militante da ALN. Posteriormente, foi para Cuba, onde se ligou ao "Grupo da Ilha". Retornou em 1971. Hoje se sabe que os órgãos repressivos sabiam dos planos do Molipo e que Ruy Carlos, Arno Preis, Jeová Assis Gomes e outros iriam para o norte de Goiás. Em curto espaço de tempo, foram mortos os três, no eixo da Belém-Brasília (a área de campo da ALN). Ruy Berbert (2 de janeiro, em Natividade); Jeová Assis Gomes (9 de janeiro, em Guaraí); Arno Preis (15 de fevereiro, em Paraíso do Norte, hoje Paraíso do Tocantins); Jane Vanini (morta posteriormente no Chile, em 1975). Sérgio Capozzi e outro militante, segundo documento do CIE baseado em declarações do informante infiltrado, escaparam por pouco de um sítio entre Araguaína e Vanderlândia, a 5 km da Belém-Brasília.

Pelos documentos encontrados nos arquivos do Dops/SP, vê-se que desde a morte, quiçá, antes da morte, os órgãos repressivos sabiam e ocultaram da família a verdadeira identidade da pessoa que morreu em Natividade.

Não foi possível apurar se houve ou não suicídio, ou se ele foi assassinado.

O nome de Ruy Carlos Vieira Berbert foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95, sendo reconhecida a responsabilidade do Estado pela sua morte.

O sétimo assassinado

Hiroaki Torigoe (2/12/1944 - 5/1/1972)

Hiroaki Torigoe não era do "Grupo da Ilha". O documento encontrado no arquivo do Dops com declarações do informante-infiltrado diz sobre ele: "Os primeiros a chegar a São Paulo conseguiram contato com a ALN, mas não fizeram a fusão, continuando dissidentes. Conseguiram aliciar para o grupo Hiroaki Torigoe, e ele mora em um aparelho com *Rita* (Silvia Renata Carneiro Pontes) em uma casa de fundos, possivelmente no Cambuci, mais perto da Aclimação, em São Paulo".

Desde setembro de 1971 seu rosto e nome estavam em milhares de cartazes "Terroristas Procurados".

Morto no dia 5 de janeiro, foi o sétimo na seqüência iniciada em 4 de novembro de 1971.

A versão oficial divulgada pela imprensa, apenas no dia 20 de janeiro, é que Torigoe reagiu à voz de prisão disparando suas armas, ferindo um policial e um pedestre (cujos nomes não foram divulgados); foi ferido gravemente, vindo a falecer quando era conduzido para o pronto-socorro. Detalha mais: os policiais procuravam por carros roubados e descobriram um com placa identificada; vigiaram por várias horas até que Torigoe entrou no carro, tentou colocá-lo em movimento e foi impedido pelos policiais. Estranhamente, a versão oficial diz que ele só foi identificado após intensa e prolongada busca durante alguns dias (*Jornal da Tarde*).

Na verdade, no dia 6 de janeiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* anunciou a morte do militante com o nome verdadeiro. Desde setembro de 1971, o rosto e o nome de Torigoe estavam nos cartazes. A cópia da Requisição de Exame do IML que ficou com o Dops traz o nome falso *Massamiro Nakamura*, mas, escrito à mão, entre parênteses, identifica o nome verdadeiro (Torigoe).

Em segundo lugar, das oito lesões descritas no laudo de necropsia (assinado pela dupla Isaac Abramovitc e Abeylard Q. Orsini) como produzidas por arma de fogo, algumas não combinam com a versão oficial: Torigoe sentado no Volkswagen tentando arrancar. Como receberia tiros de frente, de cima para baixo nas coxas? Como seria atingido no hipocôndrio direito de frente, de baixo para cima?

Em terceiro lugar, o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* narra que, preso e ferido no dia 5 de janeiro pela equipe do delegado Otávio Gonçalves Moreira Jr., foi imediatamente levado ao DOI-Codi/SP, onde foi visto por vários presos políticos.

"Seus torturadores e assassinos foram: o capitão do Exército Orestes, vulgo *Ronaldo*; o capitão Amici; Aparecido Laerte Calandra, o capitão Ubirajara; o investigador Pedro Mira Grancieri; o soldado do Exército Roberto, vulgo *Padre* e o policial conhecido como *Castilho*, todos chefiados pelo major Carlos

Alberto Brilhante Ulstra e pelo capitão Dalmo Lucio Muniz Cirillo. Devido a seus ferimentos, e pela impossibilidade de pendurá-lo no pau-de-arara, Torigoe foi torturado em uma cama de campanha, onde foi amarrado para espancamentos, choques elétricos e outras violências."
Prossegue o *Dossiê*: "Vários presos políticos que se encontravam no DOI-Codi/SP nesse dia viram Torigoe ser arrastado pelo pátio interno, sangrando abundantemente, em direção às câmaras de tortura".
O laudo de necropsia registra que o cadáver de Torigoe entrou despido no IML, comprovando que é falsa a versão de que, ferido, foi levado ao pronto-socorro, falecendo antes. Onde o despiram? Para quê, senão para torturá-lo?
O documento do necrotério informa que foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus e que seu cadáver saiu despido do IML.
Sua família conseguiu a retificação do assento do óbito para o nome verdadeiro, mas nunca conseguiu reaver os restos mortais.
Em 1976 foi exumado e inumado no mesmo local. Exumado quando do episódio da Vala do Cemitério de Perus, foi para a Unicamp sem o crânio, ficando sua identificação pendente de exame de DNA.
A relatora Eunice Paiva apresentou à Comissão Especial o seu parecer favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte Hiroaki Torigoe, que foi aprovado por unanimidade.

Líder da futura guerrilha

Jeová Assis Gomes (? - 9/1/1972)

A versão oficial.
O comunicado dos órgãos policiais-militares divulgado em Brasília sob o título "Outro terrorista banido morre no interior goiano" é o seguinte, segundo *O Estado de S. Paulo,* de 13/1/1972:

"Algumas equipes de segurança deslocaram-se de Brasília para o interior de Goiás no encalço de um grupo terrorista empenhado na implantação da guerrilha rural, ao longo da Belém-Brasília. Pelos dados existentes, o bando é chefiado por um elemento de grande periculosidade, chegado de Cuba em meados de 1971, onde fora incumbido de ativar a guerrilha e coordenar sua implantação no interior de Goiás.
A equipe de segurança abordou o referido elemento, convidando-o discretamente a acompanhá-la para fora do pequeno estádio. Aquiesceu, deslocando-se cerca de 15 metros, quando se jogou ao chão, puxando do bolso uma granada e tentou acioná-la, sendo impedido a tiros pelos agentes.
Tratava-se do terrorista Jeová Assis Gomes, banido para a Argélia. Estava armado e carregava, em seus bolsos, duas granadas de mão de elevada potência".

A nota diz ainda que da Argélia Jeová seguiu para Cuba, onde realizou vários cursos, passando a integrar o "Grupo da Ilha".
O *Jornal de Goiás* fala que "foi morto a tiros o terrorista Jeová Assis Gomes, ao tentar resistir à voz de prisão".

Antecedentes do caso

Jeová, mineiro de Araxá, estudava Física na USP. Foi uma importante liderança estudantil. Incorporou-se à ALN. Em 12 de novembro de 1969, foi preso e levado a São Paulo onde foi torturado a ponto de ter de engessar as duas pernas fraturadas no DOI-Codi.
Em 1970, foi trocado pelo embaixador alemão e banido para a Argélia em 13 de junho de 1970. De lá foi para Cuba, e, juntamente com outro banido, Carlos Eduardo Pires Fleury, aproximou-se do "Grupo da Ilha".
O citado documento encontrado no arquivo do Dops/SP, baseado nas declarações do informante-infiltrado desde Cuba, mostra que se ligou ao "Grupo da Ilha", retornou ao país e foi morar no norte de Goiás, juntamente com Ruy Berbert, Arno Preis, Jane Vanini, Sérgio Capozzi, Otávio Ângelo e Carlos Eduardo Pires Fleury.
Portanto, não houve casualidade nem em sua prisão e morte, tampouco nas de Ruy Berbert, Arno Preis e Carlos Fleury.
Sérgio Capozzi, acometido de malária, e sua companheira, Jane Vanini, só escaparam porque saíram do sítio perto de Araguaína pouco antes da chegada dos militares. Não bastasse isso, houve um relatório feito pelo delegado de polícia de Guaraí, 2º sargento da PM, José de Bonfim Pinto, que conflita com a versão do Exército distribuída em Brasília à imprensa três dias depois dos fatos.

Relatório do delegado

"Aos nove (9) dias de janeiro de 1972, mais ou menos às 15h30 desembarcou nesta cidade, procedente do Sul, um indivíduo que mais tarde foi identificado como Jeová Assis Gomes, terrorista de destaque na ALN. Tomou quarto em hotel local, onde deixou uma pasta que trazia ao desembarcar. Mais ou menos às 16h, rumou para o acampamento da Rodobrás, em cuja quadra de esportes era disputada uma partida de futebol; ali misturou-se com o povo. Mais ou menos às 16h30, foi abordado por uns senhores, que mais tarde se identificaram como agentes do DOI-Codi/11ª RM, os quais, procurando afastá-lo do meio do povo, deram-lhe voz de prisão, chamando-o pelo seu nome. Vendo-se identificado, empurrou dois dos agentes e tentou empreender a fuga, forçando um dos agentes a alvejá-lo. Dado a posição que recebeu o projétil (tórax) teve morte instantânea. Na pasta, foram encontrados os seguintes objetos:
1- Carteira de identidade de Walter Olivetti Teixeira (com retrato do morto);
2- Carteira de motorista de Walter Olivetti Teixeira (com retrato do morto);
3- Cr$ 65 (notas de Cr$ 5 e Cr$ 10);

4- Um canivete (modelo especial);
5- Um revólver Taurus calibre 38, nº 639352;
6- Doze balas calibre 38;
7- Mapas das regiões Maranhão e Goiás;
8- Uma bomba de fabricação caseira, envolta em arame;
9- Uma camisa;
10- Uma suéter de lã;
11- Uma bússola.
Todo esse material foi levado pelos agentes. Guaraí, 12 de janeiro de 1972. Assina José de Bonfim Pinto - 2º sargento PP - delegado de Polícia."
O relator Nilmário Miranda confrontou esse relatório do delegado local que, obviamente, não era do conhecimento dos militares que fizeram a Nota Oficial, com a mesma.
1 - Pelo relatório do delegado, Jeová recebeu um tiro no tórax.
A Nota Oficial do Exército fala que foi impedido a tiros, que é também o título da manchete do *Jornal de Goiás*.
(A Comissão Especial requereu Atestado de Óbito, Laudo Necroscópico, Requisição de Exame de Perícia de Local, fotos. A Secretaria de Segurança de Goiás não tem nenhum desses documentos.)
2 - Pelo relatório do delegado local, os agentes deram voz de prisão, chamando Jeová pelo nome; ele teria empurrado os agentes, e ao tentar a fuga foi alvejado.
A Nota Oficial diz que Jeová, convidado discretamente a acompanhá-los para fora do estádio, andou escoltado por 15 metros, quando teria se jogado ao chão puxando uma granada. A Nota Oficial diz que Jeová foi identificado já morto.
3 - Pelo relatório do delegado, Jeová deixara o revólver, 12 balas e a bomba de fabricação caseira no hotel.
A Nota Oficial cita que ele foi abatido porque tentou acionar uma granada.
O relator, em seu parecer, chamou a atenção da Comissão Especial para alguns pontos:
— pela sua bagagem e quantidade de dinheiro no bolso, Jeová chegou a Guaraí para uma curta permanência, provavelmente para encontrar-se com alguns companheiros no campo da Rodobrás;
— os agentes repressivos foram a Guaraí para eliminá-lo;
— caso contrário, teriam-no algemado no ato da prisão. Se era considerado "perigoso terrorista", provável chefe da futura guerrilha, não iriam convidá-lo "discretamente", e sim imobilizá-lo imediatamente para prendê-lo, algemá-lo e revistá-lo.
Os outros dois banidos que voltaram com Jeová foram mortos (Carlos Fleury e Aderval Alves Coqueiro). Outros banidos desapareceram ou morreram. Daniel José de Carvalho, José Lavechia, Edmur Péricles Camargo, João Batista Rita, Joel José de Carvalho, Onofre Pinto e João Leonardo. Havia, portanto, uma decisão política de eliminar os banidos que retornassem ao país. Principalmente no caso de Jeová, não seria de esperar que os militares cometessem a negligência de lhe dar chance de fuga ou reação.

A família recebeu a notícia da morte dele por meio do telejornal da TV Tupi, na noite de domingo, 16 de janeiro de 1972. Seu irmão chegou a Guaraí na quarta-feira seguinte, onde obteve as informações de que Jeová fora preso e, em seguida, morto pelas costas e que estava enterrado no cerrado, na periferia da cidade. No entanto, não conseguiu nem o laudo, nem o Atestado de Óbito, e muito menos os seus restos mortais, que permanecem até hoje em local desconhecido.
O delegado local informou à Secretaria de Segurança que todo o material apreendido no hotel foi levado pelos militares da 11ª RM. Só aí, com o encontro da bomba de fabricação caseira enrolada em arame, no hotel, surgiu a versão da granada. Finalmente, a Nota Oficial relata que ele, abordado, teria sido conduzido por 15 metros até a suposta reação e morte. O relatório do delegado fala em "voz de prisão" e não se refere ao uso de armas (já estavam na pasta, no hotel). Não se justifica aí o seu abatimento a tiros.
Na Comissão Especial, o voto do relator Nilmário Miranda foi acatado por 4 x 3.
O general Oswaldo Gomes defendeu a versão oficial e disse que os agentes tinham a intenção de eliminá-lo mesmo. "Era um terrorista, havia uma guerra interna. Ele tentou reagir, foi abatido".
Paulo Gonet Branco defendeu a mesma posição já manifestada em outros votos: "Campo de futebol não é dependência policial ou assemelhada. Não se enquadra nos parâmetros da Lei 9.140/95".
João Grandino elogiou o parecer do relator — "um dos melhores e mais bem constituídos" —, mas considerou que o mesmo se baseia em presunção, conjecturas: 50% são dados, 50% conjecturas. Por exemplo: fala em "voz de prisão", não é o mesmo que prisão.
Suzana Keniger Lisbôa votou pela aprovação do parecer do relator. Configurou-se um empate. O presidente da Comissão Especial, Miguel Reale Júnior, desempatou, votando pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado:

> Ninguém iria levar uma granada para um campo de futebol e deixar a arma no hotel. Estava desarmado e a possibilidade de domínio era grande: voto com o relator.

Operação planejada

Arno Preis (8/7/1934 - 15/2/1972)

Entre todos os casos apreciados pela Comissão Especial dos militantes do Molipo mortos no Brasil, o único em que não foi reconhecida a responsabilidade do Estado foi o de Arno Preis.
O relator do caso, Nilmário Miranda, apresentou o seu parecer favorável ao reconhecimento na quinta reunião ordinária da Comissão, realizada no dia 18

de março de 1996. Perdeu por 5 x 2, sendo o segundo voto vencido o de Suzana Keniger Lisbôa.
A família entrou com recurso, novos fatos foram apresentados e Nilmário Miranda voltou a defender o reconhecimento do caso na última reunião da Comissão, a 26ª, realizada no dia 5 de maio de 1998. Dessa vez o não acolhimento se deu por 4 x 3, sendo votos vencidos o do relator, o de Suzana Keniger Lisbôa e o de Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, que abriu os debates.
O parecer do relator evidencia que Arno Preis foi morto em circunstâncias semelhantes às dos seus companheiros do Molipo, delatados por um agente infiltrado na organização desde Cuba, como provam documentos dos órgãos repressivos encontrados nos arquivos do Dops/SP, entre outros. Em especial, aqueles militantes mortos em Goiás, em cidades próximas, hoje pertencentes ao Estado de Tocantins, para onde se dirigiram com o intuito de instalar um foco guerrilheiro: Arno foi abatido na cidade de Paraíso do Norte, em 15/2/1972; Jeová Assis Gomes foi executado em Guaraí, em 9 de janeiro, um mês e pouco antes; e Ruy Berbert foi morto no dia 2 de janeiro do mesmo ano, em Natividade.
Matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, na edição de 23/3/72, transcrita no parecer do relator, deixa claro que a morte de Arno Preis não se deu em circunstâncias fortuitas, como expõe a versão oficial, mas sim dentro de uma operação planejada pela repressão. O título da matéria: "Caça aos terroristas prossegue em Goiás". E no texto: "Continua intenso, segundo informaram os órgãos de segurança, o trabalho para capturar os remanescentes do grupo de terroristas que pretendiam implantar guerrilhas ao longo da Belém-Brasília, partindo das localidades de Formoso e Tromba, junto à Serra Dourada, em Goiás". E mais adiante: "Ao divulgar ontem esta informação, as autoridades comunicaram também a morte do terrorista Arno Preis, baleado no dia 15 de fevereiro, na cidade goiana de Paraíso do Norte, após assassinar um soldado da Polícia Militar, Luzimar Machado de Oliveira, e ferir gravemente outro, Gentil Pereira Mano. Desde a morte do terrorista Jeová Assis Gomes, em 9 de janeiro último, na cidade de Guará, as autoridades passaram a agir para desbaratar terroristas da ALN instruídos em Cuba para ações ao longo da Belém-Brasília".
A matéria revela uma operação planejada pela repressão, é específica ao caracterizar a data da morte de Jeová, 9 de janeiro, como o início da mesma — um mês portanto antes da morte de Arno — e certamente qualifica a ação de captura de terroristas por mero eufemismo: nenhum dos militantes do Molipo localizados pelos agentes da ditadura escapou com vida.

Arma à mostra

Uma das versões divulgadas pela repressão para explicar como Arno fora identificado pela polícia chega a ser ridícula segundo o parecer do relator. Arno, recém-chegado à cidade de Paraíso do Norte, teria entrado em um bar, às 3h, em plena terça-feira de carnaval, e se recostado no balcão de tal forma que a sua arma, colocada em um coldre na cintura, ficara à mostra, sendo vista por policiais militares que estavam no local.

É inconcebível, de acordo com Nilmário, um militante clandestino, sabidamente procurado pela polícia, chegar a uma cidade para implantar a guerrilha e expor desse modo a sua segurança.
Além dos documentos que revelam a existência do agente infiltrado no Molipo e dos artigos publicados na imprensa, o relator apresentou em seu novo parecer depoimentos de ex-militantes da organização e laudos de peritos que examinaram fotos do cadáver de Arno descobertas mais recentemente.
José Dirceu (que militou no Molipo) e Paulo de Tarso Vanucchi são categóricos ao afirmar que as mortes ocorridas no período não podem ser explicadas isoladamente, como se a repressão tivesse chegado por acaso a cada um dos militantes, mas estão encadeadas pelas delações de um agente infiltrado, que vinha fornecendo informações aos órgãos repressivos desde Cuba.
O parecer médico-legal da dra. Maria Leonor de Souza Khun e o parecer criminalístico feito pelo dr. Celso Nenevê, embora reconheçam a impossibilidade da reconstituição da dinâmica do evento, inclusive devido à superficialidade com que o laudo cadavérico foi feito (na própria delegacia e na presença dos policiais), são claros em suas conclusões.
Sabe-se que Arno estava cercado, acuado, ferido, inferiorizado, sem munição (não tinha a posse da sua pasta) e não poderia, portanto, escapar. Sua rendição poderia ter sido negociada e ele seria capturado.
Concluem os laudos:

A multiplicidade de lesões produzidas por projéteis de arma de fogo em locais como o tronco e o pescoço, regiões de eleição para atingir órgãos vitais produzindo a morte, mostra que era esta a intenção dos policiais, e não a imobilização e captura do fugitivo.

Mais adiante, as descrições feitas pelo médico evidenciam a brutalidade com que foram produzidas as lesões pérfuro-cortantes, características de uma ação vingativa e cruel. A utilização também de arma branca, naquelas circunstâncias, desmonta por si só a versão oficial de que Arno teria morrido em um tiroteio com policiais.
Nilmário afirma, finalmente, o seguinte em seu parecer:

> Conclui-se, portanto, que houve uma execução de um fugitivo cercado e sem possibilidade de fuga, à mercê da polícia, com o emprego de crueldade.

Palavra de irmão

Constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* as seguintes declarações feitas por João Preis, irmão de Arno, por ocasião do traslado dos seus restos mortais, em 9 de abril de 1994:

Natural de Forquilhinha, Santa Catarina, Arno Preis era filho de Paulina Back e Edmundo Preis. Estudou no Seminário dos Padres Franciscanos em Santa Catarina e, em São Paulo, formou-se em Direito pela USP. Brilhante, inteligente, entusiasta, queria ser diplomata. Falava 12 idiomas.
Mas os tempos eram duros. A pátria vivia sob um regime ditatorial militar e Arno, como centenas de jovens, decidiu que primeiro era necessário derrubar a ditadura para depois realizar seus sonhos.

"Este é um homem"

De Ivo Sooma, advogado e amigo de Arno Preis, que se dedicou durante anos à busca de informações sobre as circunstâncias de sua morte:

Foi ele morto no dia 15 de fevereiro de 1972, em confronto com policiais militares e civis da então Paraíso do Norte de Goiás, e enterrado no cemitério local, sem guia de sepultamento, nem lavratura de óbito.
À época, policiais entregaram seu corpo ao coveiro, dizendo-lhe: 'Enterra de qualquer jeito. Isto é um porco'.
O coveiro, Milton Gomes, pensou consigo: 'Isto não é um porco. Este é um homem. Alguém um dia virá procurar por ele'.
Tomou então o cuidado de, junto ao local do sepultamento, erguer uma pequena pirâmide de concreto, sobre a qual fincou uma cruz de madeira, o que iria facilitar sua posterior localização, diferentemente do que ocorreu com muitos desaparecidos políticos.
Uns dez dias depois, enorme aparato policial militar cercou o cemitério, que não tinha muros e levou um dos braços do corpo de Arno para identificação.
O próprio governo reconheceu sua morte, segundo notícias publicadas nos jornais, em março de 1972, com a versão oficial de morto ao tentar fugir. Seu corpo e Atestado de Óbito não foram entregues à família até 1994. Foi enterrado com o nome de Patrick McBund Cornik.
Identificado, em 22 de março de 1972, a imprensa noticiou sua morte como a de um líder terrorista.
Pertencera ele à ALN, fundada sob a liderança de Carlos Marighella, estivera em Cuba e retornara integrando o Molipo.
Quem era Arno Preis antes de entrar na guerrilha?
Conheci-o em 1957, quando, sendo eu secundarista, ingressou ele na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.
Chamou-me a atenção a maneira determinada com que perseguia seus objetivos.
Pretendia ele prestar concurso no Itamarati e seguir a carreira diplomática.
Vocacionado para uma carreira de diálogos e negociações, acabou por empunhar armas e morrer em cidade do interior de Goiás.
Tomados de indignação cívica, centenas de jovens dobraram as folhas de seus livros, uniram-se a pessoas de outras origens que também deixaram suas ro-

nas e foram enfrentar o sacrifício. Muitos tiveram de enfrentar o martírio.
Não fosse o fechamento de todos os canais de comunicação entre a Nação e o Estado, o Brasil não teria amargado a perda de muitos de seus mais dignos e generosos filhos.
Arno Preis, como tantos outros, dobrou uma folha do livro da História e imolou-se no sertão de Goiás, passando a ser parte da própria História.
Compete a nós, agora, retomar a sua leitura, a partir das novas páginas que foram escritas.

Passados 22 anos, familiares e amigos localizaram o seu corpo com o apoio e o respaldo dado pela Comissão Externa da Câmara Federal, presidida pelo deputado Nilmário Miranda, que acompanhou a exumação e a identificação das ossadas e seu sepultamento oficial em 9 de abril de 1994 na cidade de Forquilhinha. Em 15 de outubro de 1993, seus restos mortais foram exumados do Cemitério de Tocantins e levados para o IML/Brasília.
No traslado, recebeu várias homenagens: na Câmara Federal, no Estado de São Paulo, na Assembléia Legislativa de Florianópolis e em Criciúma, sua terra natal, onde veio a ter um enterro digno.

Carta aberta

Derlei de Lucca, professora e companheira de militância política, escreveu este artigo-homenagem a pedido do *Jornal da Manhã*, de 3 de maio de 1994:

Carta Aberta ao Arno Preis
Criciúma, 29 de abril de 1994.
Arno,
Você não ia acreditar, mas Nelson Mandela é o favorito nas eleições presidenciais da África do Sul. Acusado de terrorista, subversivo, como tu, cumpriu 29 anos de cadeia.
Isak Shamir acusado de subversivo e terrorista pelos ingleses é primeiro-ministro em Israel.
Yasser Arafat, o líder da OLP, acusado de terrorista e subversivo foi recebido pelo presidente dos Estados Unidos, em dezembro do ano passado, e é recebido na ONU como chefe de Estado.
Forquilhinha já é município e está orgulhosa de ti. Lurdes, Zilda, tia, sobrinhas e primas estão mobilizando a cidade pra te levar flores.
Existe um aparelhinho chamado Fax. Em questão de segundos, a gente se comunica com o mundo, mandando documentos.
Meu filho estuda automação na UFSC.
Dulcinha, Amelinha, Suzana estão tristes com a confirmação da tua morte, mas firmes organizando as homenagens.
O Ivo Sooma foi heróico. Realmente quem tem um amigo tem um tesouro. Ivo é o teu tesouro.

Nilmário, Genoíno, Zé Dirceu são deputados federais, Brizola é governador do Rio. Tem um operário do ABC candidato à presidência da República.
Betinho renegou a luta armada, mas dirige uma campanha linda contra a fome e a miséria. Mobilizou o país todo.
Tu fazes muita falta. Serias nosso ministro das Relações Exteriores, brilhante, defendendo as posições do Brasil no mundo. Ia esquecendo: o Brasil reatou relações diplomáticas com Cuba. Eu já voltei lá algumas vezes com passaporte e tudo, legalmente. A gente não diz mais turma, *diz* galera.
Fumar não é mais moda, é cafona, coisa de Boko Moko. *Nada melhor do que um dia depois do outro. Seja feliz no céu protegendo a nossa terra. Aqui tu não serás esquecido".*

Na "cadeira do dragão"

Frederico Eduardo Mayr (29/10/1948 - 24/2/1972)

A versão oficial não foi divulgada. Sua mãe, mulher corajosa e persistente, só veio a ter a confirmação de sua morte, a data e as circunstâncias muitos anos depois: "O que se passou conosco foi uma afronta à dignidade humana".
Foi enterrado sob o nome falso de Eugênio Magalhães Sardinha, como indigente, no Cemitério de Perus. Os médicos-legistas Isaac Abramovitc e Walter Sayeg emitiram seu Atestado de Óbito e assinaram o laudo de necropsia com nome falso.
Nos arquivos do Dops/SP, foram encontrados vários documentos policiais com seu nome verdadeiro:
— ficha individual (documento Dops/SP 307-165-124); ficha dactiloscópica e dados de qualificação.
Houve dúvidas, durante certo tempo, se Mayr seria relacionado como morto oficial ou como desaparecido político, e seu nome apareceu em listas do Movimento de Anistia nas duas situações.

Versão oficial

Está na Requisição de Exame do IML e no Laudo Necroscópico.
A Requisição de 24/2/1972 pede ao IML para examinar o cadáver de Eugênio Magalhães Sardinha, 23 anos, falecido às 10h e encontrado às 10h do dia 24/2/1972 à Rua Pero Correia, Jardim da Glória, e dá como histórico do caso: "Hoje, por volta das 10h, após travar tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e, em conseqüência, veio a falecer". Escrito à mão, a Requisição que ficou em poder do Dops, trazia: *Nome verdadeiro: Frederico Eduardo Mayr.*
O laudo de necropsia, nº 9.388, repete a versão acima, dá como causa da morte anemia aguda traumática produzida por três tiros:
— região intraclavicular direita

— região mamária direita
— face posterior do terço superior do braço esquerdo.

A verdade

Frederico foi preso na Avenida Paulista, no dia 23 de fevereiro de 1972, com um tiro no abdome, por agentes do DOI-Codi do II Exército. Ao invés de ser socorrido, foi levado ao DOI-Codi, onde foi visto por presos políticos, sendo conduzido para a sala de torturas, para a "cadeira do dragão". José Carlos Gianinni foi um dos presos que estiveram com ele no DOI-Codi e testemunhou que estava muito debilitado devido ao ferimento na hora da prisão e às torturas.
Foi encontrado no arquivo do Dops/SP, ficha individual datada de 24 de fevereiro, dia de sua morte, com fotos dele ainda vivo, catalogada no DOI com o nº 1.112, que dá a data de 23 de fevereiro para sua prisão, na Avenida Paulista.
Segundo os presos políticos, foi torturado até a morte pela Equipe C do DOI-Codi: o policial federal *Oberdan*; o investigador do Deops lotado no DOI-Codi, Aderval Monteiro; o escrivão de polícia Gaeta, vulgo *Mangabeira*; e o policial civil *Caio*; todos comandados pelo vice-chefe tenente-coronel Dalmo Lucio Cirillo e pelo atual general da Reserva Carlos Alberto Brilhante Ulstra.
Mesmo morto, estava sendo processado como revel, na 2ª Auditoria Militar de São Paulo, no processo 100/72. Somente quando vários presos políticos denunciaram sua morte em audiência na Auditoria foi que o juiz Nelson Machado Guimarães resolveu excluir seu nome do processo, extinguindo sua punibilidade por morte, só reconhecida naquele momento. Por isso, a Comissão Nacional de Familiares o relacionou como morto oficial.
Enterrado no dia 28/2/1972 sob o nome falso, como indigente, no Cemitério de Perus, em 1976, sua ossada foi transferida para a vala clandestina. Com a abertura da vala e a transferência das ossadas para a Unicamp, a de Frederico Eduardo Mayr era a de nº 246. Em 1992, o departamento de Medicina Legal da Unicamp concluiu pela identificação, e seus restos mortais foram trasladados para o jazigo da família, no Rio de Janeiro, em 13 de julho daquele ano.
Frederico Eduardo Mayr era de Timbó, Santa Catarina. Ainda criança foi morar no Rio de Janeiro. Ingressou na Faculdade de Arquitetura da UFRJ aos 18 anos, e dedicava-se às artes plásticas. Era muito elogiado tanto por seus professores como por artistas plásticos.
Em 1969, foi condenado pela Justiça Militar do Rio de Janeiro e passou à clandestinidade.
Foi para Cuba pela ALN e passou a integrar o "Grupo da Ilha", voltando ao Brasil para morrer aos 23 anos.
Suzana Keniger Lisbôa foi relatora do caso na Comissão Especial e o seu parecer foi acolhido por unanimidade, reconhecendo a responsabilidade do Estado pela morte de Frederico Eduardo Mayr.

Fuzilados na rua

Lauriberto José Reyes (1946 - 27/2/1972)
Alexander José Veroes (5/7/1952 - 27/2/1972)

Em São Carlos, interior paulista, em uma praça do bairro Parque Santa Marta, há uma placa: "Lauriberto José Reyes. Estudante são-carlense que lutou pela liberdade e democracia no Brasil. A vida por uma causa".
Lauri, como era conhecido, estudou no Instituto Politécnico de São Paulo. Foi indiciado no IPM do conjunto residencial estudantil da USP (CRUSP). Foi preso no Congresso de Ibiúna e liberado no dia seguinte para ir ao enterro do pai, em São Carlos.
Com o AI-5, foi para a clandestinidade e, em novembro de 1969, participou do seqüestro de um avião e foi para Cuba. Fazia parte do "Grupo dos 28" e era um dos líderes do Molipo. Voltou ao país em 1971 para morrer aos 27 anos juntamente com o estudante chileno Alexander José Veroes, no dia 27 de janeiro de 1972.
A versão oficial só foi divulgada em 1997, quando dois representantes da Comissão Nacional de Familiares voltaram ao bairro do Tatuapé, em São Paulo, para saber o que realmente havia acontecido naquele fim de tarde, há 25 anos: "No último dia 4 de junho, eu, Maria Amélia Almeida e Ivan Akseruld Seixas, estivemos à Rua Serra do Botucatu, no bairro do Tatuapé, onde conversamos com antigos moradores que presenciaram os fatos ocorridos em 27/2/1972, quando foram mortos os dois militantes do Molipo — Alexander José Veroes, 19 anos, e Lauriberto José Reyes, 26 anos. Na ocasião, foi morto também Napoleão Felipe Biscaldi, 62 anos, funcionário aposentado e antigo morador daquela rua.
Fomos ao nº 849, onde morava a família de Napoleão, mas sua família tinha se mudado recentemente. Aconselhados por uma vizinha, fomos à casa de Avelina Ruiz, a *Espanhola*. Naquele dia em que ocorreram as mortes, ela tinha saído com seu marido, e quando voltou não pôde entrar no quarteirão.
Em seguida, falamos com Adalberto Barreiro, 37 anos e borracheiro de profissão. Trabalhava em uma borracharia à altura do nº 855. Na ocasião dos fatos, tinha 12 anos e estava de castigo dentro de casa assistindo a televisão. Era um domingo, quando ele ouviu um barulho continuado de tiro. Morava à Rua Tijuco Preto (paralela à Rua Serra do Botucatu). Movido pela curiosidade própria de um menino, correu pelos fundos de sua casa até à Rua Serra do Botucatu. Lá chegando, viu que um rapaz bem jovem tentava correr, mancando e segurando a perna, quando então passou um Opala branco com policiais armados de metralhadora. Eles estavam com metade do corpo para fora, atirando: primeiro, atingiram Napoleão, que saíra de sua casa e procurava atravessar a rua; depois balearam o rapaz que mancava. O rapaz aparentemente morreu na hora. De imediato, os policiais o jogaram no porta-malas do carro.

A rua e as proximidades estavam cercadas de policiais. 'Tinha até metralhadora em tripé'. Os policiais gritavam que o rapaz que mancava 'era um terrorista'. Ele ainda acrescentou que viu uma japonesa presa. 'Toda aquela redondeza estava cheia de policiais bem armados. Era um cerco, parecia uma guerra. Todo mundo viu ou soube que Napoleão fora morto pela polícia. Mas era um tempo em que todo mundo tinha medo de falar'. Ele disse também que os policiais e as pessoas comentavam que o 'outro terrorista' também tinha sido morto, no outro quarteirão".
O borracheiro nos orientou para que falássemos com Maria Celeste Matos, nº 846 da Rua Serra do Botucatu. Ainda hoje com muito medo, nos falou que, naquele domingo, o *Esquadrão da Morte* comandou a ação militar. Fez um cerco e colocou homens armados em toda a extensão da rua. "Do lado da minha casa, ali mais adiante, havia um campinho de futebol. Meu filho e o de Napoleão estavam jogando bola lá. Ele estava em casa, ouviu tanto tiro e então falou para a esposa, Alda, que ia buscar o filho no campinho. Foi quando ele saiu para a rua e foi executado pelo *Esquadrão da Morte*, que saiu atirando pela rua afora. Naquela hora vimos um menino, vestido com um short, ser morto e colocado no porta- malas do carro da polícia. Meu marido pensou tratar-se do nosso filho que jogava de short. Ele falou com o *Esquadrão da Morte* que eles tinham matado nosso filho e ficou junto do carro sem arredar o pé. Foi aí que os policiais abriram o porta-malas e mostraram para ele que o rapaz morto não era o seu filho".
Maria Celeste disse que acha que o mesmo sucedeu ao outro moço morto. Os policiais explicaram que "eram terroristas". O corpo de Napoleão ficou na rua, exposto ainda por mais cinco horas, até o carro do IML aparecer para buscá-lo. Essas informações confirmam o que consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*: "Eles não chegaram a sacar suas armas".
A versão oficial, publicada na imprensa, atribui a morte de Napoleão Felipe Biscaldi a Lauriberto Reyes e Alexander José Veroes e diz que eles morreram em tiroteio. *Jornal do Brasil*: "Dois terroristas e homem aposentado morrem durante um tiroteio em São Paulo". *Folha de S.Paulo:* "Dois terroristas feridos em tiroteio".
Os laudos necroscópicos de Lauriberto e Alexander foram assinados por Isaac Abramovitc e Walter Sayeg. Já o laudo de necropsia de Napoleão Felipe Biscaldi foi feito por Paulo Attenfelder. Houve perícia de local, mas não para os militantes. Isso comprova, mais uma vez, o recurso "a procedimentos ilegais pelos órgãos de repressão".
O Atestado de Óbito foi também registrada no Cartório do 20º Subdistrito do Jardim América, apesar de o óbito ter ocorrido em região distante de sua jurisdição.
O corpo de Lauriberto foi retirado do IML às 20h do dia 29 de fevereiro, pelo tio, Domingos Castrale, e enterrado em São Carlos.

O *Dossiê* informa que o autor da rajada que vitimou Alexander e Lauriberto foi o torturador *JC* ou *Jesus Cristo*, identificado como sendo o investigador de polícia Dirceu Gravina.
Alexander José Veroes foi enterrado pela família no Cemitério da Saudade, em caixão lacrado por determinação policial, no dia 1° de março de 1972. Sua família não requereu o reconhecimento da sua morte, e portanto, seu caso não foi apreciado pela Comissão Especial.
Suzana Keniger Lisbôa foi relatora do processo referente a Lauriberto José Reyes e seu parecer, favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pela sua morte, foi acolhido por 6 x 1, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes.

Sem versão oficial

Boanerges de Souza Massa (? - 21/6/1972)

Boanerges era médico, ligado à ALN. Quando Francisco Gomes, *Chiquinho* (irmão de Virgílio Gomes da Silva, o primeiro desaparecido político) foi alvejado com vários tiros, inclusive na cabeça, Boanerges o atendeu como se estivesse sendo forçado, tentando preservar sua vida na legalidade. Não deu certo. Foi para a clandestinidade e, em seguida, para Cuba, com o 3° Exército da ALN. Em Cuba, acabou ligando-se ao "Grupo dos 28". Foi encontrado no arquivo do Dops/SP a informação 850-Min. da Aeronáutica, 4ª Zona Aérea, de 2/12/1971, relatando que Boanerges regressou ao país após treinamento em Cuba. Outro documento, a ficha do CIE-5/103, encontrada no arquivo do Dops/RJ, contém a informação de que Boanerges estava preso em 21 de junho de 1972. Está desaparecido desde então.
O nome de Boanerges de Souza Massa não consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. A Comissão Nacional de Familiares explica que a situação dele não ficou esclarecida. Estava preso, chegou a ser visto por outros presos políticos, mas a sua prisão nunca foi assumida pelos órgãos repressivos nem saiu versão oficial. Não se formou convicção no grupo sobre o que ocorreu de fato com ele. Teria sido morto, com ocultação de cadáver, tornando-se mais um desaparecido político? Teria sido solto e se refugiado longe do conhecimento de todos? Outras hipóteses foram aventadas.
Foi decisivo para a Comissão Nacional de Familiares o fato de a família de Boanerges nunca ter procurado os movimentos de anistia e a própria Comissão. A família só se manifestou por meio do Requerimento à Comissão Especial, assinado pelo irmão Ciro Massa. Um dos critérios para a inclusão no *Dossiê* era o interesse da família, a participação, a responsabilidade pela informação.
Havendo prova de militância política e da prisão de Boanerges após o regresso de Cuba, e sendo considerada a afirmação dos seus familiares de que ele está

desaparecido desde então, a Comissão Especial por unanimidade acompanhou o voto do relator Nilmário Miranda pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado em sua morte.

Suicídio e acidente falsos

Antonio Benetazzo (1/11/1941 - 27/10/1972)

Parecer do relator general Oswaldo Gomes:

> Não resta dúvida de que Antonio Benetazzo se encontrava preso pelas autoridades policiais, embora levado para a rua em diligência. O seu suicídio nestas circunstâncias leva o relator a propor que a Comissão considere a morte dele enquadrada no estabelecido no Art. 4 do Inciso I Letra b da Lei 9.140/95, de 4 de dezembro de 1995.

A responsabilidade do Estado pela sua morte foi reconhecida por unanimidade na Comissão Especial. No entanto, Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda registraram suas discordâncias em relação à versão oficial de "morte por suicídio". Estavam certos. Antonio Benetazzo foi assassinado após torturas no DOI-Codi/SP.
Na verdade, na Requisição de Exame ao IML, a primeira versão oficial estabelecia uma história diferente: registra que Benetazzo faleceu às 15h do dia 30/10/1972 e dá como breve histórico do caso: "Ao pressentir a chegada dos órgãos de segurança, atirou-se *debaixo* de um veículo". Esta versão consta também do laudo de necropsia assinado por Isaac Abramovitc e Orlando J. B. Brandão. Ou seja, a versão inicial era de que Antonio Benetazzo teria se atirado sob as rodas de um veículo, antes de ser preso.
Dias depois, a imprensa publicou nota dos órgãos de segurança com a versão oficial modificada: "No dia 2 de novembro, os jornais paulistas publicavam a nota oficial, divulgada pelos órgãos de segurança, fazendo crer que Benetazzo teria falado de um suposto encontro com companheiros na Rua João Boemer, no bairro do Brás, em São Paulo, e que lá chegando teria tentado a fuga, sendo atropelado e morto por um caminhão". (*Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964.*)
Documentos encontrados no Dops/SP corroboram a denúncia feita por presos políticos de que ele foi torturado até a morte.

Confidencial
n° 10/72 II Exército fls.16-
Em prosseguimento às investigações procedidas pelo DOI-Codi/II Ex, foram presos os seguintes elementos:
Movimento de Libertação Popular (Molipo)
*Antonio Benetazzo (*Joel *ou* Joaquim*)*

Filho de Antonio Benetazzo e Giulieta Sguazzardo Benetazzo
Nascido em 1º de novembro de 1941 em Verona, Itália
Profissão: desenhista
Residência: Rua Simão Borges, nº 347, Vila Maria - São Paulo/SP
Data da Prisão: 27/10/1972

Neste dia 27 de outubro (segundo o documento) ou no dia 28, segundo o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, Benetazzo foi à casa de Rubens Carlos Costa, conhecido como *Operário*, à Rua Luiz Pinto, 279 - Vila Carrão. Rubens estava preso, e sua casa, ocupada por policiais.
Agentes estavam emboscados para prender Benetazzo e João Carlos Cavalcanti Reis, que guardavam dinheiro, armas e material para confeccionar documentos pessoais em um quarto cedido por Rubens. Quando Benetazzo chegou, foi preso, levado ao DOI-Codi e torturado até a morte.
Como no caso Alexandre Vanucchi Leme, forjaram a versão do suicídio sob as rodas de um carro quando "ia entregar" um companheiro.
Segundo o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, familiares e companheiros de Benetazzo fizeram rigorosa investigação dos fatos relatados pela imprensa, constatando então "a inexistência de qualquer acidente no dia, hora e lugar do suposto atropelamento a que se refere a versão oficial dos órgãos de segurança responsáveis por seu assassinato".
Antonio Benetazzo foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus, no dia 31/10/1972, dois dias antes da divulgação oficial de sua morte pela imprensa.
Anexado ao processo, um exemplar do jornal mimeografado do Molipo, *Imprensa Popular* homenageia Benetazzo.

A morte de Benetazzo, vilmente torturado pela ditadura fascista, deixa um grande vazio nas fileiras revolucionárias, e especialmente na redação do jornal Imprensa Popular. *Em 1962, Benetazzo ingressou no Partido Comunista Brasileiro, como militante do setor estudantil. Veio o ano de 1964, e com ele a luta interna do partido.*

Benetazzo participou da formação da Dissidência em São Paulo. Em 1966, teve grande participação na Greve das Panelas, no CRUSP. Em 1968, incorporou-se à ALN. Foi para Cuba e retornou em 1971, integrado ao Molipo.
Seus restos mortais foram mais tarde trasladados por seus familiares.

Escapando ao cerco

João Carlos Cavalcante Reis (8/8/1945 - 30/10/1972)

Na manhã do dia 30 de outubro, João Carlos Cavalcante Reis e seu amigo e companheiro de organização Natanael de Moura Girardi foram a um "ponto"

com Antonio Benetazzo, sem saber que ele já havia sido preso havia dois dias. Os dois amigos iam para o interior para tentar escapar ao cerco da repressão. Vagaram durante o dia, após Benetazzo não ter comparecido ao "ponto". João Carlos e Natanel decidiram então ir à casa do *Operário*, na Vila Carrão, para pegar documentos falsos e sair de circulação.
Somente quando já se encontravam na casa do *Operário* — Rubens Carlos Costa, que já estava preso há dias — perceberam que os policiais estavam na casa vizinha. Era a hora do lusco-fusco, entre 18h e 19h. Correram pelos becos e ruas, ziguezagueando em direção à Avenida Conselheiro Carrão e ficaram no ponto de ônibus, aguardando o que passasse primeiro, táxi ou ônibus. Natanael foi quem viu primeiro o Corcel com os policiais, mas não deu tempo para nada. A rajada atingiu João Carlos quando ele tentava tirar a arma da sacola e Natanael sentiu a coxa queimar e arder. Pulou para a rua e atirou no Corcel que ensaiava dar marcha à ré para atirar de novo, impedindo seu retorno. Observou João Carlos no chão, ajoelhado; pareceu-lhe que estava morto. Moveu-se até a próxima esquina e entrou em um Volkswagen, forçando o motorista a tirá-lo dali. Posteriormente, Natanael relatou aos companheiros que seu amigo *Marcos*, o João Carlos Reis, morrera naquele ponto de ônibus da Avenida Conselheiro Carrão. O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, baseado na informação do amigo sobrevivente, também registra: "Fuzilado no bairro de Vila Carrão no dia 30 de outubro de 1972, aos 27 anos".
Entretanto, com a abertura do arquivo do Dops/SP e do IML/SP encontrou-se o laudo de necropsia e a ficha do IML, que revelam que o corpo de João Carlos somente deu "entrada no Necrotério às 22h de 30 de outubro de 1972", constando ainda: "vestes - *cueca de náilon castanho, meias de algodão castanho*". Se ele foi alvejado às 19h, por que só chegou ao IML às 22h, de cuecas e meias?
O relator do caso na Comissão Especial, Nilmário Miranda, pediu ao perito Celso Nenevê para analisar o laudo de necropsia e a única foto — de má qualidade — de João Carlos já morto. O perito encontrou dificuldades para reconstituir a dinâmica do evento e determinar distância, trajetória dos disparos e possíveis posições da vítima em relação ao agressor, porque o laudo assinado por Isaac Abramovitc e Orlando J. B. Brandão não era sério, era intencionalmente displicente e omisso.
No entanto, além de estranhar as vestes do morto, chamou a atenção para ferimentos de entrada no terço inferior de ambas as pernas, sem descrever os instrumentos que produziram as lesões.
A família de João Carlos conseguiu retirar o seu corpo do IML para lhe dar um enterro digno.
O parecer de Nilmário Miranda, responsabilizando o Estado pela morte de João Carlos Cavalcante Reis, foi acolhido por 6 x 1, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes.

Túmulos saqueados

Maria Augusta Thomaz (14/11/1947 - 17/5/1973)
Márcio Beck Machado (14/12/1945 - 17/5/1973)

Maria Augusta Thomaz era estudante do Instituto Sedes Sapientae da PUC/SP. Márcio Beck Machado estudou Economia na Universidade Mackenzie. Os dois foram presos e indiciados em processo pela participação no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna. Por isso, ambos tiveram suas prisões decretadas. Posteriormente, foram processados e condenados em processos da ALN e do Molipo. Tornaram-se clandestinos em 1969. Foram para Cuba integrando o 3º Exército da ALN, o "Grupo dos 28" que veio a formar o Molipo. Conseguiram escapar da caçada implacável que dizimou seus companheiros do "Grupo da Ilha" até maio de 1973, quando foram mortos em Goiás.
Segundo matérias veiculadas pela imprensa em 1980, o casal encontrava-se em um sítio entre as cidades de Rio Verde e Jataí, em Goiás. No dia 17 de maio de 1973 foram localizados na Fazenda Rio Doce, de propriedade de Sebastião Cabral, e mortos após combate. Os agentes de segurança responsáveis por suas mortes mandaram que Cabral e seus empregados enterrassem os corpos no local em que foram mortos.
Após a Anistia, em 1980, formou-se um grupo de pessoas incluindo advogados, familiares, membros do Comitê Brasileiro de Anistia para ir até a Fazenda Rio Doce recuperar os restos mortais de Maria Augusta e Márcio Beck. Antes que lá chegassem, três homens que se identificaram como agentes da Polícia Federal retiraram os restos mortais deixando nas covas apenas alguns dentes e pequenos ossos.
A ditadura militar nunca assumiu as mortes de Maria Augusta e Márcio Beck, por isso os seus nomes constam da lista de desaparecidos políticos.
Em 1978, documento dos órgãos de repressão encaminhado ao delegado Romeu Tuma, diretor do Dops, relacionou os nomes de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado como mortos no dia 17 de maio de 1973, em Rio Verde, Goiás. No entanto jamais as famílias foram comunicadas.
A responsabilidade do Estado pelas suas mortes foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.

Fora de ação, identificado e morto

João Leonardo da Silva Rocha (? - 4/11/1974)

João Leonardo era baiano, formado pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, USP. Foi professor de Português e de Direito da Casa do Estudante. Preso em 1969, como militante da ALN, foi trocado com outros 14 presos políticos pelo embaixador americano Charles Burke Elbrick e banido. Foi para Cuba, e passou a fazer parte do "Grupo dos 28", ligando-se ao Molipo.

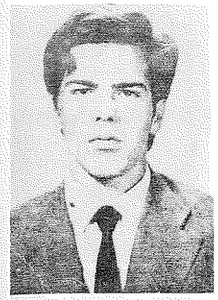
Retornou ao Brasil clandestinamente. Após as mortes de seus companheiros, foi viver em São Vicente, Pernambuco, onde era conhecido como *Zé Careca*.
Em 4 de novembro de 1974, foi identificado, perseguido e morto em Machadinha, sua cidade natal.
A responsabilidade do Estado pela sua morte foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.

Morta no Chile

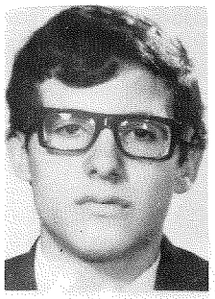
Jane Vanini (8/9/1945 - 6/12/1974)

O documento encontrado no arquivo do Dops com informações do agente infiltrado no Molipo revela que três dos militantes que retornaram de Cuba em 1971 escaparam por pouco de um sítio perto de Araguaína, nos dias 11 ou 12 de janeiro de 1972. Foram eles: Jane Vanini, Sérgio Capozzi e Otávio Ângelo. Sérgio Capozzi, ex-companheiro de Jane, realmente se encontrava lá naquele período, e somente saiu da região por ter contraído malária. Jane, por sua vez, foi para o Chile, a fim de aguardar o momento de voltar à área de campo.
As mortes em série dos militantes que retornaram de Cuba, de outros militantes e as várias prisões levaram Capozzi a viajar ao Chile para avisar Jane Vanini que não voltasse ao Brasil. Ela havia se ligado ao MIR (Movimento de Esquerda Revolucionário) e casado com o jornalista chileno Pepe Carrasco.
Em 6 de dezembro de 1974, foi morta em Concepción, por agentes da DINA, quando usava uma identidade chilena. Seu nome não foi divulgado. Só em 1975, Pepe Carrasco, preso em campo de prisioneiros, escreveu à Dulce Ana Vanini, em Cáceres, Mato Grosso, comunicando a morte de Jane. (Pepe Carrasco foi friamente executado em 1986, quando exercia o jornalismo legalmente, como represália pelo atentado realizado por guerrilheiros chilenos contra Augusto Pinochet).
O nome de Jane Vanini não constou do relatório Rettig, que relacionou os mortos e desaparecidos durante a ditadura de Pinochet. Em junho de 1993, os deputados Nilmário de Miranda e Roberto Valadão requereram à Corporacion Nacional de Reparación y Reconciliación a inclusão naquele relatório dos nomes de Jane Vanini, Nelson Kohl e Luiz Carlos de Almeida, três dos cinco brasileiros mortos naquele país.
Andres Dominguez Vial, fundador da Comissão de Direitos Humanos do Chile em 1980, depois secretário executivo da CNRR — que conheceu e abrigou Jane por um período naquele país — escreveu à família dela em 14/1/1994 comunicando que o Estado Chileno assumira a responsabilidade pela sua morte e decidira conceder à família pensão mensal como forma de reparação.
Jane Vanini estudava Ciências Sociais em São Paulo e trabalhava na Editora Abril até a sua ida para Cuba, onde se incorporou ao "Grupo da Ilha", retornando ao Brasil clandestinamente.

Ela tinha 29 anos quando foi morta no Chile.
A Lei 9.140/95 não prevê o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de brasileiros no exterior. O caso foi relatado por João Grandino Rodas, e a Comissão o indeferiu por unanimidade.

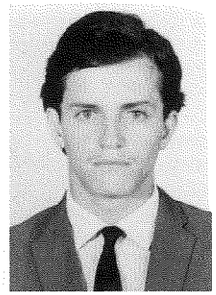

Aldo de Sá Brito Souza Neto

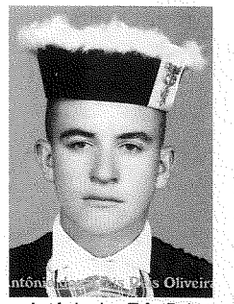

Alex de Paula Xavier Pereira

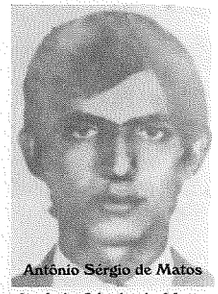

Alexandre Vanucchi Leme


Ana Maria Nacinovic Correia

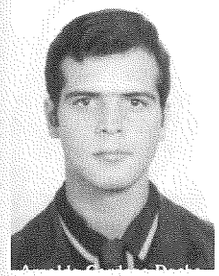

Ana Rosa Kucinski Silva


Antônio Carlos Bicalho Lana


Antônio dos Três Reis Oliveira

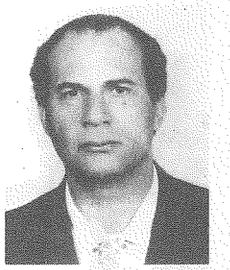


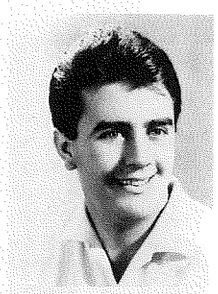
Antônio Sérgio de Mattos


Arnaldo Cardoso Rocha



Aurora Maria Nascimento Furtado

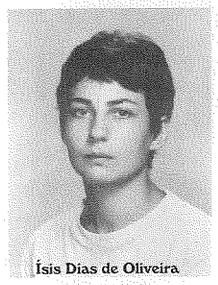

Carlos Marighella


Eduardo Collen Leite ("Bacuri")

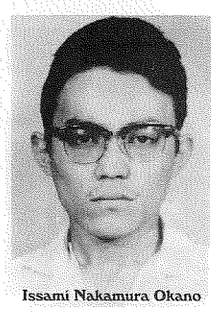


Francisco Emanoel Penteado

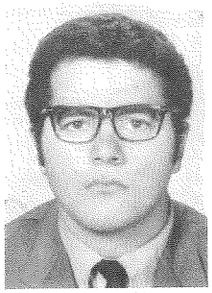

Ieda Santos Delgado



Ísis Dias de Oliveira

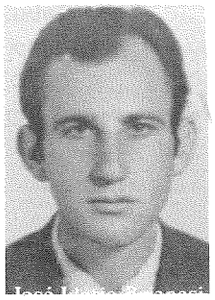


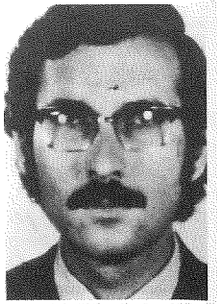
Issami Nakamura Okano

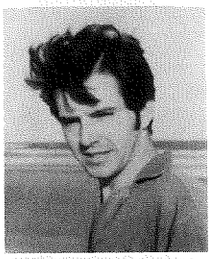

Iuri Xavier Pereira

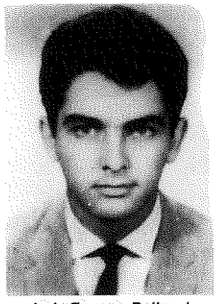


Joaquim Câmara Ferreira

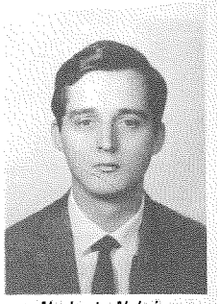

José Idésio Brianezi

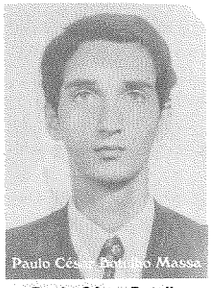

José Júlio de Araújo


Luiz Eurico Tejera Lisbôa

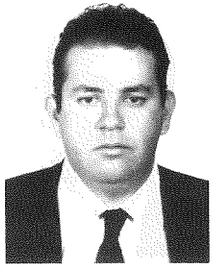

Luiz Fogaça Balboni


Marco Antônio Braz de Carvalho


Norberto Nehring



Paulo César Botelho Massa


Paulo de Tarso Celestino da Silva

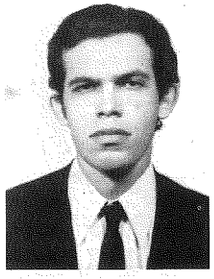


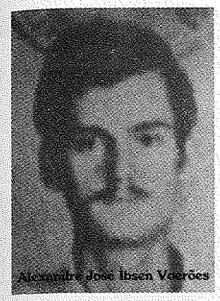
Sônia Maria de Moraes Angel Jones



Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto


Virgílio Gomes da Silva

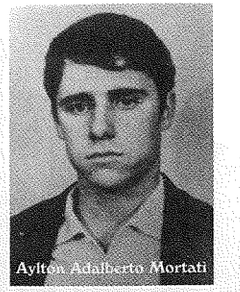

Wilson Silva



Alexander José Veroes


Antonio Benetazzo

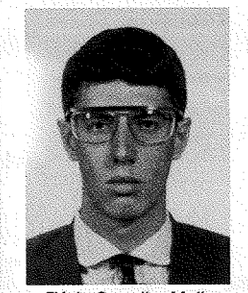

Arno Preis



Aylton Adalberto Mortati



Carlos Eduardo Pires Fleury


Flávio Carvalho Molina

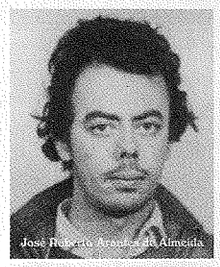

Frederico Eduardo Mayr


Hiroaki Torigoe



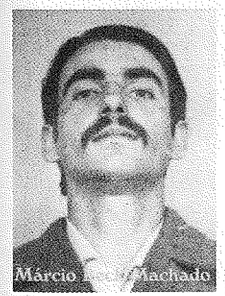
Jane Vanini


Jeová Assis Gomes

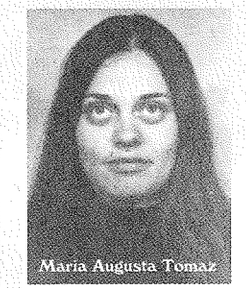


José Roberto Arantes de Almeida

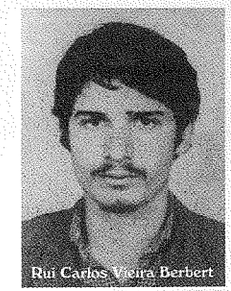

Lauriberto José Reyes



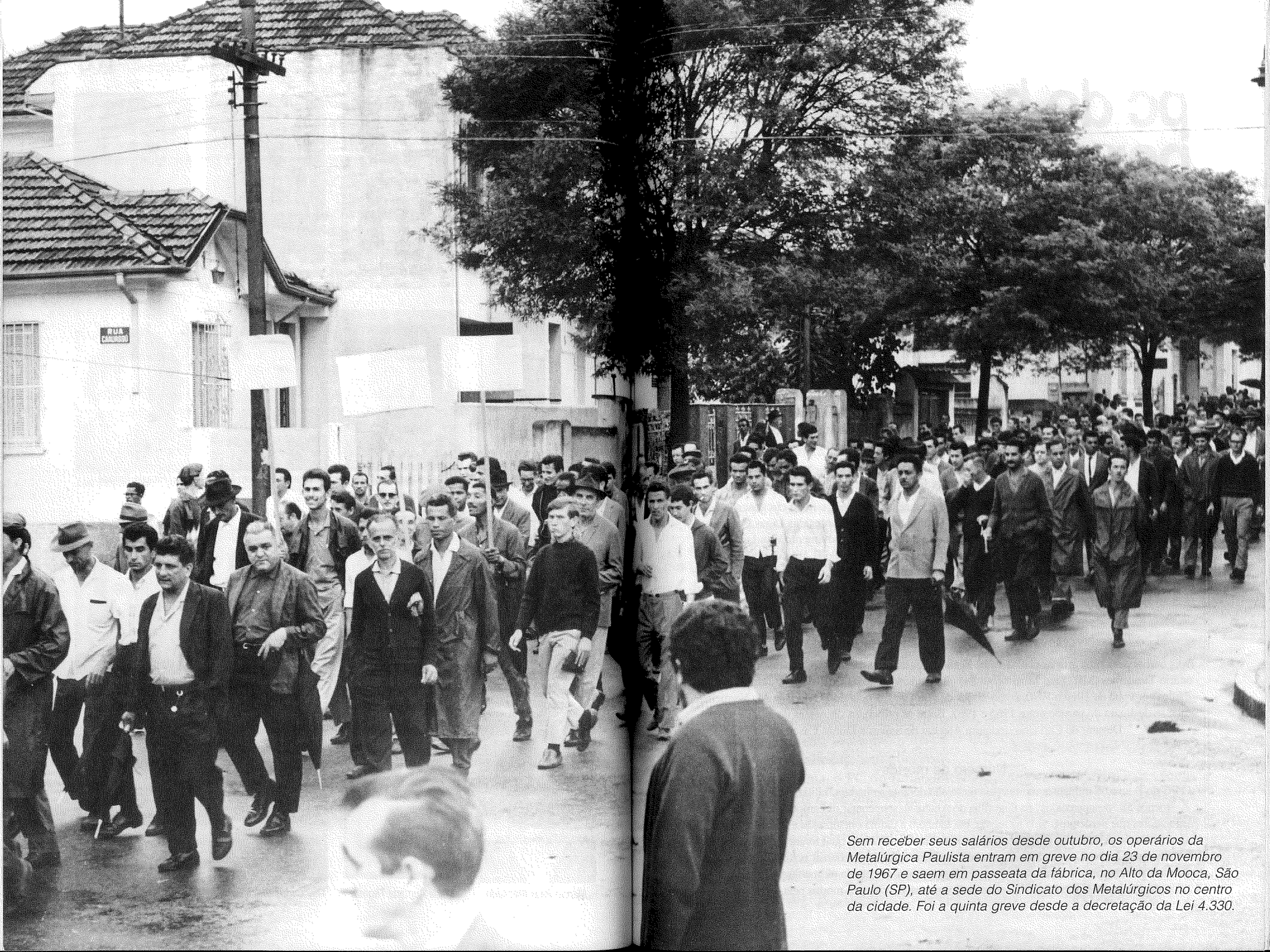
Márcio Beck Machado



Maria Augusta Thomaz



Ruy Carlos Vieira Berbert



Sem receber seus salários desde outubro, os operários da Metalúrgica Paulista entram em greve no dia 23 de novembro de 1967 e saem em passeata da fábrica, no Alto da Mooca, São Paulo (SP), até a sede do Sindicato dos Metalúrgicos no centro da cidade. Foi a quinta greve desde a decretação da Lei 4.330.

pc do b - 1962

pc do b
pcr
mrt

1966

Partido Comunista do Brasil

O PC do B surgiu em fevereiro de 1962 de uma tendência que rompeu com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) em uma "Conferência Nacional Extraordinária" liderada por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, entre outros membros do Comitê Central. Ao assumir o nome original — Partido Comunista do Brasil —, passou a disputar com o PCB a chancela de verdadeiro continuador histórico da agremiação fundada em 1922, ao tempo em que criticava a chamada "linha pacífica" adotada por ele. Em 1969, lançou o documento *Guerra Popular: Caminho da Luta Armada no Brasil* (influenciado pelo processo revolucionário chinês e pelo pensamento de Mao Tsé-tung). Foi responsável pela Guerrilha do Araguaia, sobreviveu à ditadura e atua legalmente no país.

Partido Comunista Revolucionário

O PCR foi a primeira dissidência do PC do B, surgida em 1966, e ficou circunscrita a Pernambuco e Estados vizinhos do Nordeste. Reuniu antigos militantes das Ligas Camponesas, como Amaro Luís de Carvalho (*Capivara*) e lideranças do movimento estudantil. Em termos de concepção geral, não se distinguia no essencial do PC do B, mas defendia a tese peculiar "de que o Nordeste constitui o ponto mais agudo da contradição entre o imperialismo norte-americano e o povo brasileiro" (...) e, portanto, deve ser "a área principal de atuação dos comunistas revolucionários".

Movimento Revolucionário Tiradentes

Dois outros pequenos grupos clandestinos ligados à guerrilha urbana — o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM) — surgiram em São Paulo, por volta de 1969 e 1970, como cisões de outra dissidência do PC do B, a Ala Vermelha, que se desligara do partido entre 1966 e 1967. Entre os principais dirigentes do MRT estavam Devanir de Carvalho, Joaquim Alencar de Seixas e Dimas Casemiro.

Número de mortos

O PC do B teve 68 militantes mortos pela repressão durante a ditadura militar, entre os quais pelo menos 58 "desaparecidos" na Guerrilha do Araguaia, sem contar os camponeses e outros moradores que perderam a vida na região. Foi também a última organização a ser golpeada, em uma operação de vulto, na Chacina da Lapa, já no final de 1976, na qual foram assassinados três membros do Comitê Central: João Baptista Franco Drumond, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, este último o único dirigente que sobrevivera ao cerco e aniquilamento da última fase da Guerrilha do Araguaia. O PCR e o MRT tiveram cada um quatro militantes mortos pela repressão.

guerrilha e chacina

Entre os 136 casos de desaparecidos políticos reconhecidos pelo anexo da Lei 9.140/95, 61 são de militantes políticos do PC do B, dos quais 58 foram mortos durante a Guerrilha do Araguaia. A Comissão Especial apreciou individualmente sete casos de mortos oficiais e outros dois de desaparecidos ligadofs ao partido, ficando de fora o do camponês conhecido como Pedro Carretel, por não se ter descoberto nenhum parente dele para recorrer aos benefícios previstos na lei.

O *Projeto Brasil: Nunca Mais* revela dados sobre a repressão ao partido na instância da Justiça Militar da ditadura: "Na Pesquisa BNM, verificou-se que 29 dos processos estudados abordavam atividades do PC do B, repartidas por dez Estados, onde foram processados mais de 300 cidadãos acusados de ligação com o partido".

O mesmo BNM resume da seguinte forma o histórico do PC do B:

"Uma 'Conferência Nacional Extraordinária', realizada pelos seguidores de João Amazonas, (Maurício) Grabois e (Pedro) Pomar, em São Paulo, em fevereiro de 1962, costuma ser apontada como o marco de nascimento dessa organização que, no entanto, disputa com o PCB a chancela de verdadeiro continuador histórico do partido criado em 1922.

Desde o primeiro momento, o PC do B dirigiu uma forte crítica ao que considera 'linha pacífica' do PCB e, aos poucos, foi sistematizado um processo global a respeito de como deveria se desenrolar a chamada luta revolucionária no país. Esse pensamento apareceu formulado em janeiro de 1969, sob o título *Guerra Popular: Caminho da Luta Armada no Brasil,* documento que revela uma forte influência do processo revolucionário vivido pelo povo chinês entre 1927 e 1949, e de todo o pensamento de Mao Tsé-tung.

Em outras palavras, no campo da estratégia, o PC do B considerava que a luta revolucionária teria na área rural brasileira seu mais importante palco, por meio de uma guerra sustentada, desde o seu início, por fortes contingentes populares, especialmente camponeses.

Quanto ao programa, o PC do B não alterava na essência as afirmações feitas pelo PCB em defesa de uma etapa 'democrático-burguesa-antiimperialista e antifeudal', como preliminar para futuras lutas pelo socialismo. E, na tática mais imediata, esse partido distinguia-se do PCB por defender pontos de vista mais à esquerda e formas de mobilização mais radicais.

O PC do B condenou a guerrilha urbana lançada por outros grupos a partir de 1968, considerando-a 'foquismo pequeno-burguês' que desprezava a partici-

pação das massas na luta revolucionária. Enfrentou, por isso, uma luta interna que culminou com o desmembramento em duas dissidências: a Ala Vermelha, em São Paulo e no Centro-Sul, e o Partido Comunista Revolucionário (PCR), no Nordeste. Ambos os grupos surgiram entre 1966 e 1967, descrendo dos propósitos da direção do PC do B em realmente preparar a luta armada". Essas duas dissidências manifestavam muitos outros pontos de divergência com a linha oficial do partido e assumiram uma posição política semelhante à dos outros grupos de guerrilha urbana.

Pesquisa do BNM informa a situação dessas organizações na Justiça Militar: "A Ala Vermelha foi objeto de dez processos dos estudados, reunindo perto de 150 pessoas atingidas como réus ou indiciados. Dois outros pequenos grupos clandestinos ligados à guerrilha urbana surgiram em São Paulo, por volta de 1969 e 1970, como cisões da Ala Vermelha: o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM), que depois modificou seu nome para OP-COR (Organização Partidária - Classe Operária Revolucionária).

O resumo da história do partido continua no *Brasil:Nunca Mais*:

"Desde o final de 1966, o PC do B dedicou-se à implantação de quadros partidários na região do Rio Araguaia, no sul do Pará, escolhida como área mais adequada para o surgimento de um futuro 'Exército Popular'. Com a escalada repressiva desencadeada pelo Regime Militar após o AI-5, o PC do B acelerou o deslocamento de militantes para essa 'área estratégica', contando, para tanto, principalmente com lideranças estudantis obrigadas a viver na clandestinidade por força da perseguição policial.

Em abril de 1972, os órgãos de segurança detectaram a presença do PC do B no sul do Pará e deslocaram enormes contingentes do Exército para sucessivas operações de cerco que prosseguiram até 1974. Iniciados os combates na região, o partido constituiu as 'Forças Guerrilheiras do Araguaia', que obtiveram algumas vitórias políticas. O desfecho final dos combates foi, entretanto, claramente favorável às tropas governamentais, do ponto de vista militar, resultando mortos mais de 50 militantes do PC do B, após cruel repressão que se abateu sobre a população de toda a região.

João Amazonas conseguiu se retirar da área, mas resultam mortos outros dirigentes importantes, como Maurício Grabois, que tombou ao lado de vários líderes estudantis de diferentes Estados, bem como de seu próprio filho, André.

Apesar dessa derrota, o PC do B conseguiu se recompor nos anos seguintes, apoiando-se principalmente nas forças obtidas, a partir de 1972, com a incorporação a suas fileiras da maior parte dos militantes da AP.

Na avaliação da experiência do Araguaia, ocorreu nova luta interna no partido: uma parcela da direção agrupou-se em torno de João Amazonas, para reafirmar a linha seguida no Araguaia, em todos os seus aspectos fundamentais. Outra ala acompanhou Pedro Pomar, na afirmação de críticas profundas. Esse balanço estava prestes a ser concluído, em dezembro de 1976, quando os órgãos de repressão invadiram uma reunião do Comitê Central do partido, no bairro da Lapa, em São Paulo, assassinando três dirigentes, entre eles o próprio Pomar e prendendo a maioria dos restantes."

Os capítulos seguintes relatam todos os casos conhecidos até hoje de mortos e desaparecidos ligados ao PC do B, começando com os ocorridos na Guerrilha do Araguaia.

Guerrilha do Araguaia

genocídio oficial

A Guerrilha do Araguaia, organizada pelo PC do B, foi combatida por três campanhas desfechadas pelas Forças Armadas entre abril de 1972 e o final de 1974. Nas duas primeiras, os guerrilheiros, formados em três destacamentos A, B e C, conseguiram enfrentar as tropas da repressão e mantiveram o movimento. Na terceira, já com os destacamentos agrupados pela Comissão Militar, foram completamente cercados e aniquilados. No início de 1975, a ditadura decidiu fazer uma "limpeza da área" com o objetivo de apagar todos os vestígios possíveis de que algum dia ocorrera naquela região um movimento guerrilheiro.

Os combates começaram no primeiro semestre de 1972 à revelia de uma iniciativa política do PC do B. Houve delação de ex-militantes que tinham estado na área e foram presos após retornarem à cidade. As Forças Armadas enviaram contingentes para o Araguaia e atacaram os destacamentos A e C. Os guerrilheiros foram surpreendidos sem ter feito ainda a devida preparação política da população local e sem ter conseguido obter as indispensáveis condições militares.

Foram deslocados 69 militantes do partido para a região, e alguns camponeses incorporaram-se à guerrilha durante os combates. Levantamento feito pela Associação dos Familiares dos Desaparecidos no Araguaia aponta o número de 76 guerrilheiros. Outras pesquisas indicam 89 combatentes, contando os que sobreviveram. Até hoje não se sabe quantas pessoas morreram durante a guerrilha. Os documentos do Projeto Brasil:Nunca Mais e o próprio relato do PC do B identificam 59 mortos. Em depoimento à Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados, em 26 de março de 1992, o jornalista Ronaldo Brasiliense, que teve acesso a documentos sigilosos do Exército, juntamente com Etevaldo Dias, quando ambos eram repórteres do *Jornal do Brasil*, afirmou que "os documentos mostram que houve 92 mortes".

Mais difícil ainda é saber o número exato de mortos entre os soldados e oficiais. Há depoimentos que confirmam várias baixas, mas as autoridades militares têm mantido sigilo absoluto sobre o assunto. Reportagem de *Veja*, publicada em setembro de 1978, traz depoimento de um técnico maranhense, identificado apenas como 'E', por motivos de segurança, que "fora para Xambioá como empregado de uma empresa estatal e, por seus conhecimentos técnicos, passou a trabalhar ocasionalmente com os militares, o que lhe deu condições de observar de perto uma parte das operações". Um trecho do relato: "'No começo, os soldados apanharam muito', lembrou E à *Veja* na semana passada. 'Os

corpos vinham nos helicópteros que desciam na base aérea e eram colocados em carros frigoríficos.' Cerca de um mês depois da chegada das tropas, E ouvira o comentário de um soldado: 'Com esse, são 11'". (Revista *Veja* 6/9/1978, p. 54.)

Na lista de 136 desaparecidos políticos reconhecidos pela Lei 9.140/95, 58 são guerrilheiros do Araguaia. Três outros casos, de camponeses e moradores da região, foram apreciados e acolhidos pela Comissão Especial.

Com base nesses processos, no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, no *Relatório Arroyo* e no livro *Guerrilha do Araguaia - A Esquerda em Armas,* de Romualdo Pessoa Campos Filho, estão relatadas as circunstâncias até então apuradas sobre as prisões, torturas, desaparecimentos e mortes ocorridos durante o movimento guerrilheiro.

A Comissão Especial também dedicou esforços à localização e busca dos restos mortais dos militantes desaparecidos. O apoio do governo para tanto revelou-se mínimo. Essa questão, fundamental para os familiares, permanece em aberto e é um dos objetivos definidos em lei para a Comissão Especial.

A chegada

O primeiro militante destacado pelo PC do B a chegar à região, ainda no ano de 1967, foi Osvaldo Orlando da Costa, um negro de quase 2 metros de altura, que cursara Engenharia na antiga Tchecoslováquia e fora campeão de boxe pelo Botafogo do Rio de Janeiro. Outro militante que se estabeleceu no mesmo ano na cidade de Porto Franco, no Maranhão, separada de Tocantinópolis pelo Rio Tocantins, foi João Carlos Haas Sobrinho, estudante de Medicina, oriundo do Rio Grande do Sul. Depois chegaram Elza de Lima Monnerat, Libero Giancarlo Castiglia e Maurício Grabois. Em 1968, foi a vez de João Amazonas e Ângelo Arroyo, completando praticamente o núcleo dirigente da guerrilha.

No ano de 1969, foram para a região: José Humberto Bronca, que se tornou vice-comandante do Destacamento B e depois foi para o corpo da guarda da Comissão Militar; Gilberto Olímpio Maria, que atuou junto da Comissão Militar e, posteriormente, assumiu o posto de comandante do Destacamento C; Paulo Mendes Rodrigues, que foi comandante do Destacamento C, integrando-se logo após à Comissão Militar; e Paulo Roberto Pereira Marques, que combateu pelo Destacamento B.

Aos poucos, entre 1970 e 1972, chegaram outros militantes do PC do B, até atingir o número de 69 guerrilheiros. Quase todos eram jovens, mas havia entre eles alguns experientes como o ex-operário Francisco Chaves, sexagenário, que participara da insurreição de 1935, nas fileiras da Aliança Nacional Renovadora.

Romualdo Pessoa Campos Filho publicou em seu livro o seguinte quadro estatístico sobre a origem profissional dos guerrilheiros:

Eram estudantes, ex-dirigentes estudantis (43,81%, sendo 37,07% universitários e 6,74% secundaristas); médicos, enfermeiros, geólogos, professores, advogados (15,73% de profissionais liberais); operários (5,61%); camponeses (22,47%, aí incluídos os que se integraram aos núcleos guerrilheiros no decorrer da luta); comerciários, bancários e outros (12,35%). Isso totalizava 89 guerrilheiros, somando-se os que escaparam com vida após terem sido presos nas duas primeiras campanhas.

Primeiro combate

O primeiro combate ocorreu no dia 12 de abril de 1972, quando as Forças Armadas atacaram os Destacamentos A e C da guerrilha. Os militantes foram surpreendidos e embrenharam-se nas matas, passando então a travar uma luta desigual contra um enorme contingente de soldados do Exército e das polícias militares dos Estados de Goiás, Pará, Maranhão e Mato Grosso. O general Viana Moog, um dos oficiais militares que comandou o combate à guerrilha, afirmou que o movimento de tropas do Exército foi o maior já ocorrido desde a mobilização da Força Expedicionária Brasileira (FEB), que combateu o fascismo na Europa, na Segunda Guerra Mundial). (Guerrilha do Araguaia, p. 5.)
No momento da primeira ofensiva das forças militares, a situação dos destacamentos guerrilheiros era a seguinte: o "A" tinha 22 militantes (comandante André Grabois; vice, Antonio de Pádua Costa); o "B", 21 (comandante Osvaldo Orlando da Costa; vice, José Humberto Bronca); o "C", 20 (comandante Paulo Mendes Rodrigues; vice, José Toledo de Oliveira). Na Comissão Militar, além dos quatro membros, havia dois militantes de guarda. Ao todo eram 69 guerrilheiros. O PC do B considerava que faltavam 13 combatentes para completar os efetivos.
Um mês e pouco após o início dos combates, a repressão indiscriminada contra a população provocou a primeira morte: Lourival de Moura Paulino, barqueiro, amigo dos paulistas, como eram conhecidos os guerrilheiros.

Lourival de Moura Paulino (Paulino)

Lourival era camponês e barqueiro na região do Araguaia. Foi preso pelo Exército em maio de 1972, torturado e transportado para a base de Xambioá, onde continuou a ser torturado até ser encontrado morto, enforcado, na delegacia de polícia da cidade, no dia 21 do mesmo mês. O seu filho ficava dia e noite na porta da delegacia para saber notícias suas.
No processo nº 105/90 de 17/9/1990, arquivado na cidade de Xambioá, localizado em abril de 1991 pela Comissão Nacional de Familiares, representantes de entidades de direitos humanos e parlamentares, foram encontradas as seguintes informações:

Lourival deu entrada na Delegacia de Xambioá no dia 18/5/1972, aproximadamente às 15h30, após ser detido pelo Exército, a fim de ser interrogado por suspeita de subversão, e que, no dia 21/5/1972, teria se suicidado com a corda da rede que o filho lhe trouxera. Era delegado de Xambioá, na época, Carlos Teixeira Marra, 2º sargento da PM, e carcereiro, Salomão Pereira de Souza. Assina o laudo necroscópico o médico Manoel Fabiano Cardoso da Costa (CRM 267/AM). A corda usada, ou seja, que estava no pescoço do pai, não foi a que ele levou, e sim uma corda diferente, mais fina e lisa. Foi seu filho, Raiderval Miranda Moura, quem tirou a corda do pescoço dele. O atestado encontrado em Xambioá, foi (obtido) mediante mandato judicial, impetrado por sua esposa e filho.
Datada de 22 de maio de 1972 e assinada pelo delegado de Xambioá, há uma autorização de remoção do corpo para Marabá, a fim de ser entregue à família para sepultamento. No entanto, os familiares de Lourival nunca receberam nem o seu corpo nem o Atestado de Óbito.
O ex-preso político, sobrevivente da Guerrilha do Araguaia e hoje deputado federal, José Genoíno, declarou em Auditoria Militar que "... quando estava na cadeia de Xambioá, na cela ao lado foi enforcado um lavrador que se chamava Lourival Paulino...".

Armadilhas

Os guerrilheiros caíram em armadilhas pelo menos em duas situações ocorridas nesse período entre abril e junho. Houve baixas dos dois lados.
Paulo Mendes Rodrigues, comandante do Destacamento C, encomendara a um conhecido seu, *Cearense*, a compra de um rolo de fumo, que seria apanhado três dias depois. No dia de apanhar o fumo, dirigiu-se ao local um grupo constituído por cinco guerrilheiros: Paulo Mendes Rodrigues, Bergson Gurjão Farias, Áurea Eliza Pereira Valadão, Arildo Valadão e Tobias Pereira Júnior. Ao se aproximar do local, foram metralhados, tendo morrido Bergson Gurjão Farias. Os demais dispersaram-se. *Cearense* havia entregado o ponto ao Exército. (Arroyo, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia, op. cit.)
Rosalindo de Souza, outro guerrilheiro desse mesmo destacamento, encomendara a um elemento conhecido como João Coioió uma pequena compra em São Geraldo. Acertaram dia e local em que pegariam as encomendas. Seria na fazenda dele. Quando lá chegaram, foram surpreendidos por helicópteros que metralharam toda a área. Nessa ação, morreu Maria Lúcia Petit. (Arroyo, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia, op. cit.)
Foram presos seis guerrilheiros: Geraldo e Nilo, logo que o Exército cercou a área, e no decorrer da luta, Domingos, Baianinha, Miguel, Bergson Gurjão Farias e Kleber Lemos da Silva; e morreram quatro: Bergson e Kleber, após terem sido presos, Maria Lúcia Petit da Silva e Idalísio Soares Aranha Filho.

Bergson Gurjão Farias (Jorge)

Era estudante de Química da Universidade Federal do Ceará e vice-presidente do DCE em 1967. No ano seguinte, foi gravemene ferido à bala na cabeça quando participava de manifestações estudantis. Refeito do ferimento, mudou-se para Caianos, no Araguaia. Nasceu em Fortaleza e desapareceu em 8 de maio de 1972, após ter sido ferido em combate, quando completaria 25 anos. Seu corpo foi levado para Xambioá, todo deformado, tendo sido pendurado em uma árvore de cabeça para baixo. Páraquedistas aproveitavam para chutar sua cabeça. O seu desaparecimento foi denunciado em juízo pelos presos políticos Jenoino Neto e Dower Moraes Cavalcante. Jenoino afirma que o corpo de Bergson lhe foi mostrado durante um de seus interrogatórios e que soube que ele estaria com malária e teria sido morto à baioneta. Dower diz que foi preso e torturado juntamente com Bergson, confirmando que ele foi morto à baioneta.

Kleber Lemos da Silva (Quelé e Carlito)

Kleber nasceu no Rio de Janeiro, participou do movimento estudantil na década de 60 e, em princípios dos anos 70, já formado em Economia, foi morar no Araguaia, integrando-se ao Destacamento B da guerrilha. Em fins de junho de 1972, estava doente com leishmaniose e impossibilitado de andar. Ficou deitado em sua base enquanto o companheiro com quem estava saiu para pedir ajuda. Um bate-pau (mercenário que servia de guia para as Forças Armadas) descobriu onde Kleber estava, e ele foi ferido com um tiro no ombro. Amarrado ao lombo de um burro, foi levado, sangrando, para Xambioá. Os moradores da região contam que ele gritava, ao longo do caminho: "Abaixo a ditadura" e "Viva a liberdade".

O Relatório do Exército diz que Kleber "foi morto em 29/1/1972 em confronto com uma patrulha, sendo sepultado na selva sem que se possa precisar o local exato". Essa informação é contraditória com o fato de o início dos confrontos armados no Araguaia ter sido no dia 12 de abril de 1972. Já o Relatório do Ministério da Marinha diz que "foi preso quando se encontrava acampado na mata".

Documento dos Fuzileiros Navais diz que Kleber "foi preso no dia 26 de junho de 1972, pela Brigada Pára-Quedista, e que, no dia 29 do mesmo mês, foi metralhado quando tentava fugir, sem precisar o local onde o fato teria ocorrido".

É interessante notar que o mesmo documento, em outro trecho, quando trata das recomendações em relação aos prisioneiros, diz: "a) os prisioneiros de guerra deverão ser encaminhados imediatamente ao S-2, e, em seguida, ao PC da Brigada; b) prisioneiros de guerra falecidos deverão ser sepultados em cemitério escolhido e comunicado. Deverão ser tomados os elementos de identificação (impressões digitais e fotografias)".

Por que as autoridades militares ainda insistem em dizer que não têm essas informações?

Maria Lúcia Petit da Silva (Maria)

Maria Lúcia, paulista de Agudos, desapareceu no Araguaia, no dia 16 de junho de 1972, aos 22 anos, ao ser fuzilada por tropas do Exército comandadas pelo general Antônio Bandeira, da 3ª Brigada de Infantaria, quando se aproximava da casa de um camponês. Maria, que estava em companhia de Miguel Pereira dos Santos e Rosalindo de Souza, caiu em uma emboscada. Dias antes, os guerrilheiros haviam encomendado a um tropeiro conhecido por João Coioió *a compra de víveres em São Geraldo. Testemunhas disseram, posteriormente, que o tropeiro entregou ao Exército o local onde os víveres seriam apanhados pelos guerrilheiros. Maria estava doente no dia 16, mas, mesmo assim, por ser amiga da família de Coioió, não quis ser substituída na tarefa e seguiu na frente dos companheiros até o local do encontro. Os irmãos de Maria Lúcia, Jaime e Lúcio, também desapareceram no Araguaia.*

Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos políticos do Araguaia, juntamente com membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e a equipe de médicos-legistas da Unicamp, estiveram em um cemitério da cidade de Xambioá e lá exumaram duas ossadas. Uma de um velho, negro, e a outra de uma mulher jovem, que estava enrolada em um pedaço de pára-quedas. A Unicamp confirmou tratar-se da ossada de Maria Lúcia.

Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício)

Cantador, seresteiro, tocador de violão, Idalísio, que era casado com Walkíria Afonso Costa, também desaparecida, conquistou rapidamente a simpatia de quem o conheceu no Araguaia, para onde fora em janeiro de 1971. Mas viveu pouco na região. Em julho de 1972, o destacamento do qual participava entrou em combate com uma patrulha do Exército, perto da Grota Vermelha, e ele se perdeu dos companheiros. No dia 12 do mesmo mês, em Perdidos, a nove léguas a oeste de Caianos, foi emboscado e morto, segundo documento dos Fuzileiros Navais entregue à Comissão Externa da Câmara Federal, em 1992. O Relatório do Ministério da Marinha diz que Idalísio foi morto em uma localidade de nome Peri, "por ter resistido ferozmente". Na ocasião de sua morte, a casa dos seus pais, em Belo Horizonte, foi invadida por policiais. Em julho de 1973, já falecido, foi condenado à revelia a pena de prisão pela Justiça Militar. Morreu aos 25 anos. Era de Rubim, Minas Gerais, e estudou em Teófilo Otoni, no mesmo Estado. Cursou Psicologia na UFMG e foi eleito presidente do Centro de Estudos de Psicologia de Minas Gerais e do Diretório Acadêmico da Fa-

culdade de Filosofia e Ciências Humanas, em 1971. Em uma homenagem póstuma, o Diretório por ele presidido leva hoje o seu nome.

A segunda campanha

Em junho de 1972, as Forças Armadas retiraram-se da área, admitindo na prática que haviam subestimado a preparação e disposição de luta dos guerrilheiros. Dois meses depois, em setembro, retornaram à região com um número maior de soldados, uma nova tática, voltada para conquistar a população, e um apoio mais ostensivo de pessoal especializado. Persistiram, contudo, alguns erros básicos: além de continuar utilizando recrutas, despreparados para esse tipo de combate, entravam na selva fardados, vestindo uniforme militar, tornando-se alvos fáceis para os guerrilheiros. Em várias ocasiões, acabaram vítimas do chamado "fogo amigo", que ocorre quando tropas aliadas atiram uma contra a outra, induzidas pelo inimigo.

Dos guerrilheiros mortos durante a segunda campanha, a maioria caiu sem combate direto:

Miguel Pereira dos Santos, ao ouvir um barulho em um local onde deveria se encontrar com outros companheiros, aproximou-se e deu de cara com o inimigo: foi metralhado e morto.

José Toledo de Oliveira (que estava com Miguel quando ele morreu) e Francisco Manoel Chaves foram pegar mandioca em uma roça, descobriram rastros de soldados e esconderam-se. Um barulho acidental atraiu a atenção da tropa: os dois foram mortos.

Antônio Carlos Monteiro Teixeira, que estava com eles, foi ferido e preso e não se teve mais notícia dele. Dinalva Oliveira Teixeira, mulher de Antônio, foi a única que escapou, apesar de ter recebido uma bala no pescoço.

Tudo isso ocorreu entre os dias 20 e 21 de setembro de 1972.

Miguel Pereira dos Santos (Cazuza)

Miguel era pernambucano do Recife, mas mudou-se em 1964 com a família para São Paulo, tendo concluído naquele ano o curso científico no Colégio Aplicação da USP. Trabalhava no Banco Intercontinental do Brasil. Atuava politicamente, passou a ser perseguido e entrou na clandestinidade. Em 1968, agentes do Dops estiveram na casa de sua mãe e, ao interrogá-la, mostraram-lhe fotocópias de documentos enviados pela CIA dando conta de que Miguel estivera na China. A polícia política repetiu várias vezes esse tipo de pressão contra a família de Miguel. No Araguaia, ele fez parte do Destacamento C da guerrilha. Segundo a ex-guerrilheira Regilena, Miguel foi morto no dia 20 de setembro de 1972, aos 29 anos, conforme informação do general Bandeira de Melo, responsável pelos interrogatórios no Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército, em Brasília, onde a mesma se encontrava presa.

José Toledo de Oliveira (Vítor)

Mineiro de Uberlândia, José Toledo era advogado e bancário e desapareceu aos 31 anos. Com menos de 20 anos, tornou-se funcionário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, entrou para o Sindicato dos Bancários e editou o jornal Elo, *juntamente com o deputado federal João Alberto, no qual assinava uma coluna fixa com o pseudônimo de Sobral Siqueira. Foi eleito diretor da Associação dos Funcionários do banco. Com o Golpe Militar de 1964, houve intervenção no sindicato e o jornal foi fechado. Escapou das demissões ocorridas no banco porque não foi identificado. Em 1º de agosto de 1969, foi preso pelo Dops enquanto trabalhava em sua seção, juntamente com outros bancários. Transferido para o Cenimar, na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, foi torturado com selvageria. No Tribunal Militar, denunciou as torturas que sofreu. Foi absolvido, deixou o banco e passou para a clandestinidade. Foi para o Araguaia. Morreu no dia 21 de setembro de 1972, juntamente com Francisco Chaves, próximo ao local onde no dia anterior morrera Miguel Pereira dos Santos. O Relatório do Ministério do Exército diz que utilizava o nome falso de* José Antônio de Oliveira.

Francisco Manoel Chaves (Chico *e* Zé Francisco)

Negro, de origem camponesa, Francisco muito cedo ingressou na Marinha de Guerra. Em 3 de abril de 1935, participou das fileiras da Aliança Libertadora Nacional, filiando-se depois ao PCB. Preso após a insurreição de 1935, sendo mais tarde recolhido ao presídio de Ilha Grande. Graciliano Ramos, que com ele conviveu, descreveu sua luta no livro Memórias do Cárcere. *Foi expulso da Marinha em 1937, segundo informações encontradas nos arquivos do Deops/SP. Libertado no início da década de 40, participou da preparação da Conferência da Mantiqueira, em 1943, sendo eleito suplente do Comitê Central do Partido Comunista, cargo que exerceu até 1946. Após 1964, foi residir na região de Caianos e integrou-se à guerrilha com mais de 60 anos. Foi morto no dia 21 de setembro de 1972, juntamente com José Toledo de Olivera, próximo ao local onde morrera Miguel Pereira dos Santos no dia anterior.*

Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio)

Nascido em Ilhéus, na Bahia, formou-se em Geologia pela Universidade Federal da Bahia, tendo sido um dos líderes do movimento estudantil em 1968. Casou-se em 1969 com sua colega de faculdade, Dinalva Monteiro Teixeira, a destacada guerrilheira Dina, também desaparecida. Segundo seus companheiros, foi ferido no dia 21 de setembro de 1972, quando foram mortos Francisco Manoel Chaves e José Toledo de Oliveira. Após ser preso, foi

conduzido para São Geraldo do Araguaia e torturado até a morte, quando tinha 28 anos. O relatório do Ministério da Marinha diz que "em dezembro de 1972 foi identificado, por fotografia, como sendo o professor Antônio, que lecionara, no período de junho a dezembro de 1971, na Escola dos Padres de São Félix, em Terra Nova, no sopé da Serra do Roncador. Os relatórios dos três ministérios não fazem referência à sua morte.

Dez dias depois, no dia 30 de setembro, João Carlos Haas Sobrinho teria um encontro com Paulo Mendes Rodrigues. Como a região estava cheia de soldados, eles resolveram se esconder. Um comentário banal feito em voz alta sobre a necessidade de amarrar o cadarço do sapato denunciou a todos. A ação dos soldados foi rápida: vários tiros de metralhadora e João Carlos e Ciro Flávio Salasar Oliveira foram mortos imediatamente. Dois escaparam: Antonio Teodoro de Castro (ferido) e Valquíria Afonso Costa. Manuel José Nurchis aproximou-se de João Carlos, tentando salvá-lo, e ninguém mais o viu. Os que escaparam ouviram novos disparos. É possível que Manuel tenha sido morto naquele momento.

João Carlos Haas Sobrinho (Juca)

Estudante de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, gaúcho de São Leopoldo, João Carlos foi presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade e da União Estadual dos Estudantes. Com o Golpe Militar de 1964, passou a viver na clandestinidade. Esteve na China e, ao regressar, mudou-se para Porto Franco, interior de Goiás, onde montou um pequeno hospital. Procurado pela repressão, foi para São Geraldo, povoado às margens do Rio Araguaia.

Foi morto em combate em 30 de setembro de 1972, aos 31 anos, juntamente com Ciro Flávio de Salasar Oliveira e Manoel José Nurchis, em uma localidade chamada Piçarra, próxima a Xambioá. Seu corpo, crivado de balas, foi exposto à população de Porto Franco e também foi visto na Delegacia de Xambioá, com a perna direita quebrada e a barriga cortada e costurada com cipó. Foto semelhante ao descrito foi mostrada por moradores de Xambioá à ex-presa política Criméia Almeida, no PIC, em Brasília, pelo general Bandeira de Melo, que não só confirmou a morte de João Carlos como disse que seu corpo foi exposto à população de Porto Franco com o objetivo de atemorizá-la. No entanto, a população passou o dia velando o corpo, apesar da proibição. Pode ter sido enterrado no cemitério de Xambioá.

Ciro Flávio Salasar Oliveira (Flávio)

Nasceu em Araguari, Minas Gerais, e desapareceu aos 29 anos. Antes de ir para o Araguaia, estudou no Rio de Janeiro, optando por Arquitetura, na Universidade do Fundão, na Ilha do Governador.

Manuel José Nurchis (Gil)

Operário paulistano, Manoel foi perseguido depois do Golpe Militar de 1964, tendo abandonado o emprego e se transferido para o interior. No Araguaia, integrou o Destacamento B e desapareceu em 30 de setembro de 1972, aos 32 anos, quando o grupo comandado por João Carlos Haas Sobrinho foi atacado por forças militares na região de Caiano. O Relatório do Ministério da Marinha diz que "Manuel foi preso em junho/63, quando distribuía panfletos subversivos em São Paulo. Em outubro de 1972, morto em combate em Xambioá".

Ainda em setembro, ocorreu a morte de Rosalindo de Souza, do Destacamento C. Existem três versões: segundo o *Relatório Arroyo*, ele teria morrido em decorrência de um acidente com a arma que manuseava; de acordo com um coronel que serviu no Centro de Informações do Exército, citado por *Veja*, teria sido justiçado pelos companheiros por desejar abandonar a guerrilha — versão negada pelo PC do B; por fim, teria sido morto por um fazendeiro informante do Exército quando tentava pegar comida na fazenda dele — o matador não é identificado. (Revista *Veja*, de 13/10/1993.)

Rosalindo Souza (Mundico)

Rosalindo era baiano, nascido em Caldeirão Grande. Estudou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, foi presidente do Diretório Acadêmico e uma das lideranças do movimento estudantil no Estado, em 1968. Perseguido, foi para o Rio de Janeiro e terminou o curso na Faculdade Cândido Mendes. Inscrito na OAB sob o nº 3.106, voltou para o interior da Bahia, Itapetinga, montando escritório de advocacia em 1970. Foi processado à revelia pela Justiça Militar e transferiu-se para o Araguaia dias antes do julgamento, ocorrido em 22 de abril de 1971. Foi condenado a dois anos e dois meses de reclusão. Foi morto aos 33 anos.

Um choque entre tropas federais e guerrilheiros, nessa segunda campanha, aconteceu no dia 29 de setembro de 1972, em uma localidade denominada São José. Dele saiu ferida (consta que foi morta logo em seguida) uma das guerrilheiras mais conhecidas na região, Helenira Rezende.

Helenira Rezende de Souza Nazareth (Fátima e Nega)

Nasceu em Cerqueira César, cidade próxima a Avaré, no Estado de São Paulo, e desapareceu em 1972 aos 28 anos. Integrava o Destacamento A, que passou a ter o seu nome depois de sua morte. Foi destacada líder estudantil, ocupando a vice-presidência da UNE, em 1968. Fazia Letras na Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia. Foi presa duas

vezes em 1968, uma das quais durante o Congresso da UNE, em Ibiúna. Ficou presa até a véspera do AI-5, em 13 de dezembro. Entrou na clandestinidade e foi depois para o Araguaia. Morreu a golpes de baioneta no dia 29 de setembro de 1972. A ex-presa política e dirigente do PC do B Elza de Lima Monnerat declarou em Auditoria Militar que "Helenira, ao ser atacada por dois soldados, matou um deles e feriu o outro, sendo porém metralhada nas pernas e torturada barbaramente até a morte".

A terceira campanha

Durante dois meses as Forças Armadas se retiraram da área. Estavam insatisfeitas com os resultados obtidos, com as derrotas sofridas e decidiram recuar para preparar uma contra-ofensiva final. Não deveriam voltar enquanto não tivessem condições de eliminar totalmente a guerrilha. A trégua durou um ano, do final de outubro de 1972 a outubro de 1973.

Nesse período, a repressão conseguiu cortar as ligações entre a direção do PC do B nas cidades e o movimento guerrilheiro. Em dezembro de 1972, foram presos e torturados até a morte Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Oeste e Luís Guilhardini; e, em março de 1973, Lincoln Bicalho Roque.

Os guerrilheiros aproveitaram a ausência das Forças Armadas para retomar contatos com a população da região e realizar um trabalho diretamente político, que até então não fora feito.

Segundo o Relatório Arroyo, o primeiro enfrentamento ocorrido nessa fase aconteceu no dia 12 de outubro e resultou na morte de três combatentes: André Grabois, Antonio Alfredo Campos e João Alberto Calletroni. Apenas um, Dermeval da Silva Pereira, conseguiu escapar. Divino Ferreira de Souza, segundo o ex-guia do Exército Manuel Leal, conhecido como *Vanu*, foi preso com vida e levado ferido para a base militar instalada no DNER, na cidade de Marabá. Ali, ele teria sido torturado, morto e enterrado em vala clandestina, no próprio quintal da chamada Casa Azul. (*O Globo*, 2/5/1996.)

Antonio Alfredo convencera o grupo a ir buscar dois porcos que se encontravam em sua roça, apesar da resistência de André Grabois. Após matar o porco, demoraram-se improvisando um "atado de cipó", pois as mochilas não suportaram o peso, e assim foram cercados por soldados e metralhados sem que tivessem tempo de pegar as armas. Divino teria sido atingido na coluna, ficando imobilizado até a sua morte. Ainda segundo *Vanu*, ele passou toda a noite sendo torturado e recebendo injeções de morfina.

André Grabois (Zé e José Carlos)

Filho de Maurício Grabois, também desaparecido no Araguaia, André Grabois morreu aos 27 anos, no dia 14 de outubro de 1973, juntamente com João Gualberto, Divino Ferreira de Souza e Antônio Alfredo Campos, na roça deste último, às margens do Rio Fortaleza, em uma emboscada. Foi um dos primeiros a chegar à região do Araguaia, instalando-se na localidade de Faveira, no início de 1968. Era casado com Criméia Almeida, com quem teve um filho — João Carlos Grabois —, que nasceu na prisão e não chegou a conhecer. Foi comandante do Destacamento A - Helenira Resende, até a sua morte, em 14 de outubro de 1973. Relatório do Ministério da Marinha diz que foi morto em 13 de outubro do mesmo ano.

Antonio Alfredo Campos (Alfredo)

Antonio era camponês e residia na região do Araguaia quando se incorporou à guerrilha. Era casado e tinha filhos. Desapareceu após cair em uma emboscada em sua roça, no dia 14 de outubro de 1973. Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que Antonio Alfredo era militante do PC do B e guerrilheiro. O do Exército diz não possuir registros sobre ele.

João Gualberto Calatroni (Zebão)

Estudante secundarista, João Gualberto Calatroni teve destacada atuação política no seu estado natal, o Espírito Santo. Em 1970, foi morar no Araguaia, na posse do Chega com Jeito, próxima a Brejo Grande. No campo, destacou-se como tropeiro e mateiro. Foi combatente no Destacamento A - Helenira Resende. Morreu em combate no dia 14 de outubro de 1973, juntamente com André Grabois, Antônio Alfredo e Divino Ferreira de Souza, em uma emboscada, na roça de Antônio Alfredo, às margens do Rio Fortaleza.

Divino Ferreira de Souza (Nunes e Goiano)

Originário de Caldas Novas e registrado em Mossâmedes, Estado de Goiás, Divino desapareceu em 1973, aos 30 anos. Em 1961 fez parte da União Goiana de Estudantes Secundaristas. Saiu de Goiânia em 1966 e nunca mais voltou. Esteve na China e na Albânia, regressando clandestinamente ao Brasil, indo posteriormente viver no interior de Goiás e depois na região do Araguaia, trabalhando como comerciante em Brejo Grande e integrando o Destacamento A. Foi ferido e desapareceu em uma emboscada em 14 de outubro de 1973.

Até o final de 1973, a guerrilha sofreu perdas consideráveis: Lúcia Maria de Souza foi morta no final de outubro, emboscada por uma patrulha comandada pelo major Curió, que antes de eliminá-la foi atingido no rosto por uma bala da guerrilheira. Metralhada e morta na grota da Borracheira, Lúcia foi tocaiada após ter marcado um encontro com um jovem camponês que estava sendo recrutado para a guerrilha. Após ser preso, ele foi obrigado a revelar o local do encontro.

Lúcia Maria de Souza (Sônia)

De origem pobre, nascida em São Gonçalo, Lúcia Maria conseguiu ingressar na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e teve participação destacada no movimento estudantil. Estava no 4º ano de Medicina e fazia estágio no Hospital Pedro Ernesto quando foi viver no Araguaia. Destacou-se como parteira na região. Integrou o Destacamento A - Helenira Resende. Foi ferida em combate e presa no dia 24 de outubro de 1973, quando tinha 29 anos.

O Relatório do Ministério do Exército diz que Lúcia "foi morta no dia 24/10/1973 em confronto com as forças de segurança ocorrido entre Xambioá/GO e Marabá/PA".

Em entrevista a IstoÉ, *de 4 de setembro de 1985, o major Curió diz que "Lúcia foi ferida, caiu e sacou um revólver escondido na bota, ferindo-o no braço e a um capitão do CIE, no rosto, em seguida tendo sido metralhada por outros militares".*

Em novembro foram mortos Arildo Valadão, cujo corpo apareceu decapitado, Adriano Fonseca e Jaime Petit da Silva. O corpo de Arildo não foi o único a ter a cabeça decepada, essa foi uma prática utilizada para facilitar a identificação, o que era feito também com as mãos.

Arildo Valadão (Ari)

Arildo nasceu em Itaici, no Espírito Santo, estudou até a conclusão do 2º grau em Cachoeiro do Itapemirim, ingressando em 1968 no Instituto de Física da UFRJ, tendo sido presidente do Diretório Acadêmico. Foi quando conheceu Áurea Eliza Pereira Valadão, colega de turma com quem se casou em fevereiro de 1970, também desaparecida. Ambos foram para o Araguaia e se instalaram na região de Caianos, integrando o Destacamento C. Foi morto e decapitado no dia 24 de novembro de 1973 por agentes da repressão, junto a uma grota. No dia seguinte, seu corpo foi visto por companheiros. Tinha um ferimento à bala que não seria suficiente para matá-lo, o que fez supor que tivesse sido decapitado ainda com vida.

Adriano Fonseca Fernandes Filho (Chico)

Nascido em Ponte Nova, Minas Gerais, Adriano participou do movimento estudantil no Rio de Janeiro, entrou para a Faculdade de Filosofia em 1969, passando a militar logo depois no PC do B. Em 1970, abandonou o emprego por questões de segurança e tornou-se clandestino. No ano seguinte, deslocou-se para a região do Araguaia. Morreu aos 23 anos entre os dias 28 e 29 de novembro de 1973.

Jaime Petit da Silva (Aparício)

Jaime desapareceu, juntamente com dois outros irmãos — Lúcio e Maria Lúcia —, quando tinha 29 anos. Era de Iacanga, no Estado de São Paulo. Muito cedo perdeu o pai, estudou em Amparo e Duartina, morou no Rio de Janeiro e, mais tarde, com o irmão Lúcio, em Iatajubá, Minas Gerais. Em 1965, ingressou no Instituto Eletrotécnico de Engenharia da Faculdade Federal de Itajubá. Foi eleito presidente do Diretório Acadêmico e teve destacada participação no movimento estudantil, sendo uma das lideranças presas no Congresso da UNE de Ibiúna, São Paulo, em 1968. Condenado à revelia em 1969, abandonou os estudos e foi viver no interior como eletricista. Depois, foi para o Araguaia, onde se integrou ao Destacamento B. No dia 29 de novembro de 1973, houve tiroteio entre o seu grupo e agentes da repressão. Provavelmente foi preso. O Relatório do Ministério do Exército diz que "existe registro de sua morte em 22 de dezembro de 1973", sem especificar as circunstâncias e o local do sepultamento. O Relatório do Ministério da Marinha refere-se à mesma data.

Em dezembro, pouco antes do Natal, desapareceu Marcos José de Lima.

Marcos José de Lima (Zezinho e Ari do A)

Operário capixaba, Marcos José foi viver no Araguaia na localidade de Chega com Jeito, onde trabalhava como ferreiro, consertando armas. Foi visto pela última vez pelos seus companheiros no dia 20 de dezembro de 1973, próximo a um depósito de mantimentos.

O massacre

Em um erro tático de conseqüências fatais para a guerrilha, a Comissão Militar decidiu juntar os três destacamentos sob o seu comando. O desaparecimento de um camponês que aderira ao movimento forçou-os a sair da área onde estavam — já que ele conhecia bem a região e sabia de alguns planos. Decidiram rumar para a Palestina, onde ainda existiam alguns depósitos de mantimentos. O deslocamento, no entanto, feito por um grande número de combatentes, deixou rastros possíveis de ser seguidos, apesar da preocupação em apagá-los. Em seguida, deslocaram-se para o acampamento do Destacamento A.

No dia 25 de dezembro, o Exército cercou o acampamento, apoiado por helicópteros e um avião — desse ataque resultou a queda da Comissão Militar. Não se sabe quantos morreram ou foram feitos prisioneiros, mas, nas redondezas do acampamento, havia em torno de 25 pessoas.

Na hora do tiroteio, 15 guerrilheiros estavam no acampamento, inclusive a Comissão Militar: Maurício Grabois, Paulo Mendes Rodrigues, Gilberto Olímpio Maria, Libero Giancarlo Castiglia, Luiza Augusta Garlippe, Dinalva

Oliveira Teixeira (com febre), Guilherme Gomes Lund (com febre), na parte alta; embaixo: José Humberto Bronca, Elmo Corrêa, Daniel Ribeiro Callado e Antonio Teodoro de Castro (estavam ralando coco babaçu para comer).Telma Regina Cordeiro Corrêa e Custódio Saraiva Neto faziam guarda. Osvaldo Orlando da Costa e Batista realizavam a camuflagem. (Arroyo, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia, op. cit. p. 28.) Nas proximidades, havia outros guerrilheiros que escaparam do ataque inimigo.

Maurício Grabois (Mário)

Baiano de Salvador, filho de judeus russos, Maurício era casado, tinha um casal de filhos, era um dos dirigentes da Guerrilha do Araguaia e desapareceu aos 61 anos. Na juventude, foi amigo de Carlos Marighella, seu colega no Colégio da Bahia. Formou-se em 1929 e foi, no início do ano seguinte, para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ingressou no curso preparatório para a Escola Militar de Realengo. Foi expulso em 1933. Entrou, então, na Escola de Agronomia e cursou até o 2º ano, abandonando de vez os estudos para se dedicar com exclusividade à política. Grabois foi um dos primeiros organizadores do PCB nas Forças Armadas. Participou do Levante de 1935, integrando a Aliança Nacional Libertadora. Durante o período do Estado Novo (1937-1945), foi condenado à revelia, em um processo em Minas Gerais. No início de 1941, foi preso no Rio de Janeiro e libertado no ano seguinte, quando formou no Rio, ao lado de Amarílio Vasconcelos, a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Em maio de 1945, dirigiu o jornal A Classe Operária, *função que manteve até 1949, quando o jornal foi fechado. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945 para a Assembléia Constituinte, o PCB elegeu um senador e 14 deputados, entre os quais Grabois. Quando o partido foi colocado na ilegalidade, em 7 de maio de 1947, os mandatos dos seus parlamentares foram cassados e Grabois entrou para a clandestinidade. Rompeu com o PCB e foi um dos organizadores do PC do B em 1962. Após o Golpe Militar de 1964, voltou à clandestinidade, sendo condenado à revelia em vários processos que tramitaram na Justiça Militar. Em 1967, foi um dos primeiros a se transferir para a região do Araguaia. Foi morto no ataque de 25 de dezembro de 1973. Relatórios dos ministérios do Exército e da Marinha confirmam essa informação.*

Paulo Mendes Rodrigues (Paulo)

Economista, Paulo era militante desde a década de 60, tendo sido um dos primeiros a chegar ao Araguaia. Foi comandante do Destacamento C da guerrilha, até integrar-se à Guarda da Comissão Militar. Foi morto no ataque das Forças Armadas ocorrido em 25 de dezembro de 1973.

Gilberto Olímpio Maria (Pedro Gil *e* Gilberto)

Gilberto desapareceu aos 31 anos. Nasceu em Mirassol, no Estado de São Paulo e mudou-se para a capital onde estudou no Colégio Sarmiento. Pertenceu ao PCB e depois ao PC do B. Em 1961, viajou para a antiga Tchecoslováquia, onde cursou Engenharia. Dois anos depois retornou ao Brasil, juntamente com Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, *também desaparecido, de quem se tornara amigo. Trabalhou no jornal* A Classe Operária, *até o Golpe Militar de 1964, quando passou a viver na clandestinidade. Em 30 de dezembro de 1964, casou-se com Victória Grabois, em Araraquara. Em seguida, mudaram-se para Guaratinga, no Mato Grosso. Lá, juntamente com Paulo Rodrigues, depois desaparecido, e* Osvaldão, *tentaram organizar os camponeses para resistir à ditadura. Em 1965, por problemas de segurança, abandonaram o trabalho. No ano seguinte, nasceu o seu filho, Igor. Foi então para a China. Ao retornar, morou em vários locais no interior, inclusive em Porto Franco, juntamente com João Carlos Haas, também desaparecido, com quem se mudou mais tarde para a região de Caianos, localidade próxima ao Rio Araguaia. Na guerrilha, atuava juntamente com o comando e, depois, foi comandante do Destacamento C, juntamente com Dina, também desaparecida. Foi visto pela última vez durante o cerco e aniquilamento ocorrido em 25 de dezembro de 1973.*

Libero Giancarlo Castiglia (Joca)

Italiano, Libero nasceu em San Lucido, Cozenza. Veio para o Brasil e fez o curso de torneiro mecânico, trabalhando como operário metalúrgico no Rio de Janeiro. Devido à sua militância política, passou a viver na clandestinidade após o Golpe Militar de 1964. Chegou à região do Araguaia no Natal de 1967, estabelecendo-se como comerciante na localidade de Faveira, onde também tinha um pequeno barco a motor. Desapareceu em 25 de dezembro de 1973. Os relatórios dos ministérios militares não fazem referência à sua pessoa.

Luiza Augusta Garlippe (Tuca)

Enfermeira formada pela USP em 1964, Luiza Augusta nasceu em Araraquara, no Estado de São Paulo. Traballhou no Hospital das Clínicas e chegou ao cargo de enfermeira-chefe do Departamento de Doenças Tropicais, em que se especializou, realizando viagens ao Amapá e ao Acre. Foi para o Araguaia, trabalhou como parteira e se integrou ao Destacamento B. Desapareceu no tiroteio de 25 de dezembro de 1973, quando tinha 33 anos. Os relatórios dos ministérios do Exército e da Marinha indicam respectivamente as seguintes datas para o seu desaparecimento: maio de 1974 e junho de 1974.

Dinalva Oliveira Teixeira (Dina)

Dinalva nasceu em Argoin, município de Castro Alves, na Bahia, estudou Geologia na UFBa, foi lider do movimento estudantil e casou-se com o colega Antonio Carlos Monteiro Teixeira, também desaparecido. Mudaram-se para o Rio de Janeiro, antes de irem para o Araguaia. Foi destacada guerrilheira, muito combativa, criando-se um mito sobre o seu nome na região. Atuou como professora, parteira e foi a única mulher da guerrilha a ocupar o cargo de vice-comandante de Destacamento, o C. Foi vista pela última vez em 25 de dezembro de 1973, quando tinha 29 anos. Depoimento do coronel da Aeronáutica, Pedro Cabral, a Veja *de 13 de outubro de 1993 e à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal faz referência a uma guerrilheira grávida que teria sido morta. Há também comentários de moradores da região que fazem referência à gravidez em estado adiantado de Dina.*

Guilherme Gomes Lund (Luís)

Guilherme Gomes Lund nasceu no Rio de Janeiro e desapareceu aos 26 anos durante o cerco do dia 25 de dezembro de 1973. Estava com malária e foi fuzilado. Estudou no Colégio Militar e depois na Faculdade de Arquitetura da UFRJ, cursando até o 2º ano. Foi militante do movimento estudantil, tendo sido preso em 1968. No ano seguinte, foi morar em Porto Alegre e, em fevereiro de 1970, foi para a região de Faveira, no Araguaia. A adptação à vida do campo foi dura. Devido à prática anterior de hipismo, dedicou-se a ao ofício de "tropeiro", destacando-se. Era membro do Destacamento A, e depois foi deslocado para o C.

José Humberto Bronca (Zeca e Fogoió)

José Humberto era mecânico de manutenção de aeronaves, tendo trabalhado na Varig e nas indústrias Micheleto. Gaúcho de Porto Alegre, desportista, começou a militância política antes de 1964, passou um tempo na China e, em 1966, morou clandestinamente no Rio de Janeiro. De hábitos simples, vivia em um pequeno quarto em São João de Meriti, no qual possuía apenas uma muda de roupas, uma esteira, um pequeno fogareiro a querosene e uma gaita. Foi um dos primeiros a chegar ao Araguaia, tendo sido vice-comandante do Destacamento B, até passar a integrar a Comissão Militar, na qual fazia parte da Guarda. Foi visto pela última vez, por seus companheiros, no dia 25 de dezembro de 1973, quando houve um ataque das Forças Armadas ao local onde estavam acampados. Tinha 39 anos.

Elmo Corrêa (Lourival)

Elmo nasceu no Rio de Janeiro e desapareceu em 1974, aos 28 anos. Estudou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio, cursando até o 3º ano, e participou do movimento estudantil. Casado com Telma Regina Cordeiro Corrêa, também desaparecida, foram juntos em 1971 para o Araguaia. Sua irmã Maria Célia Corrêa também é desaparecida. Foi vista pela última vez em 25 de dezembro de 1973.

Daniel Ribeiro Callado (Doca e Daniel)

Daniel nasceu em São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Fez curso de ajustador pelo Senai. Entrou na clandestinidade e foi para o Araguaia. Era proprietário de um barco a motor, o Carajá, juntamente com Paulo Rodrigues, também desaparecido. Foi visto pela última vez na guerrilha, por seus companheiros, no dia 25 de dezembro de 1973, quando tinha 34 anos. No início de 1974, já preso, foi visto em três oportunidades por Amaro Lins, que prestou depoimento em Cartório de Belém, no Pará. Estava em bom estado de saúde quando foi visto pela terceira vez, sendo conduzido por um soldado que disse que ele faria uma viagem de avião. Nessa mesma época, foi visto com o pé machucado na Delegacia de Xambioá.

Antonio Teodoro de Castro (Raul)

Antonio nasceu em Itapipoca, no Ceará, cursou até o 4º ano de Farmácia na UFCe, tendo sido diretor da Casa do Estudante Universitário. Devido à repressão, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Conseguiu se matricular na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRJ, e participou do movimento estudantil nos anos de 1969 e 1970. Intensificada a repressão, mudou-se para a região de Gameleira, no Araguaia, integrando-se ao Destacamento B. Desapareceu no dia 25 de dezembro de 1973, aos 28 anos, após intenso tiroteio no acampamento em que estava com diversos companheiros.

Antonio Guilherme Ribeiro Ribas (Ferreira)

Antonio Guilherme era paulistano, estudou no Colégio Estadual Brasílio Machado e presidiu a Upes. Foi condenado pela 2ª Auditoria de Justiça Militar de São Paulo a um ano e seis meses de prisão. Cumpriu pena até 1970 e, posteriormente, mudou-se para a região de Gameleira, no Araguaia. Desapareceu no Natal de 1973, quando tinha 27 anos.

Cilon da Cunha Brum (Comprido e Simão)

Cilon desapareceu aos 28 anos no dia 25 de dezembro de 1973. Nasceu em São Sepé, no Rio Grande do Sul. Estudou Economia na PUC, em São Paulo, onde participou ativamente do movimento estudantil, tendo sido eleito presidente do Diretório Acadêmico e do DCE/PUC.

Paulo Roberto Pereira Marques (Amauri)

Paulo Roberto nasceu em Pains, Minas Gerais, morou algum tempo em Acesita e depois foi para Belo Horizonte, onde concluiu o 2º grau no Colégio Lúcio dos Santos. Era bancário, participou das greves de 1968 e foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Passou a atuar clandestinamente, indo morar em Itapetininga, na Bahia, e no Rio de Janeiro, onde foi encontrado casualmente por sua irmã. Tocava violão e cantava, o que contribuiu para aumentar a sua popularidade entre os companheiros. Em 1969, foi viver no Araguaia, onde montou uma farmácia. Está desaparecido desde o ataque à Comissão Militar ocorrido no dia 25 de dezembro de 1973.

Valquíria Afonso Costa (Valk)

Valquíria era mineira de Uberaba. Estudou em Patos de Minas e depois no Rio de Janeiro, e novamente em Minas, em Pirapora. Passou em segundo lugar no vestibular para Pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais. Foi vice-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação em 1968. Em 1971, foi para o Araguaia, integrando-se ao Destacamento B da guerrilha, juntamente com o seu marido Idalísio Soares Aranha Filho, também desaparecido. Foi dada como desaparecida em 25 de dezembro de 1973, constando que foi presa e morta sob torturas. O seu nome foi dado à antiga Rua 10, no bairro Nova Pirapora, em Pirapora, em um projeto de lei do vereador José Carlos Costa.

Combatentes que escaparam do cerco e aniquilamento do dia 25 de dezembro e que foram mortos em seguida:

Orlando Momente (Landim e Landinho)

Orlando era paulista de Rio Claro e trabalhava como operário em São Paulo até transferir-se para a região do Araguaia, onde veio a desaparecer aos 41 anos. Em São Paulo, conheceu sua mulher, com quem se casou em abril de 1961 e teve uma filha, Rosana. Militou no PCB e depois no PC do B. Com o Golpe Militar de 1964, foi morar em Fernandópolis com a família, e pouco tempo depois entrou na clandestinidade. Transferiu-se primeiro para a região norte de Goiás e, em seguida, para o sul do Pará. Pertenceu ao Destacamento A - Helenira Resende. Desapareceu no dia 30 de dezembro de 1973.

José Lima Piauhy Dourado (Ivo e José)

Era baiano de Barreiras e desapareceu aos 28 anos. Estudou na Escola Técnica Federal da Bahia, em Salvador, onde exerceu a profissão de fotógrafo até deslocar-se para a região do Araguaia. José Lima Piauhy Dourado pertenceu à Guarda da Comissão Militar. Caiu em uma emboscada

do Exército no dia 30 de dezembro de 1973, em Caiano, levou um tiro na cabeça e foi enterrado, segundo moradores da região, na localidade de Formiga. Era irmão de Nelson Lima Piauhy Dourado, também desaparecido no Araguaia.

Custódio Saraiva Neto (Lauro)

Custódio Saraiva Neto nasceu no Ceará e participou ativamente do movimento secundarista. Foi para a região de Brecho Grande, na localidade de Chega com Jeito. Pertenceu ao Departamento A - Helenira Resende, e mais tarde ao Corpo de Guarda da Comissão Militar. Foi visto pela última vez no dia 30 dezembro de 1973, aos 22 anos.

O último ano

As informações contidas no *Relatório Arroyo* sobre as circunstâncias nas quais foram mortos e presos os guerrilheiros esgotam-se em janeiro de 1974. Nessa época, Ângelo Arroyo, conhecido pelo nome de guerra de *Joaquim*, conseguiu furar o cerco, atravessando as fronteiras dos Estados do Pará e Goiás. Quase três anos depois, em dezembro de 1976, seria morto na Chacina da Lapa.
A luta prosseguiu durante o ano de 1974, embora restassem poucos guerrilheiros. Em janeiro, vários foram mortos.

Maria Célia Corrêa (Rosa)

Carioca, bancária, estudante da Faculdade Nacional de Filosofia, hoje UFRJ, Maria Célia foi viver em 1971 na região do Araguaia, onde já se encontrava seu irmão Elmo e sua cunhada Telma, ambos também desaparecidos, integrando-se ao Destacamento A - Helenira Resende. Foi vista por seus companheiros, pela última vez, no dia 2 de janeiro de 1974, juntamente com Nelson Lima Piauhy Dourado, Jana Moroni e Carretel, quando houve um ataque das Forças Armadas contra os mesmos. Há testemunhas que viram Maria Célia sendo conduzida presa com outros guerrilheiros. Segundo depoimento de Maria Raimundo Rocha Veloso, moradora da região, ela foi presa por Manezinho das Duas *que a amarrou e levou, com a ajuda de outro homem, para o acampamento do Exército em Bacaba. Esse depoimento foi confirmado por Geraldo Martins de Souza, delegado de São Domingos na época dos acontecimentos, que recebeu, inclusive, uma medalha do Comando Exército por serviços prestados. Geraldo disse que* Rosinha, *nome pelo qual ela era conhecida, foi presa no local chamado Açaizal. Santinho, vereador pelo PSDB na Câmara de São Domingos, em 1991, e genro de Geraldo, disse que eram duas as mulheres levadas por seu sogro para Bacaba, e que uma delas era Maria Célia. Em todos os*

depoimentos, as testemunhas são unânimes em afirmar que ela estava viva e sem ferimentos de arma de fogo.

Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia)

Estudante de Geografia na Universidade Federal Fluminense, excluída em 1968 pelo Decreto 477, Telma Regina deslocou-se para o Araguaia juntamente com o seu marido, Elmo Corrêa, em 1971, integrando-se ao Destacamento B da guerrilha. No início de 1974, foi presa na casa de Macário, em São Geraldo, tendo sido entregue a José Olímpio, engenheiro do DNER que trabalhava para o Exército. Passou a noite amarrada no barco do engenheiro, antes de ser entregue às autoridades em Xambioá. O Relatório do Ministério da Marinha diz que ela morreu em janeiro de 1974, aos 27 anos.

Rodolfo de Carvalho Troiano (Manoel do "A")

Mineiro de Juiz de Fora, Rodolfo participou do movimento estudantil secundarista e foi preso no município de Rubim, sendo transferido depois para o Presídio de Linhares, na sua cidade natal, de onde saiu em 1971 e mudou-se para a região do Araguaia. Foi combatente do Destacamento A - Helenira Resende. O Relatório do Ministério do Exército diz que ele foi morto em 12 de janeiro de 1974.

Lúcio Petit da Silva (Beto)

Lúcio nasceu em Piratininga, São Paulo, estudou em Amparo e Duartina e foi morar, por dificuldades econômicas, com um tio em Itajubá, Minas Gerais, onde terminou o curso colegial e o curso superior no Instituto Eletrotécnico de Engenharia. Fez parte do Diretório Acadêmico, iniciando assim a sua militância política. Participou também do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE. Viajou para o Araguaia em 1970, juntamente com os seus irmãos Maria Lúcia e Jaime Petit da Silva, também desaparecidos. Lúcio fazia poemas e versos de literatura de cordel, que eram recitados pelos camponeses da região nas sessões de terecô (religião local). Pertencia ao Destacamento A - Helenira Resende, tendo sido promovido a vice-comandante com a morte do comandante André Grabois, em 14 de outubro de 1973. Após intenso tiroteio com as forças da repressão, desapareceu no dia 14 de janeiro de 1974, juntamente com Antonio Alfaiate e Antonio de Pádua Costa.
O Relatório do Ministério do Exército diz que é "considerado desaparecido desde o dia 29/11/1973, quando teria travado tiroteio com uma Patrulha do Exército". Já o do Ministério da Marinha afirma que "foi morto em março de 1974".

Antonio Ferreira Pinto (Antonio Alfaiate)

De origem nordestina, Antonio vivia na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, onde trabalhava como alfaiate. Participou dos movimentos populares ocorridos em 1961 e 1962, em Duque de Caxias. Em 1970, foi viver na localidade chamada Metade, no Araguaia. Pertencia ao Destacamento A - Helenira Resende. De acordo com o Relatório Arroyo, *foi visto pela última vez no dia 14 de janeiro de 1974, juntamente com Lúcio Petit e Antônio de Pádua Costa.*
Quando da promulgação da Lei 9.140/95, não havia ainda a identificação precisa de Antonio Alfaiate *e o seu nome não constou da lista dos 136 desaparecidos. A Comissão Especial apreciou o caso e reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de Antonio Ferreira Pinto por 4 x 2 (foram votos vencidos do general Oswaldo Gomes e de Paulo Gonet Branco).*

Antonio de Pádua Costa (Piauí e Lino)

Antonio era estudante de Astronomia na UFRJ e integrou a diretoria do Diretório Acadêmico do Instituto de Física. Foi preso e indiciado por participar do Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, em 1968. Passou a viver na clandestinidade e foi para o Araguaia, onde morou em Metade e se tornou vice-comandante do Destacamento A. Após a morte de André Grabois, assumiu o comando do mesmo destacamento, denominado Helenira Resende. Foi visto pela última vez no dia 14 de janeiro de 1974. Relatório do Ministério da Marinha afirma que teria sido assassinado por uma companheira "quando estavam acampados em local/região não definidos". Nasceu no Piauí e desapareceu com 30 anos.

Vandick Reidner Pereira Coqueiro (João do 'B')

Baiano, estudante de Economia, membro do DCE da Universidade Federal da Bahia, casado com Dinaelza Coqueiro, também desaparecida, Vandick Reidner Pereira Coqueiro pertenceu ao Destacamento B da guerrilha e foi morto, segundo Relatório do Ministério da Marinha, em 17 de janeiro de 1974.

Suely Yumiko Kamaiama (Sueli e Chica) - *1974*

Suely era paulista de Coronel Macedo e estudou Licenciatura em Língua Portuguesa e Germânica na USP. De 1965 a 1969, estudou a língua japonesa como cadeira opcional. Foi uma das lideranças estudantis depois das perseguições de 1968 e 1969. Foi para o Araguaia em fins de 1971, sendo uma das últimas a se integrar ao Destacamento B da guerrilha. No início de 1974, cercada por uma tropa do Exército, recusou-se a se entregar, sendo metralhada. Seu corpo foi perfurado por mais de cem balas de grosso calibre. Morreu aos 25 anos.

No dia 18 de janeiro de 1974, o grupo comandado por Nelson Lima Piauhy Dourado foi atacado. Somente um guerrilheiro escapou, Luiz Renê Silveira e Silva. Nelson foi morto no local, uma capoeira onde estavam à procura de comida. Também faziam parte do grupo Pedro Carretel, Jana Moroni Barroso e Maria Célia Corrêa. Testemunhas confirmaram ter visto os três presos.

Nelson Lima Piauhy Dourado (Nelito e Alexandre)

Baiano de Jacobina, Nelson trabalhou na Refinaria Landulfo Alves e filiou-se ao Sindipetro, desenvolvendo destacada atividade sindical. Com o Golpe Militar de 1964, foi preso e demitido do emprego. Por algum tempo, trabalhou como motorista de táxi no eixo Rio—São Paulo. Em 1967, passou a atuar na clandestinidade e mudou-se para a localidade de Metade, no sul do Pará, onde conheceu Jana Moroni (também desaparecida), com quem se casou em 1971. Morreu em combate no dia 2 de janeiro de 1974, juntamente com sua mulher, Pedro Carretel e Maria Célia Corrêa. No mesmo ano, agentes do Dops invadiram a casa dos seus irmãos, apoderando-se de uma carta na qual os companheiros de guerrilha de Nelson informavam sobre sua morte, buscando não deixar evidências da existência da guerrilha do Araguaia. Seu irmão José Piauhy Dourado também desapareceu no Araguaia. Sua mãe veio a falecer no mesmo ano de 1974, após saber da morte dos filhos.

Pedro Carretel (Carretel)

Pedro era camponês e incorporou-se à guerrilha. Estava junto com Maria Célia Corrêa e Jana Moroni no tiroteio com as Forças Armadas, no qual Nelson Piauhy Dourado teria sido morto, no dia 2 de janeiro de 1974. Esteve preso com Joana Almeida e foi visto pela última vez ao ser retirado da cela para ser conduzido para Brasília, no início de 1974.

Pedro Carretel não foi incluído na lista da Lei 9.140/95 porque não se sabia o seu nome verdadeiro. Também não deixou filhos. Sua esposa faleceu em 1994 e não se tem conhecimento da existência de qualquer parente consangüíneo que estivesse dentro dos critérios estabelecidos na lei para ter acesso à indenização.

Jana Moroni Barroso (Cristina)

Cearense, de Fortaleza, Jana tinha 26 anos quando desapareceu no Araguaia em 1974. Cursou a Faculdade de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em abril de 1971, foi para a localidade de Metade, no sul do Pará. Trabalhou na roça, caçou e foi professora primária na região. Casou-se com Nelson Lima Piauhy Dourado, também desaparecido. Era combatente do Destacamento A - Helenira Resende e desapareceu no dia 2 de janeiro de 1974, após ataque das Forças Armadas, quando estava em companhia do marido e de Maria Célia Corrêa. Sua mãe, Cirene, não poupou esforços para encontrá-la, indo várias vezes à região do Araguaia e recorrendo às autoridades. Segundo depoimentos colhidos por ela, Jana foi presa e levada para Bacaba, localidade às margens da Transamazônica, na qual foi construído um centro de torturas das Forças Armadas. Segundo moradores da região, há também no local um cemitério clandestino. Jana estava quase nua e com muitos arranhões pelo corpo. Foi amarrada, colocada em um saco e içada por um helicóptero. Isso teria ocorrido nas proximidades de São Domingos do Araguaia. O Relatório da Marinha diz que foi morta em 8/2/1974.

Nos meses seguintes, foi concluída a operação de extermínio dos guerrilheiros.

Tobias Pereira Júnior (Josias)

Estudante de Medicina da Universidade Federal Fluminense, Tobias, que nasceu no Rio de Janeiro em 16 de novembro de 1949, foi para o Araguaia, tendo sido preso em uma casa de camponeses próxima a São Geraldo. O Relatório do Ministério da Marinha diz que Tobias foi morto em 15 de fevereiro de 1974.

Luiz Renê Silveira e Silva (Duda)

Luiz era carioca e desapareceu aos 23 anos, no início de 1974, quando se encontrava na casa de um camponês, com a perna quebrada por um tiro, e foi preso e levado para a base militar de Bacaba, no Pará, segundo informações obtidas por Cirene Barroso, mãe de Jana Moroni Barroso, também desaparecida. Ele fez os cursos primário e secundário no Instituto Lafayette. Em 1970, ingressou na Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, abandonando o curso quando foi para o Araguaia. Em 1980, sua mãe foi à Escola de Medicina para obter uma fotografia do filho e constatou que a ficha escolar tinha sido rasurada e estava sem a foto, sendo informada que agentes de segurança tinham sido os responsáveis pelo fato. O Relatório do Ministério da Marinha diz que "Luiz Renê foi morto em combate em março de 1974".

Hélio Luiz Navarro de Magalhães (Edinho)

Carioca, Hélio estudava Química e Música na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando foi para o Araguaia, em 3 de outubro de 1970, onde veio a desaparecer no dia 14 de janeiro de 1974, com 25 anos. Era conhecido como Edinho *na guerrilha e ganhou também o apelido de* passômetro *por ter adquirido a capacidade de medir grandes distâncias com precisão, contando os passos e o tempo. Na cidade, tocava piano; no campo, flauta.*

Dermeval da Silva Pereira (João e João Araguaia)

Desaparecido desde 1974, aos 29 anos, Dermeval nasceu em Salvador, Bahia. Concluiu o curso secundário no Colégio Central e ingressou na Faculdade de Direito, na qual foi diretor do Centro Acadêmico. Foi afastado da UFBa pelo Decreto 477 e ingressou na Faculdade Católica, onde concluiu o curso, chegando a trabalhar como advogado em Salvador. Entrou na clandestinidade e foi para a região de Metade, no Araguaia, pertencendo ao Destacamento A. Conseguiu escapar de emboscada no dia 14 de outubro de 1973, na qual foram feridos e presos André Grabois, Divino Ferreira de Souza, João Gualberto e Antônio Alfredo Campos, desaparecidos. Em 1974, foi preso na casa de uma moradora da região de nome Nazaré Rodrigues de Souza, segundo depoimento de José da Luz Filho.

O mito

Entre os últimos guerrilheiros, restava Osvaldo Orlando da Costa, o principal mito do movimento. Sua morte foi comemorada com tiros de foguetes pelos secretas ainda espalhados na região, e pelos bate-paus, temerosos de uma vingança. Foi morto por um bate-pau, Arlindo Piauhy, surpreendido em meio a um matagal pela tropa, sem esboçar reação, porque não teve tempo ou porque confundiu o guia com alguém da região.

Eles chamaram um helicóptero pelo rádio e suspenderam o corpo dele por uma corda. Em uma altura de uns 20 metros, o corpo soltou-se e caiu. Suspenderam-no de novo. O Exército fez questão de passar com o corpo suspenso no ar por cima das cidades e, logo depois, em Xambioá. Permitiu que ele fosse visto pela população, para pôr fim ao mito que se criara em torno dele.

Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão, Mineirão)

Mineiro de Passa Quatro, Osvaldo foi o primeiro militante do PC do B a chegar à região do Araguaia, e um dos últimos a ser morto pelas Forças Armadas. Entre 1952 e 1954, morou em São Paulo e estudou na Escola Técnica, fazendo o Curso Industrial Básico de Cerâmica, que lhe deu a condição profissional de artífice na especialidade. Mudou-se para o Rio de Janeiro e formou-se como Técnico de Máquinas e Motores na Escola Técnica Federal, em 1958. Associou-se ao Botafogo Futebol e Regatas, competindo pelo clube como lutador de boxe. Tornou-se oficial da Reserva do Exército, após servir no CPOR/RJ. Viajou para a antiga Tchecoslováquia, estudando em Praga Engenharia de Minas. Negro, forte, com quase 2 metros de altura, era uma figura inconfundível.

Dinaelza Soares Santana Coqueiro (Mariadina e Diná)

Dinaelza nasceu em Vitória da Conquista, Estado da Bahia, e desapareceu aos 25 anos. Concluiu os cursos primário e secundário no Instituto Regis Pacheco em Jequié, e em 1969 ingressou no curso de Geografia na Universidade Católica de Salvador. Participou do movimento estudantil e da diretoria do DCE. Trabalhou na Sadia até 1971. Foi para o Araguaia com o seu marido Vandick Reidner Pereira Coqueiro, também desaparecido. Foi vista com vida até 30 de dezembro de 1973.

Uirassu de Assis Batista (Valdir)

Estudante secundarista na Bahia, Uirassu participou do movimento estudantil, foi perseguido e mudou-se para a região do Araguaia, indo morar na localidade de Metade, incorporando-se ao Destacamento A - Helenira Resende. O Relatório do Ministério da Marinha diz que "ele foi morto em abril de 1974".

Luiz Vieira de Almeida (Luizinho)

Camponês que se incorporou à guerrilha, Luiz Vieira era casado, tinha um filho e trabalhava em uma roça de sua propriedade na localidade de Bacaba, perto de São Domingos, no Pará. Segundo depoimento de sua mulher, ele foi morto perto da Fazenda Fortaleza e o seu corpo foi abandonado no local, mas ela não pôde resgatá-lo porque os soldados impediram os moradores de entrar na mata. Seu filho foi preso e, apesar de já estar com 24 anos, teve a idade reduzida nos documentos e foi forçado a prestar o serviço militar.

Áurea Eliza Pereira Valadão (Eliza e Áurea)

Áurea Eliza desapareceu aos 24 anos, tendo sido vista no início de 1974, em bom estado de saúde, no 23º Batalhão de Infantaria da Selva, pelo preso Amaro Lins, que prestou declarações sobre o caso no 4º Cartório de Notas de Belém, no Pará. Amaro conta que ouviu um policial dizer a Áurea para arrumar seus pertences porque iria viajar, termo usado para indicar a execução do preso. Relatório do Ministério da Marinha dá a data da morte dela como tendo sido em 13 de julho de 1974, sem qualquer outra informação. Áurea nasceu em Areado, no sul de Minas Gerais.

Pedro Alexandrino de Oliveira (Peri)

Mineiro de Belo Horizonte, Pedro Alexandrino de Oliveira fez os cursos primário e ginasial no Colégio Monte Calvário e o científico no Colégio Anchieta. Era bancário e trabalhou também em São Paulo. Voltou a Belo Horizonte em 1969, tendo sido preso e torturado. Passou o Natal daquele ano com a família e desapareceu. A família, tempos depois, soube que ele

namorava com Maria Luiza Garlippe e tinha ido com ela para o Araguaia, onde ambos desapareceram. Pedro participava do Destacamento B da guerrilha. Morreu aos 24 anos. Relatório do Ministério da Marinha diz que "foi morto em 4 de agosto de 1974, em Xambioá".

José Maurílio Patrício (Mané e Manoel do 'B')

José Maurílio nasceu em Santa Tereza, no Espírito Santo e desapareceu no Araguaia quando tinha 30 anos. Formou-se em 1966 como técnico agrícola. No ano seguinte, foi para o Rio de Janeiro e ingressou na Universidade Rural. Participou do Congresso da UNE, em Ibiúna, foi preso e, em 1969, passou a viver na clandestinidade. Mudou-se, mais tarde, para a região do Araguaia, integrando-se ao Destacamento B. Foi visto pela última vez, por seus companheiros, no início de 1974. O Relatório do Ministério da Marinha diz que "foi morto em outubro de 1974 na localidade de Saranzal".

Operação limpeza

A terceira campanha das Forças Armadas contra a guerrilha foi uma verdadeira caçada. Conforme depoimento do coronel Pedro Cabral, que participou das manobras como capitão-aviador "somente no início, muito no início, houve algum tipo de reação. Depois, foi caçada pura, como se caçam animais". (Depoimento do coronel de reserva Pedro Corrêa Cabral na Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, em 20 de outubro de 1993.)
Nenhuma lei, nenhum princípio, nada foi respeitado. Todos os guerrilheiros presos no decorrer da terceira campanha foram mortos, sob tortura ou simplesmente fuzilados. O depoimento do mesmo coronel Pedro Cabral é, até hoje, a denúncia mais contundente desses assassinatos, perpetrados por membros da comunidade de informação das Forças Armadas. Segundo ele, "eram ordens de Brasília (...) que não ficasse ninguém vivo. É estarrecedor, é forte, é triste, mas essa era a ordem". Mas, além dessa, ainda havia outra determinação: "Que não se deixassem vestígios de que o conflito do Araguaia algum dia tivesse existido". (Depoimento de Pedro Cabral).
A ditadura temia que, após a saída dos militares da região, fossem descobertos os restos mortais dos guerrilheiros. A "operação limpeza" teria consistido no seguinte: os agentes de informações, que sabiam onde estavam enterrados os corpos, indicavam os locais. Helicópteros iam a esses pontos e o pessoal especializado fazia o serviço de desenterrar os restos e colocá-los em sacos plásticos. Os sacos eram então transportados pelos helicópteros para a Serra das Andorinhas, para serem queimados juntamente com pneus.
O coronel Pedro Lobo afirma que foi testemunha de tudo isso e que pilotou um dos helicópteros que transportaram os corpos. Ele diz que viveu muito tempo como se continuasse sentindo o odor forte que exalava dessa operação macabra.

Risco de ser revistado

Joel Vasconcelos dos Santos (9/8/1949 - Junho/1971)

Joel, baiano de Nazaré, município do Recôncavo conhecido como *Nazaré das Farinhas*, foi preso juntamente com Antônio Carlos de Oliveira (*Makandall*) no dia 15 de março de 1971, nas imediações do Morro do Borel, na esquina das ruas São Miguel e Marx Fleuiss, no Rio de Janeiro. Durante mais de três meses, ficaram detidos e incomunicáveis nas dependências dos órgãos da repressão.
Elza Joana, mãe de Joel, procurou agentes da Polícia, do Exército e oficiais do Ministério do Exército, mas só recebeu respostas evasivas. Primeiro, confirmaram a prisão, mais tarde negaram, depois informaram que ele já fora libertado. Enquanto isso, ambos continuavam detidos. Elza escreveu cartas às autoridades da Igreja Católica, parlamentares, jornalistas e até ao presidente Médici. Após fazer isso, recebeu a visita de agentes do Dops em sua casa, que a levaram até a presença do general Sizeno Sarmento. O então comandante do I Exército prometeu esclarecer completamente o episódio, mas nada fez de concreto.
Antônio (*Makandall*), trabalhador na construção civil e morador do Morro do Borel, contou que ele e Joel estavam conversando na esquina quando passou um carro da polícia. Joel assustou-se porque carregava em um pacote documentos de caráter político contra a ditadura. Os policiais cercaram os dois com metralhadoras e fizeram uma revista. Ali mesmo começaram a ser torturados. Foram então algemados e levados ao 6º Batalhão da PM, onde continuaram a ser torturados. Foram em seguida encaminhados à Polícia do Exército, na qual Joel permaneceu até o seu desaparecimento, sendo torturados durante os quatro meses em que *Makandall* ali esteve preso.
No arquivo do Dops/RJ, foram encontrados documentos da Polícia Militar do Estado da Guanabara (PMEG), de 17 de março de 1971, do Serviço do Estado Maior da PM/2, que confirmam a prisão de Joel em 15 de março de 1971, descrevendo inclusive os materiais "subversivos" apreendidos com ele, citando o seu primeiro depoimento, no qual Joel informa o endereço de sua residência.
Documento do DOI-Codi/I Exército de 15 de março de 1971, no interrogatório de nº 63, traz declarações de Joel, na página de nº 42.1808-3 (número manuscrito). Outro documento do DOI - I Exército, de 19 de março do mesmo ano, no interrogatório de nº 65, traz também declarações de Joel, na página de nº 42.1808-5 (número manuscrito). Essas informações confirmam a prisão de Joel e que ele ainda se encontrava vivo no dia 19/3/71, sendo interrogado no DOI-Codi/RJ.
Relatório da Marinha informa que Joel foi "preso em 15 de março de 1971 e transferido para local ignorado".
O preso político Luiz Arthur Toríbio denunciou em Auditoria Militar, na época, que um dos torturadores no DOI-Codi/RJ afirmara que "se não confessasse teria o mesmo fim que Joel, *Moreno*, que foi morto por policiais do DOI do RJ".

Desaparecido quando tinha 21 anos, Joel era estudante de Contabilidade na Escola Técnica de Comércio do Rio de Janeiro, foi presidente da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas (Ames/RJ), em 1970, quando militava na União da Juventude Patriótica (UJP), ligada ao PC do B.
A responsabilidade do Estado pela morte de Joel Vasconcelos Santos foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.

Quatro dirigentes mortos

Carlos Nicolau Danielli (14/9/1929 - 31/12/1972)
Lincoln Bicalho Roque (25/5/1945 - 13/3/1973)
Lincoln Cordeiro Oest (17/6/1907 - 21/12/1972)
Luiz Guilhardini (1/6/1920 - 4/1/1973)

Quatro membros do Comitê Central do PC do B foram mortos pela repressão entre dezembro de 1972 e março de 1973, após a prisão de um dirigente regional do partido no Espírito Santo: Lincoln Cordeiro Oest, Carlos Nicolau Danielli, Luiz Guilhardini e Lincoln Bicalho Roque.
As versões oficiais, divuulgadas pela imprensa, foram praticamente as mesmas: tiroteio, após tentativa de fuga.

Lincoln Cordeiro Oest

(...) A operação foi iniciada no mês de novembro último em vários Estados. No Espírito Santo, ocorreu a prisão de um membro do Comitê Regional que tinha ligações diretas com o Comitê Central. A repressão soube então que ele teria um encontro no bairro do Méier no dia 20 de dezembro. O encontro aconteceu e foram presos Lincoln Cordeiro Oest e João Muniz de Araújo, 'Cesar', ambos do Comitê Central.
A partir daí, os agentes descobriram que haveria também um encontro com Luiz Guilhardini, 'Gustavo', na Rua Garcia Redondo, no Cachambi. Sabiam que ele deveria estar sozinho nas proximidades de um terreno baldio.
A imprensa relata:
Na hora marcada, Lincoln foi deixado sozinho, mas vigiado a distância. Uma vez livre, o terrorista tentou a fuga, penetrando em um pequeno bosque a fim de sair em uma rua paralela à Garcia Redondo. Os agentes abriram fogo, atingindo-o com vários disparos. Gustavo *(Luiz Guilhardini), que vinha se aproximando, tratou de fugir, conseguindo o seu objetivo, apesar da perseguição. Prestados socorros a Lincoln, este não resistiu e acabou morrendo.*

Consta do Registro de Ocorrência na 23ª Delegacia de Polícia, referente àquele dia:
"Às 23h, recebi comunicação telefônica, advinda do comissário, dr. Borges Fortes, de que fora informado ter havido, pouco antes, encontro entre agentes

das áreas de segurança nacional e elementos subversivos, fato que teria ocorrido em um terreno baldio da Rua Garcia Redondo (...)".
No Laudo de Exame Cadavérico está registrado que a morte ocorreu às 2h50 do dia 21/12/1972, mesmo horário que aparece no Atestado de Óbito.
As fotos do corpo de Lincoln Cordeiro Oest, morto aos 65 anos, mostram marcas de tortura, embora as nove perfurações de tiros encubram algumas delas.
A necropsia, feita pelos drs. Adib Elias e Eduardo Bruno, confirma a versão oficial da repressão, que diz ter sido morto em tiroteio.
Presos políticos, entre eles José Auri Ribeiro e José Francisco dos Santos Rufino, denunciaram em depoimento na Auditoria Militar que Oest foi torturado até morrer.
A militância política dele foi longa e intensa. Nascido no Rio de Janeiro em 1907, participou do levante armado de 1935 dirigido pelo PCB. Em 1946, foi eleito deputado federal, sendo cassado em 1947 quando o Partido Comunista foi posto na ilegalidade no governo Dutra. Em 1962, integrou a Comissão de Solidariedade a Cuba e organizou a Comissão Cultural Brasil-Coréia do Norte. A partir do Golpe Militar de 1964, passou a viver na clandestinidade. Em 1968, foi preso durante 18 dias, torturado, e libertado sem a formalização de acusações.

Danielli

Carlos Nicolau Danielli foi preso em São Paulo por agentes do DOI-Codi uma semana após a morte de Lincoln Oest, no dia 28 de dezembro de 1972, às 19h, na Rua Loefgreen, no bairro de Vila Mariana.
Do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* consta sobre o caso:

Durante três dias, Carlos Nicolau foi muito torturado sob o comando do então major do Exército, Carlos Alberto Brilhante Ulstra, do capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo e do Capitão Ubirajara, *codinome do delegado de Polícia Aparecido Laerte Calandra. Apesar das torturas, seus algozes não conseguiram arrancar dele nenhuma informação, conforme os testemunhos dos militantes políticos que estiveram presos com ele. Danielli foi lentamente assassinado. Mesmo com o corpo todo esfolado, respondeu sempre de maneira altiva a seus inquisidores: "É disso que vocês querem saber? Pois é comigo mesmo, só que eu não vou dizer". Afirmou diversas vezes: "Só faço o meu testamento político".*

Danielli foi morto aos 43 anos, no quarto dia consecutivo de tortura, pela Equipe C do DOI-Codi, chefiada pelo capitão Átila e integrada pelo capitão Olavo, *Mangabeira* (apelido do escrivão de Polícia de nome Gaeta), *Oberdan* ou *Zé Bonitinho*.
O casal Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles, que foram presos e torturados juntamente com ele, prestaram depoimento na Auditoria

Militar denunciando a sua morte sob tortura. Em razão da denúncia, o caso chegou a ser objeto de apreciação pelo STM. O general Rodrigo Otávio pediu a apuração dos fatos, que considerou graves, e, no seu voto, afirmou que as provas apresentadas pelos órgãos de segurança para justificar a versão oficial eram "frágeis", indicando "a necessidade de uma apuração mais completa sobre evento tão contundentemente grave".
A notícia da morte de Danielli foi divulgada por meio de nota oficial dos órgãos de segurança, afirmando que "mais um terrorista tinha sido morto ao tentar fugir quando era levado a um encontro com um companheiro".
O laudo de necropsia, justificando a versão oficial, foi assinado pelos médicos-legistas Isaac Abramovitc e Paulo A. de Queiroz Rocha.
Os relatórios dos ministérios da Aeronáutica e da Marinha mantêm a farsa, informando que Carlos Nicolau Danielli foi ferido três dias após a sua prisão, e que morreu a caminho do Hospital das Clínicas. O Ministério do Exército sequer cita Danielli em seu relatório, apesar de sua morte ter ocorrido nas dependências do II Exército.
No Atestado de Óbito consta como local da morte a Avenida Engº Armando de Arruda Pereira, 1.800, tendo sido o corpo enterrado no Cemitério de Perus. Em 1981, os restos mortais foram trasladados por familiares e pelos Comitês Brasileiros pela Anistia de São Paulo e do Rio de Janeiro para Niterói, onde foram enterrados dignamente.
Carlos Nicolau Danielli nasceu em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, era casado e tinha quatro filhos. Começou a trabalhar cedo em estaleiros. Aos 15 anos, já participava do movimento sindical. Ingressou na União da Juventude Comunista em 1946 e tornou-se membro do Partido Comunista. Em 1954, foi eleito no IV Congresso do PCB para o Comitê Central. Quando foi morto, era responsável pela imprensa clandestina do partido.

Guilhardini

Em carta enviada ao Grupo Tortura Nunca Mais/RJ, a então companheira de Luiz Guilhardini, Orandina Ayres Sebastião, relata como foi a prisão:

(...) entraram em nossa casa 13 homens armados e ali dentro mesmo começaram a espancar, prenderam o menino no banheiro, o Luiz em um quarto e eu na cozinha (...).

Depois do espancamento, foram levados em carros separados mãe e filho em um Fusca e o pai em uma kombi para alguma dependência policial. Nesse momento, ela o viu pela última vez: estava de costas, com as mãos amarradas para trás por uma borracha do tipo de tirar pressão, com os braços roxos.
Gino, o filho de Guilhardini, que na época tinha 8 anos, conta como foi interrogado:

Chegando lá, me tiraram de perto da minha mãe e, encapuzado ainda, fui levado a uma sala (...) e começaram a fazer perguntas. Perguntaram se o meu pai viajava e o que é que ele fazia e eu, muito assustado, nada respondia. Mas eu ouvia meu pai ali perto, gemendo, escutava ele gemer, mas não podia fazer nada, só sei que sentia muito medo. Isso tudo aconteceu no mesmo dia da prisão, 4/1/1973.

A versão oficial, publicada na imprensa, diz:

(...) Os agentes chegaram então a outro 'aparelho' (...) que era chefiado por Luiz Guilhardini, o Gustavo. (...) Preso, afinal, apontou outra célula chefiada por Lincoln Bicalho Roque, e prontificou-se a penetrar no 'aparelho' para facilitar a sua prisão. Quando o carro trafegava por Vila Valqueire, Gustavo pediu para reduzir a velocidade, pois estavam próximos ao 'aparelho'. Ao pedir para parar o carro e descer, agrediu o motorista e saltou, saindo correndo pela calçada. O carro desgovernou-se e chocou-se no meio-fio da calçada. Os agentes usaram as armas. O terrorista morreu.

O Laudo de Perícia - ICE - Ocorrência 14/73, descreve:

Trata-se de local ermo, de complicado acesso, de deficiente iluminação elétrica, pavimentado com paralelepípedos, nas proximidades do poste de iluminação nº 1.356 (...).
No local ou nas proximidades não se constatou a existência de qualquer arma que pudesse ser vinculada ao evento (...).
Nos pulsos da vítima havia sinais recentes de ferimentos produzidos por algo que os prenderam. Os ferimentos, embora superficiais, faziam-se notar nitidamente (...).

Do Auto de Exame Cadavérico consta que "a vítima foi atingida por seis projéteis de arma de fogo". Os médicos-legistas Salim Raphael Balassiano e Rubens Pedro Macuco Janini assinaram a necropsia, confirmando a falsa versão de morte em tiroteio, apesar de descreverem que "o membro superior direito exibe sinais de lesões violentas".
Luiz Guilhardini nasceu em Santos, no Estado de São Paulo, e foi morto aos 53 anos. Começou trabalhando como operário naval, depois ferreiro e, mais tarde, jornalista. Em 1956, ingressou no Partido Comunista. Em 1962, fez parte do grupo que deu origem ao PC do B. Em 1966, foi eleito para o Comitê Central.
O seu filho Gino, em fevereiro de 1996, escreveu:

Hoje minha mãe é falecida e, infelizmente, não vai assistir ao reconhecimento da morte de meu pai. Contudo, eu, seu único filho, desejo que a justiça seja feita e que a morte de pessoas inocentes seja reconhecida pelo governo, para que essas pessoas não tenham morrido em vão.
Bicalho Roque

"Terrorista reage à prisão, tenta fugir e morre em tiroteio". *O Globo*, 22 de março de 1973.
Diz a nota:

*Os órgãos de segurança informaram que em tiroteio com agentes morreu o terrorista Lincoln Bicalho Roque (*Mário*) chefe da célula 'Frente Estudantil' do PC do B, e responsável pela execução do programa de 'Agitação e Propaganda' na área universitária do Rio.*
Adianta a informação dos órgãos de segurança que quando da desarticulação, em dezembro passado, do Comitê Central do PC do B no Rio e de sua ramificação em São Paulo, Lincoln escapou ao cerco a um 'aparelho' à Rua Guapimirim, no Rio. Depois ele foi encontrado em companhia de um militante não identificado mas reagiu à prisão e, na tentativa de fugir, trocou tiros com os agentes. Mário *morreu no local e seu companheiro fugiu, mesmo ferido.*

O local do tiroteio indicado pela versão oficial foi o Campo de São Cristóvão, no Rio, onde o corpo foi encontrado com marcas de tortura e mais de 15 tiros. A necropsia, feita no dia seguinte pelos médicos-legistas Gracho Guimarães Silveira e Jorge Nunes Amorim, confirma a versão oficial de que foi morto em tiroteio.
O Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964 relata:
"Lincoln desapareceu em 13 de março de 1973. De imediato, a família percorreu os órgãos policiais à procura de informações. Após uma incansável busca, pediu ajuda à CNBB".
No dia 21, o *Jornal Nacional*, da TV Globo, deu a notícia do tiroteio e da morte, repetida pelos jornais no dia seguinte.
A reconstituição das circunstâncias que envolveram a morte de Lincoln, aos 32 anos, pôde ser feita a partir do depoimento de uma testemunha da sua prisão.
João Luiz de Santiago Dantas Barbosa Quental, também militante do PC do B, estava preso há uma semana na PE da Barão de Mesquita, no Rio, quando foi levado por policiais para um encontro com Lincoln em uma praça em São João de Meriti. Ladeado por dois agentes, ficou parado, à espera, no local. Em dado momento, ele viu Lincoln passar a uma certa distância, sem manifestar a intenção de parar. Os policiais, contudo, o reconheceram. Dois outros agentes imediatamente foram atrás dele. Momentos depois, Quental foi conduzido na mesma direção. Ao dobrar uma esquina, viu que Lincoln já estava preso, seguro pelos braços e pelo cós da calça pelos agentes. Foi colocado em um dos carros dos agentes e não esboçou nenhuma resistência à prisão.
Outro militante do PC do B, Delzir Antonio Mathias, preso quase dois anos depois, em 1° de junho de 1975, faz uma revelação surpreendente: os torturadores teriam filmado seções de tortura, pelo menos aquelas às quais Lincoln fora submetido.
Ele diz que foi torturado continuamente até entrar em estado de coma, sem revelar nada aos inquisidores. Devido à sua resistência, os torturadores diziam

que o seu comportamento lembrava o de Lincoln, mas que ele veria em um filme o estado em que ele ficara por causa disso.
Delzir acredita que Lincoln realmente foi morto sem revelar nenhuma informação que pudesse interessar à repressão. Ele mesmo foi a um "ponto" com Lincoln, em 1973, após a data em que ele fora preso, e não aconteceu nada. Além disso, não houve também qualquer problema para o partido em conseqüência da queda de Lincoln.
Ele próprio acha que escapou da morte por causa do estado de coma em que entrou. Os órgãos de segurança chegaram a divulgar para a imprensa que ele tentara se suicidar, jogando-se debaixo de um caminhão carregado de areia.
Lincoln Bicalho Roque nasceu em São José do Calçado, no Espírito Santo. Cursou até o 1° ano de Medicina na Faculdade Nacional no Rio de Janeiro. Optou, então, pelo curso de Sociologia, na mesma faculdade. Formou-se em 1967, sendo contratado como professor do Instituto de Filosofia, Ciências e Letras da UFRJ. Em 1972, após várias prisões, passou a atuar na clandestinidade. Integrou o Comitê Estadual e o Comitê Central do PC do B até a sua morte.
Os quatro casos foram reconhecidos por unanimidade (7 x 0) pela Comissão Especial. O general Oswaldo Gomes foi o relator do processo de Lincoln Oest e Suzana Keniger Lisbôa dos três outros.

Espancado na feira de Petrolina

Ruy Frazão Soares (4/10/1941 - 27/5/1974)

Maranhense, Ruy desapareceu aos 33 anos no dia 27 de maio de 1974. Sua família mudou-se para o Rio de Janeiro logo após ele ter nascido. Quando estava com 5 anos, sua mãe retornou ao Maranhão devido à morte do seu pai. Estudou em escolas públicas e decidiu cursar Engenharia, o que o obrigou a estudar em Pernambuco. Participou da Juventude Universitária Católica (JUC) e foi preso e torturado. Libertado, foi para os Estados Unidos como bolsista da Universidade de Harvard. Em 1965, compareceu à Assembléia das Nações Unidas e denunciou a ocorrência de torturas no Brasil. Voltou ao Maranhão, mas não conseguiu concluir o curso de Engenharia — estava no 5° ano. Em 1966, foi condenado pela Justiça Militar. Passou à clandestinidade e casou-se com Felícia Moraes, em 1968. Usava na época o nome falso de *Luís Antonio Silva Moraes*. Em 1972, nasceu seu filho Henrique Ruy de Moraes Soares. Fez curso de técnico de rádio e TV e morou em Juazeiro, na Bahia. Militava na Ação Popular, organização que em parte se fundiu com o PC do B. Na manhã de 27 de maio de 1974, Ruy foi preso na feira de Petrolina, em Pernambuco, por três policiais armados que o espancaram — e nunca mais foi visto.
O Estado reconheceu a responsabilidade pela sua morte no Anexo da Lei 9.140/95.

Julgado duas vezes depois de morto

Armando Teixeira Frutuoso (20/5/1921 - setembro/1975)

Desaparecido desde setembro de 1975, Armando nasceu em 20 de maio de 1921, na cidade do Rio de Janeiro, filho de Aníbal Teixeira Frutuoso e Maria da Glória Frutuoso. A responsabilização do Estado pela sua morte também foi reconhecida pela Lei 9.140/95. O seu caso está registrado no *Dossiê* da seguinte forma:

Operário e delegado sindical representante do setor da Rua Larga junto ao Sindicato dos Trabalhadores da Light. Estudou até o 2º grau completo. Fez vários outros cursos, inclusive na Tchecoslováquia. Em 1961, foi preso por suas atividades sindicais. Com o Golpe Militar de 1964, Armando passou a atuar na clandestinidade.

Era casado com Virgínia Ricardi Viana, com quem teve uma filha, Cláudia. Foi militante do PCB e, desde 1971, pertencia ao Comitê Central do PC do B. Preso em 30 de agosto de 1975, no bairro de Madureira, no Rio de Janeiro, por agentes do DOI-Codi, foi torturado nas dependências do Dops e DOI/Codi do Rio e de São Paulo, tendo sido assassinado no início do mês de setembro.

Gildázio Westin Cosenza e Delzir Antônio, processados juntamente com Armando, denunciaram, em depoimento na Auditoria Militar e em cartas enviadas ao Superior Tribunal Militar, as torturas que levaram Armando à morte no DOI-Codi/RJ.

Tais denúncias se transformaram em investigações que não elucidaram o desaparecimento de Armando devido à reiterada alegação de que ele estava foragido. O relatório do Ministério do Exército mantém ainda a mesma versão de que "nunca esteve preso".

Farsa no tribunal

No dia 28 de março de 1978, a 2ª Auditoria do Exército do Rio de Janeiro absolveu Armando Teixeira Frutuoso, acusado de ser dirigente regional do PC do B. Pouco menos de um ano antes, em junho de 1977, a 1ª Auditoria do Exército de São Paulo condenara Frutuoso, à revelia, a cinco anos de prisão, no processo que envolveu os presos da Lapa, em São Paulo, de 16 de dezembro de 1976, sob a acusação de integrar o Comitê Central do mesmo partido. Ambos os julgamentos, envolvendo Frutuoso, foram uma farsa. Havia denúncias de testemunhas de sua prisão, tortura e desaparecimento. Mas, nos dois casos, elas não foram levadas em conta. No segundo julgamento, o próprio advogado de ofício — já que Frutuoso era revel —, Lourival Nogueira Lima, pediu o desmembramento do processo, para declarar a punibilidade extinta por morte. O que foi recusado pelo Conselho Permanente de Justiça.

No dia 4, ele mal podia levantar-se, tamanha as seqüelas produzidas pelas torturas. Seu rosto apresentava manchas de sangue e equimoses. A partir de determinado dia, os torturadores passaram a negar alimentação e água a Gildázio e Frutuoso. Gildázio ouviu os gritos de Frutuoso pedindo água e a resposta dos torturadores foi de que "não iam gastar comida e água com quem ia morrer.

A Chacina da Lapa

Ângelo Arroyo (6/11/1928 - 16/12/1976)
João Baptista Franco Drummond (18/5/1942 - 16/12/1976)
Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar (23/9/1913 - 16/12/1976)

O pacote de biscoitos estava jogado em um dos cantos da casa. João Baptista Franco Drummond teve o cuidado de desamassá-lo e camuflou nele um maço de exemplares do jornal clandestino *Classe Operária,* que levaria consigo. Preparava-se para deixar o aparelho da Rua Pio XI, nº 767, no bairro da Lapa, em São Paulo, onde acabara de se realizar uma reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PC do B). O pessoal do esquema de segurança retirava os dirigentes do local, dois a dois, de olhos vendados, como haviam chegado, deixando-os em pontos afastados na cidade. Agora, cerca de 20h do dia 15 de dezembro de 1976, era a vez de Drummond e Wladimir Pomar.

Eles entraram no carro acompanhados pelos militantes Joaquim Celso de Lima, o motorista, e Elza de Lima Monerat, que fazia a vigilância. Drummond foi deixado na Rua Honduras, no bairro do Itaim, e Wladimir, mais adiante, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Pouco depois, ambos foram presos, separadamente, e conduzidos ao DOI-Codi, na Rua Tutóia. No dia seguinte, Drummond, mineiro de Varginha, economista, estava morto aos 34 anos.

Joaquim e Elza, sem nada saber, voltaram para casa e retiraram mais uma dupla por volta das 23h: Aldo Arantes e Haroldo Lima, que saíram do carro nas proximidades do Shopping Iguatemi. Arantes foi preso algum tempo depois, quando ia entrar na estação Paraíso do Metrô. Lima, na manhã do dia seguinte, já em sua casa.

Permaneceram no aparelho do dia 15 para o dia 16: Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Jover Teles, e José Gomes Novaes, dirigentes do partido; Maria Trindade, militante que exercia a função de caseira; e Joaquim e Elza, do esquema de segurança. Ainda de madrugada, às 5h15, mais uma dupla, Jover Teles e José Gomes Novaes, foi retirada. Dessa vez, porém, observaram que o carro estava sendo seguido, e os dirigentes só puderam deixá-lo após acreditarem que tinham despistado os perseguidores. Foram os únicos que escaparam. Mais adiante, Joaquim e Elza tiveram o carro bloqueado e foram presos.

Pouco antes das 7h, dezenas de soldados, oficiais do Exército e policiais invadiram o aparelho da Rua Pio XI e assassinaram a tiros os dois dirigentes que restavam: Pedro Pomar, ex-deputado federal, 63 anos, nascido em Óbidos, no Pará; e Ângelo Arroyo, paulistano, operário metalúrgico, 48 anos. Maria Trindade sobreviveu à chacina e foi presa.

Maria estava na cozinha quando ouviu o barulho de vidros se quebrando e de porta sendo arrombada. Pomar estava na sala e Arroyo, saindo do banheiro. Ninguém teve tempo de fazer nada. Ela ainda ouviu Arroyo perguntar o que era aquilo, enquanto o corpo dele era lançado para cima pelo impacto das balas. Quando estava sendo levada para a viatura, ela chegou a dizer a um dos oficiais que comandava a operação: "Olha, vocês mataram eles dormindo. Essa é que é a verdade. Eles não tinham armas e morreram sem nem saber por quê". Maria disse que foram muitos tiros de revólver e de metralhadora e que até granada os policiais jogaram na casa. "Até hoje ainda ouço os estouros pipocando na minha cabeça".
A versão oficial divulgada pelas autoridades justificava a morte dos dirigentes do PC do B como conseqüência da resistência armada à prisão:

... morreram ontem pela manhã, após violento tiroteio com agentes do Departamento de Operações Internas (DOI) do II Exército, nesta capital. A operação de cerco à casa, iniciada às 6h50, e o tiroteio duraram 20 minutos, conforme informações dos moradores da movimentada Rua da Lapa. Os agentes de segurança apreenderam no 'aparelho subversivo' armas e material de propaganda política.

Wladimir, filho de Pedro Pomar, apresentou requerimento à Comissão Especial no qual derruba a versão oficial e sistematiza a verdadeira história da morte do seu pai:

O repórter Nelson Veiga, da TV Bandeirantes, que conseguiu furar o sistema de segurança policial e entrar na casa logo após a fuzilaria, também nega ter visto qualquer arma ao lado dos corpos antes da chegada dos peritos, conforme relato que fez ao neto de Pedro Pomar, transcrito no livro A Chacina da Lapa. *Os depoimentos de Maria Trindade e Nelson Veiga, as contradições nos laudos periciais, a ausência de um laudo conclusivo quanto a sinais de pólvora nos dedos dos mortos e a inexistência de buracos de projéteis nas casas e muros fronteiros ao prédio nº 767 apontam para a evidência de que não ocorreu um tiroteio no sentido estrito do termo. Tudo indica que foi montada uma encenação por parte das forças policiais para tentar demonstrar o ato de resistência armada e justificar o assassinato dos dois dirigentes políticos.*

O pacote de biscoitos

Os militantes presos foram levados para o DOI-Codi e torturados separadamente com capuz para não verem os algozes. Wladimir relatou na época à Auditoria Militar:

Ao chegar ao DOI do II Exército (hoje Comando Militar do Sudeste), fui encapuzado e despido, exceto pela cueca. Sem identificar-se, colocaram-me sentado em um banco de madeira e queriam que eu confessasse ser alguém chamado Álvaro. Como me recussasse, começaram a bater sistematicamente em minha cabeça com um instrumento que me pareceu ser um salto duro de sapato ou um pedaço de pau. Não me recordo quanto tempo isso durou até chegar um elemento que parecia ter algum posto de comando e declarou saber que eu era do PC do B, mas que a guerra acabara para mim.

Naquela madrugada, ele ouviu quando outro preso chegava ao DOI. Acompanhou, pelos gritos e gemidos, a sessão de tortura. Às 4h30, notou que houve um grande alvoroço, com policiais correndo, chamando o *"doutor"* e um deles dizendo: "O homem pulou". Aparentemente, o preso conseguira livrar-se dos torturadores e tentara fugir, despencando da torre de rádio. Depois disso, os espancamentos cessaram e ele não ouviu mais nada.
A questão era identificar o outro preso. Pomar ouvira um policial dizer claramente que ele *"estava com um pacote de biscoitos recheado de Classe Operária"*. Só podia ser Drummond: *"Era o único que eu vira, ainda na casa da Lapa, mexendo em um pacote de biscoitos"*, declarou na Auditoria.
A versão oficial saiu na imprensa, dando conta de que Drummond morrera atropelado por um carro Volkswagen, nas imediações da Rua Paim, perto da Avenida Nove de Julho (centro de São Paulo), ao tentar escapar da perseguição policial.
Haroldo Lima, também em depoimento na Auditoria Militar, desmontou a versão:

Um carro atropela e mata um homem que estava sendo perseguido por diversos agentes de segurança, devidamente motorizados, armados e com radiotransmissores. O carro escapa, a chapa não é anotada, não há pista, nem averiguação, nem uma foto do cadáver na rua, nenhuma testemunha do acidente, nem laudo pericial do levantamento cadavérico.

Aldo Arantes, depondo nas mesmas condições, confirmou que vira Drummond, antes de deixar a casa, manuseando o pacote de biscoitos para esconder os exemplares do jornal e que percebera a agitação entre os policiais do DOI na madrugada em que ele foi morto.
No dia seguinte à chacina, os presos do PC do B foram levados de avião para o Rio de Janeiro, onde continuaram sendo torturados. Posteriormente, foram trazidos de volta para São Paulo.

Reconhecimento na justiça

No dia 16 de julho de 1993, a juíza federal substituta Marianina Galante condenou a União a indenizar, por danos materiais e também morais, a viúva e as duas filhas de Drummond. Diz a sentença:

Todos os elementos dos autos, bem analisados, levam à conclusão de que João Baptista Drummond faleceu nas dependências da prisão onde se encontrava

sendo torturado, após sua detenção, na oportunidade em que se realizou a operação denominada, posteriormente, Chacina da Lapa, na madrugada de 16 de dezembro de 1976. Agentes da ré (a União), encarregados de desmantelar o clandestino Partido Comunista, foram os responsáveis pelo trágico acontecimento.

A sentença criou dois fatos inéditos na época: destruiu a versão de atropelamento como causa da morte de militantes políticos (a de suicídio já fora derrubada em outros casos) e estabeleceu ressarcimento por danos também morais sofridos pela família, e não apenas por danos materiais, embora afirmando que *"o amor e a solidariedade paterna, já foi dito, não têm preço"*.
E foi mais além: *"Conceber que as atrocidades praticadas em nome de uma pseudodemocracia possam permanecer sepultadas para sempre, nem o quis a Lei da Anistia"*, disse a juíza.

A traição do dirigente

Os dois únicos membros da direção que escaparam da chacina tomaram rumos diferentes. José Gomes Novaes conseguiu rapidamente recontatar o partido na Bahia e se reintegrou à militância. Jover Teles sumiu. Pensava-se que fora preso e certamente morto pela repressão, que teria desaparecido com ele. Já cumprindo pena no presídio do Hipódromo, em São Paulo, Wladimir Pomar, Aldo Arantes e Haroldo Lima dedicaram boa parte do tempo e das discussões para tentar descobrir as causas da queda da Lapa. Pomar, a partir de vários indícios, levantava a hipótese de que Jover Teles teria entregue os companheiros à polícia. Os outros discordavam e chegaram a indispor-se com ele. Somente em 1992, um militar ligado à repressão, o tenente-coronel Sebastião Curió, confirmaria a suspeita de Pomar.
Jover Teles fora preso no Rio de Janeiro três meses antes da reunião da Lapa e decidira colaborar com a repressão, recebendo em troca bom tratamento e emprego para ele e sua filha na fábrica de armas Amadeo Rossi, no Rio Grande do Sul.
De acordo com o ex-sargento do Exército Marival Chaves, que servia no DOI-Codi/SP na época dos acontecimentos, o agente infiltrado era chamado de *VIP* (Very Important Person) e estava sob o controle dos agentes do DOI do Rio de Janeiro que vieram para São Paulo. *"Eu tomei conhecimento de que o infiltrado era Jover Teles tempos depois. O apelido* VIP *fiquei conhecendo no dia. A operação foi planejada em uma sala próxima à minha. Lá, vi um mapa com esboço das ruas onde se daria o 'ponto': a Avenida Brigadeiro Luís Antônio e suas transversais, onde Jover seria apanhado pelo carro do PC do B para participar da reunião."*
Para o ex-sargento, Jover Teles *"poderia muito bem chegar a São Paulo e desvencilhar-se da repressão. Mas a coisa foi premeditada. Saiu do Rio e colaborou inteiramente. O que deve ter acontecido? Em São Paulo ele marcou um 'ponto' com o controlador dele, do DOI do I Exército, e dali saiu acompanhado para o encontro com Elza Monerat"*.
Ao responder à questão sobre por que as outras pessoas que estavam na reunião não foram mortas, ele explicou: *"Não morreram porque o Jover tinha de sair. Ele era um agente infiltrado que mal tinha começado"*.
Manoel Jover Teles foi encontrado pela revista *Veja*, em 1996, disputando as eleições para vereador pelo PPB de Paulo Maluf, na cidade gaúcha de Arroyo dos Ratos. Tinha na época 76 anos.

Controle total

Wladimir Pomar, no mesmo requerimento à Comissão Especial, comprova que, desde o início da reunião, a casa estava sob o controle da repressão.

As forças policiais tinham pleno conhecimento do que se passava na casa, das pessoas da reunião e do esquema de entrada e saída dos participantes. Esse conhecimento lhes foi dado, com antecedência, por um informante que se encontrava entre os participantes da reunião. É isto que explica o fato de que no dia 10/12/1976 o chefe do EM/II Exército pôde transcrever, em ofício ao secretário da Segurança Pública de São Paulo, o nome de três participantes de uma reunião que teria início três dias depois.

Um trecho do ofício:

Foi montada uma operação de informações, no curso das investigações, foram levantadas atividades subversivas de elementos condenados e sobejamente conhecidos por suas atuações junto ao PC do B, tais como:
— Pedro Felipe Ventura de Araújo Pomar;
— Ângelo Arroyo;
— Aldo da Silva Arantes;

Wladimir continua:

Foi esse conhecimento prévio que permitiu às forças de segurança elaborar e colocar em prática um minucioso plano de cerco, vigilância e captura. Desde o dia 13/12/1976, data de entrada do informante na reunião e localização do prédio, até 16/12/1976, o imóvel ficou completamente cercado e sob vigilância das forças de segurança.
No dia 15/12/1976 à noite, o plano desdobrou-se: uma parte considerável das forças policiais manteve o cerco e vigilância do prédio, enquanto outra se deslocou atrás do carro que levava Jover Teles e Ramiro Bonifácio *(nome utilizado por José Gomes Novaes). As viaturas policiais de captura fizeram questão de mostrar ao motorista do Ford Corcel que o estavam seguindo. Queriam fazê-lo tentar a fuga para livrar o informante Jover Teles. Quando isto ocorreu, o carro e os que o conduziam foram cercados e presos porque o*

dispositivo policial, na verdade, em nenhum momento perdeu o controle dos movimentos do veículo.
Este procedimento poderia ter continuado até a prisão dos dois remanescentes na casa. As forças de segurança sabiam que eles deveriam sair no mesmo dia 16, pois o informante da polícia tinha conhecimento de que ambos normalmente eram os últimos a sair das reuniões.
O dispositivo policial-militar, além de ter o pleno domínio da situação e contar com a surpresa, possuía forças humanas tão superiores que a prisão dos dois era líquida e certa. Pelo número de agentes utilizado para as capturas do dia 15/12/1976, é possível estimar em pelo menos 250 a quantidade de policiais e militares envolvidos no cerca à casa nº 767 da Rua Pio XI.

Em outro ofício confidencial, enviado no dia 14/12/1976 pelo chefe do EM/II Exército, general-de-brigada Carlos Xavier de Miranda, ao secretário da Segurança Pública de São Paulo, coronel Erasmo Dias, consta a informação do dia e da hora da operação:

O Exmo. Sr. General Comandante do II Exército incumbiu-me de comunicar a V. Exa. que, dando prosseguimento às investigações mencionadas, o DOI-Codi realizará, no dia 16 do corrente, uma operação urbana visando a detenção de militantes do PC do B, que se encontram homiziados na casa sita à Rua Pio XI, nº 767, bairro da Lapa, nesta cidade. Em conseqüência, solicito providências no sentido de que a partir das 6h do dia 16 de dezembro de 1976 seja montado um esquema de segurança, com a finalidade de tranqüilizar os moradores vizinhos da citada residência e os transeuntes, bem como seja o trânsito desviado das proximidades do local onde será realizada a operação.

Ainda no requerimento, Wladimir questiona então as razões que teriam levado as forças de segurança a executar Pomar e Arroyo:

Nessas condições, a decisão explicitada no Relatório de Operação do Comando do II Exército, de realizar o ataque ao prédio, só é explicável se já havia a predisposição de eliminação física de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. Se não havia tal predisposição, por que então foi tomada a decisão de ataque?

Arroyo era o único comandante guerrilheiro que conseguira escapar do Exército durante a Guerrilha do Araguaia, e Pomar era um dos mais antigos e experientes membros da direção do partido, tendo sido eleito, em 1947, deputado federal por São Paulo com 135 mil votos.
Wladimir explica:

Alegação sussurrada, mas jamais escrita, é de que se tratava de elementos de alta periculosidade, defensores da luta armada contra o regime. Tal alegação é pueril. Mesmo que tal periculosidade fosse verdadeira, o assassinato premeditado pelas forças de segurança não encontraria respaldo nem mesmo nas leis do período ditatorial.
Como agravante, há o fato de que a disparidade de forças entre as três pessoas que se encontravam na casa (uma mulher de meia-idade, um homem de meia-idade e um homem de idade avançada) e o dispositivo policial-militar era de tal ordem que as forças policiais não teriam qualquer dificuldade em capturá-los vivos.
Desse modo, quaisquer que tenham sido os motivos que levaram à decisão de matar Pedro Pomar e Ângelo Arroyo no dia 16 de dezembro de 1976 no prédio nº 767 da Rua Pio XI, os fatos apresentados acima, coadjuvados pelos documentos anexos, deixam evidente, de forma clara, cabal e insofismável, que meu pai foi morto em local que, no momento de sua morte, encontrava-se sob o cerco, a vigilância, a custódia, a dependência, o mando, a proteção, o domínio, a tutela, a subordinação e o arbítrio das forças de segurança da União.

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* registra uma curiosidade sobre as circunstâncias da morte de Pedro Pomar:

Pomar não deveria estar presente à reunião da Lapa. Mas a doença de sua mulher, Catharina, desenganada pelos médicos, levou-o a desistir de uma viagem à Albânia. Por uma dessas ironias, vários membros da família reuniram-se para despedir-se de Catharina, que viveria até 1986, sem saber que na verdade despediam-se de Pedro.

Abrindo caminho

O extermínio dos principais dirigentes do PC do B, ocorrido durante o governo do general Ernesto Geisel, foi o último ataque de vulto da repressão contra as organizações de esquerda. Entre 1974 e 1976, a ditadura buscou dizimar as direções do PCB, que não travara a luta armada, e do PC do B, que fizera a Guerrilha do Araguaia. As evidências revelam o final de um processo de "limpeza" que acabaria abrindo caminho para uma abertura política limitada às oposições institucionais.

Votos na comissão

Os três casos foram relatados por Nilmário Miranda e reconhecidos pela Comissão Especial, mas as decisões foram difíceis. A única aprovação por unanimidade ocorreu em relação a João Baptista Franco Drummond (7 x 0), porque a morte se deu no DOI-Codi. A execução de Pomar e Arroyo, na casa da Lapa, fez com que o presidente da Comissão, Miguel Reale Júnior, o general Oswaldo Gomes e Eunice Paiva votassem contra, argumentando que o local "não era uma dependência policial ou assemelhada". O caso de Pomar foi aprovado por 5 x 2 (votos vencidos do presidente e do general) e o de Arroyo por 4 x 3. Tudo indica que o desgaste sofrido por Eunice Paiva (viúva do desaparecido político Rubens Paiva) por ter votado contra o caso Arroyo, levou-a a pedir para sair da Comissão Especial.

PCR 1966

ações no nordeste

O PCR foi a primeira dissidência do PC do B, circunscrita a Pernambuco e Estados vizinhos do Nordeste. Reuniu antigos militantes das Ligas Camponesas, como Amaro Luís de Carvalho (*Capivara*), e lideranças do movimento estudantil.

De acordo com Gorender, a concepção geral do PCR não se distingue no essencial do seu partido de origem. "Adota a estratégia da guerra popular, fala em cerco das cidades pelo campo, e assim por diante. Confinado à faixa canavieira de Alagoas a Paraíba, a tese peculiar do PCR é a de que o Nordeste constitui o ponto mais agudo da contradição entre o imperialismo norte-americano e o povo brasileiro. Por conseguinte, deve ser *a área principal de atuação dos comunistas revolucionários*. Do ponto de vista nacional, a área industrial de São Paulo e do Rio de Janeiro seria a *cidade* e o resto do país, o *campo*."

Ainda segundo Gorender, "o PCR denunciou a inação 'traidora' do PC do B e partiu para atos de efeito imediato. Dedicou-se ao incêndio de canaviais e a outras ações com vista à desorganização da produção açucareira na Zona da Mata".

Em *Brasil:Nunca Mais* consta que dez processos, entre os pesquisados na Justiça Militar, abordavam atividades do PCR em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, com um total de 39 réus e outros 11 indiciados na etapa de inquérito.

A Comissão Especial apreciou quatro processos de mortos oficiais vinculados ao PCR: o caso de Amaro Luís de Carvalho, o *Capivara*, morto na Casa de Detenção do Recife, em 1971, poucos dias antes de ter direito à liberdade; e os de Manoel Lisboa de Moura, Emmanuel Bezerra dos Santos e Manoel Aleixo da Silva, assassinados em 1973.

"Envenenado" na Casa de Detenção

Amaro Luís de Carvalho (? - 22/8/1971)

Ele era preso político, cumpria pena na Casa de Detenção do Recife e estava prestes a ter direito à liberdade. Por sua história e pela liderança que exercia, a ditadura não desejava vê-lo solto. Morreu envenenado no dia 22 de agosto de 1971, e deveria sair da cadeia em outubro.

Amaro, conhecido popularmente como *Capivara*, era líder camponês do Sindicato Rural de Barreiros, em Pernambuco, e um dos dirigentes do Partido Comunista Revolucionário.

Na época, era diretor da Casa de Detenção o cel. da PM Olinto Ferraz. Os presos políticos denunciaram amplamente o assassinato de *Capivara*, responsabilizando os guardas da cadeia.

A versão oficial da repressão informava que os próprios companheiros de Amaro Luís de Carvalho seriam os responsáveis pelo envenenamento por causa de divergências políticas.

Uma história absurda, denunciada pelos presos políticos da época como uma farsa grosseira para tentar encobrir o assassinato de mais um militante de esquerda.

Nilmário Miranda, relator do caso na Comissão Especial, diz no seu parecer:

> A participação em atividades políticas, a morte por causa não-natural, em dependência policial, estão demonstradas por tudo o que consta dos documentos juntados ao requerimento. Neste sentido, em especial, são ilustrativas as declarações prestadas na Delegacia de Segurança Social de Pernambuco por vários presos políticos, companheiros de Amaro Luís de Carvalho, entre eles o médico Érico Dornelles.

O depoimento de Dornelles: "No dia 22 de agosto último, mais ou menos às 19h30, encontrava-me em minha cela, localizada na terceira galeria do Raio Sul, quando um enfermeiro da Casa comunicou que o detento *Capivara* estava passando mal. Em seguida, surgiu o companheiro José Pedro da Silva (ex-marinheiro), que, de posse das chaves, abriu a cela. Saí, levando tensiômetro e estetoscópio. Chegando ao salão da chefia, encontrei *Capivara* estendido no chão, sem camisa, usando somente calças. A única coisa que fiz foi procurar localizar o seu pulso, o que já não foi possível, constatando, assim, que *Capivara* estava morto".

José Pedro da Silva, interrogado na época, disse: "Estou cumprindo pena de quatro anos na Casa de Detenção por crime político, tendo sido processado no Estado do Rio de Janeiro. Recolhido no Anexo I da Casa de Detenção, juntamente com outros presos políticos, encontrava-se *Capivara*. No dia 22 à noite, como de costume, fomos assistir a um programa de televisão no Anexo II. Por volta das 19h30, durante um comercial do programa Flávio

Cavalvanti, resolvi sair do local a fim de tomar banho, e depois, café. Já estava na minha cela e ia tomar banho quando chegou Júlio Santana e informou que *Capivara* estava passando mal e se encontrava na Chefia de Quarto. Ali chegando, vi o companheiro deitado no chão sendo massageado por um acadêmico. Ele colocou um líquido nos olhos de *Capivara*, levantou-se, e disse que o mesmo estava morto. Incrédulo com a notícia, apelei para o chefe de quarto, de nome José Costa, a fim de que fosse chamado o médico e preso político Érico Dornelles".
Maria das Dores Gomes da Silva, companheira de Amaro Luís de Carvalho — também conhecido como *Antonio Nunes Capivara* — declarou: "Sempre visitei meu companheiro na Casa de Detenção e no último sábado, dia 21 do corrente, cheguei às 13h para a visita. *Capivara* me disse que tinha almoçado bem, mas, possivelmente devido a um pedaço de abacaxi que comera, estava com cólicas. Tomou então uma dose de Atroveran, melhorando em seguida. Saí da cadeia às 16h, deixando *Capivara* completamente bem.
No dia seguinte, domingo, o irmão de outro detento, de nome José Pedro da Silva, foi levar o almoço para ele, chegando na Detenção às 13h e saindo cerca de 16h. Aproveitou e trouxe para mim um bilhete escrito por *Capivara* e algumas roupas para lavar. No bilhete ele pedia uma sandália Havaiana e dizia que passara o resto do sábado e a manhã de domingo muito bem de saúde — fazia inclusive referência à sua saída da cadeia dentro de três meses. Para minha surpresa, por volta das 20h30, soube que meu companheiro havia falecido de um mal súbito".

Causa da morte

Nilmário Miranda continua no seu parecer:

> No que diz respeito à causa da morte, a versão oficial afirma ter sido ocasionada por envenenamento. No entanto, a necropsia procedida pelos peritos, drs. Nivaldo José Ribeiro e Antonio Victoriano da Costa Barbosa, no dia 23 de agosto de 1971, conclui que a morte foi ocasionada por hemorragia pulmonar, decorrente de traumatismo do tórax, por instrumento contundente.
> Os exames toxicológicos realizados no dia 27 de agosto daquele ano pelos drs. Osvaldo Bittencourt de Andrade e Adhemar Cavalcanti Ramos resultaram negativos.
> Por fim, consta do Atestado de Óbito, como causa da morte, a mesma conclusão da necropsia: hemorragia pulmonar, decorrente de traumatismo do tórax, por instrumento contundente.

A Comissão Especial reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de Amaro Luís de Carvalho por unanimidade (7 x 0).

Tiroteios de fantasia

Manoel Aleixo da Silva (1931 - 29/8/1973)
Manoel Lisboa de Moura (21/2/1944 - 4/9/1973)
Emmanuel Bezerra dos Santos (17/6/1943 - 4/9/1973)

Carta-denúncia, anônima, divulgada em 1º de setembro de 1973:

Há algum tempo, desde os fins de julho do corrente ano, Recife, a 'cidade das revoluções libertárias', encontra-se sob terror de bandos armados cuja missão é seqüestrar pessoas indefesas, torturá-las e ameaçá-las de morte.

Segue-se o relato de vários casos de pessoas seqüestradas em locais públicos, entre eles o de *"Manoel Lisboa de Moura, estudante de Medicina em Alagoas, até 1964".*

São oito vidas em perigo entre tantas outras que não tomamos conhecimento e que também estão ameaçadas. Podemos salvá-las na medida em que a divulgação da denúncia que fazemos dificultar qualquer plano dos carrascos no sentido de apresentá-los depois como "terroristas assassinados quando planejavam ação de terror contra o governo" ou "quando tentaram reagir à bala ao cerco policial". Todos eles foram presos sem reação armada. Se forem assassinados, o serão friamente e a responsabilidade será das autoridades militares, dos generais e coronéis fascistas, que acobertam, apóiam e estimulam bandos facínoras, semelhantes à SS e à Gestapo de Hitler, especializados em seqüestros, torturas, violação de domicílios e assassinatos.

Diário de Pernambuco, 5 de setembro de 1973:

São Paulo — (Meridional - DP) — Durante tiroteio com agentes dos órgãos responsáveis pela segurança interna, morreram, na manhã de ontem, em Moema, nesta capital, os terroristas Manoel Lisboa de Moura e Emmanuel Bezerra dos Santos, que fizeram parte do atentado ao marechal Arthur da Costa e Silva, então presidente da República, em 1966, no Recife.

Parecer do general Oswaldo Gomes, na Comissão Especial, 18 de março de 1996:

A versão oficial da morte em tiroteio de um elemento, já preso, que é levado ao encontro de outro e desse tiroteio não há notícia de ferimento em nenhum elemento da Segurança, não convence o relator como não convenceu no caso de Manoel Lisboa de Moura.
Sou de parecer que o representante deve ser atendido e que a Comissão considere que Emmanuel Bezerra dos Santos faleceu por causas não-naturais, preso em dependência policial por motivo de suas atividades políticas, configurando-se a hipótese prevista no Art. 4 inciso 1º letra b da Lei 9.140/95, de 4 de dezembro de 1995.

Os mortos do PCR

Entre 29 de agosto e 4 de setembro de 1973, três dos principais dirigentes do Partido Comunista Revolucionário (PCR) foram presos, torturados e mortos pela repressão. A versão oficial foi a mesma: tiroteio com agentes policiais.
Manoel Aleixo da Silva, pernambucano de São Lourenço da Mata, líder camponês conhecido como *Ventania*, morreu aos 42 anos, no município de Ribeirão, em Pernambuco, no dia 29 de agosto de 1973.
Manoel Lisboa de Moura, alagoano de Maceió, ex-estudante de Medicina da Universidade Federal de Alagoas, foi preso no Recife no dia 16 de agosto.
No mesmo dia, também no Recife, foi preso Emmanuel Bezerra dos Santos, nascido em São Bento do Norte, líder estudantil no Rio Grande do Norte, ex-presidente da Casa do Estudante de Natal.
Ambos foram torturados no Dops/PE, transferidos para o Dops/SP, novamente torturados, e morreram em 4 setembro de 1973, Manoel com 26 anos e Emmanuel com 29 anos.

O caso *Ventania*

As circunstâncias da prisão de Manoel Aleixo da Silva, em Joaquim Nabuco, foram relatadas por sua companheira Isabel Simplícia da Conceição, com quem morava há mais de seis anos. Vizinhos e amigos também testemunharam sobre a prisão de *Ventania*.
No início da manhã do dia 29 de agosto, Isabel ouviu Manoel sendo chamado por quatro ou cinco homens para descer o morro e entrar em um carro que estava estacionado embaixo de uma árvore. Ela levantou da cama e viu pela janela um carro grande, verde-cana escuro, no qual *Ventania* entrou sem oferecer resistência, seguido dos homens, um deles usando botas de soldado.
Manoel já tinha sido preso antes, em 1969, quando fazia dois anos que morava com Isabel e dizia que só queria filhos depois que houvesse justiça no campo. Dessa vez, porém, Manoel não voltaria mais. Dias depois, companheiros contaram a Isabel que ele tinha morrido trocando tiros em Ribeirão com um sargento do Exército. Ela não acreditou porque *Ventania* nunca andava armado e não tinha aparecido em casa desde que os homens o levaram. Isabel achava que ele fora morto porque era das Ligas Camponesas. Ela contou que apoiava a luta, e que agora espera justiça — *"para que nunca mais aconteça outro final de agosto tão triste como o de 1973"*.
Manoel não deixou filhos.
A relatora do caso na Comissão Especial, Suzana Keniger Lisbôa, argumenta em seu parecer:

> Com a abertura dos arquivos do Dops/PE, pôde-se saber parcialmente a verdade dos fatos, ou seja, que Manoel foi preso em Joaquim Nabuco, levado para Recife e no dia seguinte para a periferia de Ribeirão, onde foi morto ou deixado morto. Foi assassinado com um único tiro nas costas, conforme consta em seu laudo de necropsia, dado por Jorge Francisco Inácio, agente da repressão política, qualificado em seu depoimento ao Dops apenas como funcionário público. Esse assassinato foi tratado pelo delegado do Dops do Recife, dr. José Oliveira Silvestre, como um ato de quem "agiu no estrito cumprimento do dever legal, consoante disciplina e nossa legislação em vigor".

E dá o seu voto:

> Considerando o acima exposto, torna-se evidente que Manoel Aleixo da Silva foi preso por agentes dos órgãos de repressão política, torturado até a morte em alguma dependência policial ou assemelhada e levado para Ribeirão, onde foi montado mais um dos macabros teatrinhos de tiroteio destinados a encobrir os assassinatos sob tortura.
> Infelizmente, esta Comissão Especial não tem poderes para atender à solicitação da viúva de restabelecer as reais circunstâncias da morte de *Ventania*, sendo entretanto legítima sua solicitação de incluí-lo dentre os beneficiários da Lei 9.140/95.

Encontro impossível

A versão oficial das mortes de Manoel Lisboa de Moura e Emmanuel Bezerra dos Santos baseia-se no fato de que eles tinham um encontro marcado no dia 4 de setembro de 1973, no Largo de Moema, em São Paulo. Emmanuel Bezerra estaria naquele Estado, após ter chegado do exterior, e Manoel Lisboa, preso no Recife, teria dado essa informação à polícia, sendo por isso levado para lá, onde iria encontrá-lo. Na hora marcada, com o Largo de Moema cercado pelos policiais, e Manoel Lisboa à espera, sob vigilância, aconteceu um imprevisto: ao chegar, Emmanuel Bezerra percebeu que tinha sido traído e atirou em Manoel Lisboa. Os policiais reagiram e ambos foram mortos. O roteiro resolvia dois problemas para as autoridades: justificava a morte dos dois e os desmoralizava. Além disso, imputava aos dirigentes do PCR o atentado contra o marechal Costa e Silva, ocorrido em 1966, no Aeroporto de Guararapes, no Recife, no qual morreram duas pessoas, e que era de autoria desconhecida.
O que derruba a ficção criada pela polícia é o fato de Emmanuel Bezerra ter sido preso no Recife, no dia 16 de agosto, juntamente com Manoel Lisboa. A equipe chefiada pelo policial conhecido como Luiz Miranda, responsável pelas torturas que ambos sofreram no Dops/PE, negociou com o delegado Sérgio Paranhos Fleury a transferência deles para São Paulo. Luiz Miranda escoltou os presos na viagem e participou das sevícias que a equipe de Fleury praticou contra eles até matá-los.
Na Comissão Especial, o general Oswaldo Gomes relatou o caso de Emmanuel Bezerra e Eunice Paiva, o de Manoel Lisboa de Moura.

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* esclarece o seguinte:

Sobre Emmanuel: *As fotos do Instituto Médico Legal mostram um corte no lábio inferior produzido pelas torturas, que o médico-legista Harry Shibata afirmou ser fruto de um tiro. Segundo denúncia dos presos políticos, Emmanuel foi morto sob torturas no DOI-Codi/SP, onde o mutilaram, arrancando-lhe os dedos, o umbigo, os testículos e o pênis.*
Sobre Manoel Lisboa: *A requisição do exame necroscópico foi assinada pelo delegado Edsel Magnotti, e o laudo pelos médicos-legistas Harry Shibata e Armando Cânger Rodrigues, que confirmam a versão oficial.*
A denúncia de Selma Bandeira Mendes e de vários outros presos políticos, que se encontravam nas dependências do DOI-Codi/SP naquele período, diz que o corpo de Manoel estava coberto de queimaduras, estando, inclusive, quase paralítico.
O capitão do Exército Carlos Cavalcanti, membro da família de Manoel, tentou resgatar o corpo que, embora tivesse sido enterrado como indigente no Cemitério de Campo Grande/SP, poderia ser exumado, desde que a família se comprometesse a não abrir o caixão, que seria entregue lacrado, ao que a família se recusou, por não poder ter nem ao menos a certeza de que, no caixão lacrado, estava o corpo de Manoel.
Por ocasião do processo de exumação e identificação de Emmanuel Bezerra dos Santos, o mesmo foi feito a Manoel, uma vez que ambos foram mortos e sepultados no mesmo local. Seu irmão não quis receber seus restos mortais, que, então, foram colocados no Ossário Geral do Cemitério de Campo Grande, com a presença de amigos e entidades.

Dois meses depois das mortes do PCR, o policial Luiz Miranda "retribuiu" ao delegado Sérgio Fleury o que a repressão de São Paulo fizera pela de Pernambuco, recebendo os militantes presos da Ação Popular, José Carlos da Mata Machado e Gildo Macedo Lacerda, que foram torturados e mortos no Recife.
Há informações nos processos indicando que Manoel Lisboa e Emmanuel Bezerra não participaram do atentado contra o marechal Costa e Silva. Em 1966, Emmanuel Bezerra era estudante e morava em Natal, onde se encontrava no dia da ação. E Manoel Lisboa, na hora do ocorrido, estava trabalhando no escritório da Cerne, no Recife velho.
Os três casos foram reconhecidos por unanimidade pela Comissão Especial (7 x 0).

Projeto Rua Viva

Em novembro de 1994, o Programa Especial de Cidadania e Direitos Humanos (PECDH) da Prefeitura de Maceió criou o Projeto Rua Viva, inspirando-

se em projeto semelhante idealizado em 1993 pelo vereador de Belo Horizonte, Betinho Duarte, e homenageou os mortos e desaparecidos políticos alagoanos, entre eles Manoel Lisboa de Moura, denominando ruas da cidade com os seus nomes.

MRT 1969

de armas nas mãos

O Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), sigla disponível em 1969, mas já utilizada antes de 1964 por Francisco Julião, um dos organizadores das Ligas Camponesas, surgiu de uma dissidência da Ala Vermelha, inconformada com o processo de autocrítica iniciado na organização. Jacob Gorender, em seu livro *Combate nas Trevas,* explica que desde "meados de 1969, o pessoal da Ala Vermelha percebeu que o dinheiro obtido dos assaltos a bancos não compensava as despesas e outros problemas deles decorrentes. O processo de discussão abriu caminho à autocrítica do militarismo, do afastamento das massas e do foquismo".

Em outubro de 1969, os grupos de militantes liderados por Devanir de Carvalho, reunindo a maior parte do Grupo Especial Nacional Revolucionário (GENR) — que realizava as ações armadas —, e por Plínio Peterson Pereira se uniram e formaram o MRT. Apesar de contar com poucas dezenas de militantes, a nova organização ganhou destaque pela ousadia e eficiência na luta armada. Realizou — juntamente com a VPR e a Rede — o seqüestro do cônsul-geral do Japão em São Paulo, no dia 12 de março de 1970, para libertar presos políticos, participou de importantes "ações de expropriação" (assaltos a bancos, carros-forte etc.), integrada à chamada Frente (ALN-VPR, MRT e Rede), e "justiçou" (em conjunto com a ALN), no dia 15 de abril daquele mesmo ano, o empresário Henning Boilesen, destacado colaborador do DOI-Codi/SP, em represália ao assassinato pela repressão do seu principal dirigente, Devanir de Carvalho, ocorrido dez dias antes. Em seguida, outros dirigentes foram presos e mortos — como Joaquim Alencar de Seixas e Dimas Casemiro — e a organização foi extinta. A ditadura matou quatro militantes do MRT.

Primeiro banido a voltar

Aderval Alves Coqueiro (19/7/1937 - 6/2/1971)

A morte de Aderval, 33 anos, baiano do município de Brumado, ocorrida no dia 6 de fevereiro de 1971, foi divulgada pela imprensa como uma importante vitória da ditadura. Tratava-se do primeiro banido localizado pela repressão após retornar ao Brasil. Ele estava entre os 40 presos políticos trocados pelo embaixador alemão Von Holleben, seqüestrado em junho do ano anterior.

De origem operária, filho de José Augusto Coqueiro e Jovelina Alves Coqueiro, Aderval era casado com Isaura e tinha duas filhas. Começou cedo a militância política, filiando-se ao PCB, e participou como candango da construção de Brasília. Desligando-se do PCB, integrou o Comitê Regional do PC do B, centrando suas atividades na zona rural. Participou também da Ala Vermelha antes de integrar o MRT.

Desde 1961, vivia em São Paulo, onde trabalhava como operário da construção civil.

Aderval foi preso em 29 de maio de 1969, na 2ª Companhia da PE, em São Paulo. Algum tempo depois, foi transferido para o Dops e torturado pelo delegado Sérgio Fleury. Em junho de 1970, foi banido do território brasileiro, indo para a Argélia. De imediato procurou reunir condições de voltar ao país para retomar a luta.

Coqueiro regressou ao Brasil no dia 31 de janeiro de 1971, indo morar em um apartamento no bairro do Cosme Velho, no Rio de Janeiro, onde foi localizado e morto no dia 6 de fevereiro de 1971.

Segundo testemunhas, uma grande área do bairro foi cercada pelos agentes policiais, com o objetivo de evitar sua fuga. A versão oficial divulgada diz que Coqueiro reagiu à prisão, tentou fugir, mas foi abatido pelas costas, no pátio interno do prédio onde morava. Jornais da época noticiaram como sendo mais uma morte em violento tiroteio. Algumas revistas publicaram fotos onde o corpo dele aparece estendido no chão com uma arma próxima à sua mão direita.

Seu corpo deu entrada no IML com guia s/nº do Dops e Atestado de Óbito firmado pelo dr. João Guilherme Figueiredo, sendo declarante Reinaldo da Fonseca Mota. Posteriormente, foi entregue à família que o sepultou no Cemitério de Inhaúma (RJ), em 14 de fevereiro de 1971.

Nas pesquisas feitas no IML não foram encontrados laudo de necropsia, nem laudos e fotos de perícia local no ICE/RJ, apesar da existência das fotos fornecidas, à época, para a imprensa.

Dossiê

A Comissão Especial, a pedido do relator do caso, Nilmário Miranda, requereu ao secretário de Justiça do Rio de Janeiro laudo de exame de necropsia, fotos e todas as informações de perícia local referentes à morte de Coqueiro.

No processo não consta sequer a resposta daquela autoridade. Em seu parecer, o relator considera que a sonegação de documentos oficiais, em mais esse caso, visa impedir o conhecimento pela sociedade das reais circunstâncias em que se deram as ações da repressão.
Felizmente — continua o parecer —, a Comissão Nacional de Familiares anexou dossiê ao processo, possibilitando o esclarecimento da morte de Coqueiro, mesmo com a ausência de vários documentos oficiais.
O depoimento de uma das testemunhas, Francisco Soares, zelador do prédio onde o militante político foi morto, esclarece quatro pontos importantes: Coqueiro não reagiu à prisão; houve ordem policial para atirar e matar; um dos agentes anunciou que havia "presunto fresco"; e foi dada ordem para que se colocasse a arma ao lado do corpo.
Edição do *Jornal do Brasil* de 8 de fevereiro daquele ano publica a versão oficial e informa: "Cerca de 50 policiais à paisana, armados de metralhadoras e revólveres, obrigavam os carros a voltar e os moradores dos prédios próximos, muitos em roupas de praia, a esperar o final da operação. Os repórteres não tiveram acesso ao local do tiroteio, onde os fotógrafos foram admitidos, um a um. Havia muito sangue no chão e o corpo de um homem moço moreno, caído de bruços, com um revólver perto da mão direita. Coqueiro vestia calção de banho azul quando foi morto". O jornal também publica uma foto que mostra que ele foi alvejado pelas costas.
Nilmário dá ênfase à sua conclusão: o providencial sumiço do laudo de necropsia e do laudo com fotos da perícia local objetivou a ocultação das provas da execução de um homem vestido apenas com calção de banho e desarmado.
Edição do *Jornal da Tarde* da mesma data acrescenta outras informações fornecidas por um oficial que participou da operação: o militar relaciona a localização de Coqueiro pela repressão com o então preso político desaparecido Rubens Paiva, tentando transformá-lo em delator de "terroristas".

... Os órgãos de segurança conseguiram localizar Aderval Alves graças a um depoimento prestado pelo ex-deputado Rubens Paiva quando este ainda estava detido pelas autoridades militares.
A localização do aparelho em que Coqueiro estava começou a ser feita há menos de um mês, quando um grupo de oficiais da polícia do Exército do Rio de Janeiro saiu com o ex-deputado para uma batida no elegante bairro carioca do Alto da Boa Vista, na Floresta da Tijuca.

O oficial revela-se, contudo, insatisfeito com algumas informações divulgadas pela imprensa: *"do jeito que a coisa foi posta, parece que pegamos um homem desarmado, desprevenido e o matamos covardemente"*.
De acordo com o relator, os documentos anexados ao processo permitem demonstrar que Coqueiro foi mesmo vítima de execução sumária, não tendo havido tiroteio, uma vez que estava desarmado.

Afirma também que a foto publicada pelo *Jornal do Brasil* indica que Coqueiro foi arrastado até o pátio do prédio, tudo levando a crer que foi mais uma vez montado um "teatrinho" para dar coerência à versão oficial.
Finalizando o seu parecer e declarando voto favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Aderval Alves Coqueiro, Nilmário Miranda afirma: "ele foi detido dentro do apartamento onde foi morto e arrastado para a área central do prédio, alvejado pelas costas para caracterizar tentativa de fuga. O apartamento estava sob controle dos agentes de segurança. Assim, estando Coqueiro desarmado e tendo sido alvejado, não se pode argüir reação à prisão ou tiroteio. Ele se encontrava subjugado, indefeso e, portanto, sob custódia do Estado. Não se admite que uma operação repressiva tenha por finalidade a prática de assassinato. A execução sumária não pode ser tolerada. A autoridade policial é obrigada a oferecer ao perseguido a possibilidade de rendição e tem o dever de esgotar as possibilidades de capturá-lo com vida".

Vistas ao processo

Na primeira vez em que foi apreciado pela Comissão Especial, o caso de Coqueiro não chegou a ser votado porque Luís Francisco da Silva Carvalho Filho pediu vistas ao processo. Em reunião posterior, ele apresentou as seguintes conclusões, concordando com o voto do relator:

A Comissão Nacional dos Familiares juntou ao processo três fotos do cadáver cedidas pela Agência JB e fotos atuais do prédio onde ocorreu a morte, sendo solicitada a expedição de ofício ao IML do Rio de Janeiro, em mais uma tentativa de localização do laudo necroscópico. Apenas uma certidão do Instituto Médico Legal Afrânio Peixoto foi fornecida, com o seguinte teor:
"... consta no Livro de Registro de Cadáveres, às fls.03, que na data de 6.2.1971 deu entrada no Serviço de Necropsias o corpo de Aderval Alves Coqueiro, tendo sido encaminhado pelo Dops, com a guia de remoção s/nº, com a idade de 33 anos, brasileiro, casado profissão: datilógrafo, residência: Rua Bandeirantes 10-b, Diadema, São Paulo, tendo a morte ocorrida em conseqüência de crime, sendo a *causa mortis: ferida transfixante do tórax - lesão do pulmão direito...*".
As evidências dos autos contrariam a versão oficial.
Há o depoimento escrito do zelador do edifício onde ocorreu o fato. A testemunha estava no último andar do prédio, não presenciou o tiroteio mas informa ter escutado, durante a operação, a seguinte frase, atribuída a um militar: "atira e mata". Em seguida, após o tiroteio, que teria durado alguns segundos, escuta outra pessoa: "temos presunto fresco". Posteriormente, a testemunha foi chamada pelos agentes para dar

informações sobre a vítima e viu o cadáver no local, constatando diversas marcas de tiro. Informa que a vítima estava desarmada, vestia apenas um calção, e diz ter ouvido também um dos agentes falar: "bota a arma do lado dele". A testemunha não fornece qualquer indicação de que a vítima tenha tentado resistir.

O episódio teve grande repercussão na imprensa porque Aderval Alves Coqueiro foi o primeiro banido (um dos presos políticos trocados em junho de 1970 pelo embaixador alemão Von Holleben) encontrado no Brasil pelos órgãos de segurança. Franquearam o acesso de fotógrafos ao local, mas, aparentemente, não exibiram para a imprensa, salvo o revólver, nenhuma indicação de alegada resistência a tiros. Disparos de arma de fogo, no entanto, deixam vestígios, provocam danos. O fato é que não se tem conhecimento nem do número de tiros supostamente disparado por Coqueiro.

Aumenta a estranheza em relação à falta de empenho dos agentes em exibir para os jornalistas os sinais do suposto ataque armado, com a leitura da reportagem juntada às folhas 110 do processo. Com efeito, segundo a matéria, "alguns dos participantes da operação que acabou com a localização de Aderval acham que a nota distribuída pelo Exército foi muito *lacônica* e deveria ter enfatizado o diálogo mantido entre os agentes e o terrorista". A reportagem prosssegue:

"Do jeito que a coisa foi posta, diz um dos oficiais, parece que pegamos um homem desarmado, desprevenido, e o matamos covardemente... Foi ele quem atirou primeiro e nós tivemos que entrar atirando também".

O jornalista não iria inventar um diálogo relacionado com o mundo da Segurança Nacional naquela altura da história brasileira. Há uma fonte militar, e o dito oficial fala em *off.*

Apesar do desconforto do oficial diante da timidez da nota do Exército, nenhum outro indício da reação armada foi publicado pelo jornal. E, além do laudo necroscópico, não foi localizado qualquer outro documento indicando materialmente a ocorrência de um efetivo tiroteio entre o militante e os agentes. Não faria sentido o desaparecimento da prova que confirmasse o tiro ou tiros desferidos por Coqueiro.

Segundo a mesma reportagem, os oficiais que participaram da operação disseram que "teriam preferido pegar Aderval vivo para, através de seu depoimento, chegar até os outros seis terroristas que estão no Brasil, no eixo Rio—São Paulo". O raciocínio é lógico, mas não pode ser descartada a hipótese de execução, justamente para desencorajar o retorno de outro banidos ao país. A eliminação sumária dos chamados terroristas fazia parte da estratégia dos órgãos da repressão.

Mentiras encadeadas

Finalmente, o oficial diz à reportagem que Coqueiro teria sido localizado graças ao depoimento de Rubens Paiva, acrescentando que foi durante uma batida para a localização da vítima que ocorreu o seqüestro do parlamentar por um suposto grupo de guerrilheiros e seu conseqüente desaparecimento. Mas a versão de que Rubens Paiva foi seqüestrado por guerrilheiros é insustentável: ele morreu em estabelecimento militar. Não há muita lógica na tentativa de se relacionar um episódio ao outro, mas o encadeamento de mentiras mina a credibilidade da versão.

Não é tudo. As fotos obtidas junto da Agência JB indicam, com absoluta clareza, que a vítima não foi abatida no local em que se encontrava o corpo. O cadáver foi arrastado para lá. As manchas de sangue no piso são visíveis e indicam o movimento. O revólver, portanto, também não poderia se encontrar naquela posição, na mão direita.

As fotos indicam, ainda, que o cadáver de Coqueiro apresentava outras lesões, além das feridas transfixantes do tórax e abdome, mencionadas no Atestado de Óbito e, em parte, no documento encaminhado pelo IML: há nítidos sinais de ferimentos na cabeça, na nádega esquerda e na perna direita.

Há uma situação de cerco e uma morte não esclarecida. Os elementos de prova reunidos se harmonizam com o depoimento do zelador. Há fortes indícios de que a cena foi montada: não haveria motivo para a montagem da cena se o militante, de fato, tivesse reagido a tiros à voz de prisão. O militante foi encurralado. O prédio estava isolado e cercado por um poderoso aparato policial, composto, segundo os jornais, de 50 homens armados — mais do que o suficiente para a detenção.

Pelo exposto, acompanho o voto do relator.

O caso foi aprovado por unanimidade (7 x 0).

Jurado de morte

Devanir José de Carvalho (15/7/1943 - 7/4/1971)

O delegado Sérgio Paranhos Fleury já dissera várias vezes aos irmãos de Devanir que estavam presos:

Avisem ao Henrique *que encomendei nos Estados Unidos um bastão tranqüilizante para poder pegá-lo vivo, e que serei eu, pessoalmente, que o matarei no pau.*

Por volta de 11h do dia 5 de abril de 1971, Devanir chegou à Rua Cruzeiro, 1.111, bairro do Tremembé, em São Paulo, e recebeu uma rajada de metralhadora. Ferido, foi preso e levado para o Dops.

No dia seguinte, alguns militantes do MRT, entre eles Ivan Akselrud de Seixas, foram até a Rua Cruzeiro para avisar aos moradores do nº 1.111 que possivelmente *Henrique* teria caído. A polícia estava de campana na casa, mas eles conseguiram escapar. Conversaram posteriormente com vizinhos e souberam, então, pela descrição feita do homem que fora baleado e preso no dia anterior, que se tratava de Devanir, o *Henrique*. Dez dias depois, Ivan, então com 16 anos, e o seu pai, Joaquim Alencar de Seixas, dirigente do MRT, foram presos. *"Nós vamos fazer com você o que Fleury fez com o seu chefe"*, disseram os policiais para Ivan. Carcereiros contaram então que, mesmo ferido, Devanir fora torturado durante dois dias, respondendo apenas o seu nome e o da sua organização, xingando e cuspindo sangue na cara de Fleury. Morreu no pau, aos 28 anos, como prometera o delegado.
Ivan Seixas dá mais detalhes sobre o assassinato de Devanir em sua declaração enviada à Comissão Especial:

Em uma das vezes em que fui levado para interrogatório na sala do delegado Edsel Magnotti, membro da equipe do delegado Sérgio Fleury, quem me conduziu foi, na época, o investigador e torturador conhecido apenas pelo apelido de Carlinhos Metralha. *Esse policial, identificado algum tempo depois como sendo o atual delegado da Polícia Federal Carlos Alberto Augusto, me perguntou se eu era militante do MRT, organização de* Henrique, *e se eu sabia como ele tinha morrido. A seguir, contou que Devanir tinha sido preso, ferido e torturado até a morte pelo delegado Fleury. Disse também que ele próprio tinha participado das torturas e que devido à resistência do preso em ceder decidiram matá-lo, "para não termos outro* Bacuri *nas mãos, em uma referência a Eduardo Leite, conhecido pelo apelido de* Bacuri, *morto após vários meses de tortura".*

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* registra:

O laudo de necropsia assinado pelos médicos-legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini reafirma a falsa versão policial de que Devanir foi morto em tiroteio.

Devanir José de Carvalho nasceu em Muriaé, Minas Gerais, em 15 de julho de 1943. Nos anos 50, a família Carvalho migrou para São Paulo. Ainda adolescente, aprendeu com seu irmão mais velho o ofício de torneiro mecânico. Passou então a trabalhar em indústrias da região do ABC. Em 1963, casou-se com Pedrina, com quem teve dois filhos. Começou a atuar no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, participando de greves operárias pelas reformas de base. Ingressou nessa época no PC do B. Após o Golpe Militar de 1964, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro e trabalhou como motorista de táxi. Em 1967, passou a integrar a Ala Vermelha, uma dissidência do PC do B. Dois anos depois, novamente morando em São Paulo,

desligou-se da Ala Vermelha e, juntamente com outros companheiros, fundou o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), do qual era dirigente.
O relator Nilmário Miranda diz em seu parecer:

> Consta que Devanir foi morto no dia 5 de abril de 1971, juntamente com Joaquim de Alencar Seixas e Dimas Antonio Casemiro, em tiroteio com a polícia local. Esta Comissão Especial já apreciou o processo relativo à morte de Joaquim de Alencar Seixas, reconhecendo o seu óbito ocorrido em 16/4/1971, em dependência policial, sendo que o nome de Dimas Casemiro consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, como morto em 17/4/1971, quando entrava em sua casa no bairro do Ipiranga, em São Paulo.
> Esse quadro de fatos contraditórios, por si só, oferece elementos suficientes para concluir-se que o suposto tiroteio, em que teria falecido Devanir, não ocorreu.

E o seu voto:

> A morte de Devanir José de Carvalho enquadra-se perfeitamente no que dispõe a Lei 9.140/95.

A Comissão Especial reconheceu o caso por unanimidade (7 x 0).

Assassinatos antecipados

Joaquim Alencar de Seixas (2/1/1922 - 18/4/1971)
Dimas Antônio Casemiro (6/3/1946 - 19/4/1971)

Em represália à execução de Devanir José de Carvalho, principal dirigente da organização, um comando conjunto do MRT e da ALN matou a tiros, no dia 15 de abril de 1971, o industrial Henning Albert Boilesen, presidente da Associgás e da Companhia Ultragás, na esquina da Rua Capanema com a Alameda Casa Branca, no bairro do Jardim América, em São Paulo. Boilesen era um dos financiadores e ativo colaborador do DOI-Codi/SP. O "justiçamento", noticiado pela imprensa, causou forte impacto na opinião pública.
No dia seguinte, a repressão acabaria de atingir o MRT na cabeça, capturando, separadamente, dois dos seus últimos dirigentes, participantes da ação contra Boilesen: Joaquim Alencar de Seixas e Dimas Antônio Casemiro.
Joaquim foi preso com o seu filho Ivan, de 16 anos, na Rua Vergueiro, na altura do nº 9.000, no dia 16 de abril de 1971. Do local da prisão, foram levados para a 37ª Delegacia de Polícia, na altura do nº 6.000 da mesma rua. Ainda no pátio do estacionamento, começaram a ser espancados, enquanto alguns policiais trocavam os carros usados no esquema da prisão. Apanharam com tal violência que a corrente da algema que prendia o pulso do pai ao do filho se

rompeu. Foram levados então para a sala de interrogatórios e torturados um defronte ao outro. No mesmo dia, a polícia invadiu a casa da família Seixas e prendeu a mulher e duas filhas de Joaquim.
Os jornais de São Paulo publicaram no dia seguinte uma notícia surpreendente: em nota oficial, os órgãos de segurança informavam que Joaquim Alencar de Seixas tinha morrido em um tiroteio. Enquanto isso, ele continuava vivo, sendo torturado na mesma delegacia em que se encontravam sua mulher, Fanny, e seus filhos Ivan, Ieda e Iara.
Às 19h daquele mesmo dia, o assassinato antecipado de Joaquim virava realidade. Fanny, percebendo que o marido morrera, chegou nas pontas dos pés até uma janela e conseguiu ver quando policiais estacionavam uma perua C-14 no pátio da delegacia, forravam o porta-malas com jornais e jogavam nele o corpo de Joaquim. Conseguiu também ouvir o seguinte diálogo:

— *De quem é este presunto?*
— *Este é o* Roque. *(Nome de guerra usado por Joaquim, morto aos 49 anos.)*

Vida militante

Nascido em Bragança, no Pará, Joaquim Alencar de Seixas começou a trabalhar como operário e a participar de atividades políticas desde a juventude. Na função de mecânico de aviões, trabalhou na Varig, Aerovias e Panair, perdendo muitas vezes o emprego por questões políticas. Em 1964, trabalhava na Petrobras como encarregado do setor de manutenção quando houve o Golpe de Estado. Ele e vários líderes sindicais simularam um acidente para poder fugir ao cerco dos militares, que já tinham tomado a Refinaria Duque de Caxias, no Rio, com tanques de guerra, carros de combate e muitos soldados armados. Acionado o alarme contra acidentes, as ambulâncias foram liberadas levando os líderes cobertos com lençóis manchados com tinta vermelha. Posteriormente, foram todos demitidos sem direito algum. Joaquim e família foram para o Rio Grande do Sul. Naquele Estado, participou da resistência contra a ditadura, escapou várias vezes de ser preso e foi testemunha da prisão e morte de companheiros, como no caso de Manoel Raimundo Soares.
Voltou para o Rio de Janeiro, foi motorista de táxi, e trabalhou pela última vez na Coca-Cola de Niterói, como chefe do setor de mecânica e manutenção.
Foi então para São Paulo, ingressou no MRT e tornou-se um dos seus dirigentes.

Desmontando a farsa

O *Dossiê* cita a existência de uma foto do corpo de Joaquim, que consta do processo, na qual estão visíveis os sinais de tortura e de um tiro, na altura do coração, que indicaria a *causa mortis*.
Os seus assassinos estão indicados no *Dossiê* e no parecer da relatora Suzana Keniger Lisbôa na Comissão Especial:

> ...o então major Carlos Alberto Brilhante Ulstra, o capitão Dalmo Lúcio Muniz Cirillo, o delegado Davi Araújo dos Santos, o investigador de polícia Pedro Mira Granzieri e vários outros...

E mais:

> Assinam o laudo de necropsia os médicos-legistas Pérsio José B. Carneiro e Paulo Augusto de Queiroz da Rocha, que confirmam a falsa versão oficial da repressão de que Joaquim foi morto em tiroteio e omitem as torturas. Vários presos políticos declararam em auditorias militares, à época, as torturas e o assassinato de Joaquim na Oban.

A relatora apresenta provas da responsabilidade do Estado na morte de Joaquim:

> — Documento localizado no arquivo do Dops/SP, com a qualificação da vítima, em papel timbrado do Ministério do Exército, Quartel-General Codi/II Ex (OB) - DOI, confirmando a sua prisão;
> — cópia de requisição de exame do IML, com a marca "T" em vermelho e a profissão especificada de terrorista, informando que faleceu às 13h do dia 16/4/1971, na Avenida Cursino, após travar violento tiroteio com os órgãos de segurança;
> — laudo de exame necroscópico, que confirma a versão oficial, descreve diversas equimoses, sem especificar de que forma poderiam ter sido produzidas, e tiros, *nenhum* na região da cabeça (*grifado no parecer*);
> — foto do corpo de Joaquim, encontrada nos arquivos do Dops/SP, focalizando apenas o rosto e parte do tronco, que evidencia, mesmo para um leigo, as marcas de tortura.

Além disso, há um Parecer Técnico Pericial, solicitado pelo *Grupo Tortura Nunca Mais,* do Rio de Janeiro, ao perito Nelson Massini, que deu base para instruir processo disciplinar junto do Conselho Regional de Medicina de São Paulo contra os médicos-legistas que assinaram o laudo de necropsia. No parecer, Massini divide as lesões descritas no laudo em dois grupos, as contusas e as pérfuro-contusas, acrescentando, para melhor compreensão, o que são hematomas e equimoses:

> As lesões descritas no Laudo são tipicamente lesões contusas e não se relacionam com aquelas referentes à ação de projéteis de arma de fogo. Destaque-se, inclusive, que as mais severas se localizam na cabeça e não consta nenhum ferimento por projétil naquela região.

E mais adiante:

> Fica evidente, pelas descrições do próprio Laudo, apesar das ressalvas apontadas, que Joaquim Alencar de Seixas sofreu, além dos ferimentos mortais de projéteis de armas de fogo, outras lesões provenientes de

"meios" e/ou instrumentos constituídas de forte dor física e sofrimento físico que se define como tortura ou forma cruel de violência.

O parecer relaciona, então, as lesões pérfuro-contusas, em número de sete, e registra que não foram descritas de forma a se perceber se são compatíveis com os orifícios de entrada e saída, agregando:

> Outro detalhe importante que deveria ser observado no presente caso: já que chegou ao necrotério com história de "violento tiroteio", presume-se que Joaquim Alencar de Seixas tenha reagido com muitos disparos de arma de fogo, sendo assim haveria sem dúvida resíduos de pólvora em sua mão, visíveis a olho nu.

Nas observações, afirma:

> O Laudo, apesar de conter omissões importantes que permitiriam uma visão mais completa dos fatos que ocorreram (...), chega a uma *causa mortis* coerente com a descrição feita.
> No entanto, o mesmo não se pode dizer da circunstância qualificadora cuja resposta corresponde ao quesito de nº 4 (quatro) do Laudo e que foi respondido *não*, quando pelas lesões contusas sofridas fica evidente o processo de crueldade a que foi submetido Joaquim Alencar de Seixas antes do desfecho com os tiros de misericórdia.
> No caso em análise, verifica-se traumas abdominal, craniano, dorsal, demonstrando um processo de espancamento, brutalidade a toda prova, o que nos leva à preocupação de que quando foi atingido pelos tiros já estivesse em estado comatoso devido ao violento trauma craniano sofrido.
> Portanto, apesar de o Laudo revelar a intenção do relator demonstrar com clareza as lesões encontradas, encontra-se incompleto e incoerente ao responder o quarto quesito que, a meu ver, deveria ter como resposta *sim*.

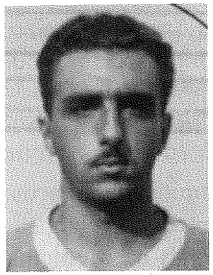
O quesito nº 4 é o seguinte:

> (A morte) foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel?

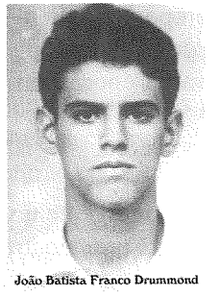
Dimas Casemiro

No mesmo dia 16 de abril de 1971, em que Joaquim e Ivan Seixas foram presos, os agentes da repressão política localizaram também a casa de Dimas Antônio Casemiro, no bairro da Saúde, onde estavam guardadas as armas utilizadas para matar Boilesen e a matriz do panfleto distribuído na ocasião.
As novas investigações realizadas em razão dos trabalhos da Comissão Especial comprovaram a falsidade da versão oficial divulgada sobre a morte de Casemiro — "morto a tiros no local da prisão" —, admitida inclusive no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*.

Dimas Antônio Casemiro nasceu em Votuporanga, São Paulo, filho de Antônio Casemiro Sobrinho, antigo militante do PCB, e Maria dos Anjos Casemiro. Era casado, tinha um filho, e trabalhava na época como impressor gráfico. Morreu com 25 anos.
O laudo de necropsia foi assinado pelos médicos-legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini.
Apesar de identificado, foi sepultado como indigente no Cemitério de Perus. Seus restos mortais provavelmente estão entre os encontrados na vala clandestina de Perus, mas até o momento a equipe do Departamento de Medicina Legal da Universidade de Campinas não logrou identificá-los.
Suzana Keniger Lisbôa, relatora do caso na Comissão Especial, aponta a principal contradição entre a versão oficial e a documentação existente sobre a morte de Casemiro:
"De acordo com a requisição de exame necroscópico, às folhas 38 e 39, assinada pelo delegado Alcides Cintra Bueno Filho, a morte se deu no endereço acima (*Rua Elísio da Silveira, 27, bairro da Saúde*), às 13h do dia 17 de abril. Entretanto, o corpo de Casemiro, ainda de acordo com a própria requisição de exame, só deu entrada no IML às 14h do dia 19 de abril, tendo sido enterrado às 10h do dia 20.
No histórico lê-se: 'O terrorista faleceu em conseqüência dos ferimentos recebidos no transcorrer do tiroteio travado com os órgãos de segurança'".
Comparando datas e horários, a relatora pergunta:
"Onde estaria o corpo de Dimas Casemiro durante dois dias, das 13h do dia 17 até às 14h do dia 19? A repressão teria interesse em guardar um cadáver por tanto tempo, antes de encaminhá-lo ao IML?"
Suzana Keniger Lisbôa apresenta a única resposta cabível, já constatada em vários outros casos apreciados pela Comissão: Dimas Casemiro, ferido ou não, deve ter sido levado para um local em que pudesse ser interrogado sob torturas — Delegacia, DOI-Codi, casa ou sítio clandestino — , sendo mantido no mesmo até que os agentes considerassem esgotados os recursos e possibilidades de obter alguma informação. Pode ter morrido sob tortura e depois baleado, para dar crédito à versão de tiroteio, ou simplesmente ter sido executado após resistir aos suplícios.
Como no caso de Joaquim Alencar de Seixas, a imprensa também noticiou a morte em tiroteio de Dimas Casemiro ("Baleado e morto chefe dos assassinos do industrial" — *Diário Popular* de 18/4/71), enquanto ele ainda se encontrava vivo, anunciando o crime que viria a ser consumado no dia 19.
O parecer da relatora afirma também que, examinadas as fotos do corpo de Casemiro, incluídas no processo, são visíveis as lesões provocadas pelas torturas (na região frontal mediana e esquerda, no nariz e, principalmente, nos cantos internos dos dois olhos), não descritas no laudo do IML.
A Comissão Especial aprovou por unanimidade (7 x 0) os casos de Joaquim Alencar de Seixas e Dimas Antônio Casemiro.



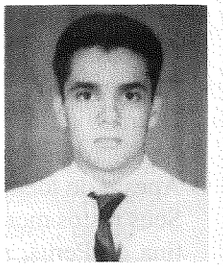
Armando Teixeira Fructuoso



João Batista Franco Drummond



Joel Vasconcelos Santos



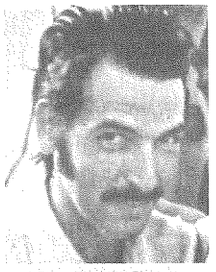
Lincoln Bicalho Roque



Luiz Guilhardini



Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar



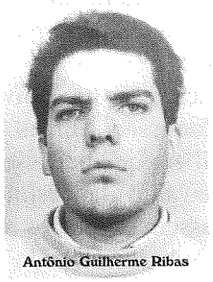
Ruy Frazão Soares



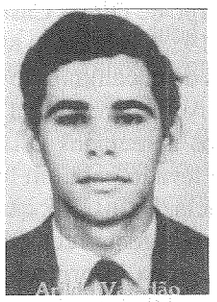
Adriano Fonseca Fernandes Filho



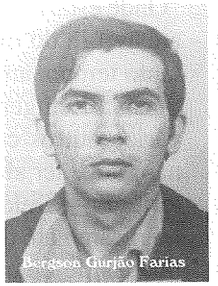
Antonio de Pádua Costa



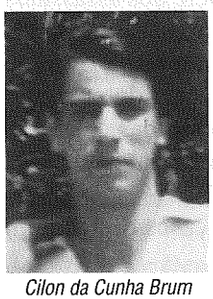
Antonio Guilherme Ribeiro Ribas



Arildo Valadão



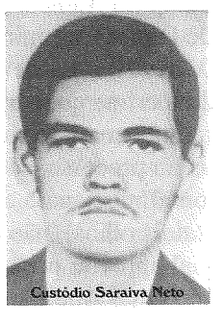
Bergson Gurjão Farias



Cilon da Cunha Brum



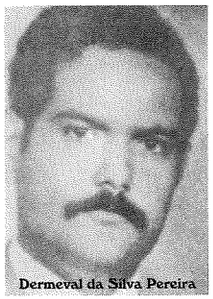
Ciro Flávio Salasar Oliveira



Custódio Saraiva Neto



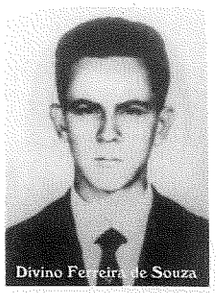
Daniel Ribeiro Callado



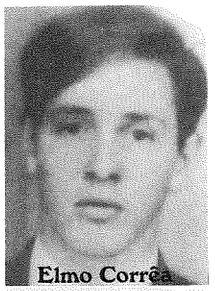
Dermeval da Silva Pereira



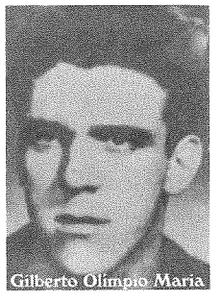
Dinalva Oliveira Teixeira



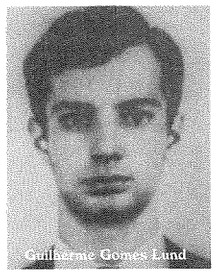
Divino Ferreira de Souza



Elmo Corrêa



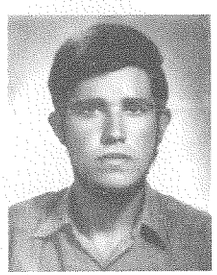
Gilberto Olímpio Maria



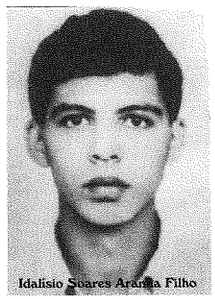
Guilherme Gomes Lund



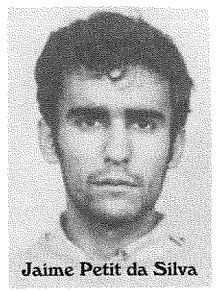
Helenira Rezende de Souza Nazareth



Hélio Luiz Navarro de Magalhães



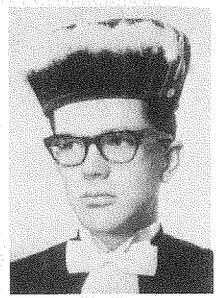
Idalísio Soares Aranha Filho



Jaime Petit da Silva



Jana Moroni Barroso



João Carlos Haas Sobrinho



José Humberto Bronca



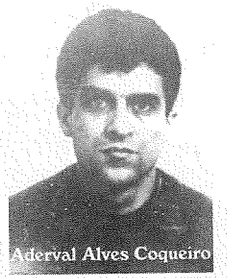
Amaro Luis de Carvalho



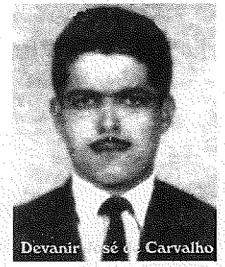
Emmanuel Bezerra dos Santos



Manoel Aleixo da Silva



Aderval Alves Coqueiro



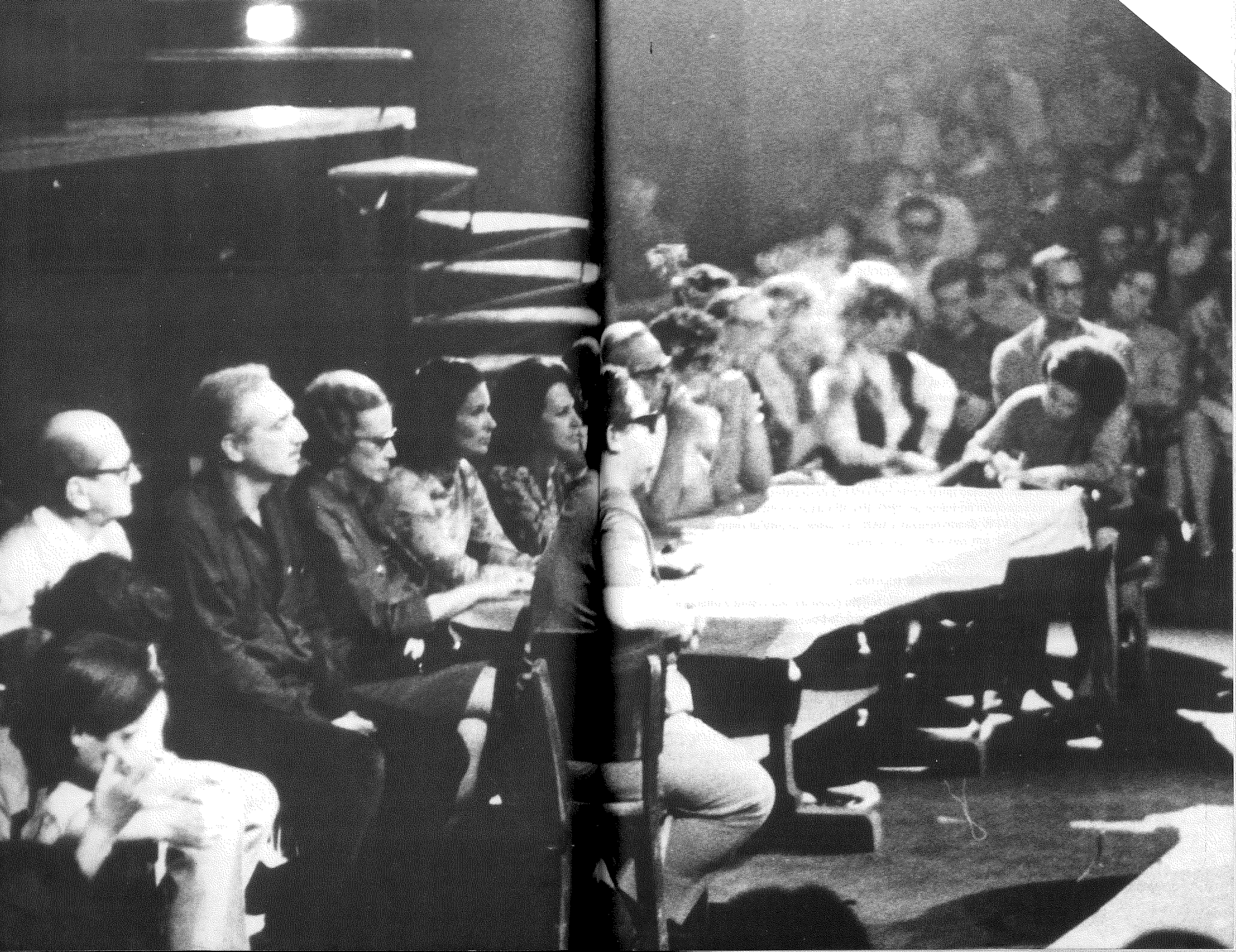
Devanir José de Carvalho



Dimas Antônio Casemiro



Joaquim Alencar de Seixas



vpr colina 1968/1969

Vanguarda Popular Revolucionária

A VPR surgiu em 1968 da fusão de uma dissidência da Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (Polop) no Estado de São Paulo com grupos de militares originários do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). No ano seguinte, fundiu-se com o Comando de Libertação Nacional (Colina), dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares). Três meses depois, divergências políticas no novo grupo levaram a nova divisão, ressurgindo a VPR.

Comando de Libertação Nacional

Também originou-se, na mesma época, de dissidências da Polop nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, incorporando igualmente militares já desligados do brizolismo. Foi muito golpeado pela repressão no início de 1969. Por afinidade política e buscando recuperar-se, uniu-se com a VPR, dando origem à VAR-Palmares. Existiu durante cerca de um ano sob a sigla Colina.

Número de mortos

A VPR teve 37 dos seus dirigentes e militantes mortos em razão da luta contra a ditadura. Desses casos, 12 constam da lista publicada no Anexo da Lei 9.140/95 e 19 foram apreciados pela Comissão Especial. Os outros seis são de mortes ocorridas no exterior ou de famílias que não entraram com processo no Ministério da Justiça.

O Colina teve dois militantes mortos, um caso foi apreciado pela Comissão Especial e o outro a família não recorreu.

Foto: O Comitê Contra a Censura e pela Liberdade de Expressão e Manifestação, no Teatro Ruth Escobar em São Paulo, na noite de 31 de março de 1968, discute a organização de manifestação de protesto contra o assassinato de Edson Luiz de Lima Souto, no dia 27 de março no Rio de Janeiro. O Comitê reunia artistas, jornalistas e intelectuais. Entre outros, na mesa, José Dirceu, Aristides Lobo, Helena Silveira, Lígia Fagundes, Rocha Barros e Ruth Escobar.

VPR

o caminho das armas

A Vanguarda Popular Revolucionária foi uma das organizações de maior expressão dentre as que adotaram o caminho das armas para enfrentar a ditadura no Brasil. Surgiu de uma dissidência da Polop que se uniu a militares do grupo do ex-sargento Onofre Pinto, adotando a sigla VPR em dezembro de 1968. A imagem pública da organização ficou principalmente vinculada ao nome de Carlos Lamarca, capitão do Exército brasileiro, que desertou do 4º Regimento de Infantaria (Quartel de Quitaúna), em Osasco, município próximo à capital paulista, no dia 24 de janeiro de 1969, à frente de alguns militares que levaram grande quantidade de armamentos e se incorporaram à luta de resistência ao regime.

A linha política da VPR consistiu em um meio-termo entre as teses guevaristas da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) e as opiniões trazidas da Polop, especialmente quanto ao "caráter socialista" (e não "antiimperialista") da luta revolucionária no Brasil.

Em julho de 1969, a VPR deixou de existir por alguns meses, juntando-se ao Colina para constituir a VAR-Palmares. Em setembro do mesmo ano, porém, a nova organização cindiu-se e uma ala voltou a recompor a VPR, ainda tendo Lamarca como principal nome.

Não obstante sucessivas ondas de prisão de militantes, de 1968 a 1971, a VPR sustentou um forte ritmo de ações armadas, principalmente em São Paulo e no Rio, alcançando, algumas vezes, uma divulgação expressiva. Em 1970, por exemplo, a organização responsabilizou-se por três seqüestros de diplomatas estrangeiros (japonês, alemão e suíço), libertando-os em troca de presos políticos enviados para outros países. Nesse mesmo ano, enfrentou, com relativo êxito e sob a direção de Lamarca, um enorme contingente de forças do Exército e da Polícia Militar, que cercaram uma área de treinamento de guerrilhas no Vale do Ribeira, interior do Estado de São Paulo.

A partir de 1971, entretanto, a VPR mergulhou em uma crise envolvendo divergências, prisões e mortes que praticamente desestruturou a organização no país no segundo semestre daquele ano. Lamarca, pouco antes, afastara-se do grupo, indo militar no MR-8, nas fileiras do qual viria a ser morto. No ano seguinte, ainda houve uma tentativa de rearticulação da VPR no Nordeste, orientada do exterior por Onofre Pinto e executada no país pelo cabo Anselmo, agente infiltrado que provocou a chacina de seis militantes em Pernambuco conhecida como Massacre da Chácara São Bento.

Em julho de 1974, Onofre Pinto e mais cinco militantes, entre eles os irmãos Daniel e Joel José de Carvalho, "desapareceram" quando retornavam clandestinamente ao Brasil pela fronteira com a Argentina. Eles foram os últimos integrantes da VPR a ser mortos pela repressão, em um episódio até hoje envolvido em mistério.

No olho do furacão

Hamilton Fernando Cunha (1941 - 11/2/1969)

Houve muitas dificuldades para que se chegasse ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Hamilton Fernando Cunha. O caso foi submetido à apreciação da Comissão Especial pela relatora Suzana Keniger Lisbôa em 16 de março de 1996. Não foi acolhido por 4 x 3, sendo votos vencidos o da própria relatora, o de Nilmário Miranda e o de João Grandino Rodas. Dois anos depois, no dia 25 de março de 1998, a Comissão voltou a apreciá-lo, quando novas informações foram juntadas ao processo.

Hamilton Fernando Cunha era catarinense e morreu com 28 anos. Trabalhava na Gráfica Urupês, no bairro da Mooca, região Leste de São Paulo. Tinha voz forte de tenor, cantava em um coral, e um dia sonhara em ser ator. Ligou-se à VPR em 1968.

Após o AI-5, dezenas de simpatizantes e militantes da VPR, que mantinham vida legal, foram presos em São Paulo, entre os quais artistas e pessoas vinculadas a atividades culturais. No dia 24 de janeiro de 1969, o capitão Carlos Lamarca deixara o Quartel de Quintaúna, em Osasco, com outros militares, levando 63 fuzis FAL, metralhadoras e muita munição. Hamilton, conhecido na VPR como *Escoteiro*, não só tinha ligação com vários artistas e intelectuais detidos pela polícia política como estava morando no mesmo "aparelho" para onde Lamarca fora levado e se mantinha escondido. Além do ex-capitão, estavam no apartamento o sargento cassado em 1964 José Ronaldo Tavares de Lira e Silva (*Roberto Gordo*) e Yoshitane Fugimori.

Uma situação que reunia razões de segurança suficientes para obrigar *Escoteiro* a pedir demissão da Gráfica Urupês e passar à clandestinidade. Era como se ele estivesse no olho do furacão.

No dia 11 de fevereiro de 1969, Hamilton deveria ir à empresa para fazer o acerto trabalhista decorrente de sua demissão. A VPR decidira que *Roberto Gordo* o acompanharia para lhe dar cobertura, caso necessário. Havia um certo temor, mas não se acreditava que o risco pudesse ser grande. Por volta das 16h, eles entraram na gráfica e *Escoteiro* pediu que *Roberto Gordo* o aguardasse na sala de espera, ao lado do balcão de recepção, enquanto ele se dirigia para o interior da empresa.

Versão policial

Em depoimento no Deops, tomado no próprio dia 11/2/69, o motorista da Gráfica Urupês, José Alves Vilela, declarou que o diretor da empresa, Augusto Ferreira da Silva, seu chefe, mandou que ele esperasse e transportasse com uma Kombi três agentes do Deops que iriam prender Hamilton Fernando Cunha. Augusto combinara com os policiais que retardaria o acerto de contas com Hamilton para dar tempo de os policiais chegarem. O motorista conduziu

os agentes José Carlos Tralli, conhecido como *Trailler*, *Caetano* e José Alves de Araújo para dentro da gráfica, onde Augusto lhes informou que Hamilton estava naquele momento na "gaiola de vidro" — pequena sala da qual se observava o movimento da produção.
O motorista continuou, dizendo que os policiais invadiram a sala para prender Hamilton, mas que este reagiu à prisão "entrando em luta corporal com os três policiais e gritando por socorro como um louco, certamente para atrair a atenção do comparsa que se encontrava do lado de fora da firma".
Contou ainda que o "comparsa" atendeu aos gritos de Hamilton, entrou no corredor que dá acesso ao escritório e deu de cara com os policiais engalfinhados com ele. O "comparsa", segundo o motorista, carregava uma pasta de onde retirou uma arma e atirou no peito de um dos policiais. Em seguida, "tendo em vista que Hamilton se jogou no chão, aquele indivíduo atirou contra ele, atingindo-o com alguns tiros". Só depois disso, ainda de acordo com ele, é que os policiais teriam sacado suas armas.
Apesar da versão de que *Roberto Gordo* teria atirado em Hamilton, o depoimento deixa claro que este último não estava armado.
Outro depoimento, do policial José Alves de Araújo, motorista do Deops e guarda civil, mantém a história. Ele declarou que, juntamente com *Trauller* e Caetano, "adentraram na referida gráfica, tendo os investigadores dado ordem de prisão a um indivíduo de nome Hamilton, mais conhecido por *Escoteiro*, que se levantou reagindo e gritando por socorro, ocasião em que surgiu um companheiro dele com um revólver e se aproximou dos policiais dando tiros à queima-roupa". Segundo o policial, o companheiro de Hamilton conseguiu fugir e, somente depois da fuga, ele observou que Hamilton caíra no chão, fulminado. O depoimento dá conta ainda que o policial *Caetano* levou um tiro que o feriu levemente, o motorista da gráfica, outro tiro no peito de raspão, e a operária Nides, mais um na perna. No depoimento do agente policial José Alves de Araújo também fica claro que Hamilton estava desarmado.

Socorrendo feridos

Um terceiro depoimento, de Bartholomeu Simone, funcionário da gráfica, revela o seguinte: que ouviu o tiroteio no corredor da empresa e se manteve afastado até encontrar Nides Luiza, ferida na perna, a quem deu socorro, levando-a até sua Rural Willys, acompanhada de Lurdes, também colega de trabalho. Quando trafegavam pela Rua Cadiriri, parou o carro para um homem ferido que acenara com a mão. Ele estava armado e obrigou-o a levá-lo à Rua Benjamim de Oliveira, após ter deixado a operária ferida e sua colega em um pronto-socorro. Chegando lá, o indivíduo tomou as chaves do carro e mandou que ele esperasse, voltando logo em seguida com outras três pessoas. Levou-as então até a esquina da Avenida da Luz com a Rua Senador Queiróz, onde foi obrigado a descer da Rural. Voltou à gráfica e conduziu os policiais ao prédio da Benjamim de Oliveira.
Quando o processo de Hamilton Fernando Cunha chegou à Comissão Especial, não se tinha conhecimento dos depoimentos dos empregados da Gráfica Urupês nem do policial José Alves de Araújo. Nunca também se conseguira um depoimento do ex-sargento José Ronaldo de Lira e Silva (*Roberto Gordo*), que fora para o exílio e, após a Anistia, não tinha sido localizado pela Comissão Nacional de Familiares. Por tudo isso, o próprio *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* traz poucas informações sobre as circunstâncias da morte de Hamilton Fernando Cunha, registrando apenas que ele "morreu fuzilado, após reagir à prisão".

Protestos e novas investigações

A rejeição do caso de Hamilton pela Comissão Especial provocou protestos em vários Estados, sobretudo em Santa Catarina, Estado natal de *Escoteiro*.
Iara Xavier, da Comissão Nacional de Familiares, fez então pesquisas nos arquivos do STM e localizou os depoimentos de Nides, Vilela, Bartholomeu, Placídio e José Alves de Araújo, nos quais fica claro que Hamilton estava desarmado e que é absolutamente inverossímil a versão de que teria sido morto pelo próprio companheiro, incumbido de protegê-lo.
Enquanto isso, a relatora do caso, Suzana Keniger Lisbôa, conseguia, por meio de José de Araújo Nóbrega, finalmente localizar *Roberto Gordo*, que estava morando em Curitiba.
Diante dessa nova situação, a irmã de Hamilton, Nilza Cunha, decidiu recorrer da decisão da Comissão Especial.
No dia 3 de fevereiro de 1998, Nilmário Miranda ouviu José Ronaldo Tavares de Lira e Silva (*Roberto Gordo*) na Assembléia Legislativa do Paraná, em companhia de Antônio Narciso Pires, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais daquele Estado, e juntou o depoimento ao processo:
"*Roberto Gordo* já estava impaciente com a demora de Hamilton lá dentro da gráfica quando ouviu seus gritos de socorro e alguma coisa do tipo 'eu não sou bandido'. A voz do *Escoteiro* era inconfundível, grossa, de tenor.
Deixou aberto o zíper da pasta, para sacar rapidamente sua arma, se fosse preciso, e partiu em socorro de Hamilton. Não conhecia nada da disposição interna da gráfica. Guiou-se pelos gritos. Ao abrir uma porta, bateu de frente com um policial de terno e gravata, que vinha na frente do grupo, e logo conseguiu identificar *Escoteiro*, que era o único negro entre eles. *Roberto Gordo* recuou e buscou a arma na pasta. Antes de empunhá-la, levou um tiro na coxa esquerda e outro no joelho direito, disparados pelo policial de terno e gravata. Atirou de volta, acertou no peito do policial que o atingira e bateu em retirada, saindo por onde entrara. Os policiais recuaram diante de sua reação.

Roberto Gordo só se lembra de ter disparado um tiro. Ganhou a rua sem calçamento, correndo e mancando, sentindo o sangue empapar as calças. Viu uma Rural Willys vindo da gráfica, acenou e o carro parou. Entrou pela porta do passageiro e tirou novamente a arma da pasta, obrigando o motorista a levá-lo à Rua Benjamim de Oliveira, depois de deixar duas moças, que também se encontravam na Rural — uma delas ferida — perto de um pronto-socorro. Seu joelho doía muito e a coxa fora atravessada por uma bala. Sangrava abundantemente.
Tinha, contudo, que retirar Lamarca e Fugimori do apartamento onde moravam juntos. Os policiais certamente iriam torturar *Escoteiro* para tentar localizar o seu endereço. Era sempre uma das primeiras informações que procuravam arrancar. *Roberto Gordo* lembra que estavam prendendo Deus e o mundo para encontrar Lamarca, que abandonara o quartel há apenas 18 dias.
Na frente do prédio, tirou as chaves do contato do carro e mandou que o motorista o aguardasse. Em minutos, estava de volta, acompanhado dos companheiros, que carregavam o que lhes fora possível retirar do 'aparelho'.
Nas imediações da Estação da Luz, fizeram o motorista descer e seguiram com a Rural em busca de socorro médico. Lamarca fez um torniquete na sua perna.
Com o apoio de Joaquim Câmara Ferreira (*Toledo*), da ALN, conseguiram um médico para lhe fazer uma cirurgia no joelho.

Reconsideração

Quando o processo voltou para a Comissão Especial, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, que não fazia parte da mesma quando da primeira apreciação, pediu vistas dos autos e apresentou parecer reconstituindo o caso à luz dos novos dados, com a seguinte conclusão:

> Há outras circunstâncias relevantes e que reforçam as suspeitas em torno da versão oficial. A morte de Hamilton Fernando Cunha, segundo os registros oficiais, ocorreu às 16h. Seu corpo, no entanto, só chegou ao IML às 23h30. Segundo o registro de entrada, o militante vestia apenas uma camisa de náilon verde, meias de lã pretas e sapato preto (folhas 14). Os peritos registraram que "no momento do presente exame, o cadáver se encontrava despido". A fotografia do cadáver revela lesões não descritas no laudo, visíveis na face, no ombro direito e no braço esquerdo.
> O pedido de reconsideração se baseia em provas novas. Não há um mínimo de harmonia entre os diversos relatos oficiais e testemunhais. Há elementos probatórios que, contradizem a afirmação da morte imediata, indicando que, após o tiroteio, o militante esteve sob a guarda de agentes da repressão.

> Pelo exposto, acompanho a relatora. Voto pelo deferimento do pedido de reconsideração, pelo reconhecimento do nome de Hamilton Fernando Cunha para os fins da Lei 9.140/95.

Dessa vez, a posição dos relatores foi vitoriosa por 6 x 1, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes.

Algemas partidas

Carlos Roberto Zanirato (1948 - 29/6/1969)

Carlos Roberto, nascido em São Paulo, foi um dos soldados que desertaram do Exército juntamente com Carlos Lamarca, em 1968, para se juntar na clandestinidade à VPR. Foi preso no dia 23 de junho de 1969 pelo Dops de São Paulo, quando tinha 21 anos. Seis dias depois, segundo versão policial, foi levado a um encontro com outros companheiros no cruzamento da Rua Bresser com a Avenida Celso Garcia, na Zona Leste da cidade. Aproveitou-se então de um descuido dos policiais que o conduziam e se jogou contra um ônibus em movimento, vindo a falecer.
O laudo nº 30.757 do IML, de acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, refere-se a ele como um "desconhecido", que se suicidou ao se atirar sob um ônibus. Ainda se pode ler no texto: "apresentava um par de algemas com a corrente partida, ficando uma algema em cada pulso, que foram serradas, retiradas, e entregues, sob recibo, ao sr. Moacir Gallo, guarda civil nº 22.548". Continua o *Dossiê*: "Isso não deixa dúvida de que o suicida se encontrava preso. Por que então o mesmo é qualificado como 'desconhecido' na solicitação de exame necroscópico? Outra não poderia ser a intenção senão a de ocultar o cadáver. Assinam o laudo de necropsia os médicos-legistas José Manella Netto e Orlando Brandão, avalizando a versão oficial. O corpo foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo".
A relatora do caso na Comissão Especial, Suzana Keniger Lisbôa, cita os relatórios dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica, que confirmam a versão de suicídio (o da Marinha faz referência, inclusive, ao detalhe das algemas), considerando que os dados do *Dossiê* e esses relatórios seriam suficientes para reconhecer a responsabilidade do Estado na morte de Carlos Roberto Zanirato.
Em seu parecer, no entanto, ela examina outros documentos anexados ao processo:

> Às folhas 12, em declaração pública registrada pelo 2º Cartório de Notas de Osasco, Ernestina Furtado Zanirato, mãe de Carlos Roberto, declara ter tomado conhecimento da morte do filho no final de julho de 1969, como tendo sido torturado até a morte, conforme informações

> prestadas por presos políticos e por conhecido seu que trabalhava no IML. O corpo teria sido levado até o cruzamento da Rua Bresser com a Avenida Celso Garcia, sendo montada a farsa do suicídio. Ernestina não pôde ver o corpo do filho, enterrado como indigente.

Consta do processo petição dos advogados Ricardo Antônio Dias Batista, Leon Deniz Bueno da Cruz e Luciene Barbosa Carrijo, na qual estão indicadas "falhas do procedimento policial": não foi aberto inquérito policial sobre o caso. Não consta sequer se a polícia técnica esteve no local. Não existem fotos do corpo no local do acidente. Não há descrição do veículo ônibus, empresa, nº da placa, nº do chassi, nome do motorista que supostamente realizou o atropelamento etc.
O laudo necroscópico descreve um corpo no qual não há lugar sem equimoses, escoriações e fraturas. Todas as costelas fraturadas no lado direito, fratura do osso ilíaco, das clavículas, do úmero, ruptura do pulmão, ferimentos, escoriação plana de 20cm x 30cm na região lombar e muito mais. São os resultados de seis dias de tortura.
Para Suzana,

> a versão de suicídio é, portanto, totalmente falsa, não se sustentando em qualquer hipótese, já que os próprios documentos afirmam que Zanirato estava preso e algemado. A entrada do corpo no IML com o nome verdadeiro e a saída como "desconhecido" é prova incontestável de sua morte sob tortura, como tantas outras já analisadas por esta Comissão. Voto pela inclusão do nome de Carlos Roberto Zanirato dentre os presos políticos assassinados sob tortura pela ditadura militar.

A Comissão Especial aprovou o voto da relatora por unanimidade (7 x 0).

Morto com nome de vivo

Eremias Delizoikov (27/3/1951- 16/10/1969)

O caso de Eremias foi apresentado em duas reuniões ordinárias da Comissão Especial, na 5ª, no dia 18 de março de 1996, ocasião em que o relator Paulo Gonet Branco se manifestou pelo indeferimento e Suzana Keniger Lisbôa pediu vistas ao processo, e na 23ª, em 2 de dezembro do ano seguinte, quando foi acolhido por 4 x 2, sendo votos vencidos o do general Oswaldo Gomes e o do próprio relator.
O *Dossiê* traz os seguintes dados sobre o caso:
Eremias nasceu em São Paulo, filho de Jorge Delizoikov e Liubov Gradinar. Era estudante secundarista quando foi assassinado no dia 16 de outubro de 1969, na Rua Tocopi, 59, em Vila Cosmos, Rio de Janeiro. A versão oficial diz que ele reagiu ao cerco montado pelos agentes do DOI/Codi-RJ que tentavam prendê-lo.

Foi identificado e enterrado como José Araújo Nóbrega — o sargento Nóbrega —, que até hoje se encontra vivo e, na época dos fatos, era também um perseguido político que militava na VPR.
Os órgãos de repressão pareciam confusos ao não identificar corretamente o militante morto. Tratava-se, contudo, de pura encenação para, mais uma vez, cometer o crime de ocultação de cadáver.
Na verdade, as impressões digitais de Eremias Delizoikov já estavam confirmadas pelo dactiloscopista da Delegacia de Crimes Contra a Pessoa, de São Paulo, no dia 11 de dezembro de 1969, conforme comunicado nº 76/69 da Secretaria de Segurança Pública. Ou seja, ao enterrar o corpo, sabiam que era o de Eremias Delizoikov.
O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que "foi morto em 16/10/69, em tiroteio com membros dos órgãos de Segurança..." e o da Marinha afirma que "morreu ao resistir ao cerco da Polícia do Exército, em Vila Cosmos/RJ".

De seu irmão

Texto de Demétrio Delizoikov Neto, irmão de Eremias:

Eremias viveu toda a sua infância e boa parte da sua curta adolescência na Mooca. Em 1967 foi aprovado no exame de seleção da Escola Técnica Federal de São Paulo e cursou, simultaneamente com o clássico, o curso de mecânica. Ficou conhecendo detalhes do acordo MEC-Usaid e engajou-se no movimento estudantil contra tal acordo. Passou a interagir com estudantes de outras escolas secundárias e articularam uma chapa para disputar, em 1968, as diretorias da União Paulista de Estudantes Secundaristas (Upes) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes). Organizou, juntamente com o grupo, o movimento estudantil secundarista nas escolas da Zona Leste de São Paulo. Eremias, em 1968, passou a liderar um movimento reivindicatório de alunos no Colégio Estadual M.M.D.C., organizando uma greve e comícios. Em virtude disso, foi transferido compulsoriamente, juntamente com alguns colegas, pela direção do Colégio, contestada por alguns professores. Conseguiu matricular-se no Colégio Estadual Firmino de Proença, terminando o ano. Paralelamente, continuou seu curso técnico.
Durante as greves operárias de 1968, em Osasco, assistiu a algumas assembléias sindicais, com outros colegas que levavam o apoio dos estudantes aos operários em greve. Engajou-se na campanha para obter fundos de greve.
No início de 1969, entrou para a VPR. Simulou uma discordância com os pais e passou a morar fora de casa, mas visitava-os semanalmente. Confidenciava ao seu único irmão, um ano mais velho, e então estudante universitário, com quem mantinha uma estreita ligação e com quem discutia posições políticas.
Em meados de junho de 1969, os órgãos de repressão já sabiam da sua militância. Dias antes, Eremias, sabendo do inevitável, reuniu-se com seus

pais e os pôs a par da sua real situação. Estes esforçaram-se para uma saída segura: enviá-lo ao exterior, mas Eremias optou pelo Brasil e pela clandestinidade. Nunca mais o viram, vivo ou morto.
Seu pai foi detido duas vezes no QG do II Exército para prestar depoimentos. Os prontuários das escolas onde estudara foram vasculhados. Junto com os demais companheiros, sua foto foi exposta em cartazes de pessoas procuradas pelos órgãos de repressão.
No início de 1970, meu pai foi convocado ao Dops em São Paulo pelo Delegado Sérgio Fleury. Enquanto aguardava na ante-sala daquela delegacia policial, percebeu que Fleury pressionava a mãe de um cidadão procurado, dizendo que deveria fornecer o paradeiro de seu filho. A certa altura, meu pai, que a tudo ouvia, pois a porta do delegado estava aberta, ouviu-o dizer algo como "É uma questão de tempo, ou ele é preso ou morto como o filho daquele senhor", referindo-se a meu pai, que nesse momento, inteirou-se do falecimento de Eremias. Em seguida, Fleury explicou-lhe o ocorrido na Vila Cosmos, agregando que Nóbrega estava vivo e havia sido preso dias antes, e que, portanto, o morto em 1969 era Eremias. Fleury descartou qualquer possibilidade de ajuda em relação ao esclarecimento oficial dos fatos, alegando que se algo pudesse ser feito seria no Rio de Janeiro, junto ao I Exército. Dias após a ida de meu pai ao Dops, a imprensa toda noticiaria que Nóbrega havia sido preso e que a pessoa morta no confronto com o Exército, em outubro de 1969, era Eremias. Enquanto durou a clandestinidade de Eremias, principalmente nos meses de junho a agosto de 1969, a casa de meus pais era constantemente visitada e vigiada por agentes policiais ou militares. Diante do clima de repressão reinante à época, meu pai entendeu não ser possível iniciar o esclarecimento dos fatos. Em 1975 ou 1976, meus pais foram ao Rio de Janeiro para tentar obter mais informações e localizaram uma vizinha da casa onde fora morto. Segundo a vizinha, a repressão montou um grande aparato, interditando o quarteirão onde se situavam as casas e pessoas que se diziam militares do Exército pediam que os moradores das vizinhanças permanecessem quietos em suas casas. Contra a casa em que morava Eremias foram disparados inúmeros tiros, inclusive de metralhadora e bombas e, de dentro da casa, partiram também vários tiros. A vizinha acrescentou que parte do efeito militar utilizou-se de sua casa para invadir a casa onde estava Eremias. Em 1979, após a edição da Lei de Anistia, meus pais iniciaram a tramitação jurídica para obtenção do Atestado de Óbito.

Homenageado pela guerrilha

Os companheiros da VPR homenagearam Eremias dando seu nome a um dos campos de treinamento no Vale do Ribeira.
Seu corpo deu entrada no IML/RJ pela Guia nº 471, da 27 D.P., em 17 de outubro de 1969 como desconhecido.

A necropsia foi feita pelos drs. Elias Freitas e Hygino de Carvalho Hércules, que confirmaram sua morte em tiroteio. Esta necropsia, de 22 páginas, foi enviada ao tenente-coronel Ar Pereira Carvalho, do I Ex-1 DI, em 4 de novembro de 1969, em resposta ao ofício nº 164 IPM, de 21 de outubro de 1969, com o seguinte teor:

A fim de instruir autos do IPM de que sou encarregado pelo Exmo. Sr. gen. Syseno Sarmento, comandante do I Ex., solicito a V. Sa. determinar o atendimento dos seguintes quesitos:
a) termo de necropsia do cidadão José Araújo de Nóbrega, morto em ação policial-militar, ocorrida cerca das 11h do dia 16 do corrente, na Rua Tocopi, 59, Vila Cosmos/GB;
b) comparecimento ao Hospital da Guarnição da Vila Militar de médicos-legistas, a fim de procederem a exames de corpo de delito nos militares: major Enio de Albuquerque Lacerda, capitão Ailton Guimarães Jorge e cabo Mário Antônio Povaleri, feridos na mesma ação...(sic)

O óbito foi, portanto, passado em nome de José Araújo de Nóbrega, tendo o cadáver tido um reconhecimento forçado, feito pelo irmão de José Araújo, Francisco Araújo de Nóbrega, que se encontrava preso à época.
Eremias foi enterrado no Cemitério São Francisco Xavier, em 21 de outubro de 1969, na cova nº 59.262, quadra 45.
Somente em 1993, a família conseguiu o Atestado de Óbito de Eremias, além da necropsia e Atestado de Óbito em nome de Nóbrega e 31 fotos de perícia de local (ICE nº 658/69).
O laudo de perícia de local, também encontrado no ICE/RJ é longo, tendo dez páginas e descreve o desalinho em que se encontrava a casa onde Eremias foi morto, uma verdadeira operação de guerra.
Documento da Santa Casa de Misericórdia/RJ afirma que, em 25 de maio de 1975, os restos mortais de Eremias foram incinerados como era de praxe.
No arquivo do Dops/RJ, consta documento do Cenimar, de nº 0189, de 23 de julho de 1970, que traz uma relação de militantes do Colina, VAR-Palmares e VPR e sua situação em 15 de junho de 1970, na qual há os nomes de José Araújo Nóbrega, como banido, e Eremias Delizoikov, como morto.

Lançado do Viaduto do Chá

Roberto Macarini (1951 - 28/4/1970)

Roberto Macarini, paulistano, militante da VPR, morreu aos 19 anos após ser preso e jogado por policiais de cima do Viaduto do Chá, no Centro de São Paulo, às 9h do dia 28 de abril de 1970.
A versão oficial diz que Roberto Macarini foi levado por policiais a um encontro com companheiros, mas conseguiu se atirar do Viaduto do Chá.

Fichas de Roberto Macarini encontradas nos arquivos do Dops/SP referem-se ao suicídio, ao material de imprensa sobre o caso e, surpreendentemente, ao fato de que ele foi "torturado pela equipe C do Exército".
Há relatórios da Marinha e da Aeronáutica entregues ao então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, confirmando a prisão e a versão de suicídio.
O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* informa sobre o caso: "Roberto Macarini, jovem de 19 anos, foi preso em 27/4/1970 pelo DOI/SP, e torturado pela equipe C, dirigida pelo capitão do Exército Homero Cesar Machado e os seguintes algozes: escrivão de polícia Gaeta; funcionário do Departamento de Polícia Federal de alcunha *Alemão*; tenente da Aeronáutica que participou do IPM da Frente Universitária dos Estudantes do Calabouço (GB), de nome Alberto; o atual carcereiro de alcunha *Lungaretti*, de nome Maurício e pertencente ao DPF, naquela época residente na Guanabara. No dia 28/4/1970, Macarini foi retirado do DOI pela equipe do capitão PM Coutinho; capitão do Exército Benoni de Arruda Albernaz; capitão PM Tomás; investigador do Deic Paulo Rosa; tenente do Cenimar de alcunha *Marinheiro*; cabo PM de alcunha *DKW*; um delegado de polícia que anteriormente havia servido em São Carlos/SP de alcunha *Dr. Raul*, e outros. Macarini, em seguida, foi levado ao Viaduto do Chá, no Vale do Anhangabaú, e de lá foi lançado pelos torturadores. Todos os transeuntes que passavam assistiram a esse espetáculo horrendo...".
A requisição de exame do IML, assinada pelo delegado Michel Miguel, confirma a versão oficial e está marcada com um "T" (terrorista), fichado e fotografado sob o nº 1.751/70.
O laudo necroscópico, assinado por Samuel Habekorn e Paulo Augusto Queiroz Rocha, coloca um "nada consta" no item referente ao histórico e, como causador da morte, "corpo contundente". Como causa da morte: choque traumático.
Documento da 1ª Delegacia de Polícia refere-se ao suicídio "por motivos ignorados", sem referir-se à prisão. Afirma que a vítima foi socorrida e transportada ao Hospital Municipal, onde veio a falecer, o que não consta do Atestado de Óbito.
Os advogados da família, que apresentaram requerimento à Comissão Especial, Ricardo Antônio Dias Batista, Leon Deniz Bueno da Cruz e Luciene Barbosa Carrijo, escrevem em relação à "farsa": "A delegacia ... abriu um pseudo-inquérito para encobrir a farsa. O inquérito é composto de capa, uma folha supondo relatar o ocorrido e ficha de identificação. Não foram juntadas fotos do corpo no local da queda. Certamente porque o sangue do seu corpo já deveria estar coagulado. O corpo já estava com rigidez acentuada. Esse procedimento, além de praxe, seria indispensável para o Estado provar o suposto suicídio. Não foi ouvida sequer uma testemunha. O inquérito não foi concluído. O delegado não teve o cuidado de proceder às diligências necessárias para 'apurar' as circunstâncias do 'suicídio'. Não relatou o inquérito. Se é que podemos chamar aquelas folhas de inquérito. Uma verdadeira farsa. Uma afronta à nossa memória histórica".

Em seu voto, a relatora Suzana Keniger Lisbôa declara:

> Estando plenamente comprovado que Roberto Macarini foi preso e, segundo os próprios documentos do Dops, torturado, é dever desta Comissão incluí-lo na relação de vítimas da ditadura militar.

A Comissão Especial aprovou o caso por unanimidade (7 x 0).

Execução sumária

Joelson Crispim (16/4/1946 - 23/4/1970)

Joelson Crispim foi morto no dia 23 de abril de 1970, em São Paulo, aos 25 anos. Carioca, era filho de José Maria Crispim, deputado federal cassado pela ditadura, e irmão de Denize, companheira de Eduardo Leite *Bacuri*.
O relator na Comissão Especial, Nilmário Miranda, afirma que o nome de Joelson foi incluído na lista dos "mortos" do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* com base em pesquisas realizadas em *Brasil: Nunca Mais*, da Arquidiocese de São Paulo, do qual consta que a vítima era militante da VPR e foi assassinada em uma emboscada montada por agentes do DOI-Codi/SP.
Nos arquivos do IML/SP foram encontrados a requisição do exame e o laudo necroscópico com o nome falso de *Roberto Paulo Wilda*, assinalado com um "T" (terrorista) em vermelho. Assinam o laudo os médicos-legistas Sérgio de Oliveira e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, que confirmam a versão oficial de morte em tiroteio. O *Dossiê* informa ainda que Joelson foi enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, em São Paulo, com o nome falso que usava.
As irmãs de Joelson, Denize e Olga, informaram à Comissão que encontraram no arquivo do Dops de São Paulo uma folha sem timbre, data ou assinatura na qual estavam coladas duas fotos de Joelson juntamente com os seguintes dizeres: "Joelson Crispim (*Roberto Paulo Wilda*, *Pedro* ou *Mário*)".
No mesmo arquivo foi encontrado também Relatório da Casa de Saúde D. Pedro II, para onde Joelson teria sido levado, ferido, e veio a falecer. Não foi possível identificar quem assina o Relatório.
Informações do Ministério da Marinha, encaminhadas ao Congresso Nacional pelo Ministério da Justiça, dão conta de que Joelson era militante da VPR e foi morto em São Paulo "em ação de segurança".
Em seu voto, o relator afirma que é possível extrair do processo a conclusão de que inexistiu o tiroteio alegado na versão oficial, no qual a vítima teria morrido.

Em primeiro lugar, ele afirma,

> O laudo é assinado pelo médico-legista Paulo Augusto de Queiroz Rocha. O mesmo assinou os laudos, comprovadamente falsos, de Joaquim Seixas, Carlos Nicolau Danielli, Antonio Carlos Bicalho, cujas mortes já foram reconhecidas por esta Comissão Especial.

Além disso continua,

> estranhamente, o laudo médico (...) afirma que todas as trajetórias dos projetéis de arma de fogo são de trás para a frente. É de indagar-se: Como tal ocorreu se houve tiroteio? Em tiroteio, as trajetórias dos projetéis deveriam ser ao contrário.

Sobre a falsa identificação de Joelson e o seu sepultamento como indigente, o relator conclui que se constituem nas "evidências maiores de que sua morte foi premeditada e, portanto, sob o domínio dos agentes públicos". É certo que os órgãos policiais sabiam de sua identificação correta, ele diz, na medida em que o seu nome verdadeiro consta ao lado de suas fotos em documento encontrado no Dops/SP.
E conclui:

> Assim, desses elementos disponíveis, formei minha convicção sobre a execução sumária, premeditada pelos agentes da repressão política. Vale dizer, sob custódia de agentes públicos, não importando aqui o local exato da execução.

O voto do relator Nilmário Miranda foi aprovado por unanimidade (7 x 0) pela Comissão Especial.

Múltiplas perdas

Alceri Maria Gomes da Silva (25/5/1943 - 17/5/1970)

Houve uma desestruturação na família de Alceri Maria depois que ela foi assassinada, juntamente com Antônio dos Três Rios Oliveira, no dia 17 de maio de 1970, em São Paulo. Oito dias depois, ela completaria 27 anos.
Sua irmã, Clélia de Melo, que entrou com o pedido de reconhecimento na Comissão Especial, conta que, no final dos anos 60, ambas eram operárias em Canoas/RS, e lutavam por melhores salários e condições de vida. Nessa época, Clélia engravidou e diminuiu a sua participação sindical e política. Alceri, ao contrário, mudou-se para São Paulo e, já militando na VPR, entrou na clandestinidade.
"Os militares me levaram três irmãs e tornaram meu pai um homem senil do dia para a noite", declara Clélia. Ela se refere ao fato de que o pai, menos de

um ano depois da morte de Alceri, começou a definhar e veio a falecer. Uma das irmãs, casada com um militar, afastou-se da família. E outra, Valmira, que militava com Alceri, se suicidou. "Ela nunca se perdoou por ter deixado Alceri se mudar do apartamento onde ambas moravam em São Paulo", diz Clélia. "Valmira passou a ter medo do escuro, falar com fantasmas e soluçar à noite. Poucos anos depois, já comprometida psicologicamente, suicidou-se ingerindo soda cáustica. Antes de morrer, em um hospital de São Paulo, disse não poder mais conviver com a culpa e a saudade."

Registro no *Dossiê*

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* diz sobre o caso:

Ela era uma moça baixinha, magra, muito alegre, entusiasmada pela luta. Em setembro de 1970, esteve em Cachoeira do Sul, despedindo-se da família, quando disse a sua irmã Clélia que ia para São Paulo lutar contra a ditadura militar.
Seus pais, Odila e Oscar, foram informados de sua morte pelo detetive de Delegacia de Polícia de Canoas de apelido Dois Dedos, *assim conhecido por faltar-lhe dois dedos da mão. Era conhecido em Canoas pela sua ferocidade, e avisou à família que nada fizesse porque, caso contrário, seriam todos mortos. Não deu nenhum detalhe da morte. A família soube apenas isso. Não recebeu Atestado de Óbito nem foi informada sobre o local da sepultura.*
O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que Alceri "foi ferida e, posteriormente, veio a falecer no dia 17 de maio de1970". O laudo necroscópico é assinado pelos médicos-legistas João Pagenotto e Paulo Augusto Q. Rocha.

Paulo Gonet Branco, relator do caso na Comissão Especial, toma por base o fato de Antônio dos Três Rios Oliveira ter tido o seu nome incluído na lista anexada à Lei 9.140/95, na condição de desaparecido político, enquanto o de Alceri, morta nas mesmas condições, ficou de fora. Ambos estavam na casa de Antônio quando a polícia invadiu o "aparelho".

> Aparentemente — ele diz —, os familiares de Antônio dos Três Rios Oliveira não conseguiram obter seu Atestado de Óbito, ao contrário do que ocorreu com Alceri.
> Como se viu — continua —, as circunstâncias das mortes de Antônio e Alceri foram as mesmas, o reconhecimento pelo legislador de que o falecimento do primeiro deve atrair o benefício previsto na lei conduz a que esta Comissão tenha como satisfeitos, também em relação a Alceri, os pressupostos para que se veja a sua morte como enquadrada na Lei 9.140/95.

O caso foi aprovado por 5 x 2 pela Comissão Especial, sendo votos vencidos o do general Oswaldo Gomes e o de João Grandino Rodas.

Sepultado com nome falso

José Maria Ferreira Araújo (6/6/1941 - 23/9/1970)

José Maria foi preso no dia 23 de setembro de 1970 pelo DOI-Codi/SP, sofreu torturas que foram testemunhadas por outros presos políticos, e desde então passou a constar como "desaparecido". O seu caso entrou pela primeira vez no *Dossiê* com o nome de *Edson Cabral Sardinha*. Documentos oficiais encontrados pela Comissão Nacional de Familiares permitiram a sua identificação. A responsabilidade do Estado pela sua morte foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.

Em parecer sobre outros casos na Comissão Especial, como os de Edson Neves Quaresma e Yoshitane Fugimori, a relatora Suzana Keniger Lisbôa afirmou que há indicações de que cabo Anselmo, agente infiltrado na VPR, teria sido o responsável pela captura e morte de José Maria Ferreira Araújo.

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* relata o seguinte sobre o caso:

José Maria Ferreira Araújo nasceu no Ceará e era filho de José Alexandre de Araújo e Maria da Conceição Ferreira de Araújo.

Foi condenado pela Justiça Militar a cinco anos e um mês de prisão pela 1ª Auditoria da Marinha, enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Preso no dia 23 de setembro de 1970 pelo DOI-Codi/SP, foi levado imediatamente para as câmaras de tortura e morreu em conseqüência da violência dos torturadores.

Vários presos políticos testemunharam as torturas e sua morte, podendo identificar como seus torturadores e assassinos: capitão Benone Arruda Albernaz, capitão da PM Tomás Paulino Rosa, investigador da Polícia Federal Maurício José de Freitas, delegado de polícia conhecido como Dr. Raul, *soldado da PM-SP conhecido como* Pedro DKW *e sargento da PM-SP Paulo Bordim.*

O paradeiro do preso político José Maria Ferreira de Araújo foi descoberto nos arquivos do IML/SP, onde constava ter sido enterrado com o nome falso de Edson Cabral Sardinha *na quadra 11, sepultura 119 do Cemitério de Vila Formosa 1.*

No laudo necroscópico, o nome de Edson Cabral Sardinha é identificado por um "T" em vermelho (terrorista) para diferenciá-lo dos demais. A solicitação de exame do Dops dá como histórico que Edson havia morrido de "mal súbito". O médico-legista encarregado da perícia, Sérgio Belmiro Acquesta, concluiu que sua morte foi por causa "indeterminada", apesar dos vários exames feitos. As fotos do cadáver mostram claras marcas de torturas, que comprovam as denúncias de seus companheiros de prisão.

José Maria Ferreira Araújo foi casado com Soledad Barrett Viedma, que viria a ser morta em janeiro de 1973 em Pernambuco, juntamente com outros companheiros delatados por cabo Anselmo, agente infiltrado na VPR.

Em pesquisas no arquivo do antigo Dops/SP foi encontrada uma solicitação do coronel Lima Rocha com o seguinte teor:

*Solicito remeter possível urgência foto, ficha dactiloscópica, exame neurológico e Atestado de Óbito do terrorista morto em set./70, conhecido (grifo nosso) como Edson Cabral Sardinha (*Aribóia*).*

Nesse mesmo arquivo foram encontradas fichas de Edson Cabral Sardinha e José Maria Ferreira de Araújo, com o mesmo apelido de *Aribóia*, e fotos, o que mostra que era possível verificar a verdadeira identidade do morto.

Quanto às circunstâncias em que se deu sua morte, também nos arquivos do Dops/SP encontram-se documentos contraditórios, como a resposta do delegado do Dops Alcides Cintra Bueno Filho ao coronel Lima Rocha, chefe da 2ª Secção do II Exército, onde se lê: "... falecido em conseqüência de violento tiroteio que travou com agentes dos órgãos de segurança", e a requisição de exame necroscópico, assinada pelo mesmo delegado em que diz: "tendo sido preso por atividades terroristas, faleceu ao dar entrada na Delegacia Distrital presumindo-se mal súbito".

Coincidentemente, a Delegacia Distrital onde José Maria deu entrada é a da Rua Tutóia, ou seja, a Oban.

Documento datado de 7 de janeiro de 1971, também assinado pelo delegado Alcides Cintra Bueno Filho e encontrado nos arquivos do Dops/SP diz: "... não foi instaurado inquérito policial a respeito do óbito, dada a flagrante evidência da naturalidade do óbito. Diante do exposto, determino o arquivamento do presente, protocolado no Arquivo Geral deste Departamento, para fins de prontuário".

O Relatório do Ministério do Exército diz que ele "utilizava-se do nome falso Edson Cabral Sardinha. Existe registro de seu Atestado de Óbito nº 31.153, livro 43-C-C-folha 124-V, expedida em 12 de julho de 1972, pelo Registro Civil do 9º Distrito Policial de Vila Mariana em São Paulo".

Encaminhou-se uma petição para o reconhecimento de sua identidade. Mas a sentença do juiz negou a petição por falta do corpo. Seus restos mortais não foram encontrados porque houve a alteração da quadra onde ele foi enterrado.

Lembranças do irmão

De seu irmão, Paulo Maria Ferreira de Araújo:

Meu irmão era marinheiro e servia no Rio de Janeiro desde 1959. O restante da família na ocasião morava em Santa Luzia, na Paraíba. Mantinham contato com José Maria através de correspondência e, em fevereiro de 64, esteve em férias com a família. Nessa temporada José Maria colocou a família a par de sua participação junto a movimentos sindicalistas, levando inclusive consigo vários livros acerca de questões sociais. Ele pretendia, junto com outros

marinheiros, criar uma instituição denominada Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, no que eram apoiados pelo Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Esse tipo de Instituição era proibido pelas Leis da Marinha.
Assim que foi deflagrado o Golpe Militar de 1964, José Maria e outros companheiros foram presos por "insubordinação", tendo ficado incomunicável na Ilha das Flores, durante quatro meses. Nossa família soube dessa prisão através da sua noiva, que morava no Rio de Janeiro.
Num documento dos Arquivos da Marinha, denominado Caderneta de Registro para Praça, consta a anotação de que, em 15 de abril de 1964, José Maria foi preso "por ordem do encarregado do inquérito policial militar para apurar a subversão na Marinha". Na mesma caderneta consta a anotação da expulsão de José Maria da Marinha em 8 de dezembro de 1964, tendo sido apresentado nesta data ao Centro de Armamento da Marinha (CAM). Durante esse período de prisão, nossa família recebeu uma carta que José Maria fez chegar às mãos de amigos, na qual pretendeu tranqüilizar os familiares, nenhuma referência fazendo à prisão.
Tivemos conhecimento de que ele, por um período, teria trabalhado como metalúrgico na Companhia Brasileira de Vagões (CBV). A última carta que recebemos data de 6 de dezembro de 1966, que a família conserva até hoje. Nessa carta já assinava com o seu codinome Miguel, *e reafirmava que não poderia fornecer seu endereço por não ter residência fixa. Afirmava que teria que passar alguns meses sem mandar notícias, não dizendo no entanto o motivo.*
A partir daí, e durante um bom período, nossa família percebeu que suas correspondências estavam sendo violadas e, embora morassem numa cidade do interior, ouviam comentários acerca do fato de José Maria ser "terrorista". Passamos a viver sob muita tensão e medo.
Por volta de 1981, com o retorno ao país de alguns dos exilados, é que comecei a ter informações mais concretas a respeito da história do meu irmão. A primeira informação veio com um artigo assinado por Paulo Conserva, no jornal A União, *de João Pessoa, publicado em 28 de setembro de 1983. Paulo Conserva esteve exilado em Cuba, e nesse artigo faz referência a "um paraibano de Santa Luzia, José Maria, brutalmente torturado e assassinado entre dezenas de outros companheiros". A notícia foi um choque para a família. Logo conseguimos um contato pessoal com Paulo Conserva, que prestou um depoimento de quase duas horas, no qual relatou que estivera com José Maria em Cuba, que este havia se casado com uma paraguaia e que tinha uma filha. Relatou ainda que recebera informações de companheiros que haviam chegado do Brasil em Cuba, que relatavam sobre a prisão de José Maria. Deu conhecimento ainda à família de que ele usava os codinomes de* Aribóia, *ou* Araribóia. *Relatou o trajeto da sua prisão.*

Companheiros traídos

Edson Neves Quaresma (11/12/1936 - 5/12/1970)
Yoshitane Fugimori (19/5/1944 - 5/12/1970)

Pela versão oficial, Edson Neves Quaresma, nascido no Rio Grande do Sul, foi morto ao resistir à prisão, juntamente com Yoshitane Fugimori, na Praça Santa Rita de Cássia, em São Paulo, às 12h do dia 5 de dezembro de 1970. No entanto, apesar de ser um conhecido militante revolucionário (ex-sargento da Marinha, expulso em 1964, e procurado desde então), o seu corpo foi enterrado com nome falso e somente deu entrada no IML às 16h daquele dia.
A relatora dos dois casos na Comissão Especial, Suzana Keniger Lisbôa, explica o contexto em que se deram as mortes, associando-as ao trabalho do agente infiltrado na VPR, cabo Anselmo:

> Quaresma era na época o contato mais permanente de Anselmo. Voltara de Cuba para criar condições para o retorno do "amigo". Ocultar sua morte era questão fundamental para o prosseguimento, com tranqüilidade, do trabalho de infiltração. O ex-cabo iniciava, ao que parece, sua atuação no Brasil. Matar Fugimori — um dos dirigentes da organização, nascido em Mirandópolis, no Estado de São Paulo, e técnico em eletrônica — representava eliminar um dos empecilhos para que o ex-cabo pudesse, mais facilmente, chegar à direção e ao controle da VPR.

A relatora cita uma anotação em ficha encontrada nos arquivos do Dops de São Paulo referindo-se da seguinte forma a Fugimori: "executado em 5/12/70". Ela, contudo, contesta a versão oficial:

> Como em tantos outros casos examinados por esta Comissão Especial, Fugimori não morreu executado no tiroteio, conforme atesta a versão oficial, mas sim dentro do órgão de extermínio de presos políticos — a Operação Bandeirantes, o que está comprovado pelo laudo do perito Celso Nenevê.

Quanto a Quaresma, a relatora cita a requisição de exame também encontrada nos arquivos do Dops:

Hoje, por volta das 12h ao ser preso por policiais da Oban e do Dops, resistiu à prisão, mantendo com os policiais cerrado tiroteio, no transcorrer do qual foi atingido por um tiro e veio a falecer. OBS. Fotografar o corpo de frente e de perfil, bem como tirar cinco jogos de suas impressões.

A relatora comenta:

> Tais fotos, até hoje, não foram localizadas. Pergunto: Por quê? Certamente por terem ficado por demais visíveis as atrocidades que o levaram à morte.

Suzana Keniger Lisbôa prossegue em seu parecer:

> O laudo de necropsia (folhas 27 a 29), assinado pelos conhecidos médicos-legistas da repressão política, afirma que (Quaresma) recebeu cinco tiros, sendo quatro na cabeça e um pelas costas, na região dorso-lombar. Este último não foi fatal e, provavelmente, foi aquele que o imobilizou.
> Desses quatro tiros, um deles foi na região auricular direita. Nenhum tiro em membros superiores e inferiores. É praticamente impossível que, num tiroteio, uma pessoa seja atingida tantas vezes na cabeça.
> Ou então, se tivéssemos as fotos para exame, como no caso de Fugimori, veríamos que Edson Quaresma teria sido baleado à queima-roupa ou recebido os tiros depois de ter tido sua garganta esmagada pelas botas de um agente assassino.
> Ao quarto quesito, *"se a morte foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel"*, a resposta dos médicos-legistas é *"prejudicado"*.
> Na ficha do IML, a *causa mortis* é assim registrada: ferimento craniano por projéteis de arma de fogo, choque traumático. No verso, com anotação de 14/7/71, a anotação: *"Env. Cópia p/ II Exército - Quartel General, at. Of. Nº 01/71, dat. De 14/7/71"*. Assinatura de recebimento, infelizmente, é ilegível.

A relatora afirma:

> É evidente que o Quartel General do II Exército e, portanto, todos os órgãos de repressão, sabiam quem era o mulato Celso Silva Alves e ocultaram sua morte para proteger seu grande trunfo — o ex-cabo Anselmo.

O relatório da Marinha, elaborado à pedido do ministro Maurício Corrêa, afirma:

Foi morto ao reagir à prisão, na Praça Santa Rita de Cássia/SP, com outro companheiro no dia 5/12/70 às 12h. O fato foi divulgado com seu nome falso: Celso Silva Alves.

Certeza da identidade

> Na verdade, Quaresma deveria integrar a lista dos desaparecidos políticos, não fosse a certeza da Comissão Nacional de Familiares quanto à sua verdadeira identidade à época da morte. Os critérios para elaboração da lista de desaparecidos não obedeceram, como é do conhecimento desta Comissão Especial, ao rigor previsto na Lei 9.140/95.
> As mortes de Quaresma e Fugimori, ocorridas pouco tempo após a chegada ao Brasil do ex-cabo Anselmo, certamente, foram decretadas para que não representassem um obstáculo para o acesso de Anselmo ao comando da VPR.
> Quaresma e Anselmo eram companheiros de muitos anos. O primeiro foi, inclusive, designado para voltar de Cuba e preparar o retorno ao Brasil do segundo. Foi assim, utilizando sua relação com Quaresma, que Anselmo conseguiu os contatos que lhe possibilitaram chegar a Fugimori e até ao capitão Lamarca.

Cabo Anselmo

Suzana Keniger Lisbôa juntou ao processo as declarações de José Anselmo dos Santos, o ex-cabo Anselmo, localizadas no arquivo do Dops/SP:

Em junho ou julho de 1970, vieram José Maria e Quaresma, deviam preparar as condições para receber-nos. Em setembro, deveríamos vir eu e Evaldo. Mas Evaldo ficou retido, por um ato indisciplinar que desconheço qual seja. Fui enviado sozinho. Traria uma mensagem cifrada de apresentação para Carlos Lamarca e ele deveria dar-me tarefas para desempenhar, explicar o funcionamento da organização etc. (...) Cada dia 15, às 15h, e dia 20 às 20h, Quaresma estaria esperando em frente ao cinema Metro. Cheguei ao Brasil dia 15 de setembro de 1970. (...) No dia 15 de setembro, encontrei Quaresma, que me disse que não havia nenhum aparelho, nenhum apoio. (...) Nesse tempo, creio que meados de novembro, recebi de Quaresma, com quem me encontrava uma vez por semana, o aviso de que devia seguir viagem para avistar-me com Lamarca. Às cinco horas da manhã, encontrei-me com Quaresma, na Rua Domingos de Morais, em frente ao cinema San Remo. Fomos para o Jabaquara, onde nos encontramos com Fugimori (...)
Fiquei em contato, uma vez por semana, com Quaresma. Passei a datilografar (com uma máquina que me foi dada por Quaresma e que deve estar no escritório de Ivan *[Edgar Duarte], uma semiportátil, sem tampa) o relatório sobre Cuba (...)*
Corria o mês de novembro, quando se deu a morte de Toledo, da ALN, e pelos documentos publicados soubemos que Palhano estava chegando. Efetivamente, Quaresma recebeu-o e fez-me contatar com ele em fins de novembro (...).

Em outro depoimento, este datado de 4 de junho de 1971, Anselmo reafirma:

(...) que chegou ao Brasil em 15 de setembro de 1970, tendo desembarcado no Aeroporto de Campinas. Que foi para São Pedro da Aldeia, tendo em vista que somente no dia 30 de setembro teria ponto com Quaresma em São Paulo, quando encontrou Quaresma (...) que Quaresma apresentou-o a Yoshitane Fugimori (...) que em São Paulo ficou em contato com Quaresma e, após a chegada de Palhano, também com este (...).

Em entrevista publicada em *IstoÉ*, de 28/3/1984, Anselmo informa também seus contatos com Quaresma e Fugimori. Perguntado se teria sido o responsável pela morte dos dois, como muitos crêem, afirma:

Não, não é verdade. Eu tive contato com o Yoshitane Fugimori e com Edson Quaresma, mais com Quaresma.(...).

Perguntando sobre quem teria matado Quaresma e Fugimori, Anselmo responde:

De ler nos jornais, deve ter sido a equipe do dr. Fleury.

A relatora continua:

> Evidentemente, cabo Anselmo não quis assumir sua responsabilidade na morte de um amigo de tantos anos. Não havia motivo para que o fizesse, já que nunca se dispôs a resgatar a verdadeira história, quando se tornou, mais do que infiltrado, um agente dos órgãos de segurança.
> Mas eliminá-lo, ao que parece, foi uma de suas tarefas primeiras, bem como a José Maria Ferreira de Araújo, constante da lista oficial de desaparecidos.
> Todos os contatos de Anselmo foram premeditadamente assassinados, suas mortes foram cuidadosamente planejadas a fim de não levantar suspeitas e, na maior parte das vezes, "culpados" foram eleitos para serem os responsáveis por essas mortes, até que seu trabalho de infiltração foi, finalmente, desmascarado, em 1973, quando patrocinou o "massacre da Chácara de São Bento".
> As reais circunstâncias das mortes de Quaresma e Fugimori ficam para um outro momento, já que os principais arquivos da repressão ainda não foram abertos. Há, certamente, outras fotos, outros fatos elucidativos.
> Certo é que a versão oficial dos órgãos de segurança é falsa, contestada pelo depoimento do ex-preso político Ivan Seixas, pelo laudo do perito Celso Nenevê e pelo traiçoeiro trabalho de José Anselmo dos Santos.

E a relatora dá o seu voto:

> Yoshitane Fugimori e Edson Neves Quaresma foram mortos sob a responsabilidade do Estado. Quaresma, depois de ferido, teve sua garganta esmagada, e Fugimori, além de ter sido atingido após rendido, veio a falecer dentro da Operação Bandeirantes.
> Voto pelo enquadramento dos nomes dos dois militantes dentro dos preceitos da Lei 9.140/95.

Os dois casos foram acolhidos pela Comissão Especial: o de Quaresma por 4 x 3, sendo vencidos os votos do general Oswaldo Gomes, Paulo Gonet Branco e João Grandino Rodas; e o de Fugimori por 6 x1, tendo o general votado mais uma vez pelo indeferimento.

Fuga forjada

Celso Gilberto de Oliveira (26/12/1945 - 30/12/1970)

A responsabilidade do Estado pela morte de Celso foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95. Ele era gaúcho de Porto Alegre, filho de João Adelino de Oliveira e de Julieta Pedroso de Oliveira, trabalhava como corretor de imóveis e entrou para a lista de desaparecidos políticos desde 1970, quando tinha 25 anos.
De acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, ele foi preso em 10 de dezembro de 1970 por integrantes do Cisa, sob o comando do capitão Barroso, e levado para a PE, à Rua Barão de Mesquita, Rio de Janeiro.
Segundo denúncia de presos políticos, Celso foi torturado naquele local pelos militares conhecidos pelos nomes de *Hulk*, *Teles* e *James*, todos tenentes do Exército.
Entre os dias 24 e 25 de dezembro, Celso foi acareado, na própria PE, com o preso político Sinfrônio Mesa Netto, que pôde constatar as torturas pelas quais Celso vinha passando.
No arquivo do Dops/RJ, em 1992, foram encontrados documentos que confirmam a prisão de Celso. Em um documento do Cisa de 6 de outubro de 1971, informação nº 160, consta seu nome, ao lado do codinome *Alan*, como preso, em uma relação de militantes da VAR-Palmares e VPR. Em sua ficha do Dops/RJ, Celso consta também como preso.
No Relatório da Aeronáutica há a seguinte informação: "foi detido por uma equipe do Cisa e encaminhado ao DOI/I Ex. em 11 de dezembro de 1970". Também no Relatório do Exército, há a informação de que Celso "...utiliza-se dos codinomes *Ricardo* e *Alan*, tendo sido preso pelo Cisa em 9 de dezembro de 1970 e entregue ao DOI-Codi-I Ex. em 11 de dezembro de 1970. Foi interrogado até 29 de dezembro". Este relatório afirma ainda que, na madrugada de 29 para 30 de dezembro de 1970, Celso fugiu, conforme o Relatório da Operação Petrópolis, de responsabilidade do DOI-Codi-I Exército.

Tiro de misericórdia

Antônio Raymundo Lucena (11/9/1922 - 20/2/1970)

Não foi reconhecida a responsabilidade do Estado pela morte de Antônio Raymundo Lucena. O caso começou a ser apreciado na 23ª reunião ordinária da Comissão Especial, recebendo voto contrário por parte do relator, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho. Suzana Keniger Lisbôa solicitou vistas ao

processo, para tentar obter novas informações na Secretaria da Segurança Pública de São Paulo. Na última reunião voltada para apreciação de processos, a 26ª, o caso voltou a ser apreciado e foi indeferido por 5 x 2, sendo votos vencidos o de Suzana Keniger Lisbôa e o de Nilmário Miranda.
Antônio Raymundo Lucena foi morto a tiros na porta de sua casa, na presença da sua mulher e de três filhos menores, dois gêmeos de 9 anos e a caçula de 3. Nove policiais fizeram o cerco. Ele reagiu à prisão, armado com um fuzil FAL. Atirou e matou um sargento e feriu outro gravemente.
Em depoimento à Comissão Especial, sua esposa, Damaris Oliveira Lucena, declarou:

Tudo aconteceu muito rápido, meu marido foi brutalmente baleado, recebeu uma descarga violenta de tiros, porém ao cair ao lado do tanque, já fora de casa, ainda respirava, um último tiro foi disparado em sua têmpora, eu e meus filhos presenciamos a sua execução sumária.

A morte correu no meio da tarde do dia 20 de fevereiro de 1970, num bairro pobre de Atibaia, município próximo de São Paulo.
Lucena era um dos dirigentes da VPR, com foto estampada em cartazes de "terroristas procurados", e tinha ligação direta com o capitão Carlos Lamarca. Em sua casa foram encontrados armamentos levados por Lamarca quando desertou do 4º RI de Quitaúna, em Osasco.
O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* registra o caso de Lucena:
Nasceu no município de Colina, no Maranhão, filho de José Lucena Sobrinho e Ângela Fernandes Lima Lucena. Era operário e foi morto aos 47 anos.
O laudo de necropsia, solicitado pelo Dops, é assinado pelos médicos-legistas Frederico Amaral e Orlando Brandão.

Voto contra

Luís Francisco da Silva Carvalho Filho registrou a versão oficial no seu parecer e argumentou que ela é sustentável.

> Segundo a versão oficial, Antônio Raymundo Lucena foi atingido mortalmente por nove disparos de arma de fogo, por policiais militares da cidade de Atibaia (...). O militante era conhecido pelo apelido de *Doutor* e era ligado a Carlos Lamarca. No dia dos fatos, os policiais teriam se dirigido à residência da vítima para averiguar suposta ocorrência de furto de veículo, imputada a um dos seus filhos e a outro rapaz. Os policiais teriam sido atendidos pela requerente (*Damaris, mulher de Lucena*), que chamou o marido. Este saiu armado e disparou contra os policiais — um deles faleceu, outro foi gravemente ferido. Os outros policiais reagiram e atingiram a vítima. Não se trata, pela versão oficial inscrita no noticiário e nos documentos policiais, de uma diligência de caráter político, sendo que o envolvimento da vítima com a luta armada só foi constatado posteriormente, com a localização, na residência, de armamento pesado, documentos e aparelhagem cirúrgica para socorros médicos.

Em outro trecho, o relator reforça o argumento:

> Se se tratasse de uma operação policial de caráter político, voltada especificamente para a sua captura, não seria efetivada por policiais interioranos, sem a coordenação e a presença de agentes especializados na repressão à luta armada. O noticiário da época indica que a militância de Lucena não despertava suspeitas em Atibaia e que os policiais portavam armas calibre 32 e 22. É bastante plausível, portanto, a versão de que a abordagem da vítima foi uma coincidência.

Sobre a execução sumária descrita pela mulher de Lucena, o relator declara:

> A versão familiar, contudo, não é confirmada pela prova material disponível. O exame necroscópico informa a existência de nove disparos de arma de fogo (apenas um orifício de saída), cinco na face anterior do tórax, um no abdome, dois no braço direito e um no ombro esquerdo. Não faz qualquer referência ao tiro desferido na têmpora.
> Os depoimentos dos familiares, isoladamente, não formam a convicção necessária para se concluir por uma execução. São depoimentos marcados por intensa e compreensível dor e não se harmonizam com as outras evidências dos autos.
> O fato de sua mulher ter sido posteriormente conduzida ao Dops, onde foi brutalmente torturada, não altera a ordem dos acontecimentos. O fato de em outros processos ter ficado caracterizada a inconsistência da versão oficial não autoriza a conclusão de que a falsidade constitui uma regra absoluta.
> Diante das evidências de que Antônio Raymundo Lucena foi atingido durante tiroteio travado com policiais da Força Pública da cidade de Atibaia, hipótese em tese não contemplada pela Lei 9.140/95, destinada ao reconhecimento de pessoas mortas apesar de detidas ou sob o domínio de agentes da repressão, e da inexistência de prova, nos autos, de que ele foi executado sumariamente, voto pelo indeferimento do pedido.

Votos a favor

Os votos vencidos favoráveis ao reconhecimeto do caso, de Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda, apresentaram argumentos que contrariam a tese do relator:

A edição do *Jornal da Tarde* de 21/2/1970 informa que Lucena recebeu também um tiro na garganta. A edição de dois dias depois do mesmo jornal confirma a informação: "Um tiro disparado da esquerda acertou Lucena na garganta". Suzana chama a atenção para o fato de que "o laudo de necropsia, feito no IML/SP, não faz qualquer referência ao pescoço, à garganta ou à têmpora". E pergunta:

> Por que não foi anexado ao processo o Laudo de Necropsia feito pelo diretor da Santa Casa de Atibaia?
> Por que foi feito outro Laudo de Necropsia no IML/SP, 24 horas após a sua morte, o qual foi anexado ao processo?
> Onde estão as fotos de Perícia em Local de Ocorrência e as fotos do cadáver?

Os depoimentos das filhas menores de Antônio Lucena e Damaris, Telma e Denise, na época respectivamente com 3 e 9 anos, são citados tanto no voto do relator como no de Suzana. Contidos no documentário em vídeo *15 Filhos*, eles foram juntados ao processo por meio de correspondência de Marta Nehring, uma das autoras do filme.

> *Aí eu só vi esse rapaz que eu jamais vou esquecer do rosto, porque eu sou muito boa fisionomista, muito boa mesmo. Tenho uma memória incrível. Ele chegou perto do meu pai, pôs a arma na cabeça e atirou ...* (Telma)
> *E ele é morto ali e você fica assim: meu Deus, será que é isto mesmo que aconteceu, será que eu estou vivendo em outro planeta, ou será que eu estou imaginando isto tudo que aconteceu? Porque foi assim, um assassinato brutal, foi uma coisa assim que eles chegaram, foi muito rápido.* (Denise).

Para Suzana, "todas as versões oficiais apresentadas pelos órgãos de repressão eram falsas e visavam unicamente encobrir torturas, mortes e execuções sumárias que, inclusive, feriam as próprias leis de exceção vigentes na época". A conclusão dos que foram voto vencido foi a de que Antônio Raymundo Lucena, apesar de ter resistido à prisão, atirando contra os policiais, foi seriamente ferido antes de receber o tiro que lhe tirou a vida, o que significa que ele poderia ter sido preso e socorrido pelos agentes do Estado, para poder ser julgado legalmente. Nesses termos, defenderam que o seu nome fosse incluído entre os reconhecidos pela Lei 9.140/95.

De sua filha caçula

A vida de Antônio Raymundo Lucena foi resumida por sua filha Ângela Telma em depoimento publicado no *Dossiê*:

Por sua mente brilhante recebeu a alcunha de "doutor".
Aos 12 anos teve uma úlcera ocular, o que ocasionou a perda da visão do olho direito. Nesse período, começou a ocupar-se de todas as atividades de instalações elétricas, serviços de pedreiro, mecânica etc., já que era um curioso por natureza.
Aos 17 anos assumiu a função de mestre de oficina mecânica, além de acumular os cargos de apontador e encarregado de uma pequena estatal. Casou-se aos 23 anos, separando-se aos 26.
Aos 27 anos, viajou para Caxias, (MA), onde conheceu Damaris Oliveira, por quem se apaixonou. Ao descobrir o romance entre ambos, o pai de Damaris castigou-a severamente. Ela fugiu de casa e foi viver com Lucena.
Lucena começou a trabalhar como mestre de serraria e Damaris, como fiandeira. No dia 31 de maio de 1949 nasceu o primeiro filho do casal, e quando este contava com 2 meses, Lucena migrou para Fortaleza (CE), para tentar a sorte.
Em março de 1950 embarcou para o Rio de Janeiro, onde tomou um caminhão pau-de-arara para São Paulo.
Lucena, com dois meses em São Paulo, mandou buscar a mulher e o filho. Damaris saiu no dia 1º de junho num navio (Taubaté) rumo ao Rio de Janeiro, de onde foi para a capital paulista.
Lucena estava empregado na Indústria Jafet, como kardecista e passaram a residir na Rua do Manifesto, no bairro do Ipiranga.
Devido à penosa viagem e à subnutrição, perderam o filho, vitimado pelo crupe, internado naquela ocasião no Hospital Emílio Ribas.
No dia 6 de outubro de 1951, houve um acontecimento muito feliz para os Lucena. Nasceu o segundo filho: Ariston.
Damaris empregou-se também na Indústria Jafet como copeira da creche e Lucena recebeu uma promoção, passando a técnico da seção de vapor.
Em 1953, Damaris engajou-se no movimento sindical, incentivada pela vereadora paulista Matilde de Carvalho. No ano de 1955, Damaris se ausentou da fábrica por cinco dias, para participar da Conferência Nacional de Mulheres, organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil, no Rio de Janeiro, e ao retornar foi demitida sob a acusação de insuflar os operários.
Ainda em 1953, Damaris e Lucena participaram da campanha O Petróleo é Nosso.
Em 1954, pelas mãos de Damaris, Lucena ingressou no Partido Comunista do Brasil. Naquela época, passaram a ter contato com Pedro Pomar, João Amazonas e outros líderes do partido. A militância durou até 1964, quando, após o Golpe Militar de 31 de março daquele ano, pediram afastamento por tempo indeterminado.
Na militância panfletavam, vendiam livros e incentivavam pessoas a segui-los.

Doutor *aposentou-se em 1964 por invalidez, e com a família crescida, tentou procurar uma alternativa de trabalho. Passou um dia na Clock, aprendendo a arte de consertar panelas de pressão. Como cego de um olho, recebeu o direito de ter uma banca na feira, isento de impostos. Começou, então, um período de prosperidade. Damaris tirou carta de motorista e logo adquiriu uma perua, para facilitar o transporte do material de trabalho.*
Em 1968, filiaram-se à VPR. Naquele momento já estavam residindo na Rua Lima e Silva, no Ipiranga.
Em 1969, mudaram-se para a Praia Grande, no litoral paulista, de onde foram para a Cidade Ocian e em seguida para Embu-Guaçu, com os nomes trocados. Eram Rosa *e* Zé.
Ali conheceram Carlos Roberto Zanirato e Eduardo Leite (o Bacuri*), ambos assassinados pela ditadura. Nesse mesmo ano,* Bacuri *comprou uma casa em Atibaia (Jardim das Cerejeiras) para* Dona Dulce *e* Sr. Eduardo*, os novos nomes do casal. Ariston saiu de casa em dezembro desse mesmo ano, já como militante da VPR. Devido à clandestinidade e à prisão, nunca mais viu o pai. Todo o material de militância escondido nas residências anteriores foi transferido para a casa de Atibaia juntamente com aparelhos médicos. Faziam-se passar por fazendeiros e não perdiam a chance de ajudar os necessitados.*
No dia 20 de fevereiro de 1970, por volta das 15h, a porta é golpeada violentamente por militares. Doutor *dormia. Damaris acordou-o bruscamente e muniram-se de um FAL cada um. Começaram a atirar. Lucena tombou gravemente ferido e, logo em seguida, depois de várias rajadas de armas de grosso calibre, recebeu, na têmpora, o tiro fatal na presença da esposa e filhos, os maiores (gêmeos) com 9 anos e eu, a caçula, estava com apenas 3 anos.*
Embora seu sepultamento tenha sido registrado no Cemitério de Vila Formosa, na capital paulista, seus familiares e amigos ainda não conseguiram localizar seus restos mortais.

Dois fuzilados

Gerson Theodoro de Oliveira (1948 - 22/3/1971)
Maurício Guilherme da Silveira (1951 - 22/3/1971)

A versão oficial das mortes de Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira, militantes da VPR que atuaram juntos em várias ações, inclusive no seqüestro do embaixador alemão no Brasil, von Holleben, ocorrido em 11 de junho de 1970, diz o seguinte:

As autoridades responsáveis pela segurança nacional distribuíram ontem a seguinte nota à imprensa: "Hoje, dia 22 de março de 1971, cerca das 11h, na esquina da Rua Cupertino com a Avenida Suburbana, no Rio de Janeiro, uma equipe de agentes de segurança em operação encontrou-se com elementos subversivos, os quais, recebendo ordem de prisão, reagiram à mesma, travando-se cerrado tiroteio, sendo feridos os terroristas, da VPR, Gerson Theodoro de Oliveira e Maurício Guilherme da Silveira, que faleceram quando eram transportados para o Hospital Salgado Filho".

Gerson morreu aos 23 anos e Maurício, aos 20 anos. Eram estudantes, o primeiro nascido no então Estado da Guanabara, e o segundo em um distrito de Petrópolis, no Rio de Janeiro.
Boletim da Anistia Internacional, de março de 1974, informa que ambos foram fuzilados. Relatório das Circunstâncias da Morte, apresentado à Comissão Especial pela Comissão dos Mortos e Desaparecidos Políticos, assinado por Iara Xavier Pereira e Criméia Alice Schmidt de Almeida, argumenta que "contradições e omissões existentes nos registros oficiais contestam a veracidade dessa versão de tiroteio, que era, como já fartamente comprovado por esta Comissão Especial, uma das mais utilizadas pelos órgãos da repressão para encobrir a tortura e o assassinato de militantes políticos da oposição".
Os principais itens do Relatório: nos Atestados de Óbito de Gerson e Maurício consta como local da morte o endereço do DOI-Codi/RJ: Rua Barão de Mesquita, 425. Desmente-se dessa forma a informação veiculada pela imprensa. Não foi possível localizar o Laudo de Perícia Local de Ocorrência, o que seria necessário caso o suposto tiroteio na Avenida Suburbana, em Madureira, tivesse realmente ocorrido. Verifica-se uma "surpreendente coincidência" na *causa mortis* dos dois militantes, de acordo com o que aparece nos Atestados de Óbito. Maurício: ferida transfixante do tórax com lesão do pulmão esquerdo e do coração, hemotórax e hemopericárdio. Gerson: ferimento transfixante do tórax com lesão do pulmão, da aorta e do coração, e hemorragia. Apenas o Auto de Exame Cadavérico de Gerson (realizado com o nome de Pedro de Castro Corrêa) foi encontrado nos arquivos do STM e do extinto Dops, não tendo sido localizado o laudo de Maurício. Pela descrição feita no laudo de Gerson, verifica-se que o tiro penetrou em suas costas e saiu na frente. A hora de entrada no IML/RJ está assinalada como sendo às 17h30, supondo-se que o corpo ficou na sede do DOI/Codi durante muito tempo.
O relatório dá conta também de um telex, transmitido pelo tenente Hughes, da QG-PE/RJ, encontrado no prontuário 50.329 da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, "no qual afirma-se que a polícia conhecia o 'aparelho' de Maurício. Pelo que se pode ler, já no dia seguinte às mortes de Maurício e Gerson (ocorridas no dia 22/3, segunda-feira), os policiais retornaram ao referido 'aparelho'. Isso indica que já haviam estado lá antes, o que reforça a convicção de que Maurício e Gerson foram levados presos ao DOI-Codi, onde foram torturados e interrogados. Portanto, não houve nenhum tiroteio. O conhecimento que os policiais tinham do endereço do 'aparelho' deve ter sido obtido a partir daí, ou mesmo de outra forma. Nesse último caso, isso pode ter permitido aos

policiais efetuarem a prisão de Maurício e Gerson, seja no próprio 'aparelho', seja depois de segui-los durante algum tempo. Atente-se para o fato de o nome Marcondes, citado no telex como um dos elementos envolvidos na investigação sobre Maurício, ser o do encarregado de interrogatório de membros da VPR, conforme se pode ver pela Informação nº 1.186/71, de 29/6/1971. Esses elementos provam que Maurício e Gerson se encontravam sob investigação já há algum tempo, dentro de uma operação mais ampla para desbaratar a VPR".
O relator dos casos, Paulo Gonet Branco, votou a favor do reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Maurício Guilherme da Silveira, aprovado por 6 x 1, com voto vencido do general Oswaldo Gomes, mas levantou "a preliminar de decadência do pedido" no caso de Gerson Theodoro de Oliveira. Primeiramente, a Comissão Especial decidira não tomar conhecimento do requerimento por ter sido feito fora do prazo. O advogado da família de Gerson Theodoro, Luiz Eduardo Greenghalg, argumentara que tinha tido dificuldade para obter documentos nos arquivos do Deops/SP. A Comissão, contudo, informara que o requerimento poderia ter sido feito no prazo, ocorrendo a juntada de documentos *a posteriori*. O advogado recorreu da decisão, argumentando que o prazo legal seria de 240 dias e não de 120. O relator contestou, considerando que o mesmo poderia ter sido protocolado até 14 de maio e só foi apresentado à Comissão no dia 29 de maio último (1996), pedindo o seu indeferimento, que foi aceito por 5 x 2, sendo votos vencidos os de Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda.
Quanto ao mérito, o relator concluiu:

> Tais os fatos, embora não se possa afirmar com certeza inabalável que a morte de Maurício se deu nas circunstâncias descritas no Art. 4º, I, b, da Lei 9.140/95, há indícios suficientes nesse sentido, de modo a que eventual dúvida conduza ao deferimento do pedido. Voto, portanto, no mérito, pela recomendação da indenização.

Comandante Cabanos

Ivan Mota Dias (29/10/1942 - 15/5/1971)

Desaparecido político desde maio de 1971, Ivan Mota Dias, conhecido na VPR como *Comandante Cabanos*, teve a responsabilidade pela sua morte reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95. O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* registra o seguinte sobre o seu caso:
Nasceu em Passa Quatro, sul de Minas Gerais, filho de Lucas de Souza Dias e Nair Mota Dias. Tinha apenas um irmão.
Era um menino estudioso, comunicativo, carinhoso, gostava de música e tocava violino.

Estudante de História, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, foi professor do cursinho pré-vestibular da própria Universidade e militante do movimento estudantil. Ivan não conseguiu concluir o seu curso de História na UFF. Em dezembro de 1968, por sua participação no Congresso da UNE em Ibiúna, em São Paulo, teve sua prisão preventiva decretada, passando a viver na clandestinidade.
No período em que ficou clandestino, no Rio de Janeiro, fazia traduções e morava em um quarto alugado, em uma rua perto da Central do Brasil. De 1968 a 1971, dava notícias, regularmente, para a família, por meio de cartas ou telefonemas, sem nunca deixar o endereço.
Sua prisão ocorreu no dia 15 de maio de 1971, provavelmente no bairro carioca de Laranjeiras, por agentes do Cisa e, apesar de levado imediatamente para as câmaras de tortura do Aeroporto do Galeão, foi dado como foragido pelas forças da repressão.
O ex-preso político Alex Polari de Alverga testemunhou ter ouvido pelo serviço de alto-falantes do Cisa que o Comandante Cabanos, *nome de guerra de Ivan, havia sido preso.*
A única notícia que a família recebeu sobre Ivan foi um telefonema anônimo que denunciava sua prisão. Inúmeros contatos foram feitos, buscando alguma notícia ou informações sobre o seu paradeiro. Diversos habeas-corpus *foram impetrados e negados sob a alegação de que Ivan não se encontrava preso em nenhuma dependência militar.*
Inês Etienne Romeu, em seu relatório sobre sua prisão na "Casa da Morte", em Petrópolis, afirma que um dos torturadores daquele aparelho clandestino (dr. Guilherme) lhe disse, antes de 15 de maio de 1971, que iriam prender Ivan nessa data. Posteriormente, contou-lhe que Ivan havia sido executado.

Relatório sarcástico

Dênis Casemiro (9/12/1942 - 18/5/1971)

Esteve na lista de desaparecidos até 13 de agosto de 1991, quando seus restos mortais foram identificados e trasladados para a sua cidade natal. A responsabilidade do Estado pela sua morte foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95. O *Dossiê* relata o caso da seguinte forma: *Nascido na cidade de Votuporanga, no Estado de São Paulo, filho de Antônio Casemiro e Maria Casemiro, era trabalhador rural e desenvolvia trabalho político no sul do Pará, onde cuidava de um sítio próximo à Imperatriz, Maranhão.*
Localizado e preso pelo delegado Sérgio Fleury, em fins de abril de 1971, foi trazido para o Dops/SP, onde foi torturado por quase um mês. Durante esse período, era sempre transportado pelos corredores daquele órgão policial com um capuz cobrindo seu rosto, para impossibilitar sua identificação pelos demais presos. Um desses presos era Waldemar Andreu, conterrâneo de Dênis,

que chegou a conversar com ele por alguns minutos. Ele estava confiante de que a retirada do capuz era um sinal de que as torturas acabariam e que o perigo de ser assassinado havia passado.
Mas foi fuzilado pelo próprio delegado Fleury, em 18 de maio de 1971. Em relatório interno do Dops, é narrada com sarcasmo a morte de Dênis. Segundo um dos torturadores, Dênis pediu para não ser morto, chegando a chorar. A seguir, descreve a tentativa de fuga e os tiros pelas costas desferidos pelo policial. Este relatório, posteriormente, foi mostrado pelos policiais a alguns presos, como ameaça de que algo igual poderia acontecer com aqueles que não colaborassem. A requisição de exame feita pela polícia para que o IML procedesse à necropsia, relata a tentativa de fuga seguida de morte. Segundo a polícia, Dênis teria tomado a arma de um policial e morreu ao travar um tiroteio com as forças da repressão. Seu corpo, no entanto, teria sido encontrado no pátio do IML, que procedeu à sua necropsia. No laudo necroscópico, realizado pelos médicos-legistas Renato Cappelano e Paulo Augusto de Queiróz Rocha, apenas está descrita a trajetória das balas que o mataram, sem nada falar sobre o estado do corpo. Preocupados em legitimar a versão policial, ignoraram as torturas sofridas pelo preso.
Dênis foi enterrado secretamente com os dados pessoais alterados para dificultar sua identificação. No livro de registro de sepultamentos do cemitério ele teria 40 anos e demais dados ignorados. Na realidade, tinha 28 anos e todos os seus dados constavam do Atestado de Óbito. Sua história passou a ser desvendada a partir da Campanha pela Anistia, em 1979, quando foram tomados relatos de ex-presos políticos.
Seus restos mortais encontravam-se na Vala de Perus, juntamente com outras 1.049 ossadas. Só foi possível a identificação de seus restos mortais porque a prefeita Luíza Erundina, a partir de 1990, determinou as investigações das ossadas encontradas.
No dia 13 de agosto de 1991, seus restos mortais, depois de identificados na Unicamp, foram enterrados em Votuporanga, como os de um herói, tendo sido velados na Câmara Municipal da Cidade, com missa de corpo presente na Igreja Matriz.

Presidente da OLAS

Aluísio Palhano Pedreira Ferreira (5/9/1922 - 21/5/1971)

Aluísio Palhano era uma figura lendária da esquerda brasileira. Liderança importante no período que antecedeu o Golpe Militar de 1964. Foi presidente da Confederação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Crédito (Contec), e vice-presidente da antiga Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Ganhou destaque internacional ao presidir a Conferência da OLAS, realizada em 1967, em Havana.

De acordo com o *Dossiê*, baseado em testemunhos de ex-presos políticos, Aluísio Palhano foi preso no dia 9 de maio de 1971 e assassinado pelo torturador Dirceu Gravina, do DOI-Codi/SP, no dia 21 do mesmo mês. As autoridades da ditadura nunca reconheceram a prisão e morte de Palhano. O seu nome foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95. Tudo indica que ele caiu vítima da traição do agente infiltrado cabo Anselmo.

O caso no *Dossiê*

O caso está registrado no *Dossiê* com as seguintes informações:

Nasceu em 5 de setembro de 1922, em Pirajuí (SP), filho de Henrique Palhano Pedreira Ferreira e Henise Palhano Pedreira Ferreira. Desaparecido aos 48 anos.

Trechos de um texto escrito por Branca Eloysa, sua cunhada:

Em 1929, Aluísio e seu irmão Honésio, com 7 e 8 anos respectivamente, foram internados no Colégio Mackenzie, em São Paulo. Três meses depois, Aluísio apareceu sozinho em Pirajuí, a 350km de São Paulo. Não havia se conformado com o regime do internato. Em 1932, com a morte de seu pai, a família mudou-se para Niterói. Mais uma vez foi internado, desta vez no Colégio Salesiano em Santa Rosa. Uma vez mais Aluísio se rebelou contra o internato. Terminou o curso secundário no Colégio Plínio Leite e trabalhou como bilheteiro no Cine Royal, em Niterói.
Aos 21 anos ingressou no Banco do Brasil, onde trabalhou até ser cassado pelo AI-1 em 1964. Formou-se advogado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Por duas vezes foi presidente do Sindicato dos Bancários. Em 1947, casou-se com Leda Pimenta e tiveram dois filhos Márcia e Honésio. Em 1963, foi eleito presidente da Contec e vice-presidente da antiga CGT. Com o Golpe Militar de 1964, Aluísio teve seus direitos políticos cassados e passou a ser literalmente caçado pelos órgãos de repressão. Em fins de maio de 1964, asilou-se na Embaixada do México, indo posteriormente para Cuba. Em 1969, representou o Brasil na OLAS, em Havana, Cuba. Em 1970, regressou clandestinamente ao Brasil. Manteve contato com familiares por ocasião do casamento de sua filha. Em 24 de abril desse mesmo ano ainda fez contato com a família. Depois desse dia, o silêncio.
Em 1976 correram os primeiros boatos de sua morte, confirmados em 1978 através de carta de Altino Dantas Jr., seu companheiro de prisão, encaminhada ao ministro do Superior Tribunal Militar, general Rodrigo Otávio Jordão Ramos, denunciando o assassinato de Aluísio Palhano, nas dependências do DOI-Codi da Rua Tutóia, em São Paulo, na madrugada de 21 de maio de 1971. Segundo esse relato, Aluísio esteve prisioneiro durante 11 dias, sofrendo as piores torturas.
A Anistia Internacional confirmou esse depoimento.

O preso político Nelson Rodrigues Filho também denunciou que esteve no DOI-Codi/RJ com Aluísio Palhano.
Apesar de todos estes testemunhos, os órgãos de segurança não reconheceram, até hoje, a prisão e morte de Aluísio.
Inês Etienne Romeu, em seu relatório, afirmou que Aluísio foi levado para a "Casa da Morte", em Petrópolis, em 13 de maio de 1971. Informou que quem o viu pessoalmente naquele aparelho clandestino da repressão foi Mariano Joaquim da Silva, também desaparecido desde aquela época, que presenciou sua chegada, narrando o seu estado físico deplorável. Inês ouviu a voz de Aluísio várias vezes, quando interrogado na "Casa da Morte".
Os relatórios dos Ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica não fazem referências à sua morte.
O nome de Aluísio Palhano foi encontrado, em 1991, no arquivo do Dops/PR, em uma gaveta com a identificação "falecidos".

Ao deixar o país

Heleni Telles Ferreira Guariba (13/3/1941 - 12/7/1971)

A responsabilidade do Estado pela morte de Heleni foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95. O *Dossiê* relata o seu caso nos seguintes termos:

Foi casada com Ulisses Telles Guariba Neto de 1962 a 1969 e tiveram dois filhos. Estudaram juntos na Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia, militaram no movimento estudantil e na VPR.
Ela era professora universitária e dirigiu o Grupo de Teatro da Cidade em Santo André. Separaram-se em fins de 1969. Ulisses saiu da VPR. Heleni foi presa em março de 1970.
A Oban obrigou o pai de seu namorado a revelar onde ela se encontrava. Ulisses e seu pai, militar, foram à Oban e ao Dops procurá-la. Após dias de busca, puderam vê-la no gabinete do delegado Romeu Tuma, no Dops. Contou que fora torturada pelo capitão Albernaz, tinha marcas roxas nas mãos e nos braços, que fora hospitalizada por dois dias no Hospital Militar antes de ser trazida ao Dops.
Em abril de 1971 foi solta. Resolveu sair do país e preparava-se para viajar. Em 12 de julho de 1971 foi presa juntamente com Paulo de Tarso Celestino no Rio de Janeiro.
Inês Etienne Romeu informou que ela esteve na "Casa da Morte" de Petrópolis em julho de 1971, tendo sido torturada por três dias ali.
Nascida em 13/3/41 em Bebedouro, São Paulo, filha de Isaac Ferreira Caetano e Pascoalina Alves Ferreira, desaparecida aos 30 anos, deixou os filhos Francisco e João Vicente.

Comemoração na "Casa da Morte"

Walter Ribeiro Novaes (? - Julho/1971)

Caso também reconhecido no Anexo da Lei 9.140/95, relatado no *Dossiê*:
Nasceu na Bahia, filho de Arlindo Ribeiro Moraes e Maria Rosalinda Ribeiro. Desaparecido desde 1971. Casado, pai de dois filhos. Salva-vidas do Salvamar do Rio de Janeiro.
Foi preso no bairro da Penha, no Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1971. Depoimentos dos ex-presos políticos Alex Polari de Alverga e Lúcia Maurício Alverga, feitos à época, em Auditorias Militares, falam que os torturadores do DOI-Codi/RJ disseram que Walter estava morto após ter sido torturado naquele órgão de repressão.
Inês Etienne Romeu, no relatório sobre sua prisão na "Casa da Morte", em Petrópolis, diz que Walter esteve naquele aparelho clandestino da repressão no mês de julho de 1971 e que, no período de 8 a 14 de julho, houve uma ruidosa comemoração em razão de sua morte.

Atirando algemado

José Raimundo Costa (1939 - 5/8/1971)

Com Onofre (Onofre Pinto, dirigente da VPR no exterior), *a conversa foi fluida e fácil. A minha ida ao Chile se devia a uma situação rigorosamente calculada: ficara com o que de positivo dispunha* a *VPR como organização, enquanto o comando interno escrevia documentos. Fui parco em palavras durante a minha estadia junto a Moisés* (codinome de José Raimundo da Costa). *Com palavras escolhidas e rodeios esotéricos, mostrei-lhe* (a Onofre) *que era o herdeiro moral e político de Palhano e Moisés, os dois esteios da VPR, sendo que o primeiro não teve condições de desenvolver sua capacidade.*

Trecho do *Relatório de Paquera* feito por cabo Anselmo para o delegado Sérgio Paranhos Fleury do Dops de São Paulo, no qual o agente infiltrado na VPR revela como fez para ascender na organização.
Na Comissão Especial, Suzana Keniger Lisbôa, que relatou o caso José Raimundo Costa, afirma:

> Há que se considerar, também, ter sido José Raimundo uma das primeiras vítimas do agente infiltrado pelo CIE, ex-cabo Anselmo. Após entregar Aluísio Palhano, dirigente da VPR e integrante da lista dos desaparecidos políticos já oficialmente reconhecidos, restava derrubar José Raimundo para poder se tornar diretor da VPR e, portanto, controlar todas as atividades e todos os militantes.

José Raimundo da Costa, ex-sargento da Marinha, dirigente da VPR que participou com Carlos Lamarca da guerrilha no Vale do Ribeira, em São Paulo, foi morto no dia 5 de agosto de 1971, no Rio de Janeiro, aos 32 anos, após ter sido preso e torturado no DOI-Codi.
A versão oficial diz que ele morreu "quando reagiu à prisão em uma diligência efetuada por elementos pertencentes ao Serviço de Segurança do Exército". O corpo foi encontrado em um terreno baldio na Rua Otacílio Nunes, em frente ao nº 80, no bairro de Pilares.
O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* informa que José Raimundo foi preso em São Paulo e levado para o Rio de Janeiro já identificado, embora utilizasse documentos falsos em nome de Odwaldo Clóvis da Silva.

Inês Etienne Romeu — continua o Dossiê — *no seu Relatório sobre sua prisão na "Casa da Morte", em Petrópolis, afirma que, em 4 de agosto de 1971, ouviu o torturador Laurindo informar aos torturadores, dr. Bruno e dr. César, que José Raimundo havia sido preso em uma barreira. Posteriormente, outro torturador, dr. Pepe, lhe disse que José Raimundo foi morto 24 horas após sua prisão, em um "teatrinho" montado em uma rua do Rio de Janeiro.*

Marcas evidentes de algemas podiam ser observadas a olho nu nos pulsos da vítima, de acordo com laudo dos peritos que fizeram o levantamento do local, incluindo fotos.
O propósito da repressão em esconder a identidade verdadeira de José Raimundo ficou evidente não apenas em documentos oficiais mas também no próprio depoimento da viúva Gisélia Morais da Costa, prestado na época à polícia, em que afirma ter tomado conhecimento da morte de seu marido no dia 6, por meio de um vizinho que o reconhecera na televisão, em uma notícia na qual aparecia uma foto dele e o seu nome verdadeiro.
Os drs. Hygino de Carvalho Hércules e Ivan Nogueira Bastos fizeram a necropsia e confirmaram a versão oficial de morte em tiroteio. Apesar de identificado, José Raimundo foi enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, no dia 9 de setembro, na cova 25.358, quadra 16. No livro de saída de indigentes do IML está escrita a palavra "subversivo" ao lado do seu nome. No dia 1º de outubro de 1979, os restos mortais de José Raimundo foram transferidos para um ossário geral e entre 1980 e1981 foram levados para uma vala clandestina.
A Comissão Especial deferiu o caso por unanimidade (7 x 0), baseada nas conclusões da relatora:

> Considerando-se como provas o depoimento da ex-presa política Inês Etienne Romeu; as evidentes marcas de algemas nos pulsos; as contradições entre os documentos ICE/RJ e do Dops; o laudo com nome falso e o enterro como indigente e, acima de tudo, o controle a que estava submetido José Raimundo nos contatos com o ex-cabo Anselmo e a necessidade extrema de eliminá-lo para poder dirigir a VPR, fica evidenciada que a versão oficial de tiroteio divulgada pelos órgãos de repressão serviu para encobrir o assassinato sob torturas de José Raimundo da Costa, sendo plenamente justo o requerimento da viúva para que o caso em tela se enquadre dentre os beneficiários pela Lei 9.140/95.

Chácara São Bento: a ordem era matar

Eudaldo Gomes da Silva (1/10/1947 - 8/1/1973)
Evaldo Luiz Ferreira de Souza (5/6/1942 - 9/1/1973)
Jarbas Pereira Marques (27/8/1948 - 8/1/1973)
José Manoel da Silva (2/12/1940 - 8/1/1973)
Pauline Philippe Reichstul (18/7/1947 - 8/1/1973)
Soledad Barrett Viedma (6/1/1945 - 8/1/1973)

Segundo semestre de 1972. Soledad e Anselmo viviam clandestinamente em São Paulo, isolados um do outro, embora já se conhecessem do treinamento de guerrilha em Cuba. Anselmo precisava encontrar Soledad. A senha seria enviar uma carta ao Uruguai, endereçada a *Del Sol*. De lá, alguém a reenviaria de volta, e Soledad receberia o convite para uma missão.
O que restava da direção da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no exterior decidira pela volta do cabo Anselmo ao Brasil para organizar as bases clandestinas da guerrilha no Nordeste. Ele e Soledad formariam um casal insuspeito para se estabelecer com aparência legal em Pernambuco.
No dia 8 de janeiro de 1973, da janela do apartamento onde morava com Soledad no Recife, Anselmo fez um sinal para a equipe de policiais do Dops de São Paulo, chefiada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, que espreitava da rua. A sua missão terminara.
Três dias depois, os principais jornais do país davam conta da morte de seis jovens, quatro homens e duas mulheres em tiroteio com a polícia política: "Desarticulado um reduto terrorista em Pernambuco" (*Folha de S. Paulo*); "Segurança acaba com terror na Grande Recife" (*Diário de Pernambuco*); "6 terroristas mortos em Paulista" (*Jornal do Commercio*).
O mais velho dos quatro homens mortos, José Manoel da Silva, tinha 32 anos, era pernambucano da cidade de Toritama, casado, pai de três filhos e vivia na legalidade em sua cidade natal, com residência e endereço de trabalho conhecidos, quando foi preso no dia 7 de janeiro de 1973. Antes do Golpe Militar de 1964, ele fora colega do cabo Anselmo na Marinha.
O mais moço, Eudaldo Gomes da Silva, tinha 25 anos e era baiano de Salvador. Ex-estudante de Agronomia e ex-dirigente do movimento estudantil, já estivera

preso anteriormente no Rio de Janeiro e fora banido do país com outros 39 presos políticos em troca do embaixador da Alemanha no Brasil, seqüestrado em 1970. Eudaldo conhecera cabo Anselmo em Cuba, onde também estivera realizando treinamento de guerrilha antes de retornar clandestinamente ao Brasil. Morava com a sua companheira no Recife, que também foi morta.
Os outros dois homens tinham quase a mesma idade. Jarbas Pereira Marques, 25 anos, e Evaldo Luiz Ferreira de Souza, 30 anos. Jarbas era pernambucano do Recife, vivia na legalidade, era casado e sua mulher tivera há dez meses a sua primeira filha. Evaldo era gaúcho de Pelotas, ex-marinheiro, e saíra do Brasil para Cuba em 1967 no mesmo grupo em que estava o cabo Anselmo.
As duas vítimas mulheres eram estrangeiras e tinham também em comum, além da juventude, atuação política internacional, treinamento de guerrilha em Cuba e relacionamentos afetivos com companheiros da organização. Soledad Barrett Viedma, 28 anos, paraguaia, vivia com o cabo Anselmo e estava grávida de um filho dele quando foi morta. Pauline Philippe Reichstul, nascida na antiga Tchecoslováquia, psicóloga formada em Genebra, 25 anos, tinha ligações com a Anistia Internacional e era a companheira de Eudaldo Gomes da Silva.

Versão oficial

As autoridades policiais deram uma versão sobre a morte dos militantes da VPR em Pernambuco que encobriu, durante décadas, o desfecho de uma das operações mais violentas, cruéis e sofisticadas da repressão política no Brasil. Segundo as informações divulgadas na época, os militantes da VPR estavam reunidos no dia 8 de janeiro de 1973 na Chácara São Bento, para realizar um Congresso, quando — surpreendidos pelos policiais — reagiram à bala e foram mortos durante o tiroteio. O militante José Manoel da Silva, preso no dia anterior, teria levado os policiais até o local e acabara sendo morto "pelos próprios companheiros durante a invasão".
Ainda segundo a mesma versão, cinco teriam sido mortos na própria Chácara, e o sexto, Evaldo, no dia seguinte, em um sítio próximo chamado Chã da Mirueira, após ter rompido o primeiro cerco policial em companhia de outro militante, que se evadira. Nunca foi encontrada qualquer informação sobre a identidade ou o paradeiro desse suposto sétimo militante.

Reconstrução da verdade

No dia 7 de janeiro de 1973, entre 12h e 13h, José Manoel da Silva estacionou o seu Ford Corcel no posto de gasolina da BR-104, no município de Toritama, onde residia com a família. Saiu do carro e pediu ao frentista óleo para o motor. Nesse instante, três homens — que haviam chegado em uma Variant preta, com emblema do Incra, e se identificaram como agentes da Polícia Federal — lhe deram voz de prisão. José Manoel não ofereceu resistência. Foi

amarrado com uma corda e jogado por dois dos policiais no interior da viatura. O terceiro tomou a direção do Corcel e partiu, seguindo a Variant.
Naquela noite, Eudaldo e Pauline, seguindo orientações da organização, foram dormir no apartamento de Anselmo e sua companheira, onde já se encontrava Jorge Barrett Viedma, irmão de Soledad, que chegara havia pouco do Chile.
Na manhã do dia 8, saíram todos de carro para o centro do Recife. As duas mulheres foram as primeiras a descer para visitar a dona da butique Chica Boa, Sonja Maria Cavalcanti de França Lócio, da qual Soledad era fornecedora de blusas bordadas. Mais adiante, o carro foi estacionado e Anselmo chamou Jorge para segui-lo até um bar próximo. Eudaldo ficou no carro esperando.
Entre 9h e 10h, Sonja estava atendendo Soledad e Pauline na garagem de sua casa, na qual funcionava a butique, quando cinco homens invadiram o local e atacaram as duas visitantes por trás, arrancando-lhes as bolsas e agarrando suas mãos. Sonja começou a gritar, chamando pelo marido. Os homens verificaram se havia alguém nos provadores de roupa, mandaram Sonja calar a boca, e começaram a dar murros e coronhadas em Pauline, que caiu no chão. Presa pelas mãos, Soledad apenas perguntava "Por quê? Por quê?"
Quando o marido de Sonja apareceu, um dos homens sacou o revólver e avisou que era da polícia, mandando que ele ficasse quieto e fosse cuidar da sua mulher, que estava encostada na parede, chorando. Pauline foi amarrada pelas mãos e jogada no chão de uma Variant com o emblema do Incra, placa oficial nº 7831, que saiu em disparada com os homens pisando sobre o seu corpo. Soledad, também amarrada, foi jogada dentro de um Fusca, equipado com rádio, por meio do qual os policiais comunicavam o êxito da operação.
Enquanto isso, Anselmo e Jorge entravam em um dos botecos do centro do Recife para que Jorge fosse apresentado a um novo contato. Anselmo pediu-lhe que esperasse um pouco, e saiu avisando que voltaria logo. Pouco depois, policiais invadiram o bar e prenderam Jorge.
Eudaldo, o baiano que ficara no carro, aparentemente foi preso enquanto aguardava o retorno dos dois.
Naquela mesma manhã, Jarbas trabalhou normalmente como balconista da Livraria Moderna. Almoçou em casa com sua mulher Tércia Maria e a filhinha Nadejda. À noite, porque o marido não retornara do trabalho, Tércia ligou para a livraria e soube que, durante a tarde, Jarbas saíra de lá com dois homens e deixara um recado para ela dizendo que não o esperasse.
No mesmo dia, Evaldo, o gaúcho, deve ter sido preso no apartamento de Anselmo e Soledad, onde ia com freqüência.

Corpos dilacerados

O corpo de Soledad estava nu e de pé, dentro de um barril, com os braços caídos para fora. Olhos esbugalhados, boca entreaberta, expressão de terror. Muito sangue entre as suas coxas e pernas. E, no fundo do barril, um feto de

cerca de quatro meses perdido em uma poça de sangue coagulado: o filho que ela teria com Anselmo.
A advogada Mercia de Albuquerque Ferreira despiu a própria anágua e a colocou no pescoço de Soledad, protegendo a sua nudez.
O corpo de Pauline, desfigurado, com a boca arrebentada e marcas de ferimentos na cabeça e na testa, estava despido sobre uma mesa. Mercia também cobriu-o, usando uma toalha de mão, das grandes, do próprio necrotério.
Jarbas, que ela conhecia bem, vestia uma cueca azul clara. O seu corpo estava tão inchado, por causa dos ferimentos que recebera, que foi preciso encomendar um caixão especial para enterrá-lo. Havia pelo menos um orifício de bala na sua testa e outro no peito. E uma mancha profunda no pescoço, de um lado só, como se fosse feita por corda. Os olhos estavam abertos e arregalados, a língua, fora da boca.
Os três outros corpos — um de bermuda, outro também de cueca e o terceiro nu — estavam largados pelo chão, dilacerados. Ela não conhecera aqueles homens, mas depois ficaria sabendo que eram José Manoel, Eudaldo e Evaldo.
Mercia, por ser advogada de presos políticos, recebera um telefonema informando-lhe que seis corpos tinham dado entrada no necrotério que funcionava em frente ao Cemitério de Santo Amaro. Ela foi ao Dops, conseguiu confirmar a informação e obteve licença para vê-los.
Enquanto estava lá, a mulher de Jarbas e a mãe dele, Rosália, esperavam notícias na casa dela. Depois de voltar e contar o que ocorrera, ela retornou ao necrotério em companhia de Rosália, para que a mãe pudesse ver o corpo do filho pela última vez.
Uma circunstância especial fez com que Mercia estivesse acompanhando o caso, além de ser amiga da família.
No dia 5 de janeiro, três dias antes de ser preso, Jarbas foi visitá-la para lhe confessar que estava com medo. Contou que alguns contatos e colaboradores tinham sido presos depois de tê-lo encontrado, embora estivesse seguro de não ter feito nada que contribuísse para isso. Disse-lhe também que tinha sabido que o delegado Sérgio Fleury, de São Paulo, estava no Recife e que havia a suspeita de que alguém estaria trabalhando para a polícia infiltrado na organização. Temendo o pior, pediu ajuda a Mercia e deixou com ela documentos pessoais, fotografias da família e uma foto de Anselmo, de quem começava a desconfiar.
A advogada sugeriu que ele fugisse com Tércia, deixando a filha sob seus cuidados. Jarbas não aceitou, temendo expor sua mulher aos riscos da clandestinidade, argumentando também que se ambos fossem mortos a filha ficaria completamente órfã.
Quando soube que Jarbas fora preso na livraria, a mãe dele procurou imediatamente a advogada, que montou um estratagema para checar a história. A situação era tensa e não convinha aparecer no local onde se dera a prisão sem saber se a polícia ainda estava de guarda. Mandou então alguém comprar um livro e, horas depois, foi pessoalmente à livraria para trocá-lo, aproveitando para conversar com o balconista e mostrar a foto de Anselmo, perguntando-lhe se aquele seria um dos homens que viera buscar Jarbas, possivelmente um amigo ou parente dele. O balconista observou bem a foto, confirmou que se tratava de um dos homens que levara Jarbas, mas fez questão de dizer que ele não tinha cara de amigo.

Agente infiltrado

José Anselmo dos Santos começou a ganhar notoriedade quando era o presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) no período que antecedeu o Golpe Militar de 1964. A entidade desafiou a hierarquia militar, no episódio conhecido como A Revolta dos Marinheiros, e contribuiu para lançar o almirantado contra o governo do presidente João Goulart. Implantada a ditadura, Anselmo — que era marinheiro e a imprensa tratava como cabo — asilou-se na Embaixada do México.
Após deixar a embaixada, foi preso. No dia 31 de março de 1966, novamente destacou-se na imprensa ao fugir da prisão. Escondeu-se em São Paulo e foi depois para o Uruguai, onde ingressou no nascente Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), liderado por Leonel Brizola, indo então para Cuba, para treinar guerrilha. Lá, chegou a ser o representante do MNR na Conferência da OLAS, realizada em 1967 em Havana, e a partir da qual a luta armada ganhou mais força na esquerda latino-americana.
Cabo Anselmo ficou em Cuba durante quase três anos porque perdeu o vínculo orgânico com o MNR, que se dissolvera após ter fracassado na tentativa de instalar um foco guerrilheiro na Serra do Caparaó, entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. No final de 1969, fez contato com Onofre Pinto, ex-sargento do Exército e um dos principais dirigentes da VPR. Integrou-se então a essa organização e retornou ao Brasil.
Ao chegar, cabo Anselmo encontrou a esquerda em uma situação diversa da que imaginara no exterior.
O clima de retomada de luta e otimismo provocado pelo seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, em setembro de 1969, foi abalado pela morte de Marighella dois meses depois, em uma emboscada preparada pelo Dops/SP.
Além disso, a VPR estava parcialmente desestruturada, com o seu principal líder, Carlos Lamarca, dependendo do suporte e apoio de outras organizações para sobreviver na clandestinidade. O cerco aparentemente se fechava em torno da organização.
Foi nessas circunstâncias, segundo sua própria confissão, que cabo Anselmo decidiu se entregar ao delegado Sérgio Fleury e passou a atuar como agente infiltrado na esquerda. No final de 1970, ocorreram outras baixas importantes na VPR: Yoshitane Fugimori e Edson Quaresma, dois dirigentes da organiza-

ção que mantinham contato com ele foram executados pela polícia. E pouco depois, em maio de 1971, Aluísio Palhano foi preso em São Paulo, levado ao DOI-Codi, e passou a constar da lista de desaparecidos políticos.

Operação arriscada

Em 1972, a polícia política decidiu usar o cabo Anselmo em uma operação audaciosa e arriscada. Ele iria ao Chile retomar as ligações com a direção da VPR no exterior, obter novas informações e intensificar sua ação como agente infiltrado. O principal risco consistia no fato de a esquerda já possuir informações que o apontavam como traidor.

Inês Etienne Romeu, militante da VPR presa em 1971, informou à direção da organização que os policiais que a interrogaram sob tortura estavam sabendo de planos secretos da VPR e que somente cabo Anselmo poderia lhes ter fornecido. Dirigentes da ALN também estavam convencidos da traição do ex-marinheiro desde a prisão e morte do casal de militantes Paulo de Tarso Celestino da Silva e Heleni Teles Guariba, no dia em que teriam encontro com cabo Anselmo. Em setembro de 1972, um dirigente do PC do B, Diógenes de Arruda Câmara, também informou à direção da VPR no Chile que vira cabo Anselmo no Dops de São Paulo "rastejando aos pés do delegado Fleury". O próprio dirigente da VPR, Shizuo Ozawa, conhecido como *Mário Japa*, que convivera com cabo Anselmo em Cuba, tentou avisar Pauline Reischtul, que estava na Europa no final de 1972, para que não fosse ao Brasil se integrar às bases do Nordeste. O aviso não chegou a tempo.

Acontece que a direção da VPR, pressionada pelos constantes confrontos com a repressão e envolvida em intensas lutas internas, dividia-se em relação às informações sobre a traição do ex-marinheiro. Além disso, uma das principais lideranças no exterior, Onofre Pinto, que recrutara cabo Anselmo para a VPR em Cuba, garantia a integridade do comportamento dele.

Cabo Anselmo foi então ao Chile, conseguiu retomar o contato com a VPR e com dirigentes de outras organizações, assumindo a tarefa de retornar ao Brasil para implantar as bases da guerrilha em Pernambuco e preparar as condições para a volta de outros militantes do exterior, inclusive Onofre Pinto.

Quando regressou, o delegado Fleury já o esperava em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, para receber um relatório minucioso dando conta de tudo que o agente infiltrado tomara conhecimento no Chile. Estavam dadas as condições para a polícia política controlar passo a passo todas as ações da VPR no Nordeste.

Para garantir o sucesso da operação policial e sua própria segurança, cabo Anselmo precisava ainda neutralizar as suspeitas que se acumulavam contra ele na organização. Soledad, pelo seu histórico de militância e respeitabilidade, seria utilizada para isso.

Ela era neta do fundador do Partido Comunista Paraguaio, Rafael Barrett, e seu pai, também comunista, vivia sob constante perseguição da polícia. Quando tinha apenas 3 meses de idade, sua família fugiu para a Argentina, só retornando ao Paraguai após cinco anos. Na adolescência, teve de ir para o Uruguai, convertendo-se em símbolo da juventude paraguaia no exílio. Em 1962, foi seqüestrada por grupos neonazistas, que lhe marcaram o corpo a navalha com uma cruz gamada. Mais tarde, foi para Cuba onde se casou com o brasileiro José Maria Ferreira de Araújo, com quem teve uma filha. Araújo, que militava na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), voltou ao Brasil em 1970 e consta até hoje como desaparecido político. Soledad ligou-se então à VPR e veio para o Brasil em 1972.

Vivia clandestinamente em São Paulo quando lhe chegou às mãos, via Uruguai, uma carta endereçada a *Del Sol*.

Desfecho precipitado

A polícia política decidiu desencadear a ofensiva final contra a VPR em janeiro de 1973 porque soube — certamente pelo próprio cabo Anselmo — que a infiltração logo estaria comprometida. Os indícios sobre a atuação do agente infiltrado tinham aumentado, fazendo com que parte da direção da VPR no exterior decidisse intervir, enviando ao Brasil o irmão de Soledad, Jorge, com uma carta que formalizava a denúncia. Um processo de discussão seria aberto, podendo terminar mal para o traidor.

Ao provocar o desfecho, cabo Anselmo sabia que a ação da polícia teria por objetivo aniquilar os principais militantes da VPR. E mataria também Soledad, sua companheira, que esperava um filho seu. Em um dos informes escritos para o delegado Fleury, ele chega a pedir pela vida dela:

Estou muito ligado afetivamente a ela. Mas, no entanto, prezo o que estou reconquistando. Caso seja possível, desejar que sua solução final fosse expulsão do Brasil, ou pelo menos, não fosse extrema.

Usando da condição de dirigente que ainda detinha, e para facilitar a ação da polícia, o ex-marinheiro reuniu parte dos militantes em seu apartamento na noite de 7 de janeiro, entregando-os à repressão no dia seguinte.

Para evitar que a farsa fosse desvendada, as autoridades mandaram enterrar os corpos das vítimas como indigentes, sem identidade conhecida. O Exame em Local de Ocorrência comprova no entanto que Soledad e José Manoel tinham sido identificados pelos documentos pessoais encontrados em seu poder. Além disso, três dias após o massacre, a imprensa publicava notícias em que os militantes estavam identificados.

Duplo martírio

Dois anos depois do massacre da Chácara São Bento, a viúva de José Manoel, Genivalda Maria da Silva, que ficara sabendo o local onde o corpo do seu marido fora enterrado, conseguiu retirar clandestinamente os seus ossos do

Cemitério da Várzea, enterrando-os ao lado de um pé de fruta-pão, na entrada do mesmo cemitério. Contou com o apoio e cumplicidade do coveiro Otoniel Soares da Silva, que passou a cuidar do local. Ela temia reivindicar os restos do marido, mas não queria que fossem incinerados, o que ocorreria por ele ter sido sepultado como indigente.

O segredo em relação a esse fato durou mais de 20 anos porque Genivalda vivia com medo de represálias. Após perder o marido, ela passou a ser seguida pelas ruas de Natal (RN), para onde se mudara com os três filhos pequenos.

Um dia foi seqüestrada e interrogada por policiais que perguntavam por amigos de José Manoel. Não deu as informações e foi estuprada por quatro agentes da Polícia Federal e do Exército, conforme relatou em 1994 para a imprensa. Ficou grávida e decidiu abortar.

Em março de 1995, com o apoio do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) e do Grupo Tortura Nunca Mais/PE, a ossada de José Manoel foi levada para Toritama, onde foi finalmente enterrada em meio a homenagens.

Outra cara

Logo após acenar da janela para o delegado Fleury e sua equipe — sinal combinado para que os policiais entrassem para "resgatá-lo" —, cabo Anselmo foi retirado do apartamento e levado diretamente para o aeroporto, de onde viajou para São Paulo, e simplesmente desapareceu. Somente se soube dele 11 anos depois, em 1984, quando o repórter Octavio Ribeiro o entrevistou a serviço da revista *IstoÉ*, revelando que ele está vivendo com outra aparência e nova identidade, em algum país latino-americano.

José Anselmo dos Santos — o cabo Anselmo — foi o maior traidor da esquerda brasileira de que se tem notícia, responsável, direta e indiretamente, segundo suas próprias palavras, pela prisão, morte e desaparecimento de centenas de militantes.

Mais de 1.200 páginas

As Comissões de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos e os Grupos Tortura Nunca Mais reuniram muitas informações sobre esse caso. Para desmentir a versão oficial foi necessário realizar uma longa sistematização, que resultou em documentos com mais de 1.200 páginas e mais de 50 fotos. Iara Xavier Pereira, da Comissão Nacional de Familiares, anexou aos processos dos seis militantes da VPR um amplo trabalho denominado Relatório Geral do Massacre da Chácara São Bento, e dossiês específicos de cada caso. Os pareceres do relator na Comissão Especial tomaram por base esses documentos.

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* já desmentia da seguinte forma a versão oficial:

Na realidade todos foram presos pela equipe do delegado Fleury, que os torturou até a morte, na própria chácara.

As prisões e conseqüentes assassinatos foram fruto do trabalho do informante infiltrado na VPR, ex-cabo Anselmo e, para encobrir sua ação, bem como possibilitar que ele pudesse levar à morte outros combatentes, a nota oficial falava da traição de José Manoel, que teria possibilitado a localização e aniquilamento dos demais, dando ainda a notícia de que um outro 'terrorista', não identificado, teria conseguido fugir na hora da invasão. Este fato foi noticiado exatamente para tentar dar cobertura à continuação do trabalho de infiltração do assassino ex-cabo Anselmo.

Relatório do massacre

Os principais pontos do *Relatório Geral do Massacre da Chácara São Bento* desmascaram a versão oficial:

1) Todos os integrantes da VPR em Pernambuco estavam sendo vigiados pelos órgãos de segurança, como se pode comprovar pela documentação encontrada nos arquivos da polícia, inclusive relatórios escritos pelo próprio cabo Anselmo.

2) É verdade que José Manoel da Silva foi preso no dia 7 de janeiro de 1973 porque há testemunhas, independentes dos órgãos de segurança, que confirmam esse fato. É falsa contudo a afirmação de que ele teria denunciado a localização do sítio e os pontos de encontro dos demais companheiros. Simplesmente a polícia já sabia de tudo, por meio do seu agente infiltrado no comando local da organização.

3) Os seis militantes mortos foram presos antes do pretenso cerco e tiroteio e em locais diferentes, segundo depoimentos de testemunhas.

4) Nunca houve Congresso da VPR naquele local e data, não havendo qualquer referência em nenhum documento a esse respeito. Não existiam condições materiais no local para a realização de um Congresso — nem condições físicas ou de infra-estrutura para o trabalho dos militantes.

5) Laudo de Perícia feito pelo Instituto de Polícia Técnica de Pernambuco no local da ocorrência, no dia 9/1/1973, revela a impossibilidade da realização do aventado Congresso:

A casa de que se trata, de exíguas dimensões, com o piso em barro batido, é composta de sala única, seguida de um quarto à esquerda e a cozinha à direita, com porta de saída para o terreno, diretamente. No que respeita a móveis e utensílios, pouco foi encontrado e tudo de qualidade inferior. Assim é que, para dormida, dispunha apenas de uma cama de lona, tipo de campanha, e de uma esteira de palha, não havendo cadeiras ou mesas. Nas fotos nºs 7, 8 e 9 se tem uma idéia da precariedade das instalações, e bem assim da desarrumação ali reinante.

Não foi constatada a existência de fogão, utensílios de cozinha nem alimentos e vestimentas. Relata-se que foram encontradas algumas armas e munições. Não há também no Laudo de Perícia registro de perfuração de projéteis nas paredes, portas, janelas e utensílios da casa, exceto uma referência imprecisa: *"na cozinha da casa, em frente à porta dos fundos, que apresentava vários orifícios produzidos por projéteis de armas de fogo"*, sem comprovação nas fotos feitas pela Polícia Técnica.

Apesar disso, os corpos dos militantes tinham vários tiros na cabeça. O de Jarbas recebeu dois na cabeça e dois no tronco. O de Evaldo, encontrado no outro sítio, tinha mais de 20 perfurações de balas, inclusive três na cabeça.

6) A análise detalhada das fotografias dos cadáveres nos laudos oficiais permite observar sinais e marcas nos pulsos de Soledad, Pauline, Jarbas e José Manoel, provavelmente produzidas por algemas ou cordas, indicativas de que foram presos antes de serem fuzilados. Na foto nº 44, do corpo de Pauline, pode-se ver inclusive a ponta de uma corda junto do seu pulso.

7) Tanto as informações oficiais do Relatório do Ministério da Aeronáutica sobre Evaldo, Eudaldo e Pauline como as do Relatório da Marinha sobre os seis militantes afirmam textualmente a versão de tiroteio: *"ao ser 'estourado' um aparelho da VPR em Paulista/PE, os terroristas reagiram a tiros à ordem de prisão, travando intenso tiroteio com os órgãos de segurança, resultando em vários feridos (...)"*. O incrível é que os militantes teriam disparado 18 tiros sem ferir ao menos um policial, enquanto estes dispararam não se sabe quantos, mas acertaram 26, sendo 14 na cabeça das vítimas, o que evidentemente distancia a versão oficial da veracidade de qualquer tiroteio real.

8) Na verdade, todos eles morreram nas mesmas circunstâncias, provavelmente no dia 8/1/1973, inclusive Evaldo, dado como morto no outro sítio. Comparando-se o Laudo de Perícia e ilustração fotográfica do sítio Chã de Mirueira com o Laudo de Perícia da Chácara São Bento, pode-se observar as semelhanças entre os dois locais, por sinal próximos um do outro. Tais semelhanças continuam ao se analisar as descrições dos tiros recebidos pelos militantes, todos na cabeça, o que indica execução. Essa parte da versão oficial só deve ter sido inventada para dar credibilidade à fuga de um sétimo militante, que seria o próprio cabo Anselmo. Assim, ele poderia reaparecer para contatar a esquerda e dar continuidade à sua ação de agente infiltrado.

9) Chama a atenção o fato de três dos militantes, Evaldo, Jarbas e Pauline, apesar de atingidos por diversos tiros, inclusive na cabeça, continuarem empunhando suas armas, como mostram as fotos.

Votos na comissão

Paulo Gonet Branco foi o relator dos seis casos na Comissão Especial, todos aprovados por unanimidade (7 x 0). No seu parecer sobre a morte de Jarbas Pereira Marques, semelhante às demais, ele afirma:

> Os elementos de convicção disponíveis autorizam a crer que, efetivamente, Jarbas Marques e seus companheiros sofreram maus-tratos antes de falecer. Isto leva à inferência de que Jarbas, antes de morrer, viu-se sob o domínio de agentes públicos — não importando se foram eles que levaram Jarbas para a chácara, ou se, de fato, conseguiram, pela força, render os militantes políticos reunidos na granja.

E continua:

> O Art. 4º, I, b, da Lei 9.140/95 fala em morte por causas não-naturais "em dependências policiais ou assemelhadas". Está claro que a granja onde os eventos finais deste caso tiveram palco não era uma dependência policial. Esta circunstância, todavia, não inviabiliza a incidência do dispositivo mencionado sobre a espécie.

Interpretando o significado de "dependências assemelhadas", no contexto da referida lei, o relator declara:

> Quando a lei cogita de "dependências assemelhadas" está a indicar qualquer recinto sob o controle das forças da ordem pública, onde exercem poderes de autoridade. A expressão congloba, assim, lugares diversos em que se encontrem agentes públicos, investidos de autoridade pública, e militantes políticos adversários, na condição de detidos.

O relator prossegue:

> Essa interpretação ampla da expressão "dependência assemelhada" concorda com o instituto da responsabilidade civil do Estado, que vem à baila quando alguém sofre dano, estando sob a guarda de agente estatal. Concilia-se, igualmente, com a premissa de fato para a definição de desaparecido político, disposta no artigo inaugural da lei, a que o caput do Art. 4º determina obediência. O Art. 1º da Lei 9.140/95 aponta como objeto de sua normação as pessoas envolvidas em atividades políticas que, por esse motivo, "tenham sido detidas por agentes públicos". O relevante, portanto, é que a morte por causa não-natural tenha ocorrido quando o indivíduo estava sob o poder de autoridades estatais.

E conclui:

> A morte de Jarbas Pereira Marques enquadra-se no disposto no Art. 4º, I, b, da Lei 9.140/95.(...)

Traição na fronteira

Daniel José de Carvalho (13/10/1945 - 11/7/1974)
Enrique Ernesto Ruggia (25/7/1955 - 11/7/1974)
Joel José de Carvalho (13/7/1948 - 11/7/1974)
José Lavéchia (25/5/1919 - 11/7/1974)
Onofre Pinto (26/1/1937 - 11/7/1974)
Vitor Carlos Ramos (18/1/1944 - 11/7/1974)

O desaparecimento do grupo de Onofre Pinto, quando regressava clandestinamente da Argentina para o Brasil, em 11 de julho de 1974, é um dos episódios misteriosos da história da repressão política à esquerda no país.
Além de Onofre, integravam o grupo os irmãos Daniel e Joel José de Carvalho, José Lavéchia, Vitor Carlos Ramos e o argentino Enrique Ernesto Ruggia.
Há documentos oficiais, encontrados nos arquivos da repressão, informando que os serviços de segurança do país mantinham sob controle a movimentação do grupo no exterior e sabiam do seu intento de retornar clandestinamente ao Brasil para, entre outras ações, "justiçar" o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Deops de São Paulo.
Mas não se sabe exatamente quem seria(m) o(s) responsável(is) por passar informações sobre o grupo para a repressão, quais as circunstâncias precisas em que se deu a captura e execução dos militantes, se de fato eram seis (há controvérsia sobre a presença de José Lavéchia), quem foram os agentes que os executaram, e onde estão enterrados os seus restos mortais.
Vitor Carlos Ramos, por exemplo, é um caso novo, que não consta sequer do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Não foi portanto incluído no Anexo da Lei 9.140/95. Na Comissão Especial, coube a Nilmário Miranda fazer o relato do processo.

Ação de delatores

As revelações do sargento Marival Chaves do Canto, que trabalhou durante anos no DOI-Codi, e as confissões do casal de ex-militantes da VPR, Maria Magdalena (conhecida como *Ana Barreto Costa*) e Gilberto Giovanetti, ajudaram a desvendar em parte a trama que envolve o desaparecimento do grupo de Onofre Pinto. Magdalena e Giovanetti foram cooptados pela repressão e ficaram durante muito tempo infiltrados na esquerda, inclusive relizando missões para os órgãos de segurança no exterior, como eles próprios reconheceram.
Há ainda o possível envolvimento no esquema de Alberi Vieira dos Santos, ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, e seu irmão José Soares dos Santos. Tanto Marival Chaves como Magdalena e Giovanetti testemunharam que Alberi e Joel tinham ligação com o Ciex e teriam participado da cilada que atraiu o grupo de Onofre Pinto para a morte. A viúva de Onofre, Idalina Pinto, ouvida pelo relator Nilmário Miranda, também afirmou que seu marido mantinha contatos com Alberi Santos e com Magdalena (*Ana Barreto Costa*). (Anos mais tarde, os irmãos Santos também foram assassinados em circunstâncias estranhas: primeiro Joel, em 1977, e depois Alberi, em 1979, quando dizia estar próximo de descobrir quem liquidara seu irmão.)

Vitor Carlos Ramos

Segundo documentos encontrados nos arquivos do Dops/RJ, Vitor era militante da VPR, tendo sido indiciado em inquérito aberto contra 68 militantes, em São Paulo, entre eles Onofre Pinto, qualificado como solteiro, brasileiro, natural de Santos, escultor. Consta também acusação isolada feita por Hermes Camargo Batista, dando conta de que Vitor, ou *Gilson*, teria levado um grupo de São Paulo para a Guanabara, dirigindo uma perua, com o objetivo de assaltar a Guarnição Militar do Palácio do Governo, ação que não se concretizou.
Vários documentos com datas entre 1969 e 1972 mostram que Vitor era procurado. Boletim da Polícia Federal de São Paulo informa que ele foi um dos brasileiros que pediram asilo na Argentina, após o golpe militar no Chile que derrubou o presidente Salvador Allende e instalou a ditadura do general Pinochet.
O requerimento à Comissão Especial foi feito por Paulo Roberto Ramos, que afirma: "Meu irmão, Vitor Carlos Ramos, nasceu em 18 de janeiro de 1944. Após 1964, iniciou sua participação política, ingressando em diversos quadros de esquerda. Em 1969, foi para o Uruguai, onde entrou ilegalmente. Permaneceu nesse país juntamente com outros exilados brasileiros. Do Uruguai foi para o Chile, onde ficou até a morte de Allende, em 1973.
Durante essa permanência, distúrbios pessoais o levaram a fazer tratamento psiquiátrico. O golpe militar no Chile obrigou os refugiados a buscar asilo em outros países. Vitor seguiu com um grupo de outros brasileiros para a Argentina. Lá começou a sair da clandestinidade, tentando integrar-se à sociedade.
Como tinha conhecimento na área de artes plásticas (escultura, desenho, gravura), conseguiu uma vaga para lecionar. Conheceu Suzana, uma argentina, com quem passou a viver. Às vésperas do seu casamento, a noiva morreu, o que agravou o seu estado psicológico.
A viúva de Onofre, Idalina Pinto, ouvida por Nilmário Miranda em São Paulo, confirmou que Vitor Carlos Ramos (ou *Silva*, sobrenome materno que às vezes ele usava) — inclusive fazendo o reconhecimento fotográfico dele — integrava o grupo que deixou a Argentina com destino ao Brasil em 11 de julho de 1974.
O repórter José Mitchel, do *Jornal do Brasil*, revelou em reportagem publicada na edição de 21/1/92 que 11 dias antes do desaparecimento, circular do II Exército alertava que um grupo de seis pessoas viria ao Brasil para seqüestrar ou matar o delegado Sérgio Paranhos Fleury. Outros três documentos comprovam que as atividades do grupo liderado por Onofre Pinto eram vigiadas. Esses documentos foram encontrados após a abertura ao público dos arquivos do Dops do Rio Grande do Sul.

O parecer de Nilmário Miranda foi favorável ao reconhecimento de Vitor Carlos Ramos para efeito da Lei 9.140/95. O caso foi acolhido por unanimidade (7 x 0). A responsabilidade do Estado pela morte dos outros cinco já tinha sido reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95. O *Dossiê* registra o seguinte sobre eles.

Onofre Pinto

Nasceu em 26 de janeiro de 1937 em Jacupiranga, Estado de São Paulo, filho de Júlio Rosário e de Maria Pinto Rosário. Desaparecido aos 37 anos. Ex-sargento do Exército brasileiro.

Por ter participado no Movimento dos Sargentos, seu prontuário nos arquivos do antigo Dops/SP registra que teve os direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 e a prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo em 8 de outubro de 1964. Foi indiciado em IPM instaurado pela 2ª RM em 2 de fevereiro de 1966 e preso no dia 2 de março do mesmo ano por agentes do Dops e da 2ª Cia-PE.

Foi banido do Brasil em setembro de 1969, quando do seqüestro do embaixador americano no país, e viajou para o México com outros 14 presos políticos.

Ainda dos registros policiais consta que, "Informação do II Exército de 29/1/70, esclarece que Onofre Pinto... teria a intenção de retornar ao Brasil... em princípios de fevereiro de 1970". E completa os dados: "O Ministério do Exército nos cientificou que provavelmente o marginado encontrar-se-ia no Chile". Mais adiante, outras informações ratificam o quanto se encontrava "cercado" pelos policiais: "A Ciop, em 2/7/73, nos cientificou o seguinte: 'A carteira de identidade de Francisco Wilton Fernandes, emitida pelo Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, Brasília, em 17/5/73, RG nº 104.947, estaria de posse de um aparelho de subversivos brasileiros em Santiago do Chile. Segundo o informante, a referida carteira deverá ter a fotografia substituída pela de Onofre Pinto'".

"O Ministério da Aeronáutica, em 1/8/73 nos cientificou que o ex-sargento do Exército Onofre Pinto... reside em Santiago do Chile no seguinte endereço..."

"Relatório de Plantão de 29/6/74 nos cientifica que através do Rádio nº 3749, proveniente da DPF, fomos solicitados a observar os indivíduos Onofre Pinto e Daniel José de Carvalho, que se dirigem para São Paulo, procedentes do Uruguai..."

Irmãos Carvalho

Daniel e Joel José eram filhos de Ely José de Carvalho e de Esther José de Carvalho, nascidos em Muriaé, Minas Gerais.

Daniel era torneiro mecânico e Joel operário gráfico. Ambos militaram no PCB, ingressando, posteriormente, na VPR. Foram presos no dia 5 de outubro de 1970 pela Oban, tendo sido banidos do Brasil em 13 de janeiro de 1971, indo para o Chile juntamente com 69 presos políticos, por ocasião do seqüestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher. Permaneceram naquele país até o golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende, em 1973. Nessa ocasião, fugiram para a Argentina.

Eram irmãos de outro militante morto pela ditadura: Devanir José de Carvalho, dirigente do MRT, assassinado em abril de 1971.

O Relatório do Ministério do Exército mostra a interligação entre os órgãos de repressão dos diversos países do Cone Sul quando diz a respeito deles: "O Ministério das Relações Exteriores retransmitiu informações enviadas pelo governo argentino, confirmando o seu ingresso naquele país em 3 de outubro de 1973, procedente do Chile, e radicando-se em 31 de outubro de 1973, na Província de Corrientes".

Em documento do arquivo do Dops/SP, lê-se: "Relatório de Plantão Dops datado de 29/30 de junho de 1974 informa: Rádio 3749 DPF solicita informações sobre os indivíduos Onofre Pinto, Daniel e Joel José de Carvalho, que se dirigem para São Paulo procedentes do Uruguai".

Documentos do Sops/RS, confirmam que, em 21 de junho de 1974 (um mês de sua partida de Buenos Aires), Onofre Pinto, Daniel e Joel José de Carvalho eram esperados na fronteira Brasil—Argentina.

José Lavéchia

Não há certeza absoluta de que José Lavéchia tenha saído da Argentina juntamente com o grupo de Onofre. Depoimento de uma militante do Partido Socialista chileno, Marta Assumatégui, atesta que esteve com ele em data posterior a 11 de julho de 1974. De todo modo, nunca mais se soube qualquer informação sobre o seu paradeiro.

Filho de Leo e Felícia Mateus Lavéchia, nasceu no dia 25 de maio de 1919 em São Paulo e desapareceu quando tinha 55 anos. Era sapateiro.

Foi preso em 7 de maio de 1970 e banido do território nacional em 15 de junho do mesmo ano, quando do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, Von Holleben, viajando para a Argélia juntamente com outros presos políticos.

O Relatório do Ministério do Exército diz que "em 12 de outubro de 1973, constou de uma relação de brasileiros que se encontravam no Chile e solicitaram asilo na Embaixada da Argentina, viajando para aquele país onde passaram a residir".

Enrique Ernesto Ruggia

Argentino, estudante de Veterinária na Faculdade de Agronomia de Buenos Aires, desaparecido no Brasil aos 18 anos.

Sua irmã, Lilian Ruggia, tem dedicado todos esses anos à busca de informações sobre Ernesto. Ela conta que em janeiro de 1993 perguntou por telefone ao ex-sargento Marival Chaves se ele sabia onde estavam enterrados os corpos dos integrantes do grupo de Onofre Pinto. Ele respondeu que não sabia com

certeza, mas que o costume do Exército era o de enterrar os corpos nos próprios locais usados para torturar e matar os militantes de esquerda. (Marival já declarara que o grupo fora executado na região de Medianeira, Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, próxima à área de fronteira seca com a Argentina.)

Outras mortes

Os casos seguintes são de militantes cujos nomes estão no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, mas as circunstâncias em que morreram não se enquadram nos termos da Lei 9.140/95.

Explosão fatal

Catarina Abi-Eçab (1947 - 8/11/1968)
João Antônio Abi-Eçab (? - 8/11/1968)

Eram casados, estudantes universitários e militavam juntos na VPR. Morreram em acidente de automóvel no dia 8 de novembro de 1968, às 19h, no km 69 da BR-116, próximo a Vassouras (RJ), quando o carro em que viajavam explodiu devido à detonação dos explosivos que transportavam.
O exame necroscópico de Catarina, realizado no dia seguinte, no Instituto Médico Legal de Vassouras, e firmado pelos drs. Pedro Sarillo e Almir Fagundes de Souza, dá como *causa mortis* fratura de abóbada craniana provocada por instrumento contundente. Foram sepultados por suas famílias no Cemitério do Araçá, em São Paulo.

Pacto de morte

Juarez Guimarães de Brito (22/1/1938 - 18/4/1970)

Dirigente da VPR, nasceu em Belo Horizonte, filho caçula de Amélia Guimarães de Brito e do engenheiro Jayme Ferreira de Brito.
Ao lado de seus irmãos mais velhos, teve uma infância alegre. Seu primeiro sobrinho nasceu antes que ele fosse alfabetizado, e seus irmãos brincavam chamando-o de titio analfabeto. Passou parte dessa meninice vivendo no que ele costumava chamar de paraíso, uma estação experimental de fruticultura, sob a direção de seu pai, então secretário de Agricultura do Estado do Maranhão.
De volta a Belo Horizonte, Juarez, estudou no Colégio Batista e, posteriormente, ingressou na UFMG, na Faculdade de Ciências Econômicas, onde se formou em 1962, nos cursos de Sociologia e Política e Administração Pública.
Naquela época, alternava os estudos com as atividades políticas e com a paixão pelo cinema.

Era freqüentador assíduo do Cineclube do Colégio Arnaldo.
Membro da Juventude Trabalhista do PTB de Minas Gerais, trabalhou principalmente junto dos sindicatos, assessorando e organizando cursos de história e oratória. Como militante da Polop, participou de todas as lutas da época: da greve dos mineiros da Nova Lima contra a *Hanna Corporation*, movimentos da Liga Camponesa de Três Marias, entre tantas outras.
Casou-se em 1962 com sua primeira namorada, Maria do Carmo.
Depois de formado, o eixo de sua vida passou a ser a atividade política. Em 1963, foi trabalhar em Goiás, como assessor e professor da Universidade Federal. Em 1964, mudou-se para o Recife, onde exerceu funções na Sudene.
Após o Golpe Militar de 1964, foi preso e passou cinco meses na prisão. Ao ser libertado, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar como sociólogo e pesquisador.
Divergindo da orientação da Polop, dela se afastou ao optar pela luta armada como forma mais adequada à resistência ao golpe militar naquele momento, passando a fazer parte do Colina.
Participou da criação da VAR/Palmares e, após sua divisão, permaneceu como militante da VPR.
No dia 18 de abril de 1970, quando o carro que dirigia foi cercado, Juarez cumpriu um pacto que tinha com sua companheira e deu um tiro no próprio ouvido. Embora tenha sido atingido também pelos policiais, o tiro letal foi disparado por ele mesmo.
Foi enterrado em Belo Horizonte por sua família.

Morto pela ditadura de Pinochet

Wânio José de Matos (27/4/1926 - 16/10/1973)

Wânio nasceu em Piratuba, São Paulo, filho de José Antônio e Luiza Santos Matos. Foi capitão da Polícia Militar de São Paulo.
Preso pela OBan, em fins de 1970, foi expulso da Polícia e banido para o Chile em 1971, quando do seqüestro do embaixador suíço no Brasil.
Segundo denúncia da ex-presa política Marijane Lisboa, Wânio foi preso e, com sua mulher, levado para o Estádio Nacional, em Santiago, quando do golpe que derrubou o presidente Salvador Allende, em 1973, onde morreu sem tratamento médico, em outubro daquele ano.
Somente após o Relatório Rettig (1992), seus familiares tiveram acesso às informações sobre as circunstâncias de sua morte e o Estado Chileno assumiu a reparação financeira.
Seu Atestado de Óbito, feito em Santiago (Chile), no Hospital de Capaña do Estádio Nacional dá sua morte em 16 de outubro de 1973, tendo como *causa mortis* "peritonite aguda". Não há assinaturas de médicos-legistas. Lá, como aqui, forjavam-se *causa mortis*.

Acidente de moto em Paris

Ângelo Pezzuti da Silva (27/4/1946 - 11/9/1975)

Ângelo nasceu em Araxá, Estado de Minas Gerais, filho de Carmela Pezzuti e Theofredo Pinto da Silva.

Cursou o primário no Grupo Escolar Delfim Moreira e o ginasial no Colégio Dom Bosco, ainda em sua cidade natal. O curso científico foi feito já em Belo Horizonte, no Colégio Padre Machado. Ingressou na Faculdade de Medicina da UFMG, em 1964, onde permaneceu até 1968, optando por se especializar em Psiquiatria.

Ângelo tinha um temperamento alegre e extrovertido. Gostava de fazer amizades e cultivá-las.

Desde criança desenvolveu o gosto pela leitura e pelos estudos. Ainda cursando o primário, dedicou-se ao estudo de piano durante dois anos. O gosto pela música clássica, pela poesia, pelo teatro e pela leitura, principalmente dos autores regionais brasileiros mais intelectualizados e clássicos, acompanhou-o sempre. Possuía grande fluência verbal, o que facilitava a exposição de suas idéias. Vivia intensamente, como se o momento presente fosse o mais importante. Era senhor de uma ternura especial, mesclada de um certo ar irônico.

Sua militância política iniciou-se, efetivamente, no Colégio Padre Machado, onde participou do curso de alfabetização de adultos. Aí também já sofreu os primeiros "cortes": foi eleito presidente da Associação de Alunos e diretor do Curso de Alfabetização, mas seu nome foi vetado pelo diretor do Colégio, pelas suas posições políticas de esquerda e questionamentos religiosos.

Na Faculdade de Medicina, de imediato integrou-se ao movimento de estudantes que visava à ampliação de vagas na Universidade Federal de Minas Gerais e à absorção dos chamados "excedentes". Sua participação seguiu-se no Centro de Estudos de Medicina (CEM), no Diretório Acadêmico, e no "Show Medicina". Em todas as frentes, lá estava o Ângelo participando.

Em busca de outras alternativas políticas, ingressou na Polop e, em 1967, juntamente com outros companheiros (Apolo Heringer e Carlos Alberto Soares de Freitas) constituíram a primeira direção do Colina, que tinha como objetivo a luta armada como instrumento de transformação social. Sempre esteve à frente dos grandes projetos da Organização — foi uma liderança intelectual, e participou das primeiras ações armadas desde 1968.

Em 13 de janeiro de 1969, foi preso pelo Dops, em Belo Horizonte. Inaugurase, aí, um tempo de passagem por várias prisões: em Belo Horizonte, e no Rio de Janeiro e depois, retornando a Minas, sendo levado para a prisão de Linhares, em Juiz de Fora.

Sofreu, nesta trajetória, vários tipos de tortura física e psicológica. Entretanto, o que mais marcou foi a obrigação de assistir, na Vila Militar, no Rio de Janeiro, a uma aula de tortura ministrada pelo Exército para cem oficiais, na qual alguns presos serviam de cobaia e, dentre os presos-cobaias, estava seu próprio irmão, Murilo. Estas aulas eram dadas por diversos torturadores, entre eles o contraventor *Capitão Guimarães*.

Juntamente com outros companheiros de Linhares, elaborou o *Documento de Linhares*, denunciando as torturas e suas conseqüências dentro das prisões. Este foi o primeiro documento, no gênero, elaborado no Brasil e encaminhado às autoridades brasileiras, que ignoraram o seu conteúdo. Foi amplamente divulgado no exterior.

Em 1970, Ângelo foi banido do país, trocado juntamente com outros 39 companheiros, inclusive seu irmão Murilo, pelo embaixador alemão. Ficaram exilados na Argélia.

Em 1971 foi para o Chile, onde se encontrou com sua mãe Carmela, também banida do Brasil por suas atuações políticas. Então aí casou-se com Maria do Carmo Brito, com quem teve seu único filho, Juarez, que está com 23 anos cursando Ciências Biológicas na Unicamp. Carmela vive hoje em Belo Horizonte sendo, ao lado de sua irmã Ângela, os maiores símbolos da fibra desta família na resistência à ditadura.

Em 1972, por seus contatos com grupos chilenos que lutavam pelo socialismo, foi preso e torturado por policiais brasileiros que lá se encontravam, sendo libertado logo em seguida.

Ainda no Chile, batalhou para provar a infiltração do cabo Anselmo nos meios revolucionários brasileiros, tentando convencer os companheiros de que Anselmo era um traidor e responsável por várias quedas e mortes.

Em seguida, veio o golpe chileno, o que o levou a pedir asilo na embaixada do Panamá. Sua permanência no Panamá foi curta, indo para a França, onde logo se integrou ao Comitê Brasileiro, cujo objetivo era obter asilo na Europa para outros companheiros brasileiros, chilenos, uruguaios que estavam em situação irregular na América Latina. Com esse objetivo, viajou pela Europa fazendo contatos com as entidades de direitos humanos.

Em Paris, participava de um grupo de estudos que analisava o movimento histórico da América Latina e de grupos de apoio a presos no Brasil.

Por duas vezes — a primeira no Chile e a segunda na França — Ângelo retornou aos seus estudos de Medicina, conseguindo formar-se, em Paris, em meados de 1975, como psiquiatra.

No dia 11 de setembro de 1975, Ângelo morreu em um acidente de motocicleta em Paris. Seu corpo foi cremado no Cemitério Père Lachese, onde estão os maiores heróis franceses e, em 1976, trazido para o Brasil. Suas cinzas foram colocadas no Cemitério das Paineiras, em Araxá, sua terra natal.

Sobre sua morte, seu amigo Herbert Daniel escreveu:

... não saberemos se foi seu gosto pela ironia que determinou a escolha da data, aniversário do golpe do Chile. Ângelo escapou da cadeia no Brasil,

escapou do golpe do Chile; mas não escapou da sua ânsia de viver demais. Não viveu para ver nenhum resultado. Este é o resumo brutal de todas as mortes provisórias....

Desastre na França

Carmem Jacomini (? - abril/1977)

Participou da guerrilha do Vale do Ribeira, em São Paulo. Exilou-se no Chile de onde, após o golpe, foi para a França. Em fins de abril de 1977, faleceu em conseqüência de um desastre de automóvel em Aix-en-Provence, na França.

Colina 1968

uma vida curta

O Comando de Libertação Nacional (ou Comandos) teve vida extremamente curta, circunscrevendo-se praticamente a Minas Gerais e pequenas ramificações no Rio, tendo origem na fusão de dissidências da Polop com setores militares já desligados do brizolismo. Abraçou as idéias defendidas pela OLAS, de inspiração guevarista, e passou a executar, desde 1968, ações armadas para obter recursos que se destinariam à instalação de uma "área estratégica" no campo. Segundo Jacob Gorender (*Combate nas Trevas*), o documento básico da organização, aprovado em abril daquele ano, se diferencia do Programa Socialista da Polop sobretudo pela acentuação do militarismo de esquerda. O objetivo socialista se acopla, o que é novo, a tarefas nacionais antiimperialistas e antilatifundiárias. No início de 1969, o Colina sofreu uma extensa seqüência de prisões. A partir daí, movido tanto por afinidades políticas quanto por um esforço de sobrevivência, aproximou-se da VPR, dando origem à VAR-Palmares, fundada em meados de 1969.

Entre os episódios envolvendo o Colina revelados por Gorender, chama a atenção a tentativa de "justiçamento" do capitão boliviano Gary Prado, citado na imprensa internacional como o oficial que capturara Che Guevara na Bolívia e responsável pela sua morte. O dirigente do Colina e ex-sargento da Aeronáutica, João Lucas Alves, obteve a informação de que Gary Prado se encontrava no Brasil, fazendo curso na Escola do Estado-Maior do Exército, no Rio. Na noite de 1° de julho de 1968, Lucas Alves, Severino Viana Colon (ex-sargento da Polícia Militar do Estado da Guanabara) e outro militante do Colina localizaram e mataram a tiros um oficial no bairro da Gávea, levando a sua pasta. Certamente por um grave erro de quem ficara responsável pela identificação de Gary Prado, o "justiçado" não era o oficial boliviano mas sim um major do Exército alemão. O Colina, diante do equívoco de pessoa, não assumiu a autoria do atentado. Em livro de sua autoria, Gary Prado comenta que, na época, chegou a ser levantada a suspeita de que o seu colega alemão tivesse sido morto em seu lugar.

Em novembro do mesmo ano, João Lucas Alves foi preso e barbaramente torturado até a morte. Severino Viana Colon, detido três meses mais tarde, também foi encontrado morto em sua cela. As versões oficiais foram de suicídio.

Olhos vazados

João Lucas Alves (3/11/1935 - 6/3/1969)

O ex-sargento da Aeronáutica João Lucas Alves perdeu a esperança de ser libertado quando foi baixado o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Ele estava no Serviço de Ordem Política e Social (Sops) da Polícia Federal no Rio de Janeiro, desde que fora preso no dia 8 de novembro daquele ano. Apesar das pressões e torturas — seu irmão menor, de 14 anos, também fora detido como refém para obrigá-lo a falar —, a sua prisão estava legalizada e ele recebia visita de familiares. Foi quando soube que seria transferido, no dia 28 de fevereiro, para Minas Gerais. Pediu então à sua mãe que fosse visitá-lo em Belo Horizonte, e confessou à sua irmã, Yara, que temia ser assassinado pelos órgãos de repressão. As tentativas feitas pela família para encontrá-lo na capital mineira foram vãs. No dia 6 de março, foi anunciada a sua morte por suicídio na Delegacia de Furtos e Roubos. Ele tinha 33 anos.
Em 20 de novembro, a prisão preventiva de João Lucas Alves fora decretada por 30 dias. Em 18 de dezembro, prorrogada por mais 30. No dia 20 de janeiro, o advogado Antonio Modesto da Silveira requereu o relaxamento de sua prisão. Repetiu o pedido nove dias depois. A Justiça nem sequer apreciou os requerimentos.
O laudo médico obtido na época por Modesto da Silveira revelou que as unhas do ex-sargento tinham sido arrancadas e que o seu corpo estava marcado por escoriações e equimoses, inclusive no rosto e nas nádegas. Onofre Pinto, preso na mesma época (dirigente da VPR, ex-banido e desaparecido em 1974), denunciou à Anistia Internacional que, além disso, os olhos dele tinham sido vazados, além de ter ossos quebrados e queimaduras generalizadas pelo corpo. Outros presos políticos também denunciaram em depoimentos prestados nas Auditorias Militares as torturas sofridas por João Lucas Alves, entre eles, Antônio Pereira Mattos, Ângelo Pezzuti da Silva e Afonso Celso Lana Leite.
Na cena do suicídio, montada pela versão oficial: o preso teria se enforcado utilizando a própria calça, amarrando-a no travessão da grade da cela, a uma altura inferior à sua, conforme mostram as fotos do inquérito. Além disso, a calça teria se descosturado, não resistindo ao seu peso. O laudo da perícia técnica realizada no local informa que foi encontrada na cela uma camisa impregnada de sangue, sendo o mesmo — de acordo com os resultados do exame hematológico — pertencente à vítima.
Entre outros dados, consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*:

A necropsia, realizada no Departamento de Medicina Legal/MG, em 6 de março de 1969, firmada pelos drs. Djezzar Gonçalves e João Bosco Nacif da Silva, confirma a falsa versão policial de suicídio por enforcamento, apesar de descrever algumas escoriações presentes no braço esquerdo, pé direito e na região glútea, assim como a falta de uma unha e rouxidão em outras. Esses médicos foram denunciados pelo GTNM/MG, mas sequer foram investigados, pois o CRM/MG arquivou a denúncia.

Rebelião dos sargentos

João Lucas Alves nasceu em Canhotinho, Pernambuco, e foi morar no Recife quando tinha apenas 1 ano. Prestou serviço militar na Aeronáutica, fez curso para cabo e foi para a Escola de Especialistas da Aeronáutica em Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, de onde saiu como 3º sargento. Serviu nas cidades de Recife, Natal e Rio de Janeiro. Foi escolhido para fazer um curso de especialização em vôo nos Estados Unidos, obtendo melhor classificação do que os próprios americanos no curso de inglês técnico.
Participou de atividades políticas, destacando-se entre as lideranças do movimento que ficou conhecido como "rebelião dos sargentos", ocorrido em 12 de setembro de 1963.
Após o Golpe Militar de 1964, com o Ato Institucional nº 1, foi expulso da Aeronáutica e preso na Base Aérea de Santa Cruz, onde ficou incomunicável.
Documentos confidenciais do I Exército (Informante - CIE), referentes ao "Grupo da Ilha", dão conta da militância política de João Lucas Alves e informam que ele teria participado em Cuba de curso de guerrilha ministrado de setembro a dezembro de 1968. Para a repressão, esse fato era considerado "um indício importante para a caracterização da periculosidade de um terrorista".

Parecer

A relatora do caso na Comissão Especial, Eunice Paiva, concluiu:

> Reconheço que João Lucas Alves, por ter participado ou ter sido acusado de participação em atividades políticas, esteve preso no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, em dependências policiais ou assemelhadas, onde veio a falecer por causas não-naturais, ficando certo que tal causa não foi o suicídio. O requerimento de seus irmãos, quanto à indenização prevista no Art. 10 da Lei 9.140/95, deve ser acolhido.

A Comissão Especial aprovou o voto da relatora por unanimidade (7 x 0).

Falso suicídio

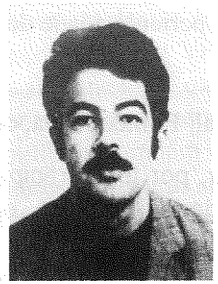
Severino Viana Colon (1930 - 24/5/1969)

A família de Severino não entrou com processo junto à Comissão Especial e o caso não foi apreciado. O *Dossiê* registra os seguintes dados sobre ele.

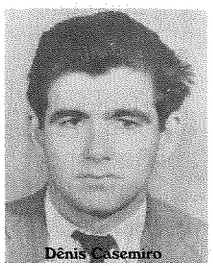
Severino era natural de Pernambuco e morreu aos 39 anos. Era ex-sargento da Polícia Militar da Guanabara.
Preso na 1ª Cia. da Polícia do Exército, na Vila Militar (RJ), à disposição de IPM a cargo do I Exército, morreu nas dependências daquele órgão de repressão, em 24 de maio de 1969. Conforme denúncia do boletim de março de 1974 da Amnesty International e do livro *Oposição no Brasil, Hoje*, de Marcos Freire, é falsa a versão oficial da repressão de que Severino se suicidou, por enforcamento, em sua cela.
Em declarações prestadas em Auditorias Militares, à época, Antônio Pereira Mattos, Ângelo Pezzuti da Silva e Afonso Celso Lana Leite denunciaram as torturas que Severino sofreu na Vila Militar.
Seu corpo somente deu entrada no IML/RJ em 2 de junho, juntamente com o de Sebastião Gomes da Silva, vindo do HCE, onde foi feita a necropsia, assinada pelo dr. Rubens Pedro Macuco Janini, que confirmou a versão policial da repressão.
O Atestado de Óbito, de nº 11.789, teve como declarante José Severino Teixeira e informa que foi enterrado como indigente no Cemitério da Cacuia, na Ilha do Governador (RJ), em 25 de julho de 1969, sepultura 11.252, quadra 26.

vpr


Aluísio Palhano Pedreira Ferreira


Ângelo Pezzuti da Silva


Antônio Raymundo de Lucena

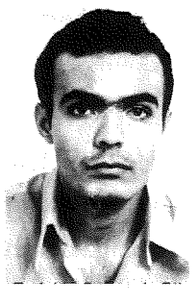


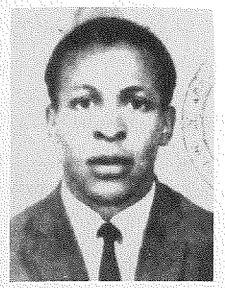
Dênis Casemiro

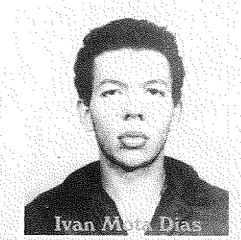

Eleni Teles Ferreira Guariba


Enrique Ernesto Ruggia


Eremias Delizoicov

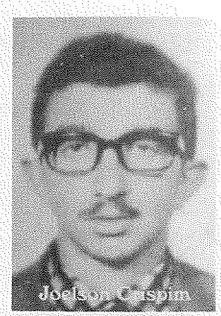

Eudaldo Gomes da Silva


Evaldo Luiz Ferreira de Souza

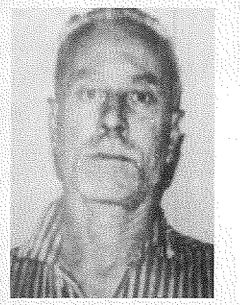


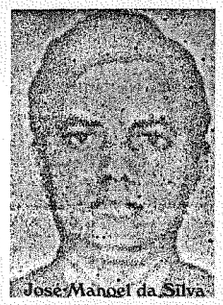
Ivan Mota Dias


Jarbas Pereira Marques

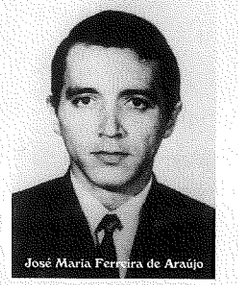


Joelson Crispim

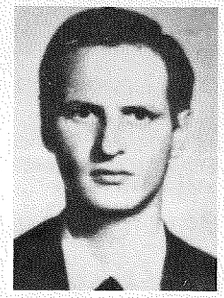

José Lavéchia



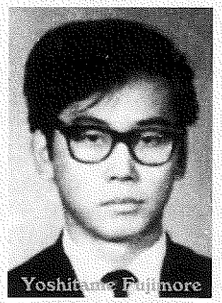
José Manoel da Silva



José Maria Ferreira Araújo


Juarez Guimarães de Brito

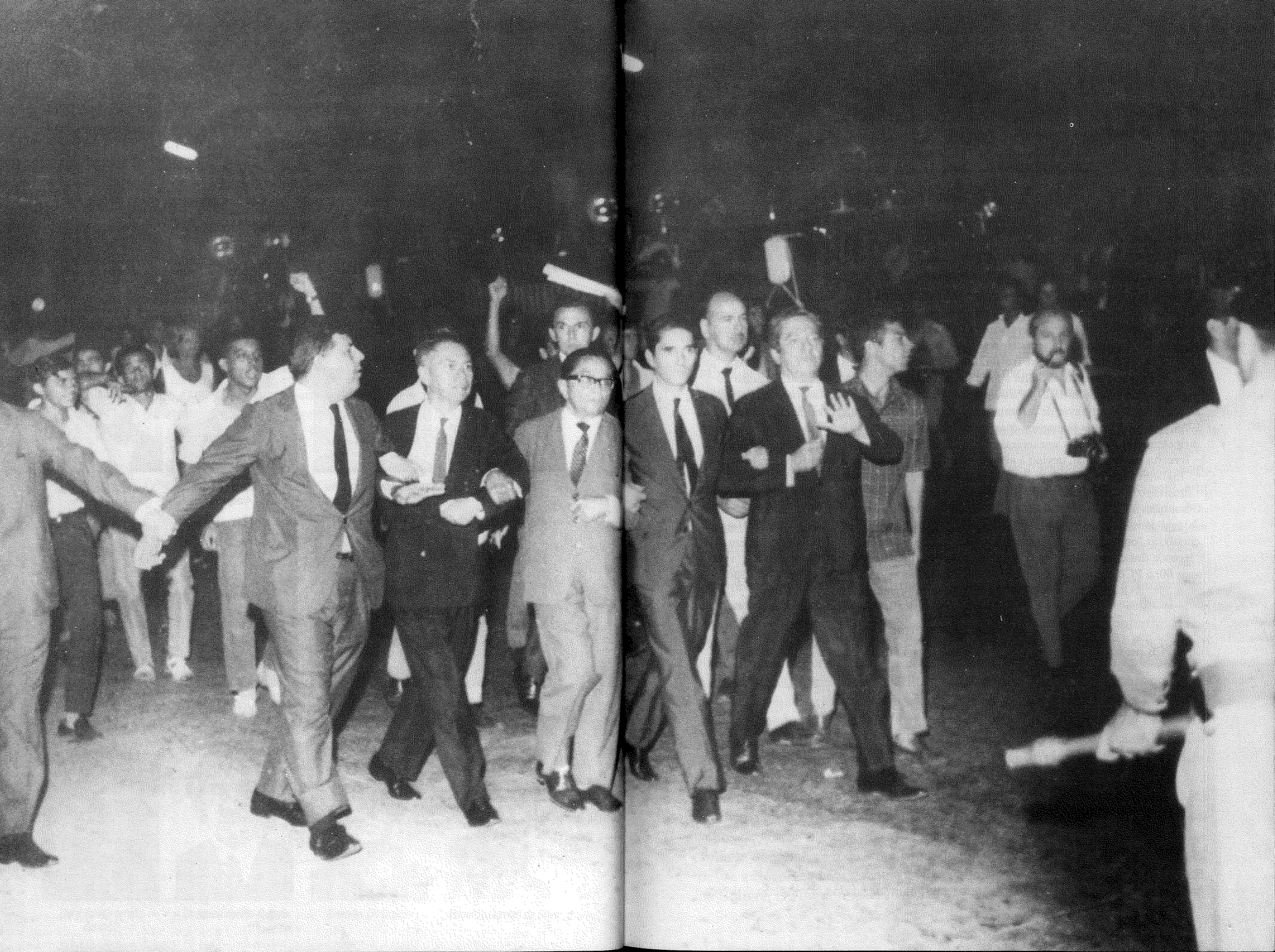

Onofre Pinto



Yoshitane Fugimori


Pauline Philippe Reichstul


Soledad Barrett Viedma



pcb 1922

Partido Comunista Brasileiro

Primeiro partido comunista fundado no Brasil, surgiu em 1922 como resultado do forte movimento operário e sindical do início deste século no país e do incentivo decorrente do triunfo da Revolução Socialista na Rússia. Organizado com o nome de Partido Comunista do Brasil, dois anos depois ingressou no Comintern (Terceira Internacional Comunista). Passou por divergências internas e expulsou militantes e dirigentes acusados de trotskismo (referência às posições de Leon Trotski, um dos principais líderes da Revolução Russa, que perdera poder para Josef Stálin após a morte de Lênin em 1924, e acabara expulso do partido e da URSS em 1929). Participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente ampla de massas em favor de reformas no país, posta na ilegalidade por Getúlio Vargas. Em 1935, o partido tentou liderar um movimento golpista, que levou à prisão a maioria dos seus dirigentes, entre os quais seu secretário-geral, Luís Carlos Prestes. Depois da dissolução da Terceira Internacional, devido à aliança entre União Soviética, Estados Unidos, França e Inglaterra contra o eixo nazifascista, o partido mudou o nome para Partido Comunista Brasileiro, abandonando o "do B", que o caracterizava como uma seção da Internacional Comunista no Brasil. Com a vitória dos aliados e a redemocratização no país, o PCB voltou à legalidade e elegeu uma bancada de parlamentares para a Constituinte em 1946. Um ano depois, as forças conservadoras e de direita no Congresso Nacional se aliaram e cassaram a legenda dos comunistas, lançando novamente o partido na clandestinidade. No início dos anos 60, o PCB começou a se dividir, dando origem primeiramente ao PC do B e, depois do Golpe Militar de 1964, a diversas outras organizações de esquerda.

Número de mortos

O PCB perdeu 38 dirigentes e militantes, que foram mortos durante a ditadura militar.

Foto: Em Brasília, em maio de 1968, abrindo uma manifestação de protesto contra o governo, parlamentares enfrentam ação dos bombeiros.

PCB

o caminho pacífico

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi fundado em março de 1922, durante um congresso operário promovido em Niterói, Rio de Janeiro, sob o impacto da revolução de 1917, na Rússia. Seu surgimento coincide com o declínio, no movimento operário nascente no país, da influência do anarquismo, que até então ocupava lugar de destaque na inspiração das primeiras lutas populares.

Em toda a sua existência, o PCB só viveu três curtos períodos de legalidade: os dois primeiros na década de 20 e o terceiro no final da Segunda Guerra Mundial, quando caiu a ditadura do Estado Novo. O mesmo destino de vida clandestina compulsória haveria de marcar todas as organizações de esquerda surgidas a partir da década de 60.

Ao longo de sua história, o PCB sempre defendeu um programa de transformações tendentes a desenvolver um capitalismo nacional, visto como pressuposto para futuras lutas em direção ao socialismo. Para tanto, seria necessário construir uma aliança entre operários, camponeses e a burguesia nacional, em contraposição ao chamado "imperialismo" e seus aliados latifundiários. Na década de 60, o PCB propõe, cada vez mais claramente, uma estratégia de transição pacífica ao socialismo — causa principal dos "rachas" que darão origem a uma constelação de organizações clandestinas.

Surpreendido pelo Golpe Militar de abril de 1964, o PCB sofre duramente com a repressão. É praticamente desmantelado o aparelho sindical que tinha sido estruturado ao longo de duas décadas sob sua hegemonia; intelectuais vinculados ao partido são perseguidos e processados em todo o país; forjam-se em todos os Estados os célebres "IPMs da subversão". Nesses Inquéritos Policiais Militares atribui-se ao PCB a responsabilidade por tudo o que existiu de apoio ao governo deposto: das Forças Armadas aos governadores estaduais progressistas; dos "Grupos de Onze", propostos por Leonel Brizola, às manifestações estudantis lideradas pela AP (Ação Popular); da Frente Parlamentar Nacionalista às atividades das Ligas Camponesas, de Francisco Julião.

A partir de 1966, o PCB sofre uma luta interna que resulta no surgimento de inúmeros grupos dissidentes. As divergências se deram em torno dos balanços sobre os "erros e causas da derrota de 64" e a respeito da questão da luta armada que vinha sendo impulsionada em vários países da América Latina, desde a Revolução Cubana, de 1959, culminando na morte de Che Guevara, na Bolívia, em outubro de 1967.

O bloco ortodoxo do PCB, que se reúne em torno de Luís Carlos Prestes, rejeita a luta armada e adota uma tática de recuo político para a sobrevivência, editando o jornal *Voz Operária* e vinculando-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para uma ação parlamentar legal. Dessa forma, fica relativamente resguardado, num primeiro momento, da repressão seletiva dirigida prioritariamente, após 1968, contra as organizações guerrilheiras formadas em decorrência do estrangulamento dos canais convencionais de oposição.
Em 1973, a repressão política já conseguira desbaratar as principais organizações da esquerda armada que se concentravam nas cidades e inicia uma grande ofensiva para destruir o PCB. Essa operação, com o DOI-Codi/SP à frente, ficou conhecida como Operação Radar e se prolongou pelo governo Geisel e sua política de "distensão".
O ex-sargento do Exército Marival Chaves revelou informações detalhadas sobre oito dirigentes do PCB que foram torturados e mortos nessa ofensiva, todos incluídos na lista de desaparecidos políticos e reconhecidos no Anexo da Lei 9.140/95: João Massena Melo, Luis Inácio Maranhão Filho, Hiram de Lima Pereira, Elson Costa, Jaime Amorim Miranda, Itair José Veloso, José Montenegro de Lima e Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior.
Para o ex-membro do DOI-Codi, a operação teria terminado quando foi derrubada a gráfica do jornal do partido, *Voz Operária*, em 1975, seguida da prisão e morte de Montenegro e Bonfim. No entanto, além dos oito dirigentes citados, mais 12 integrantes do partido perderam a vida no período que vai de abril de 1973 a janeiro de 1976, indicando que a Operação Radar na verdade só terminaria com a morte do operário Manoel Fiel Filho, em 17/1/76, em São Paulo. Os outros 12 mortos no período foram: Caiuby Alves de Castro, José Roman, Wálter de Souza Ribeiro, David Capistrano da Costa, Nestor Veras, José Maximiniano de Andrade Neto, José Ferreira de Almeida, Alberto Aleixo, Pedro Jerônimo de Souza, Vladimir Herzog, Neide Alves dos Santos e Manoel Fiel Filho.
Dentre essas prisões, causaram forte impacto político, e até mesmo um despertar da consciência nacional contra a repressão, as mortes do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, ambas ocorridas nas dependências do DOI-Codi (II Exército), na Rua Tutóia, em São Paulo.
Entre essas duas mortes, ocorreu a da militante Neide Alves dos Santos, que não era do conhecimento da Comissão Nacional de Familiares, cujo processo foi submetido e reconhecido pela Comissão Especial.
Os episódios referentes ao PCB foram examinados de forma acurada na Pesquisa BNM, por meio dos processos que foram catalogados sob os números 568 e 683. Em uma contagem final, verificou-se que 66 dos processos examinados na pesquisa são referentes ao partido, envolvendo 783 réus e mais de 1.279 pessoas indiciadas apenas na etapa policial.

Tiro de fuzil

Carlos Schirmer (30/3/1896 - 1/5/1964)

O processo referente a Carlos Schirmer foi apreciado pela Comissão Especial em sua antepenúltima reunião, a 24ª, em 9 de fevereiro de 1998. Durante cerca de dois anos o relator do caso, Nilmário Miranda, empreendeu esforços para tentar descobrir as reais circunstâncias de sua morte, dada como suicídio pela versão oficial. Por 5 x 2 o caso não foi acolhido, sendo votos vencidos o do relator e o de Suzana Keniger Lisbôa.
Carlos Schirmer tinha 68 anos quando morreu, no dia 1º de maio de 1964. Filho de pai austríaco e mãe brasileira, morou no Rio de Janeiro e mudou-se para Divinópolis, Minas Gerais, em 1921, época em que já militava no PCB. Como técnico eletricista participou da construção e montagem de várias usinas (Carmo do Cajuru, Itapecerica, Teófilo Otoni). Do primeiro casamento teve um filho, Luiz Carlos, em homenagem a Prestes. Com a morte da esposa, casou-se pela segunda vez, e teve uma filha, Sílvia.
No dia 1º de maio de 1964 o coronel Melquíades Horta, encarregado da repressão à esquerda em Divinópolis, mandou o investigador Carlos Expedito de Freitas — segundo o Relatório Policial juntado ao processo — buscar Carlos Schirmer para ser interrogado:

O investigador Carlos Expedito de Freitas voltou com a informação de que o sr. Schirmer o recebera ameaçadoramente, armado de uma enxada. Mandei dois soldados acompanharem o investigador, com ordem de pegarem o recalcitrante à força. Ao experimentar a porta fechada do pequeno barracão, o investigador Expedito foi atingido por um projétil de arma de fogo e caiu ao solo (...) e de lá Schirmer continuou a fazer disparos. Os militares recuaram e mandaram informar-me sobre o ocorrido. Mandei então cercar a casa e o barracão, levando bombas de gás lacrimogêneo, e pedi ao tenente Freitas que levasse uma metralhadora portátil. O sr. Schirmer mudara de posição, entrincheirando-se no sótão da casa principal de onde continuou a atirar em todos os que se aproximavam, tendo ferido outro policial, o sargento José Batista de Souza, quando este arremessara uma bomba de gás lacrimogêneo no covil da fera. Sentindo os efeitos do gás, o sr. Schirmer desceu do sótão e com a mesma arma que resistia, uma carabina de repetição, marca Remington, calibre 22, desferiu um tiro debaixo do próprio queixo, ficando seriamente ferido.
A carabina acima referida foi entregue ao delegado de Polícia de Divinópolis.

Esta é a versão oficial, da qual não consta o laudo de perícia local.
Segundo testemunhas, Sílvia Schirmer, sua filha, e as vizinhas Luzia Santos e Zulmira Mendes da Silva, o disparo que provocou a morte do militante ocorreu às 15h. Contudo, Carlos Schirmer somente veio a falecer seis horas de-

pois, por asfixia, no Hospital Felício Rocho, em Belo Horizonte. O laudo de necropsia informa que o exame foi feito no dia 2 de maio, às 8h40.

Perito criminal

O relator Nilmário Miranda requereu que o processo fosse examinado pelo perito criminal Celso Nenevê.
Celso Nenevê, em sua análise, relata que o laudo de necropsia descreve duas lesões: uma lesão de entrada de projétil de arma de fogo, na porção média da região mentoniana, que é descrita como ferida pérfuro-contusa circular, ou seja, corresponde a disparo efetuado a curta distância ou a alguma distância e não com a arma encostada. Não há, portanto, descrição de fenômenos como zona de tatuagem, zona de chama ou zona de esfumaçamento que permitam comprovar a versão oficial de disparo com arma encostada ou a curtíssima distância.
Não seria possível a Carlos Schirmer disparar uma carabina 22 contra o próprio queixo, sem que a arma estivesse enconstada no queixo ou à curtíssima distância, pela razão óbvia de que o seu braço não alcançaria o gatilho.
A segunda lesão, de saída da bala, descrita no laudo do perito, provocou "intensa ferida pérfuro-contusa, medindo 5cm, com bordas irregulares e laceradas, unindo a região mentoniana com a região labial inferior. Diz ainda que o projétil penetrou na região mentoniana, descrevendo um trajeto de baixo para cima, transfixando os planos musculares, maxilar inferior, cavidade bucal, saindo pela região labial inferior e ocasionando a morte por hematoma retrolingual e asfixia".
Examinando a trajetória do projétil, o perito conclui que, quando recebeu o disparo, a cabeça da vítima estava inclinada para trás, senão a bala iria para dentro e não para fora da mesma.
Celso Nenevê não encontrou provas materiais que comprovem o suicídio de Carlos Schirmer. O disparo pode ter sido feito por um policial contra o forro. A trajetória do projétil foi tangencial ao corpo, já que não atravessou o queixo, indo se alojar na cabeça: o ferimento resultante do disparo provocou lesões no queixo e no lábio inferior. Por isso Carlos Schirmer morreu por asfixia, provocada pelo hematoma retrolingual.
O laudo não descreveu nenhuma intervenção cirúrgica ou medicamentosa. Qualquer estagiário de medicina faria uma traqueostomia para que o paciente não morresse asfixiado.
O Atestado de Óbito, firmado por Celso Tafuri, registra que Carlos Schirmer faleceu às 21h.
A testemunha Zulmira Mendes da Silva disse:

... até que, por volta das 15h, vi o sr. Carlos sair ferido, levado pelos policiais, e ser jogado dentro da carroceria da camionete, como se fosse uma animal.

Magda Maria da Silva, outra testemunha, declarou:

(...) a polícia fez o que quis, arrebentaram as gavetas, pegaram objetos de valor, encheram a casa de gás; eu não podia sair..." de repente, ouvimos mais tiros e gritos; ouvi um policial gritar "ele está no forro"; desceram com ele cheio de sangue com um tiro no pescoço; eu não estava acreditando no que via; jogaram o meu amigo na camionete aberta atrás como se fosse um animal; ele estava branco e chorando...

Luzia Santos da Silva, outra vizinha, informou:

No dia 1º de maio de 1964, policiais invadiram a casa do sr. Carlos Schirmer e por volta das 15h vi quando o jogaram na carroceria de uma camionete, como se estivesse lidando com um porco...

Uma única testemunha, Milton Pena, declarou que Carlos Schirmer "tentara o suicídio", mas disse que não presenciara o fato, embora tenha tentado evitar que os policiais o transportassem como a um porco.
De acordo com Mariana, viúva de Carlos Schirmer, ele chegou a ser levado ao Hospital Nossa Senhora Aparecida, em Divinópolis, onde foi atendido inicialmente, "guardado por policiais". Em seguida, foi levado para Belo Horizonte.

Conclusões do relator

Carlos Schirmer recusou-se a atender à "intimação" verbal transmitida pelo investigador Carlos Expedito de Freitas, cumprindo ordens do inquisidor coronel Melquíades Horta na manhã do dia 1º de maio de 1964.
O detetive voltou com reforço policial e, ao tentar prendê-lo em um pequeno barracão no quintal, foi baleado na orelha. O detetive Expedito foi medicado e voltou ao local, participando dos eventos, certamente enfurecido.
Os policiais voltaram à casa de Carlos Schirmer pela terceira vez, em maior número e com mais armas, inclusive uma metralhadora e bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Ele escondeu-se no forro. O coronel Melquíades relata que "o soldado José Batista teve dois dedos atingidos por outro disparo, quando Carlos Schirmer escondia-se no forro da casa".
De acordo com os depoimentos dos policiais e o relatório do coronel Melquíades, "Schirmer se tornara duplamente criminoso", uma "verdadeira fera".
Cinco testemunhas garantiram que às 15h daquele dia Carlos Schirmer desceu do forro ferido, trazido pelos policiais, que o atiraram com violência na carroceria da camionete. Fica claro o estado de espírito dos policiais.
Schirmer foi atendido inicialmente em um hospital de Divinópolis, cercado de policiais irados com a sua resistência à prisão. Apesar de trazer um hematoma retrolingual, não lhe foi feita uma traqueostomia. Em vez disso, foi levado a Belo Horizonte, viajando 112km em uma viatura, o que na época levava cerca de duas horas. Antes de ser operado, morreu no hospital às 21h.

O perito criminal Celso Nenevê não pôde reconstituir a dinâmica do evento pela ausência de procedimentos adequados, como a perícia de local e um laudo de necropsia rigoroso e científico. Não há provas no laudo de que Carlos Schirmer tenha atirado contra si mesmo nem de que um policial tenha atirado contra o forro, atingindo-o. No entanto, as conclusões do perito afastam a possibilidade de o tiro ter sido disparado com o cano da arma encostado no queixo, ou a curtíssima distância, condição necessária para a hipótese de suicídio.
Conspira contra a versão oficial o fato de a carabina Remington, de repetição, não aparecer entre as armas apreendidas. Aparece, sim, um cartucho deflagrado de espingarda calibre 28. Sílvia Schirmer afirma que seu pai possuía uma de marca Flaubert.
Além disso, de acordo com o Laudo de Necropsia, o ferimento, por si só, não provocaria sua morte, que se deu por asfixia, sufocamento, em decorrência do hematoma retrolingual.
Conclusão: Carlos Schirmer encontrava-se sob a custódia de agentes policiais, ferido, com um hematoma retrolingual que impunha atendimento de urgência (traqueostomia, por exemplo), tendo sido tratado com violência e desmazelo pelos seus captores, vindo a falecer. Houve omissão de socorro, ou socorro intencionalmente inadequado, por parte dos agentes do Estado que o mantinham sob guarda.
Isso posto, voto pelo acolhimento do requerimento e pelo reconhecimento de que a morte de Carlos Schirmer preenche os requisitos da Lei 9.140/95.

Solto para morrer

Pedro Domiense de Oliveira (? - 7/5/1964)

O relator do caso na Comissão Especial foi o general Oswaldo Gomes, que propôs o indeferimento, argumentando ausência de provas referentes à militância política. Suzana Keniger Lisbôa pediu vistas ao processo, buscou novas informações, juntou provas aos autos e apresentou parecer favorável ao reconhecimento. Por 6 x 1, sendo voto vencido o do relator, o caso foi aprovado.
Pedro Domiense de Oliveira foi militante do Partido Comunista, presidente da Associação dos Posseiros do Nordeste de Amaralina, presidente da Sede Beneficente dos Moradores de Ubaranas e presidente das Classes Fardadas do Departamento de Correios e Telégrafos de Salvador.
Começou sua militância política ainda quando estudante do Colégio Central da Bahia. Concluiu o curso de bacharel em Ciências e Letras, interrompendo seus estudos devido a perseguições de caráter político. Foi trabalhar no jornal *O Momento*, cuja sede foi invadida pelo Exército, ocasião em que vários dos seus integrantes, inclusive Pedro, foram espancados. Devido aos danos físicos sofridos, ficou muito enfraquecido e contraiu tuberculose. Prestou concurso para os Correios e Telégrafos em 1950, sendo nomeado no mesmo ano.

Em 24 de março de 1964, viajou para Brasília para fazer reivindicações da classe ao presidente João Goulart. No dia 1º de abril, Pedro saiu de férias, retornando ao trabalho no dia 2 de maio, tendo sido preso no dia 4.
O nome de Pedro Domiense de Oliveira não consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, apesar de fazer parte de outras listas de assassinados pela ditadura militar, elaboradas anteriormente.
Há no processo cópia da capa de um dos dois volumes dos anais da Comissão Mista sobre Anistia do Congresso Nacional, editado em 1982 pelo próprio Congresso e organizado pelo presidente da Comissão Mista, senador Teotônio Vilela.
Na lista dos assassinados pelo regime militar, que consta do volume II, encontra-se o nome de Pedro Domiense e a informação:
Funcionário do DCT na Bahia.
Versão oficial: suicidou-se no Quartel da 6ª Região Militar, em 9 de maio de 1964, ingerindo tóxico.
Fonte: Torturas e Torturados - *Márcio Moreira Alves, p. 32, Idade Nova edit., Rio -1966.*
No livro *Onde Estão? Desaparecidos Políticos Brasileiros,* organizado por ex-militantes da Ação Popular e impresso pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, em data imprecisa, encontra-se também o nome de Pedro Domiense incluído na relação de presos políticos assassinados durante o ano de 1964.
No dossiê intitulado *Os presos. Os Mortos. Os Desaparecidos,* elaborado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia do Rio de Janeiro, em junho de 1979, e distribuído no Encontro Nacional das Entidades de Anistia, está incluído o nome de Pedro Domiense, com a mesma informação que constou dos anais da Comissão Mista de Anistia.
Não restam dúvidas, portanto, da militância política contrária ao regime militar de Pedro Domiense de Oliveira, e de sua prisão e morte em razão da mesma.

Fatos

Na edição de 5 de maio de 1964 do jornal *A Tarde*, da Bahia, sob o título "O inquérito sobre as atividades subversivas", lê-se:
Foi instaurado, ontem, o inquérito para apurar as atividades subversivas do ex-deputado Aristeu Nogueira, com o exame da documentação apreendida em sua residência (...). Na mesma documentação, foram encontrados diversos nomes de pessoas que, provavelmente, exerciam atividades contra o regime, dentro do esquema traçado pelo PCB. Todas essas pessoas serão chamadas para prestar esclarecimentos.
Entre outros fatos, sob o título "Expurgo no DCT", a mesma notícia informa:
Determinada, ontem, a prisão de Pedro Domiense de Oliveira, ex-presidente das Classes Fardadas, que foi encaminhado à 6ª Região Militar para o devido interrogatório, dentro do plano de expurgo iniciado dias atrás pelo atual diretor regional dos Correios (...)

Consta ainda o depoimento de Mana Helena dos Santos, que declara:
Declaro para todos os fins que presenciei no dia 4 de maio de 1964, às 16h, na sede do DCT - Departamento de Correios e Telégrafos, localizado na Avenida Estados Unidos, Comércio, Salvador, BA, a prisão do sr. Pedro Domiense de Oliveira, quando, no exercício de suas funções, foi chamado para prestar devidos esclarecimentos ao diretor daquele departamento, dr. João Maximiano dos Santos, saindo de lá para a prisão. Sendo conduzido por dois soldados do Exército que informaram estar se dirigindo com o referido senhor ao Quartel General da 6ª Região Militar, na Mouraria, para ser interrogado.
No mesmo dia 4 de maio de 1964, me dirigi à 6ª Região Militar para saber o paradeiro do sr. Pedro Domiense e o coronel Maurino informou-me que ele estava preso e incomunicável. Retornei à casa dos seus familiares, que estava tomada por soldados do Exército, e informei à sua esposa o que me foi dito pelo coronel Maurino.
No dia 6/5/64 a sra. Maria de Lurdes Santana Domiense de Oliveira ficou sabendo por um vendedor ambulante que, ao passar nas imediações da base aérea, em um local conhecido como Santo Amaro, havia visto o sr. Pedro Domiense quase morto, daí, Maria se dirigiu ao local e o levou à base aérea que imediatamente o levou à 6ª Região Militar. Chegando lá, o mesmo coronel Maurino mandou levá-lo em um carro, acompanhado por soldados, até o Pronto-Socorro Getúlio Vargas. No dia 7 de maio de 1964, o sr. Pedro Domiense de Oliveira faleceu às 15h10.
A guarnição militar só se retirou após sua morte.
Há ainda os depoimentos de Maria e do seu filho à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa da Bahia, sob a presidência do deputado Nelson Pelegrino, em 4 de outubro de 1995.
A prisão de Pedro foi testemunhada por sua esposa, que chegou a acompanhá-lo em parte do trajeto. Um dos policiais que o escoltavam abriu uma carta, que dizia: *"Segue o ex-presidente das Classes Fardadas do DCT, o senhor Pedro Domiense de Oliveira, integrante do Partido Comunista"*. Ao vê-la, Pedro disse à esposa que fosse para casa tomar conta dos filhos, *"pois eu não volto mais"*.

Intoxicação

O Atestado de Óbito, assinado pelo dr. Edgard dos Passos Marques, indicou "intoxicação aguda exógena".
A versão oficial foi de suicídio.
Maria passou ainda um ano sendo vigiada pelo Exército.
Mauro de Oliveira, irmão de Pedro, afirma que ele, Pedro, foi o primeiro, dentre os familiares, a entrar no Partido Comunista, tendo depois ingressado o cunhado e, por último, ele próprio. Declara ainda ter estado com Pedro no pronto-socorro, momentos antes do seu falecimento.

Edição do jornal *A Tarde* de 19/8/95, informa:

A morte de Pedro Domiense não constava dos registros oficiais dos movimentos de anistia ou da comissão de desaparecidos porque Maria nunca os procurou, somente o fazendo agora, por interferência do filho Valdemberg, que tomou conhecimento da existência da Comissão.

Suzana Keniger Lisbôa conclui o seu parecer:

> As circunstâncias da morte de Pedro Domiense não poderão, agora, ser restabelecidas. Impossível que tenha tido acesso a algum veneno durante a prisão. A versão de suicídio é descabida, tendo sido utilizada para a quase totalidade das mortes de presos políticos ocorridas em 1964. Certo é que estava preso e foi largado em um terreno distante, já agonizante.

Cabras marcados

João Alfredo Dias (? - 8/5/1964)
Pedro Inácio de Araújo (23/6/1932 - 8/5/1964)

João Alfredo nasceu em Sapé, Paraíba, filho de Alfredo Ulisses Gonçalo e Amélia Gonçalo Dias.
Sapateiro e camponês, organizador das Ligas Camponesas de Sapé, foi morto após o Golpe Militar de 1964. Várias vezes esteve preso, antes de 1964, por seu trabalho de organização dos camponeses.
A história de João Alfredo, Elizabeth Teixeira, Pedro Inácio Araújo e outros camponeses é contada no filme *Cabra Marcado para Morrer*, dirigido por Eduardo Coutinho.
Logo após o Golpe, João Alfredo foi preso no 15ª Regimento de Infantaria do Exército, em João Pessoa. Foi torturado e ficou detido até setembro de 1964. Foi liberado e preso novamente pelo Exército.

Pedro Inácio

Pedro Inácio foi vice-presidente da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba e membro da Federação das Ligas Camponesas. Também conhecido como *Pedro Fazendeiro*. Morava em Miriri.
Era trabalhador rural e militou com João Pedro Teixeira, líder camponês assassinado em 1962. Antes de 1964, sofreu ameaças de morte por parte dos latifundiários da região, tendo, em 1962, levado um tiro na perna, em uma tocaia.
No dia 8 de maio de 1964 foi preso pelos órgãos de repressão e levado para o 15º Regimento de Infantaria, do Exército, em João Pessoa, onde foi torturado, juntamente com João Alfredo. Desde setembro do mesmo ano estão desaparecidos, conforme denúncia de Márcio Moreira Alves em seu livro *Torturas e Torturados*.

Respondia a inquérito sob a responsabilidade do general Ibiapina Lima.
Tempos depois, dois corpos carbonizados apareceram na estrada que vai para Caruaru, e muitos afirmam tratar-se de Pedro Inácio e João Alfredo Dias.
A responsabilidade do Estado pelas suas mortes foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.

Terror em Conquista

Péricles Gusmão Régis (? - 12/5/1964)

Péricles foi interrogado pelo chefe do IPM, capitão Antonio Bandoqui, e outros, das 7h do dia 11 de maio de 1964 até às 2h do dia 12. Nesta hora foi levado à cela onde estavam outros presos políticos, no quartel da PM de Vitória da Conquista, Bahia, para recolher suas coisas, escoltado por quatro ou cinco militares que o apressavam. Ficou em uma cela solitária. Às 15h teria sido encontrado morto, com os pulsos cortados. Para atestar o óbito, os militares foram buscar o dr. Hugo Castro Lima, médico oftalmologista que fora preso juntamente com Péricles e dezenas de outros cidadãos no dia 6 de maio, e que já estava solto.
Local da morte: "prisão – Quartel da PM" — horário e data: "15h do dia 12 de maio de 1964". Causa da morte: "anemia aguda – hemorragia externa devido à secção dos vasos sanguíneos (suicídio)".
Declarante: Hermann Gusmão Prates.
Péricles tinha 38 anos. Era casado com Maria Portela. Deixou quatro filhos, o mais velho com 9 anos e o quinto já estava com 7 meses no ventre de Maria. Era vereador pelo Movimento Trabalhista e líder na Câmara do prefeito Pedral Sampaio.

Ônibus na praça

Os militares chegaram a Vitória da Conquista no dia 6 de maio e estacionaram o ônibus na praça Rio Branco, a principal da cidade.
Diversos cidadãos foram presos, entre eles o prefeito Pedral Sampaio, os vereadores Péricles Gusmão Régis e Anfilófio Pedral Sampaio, o médico Hugo de Castro Lima, os radialistas Gilson Moura e João Idelfonso, o vereador Raul Ferraz — mais tarde, prefeito e deputado federal —, os jornalistas Reginaldo Carvalho e Aníbal Viana, o poeta Camilo de Jesus Lima, os sindicalistas Alender Santos, Flávio Viana de Jesus, os estudantes Luiz e Paulo Demócrito, comerciantes, políticos, advogados, professores.
A presença de militares armados, de várias viaturas, dos inquisidores encabeçados pelo chefe do IPM, além da transferência dos presos para Salvador, tudo isso criou um clima de terror em Vitória da Conquista, inclusive por causa da prisão do prefeito e do seu grupo político.

A família de Péricles e vários dos seus companheiros não acreditam na versão do suicídio. Mas não surgiram indícios contrários a essa versão. De fato, o dr. Hugo Castro Lima constatou que o preso tinha os pulsos cortados e não há informações de que ele tenha sido retirado da cela solitária, onde ficara a partir das 2h, e de onde fora transferido Gilson Moura. Tanto Gilson como outros presos descrevem o momento em que Péricles foi encontrado e a correria que se estabeleceu no quartel-prisão. Gilson Moura recorda-se que Péricles estava deprimido quando foi para a cela, onde seria encontrado morto. Raul Ferraz descreve o seu estado de espírito como transtornado ao chegar do longo interrogatório.
Ele veio escoltado por militares para recolher suas coisas, pressionado o tempo todo. Raul Ferraz disse que se não fosse o médico Hugo Castro Lima a atestar a causa da morte, não aceitaria a versão do suicídio. Hermann Gusmão, seu primo e declarante do óbito, informou que seu corpo apresentava hematomas e sinais de sevícias.
O relator João Grandino Rodas, cujo parecer foi acolhido por unanimidade (morte de causa não-natural em dependência, policial ou assemelhada), não viu indícios suficientes para duvidar da versão de suicídio. Susana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda deixaram consignadas as suas dúvidas na reunião de 30 de janeiro de 1997.

Herói da FEB

Dilermano Melo do Nascimento (9/2/1920 - 15/8/1964)

Após o Golpe Militar de 1964, a repressão política não poupava nenhum suspeito de "subversão", mesmo que se tratasse de um herói da Força Expedicionária Brasileira, que lutara na batalha de Monte Castelo, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Foi o caso do 1º tenente da Reserva do Exército Brasileiro Dilermano Melo do Nascimento, economista, chefe de Divisão do Departamento de Administração do Ministério da Justiça, morto aos 44 anos, no dia 15 de agosto de 1964. Era casado com Natália de Oliveira Nascimento e deixou dois filhos.
A versão oficial, registrada na Ocorrência de nº 2.046, diz o seguinte: "... houve comunicação que às 9h20 um homem havia se atirado pela janela do 4º andar do Ministério da Justiça, caindo no pátio interno, morrendo instantaneamente. Tratava-se de Dilermano Melo do Nascimento que, desde o dia 12 último, vinha, na sala nº 5 do Serviço de Administração do dito Ministério, prestando declarações em inquéritos administrativo-policiais, presididos pelo comandante da Marinha de Guerra, José de Macedo Corrêa Pinto, e pelo coronel do Exército, Waldemar Raul Turola. Hoje, quando aguardava prosseguimento do inquérito, Dilermano trancou-se na dita sala, cuja maçaneta apre-

sentava defeito, e, em seguida, projetou-se por uma janela. Com o morto, dentre outros pertences, havia um bilhete em que se lê: '15/8/64. Basta de tortura mental e desmoralização', com assinatura ilegível".
O *Dossiê* informa que o exame necroscópico foi feito no IML do Rio de Janeiro, assinado pelos drs. Cyríaco Bernardino Pereira de Almeida Brandão e Mário Martins Rodrigues, e confirma que houve suicídio, dando como *causa mortis* o esmagamento do crânio. O corpo foi retirado do IML pelo irmão da vítima, Paulo Melo do Nascimento, sendo sepultado pela família no Cemitério São João Batista.
A mulher de Dilermano não acreditou na versão oficial e declarou à imprensa que até o bilhete era falsificado. O laudo pericial concluiu, por exclusão de provas, que ele foi induzido a saltar da janela do 4º andar, após longo interrogatório, dirigido pelo capitão de Mar e Guerra Corrêa Pinto. O laudo, elaborado pelo perito Cosme Sá Antunes, revelou que não houve nenhum elemento que pudesse fundamentar o suicídio. Nem mesmo foram encontradas as marcas no parapeito da janela, de onde saltou a vítima, o que não ocorre em casos de suicídio puro e simples.
O *Dossiê* dá conta ainda de que Jorge Thadeu Mello do Nascimento, filho de Dilermano, prestou depoimento ao Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1995, declarando que, na véspera da morte do pai, quando tinha apenas 15 anos, foi conduzido por dois militares até o local onde seu pai estava preso. Lá, o capitão de Mar e Guerra Corrêa Pinto não deixou que ele visse o pai e fez a seguinte ameaça: "Se seu pai não confessar, não sairá vivo daqui. Se ele não confessar, quem vai pagar por tudo é a família". Jorge Thadeu acredita que isso foi dito em condições de ser ouvido pelo seu pai, para pressioná-lo. No dia seguinte, ele recebeu a notícia da morte do pai.
A imprensa, na época, também não engoliu a versão de suicídio: "Perícia: Expracinha foi induzido a suicidar-se" e "Forçada a morte do herói da FEB" (*Última Hora,* 19/8/1964.)

O relator do caso na Comissão Especial, general Oswaldo Gomes, afirma em seu parecer:

> Não encontramos no processo nenhuma indicação objetiva de que exercesse atividades políticas; entretanto, no seu currículo (...) vamos encontrar participação em curso da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), componente da equipe de economistas da Sudene (...e que) iria receber um adiantamento de importância considerável (...) que certamente imaginava-se que tais recursos poderiam de alguma forma ajudar a subversão que se instalara no governo deposto. Julgo, pois, que a Comissão considere que a vítima era acusado de exercer atividades políticas.

E mais adiante:

> A humilhação da prisão, ao que tudo indica injusta, e o interrogatório por um militar, foi o que deve tê-lo levado ao gesto extremo.
> Embora no documento citado, o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, haja afirmação de que fora jogado pela janela, isso é absurdo, no local, nas circunstâncias e tratando-se de uma pessoa forte e experiente em combate.
> Cabe, entretanto, responsabilizar o Estado nos termos da Lei 9.140/95, de 4 de dezembro de 1995, pela sua morte por causa não-natural em dependência policial ou afim.

O parecer foi aprovado por unanimidade (7 x 0).

Sem informação

Newton Eduardo de Oliveira (? - 1/9/1964)

A família de Newton Eduardo de Oliveira não entrou com processo junto da Comissão Especial. O seu caso consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, com informações sucintas, indicando-o como militante do PCB.
Ele era gráfico e morreu em 1º de setembro de 1964. Seu corpo deu entrada no IML/RJ com a Guia nº 100 do Hospital Miguel Couto, que declara sua morte como suicídio.
No arquivo do Dops/RJ consta que foi, em 1963, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, fazendo parte do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Sumiu no presídio

Divo Fernandes D'Oliveira (? - 1964/1965)

Divo Fernandes D'Oliveira, nascido em Tubarão, Santa Catarina, era taifeiro da Marinha e antigo militante do PCB quando desapareceu do presídio Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, entre 1964 e 1965, aos 70 anos. Sua mulher, a professora Nayde Medeiros, de Criciúma, com quem casara dois anos antes e tivera uma filha, chegou a visitá-lo no presídio durante o ano de 1964. Meses depois, após juntar o dinheiro necessário, Nayde voltou ao Rio para realizar nova visita. Foi informada que ele desaparecera — ou fugira ou fora transferido para outro presídio, o Bangu I. Desde então, nenhuma notícia. Nayde faleceu sem nada saber sobre o paradeiro do marido.
A filha, Alba Valéria, cresceu e começou a procurar pelo pai. Em 1989, em uma das buscas no Rio de Janeiro, contou com o apoio de uma funcionária do Desip, Nadir, e descobriu uma pasta com o nome de Divo sob nº 21.426, na

qual se encontravam documentos pessoais e uma folha de papel com a palavra "Prioridade" escrita à mão.
Divo era um militante de perfil próprio dentro do PCB. Sua condição de taifeiro fazia com que tivesse uma vida partidária irregular. Uma das suas tarefas era a de distribuir correspondência do partido nos portos em que o seu navio ancorava. Era irreverente e indisciplinado, segundo depoimentos de companheiros que militaram com ele. O partido chegou a "arranjar" o casamento com a professora quando ele já tinha 68 anos, para levá-lo a fixar raízes. Não adiantou. Em 1963, lá estava ele no Rio de Janeiro, participando do comício do presidente João Goulart no dia 13 de março. Divo também defendia posições que conflitavam com a linha do PCB, inclusive a luta armada, o que permaneceu defendendo depois do Golpe Militar de 1964 e da sua prisão.
O relator do caso na Comissão Especial, Nilmário Miranda, cita depoimento de Jorge Feliciano, militante histórico do PCB e dirigente sindical dos mineiros de carvão em Criciúma, confirmando a militância de Divo e relatando o encontro que tiveram durante o comício de 13 de março no Rio de Janeiro.
Argumenta também que "o Estado, responsável pela guarda do cidadão, não explica como alguém desaparece dentro do presídio, sendo inequívoca a sua responsabilidade no caso. Ou seja, não há no Desip inquérito, sindicância, nada sobre a suposta fuga, nem alvará de soltura de Divo Fernandes D'Oliveira, nem qualquer documento atestando sua morte". E dá o voto: "Preenchidos todos os requisitos legais, opino pelo deferimento do pedido".
O caso foi aprovado por unanimidade (7 x 0) e é um dos seis "desaparecidos políticos" não incluídos no Anexo da Lei 9.140/95 que a Comissão Especial veio a reconhecer.

Na Central do Brasil

Israel Tavares Roque (? - 1967)

Foi preso pela primeira vez em 31 de julho de 1953, quando trabalhava no jornal do PCB na Bahia, *O Momento*, invadido pelo Dops. A despeito dessa prisão, Israel continuou trabalhando no mesmo jornal até 1957.
No arquivo do Dops/RJ foram encontrados quatro documentos que comprovam que ele era vigiado pela polícia política, datados de 1953, 1955, 1957 e 1958. Seu único irmão, Peres Dannunzio Roque, apresentou requerimento à Comissão Especial para reconhecer Israel Tavares Roque como desaparecido político desde 1964. Peres vivia há oito anos no Instituto Miguel Pedro, acometido do mal de Parkinson.
Por intermédio da amiga e protetora Alba Regina Ignácio, informou que acolheu seu irmão Israel, que vinha foragido da Bahia.
Israel não falava sobre suas atividades, saía muito, viajava freqüentemente a São Paulo. Segundo Peres, em novembro de 1964, Israel foi reconhecido e

preso por um policial da Bahia em frente à Central do Brasil e conduzido a uma delegacia que funcionava na própria estação. Na delegacia, negaram-lhe que Israel ali estivesse. Daí por diante, Israel Tavares Roque desapareceu.
Designado relator, o general Oswaldo Gomes propôs o indeferimento por não haver comprovação de militância de Israel após 1957.
Nilmário Miranda pediu vistas ao processo, foi ao Rio visitar Peres Dannunzio Roque, tentou novas informações na Bahia e no Rio. Nada encontrou. Infelizmente, Lygia, a mãe, e Denise, a irmã de Israel, já tinham falecido. Sônia Sena, socióloga baiana que pesquisou o jornal *O Momento* em trabalho acadêmico, e o professor da Escola Técnica da Bahia, Wilson Fernandes, também não acrescentaram outras informações.
Finalmente, a persistência de Alba Regina foi recompensada. Peres Dannunzio lembrou-se de que Sebastião Viana, colega de trabalho no Conselho Federal de Educação, apresentou-lhe um militar ligado à repressão para obter informações sobre Israel. Alba conseguiu encontrar esse militar, o sargento reformado da Marinha Clóvis Rocha Mendes, residente em Magé, que concordou em falar com Nilmário Miranda por telefone. Ele manifestou sua oposição indignada às indenizações dadas às famílias dos "subversivos". Mas confirmou ter se encontrado com Peres Dannunzio Roque a pedido de Sebastião Viana, compadre de sua mãe, em um restaurante perto das barcas. Anotou o nome de Israel Tavares Roque e procurou seu amigo de Marinha, comandante Clemente Monteiro Filho.
Este informou, após alguns dias, que o nome de Israel Tavares Roque não constava da lista de presos em poder da Marinha, Exército, Aeronáutica, nem do Dops/RJ.
"Que, no entanto, a polícia política da Bahia comunicou aos órgãos de segurança cariocas que iria fazer uma operação no Rio para prender Israel Tavares Roque". O então capitão-de-fragata Clemente José Monteiro Filho disse ainda ao sargento Clóvis que Israel foi preso na Central do Brasil no segundo semestre de 1967, e não em 1964.
Como a Secretaria de Segurança Pública da Bahia não respondeu aos ofícios da Comissão Especial, nem houve nenhuma divulgação sobre a prisão de Israel Tavares Roque, Nilmário Miranda propôs que fosse reconhecido como desaparecido político. Em 15 de maio de 1997, a Comissão Especial, por unanimidade, acolheu o requerimento.

Socorro negado

Luiz Gonzaga dos Santos (18/6/1919 - 13/9/1967)

Luiz Gonzaga era vice-prefeito de Natal quando ocorreu o Golpe Militar de 1964, ocasião em que era prefeito Luiz Inácio Maranhão Filho (dirigente do PCB desaparecido em 1974 e incluído no Anexo da Lei 9.140/95).

Luiz Gonzaga nasceu em Natal e era filho de Napoleão Clementino dos Santos e Maria Domingos dos Santos. Casou-se com Maria de Lourdes em 1947. Foi preso no dia 2 de abril em seu gabinete de trabalho. No mesmo dia, sua casa foi revistada. Maria de Lourdes e seus filhos, Maria Jurema e Eduardo Silvino, passaram a conviver com prisões, perseguição, tensão, angústia, tristeza, insônia e falta de dinheiro. Além de cassado por Ato Institucional, o pagamento dos seus vencimentos no IAPAS foi suspenso. Ficou preso por sete meses em quartel. Visitas só uma vez por semana. Quando voltou, sua casa estava alugada e era a única renda da família.
Mudou-se com a família para Niterói, onde passou a viver como comerciante. Em 16 de junho de 1967 foi condenado à revelia pela auditoria da 7ª Região Militar no Recife a 15 anos de prisão.
No dia 1º de agosto de 1967 foi preso em Niterói e conduzido ao quartel do Exército no bairro de Neves. Certo dia, Maria de Lourdes foi visitá-lo e recebeu a informação de que o marido fora conduzido ao Recife,"para ser indultado". Dois dias depois foi informada de que ele estava morto e já fora enterrado, no Cemitério de Santo Amaro, no Recife.
Ele tinha 48 anos. O Atestado de Óbito, assinado por Elói Faria Telles, dá como causa da morte "edemia aguda do pulmão e insuficiência cardíaca" e, como local do óbito o Hospital Geral do Exército, na capital de Pernambuco. Data da morte: 13 de setembro de 1967.
O relator Paulo Gonet Branco, apoiando-se em documentos, registra que Luiz Gonzaga dos Santos tinha histórico de cardíaco e que um boletim do Hospital Geral do Exército deixa claro que, quando foi internado, tinha apresentado há três dias vômitos e falta de ar. Houve, portanto, retardo na prestação de auxílio ao preso, o que "atrai a responsabilidade civil do Estado". Seu voto pelo deferimento foi acompanhado por todos os integrantes da Comissão Especial (7 x 0) em 10 de abril de 1997.

Garimpo no Pará

Epaminondas Gomes de Oliveira (? - 20/8/1971)

Epaminondas foi preso por agentes da Polícia Federal e do ex-SNI (Serviço Nacional de Informações) no dia 9 de agosto de 1971 no garimpo de Ipixuna, no Estado do Pará, acusado de integrar o PCB e realizar atividades subversivas na região. Do garimpo, foi levado para a cidade de Jacundá, no mesmo Estado, sendo conduzido depois para Imperatriz, no Maranhão e, posteriormente, para Brasília, onde morreu aos 68 anos no dia 20 de agosto, no Hospital de Guarnição do Exército, em decorrência das torturas sofridas durante os interrogatórios. Epaminondas era sapateiro de profissão, nascido no município de Pastos Bons, no Maranhão.
No processo encaminhado pela viúva, Avelina Cunha da Rocha, constam depoimentos de testemunhas que estiveram com Epaminondas no dia de sua prisão. Geraldo Virgínio Ribeiro, que foi obrigado, sob tortura, a indicar a localização do companheiro; e José Pereira da Silva e Abelardo Barbosa de Oliveira, que foram presos juntamente com ele.
No parecer sobre o caso, o relator, general Oswaldo Gomes, vota pelo deferimento, considerando que "Epaminondas Gomes de Oliveira estava preso, sob a responsabilidade do Exército, desde 19 de agosto e faleceu às 20h30 do dia 20 de agosto de 1971, ao dar entrada no 1º HDB, e faleceu pelas seguintes causas: 'coma anêmico, choque, desnutrição e anemia'".

Sem provas nem indícios

Hasenclever de Souza (? - 12/2/1972)

Telefônico da CTB/RJ, onde trabalhou de 1946 a 12 de fevereiro de 1972, quando desapareceu aos 44 anos. Casado com Helcedes Lamar de Souza, com quem teve três filhos. Ela obteve declaração judicial de morte presumida em 1974.
A CTB, por intermédio do chefe de segurança, efetuou pesquisas em delegacias, órgãos de segurança, hospitais, casas de saúde, IML e recorreu ao rádio e jornais, sem resultado.
Seu nome não consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. A Comissão Especial e a família requereram informações sobre ele no arquivo do Dops/RJ, onde nada foi encontrado.
Teve militância sindical discreta. Miguel Rattes, veterano militante do PCB, foi cunhado de Helcedes e testemunhou a participação de Hasenclever na década de 50 em reuniões do PCB. Entre 1964 e 1972, ano do seu desaparecimento, não foi localizada nenhuma testemunha ou documento que comprovasse militância política ou ligação com organizações de esquerda.
O relator do caso foi o general Oswaldo Gomes.
Nilmário Miranda foi ao Rio de Janeiro e pesquisou no arquivo do Dops, conversou longamente com Miguel Rattes, orientou a família sobre como buscar informações — nada foi encontrado.
Ante a inexistência de provas e indícios, por meio de documentos ou testemunhas que comprovassem a militancia política e o vínculo entre o desaparecimento e a militância, a Comissão Especial votou pelo indeferimento do reconhecimento como desaparecido político (7 x 0), orientando a família para recorrer caso obtenha dados novos.

Farsa grotesca

Lourenço Camelo de Mesquita (? - 12/4/1972)

Será possível que alguém se enforque usando como corda uma cueca Zorba e a cordinha da descarga, sentado no vaso sanitário? Que alguém se suicide, se asfixiando com suas duas mãos sentado no vaso sanitário?

Essa é a "versão oficial", constante do laudo necroscópico assinado pelo médico-legista Roberto Blanco dos Santos, para a morte de Lourenço Camelo de Mesquita, ocorrida em uma cela da 1ª Companhia da Polícia do Exército do Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1977.
O mesmo médico-legista assina o Atestado de Óbito de Lourenço, dando como *causa mortis* "asfixia mecânica" (enforcamento).
O relator do caso foi Paulo Gonet Branco. Apesar de não haver dúvidas sobre a causa não-natural da morte, ocorrida em dependência policial, o relator, considerando as provas dos autos, não se convenceu da militância política de Lourenço. Duas testemunhas, prof. Newton de Almeida Menezes e o vereador José Quito, conheceram Lourenço e suas opiniões e posições políticas de oposição ao regime militar. O testemunho mais importante, de Berenício Ferreira Pessoa, é sucinto.
Oficiado, o Arquivo do Dops/RJ informou nada ter encontrado sobre Lourenço. Seu nome nunca apareceu em listas de vítimas do regime militar nem no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. A polícia do Exército/RJ negou-se a fornecer informações.
Quando o caso de Lourenço Camelo de Mesquita foi apresentado, com o voto do relator pelo indeferimento, foi feito pedido de vistas ao processo por Nilmário Miranda.
No dia 14 de novembro de 1996, Nilmário ouviu Berenício Ferreira Pessoas no Rio. Ele conhecia Lourenço, o *China*, desde 1960, como militante do PCB do Comitê Municipal de Duque de Caxias. Desde 1962 privou de sua amizade. Lourenço era taxista e militava no meio sindical dos taxistas e motoristas de coletivos. Em 1977, houve uma greve de condutores rodoviários e *China* participou ativamente. Soube da prisão e morte de *China* e, como muitos, não acreditou na versão do suicídio. Disse não ter dúvidas de que a prisão de Lourenço se deu por sua militância política no PCB, e por seu ativismo social.
O caso foi aprovado por unanimidade de votos (7 x 0) pela Comissão Especial.

Fotos revelam crime

Ismael Silva de Jesus (? - 9/8/1972)

Dezenove anos depois da morte do estudante secundarista goiano Ismael Silva de Jesus, militante do PCB, foram encontradas fotos no IML de Goiânia que revelam o crime praticado em 9 de agosto de 1972, no 42º Batalhão de Infantaria Motorizada de Goiás. Até então prevalecia a versão oficial de que o estudante teria se suicidado por enforcamento, aos 19 anos, segundo nota do coronel Eni de Oliveira, comandante do batalhão. Quem descobriu as fotos foi Waldomiro Dias, irmão do preso político desaparecido em abril de 1970, com apenas 15 anos, Marco Antônio Dias. As fotos, descobertas no início de 1991, revelam um crime semelhante à farsa do suicídio de Vladimir

Herzog no DOI-Codi/SP. Dessa vez, contudo, a encenação mostrou-se mais grosseira ainda: observa-se nas fotos que Ismael teria se enforcado sentado no chão, utilizando-se de uma corda de persiana que nem sequer agüentaria o seu peso.
A *Veja*, em sua edição de 22 de maio de 1971, comenta: "Não é impossível, tecnicamente, que alguém se enforque nessa posição. É preciso, no entanto, fazer um bom esforço. A pessoa tem de amarrar a ponta de uma corda em ponto alto e bem firme, sentar-se, amarrar a outra ponta da corda no pescoço, levantar-se e dar um salto acrobático para a frente. O difícil é explicar como o corpo vai parar exatamente sentado, encostado a uma parede, e a persiana se mantém intacta, como mostram as fotografias. A cena fica ainda mais inverossímil se for considerado que antes de Ismael morrer fora submetido a uma violenta sessão de torturas e espancamentos, encontrando-se impossibilitado de fazer tal ginástica".

Olho vazado

Um irmão de Ismael, Jorge Elias da Silva, observou no velório que o corpo tinhas as orelhas machucadas e que o olho direito estava vazado, além de estar com marcas roxas nos dedos dos pés e das mãos e na altura da virilha.
Assinaram o laudo de necropsia os médicos-legistas Antonio Carlos Curado e Jerson Cunha, ratificando a versão oficial, sem contudo mencionar os ferimentos observados pelo irmão no corpo de Ismael.
A relatora do caso foi Suzana Keniger Lisbôa, e o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte foi aprovado por unanimidade (7 x 0).

Suicídio no Distrito Naval

Célio Augusto Guedes (? - 15/8/1972))

Célio Augusto Guedes, dentista, morreu aos 53 anos sob torturas no 1º Distrito Naval, no Rio de Janeiro, no dia 15 de agosto de 1972, conforme denúncia da Anistia Internacional publicada no boletim de março de 1974, que consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*.
A versão oficial, contudo, é de suicídio: "(...) teria se projetado do 7º andar da janela de um banheiro ali existente".
O corpo deu entrada no IML/RJ em 15 de agosto de 1972, pela Guia nº 6 do Dops/RJ. Seu óbito, de nº 38481, dá sua morte "...às 18h no Pátio Externo dos fundos do Edifício do Comando do 1º Distrito Naval". O Atestado de Óbito foi assinado, pelo dr. Gracho Guimarães Silveira, confirmando a versão oficial da repressão. As fotos de perícia de local, encontradas no ICE/RJ, sob o nº 462/72, mostram várias escoriações no seu corpo, que podem ter sido produzidas por torturas.

O laudo de perícia de local nada conclui, afirmando que houve uma morte no local, deixando a "determinação do evento às investigações policiais e ao auto de exame cadavérico que deverão esclarecer em definitivo o mesmo".
Nos arquivos do Dops/RJ, entretanto, não foram encontrados nem o laudo necroscópico nem o inquérito policial que deveria ter apurado as circunstâncias da morte.
O general Oswaldo Gomes, relator do caso, deu voto pelo reconhecimento da responsabilidade do Estado na morte de Célio Augusto Guedes, reafirmando a versão de suicídio. O caso foi aprovado por unanimidade.

Para matar cavalo

João Massena Melo (18/8/1919 - 1/4/1973)

João Massena Melo foi o primeiro dirigente do PCB a ser preso e morto na Operação Radar. Ele nasceu em Palmares, Estado de Pernambuco, filho de Sebastião Massena Melo e Olímpia Melo Maciel. O seu desaparecimento forçado ocorreu quando tinha 55 anos.
O ex-sargento Marival Chaves revelou que Massena e outros dirigentes do PCB foram mortos "com injeção para matar cavalo" em um centro de torturas e execuções montado pelo DOI-Codi no município de Itapevi, Grande São Paulo. Segundo ele, os corpos, com pesos amarrados aos pés, eram lançados em um rio no município de Avaré.
O *Dossiê* registra os seguintes dados sobre o caso: João Massena trabalhou como operário tecelão da Fábrica de Tecidos Nova América e, posteriormente, como operário metalúrgico. Era casado e tinha três filhos.
Em 1945, foi eleito vereador no antigo Distrito Federal. Seu mandato foi extinto em 1948, com a cassação da legenda do partido.
Em 1962 foi eleito deputado estadual, no antigo Estado da Guanabara, pelo Partido Social Trabalhista (PST). Teve novamente seu mandato cassado de acordo com o Art. 10 do AI nº 1 de 9 de abril de 1964.
Foi condenado pelo Conselho Permanente de Justiça Militar, em 7 de julho de 1966, a cinco anos de reclusão. Preso em 1970 por agentes da 2ª Auditoria da Marinha, foi brutalmente torturado.
Toda sua família foi presa e levada para a Ilha das Flores, e sua casa foi saqueada.
Posto em liberdade em fevereiro de 1973, foi novamente preso na cidade de São Paulo no dia 3 de abril de 1974.
Em documentos referentes a João Massena, arquivados no antigo Dops/SP, foram encontradas as seguintes anotações: "Em 24/6/74, sua filha Alice Massena Melo, solicitou ao Exmo. Sr. Presidente da República, General Ernesto Geisel, providências no sentido de localizar seu pai". E, mais adiante, "RPI nº 8/76 - 10/9/76 - Ministério do Exército nos cientificou que o marginado e outros, a partir de maio de 1974, o PCB passa a dar como desaparecidos".

Armadilha

Trechos do livro *Desaparecidos Políticos*, de Reinaldo Cabral e Ronaldo Lapa:
Massena permaneceu preso durante dois anos e sete meses apenas com a prisão preventiva decretada... mas nesse período não puderam 'desaparecê-lo', no dizer de sua mulher... afinal, ele fora preso com testemunhas... Massena foi solto em fevereiro de 1973, embora seu julgamento só tenha ocorrido cinco anos depois, em 20/9/78, quando foi absolvido, juntamente com outras pessoas submetidas às mesmas acusações e igualmente desaparecidas, como Jayme Amorim Miranda, Orlando Bonfim Jr., David Capistrano, Itair José Veloso e Hiran de Lima.
A libertação de Massena, para sua mulher, foi uma verdadeira armadilha. Eles — os organismos de repressão — ficaram à espreita e, na primeira oportunidade, apanharam o ex-deputado. Massena escreveu sua última carta para a família... marcava um encontro com sua mulher, que ocorreria em um fim de semana, entre os dias 5 e 6 de abril. Ela foi ao encontro, esperou todo o fim de semana, mas Massena não apareceu. Então julgou que alguma coisa acontecera, mas ainda não colocara a prisão dele como uma possibilidade... No dia 20/4, o homem na casa de quem Massena se hospedara em São Paulo, lhe informou que Massena saíra de casa dia 3 ou 4 de manhã, "apenas com a roupa do corpo, dizendo que voltaria para o almoço e não voltou".
Depois disso, a família de Massena desenvolveu intensa busca, seguindo o mesmo ritual das outras famílias de desaparecidos: foi a São Paulo e procurou a igreja, buscou os conhecidos órgãos de repressão, foi a hospitais de emergência, cemitérios, Instituto Médico-Legal. Ninguém sabia do seu paradeiro... A família impetrou um habeas-corpus *no STM... foi negado sob a alegação de que Massena não se encontrava preso em nenhuma dependência militar.*
A responsabilidade do Estado por sua morte foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.

Outro desaparecido

Caiuby Alves de Castro (16/8/1928 - 21/11/1973)

O *Dossiê* registra os seguintes dados sobre Caiuby: filho de Mariano Alves de Castro e Leopoldina Ribeiro de Castro. Desaparecido aos 45 anos, desde 1973. Bancário aposentado e, como militante comunista, foi detido pelo Dops/GB, em maio de 1968, quando participava de manifestações de rua. Foi posto em liberdade no dia 6 de maio.
Foi preso novamente pelos órgãos de segurança do Rio de Janeiro, em Copacabana, no dia 21 de novembro de 1973 e encontra-se desaparecido. O seu nome entrou no Anexo da Lei 9.140/95.

Preso na praça

Luís Inácio Maranhão Filho (25/1/1921 - 3/4/1974)

Nasceu em Natal (RN), filho de Luís Inácio Maranhão e Maria Salmé Carvalho Maranhão. Desaparecido aos 53 anos. Ex-deputado estadual, advogado, jornalista e professor universitário.
Em 1964 esteve em Cuba, juntamente com Francisco Julião, a convite de Fidel Castro, e, no mesmo ano, com o Golpe Militar, foi cassado pelo AI-1.
Foi preso em São Paulo, no dia 3 de abril de 1974, em uma praça, fato testemunhado por diversas pessoas que tentaram socorrê-lo, pensando tratar-se de um assalto comum. Algemado, foi conduzido em um veículo usado para transporte de presos.
Em maio de 1974, sua esposa denunciou que ele estava em São Paulo sendo torturado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, por meio de carta encaminhada ao MDB e lida na Câmara Federal pelo então secretário-geral do partido, deputado Thales Ramalho.
No dia 15 de maio de 1974, o *Jornal do Brasil* dizia que o vice-líder da Arena na Câmara, deputado Garcia Neto, reafirmara a disposição do governo em verificar a procedência de prisões denunciadas freqüentemente pelo MDB. Garcia Neto assegurava que tanto o presidente da República quanto o ministro da Justiça "estão empenhados em constatar a veracidade dos fatos". Chegou a dizer que "o governo, de maneira alguma, pode ficar sem tomar providências". Providências estas que jamais foram tomadas.
Em 8 de abril de 1987, a *IstoÉ*, na matéria "Longe do ponto final", publica declarações do ex-médico e torturador Amílcar Lobo (cassado em 1989 pelo Conselho Federal de Medicina), que reconheceu Luís Inácio no DOI-Codi/RJ.

Ex-oficial esquartejado

Walter de Souza Ribeiro (24/9/1924 - 3/4/1974)

Nasceu em Teófilo Otoni, em uma família de muitos irmãos: Wanda, Walmira, Analice, Geraldo, Valdir e Conceição. Era dirigente do PCB e também desapareceu em 1974.
Fez o curso primário em uma escola pública de Teófilo Otoni e o ginásio em Conceição do Mato Dentro. Resolveu ser oficial do Exército, entrando para o Curso Preparatório de Cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras.
Sua família morava em Governador Valadares quando Walter saiu de casa em busca de formação profissional. Casou-se com Adalcy Byrro Ribeiro, filha de uma família de comerciantes de Governador Valadares, e com ela teve três filhos: Marcos, Marina e Marcelo.
Foi reformado como oficial do Exército pela Lei 1.507-A, de 28 de janeiro de 1950, por incompatibilidade com o oficialato. Foi considerado "incompatibilidade" o fato de Walter haver assinado documento pela paz mundial, contra o uso de armas atômicas e o envio de tropas brasileiras para a guerra da Coréia.
Walter desapareceu no dia 3 de abril de 1974, em São Paulo. Quando sumiu, a primeira reação de sua mulher foi pensar em acidente. Depois, concluiu que seu seqüestro e desaparecimento poderia ter sido mais uma arbitrariedade da polícia. A peregrinação da família levou-a a contatar a Ordem dos Advogados do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Por meio de dom Paulo Evaristo Arns, foi obtida audiência de dez famílias de presos políticos com o general Golbery do Couto e Silva. O general prometeu a Adalcy e aos outros familiares que, no prazo máximo de um mês, daria uma resposta sobre o paradeiro de Walter, o que não cumpriu. A única reação do governo viria um pouco depois, de forma fulminante, quando, em fevereiro de 1975, o ministro da Justiça, Armando Falcão, divulgou nota sobre os presos políticos, em que acusava Walter de subversivo e indigno para o oficialato, afirmando haver contra ele um mandado de prisão expedido em 1970 pela 2ª Auditoria da 2ª Circunscrição da Justiça Militar, e que ele se encontrava foragido.
Indignada, Adalcy manifestou-se protestando e apresentando documentos que desmentiam o ministro, uma vez que havia sido expedida certidão negativa pela 2ª Auditoria do Exército de São Paulo atestando a boa conduta de Walter.
Para a família, o desaparecimento de Walter significou também grandes privações financeiras, na medida em que não podia sequer receber o soldo a que tinha direito porque não possuía Atestado de Óbito.
De acordo com declarações do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto a *Veja* de 18 de novembro de 1992, Walter de Souza Ribeiro foi capturado pelo DOI-Codi/SP e levado para o Rio de Janeiro, onde foi assassinado e esquartejado, sendo as partes de seu corpo enterradas em lugares diferentes, para não ser identificado.

Voltando do exterior

David Capistrano da Costa (16/11/1913 - 16/9/1974)
José Roman (4/10/1926 - 9/1974)

David foi seqüestrado juntamente com José Roman no dia 16 de março de 1974, no percurso entre Uruguaiana e São Paulo. Sua bagagem foi vista por presos políticos no Dops/SP, o que indica a passagem de David por aquele departamento policial.
José Roman nasceu em São Paulo. Era dirigente do PCB, e desapareceu aos 47 anos. Trabalhava como corretor de imóveis. Sua morte foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.
David era filho de José Capistrano da Costa e Cristina Cirila de Araújo, nascido em Boa Viagem, Ceará. Desapareceu quando tinha 60 anos.
Casado com Maria Augusta de Oliveira, tinha três filhos.

Participou do Levante de 1935, como sargento da Aeronáutica, sendo expulso das Forças Armadas e condenado, à revelia, pelo Estado Novo a 19 anos de prisão.
Participou da Guerra Civil Espanhola como combatente das Brigadas Internacionais e da Resistência Francesa durante a ocupação nazista. Preso em um campo de concentração alemão, foi libertado e regressou ao Brasil em 1941.
Em 1945 foi anistiado e, em 1947, eleito deputado federal em Pernambuco.
Entre 1958 e 1964 atuou na política pernambucana e dirigiu os jornais *A Hora* e *Folha do Povo*. Com o Golpe Militar de 1964, entrou na clandestinidade e asilou-se na antiga Tchecoslováquia, em 1971.
Retornou ao Brasil em 1974, atravessando a fronteira em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, em um táxi de propriedade de Samuel Dib, que o hospedou em sua casa.
Em março de 1978, o Superior Tribunal Militar reconheceu sua prisão, afirmando entretanto sua libertação após uma semana, sem esclarecer as condições.
Foi julgado à revelia e absolvido pela Justiça Militar, em setembro de 1978, juntamente com 67 pessoas acusadas de reorganizar o PCB.
O documento nº 203/187 Dops/RJ afirma: "Segundo anotações neste departamento em 16 de setembro de 1974, David Capistrano da Costa encontra-se preso há quatro meses, sendo motivo da Campanha da Comissão Nacional Pró-Anistia dos Presos Políticos".
No Relatório da Marinha consta a seguinte informação sobre David: "... tendo sido preso na Unidade de Atendimento do Rocha, em SP". Seria o Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha?

Memória

De Maria Augusta, sua companheira:

David, em 1972, foi para a Europa, uma vez que a situação política do país não permitia sua permanência no Brasil. Desde 1965 sofria perseguições políticas, mas a partir de 1972 não foi mais possível ficar no Brasil. Durante o tempo em que esteve fora do Brasil era difícil manter contato, mas a família sabia que pretendia voltar. Em março de 1974 fomos avisados de que voltaria ao Brasil. Certa manhã, no mês de março, minha filha, Maria Carolina, chegou em casa muito preocupada informando que a família de José Roman havia avisado que David e José Roman haviam saído do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo e não se tinha mais notícias deles.
Imediatamente fui à imprensa para denunciar o fato. Somente agora soube pela esposa de José Roman que certo indivíduo que trabalhava em um posto de gasolina contou há pouco tempo que David e José Roman estiveram no posto de gasolina deixando escrito seus nomes em um papel porque desconfiavam que estavam sendo seguidos.

Na mesma ocasião, desapareceram Hiran Pereira, Luís Maranhão Filho, João Massena e Jaime Miranda. Os familiares desses desaparecidos começaram a se reunir no escritório do advogado Modesto da Silveira, no Rio de Janeiro, e em seguida outros familiares dos desaparecidos nos procuraram e começamos a agir coletivamente. Começamos a procurar movimentos organizados da sociedade, pedindo apoio, tendo conseguido na época que Tristão de Athaíde, furando o bloqueio da censura, publicasse um artigo sobre os desaparecidos. O título era: Os Esperantes.
Estive em todos os órgãos de repressão em busca de David sendo sempre negada a prisão do mesmo. Em certa ocasião fui ao DOI-Codi da Barão de Mesquita acompanhada da irmã de David, pessoa com grande semelhança física com ele. O oficial que nos atendeu, embora negasse sua prisão e desconhecesse a identidade de sua irmã, traiu-se ao perguntar à mesma se era irmã de David. Tenho certeza, pela reação do oficial, que ele estava preso na Barão de Mesquita nessa ocasião.
Naquela época, comentava-se também que vários presos políticos, e entre eles David, estariam no Juqueri (Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha).
Foi tentada a comprovação desse fato, inclusive por dom Paulo Evaristo Arns, mas nada foi conseguido. Pressionado pelo movimento dos familiares e entidades da sociedade civil, o governo da época divulgou notícia afirmando que David continuava na Europa, não tendo retornado ao Brasil. Meses depois, juntamente com outros familiares e dom Paulo Evaristo, estivemos com Golbery do Couto e Silva, quando foi entregue relatório de cada um dos desaparecidos, sendo que o general Golbery disse aos presentes que analisaria os documentos e daria uma resposta. Tal resposta nunca veio.
David foi indiciado em processo o qual, finalmente julgado, o absolveu.
O médico Amílcar Lobo, há pouco tempo, disse à minha filha, Maria Carolina, que David foi o último preso que ele assistiu enquanto torturado na Barão de Mesquita. Eu sei que David portava documento em nome de Eneas Rodrigues da Silva.
Algum tempo após do desaparecimento de David, Samuel Dib, em depoimento prestado à polícia, descreveu pormenorizadamente a entrada de David no Brasil pela fronteira com a Argentina e sua viagem a São Paulo.

Jogado no rio

Hiran de Lima Pereira (3/10/1913 - 15/1/1975)

De acordo com o *Dossiê*, Hiran era dirigente do PCB. Nasceu em Caicó (RN), filho de Hilário Amâncio Pereira e Maria Marieta de Lima Pereira. Desaparecido desde 1975, quando contava 61 anos. Era casado com Célia Pereira e tinha quatro filhas.

Foi preso pelos órgãos de segurança em 15 de janeiro de 1975, e está desaparecido desde então. Sua morte foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.
O ex-sargento do Exército Marival Chaves revelou que Hiran foi interrogado no centro de torturas e execuções implantado clandestinamente pelo DOI-Codi em Itapevi, na Grande São Paulo, morreu sob torturas e o seu corpo foi lançado em um rio próximo a Avaré.
Em 20 de setembro de 1976, foi julgado à revelia pela 2ª Auditoria da Marinha. No Relatório do Ministério do Exército consta que, "em março de 1991, reportagem veiculada pelo *Jornal do Brasil* relata que, na abertura dos arquivos do Dops/PE, os pesquisadores descobriram no prontuário do nominado um extrato bancário do dia 28/1/75, concluindo que esta provavelmente foi a data em que ocorreu sua morte". No Relatório do Ministério da Marinha consta que em "abril/75, foi preso por agentes de segurança".
Em um documento encontrado no Dops/RJ em 1992, identificado como DI/DGIE do RJ de 7/12/79 há a seguinte nota sobre Hiran: "Teve seus direitos políticos cassados por dez anos em 20/2/67. Segundo documento aqui existente, teria sido preso em 15/1/75 e, em 26/6/75, estaria desaparecido conforme Manifesto publicado pelo MDB".
No Arquivo do Dops/PR, foi encontrado o nome de Hiran em uma gaveta com a identificação: "falecidos".

Três encontros

De sua filha Zodja Pereira:

Tomei conhecimento por relatos de familiares e conhecidos que meu pai já tinha atividades políticas bem antes de meu nascimento. Sei que, em meados da década de 30, foi detido no Rio de Janeiro, onde prestava serviços ao Exército Nacional, servindo na PE, tendo ficado preso nessa ocasião cerca de um ano. Em 1946, Hiran foi eleito deputado federal pelo Estado do Rio Grande do Norte, onde conseguiu uma das maiores votações na legenda do PCB. Logo a seguir foi cassado, junto com a legenda partidária, por ato do Governo Federal.
No ano de 1949, transferiu sua residência para Recife onde passou a ser um dos redatores do jornal Folha do Povo, *órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro, de âmbito estadual. Concomitantemente, passou a trabalhar como vogal em uma das Juntas de Conciliação da Justiça do Trabalho sediada no Recife.*
Participou ativamente de todas as campanhas eleitorais, tanto de caráter nacional, estadual como municipal. Por volta de 1958, Miguel Arraes foi eleito prefeito do Recife, tendo convidado meu pai para exercer as funções de secretário de Administração da Capital Pernambucana, permanecendo nesse cargo por mais duas administrações sucessivas dos prefeitos Pelópidas e Liberato.

Em agosto de 1961, foi seqüestrado por agentes do IV Exército, ficando desaparecido por dez dias, sendo que inicialmente, em local desconhecido e, posteriormente na Ilha de Fernando de Noronha. Após essa prisão retornou às suas funções de secretário executivo municipal do Recife e atuou como ator de Teatro no Grupo Profissional, denominado Teatro Popular do Nordeste, estreando na peça de autoria de Ariano Suassuna A Pena e a Lei, *com direção artística de Ermilo Borba Filho.*
Após o Golpe Militar de 1º de abril de 1964, minha mãe, Célia Pereira, e minha irmã, Sacha Lídice Pereira, foram detidas, no Recife, em nossa residência como reféns por agentes do IV Exército, ficando presas no RO, em Olinda. Os noivos de minhas irmãs, Ardigan e Nathanias, foram igualmente detidos. Meu pai estava clandestino na própria cidade do Recife, onde ficou até o ano de 1966, quando se transferiu para o Rio de Janeiro e, posteriormente, para a cidade de São Paulo.
Dessa data até o ano de 1975, meu pai teve intensa participação nos movimentos políticos contra a ditadura e em favor da liberdade e da justiça social, sendo que essas atividades foram exercidas no PCB e na qualidade de jornalista. Durante esse período, a par de suas atividades políticas partidárias, meu pai esteve sempre presente na vida familiar mantendo contato comigo, com minha mãe e as outras três irmãs.
Na passagem de ano de 1974 para 1975 mantive meu último contato com meu pai na residência de Sacha, em São Paulo, no bairro de Campo Belo. Sei que minha mãe, com quem residia nesse período, manteve outros contatos com meu pai, na primeira semana de janeiro de 1975. Meu pai marcou três pontos alternativos nas datas de 13, 15 e 17 do mês de janeiro, não tendo comparecido ao primeiro. Minha mãe foi detida no dia 15 na minha residência. Ela ficou detida nas dependências do DOI-Codi, à Rua Tutóia, São Paulo, por três dias, sendo que agentes desse organismo policial permaneceram durante este período em minha casa. Minha mãe sofreu sevícias e torturas durante essa detenção e, pela forma como foi conduzido seu interrogatório, chegou à conclusão de que meu pai teria sido morto em torturas nessa mesma época. Minha mãe teria vislumbrado, entre várias pessoas conduzidas às sessões de tortura, um cidadão encapuzado com características físicas que pareciam ser as do meu pai.
Quero esclarecer também que todos os meus familiares tinham conhecimento de que meu pai, durante esse tempo de clandestinidade, usava o nome de guerra de José Vanildo de Almeida *e que tinha toda sua documentação com esse nome, que era de um parente já falecido. Cerca de um mês depois, eu e minha irmã Sacha fomos detidas por algumas horas nas dependências do DOI-Codi, onde, encapuzadas, fomos interrogadas.*
Logo a seguir, eu e meus familiares passamos a buscar a ajuda e os serviços de advogados e de órgãos que colaboravam na procura de desaparecidos políticos.

Queimado vivo

Elson Costa (26/8/1913 - 16/1/1975)

Mineiro de Prata, nasceu em 26 de agosto de 1913 e desapareceu em 1975, em São Paulo. Era casado com Aglaé de Souza Costa e responsável pelo setor de agitação e propaganda do PCB.
Na manhã do dia 15 de janeiro de 1975, Elson foi preso no bar ao lado de sua casa, onde tomava café. Alguns vizinhos tentaram protestar contra a ordem de prisão dada por seis homens, acreditando que Elson era o aposentado *Manoel de Souza Gomes*, nome que usava, morador da Rua Timbiras, 199, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo.
Segundo o depoimento do ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto a *Veja* de 18 de novembro de 1992, Elson foi levado para uma casa em Itapevi, centro clandestino da repressão ligado ao DOI-Codi/SP, onde foi submetido a todo o tipo de tortura. Seu corpo foi banhado em álcool, queimado e afogado no Rio Avaré.
Sem notícias de Elson, apesar das buscas, sua família conseguiu na Justiça, anos depois, um atestado de morte presumida. A responsabilidade do Estado pela sua morte foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.
Sobre o caso de Elson, o Relatório do Ministério do Exército diz que "no dia 26 de fevereiro de 1975, seu irmão Oswaldo Costa esteve no QG do II Exército para informar que o mesmo usava o nome falso de *Manoel de Souza Gomes* e que teria sido levado pelos ocupantes de dois veículos tipo Veraneio, no dia 16 de janeiro de 1975. Segundo ele, o fato teria sido testemunhado pelo proprietário de um bar e noticiado pelos jornais como sendo o seqüestro de um rico comerciante. A ocorrência teria sido registrada no 11º DP, conforme BO Nº 315/75 e tendo ocorrido na Rua Timbiras, 199, no bairro de Santo Amaro/SP".

Preso no Rio, morto em São Paulo

Jayme Amorim Miranda (18/7/1926 - 4/2/1975)

Nasceu em Maceió (AL), filho de Manoel Simplício de Miranda e Hermes Aromam de Miranda. Era casado e pai de quatro filhos. Desaparecido desde 1975 quando contava 48 anos. Jornalista, advogado e ex-diretor do jornal *Voz do Povo*, de Maceió.
Foi preso no dia 4 de fevereiro de 1975 no Catumbi, Rio de Janeiro, ao sair de casa. De acordo com as revelações do ex-sargento do Exército Marival Chaves, Miranda foi levado para São Paulo, interrogado, torturado e morto no centro clandestino montado pelo DOI-Codi em Itapevi. Seu corpo também teria sido jogado em um rio próximo de Avaré.
O Relatório do Ministério do Exército diz que "esteve em Moscou e seu nome aparece em uma lista de brasileiros que, em 1974, transitaram pelo aeroporto de Orly/França, com destino aos países socialistas, com o nome falso de *Juarez Amorim da Rocha*". Já o Relatório do Ministério da Marinha diz que, com data de agosto de 1997, "figurou em uma relação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro, cassados pelo AI 1, 2 e 5 e desaparecido depois de ter sido preso (Relação s/n de 20/8/79 - CAM-DEP)."
Seu nome foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95.

Dirigente camponês

Nestor Veras (19/5/1915 - 1/4/1975)

O caso de Nestor Veras consta do *Dossiê* e o seu nome foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95. Era dirigente do PCB. De origem camponesa, nasceu em Ribeirão Preto, São Paulo. Era filho de Manoel Veras e Pilar Vélasques. Gostava de música e tocava clarineta.
Segundo dados existentes no CIE, esteve fazendo curso em Moscou. Foi integrante do Comitê Central do PCB, encarregado do setor camponês. Membro da direção da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e tesoureiro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. Cassado pelo AI-1. Condenado a cinco anos de reclusão pela Lei de Segurança Nacional, passou a viver na clandestinidade. Foi preso em frente a uma drogaria, em Belo Horizonte, em abril de 1975, conforme denúncia de Luís Carlos Prestes. Desde então, está desaparecido.

Choque térmico

Itair José Veloso (10/6/1930 - 25/5/1975)

Segundo denúncias do ex-sargento Marival Chaves, do DOI-Codi/SP, publicadas em *Veja*, de 18 de novembro de 1992, Itair foi preso por agentes daquele órgão no Rio de Janeiro, durante a Operação Radar, e morreu sob tortura, aos 44 anos, em um centro clandestino de torturas e execuções instalado em Itapevi, São Paulo.
Era o inverno de 1975 e fazia um frio intenso. Deram-lhe banho com água gelada e o choque térmico teria provocado a sua morte, de acordo com o ex-agente do DOI-Codi. Seu corpo foi jogado de uma ponte, nas imediações de Avaré, a 260km de São Paulo.
Nasceu em Minas Gerais, filho de Sebastião Veloso e Zulmira Veloso. Militante sindical desde 1953, quando entrou para a Juventude do PCB.
Foi operário, apontador de obras, montador de calçados, e líder sindical da construção civil, no Rio de Janeiro.
Foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Niterói e Nova Iguaçu, em 1961. Em seguida, tornou-se secretário-geral da Federação dos Trabalhadores da Construção Civil do Rio de Janeiro e Niterói. Mas nem por isso abandonou sua função de apontador de obras.

Desenvolvendo uma atividade sindical intensa, no início da década de 60, alcançou uma posição destacada dentro do movimento operário.
Durante o governo João Goulart, Itair Veloso chefiou uma delegação sindical a um encontro internacional de sindicalistas, em Moscou.
Era casado com Ivanilda da Silva Veloso, com quem teve quatro filhas. Logo após o Golpe Militar de 1964, sua casa foi invadida por policiais do Dops de Niterói, que não o encontraram. Arrolado em processo sob a acusação de pertencer ao PCB, passou a viver na clandestinidade.
Itair não costumava informar à família sobre suas atividades políticas fora de casa, enquanto clandestino, para não envolver as filhas. De alguma forma elas já sabiam, antes de seu desaparecimento, que ele se dedicava ao PCB.
Saiu de casa no dia 25 de maio de 1975, às 7h30 para um encontro às 8h, dizendo que voltaria ao meio-dia para ir ao médico. Desde então, nunca mais sua família recebeu notícias.
Acreditando que poderia encontrá-lo de alguma forma, Ivanilda começou sua peregrinação: CNBB, Palácio São Joaquim, dom Eugênio Sales (à época capelão do Hospital do Exército), os advogados Heleno Fragoso e Modesto da Silveira, reuniões da Anistia, CBA, Imprensa, todas essas pessoas e instituições foram procuradas por ela.
O Relatório do Ministério da Marinha diz que em "set./75 - está preso e sendo processado por atividades subversivas do PCB".

Sem indenização

José Ferreira de Almeida (? - 8/8/1975)

O tenente de reserva da PM paulista José Ferreira de Almeida teve a incomunicabilidade quebrada apenas para ver seu advogado, Luiz Eduardo Greenghalg, no Deoesp/SP e foi devolvido ao DOI-Codi no mesmo dia 7 de agosto de 1975 para ser morto lá, no dia seguinte.
José Ferreira foi preso no dia 7 de julho de 1975 juntamente com uma centena de policiais militares, militantes ou simpatizantes do PCB, pelo DOI-Codi. Tinha 64 anos. Passou um mês incomunicável sofrendo torturas e maus-tratos. Seu advogado conseguiu, após várias tentativas, quebrar sua incomunicabilidade. Afinal, após o AI-5 era permitido que as autoridades policiais mantivessem o preso em seu poder por dez dias sem comunicar o fato à Justiça Militar, contribuindo para a institucionalização das torturas.
Quebrada a incomunicabilidade, foi o tenente José Ferreira de Almeida levado do DOI-Codi ao Dops, onde, na tarde do dia 7 de agosto, falou com Luiz Greenghalg. Estava tenso, abatido, com sinais de tortura, escoriações e marcas de choques, como pôde observar o advogado. Disse-lhe que temia por sua vida. Mal saiu o advogado, José Ferreira foi reconduzido ao DOI-Codi.

No dia 8 de agosto, apareceu morto, enforcado, segundo a nota do Exército, "ao amarrar o cinto do macacão que os presos utilizavam a uma das grades da cela".
Dois meses depois, na mesma cela, seria armada a farsa do suicídio por enforcamento de Vladimir Herzog. Outros dois meses passariam, e seria montada nova farsa, na mesma cela, para dar a versão oficial de suicídio por enforcamento à morte do operário Manoel Fiel Filho.
Foi velado no Hospital Cruz Azul da PM, sob forte e ostensiva vigilância de agentes de segurança do II Exército. O caixão foi aberto pelo advogado e por seus familiares: o corpo trazia marcas evidentes de tortura. O Atestado de Óbito foi assinado pelo mesmo médico-legista Mário Shibata, que atestou as farsas de Herzog e Fiel Filho. Shibata atesta como causa da morte asfixia por constricção do pescoço. Assina ainda o Atestado de Óbito Marcos Almeida. O declarante é o funcionário dos órgãos de repressão Pedro Nunes Vieira.
O Atestado de Óbito dá a data da morte como 8 de agosto de 1975, em hora ignorada. Como local, Rua Thomaz Carvalhal, 1.030, Vila Mariana, que é o endereço do DOI-Codi/SP. (A outra entrada era na Rua Tutóia, 50.)
Foi encontrado no arquivo do Dops/SP um relatório da Enfermaria do II Exército onde se vê que, além das torturas e maus-tratos, José Ferreira de Almeida sofreu com uma úlcera duodenal, sendo atendido nos dias 8, 10, 14, 19 e 20 de julho e 3 de agosto.
Dr. Luiz Greenghalg não tem dúvidas de que o tenente José Ferreira de Almeida foi enforcado, assassinado, a partir da conversa que manteve com ele na véspera. Ainda com a versão oficial de suicídio, tal teria ocorrido em dependência policial, e, portanto, comprovada a militância e a causa não-natural da morte, estariam preenchidas todas as condições para que a Comissão Especial aprovasse o requerimento da família.
Foi relator o general Oswaldo Gomes. Seu parecer: "A Lei 9.140/95, no seu Art. 10 declara as pessoas que têm direito à indenização e, mais uma vez, cita o cônjuge; companheiro ou companheira, os descendentes, os ascendentes e os colaterais até 4° grau.
A lei não contempla os parentes por afinidade. Não há, pois, como esta comissão atender ao requerimento".
A esposa de José Ferreira de Almeida, Maria Sierra, já faleceu. Não tiveram filhos, e os ascendentes também já morreram.
O Requerimento à Comissão Especial foi feito por dois sobrinhos, Noemio Sierra Filho e Neide Sierra Yoshikama, que são parentes por afinidade. Pela lei, não podem receber a indenização.
No entanto, o requerimento permitiu trazer à tona o assassinato do tenente José Ferreira de Almeida no DOI-Codi/SP.
Pelo menos dois presos políticos, Carlos Gomes Machado e Atílio Geromin denunciaram, na época, as torturas sofridas pelo tenente José.

Portanto, o que foi indeferido foi a indenização, e não o reconhecimento da brutalidade cometida contra esse cidadão brasileiro.

Irmão do vice

Alberto Aleixo (? - 7/8/1975)

As circunstâncias da morte de Alberto Aleixo somente foram conhecidas a partir de julho de 1995, por meio de pesquisa realizada pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em arquivos do jornal *O Globo* e do Dops.
Alberto Aleixo, irmão de Pedro Aleixo, vice-presidente no governo Costa e Silva, morreu em 7 de agosto de 1975, na enfermaria reservada aos presos por subversão, no 5º andar do Hospital Souza Aguiar, para onde fora encaminhado pelo Dops do Rio de Janeiro.
Teve sua prisão preventiva decretada pela 2ª Auditoria da Aeronáutica, com fundamento nos Artigos 254 e 255 do Código de Processo Militar, no Inquérito Policial nº 2/75, instaurado pelo Dops.
O relator do caso na Comissão Especial, Nilmário Miranda, apresentou o seguinte parecer:

> Em 26 de janeiro de 1975, o procurador C. de Osiris Josephson ofereceu denúncia contra Alberto Aleixo e outros, pela prática dos seguintes fatos: "De comum acordo com o denunciado Raimundo Alves de Souza, alugou no dia 16 de agosto de 1966, pelo prazo de seis anos, parte do prédio Suburbana, nº 9.250, em cujo local foi instalada uma máquina de linotipo e era feita, pelo denunciado e por Newton Higino de Souza, depois substituído por Yoshio Ide, também denunciado, a paginação do jornal *Voz Operária*, órgão central do Partido Comunista Brasileiro".
> No final do ano de 1970, foi convidado pelo denunciado Raimundo Alves de Souza a trabalhar em uma gráfica na Rua Tenente Pimentel, nº 5, da qual ficou encarregado da parte técnica, onde continuou sendo feita a paginação do jornal *Voz Operária*.
> No mês de janeiro de 1974, quando já havia se afastado da mencionada gráfica, foi novamente procurado pelo denunciado Raimundo Alves de Souza, que lhe convidou para fazer a distribuição do jornal *Voz Operária*, convite esse que aceitou e, durante o período de um ano, entregava, mensalmente, ao também denunciado José Carneiro da Silva Campos, pacotes contendo exemplares do *Voz Operária*, *Boletim informativo*, *Mundo em Revista*, manifestos, panfletos e volantes, o que também fez ao denunciado Armando de Oliveira Mattos, porém, só uma vez em janeiro de 1975, sendo que ainda fazia entrega de pacotes do mesmo jornal, para serem redistribuídos no Estado de Minas Gerais, a um militante do partido de codinome *Dr. Itamar*.

> O total aproximado de exemplares do jornal *Voz Operária* distribuído pelo denunciado foi de, pelo menos, 9 mil exemplares durante o ano de 1974 para o Estado do Rio de Janeiro; cerca de mil exemplares para o Estado de Minas Gerais e cerca de mil exemplares para o Estado da Guanabara.
> Os fatos resumidamente narrados, segundo o procurador, estão comprovados pela sua própria confissão e também naquelas dos denunciados Edvaldo Lopes Gonçalves da Silva, Armando de Oliveira Mattos e José Carneiro da Silva Campos
> O Ministério Público fez o seguinte pronunciamento sobre pedido do preso Alberto Aleixo: "Outrossim, no respeitável despacho de fls. 542, determinou V. Exa. o pronunciamento desta Procuradoria sobre o pedido do denunciado Alberto Aleixo de revogação da custódia que lhe foi imposta, sob a alegação da sua avançada idade e precário estado de saúde. Sem pretender ser desumano, cumpre, todavia, salientar que referidas alegações não justificam a pretendida revogação, de vez, como se infere de sua cota de participação, na denúncia nesta data oferecida, em janeiro deste mesmo ano, não obstante a sua avançada idade agora alegada, o denunciado achava-se em plena atividade subversiva e como ainda se verifica da citada cota de participação, não foi sem importância a sua participação nos fatos delituosos que deram origem ao inquérito instaurado.
> Face ao exposto o M.P. pronuncia contra o que foi postulado.

Assina o Procurador C. de Osiris Josephson.

No hospital

Após quase dois meses, no dia 24 de março de 1975, Alberto Aleixo foi removido para o Hospital Souza Aguiar (HSA). O prontuário médico do HSA daquele dia informava: "Paciente emagrecido, desidratado, sem exonerar intestino há quatro dias, com sangramento hemorroidário. Paciente emagreceu mais ou menos 15 quilos em dois meses. A imagem radiológica apresenta distensão gozosa em cólon. O toque retal-sangramento vivo.
O paciente ficou internado até o dia 7 de agosto de 1975, quando ocorreu seu óbito por parada cardíaca irrecuperável (hipovolemia) no fim do ato cirúrgico.
O cartório registra óbito com a seguinte *causa mortis*: "Anemia aguda aneurismectomia + by-pass de aorta torácica com teflon. Colapso pulmonar".
Consta dos autos laudo assinado pelo presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, realizado a partir do Prontuário Médico do Hospital Souza Aguiar, acostado aos autos, onde se lê:

1) Se o paciente tivesse recebido atendimento médico ao tempo que fez a solicitação, conforme consta na documentação anexa, poderia ter evitado o agravamento da enfermidade?
Resposta: Sim.

2) A doença que acometeu o paciente é controlável ou curável mediante tratamento imediato e adequado?
Resposta: O aneurisma de aorta pode ter uma evolução prolongada ou até sem necessitar tratamento cirúrgico. No entanto, uma vez que tenha, por alguma razão, entre as quais o estresse, que submeter a tratamento cirúrgico, é importante que tenha boas condições gerais de saúde. Um desequilíbrio hidroeletrolítico provocado por desnutrição aumenta e muito o risco da cirurgia bem como pode antecipar a necessidade de tratamento.
3) As circunstâncias da prisão, maus-tratos, torturas, pressões psicológicas podem ter acelerado o agravamento do enfermo?
Resposta: Sim.

Para o relator do caso, "É certo, assim, que sua morte ocorreu por causa não-natural. Os autos não revelam se Alberto Aleixo teve participação em atividades políticas além dos trabalhos que desenvolvia na gráfica, sendo certo, porém, que sobre ele pesou a acusação de ter participado, ajustando-se desta forma o caso à norma.
Quanto ao local da morte, o Hospital Souza Aguiar mantinha uma enfermaria reservada aos acusados de subversão, no 5° andar, onde era submetido a permanente custódia policial, guardando assim todas as características de dependência policial".
Nilmário Miranda votou então pelo reconhecimento do caso. Aprovado por unanimidade (7 x 0).

Abandonado para morrer

José Maximino de Andrade Neto (? - 18/8/1975)

O coronel reformado da Polícia Militar paulista José Maximino de Andrade Neto convalescia de uma cirurgia em sua casa, Rua Cel. Quirino, 448, bairro do Cambuí, em Campinas. Assistia à televisão com Odacy, com quem estava casado havia 29 anos, quando os militares do DOI-Codi invadiram a casa, às 22h do dia 11 de agosto de 1975. O cel. Maximino foi encapuzado e enfiado na viatura pelos militares em trajes civis, surdos às súplicas de Odacy, que advertia para a debilidade física do marido.
O DOI-Codi estava repleto de policiais militares presos, acusados de pertencer ou nutrir simpatia pelo PCB. As torturas transcorriam durante as 24 horas de cada dia. Muitos companheiros de farda testemunharam as sevícias sofridas pelo cel. Maximino, assim como ele testemunhou os suplícios vividos por eles. Sete dias depois, em 18 de agosto, pela madrugada, Odacy e seus dois filhos ouviram um barulho, ronco de motor ou motores na porta de sua casa e fracos gemidos. O coronel fora largado na calçada. Estava bastante debilitado e falava com dificuldade. Relatou seu suplício no DOI-Codi, amargurado com as torturas a que assistiu. Em minutos, o médico da família o atendeu, removendo-o para a Clinicor. À tarde, às 15h15, o coronel José Maximino Andrade Neto, mineiro de Três Corações, faleceu, aos 62 anos.
O policial militar Salomão Galdino também foi seqüestrado pelo DOI-Codi no dia 11 de agosto, encapuzado, torturado com a "cadeira-do-dragão", espancado a ponto de perder a audição de um ouvido. Ouviu de um carcereiro que um coronel estava bastante mal e por isso seria solto e que "o médico-legista Harry Shibata recomendou a soltura do cel. Maximino para não morrer lá dentro".
Irna Salles, amiga da família, viu o coronel Maximino e declarou, sob juramento, que seu estado físico era deplorável, tinha os pés machucados. Disse a ela que apanhara muito, que levara choques elétricos, inclusive no órgão genital.
O sargento PM Alberto Castro Fernandes, em depoimento dado em juízo, disse ter sido designado para vigiar o enterro do coronel Maximino e que seu comandante lhe contou que aquele oficial fora injustamente preso, levado ao DOI-Codi, torturado e solto quando perceberam que ia morrer.
O funcionário público aposentado Bráulio Mendes Nogueira visitou o coronel e já o encontrou sem condições de falar, e que o telefone tocava insistentemente, quando alguém atendia, ninguém falava do outro lado. Todos perceberam que se tratava de intimidação.
O relator Luís Francisco da Silva Carvalho Filho concluiu seu parecer assim: "Está presente o nexo de casualidade entre a morte e os maus-tratos recebidos durante a prisão ilegal. As evidências apontam para o fato de o coronel Maximino, homem idoso, não ter resistido aos maus-tratos e que, por ser iminente a sua morte, foi retirado do cárcere e abandonado em frente a sua casa. O coronel Maximino morreu em seguida, depois de ser internado. Não há como ignorar a responsabilidade objetiva do Estado". Por 6 x 1, contra o voto do general Oswaldo Gomes, o parecer foi aprovado em 1° de agosto de 1996.

Mais uma farsa

Pedro Jerônimo de Souza (30/6/1914 - 17/9/1975)

Nasceu em Mutamba, município de Icapuí (CE), filho de José Gerônimo de Souza e de Catarina Evangelista de Souza. Ainda jovem, foi residir em Fortaleza, trabalhando como viajante-vendedor a serviço de vários laboratórios farmacêuticos e em outras atividades ligadas ao comércio. Nos anos 40, ingressou no PCB, tendo papel importante na reestruturação do partido a partir de 1948, após a cassação de seu registro. Foi da direção municipal e do Comitê Estadual do Ceará. Após o Golpe Militar de 1964, já clandestino, Pedro foi tesoureiro do partido durante vários anos.
Foi membro do Diretório do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em Fortaleza.

Em 11 de setembro de 1975, quando viajava em um ônibus em um bairro de Fortaleza, foi preso e levado para o DOI-Codi/CE. Um amigo que viajava no mesmo ônibus comunicou o fato à família. Depois de alguns dias seus familiares conseguiram visitá-lo.
No dia 17 de setembro de 1975, seus familiares foram informados por agentes do Dops de Fortaleza que teria se suicidado, dentro da cela em que se encontrava. O corpo apresentava diversos hematomas que, segundo os policiais, foram em conseqüência do modo como se suicidou: enforcou-se com uma toalha de rosto, que foi amarrada em um lugar de pouca altura, o que o forçou a se debater contra as paredes e o chão da cela, para conseguir finalmente o seu intento.
Seis meses após a sua morte, a família solicitou exumação do cadáver, e o exame pericial constatou torturas, fazendo cair por terra a farsa do suicídio.
Outro fato significativo que desmascara a versão oficial foi apresentado pelo advogado Pádua Barroso ao mostrar a autópsia realizada no corpo de Pedro, que registra a existência de inúmeras fraturas ósseas, que não poderiam ter sido ocasionadas com o corpo se debatendo contra as paredes e o chão.
O deputado Alfredo Marques, do MDB, denunciou da tribuna da Assembléia Legislativa de Pernambuco, o tenente Horácio Marques Gondim, como um dos assassinos de Pedro.
O caso foi relatado na Comissão Especial por Nilmário Miranda e reconhecido por unanimidade (7 x 0).

Roubando dólares

José Montenegro de Lima (1948 - 29/9/1975)

As denúncias do ex-sargento Marival Chaves sobre as circunstâncias da morte de José Montenegro revelam que a repressão também agia como uma quadrilha de ladrões. Depois da invasão da gráfica que imprimia o jornal *Voz Operária*, o PCB entregara US$ 60 mil para Montenegro reorganizar o esquema. Uma equipe do DOI-Codi localizou e prendeu o dirigente partidário, matando-o sob torturas e com uma injeção para sacrificar cavalos. Depois, invadiu a sua casa e roubou os US$ 60 mil, rateando-os, segundo Chaves, entre a cúpula do DOI.
O *Dossiê* traz os seguintes dados sobre Montenegro: nasceu no Ceará e está desaparecido desde 1975, quando tinha 27 anos. Era estudante e membro da diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais (Uneti).
Foi preso em 29 de setembro de 1975. Consta que teria sido visto no DOI-Codi, conforme denúncia do deputado Laerte Vieira.
No livro *Brasil: Nunca Mais*, à pág. 265, há a seguinte informação sobre José: "pesquisador de mercado, foi preso em 29 de setembro de 1975, em sua residência no bairro de Bela Vista (SP) por quatro agentes policiais, e teve como

testemunhas alguns de seus vizinhos (...). Posteriormente, Genivaldo Matias da Silva, em interrogatório judicial, assegurou ter visto José detido nas dependências do DOI-Codi/SP".
O Relatório do Ministério da Marinha diz que "foi preso em 30 de setembro de 1975".
Trechos do livro *Desaparecidos Políticos*:

Desde cedo Montenegro teve contato com os problemas econômicos e sociais de sua terra e sua gente. Criado no interior, ao lado da seca e demais flagelos, foi mais tarde estudar em Fortaleza, pois queria ser um técnico de nível médio. Na escola secundária, inicia os seus primeiros contatos com as idéias políticas de progresso e liberdade e começa a tomar consciência das mazelas políticas e da elitizante estrutura educacional.
Montenegro continuou tendo vida legal logo após 1964, mas não deixou de ser perseguido. Foi indiciado no IPM da UNE, que envolveu mais de mil estudantes. As dificuldades de trabalho e estudo cedo começaram a se manifestar e, aos poucos, Monte *foi obrigado a viver refugiado dentro de seu próprio país, pois considerava legítimo o direito de manifestar-se politicamente como qualquer cidadão.*
Nos anos mais duros da ditadura, em especial a partir de 1969, Montenegro viveu clandestinamente, única forma encontrada de manifestar sua oposição ao regime de opressão. Viajou, morou em diversos Estados, perambulou pelo Brasil a fora.
Apesar das dificuldades, nunca perdera a esportividade. Podia ser encontrado por velhos amigos nas ruas de São Paulo ou Rio de Janeiro, assim como pulava atrás do trio elétrico em pleno carnaval da Bahia em 1974.

O seu nome foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95.

Manifesto dos mineiros

Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior (14/1/1915 - 8/10/1975)

Caso também reconhecido no Anexo da Lei 9.140/95, registrado no *Dossiê* da seguinte forma: "Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior era filho de Orlando da Silva Rosa Bonfim e de Maria Gasparini Bonfim, tendo nascido em Santa Tereza, Espírito Santo. Fez seus primeiros estudos em Vitória. Mudou-se para Belo Horizonte, onde fez o curso de Direito na UFMG, passando a exercer as atividades de jornalista no *Estado de Minas*, jornal de grande circulação, no qual, ainda jovem, ocupou o cargo de secretário. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros e passou a dirigir jornais partidários e a advogar gratuitamente. Orlando foi eleito vereador em Belo Horizonte nas eleições de 1946, tendo sido líder do seu partido, o PCB. Em 1958, foi para o Rio, onde dirigiu o jornal *Novos Rumos* até 1964, quando foi fechado.

Uma das participações mais marcantes de Orlando foi na Greve dos Operários do Morro da Mina, que durou 43 dias. Orlando atuou como advogado dos operários, morou com eles e foi lá que, procurado vivo ou morto, conseguiu cobertura de casa em casa, escondendo-se da polícia.

No dia 8 de outubro de 1975, sua família ficou sobressaltada por um telefonema anônimo, em que alguém, dizendo-se tratar de "um amigo de seu pai", comunicava a um dos filhos a prisão de Orlando e pedia que a família contratasse um advogado e comunicasse o fato à ABI. Imediatamente, os filhos e o Comitê Central do PCB mobilizaram-se para localizá-lo.

No mesmo dia, foi feito contato com uma autoridade em Brasília, que prometeu elucidar o desaparecimento de Orlando em 72 horas. Passaram-se as horas, os dias, os anos, e Orlando nunca foi encontrado, apesar dos esforços de partidos políticos e entidades como a Comissão Justiça e Paz e a OAB. Todos os instrumentos legais foram acionados e, no dia 13 de outubro, seu advogado deu entrada e uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando Bonfim tinha um mandado de prisão preventiva decretado. De acordo com a petição, qualquer dependência policial ou militar em que se encontrasse, deveria comunicar o fato imediatamente à Marinha.

Seu corpo nunca foi encontrado e paira a angústia de não se saber o seu paradeiro, como o de tantos outros companheiros dados como desaparecidos".

Orlando Bonfim Júnior era casado e pai de seis filhos: Regina, Orlando, Roberto, Olga, Sérgio e Beatriz. Segundo depoimento de amigos e familiares, era um pessoa de caráter sincero e franco. Sua convivência era a mesma em qualquer nível social, tanto era liberal, respeitado, no meio operário, como entre políticos e intelectuais.

Era um espírito aberto e "sem verdades pré-fabricadas". Era admirado por todos os que tinham o privilégio de desfrutar do seu convívio. Um de seus filhos contou que uma de suas irmãs era religiosa "devotada" e o pai, que era ateu, jamais reprimiu a filha, pelo contrário, acordava-a sempre para que não perdesse o horário da missa.

Orlando era um ídolo para os filhos, que não se conformaram em ter o pai arrolado na lista de presos políticos desaparecidos.

De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-Codi/SP, Marival Dias Chaves do Canto, em declarações a *Veja* de 18/11/92, Orlando Bonfim Júnior, como pertencente à cúpula do PCB, foi morto com injeção para matar cavalo. Foi capturado no Rio de Janeiro pelo Destacamento de Operações e de Informações de São Paulo e levado para o cárcere Castelo Branco. Foi morto e jogado no Rio Avaré, no trecho entre a cidade de Avaré/SP e a rodovia Castelo Branco.

Nos documentos encontrados no Dops/SP lê-se:

— 14/7/64 - cassado pelo AI-1 de 1964;

— 1/6/71 - foi condenado a sete anos de prisão pela Auditoria da 4ª RM;

— 22/9/78 - o conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria da Marinha o absolveu por insuficiência de provas.

No livro *Desaparecidos Políticos*, sua filha, Beatriz Bonfim, diz:

Preso no Rio de Janeiro, nas proximidades do bairro de Vila Isabel na tarde do dia 8, a favor dele foi impetrado em habeas-corpus *junto ao STM pelo advogado Humberto Jansen Machado da ABI... No dia 13, o advogado entrou com uma petição na 2ª Auditoria da Marinha, onde Orlando Bonfim tinha um mandado de prisão preventiva decretado.*

Cartas foram enviadas ao MDB, ao ministro da Justiça, a parlamentares.

Contatos foram feitos e mantidos com a CNBB, CBA em São Paulo, CJP do Rio e São Paulo, com o cardeal dom Eugênio Sales. Uma carta também foi enviada à OAB, entidade da qual Orlando Bonfim era membro pela seção Minas Gerais.

A angústia não datava, porém, de 8 de outubro. Ela vinha desde 1964, quando nosso pai foi arrancado do nosso convívio e da sociedade para entrar em uma clandestinidade forçada pela situação política. Uma clandestinidade que era, uma vez mais, uma opção de vida, de uma luta, de uma dedicação a um ideal. Mas esta mesma clandestinidade era pesada para um homem cheio de hábitos simples e pequenos, como criar canários, ir à praia, pescar, falar com as pessoas, tomar um aperitivo no bar da esquina.

No dia 31 de outubro, a família recebeu a informação, vinda através de amigos e de áreas militares, de que ele estava preso no DOI-Codi/RJ. Todos os contatos foram retomados. Novas cartas foram despachadas e a ABI, solicitada, enviou um pedido de informação ao comandante do I Exército, general Reynaldo Mello de Almeida... Mas, 11 dias depois, o I Exército informava que ele não estava e nem nunca estivera lá. A resposta de outras áreas militares seria idêntica, ninguém assumia sua prisão.

No dia 27 de novembro, surgiu o primeiro boato. Como sempre, a origem era de 'fontes militares'. A redação do jornal O Estado de S. Paulo *recebeu um telefonema anônimo informando que Orlando Bonfim estava morto. No mesmo dia, a sucursal carioca da* Folha de S.Paulo *recebia um telex informando sua morte. Morte na prisão, durante interrogatório.*

Reação nacional

Vladimir Herzog (1937 - 25/10/1975)

As circunstâncias da morte do jornalista Vladimir Herzog ganharam notoriedade nacional e internacional. A farsa da versão oficial de suicídio foi desmontada peça por peça. A Justiça responsabilizou a União por sua morte, antes mesmo da Lei 9.140/95. Na Comissão Especial, o relator do processo foi Paulo Gonet Branco e o caso foi reconhecido por unanimidade (7 x 0).

O seu parecer:

> O jornalista foi detido, em São Paulo, por agentes estatais, e faleceu em estabelecimento militar em 25 de outubro de 1975. À época, encontrava-se sob suspeita, pelos organismos de segurança, de integrar célula do Partido Comunista, conforme se lê na nota oficial que foi emitida, divulgando a sua morte. Ali, autoridade militar apontava que, em diligências, teria sido apurado que Herzog integrava uma das células do partido proscrito em São Paulo, composta de jornalistas. A nota oficial prossegue, afirmando que Herzog compareceu ao estabelecimento militar para prestar esclarecimentos, ocasião em que teria admitido o fato. Posteriormente, deixado em sala desacompanhado, teria cometido suicídio.
>
> O caso motivou ação judicial para apurar a responsabilidade do Estado e obter reparação por danos morais e materiais. A sentença foi favorável à autora, que é também a requerente neste processo administrativo. A sentença, a que este voto se reporta, encontra-se reproduzida às fls. 304/370. Ali são analisadas diversas provas colhidas em juízo, apontando que o jornalista, ao falecer, encontrava-se efetivamente detido em estabelecimento militar.
>
> Dessa forma, estão já provados dois dos pressupostos para o reconhecimento da morte como capitulada no Art. 4º, I, b, da Lei 9.140/95 — a acusação de militância política e a detenção por autoridades estatais.
>
> O último requisito a ser examinado é, ainda, induvidoso. A morte foi reconhecida oficialmente como tendo ocorrido por suicídio — embora haja elementos de convicção, acolhidos na sentença referida, no sentido de que o passamento seguiu-se a brutalidades sofridas. Como quer que seja, o óbito decorreu de causas não-naturais, na dicção da lei em regência.
>
> O falecimento de Vladimir Herzog deve, pois, ser reconhecido como tendo ocorrido nas circunstâncias descritas no Art. 4º, I, b, da Lei 9.140/95.
>
> A requerente faz jus à indenização prevista pela lei.

Vladimir Herzog nasceu em Osijsk/Iugoslávia, filho de Zigmund Herzog e Zora Herzog. Foi morto aos 38 anos em São Paulo. Era jornalista, professor da Universidade de São Paulo e teatrólogo.

Segundo a versão oficial, Herzog teria se enforcado com o cinto do macacão de presidiário que vestia desde a sua entrada no DOI-Codi.

Contudo, de acordo com os testemunhos de Jorge Benigno Jathay Duque Estrada e Leandro Konder, jornalistas presos na mesma época no DOI-Codi, Vladimir foi assassinado sob torturas. Tanto Leandro quanto Duque Estrada foram acareados com Vladimir, permanecendo logo após, próximos à sala onde ele se encontrava para interrogatório, e de onde ouviram com nitidez que Vladimir estava sendo torturado.

A morte por suicídio é também desmentida pelas próprias contradições existentes nos depoimentos dos médicos-legistas Harry Shibata, Arildo de Toledo Viana e Armando Canger Rodrigues, prestados na ação judicial movida pela família. Esta ação terminou por responsabilizar a União pela prisão, tortura e morte de Vladimir Herzog.

O Relatório do Ministério da Marinha insiste na versão dos órgãos de segurança e diz que "suicidou-se em 25 de outubro de 1975, por enforcamento, no interior da cela que ocupava no DOI-Codi do II Exército, segundo apurado em IPM e laudos elaborados pelos órgãos competentes da Secretaria Pública de São Paulo".

A morte de Herzog gerou uma forte reação, a maior até então ocorrida no país em protesto contra tortura e morte de presos políticos. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo lançou um abaixo-assinado com denúncia pública, questionando a versão oficial de suicídio. Dom Paulo Evaristo Arns dirigiu um culto ecumênico, concelebrado com o rabino Henry Sobel e com o reverendo Jaime Wright.

Imolada em público

Neide Alves dos Santos (? - 7/1/1976)

Neide teria se suicidado em praça pública, ateando fogo ao próprio corpo, depois de embeber suas vestes em querosene ou gasolina. Duas testemunhas, que não se identificaram, encaminharam-na ao Hospital de Tatuapé.

O Dops mantinha um serviço de plantão de 24 horas para receber o registro de ocorrências de eventual interesse da repressão política. O agente do plantão recebeu, na madrugada de 31 de setembro de 1976 a mensagem:

"05h10 - recebemos telex 15 970 - do 28º DP, informando que a RDE-2104, tendo como encarregado o aspirante a oficial da PM Queirós, que atendeu no Pronto-Socorro Municipal de Tatuapé, às 4h10, ocorrência onde figura Neide Alves dos Santos (codinome *Lúcia*), que apresentava queimaduras e que em poder da mesma foi apreendido um caderno de anotações dizendo que a mesma pertence ao PCB.

O presente caso foi atendido pelo 28º DP, do qual solicitamos a documentação, bem como o BO da ocorrência. Informamos o CIPD. Segue telex".

Voto memorável

O relator do caso, Paulo Gonet Branco, concluiu pelo indeferimento, tendo Luís Francisco da Silva Carvalho Filho solicitado vista dos autos, produzindo um voto memorável, a partir de um paciente trabalho de investigação, pesquisa e reflexão.

Duas particularidades chamaram a atenção de Luís Francisco: a versão da morte por suicídio em praça pública e a época do fato.
É raro, infreqüente o suicídio de mulher "mediante fogo posto às vestes, embebidas em querosene ou gasolina". Quanto à época, Neide morreu em 7 de janeiro de 1976, entre dois acontecimentos políticos marcantes: a morte de Vladimir Herzog em 25 de outubro de 1975 e a morte de Manoel Fiel Filho, em 19 de janeiro de 1976, ambas no interior do DOI-Codi/SP. A morte de Fiel levou à demissão do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello. Ambos tiveram suas vidas ceifadas no curso da repressão do PCB, ao qual pertencia Neide.
Luís Francisco da Silva Carvalho Filho lembra que o PCB era naquele período o alvo preferencial do aparato repressivo. As principais organizações da luta armada estavam desarticuladas ou bastante enfraquecidas, algumas tinham sido exterminadas. O PCB era contrário à luta armada e trabalhava dentro do MDB. Uma crise política ocorria no interior das Forças Armadas, sustentáculo do regime.
O afastamento do general Ednardo foi analisado pelos historiadores. Alfred Stepan:

Pela primeira vez na história do regime militar, o presidente — sem prévia consulta do alto comando ou sequer do ministro do Exército — pessoalmente e de forma sumária destituiu um comandante da linha dura de seu cargo". Outro brasilianista, Thomas Skidmore, vai na mesma linha: "O presidente ficou lívido ao tomar conhecimento da notícia e só pensava no papel ridículo que fizera quando defendera o general Ednardo D'Ávila Mello no caso Herzog". Boris Fausto e Jacob Gorender também são citados.

Todo o generalato mais poderoso na época escreveu ou falou sobre esse episódio — Adyr Fiúza de Castro, Ciro Guedes Etchegoven, Carlos Alberto Fontoura, Ivan Souza Mendes, Ênio dos Santos Pinheiro, Otávio Costa — demonstrando que as mortes de Herzog e Fiel Filho foram um trauma no processo de abertura política. O general Gustavo de Morais Rego tem um texto bastante revelador:

As operações do DOI na busca de informações, depois no próprio confronto com os grupos da subversão, além da sua natureza policial, ou por isso, foram aceitando como 'naturais' e até mesmo 'indispensáveis', atividades ilegais, tais como: violação de correspondência, 'grampeamentos' de telefones, utilização de veículos roubados não procurados por seus proprietários, cedidos pela polícia; placas 'frias', e, afinal, prisões abusivas e obtenção de confissões por processos condenáveis, e até mesmo criminosos, em dependências de organizações militares.
A conivência ou omissão entre chefes e subordinados implicaram graves prejuízos para a hierarquia e para a disciplina, todas niveladas pela ilegalidade das operações e pelo arbítrio.

Setores significativos da sociedade reagiram fortemente contra a morte de Herzog, denunciando a versão oficial.
O período do suposto suicídio de Neide Alves dos Santos, final de 1975, início de 1976, foi duro para o PCB. A *Folha da Tarde*, de 23/12/75 publica reportagem de quatro páginas e estampa: "Dops paulista desmascara infiltração comunista" e divulga a relação de 105 indiciados em denúncia de crime contra a Segurança Nacional.
Em 27/12/75, a mesma *Folha da Tarde* informa que três deputados do MDB paulista dignamente recusaram "convite" para depor no Dops. Dias depois, em 5 de janeiro de 1976, Marcelo Gato e Nelson Fabiano foram cassados pelo governo Geisel.
Documento encontrado no arquivo do Dops/SP, de 5/3/75, do II Exército, revelava que o PCB estava "atônito e desarvorado, com dificuldades para se reestruturar" (...) e que foram atingidos "elementos ligados à direção máxima", informando ainda que "as operações prosseguem, tanto no Rio como em São Paulo".
O nome, qualificação e foto de Neide Alves dos Santos (*Lúcia*) estão nesse momento com a informação de que ela foi presa em São Paulo, em 6 de fevereiro de 1975, e encaminhada ao DOI-Codi do Rio em 14 de fevereiro, sendo solta dias depois.
Outro documento do arquivo mostra que três meses antes da morte de Neide, o interesse em torno dela continuava presente junto aos militares. "Em 7 ou 8 de outubro, esteve novamente no DOI para esclarecer as informações de Neide Alves dos Santos, que alegava que o epigrafado era quem financiava as viagens do subversivo em tela para o exterior." O "subversivo" era Hiram de Lima Pereira, dirigente do PCB, desaparecido político.
Luís Francisco da Silva Carvalho Filho estranhou também que o suposto suicídio de Neide, com fogo nas vestes, no dia 31 de dezembro, réveillon, uma militante comunista, não tenha merecido a atenção da imprensa sensacionalista. Nem uma linha sobre Neide foi publicada pela *Folha da Tarde* ou *Notícias Populares*, nem por nenhum outro jornal, quando se sabe que policiais comunicam aos repórteres os fatos mais importantes.
No dia da internação de Neide, a *Folha da Tarde* tinha como manchete "Assaltante morre em tiroteio". Outros títulos: "Menino morre afogado na piscina da mansão"; "Mataram desconhecido e queimaram cadáver". No dia seguinte, outra morte com fogo: "Agredida e queimada pelo companheiro". Sobre Neide, nada.
A suspeita de Luís Francisco da Silva Carvalho Filho era de que Neide poderia ter sido novamente presa e, por "acidente", ter morrido em dependência policial-militar em plena "crise Herzog", e que sua morte foi dissimulada para evitar uma reação de Geisel, que, afinal, ocorreria 12 dias depois, com a morte de Manoel Fiel Filho.

Ficou evidente também que a ocorrência envolvendo Neide foi ocultada. Não foram encontrados o Boletim de Ocorrência da ROE-2104; nem inquérito policial; nem fichas clínicas de atendimento; nem notícias de jornal. Por que a ocultação, senão por razões políticas?

O laudo necroscópico é de Pérsio José Ribeiro Carneiro, registro cassado pelo CRM-SP por "conduta antiética durante o regime militar". Não menciona número do Boletim de Ocorrência, inquérito, nem a natureza da ocorrência (suicídio, acidente, homicídio). O laudo é sumário e "tecnicamente insatisfatório". Não esclarece como se espalharam as lesões, onde eram mais profundas e qual a origem da queimadura. Não procura vestígios de vestes queimadas nem faz o exame interior do cadáver.

"Para Luís Francisco afirmar que Neide Alves dos Santos havia morrido em conseqüência de queimaduras generalizadas não seria preciso remover o corpo para o IML."

A requisição de exame cadavérico do IML não está assinada e teria sido pedida pelo delegado Sylvio Paglia. Diz que ocorrência policial foi registrada na 28º DP (Freguesia do Ó), que a vítima se encontrava na Clínica de Queimados do Hospital de Tatuapé e ao final traz uma observação espantosa: "*Em se tratando de morte natural, dispensa-se o laudo*". Nenhum delegado faria essa observação por saber a diferença entre morte violenta (acidente, homicídio, suicídio e morte natural, não provocada).

Outro fato estranho: há uma segunda e inexplicável requisição de exame do IML. Ao lado do nome de Neide, o "T" (terrorista). O formulário prevê todas as hipóteses de natureza da ocorrência (homicídio, acidente, infanticídio, abortamento, morte suspeita, acidente de trabalho, morte natural) com um quadrinho para ser preenchido com um "X". No espaço entre "acidente" e "homicídio" foi datilografada a palavra "queimadura". Não fala de BO ou inquérito e manda remeter o laudo à 30ª DP (e não à 28ª DP) e vem em nome do mesmo delegado. Ambas vêm datadas de 8 de janeiro. O delegado Sylvio Paglia nega ter assinado ou requerido tais exames.

Luís Francisco da Silva Carvalho Filho viu indícios de conspiração, de prevaricação e de despiste burocrático.

Os familiares de Neide contestam a versão oficial. É verdade que Neide ficou abalada com a prisão, em fevereiro de 1975, tendo-se submetido a sessões de terapia. No entanto, em dezembro sua vida já estava equilibrada. Trabalhava em um supermercado e planejava trazer de volta a filha do Rio para São Paulo.

O livro de Registro de Óbitos do Hospital traz duas anotações, escritas à mão por pessoas distintas: "Família avisada pelo sargento Dasy Chagas às 19h40, 7/1/76" e "Obs.: Família mudou-se para o Rio de Janeiro, segundo informação da PM".

Seu cunhado, Manoel Moreira Miranda, que mora no Rio de Janeiro, não confirma esta informação.

Tempos depois, ainda em 1975, Neide voltou ao Rio e disse que estava indo morar em São Paulo. De São Paulo ligou para mim, desejando Feliz Natal. Disse que estava empregada, mas não poderia passar o Natal conosco. Talvez pudesse vir no ano-novo. Entretanto, não veio e não telefonou. Só viemos a ter notícias no início de janeiro de 1976, quando, dia 8, recebi um telefonema, cerca de 10h30, dizendo ser do Hospital Municipal do Tatuapé, por alguém que não se identificou e alegou que Neide Alves dos Santos estava internada em estado grave. Se quiséssemos evitar que fosse enterrada como indigente, deveríamos comparecer àquele Hospital.

Eu, minha esposa e minha cunhada Leda pegamos um avião. Chegamos ao Hospital por volta das 15h....

Graças a esse telefonema, os familiares chegaram a tempo de impedir que ela fosse enterrada como indigente. Seu enterro foi feito sob vigilância.

Por que a família não foi avisada uma semana antes?

Manoel viu o cadáver pelo visor do caixão lacrado. Não percebeu sinais de queimadura nos cabelos e no rosto. Só parte do peito e braços estavam enrolados em gaze. A família não foi avisada, senão a "história" iria por água abaixo.

O plantonista do Dops do dia 7 de janeiro de 1976 foi avisado da morte de Neide antes que a família: "20h40 — recebemos informações por intermédio do investigador de polícia em serviço no Pronto-Socorro Municipal do Tatuapé, que a paciente Neide Alves dos Santos faleceu às 19h. Feitas as comunicações de praxe, a Divisão de Ordem Social não se interessou, liberando o caso".

Por aí se vê que o caso dela era acompanhado pelo Dops.

Não se sabe o que de fato aconteceu a Neide, mas Luís Francisco da Silva Carvalho Filho se vale da prova indiciária. Neide estava sob a guarda de agentes públicos. O caso foi deliberadamente ocultado.

"Os indícios entrelaçam-se de tal maneira que a conclusão é sólida, segura, insofismável, diz ele."

A versão de suicídio só foi transmitida aos familiares, e até hoje permanecia como verdade. A natureza da ocorrência foi omitida em todos os documentos oficiais.

O inquérito que deveria provar o suicídio ou acidente sumiu. O PCB estava sendo caçado e Neide era ligada a Hiram de Lima Pereira. O fato de a família morar longe, ser humilde, ter medo da polícia política, favoreceu o despiste burocrático. Quando a família soube, Neide já estava morta. A imprensa não deu nada. O PCB nada soube. O Poder Judiciário não foi comunicado. Se as queimaduras não estivessem relacionadas à repressão política, por que esconder o episódio?

O relatório do Dops feito pelo plantonista de 30 para 31 de dezembro, diz que Neide foi atendida às 4h10. Logo, teria ateado fogo às suas vestes a que horas? Às 3h? As duas supostas testemunhas não se identificaram. Estaria portando um caderno de anotações (que sobreviveu às chamas), dizendo que a mesma pertencia ao PCB, além de citar seu codinome *Lúcia*?

A natureza do caso, concluiu Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, é política. Ela se encontrava sob vigilância policial, a morte não foi natural.
A responsabilidade do Estado pela sua morte foi reconhecida por unanimidade (7 x 0).

A queda do general

Manoel Fiel Filho (7/1/1927 - 17/1/1976)

Nasceu em 7 de janeiro de 1927 em Quebrângulo, Estado de Alagoas, filho de Manoel Fiel de Lima e Margarida Maria de Lima.
Operário metalúrgico, casado, tinha filhos.
Foi preso no dia 16 de janeiro de 1976, às 12h, por dois homens que se diziam agentes do DOI-Codi/SP, sob a acusação de pertencer ao PCB.
Levado para a sede do DOI-Codi, Manoel Fiel foi torturado e, no dia seguinte, acareado com Sebastião de Almeida, preso sob a mesma acusação.
Posteriormente, os órgãos de segurança emitiram nota oficial afirmando que Manoel havia se enforcado em sua cela com as próprias meias, naquele mesmo dia 17, por volta das 13h.
Entretanto, segundo os depoimentos dos companheiros de fábrica de Manoel, onde ele foi preso, o calçado que usava eram chinelos, sem meias, contrariando a versão oficial.
As circunstâncias de sua morte são idênticas às de José Ferreira de Almeida, Pedro Jerônimo de Souza e Vladimir Herzog, ocorridas no ano anterior.
O corpo apresentava sinais evidentes de torturas, em especial hematomas generalizados, principalmente na região da testa, pulsos e pescoço.
Um fato claramente demonstrativo da responsabilidade dos órgãos de segurança na morte de Manoel Fiel foi o afastamento do general Ednardo D'Ávila Mello, ocorrido três dias após a divulgação da sua morte.
Em ação judicial movida pela família, a União foi responsabilizada pela tortura e assassinato.
O exame necroscópico, solicitado pelo delegado de polícia Orlando D. Jerônimo e assinado pelos médicos-legistas José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, confirma a versão oficial.
Foi enterrado por seus familiares no Cemitério da Quarta Parada, em São Paulo.
Em documento confidencial encontrado nos arquivos do antigo Dops/SP, seu crime era receber o jornal *Voz Operária* de Sebastião de Almeida.
Recorte do *Jornal da Tarde* com carimbo do Setor de Análise do Deops, com a Nota do II Exército sobre a morte no DOI, diz:

O comando do II Exército lamenta informar que foi encontrado morto, às 13h do dia 17 do corrente, sábado, em um dos xadrezes do DOI-Codi/II Exército, o sr. Manoel Fiel Filho.

Para apurar o ocorrido, mandou instaurar Inquérito Policial-Militar, tendo sido nomeado o coronel de Infantaria do Quadro do Estado-Maior da Ativa (Quema) Murilo Fernando Alexander, chefe do Estado-Maior da 2ª Divisão de Exército."

Documento datado de 28 de abril de 1976 e assinado por Darcy de Araújo Rebello, procurador militar, pede o arquivamento do processo alegando:

As provas apuradas são suficientes e robustas para nos convencer da hipótese do suicídio de Manoel Fiel Filho, que estava sendo submetido a investigações por crime contra a Segurança Nacional... aliás, conclusão a que também chegou o ilustre encarregado do Inquérito Policial Militar.

O Relatório do Ministério da Aeronáutica mantém a versão oficial.
Depoimento do preso político Antônio d'Albuquerque, em Auditoria Militar, à época, denunciou as torturas sofridas por Manoel Fiel Filho, afirmando que foi levado para ver seu cadáver no DOI-Codi/SP juntamente com outros presos políticos.

Biografia

Pequena biografia de Manoel Fiel Filho feita pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, por ocasião do lançamento do livro *Manoel Fiel Filho: Quem Vai Pagar por este Crime?*, da Editora Escrita, encontrado no antigo arquivo do Deops/SP:

Manoel Fiel, no dia 16 de janeiro de 1976, havia sido detido ilegalmente às 12h por dois policiais que se diziam funcionários da Prefeitura, na fábrica onde trabalhava, a Metal Arte. Puseram-no num carro, foram até sua casa, que foi vasculhada por eles. Nada encontraram que pudesse incriminar Fiel Filho.
Diante de sua mulher — Thereza de Lourdes Martins Fiel — levaram-no para o DOI-Codi do II Exército, afirmando que ele voltaria no dia seguinte. Mas ele não voltou.
No dia seguinte, um sábado, às 22h, um desconhecido, dirigindo um Dodge Dart, parou em frente à casa do operário e, diante de sua mulher, suas duas filhas e alguns parentes, disse secamente: 'O Manoel suicidou-se. Aqui estão suas roupas'. Em seguida, jogou na calçada um saco de lixo azul com as roupas do operário morto.
Sua mulher então começou a gritar: 'Vocês o mataram! Vocês o mataram!'
Naquela trágica noite, os parentes que foram até o Instituto Médico-Legal tentar recuperar o corpo do operário morto, sentiram-se pressionados. As autoridades só entregavam o corpo com a condição de que Fiel Filho fosse sepultado o mais rapidamente possível e que ninguém falasse nada sobre sua

morte. No domingo, dia 18, às 8h, ele foi sepultado. Desde então, a mulher do operário morto e suas duas filhas desaprenderam a sorrir. Obrigadas ao silêncio, elas nem mesmo se manifestaram quando o então comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Mello, foi exonerado do seu cargo.
Dias depois, um comunicado do II Exército dizia que Fiel Filho havia se suicidado na prisão e que todos os fatos seriam investigados. Em apenas 20 dias, foi feito um inquérito e, mesmo sem qualquer base legal ou provas concretas, concluiu pelo 'suicídio'.
Logo depois, o processo foi arquivado.
Dois anos se passaram em silêncio. Até que, recentemente, se pôde provar que, antes de morrer, o operário sofrera torturas. Gritava de dor e pedia aos seus torturadores: 'Pelo amor de Deus, não me matem'.
Seus gritos foram sumindo durante as torturas, até que acabou morrendo estrangulado. Não fora suicídio.
Diante das evidências, a viúva Thereza de Lourdes Martins Fiel resolve romper o silêncio e ingressar na Justiça com uma ação cível contra o Governo, requerendo indenização pela morte de seu marido.
'Não quero dinheiro. Quero justiça!' disse ela. Além disso, diante dos novos fatos, requereu-se à Justiça Militar que a morte de Fiel seja novamente investigada, o que está para acontecer.

Voz Operária

Sebastião Almeida, o *Deco*, vendia bilhetes de loteria na portaria da Metal Arte e era militante do PCB. Distribuía alguns exemplares do periódico *Voz Operária* e recolhia contribuições financeiras para o jornal.
No dia 15 de janeiro de 1976, foi preso em sua casa, quando almoçava, por três agentes do DOI-Codi do II Exército. Puseram-lhe um capuz e o conduziram à Rua Tutóia. Sua roupa foi trocada por um macacão, e imediatamente passou a sofrer pancadas, safanões e choques elétricos na sala de torturas. Nos dois dias seguintes, as sessões de torturas prosseguiram até que confessasse que distribuía o *Voz Operária* e recolhia contribuições. Em documento encontrado nos arquivos do Dops/SP há depoimento de *Deco* admitindo que entre 1971 e 1972 recebia de quatro a cinco exemplares, repassando três a Manoel Fiel Filho, operário da Metal Arte. Que de 1972 a 1974 recebia três exemplares e passava um a Fiel. E entre 1974 e 1975 recebia de dois a três exemplares e um ia para Fiel.
Por isso, os agentes do DOI-Codi foram buscar Manoel Fiel Filho, 49 anos, há 19 anos trabalhando na Metal Arte, para que confessasse a quem entregava o *Voz Operária* e quantos exemplares recebia. Por isso, foi acareado com *Deco*, torturado e morto.
"Chefe, a omelete está feita." Assim o policial comunicou ao *capitão Ramiro*, codinome do agente da Polícia Federal Laertes Aparecido Calandra, que Fiel

estava morto. Foi acareado com *Deco*, que lhe pediu chorando que negasse ter sido aliciado por ele. Fiel negou e levou uma violenta cotovelada no baço, curvou-se para frente, gemeu de dor e foi retirado.
Geraldo Castro da Silva, o *Enfermeiro,* foi preso no dia 16 de janeiro e posto em uma cela com José Teixeira, que já tinha levado tantos choques elétricos na "cadeira-do-dragão" e sal na boca que estava todo ferido. Geraldo ouviu o carcereiro chamar por Manoel Fiel Filho, ouviu o barulho da porta ao ser aberta e fechada, e pouco depois ouviu-o gritar e apelar: "Pelo amor de Deus, não judiem tanto de mim que vocês me matam". Depois, ouviu gemidos e gritos mais cansados e as vozes irritadas dos torturadores. O rádio foi ligado com volume elevado para abafar os gemidos.
"Aqui não adianta pedir a Deus nem ao diabo. Se eles caírem aqui também entram no pau", disse um torturador. Subitamente, os gritos pararam, o rádio foi desligado. Cessou o interrogatório de *Enfermeiro* e ele foi conduzido de volta à cela, sob um silêncio medonho. Antes de comer o almoço que lhe foi servido, *Enfermeiro* recebeu ordem de acompanhar o carcereiro até a porta da solitária, o *xis-zero*, onde estava Manoel Fiel Filho morto, estendido no chão, com uma meia amarrada no pescoço. Assim como Geraldo e José Teixeira, todos os 19 presos políticos que se encontravam no DOI-Codi foram levados para testemunhar, e advertidos: "Observem bem! Esse louco suicidou-se. Não havia necessidade para isso. Se vocês disserem o contrário lá fora, saibam que temos o endereço de um por um e vocês vão sofrer as conseqüências".

A prisão

Preso na fábrica, o alagoano de Quebrângulo, Manoel Fiel Filho, foi conduzido até sua casa por dois agentes do DOI-Codi que disseram ser funcionários da Prefeitura. Portavam metralhadoras ocultas por jornal. Thereza de Lourdes, esposa de Fiel desde 1954, ficou assustadíssima. Os agentes revistaram sua casa e não encontraram o que procuravam. À saída, Manoel Fiel Filho procurou tranqüilizá-la. E os agentes disseram: "Ele voltará logo". Era 16 de janeiro, uma sexta-feira. No sábado, às 22h, uma pessoa bateu à porta, apresentou-se como funcionário do Hospital das Clínicas, entregou à Thereza um saco plástico com o blusão, sapatos, cinto e 20 cruzeiros e disse-lhe que seu marido estava morto, tendo se suicidado.
Eles tinham duas filhas, Maria Aparecida e Márcia, 16 anos. Thereza desesperou-se. Um irmão de Fiel foi ao IML na madrugada de domingo, 18 de janeiro. Encontrou resistência para retirar o corpo de Fiel para ser velado. A ordem era sair do IML para o enterro. Conseguiu retirá-lo com o compromisso de velório curto, com poucos parentes. Foi velado por apenas duas horas, sendo enterrado às 8h30 de 18 de janeiro de 1976.

General Ednardo

Foi a terceira morte em seis meses no DOI-Codi. Em 8 de agosto de 1975, o tenente da PM/SP, José Ferreira de Almeida, foi assassinado no local, quando duas centenas de policiais militares foram presos (nessa ocasião foi morto o cel. José Maximino Andrade Neto, abandonado praticamente moribundo à porta de sua casa em Campinas, após torturas).

Em outubro, o assassinato de Vladimir Herzog, também apresentado como "suicídio", provocou a maior reação aos assassinatos oficiais e às torturas desde a edição do AI-5.

A morte de Manoel Fiel Filho aguçou a crise interna no governo Geisel. No dia 22 de janeiro, o general Ednardo D'Ávila Mello foi demitido do comando II Exército, como punição. Foi aberto um Inquérito Policial Militar, presidido pelo cel. Murilo Alexander, que durou 20 dias. O IPM concluiu que o culpado pela morte era a própria vítima, que Manoel Fiel Filho teria se matado para incriminar seus carcereiros. Se assim fosse, por que o general Ednardo foi demitido? O IPM não ouviu nenhum dos 19 presos políticos. O comandante do DOI-Codi, tenente-coronel Audir Santos Maciel, estava ausente naquele dia e afirmou que os presos eram guardados "em locais que não ofereçam possibilidades de os mesmos atentarem contra a própria vida", inclusive com inspeções constantes. Se era assim, não explicou por que apenas Manoel Fiel Filho teria ficado com suas meias, instrumento do suposto suicídio.

O capitão Dalmo Lúcio Cirillo, respondendo pelo comando do DOI-Codi, informou ao IPM que quando se deu a morte de Fiel serviam ali os delegados Harim Sampaio D'Oliveira e Edvardo José, o tenente-PM Tamoto Nakao, o sargento do Exército Luiz Shinji Akaboshi e os soldados PM Alfredo Umeda e Antônio José Nocete.

As punições foram leves. O tenente-coronel Audir foi transferido para o Rio; o subcomandante Dalmo Cirillo, para Brasília. Mas as conseqüências não foram pequenas, não só pela demissão do general Ednardo. O advogado Samuel Mac Dowell, no livro-reportagem de Carlos Alberto Luppi, avaliou: "Sua morte foi um martírio e pela repercussão e brutalidade ajudou a salvar muitas vidas. A partir daquele dia, a repressão nos cárceres deste país levou um soco no estômago, graças a Fiel. Os torturadores recuaram".

Desaprendi a sorrir

Thereza Lourdes Fiel e suas filhas guardaram durante dois anos a mágoa e a humilhação. Estimulada pela vitória de Clarice Herzog, viúva de Vladimir, que conseguiu sentença favorável em ação declaratória contra a União, Thereza resolveu ingressar com ação ordinária de indenização por perdas e danos contra a União em 18 de abril de 1979. "Não quero vingança, quero apenas justiça. Deus sabe o que faz. Maldito aquele que lavar as mãos com o sangue do próprio irmão." A família Fiel queria limpar o nome de Manoel, provando que ele não tirara a própria vida.

Sebastião de Almeida, o *Deco*, e Geraldo Castro da Silva, o *Enfermeiro*, procuraram a Comissão Justiça e Paz de São Paulo e resgataram a verdade sobre a morte de Fiel. Com base nas novas provas, além da ação indenizatória, a família Fiel, por intermédio dos advogados Belisário dos Santos Jr. e Maria Regina Pasquale, pediram o desarquivamento do IPM e novas investigações.

Se o suicídio fosse tão claro, por que tanto sigilo? A proibição da família de ver o corpo; o sumaríssimo velório; as ameaças à família que prosseguiram por dois anos; as ameaças aos 18 presos políticos caso questionassem o "suicídio" sob ameaça de voltar à tortura no DOI-Codi.

Os peritos criminais Paulo Pinto e Ernesto Eleutério, chamados pelo próprio DOI-Codi, não apontaram uma conclusão sobre se a hipótese de suicídio ou homicídio.

Os médicos-legistas indicados por Arnaldo Siqueira, José Antônio de Mello e José Henrique da Fonseca, apesar de registrarem "tórax, abdome, dorso e membros com vestígios de solução de continuidade recente", não anotaram tortura e deram como causa da morte: "A vítima veio a falecer por asfixia mecânica, por estrangulamento". Posteriormente, em entrevista, José Antônio de Mello declarou que, em seus 20 anos de medicina legal, e após milhares de necropsias, era o primeiro caso de suicídio por auto-estrangulamento de que tinha notícia, sendo o "homicídio a forma de maior freqüência nos casos de estrangulamento".

Além disso, Manoel Fiel Filho era pessoa comedida, de temperamento calmo, cujo único vinculo com o PCB era receber um ou dois exemplares de *Voz Operária*, o que certamente não faria com que ficasse detido por muito tempo. Não havia razão, portanto, para chegar ao gesto extremo de provocar a própria morte. Outra contradição: por que Manoel Fiel Filho fora levado à cela forte se já tinha prestado depoimento e estava em via de ser liberado?

Apesar das provas, indícios e evidências, a Justiça Militar recusou-se a desarquivar o IPM e a reabrir as investigações. O juiz-auditor Arylton da Cunha Figueiredo indeferiu o pedido. Na Justiça Federal, apesar das manobras da União, considerada na sentença litigante de má-fé, que incluiu a recusa em depôr do general Ednardo D'Ávila Mello, o processo caminhou.

Em 18 de abril de 1987, o TRF/SP deu sentença favorável à Thereza de Lourdes Fiel e suas filhas. Apenas em 1996, a indenização foi paga.

Na Comissão Especial, o parecer do relator Paulo Gonet Branco foi aprovado por unanimidade, uma vez que o falecimento se deu por causa não-natural em dependência policial, tendo Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda ressalvado a total inconformidade com a versão oficial.

Outras mortes

Carta indica suicídio

Antogildo Paschoal Viana (? - 8/4/1964)

Antogildo era dirigente sindical, da Diretoria da Federação Nacional dos Estivadores e tesoureiro do sindicato dos Estivadores no Rio, quando ocorreu o Golpe Militar de 1964.
Seu nome consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* como Antogildo Paschoal Viana: torturado e morto pelos agentes de segurança do Rio de Janeiro, segundo denúncia do livro *Torturas e Torturados,* de Márcio Moreira Alves.
A versão oficial divulgada pelos órgãos de segurança no dia 14 de abril de 1964 indicou suicídio. O corpo de Antogildo entrou no IML/RJ em 8 de abril de 1964 com a Guia nº 69 da 21ª DP, que dava como *causa mortis* "queda".
No entanto, sua esposa, Idelzuita Henrique Viana, em carta ao ministro da Justiça, diz que "sua morte não foi em dependências militares, mas decorrente da perseguição e pressão que lhe foi imposta".
Recorte de jornal anexado ao processo pela viúva registra que "Antogildo Paschoal Viana, membro do CGT amazonense, atirou-se do 5º andar do Hospital IAPETEC, na Avenida Brasil, indo se projetar na área interna do hospital, e morrendo instantaneamente".
Anexou ainda uma carta de próprio punho de Antogildo na qual pedia aos diretores da Casa do Amazonas, no Rio, dizendo: "Transportem meus restos mortais para serem enterrados no cemitério da Colônia Oliveira Machado, em Manaus". E ainda: "Pus fim à minha vida porque não podia mais suportar tanta doença e fraqueza mental. Sempre fui honesto para com todos e tudo, inclusive a Pátria".
É bastante provável que Antogildo estivesse sob ameaça de repressão por ser líder sindical, mas não foram encontradas provas de que ele estivesse preso ou sob custódia quando se suicidou.
Suzana Keniger Lisbôa, como relatora, escreveu à viúva Idelzuita Henrique Viana pedindo-lhe que indicasse provas ou testemunhas da prisão de Antogildo. A viúva reafirmou que ele não estava preso.
Suzana Keniger Lisbôa propôs, portanto, o indeferimento do requerimento da viúva, sendo acompanhada por todos os membros da Comissão.

Sem comprovações

Alcides João da Silva (? - 28/3/1972)

Por unanimidade, a Comissão Especial indeferiu o requerimento de Laura Bispo dos Santos, que pleiteava o reconhecimento de Alcides João da Silva como desaparecido político. Não houve comprovação do desaparecimento, nem da morte de Alcides por motivação política.

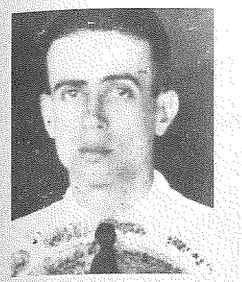
Nascido em Barbacena em 1916, Alcides, metalúrgico da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, casou-se com Laura Bispo da Silva em 1953. Alcides era ativista sindical e militante do PCB, segundo o testemunho de vários companheiros que com ele militaram.
Em 1957, Laura Bispo da Silva dele se separou, mudando, com os filhos, para Brasília. Em 1972, Laura voltou a Volta Redonda e Barra Mansa procurando por Alcides para legalizar a separação e sua nova união e não o encontrou nem dele obteve qualquer notícia. Daí lhe veio a suspeita de desaparecimento político devido à militânc.ia do ex-marido e da repressão vigente.
O filho de ambos, José Carlos da Silva, fez uma busca meticulosa e obstinada do acontecido com seu pai. Foi a Barbacena falar com Irene de Castro Ferreira, enfermeira que militou com Alcides no PCB até 1964. Por intermédio dela chegou a vários militantes e ex-militantes do PCB. Todos, a exemplo de José Antônio da Silva Filho, comprovam a militância de Alcides até 1957 ou até 1964. José Carlos soube da participação de Alcides em reunião, junto com o ex-deputado comunista Alcides Sabença, em um colégio a convite do prof. Brasil, em 1966. Não conseguiu, porém, qualquer informação de atividade política e de prisão de Alcides depois dessa data.
No Arquivo do Dops/RJ só foi encontrado um documento do tipo abaixo-assinado, de "solidariedade ao povo espanhol e pela legalização do PCB da década de 50".
Orientado pelo relator Nilmário Miranda, que aguardou por vários meses as investigações de José Carlos (e o próprio relator fez diligências), o filho buscou, em cartórios de Barra Mansa e Volta Redonda, Atestado de Óbito. Conseguiu localizar um Atestado de Óbito em Barra Mansa, de Alcides Fausto da Silva, com filiação ignorada, estado civil ignorado, idade presumida 48 anos, falecido em 28/3/1972, de edema agudo do pulmão, na Santa Casa. José Carlos procurou o médico que atestou o óbito, dr. Eron Almeida, que não recordava do caso. O declarante Laurindo Fernandes Braga não foi encontrado. Infelizmente, a Santa Casa não guardou os documentos anteriores a 1982 para conhecer o histórico da atenção a Alcides naquele hospital. O próprio José Carlos admitiu que aquele Atestado de Óbito poderia ser de seu pai.

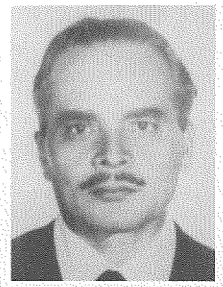
Metástase provocada

Afonso Henrique Martins Saldanha (22/9/1918 - 8/12/1974)

Constam os seguintes dados sobre Afonso Henrique Martins Saldanha no *Dossiê. Nasceu na cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco. Seus pais eram João Batista Martins Saldanha e Maria da Conceição de Barros Saldanha. Casado com Idalina Saldanha, era pai de cinco filhos.*

Professor de História, Geografia e Ciências. Exerceu o magistério em diversos estabelecimentos de ensino na cidade do Rio de Janeiro, citando-se o Colégio Rui Barbosa, o Colégio Mello e Souza, o Instituto de Educação Brasil-América. Dirigiu também o Colégio Helvécio Xavier Lopes, no Rio de Janeiro.
Convidado por Antônio Houaiss, Saldanha colaborou na Enciclopédia Britânica, escrevendo verbetes ligados à educação. Era ainda inspetor federal do Ministério da Educação e Cultura.
Foi presidente do Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro de 1967 a 1969. Foi reeleito para novo mandato — de 1969 a 1972. Não chegou a ser empossado porque foi cassado. Preso em 1970, foi levado para o DOI-Codi/RJ e torturado. Os torturadores se preocuparam particularmente em dar choques elétricos sobre uma verruga que Saldanha possuía na cabeça. Após 42 dias foi libertado, juntamente com Cecília Coimbra, que também se encontrava presa e foi testemunha desses fatos.
Segundo diagnóstico médico, isso contribuiu para desencadear um processo de metástase que acabou levando Saldanha à morte, em 8 de dezembro de 1974.

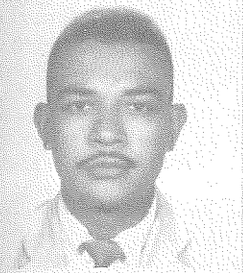

Célio Augusto Guedes

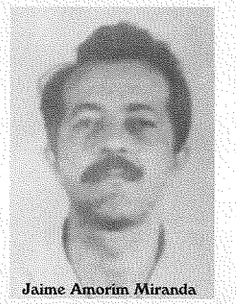

David Capistrano da Costa


Dilermano Melo do Nascimento

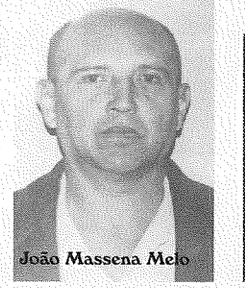


Elson Costa


Itair José Veloso

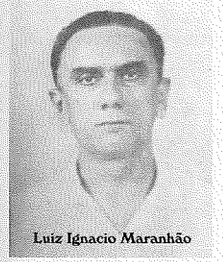


Jaime Amorim Miranda



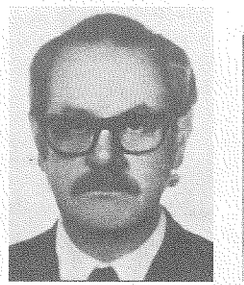
João Massena Melo


José Montenegro de Lima

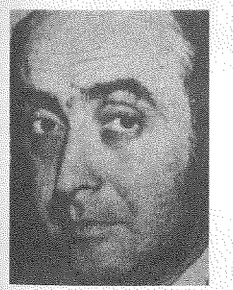


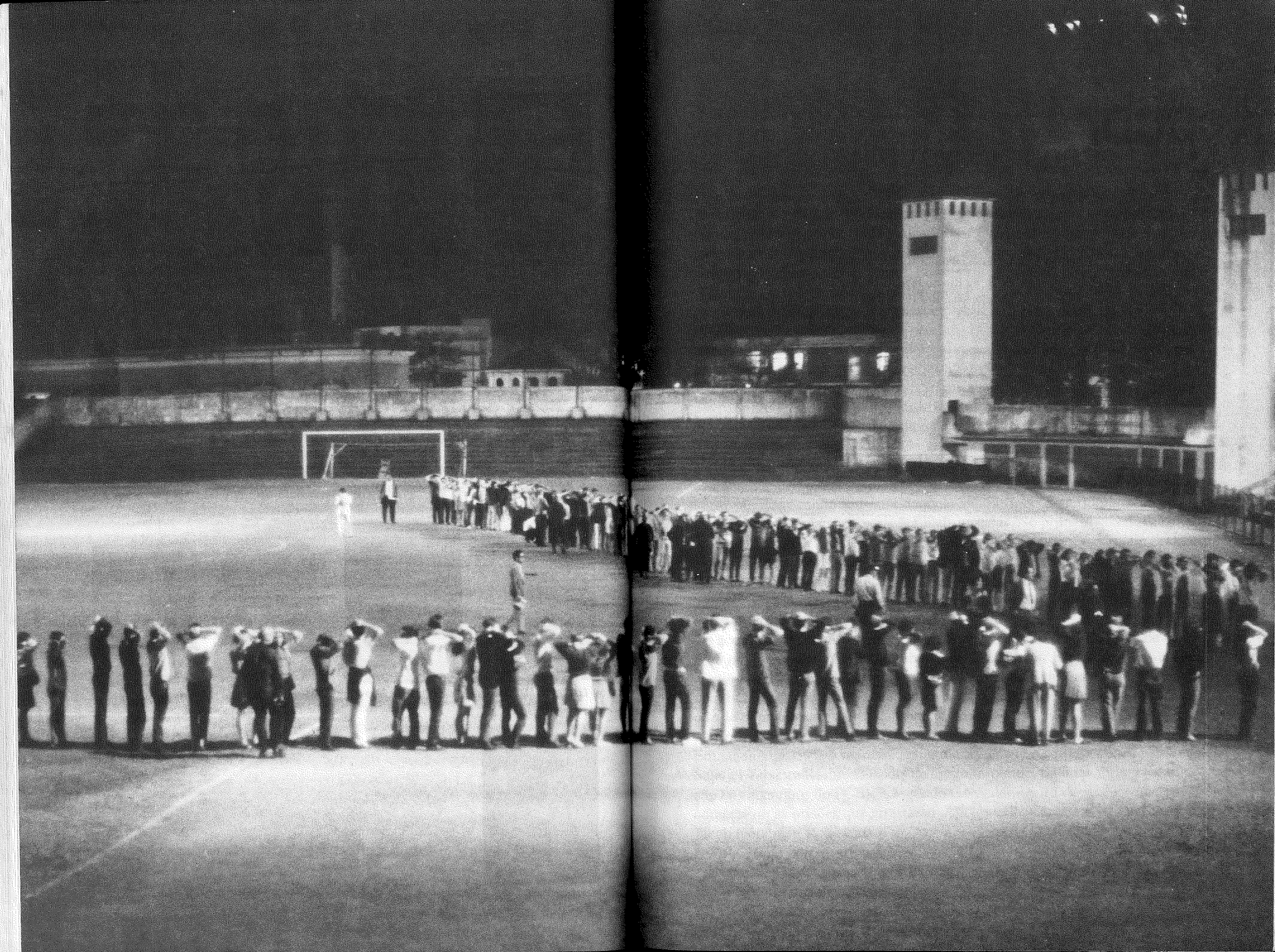
Luís Inácio Maranhão Filho


Manoel Fiel Filho


Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior


Wálter de Souza Ribeiro


Vladimir Herzog



pcbr 1968

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

Originou-se da luta interna do PCB no Rio de Janeiro, após o Golpe Militar de 1964, inicialmente como Corrente Revolucionária. Em 1968, depois de se desligar do partido, realizou sua I Conferência Nacional, assumindo a denominação de PCBR.

Número de mortos

O PCBR teve 16 dos seus integrantes mortos, sendo quatro desaparecidos (Mário Alves, Ezequias Bezerra Rocha, Ramirez Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho) e 12 "mortos oficiais".

Foto: Junho de 1968, Rio de Janeiro: a repressão desencadeia violenta ofensiva contra os estudantes na Praia Vermelha. Mais de uma dezena de mortos e centenas de presos recolhidos ao campo do Botafogo. O episódio passou a ser conhecido como a "Sexta-Feira Sangrenta".

PCBR

corrente revolucionária

As origens do PCBR — segundo o *Brasil: Nunca Mais* — "remontam aos primeiros tempos após 1964, quando seu principal dirigente, Mário Alves, jornalista e intelectual de forte prestígio na Executiva do PCB, começou a se opor às posições de Luís Carlos Prestes no Comitê Central, formando uma "Corrente Revolucionária" com força no Rio e no Nordeste. Mas a constituição formal do PCBR deu-se apenas em abril de 1968, no Rio de Janeiro".

Prossegue o BNM: "A proposta geral do PCBR consistia na constituição de um novo partido marxista que reformulasse a linha tradicional do PCB a respeito da necessidade da aliança com a burguesia brasileira, sem no entanto abraçar a bandeira da 'Revolução Socialista' imediata, como fariam, por exemplo, os dissidentes fundadores do MR-8. Quanto à estratégia, a proposta não divergia muito da ALN, coincidindo na escolha da área rural como palco mais importante da luta rumo a um "Governo Popular Revolucionário".

Desde abril de 1969, o PCBR se ocupou com operações armadas urbanas, essencialmente voltadas para a propaganda revolucionária. O acirramento da repressão no segundo semestre daquele ano obrigou o partido a reforçar sua clandestinidade e lançar operações mais ousadas. No primeiro assalto a banco feito pelo PCBR no Rio, teve início uma série de prisões que atingiram o Comitê Central, levando centenas de militantes para os porões da repressão.

Segundo o criterioso levantamento feito pelo *Brasil: Nunca Mais*, houve 31 processos referentes ao PCBR, somando 400 cidadãos atingidos como réus ou como indiciados nos inquéritos.

De acordo com Jacob Gorender, um dos dirigentes do partido, autor de *Combate nas Trevas*, o PCBR tinha bases na Guanabara, Estado do Rio, e uma menor em São Paulo. Ele conta: "No Nordeste, da Bahia ao Ceará, tínhamos uma base de apoio muito superior a qualquer facção dissidente do PCB e capaz de competir nos meios da esquerda". No Paraná, o PCBR expandiu-se a partir de Londrina.

Em janeiro de 1970, a repressão atingiu fortemente o partido, com a prisão de Salatiel Teixeira Rolim. "Depois de muito torturado, Salatiel abriu a localização dos aparelhos do PCBR", segundo Gorender. De 12 de janeiro em diante, começaram as prisões que arrastaram Apolônio de Carvalho, Miguel Batista, Jacob Gorender, Renê Carvalho, Álvaro Caldas e outros dirigentes.

No dia 16 de janeiro foi a vez de Mário Alves, morto na madrugada do dia seguinte, após bárbaras torturas. Dias depois, o marujo Marco Antônio apareceu morto em um aparelho da organização.

O PCBR teve 16 dos seus integrantes mortos, sendo quatro desaparecidos (Mário Alves, Ezequias Bezerra Rocha, Ramirez Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho) e 12 "mortos oficiais".
Eis a seqüência:
Mário Alves em 17/1/70 no Rio de Janeiro.
Odijas Carvalho de Souza em 8/2/71 no Recife.
Luiz Andrade de Sá Benevides e Míriam Lopes Verbena em 8/3/72, mortos em "acidente" no carro de Ezequias Bezerra da Rocha, desaparecido no dia 11 de março.
Segundo a versão oficial, seis militantes foram mortos no dia 29 de dezembro de 1972. Três carbonizados em um Fusca no Grajaú (Getúlio D'Oliveira Cabral, José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues), um do lado de fora (Fernando Augusto Valente da Fonseca) e dois durante um tiroteio em Bento Ribeiro, no Rio (Lourdes Vanderley Pontes e Valdir Sales Sabóia).
Como se verá, versões absolutamente falsas. Nessa mesma época, no bojo de uma série de prisões em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, ocorre um estranho "suicídio", em 23 de janeiro de 1973, por asfixia e com queimaduras de 1° e 2° graus na região pubiana, de Anatália Melo Alves.
Em outubro de 1973, novamente quatro militantes são carbonizados em um carro na Praça Sentinela, Jacarepaguá, Rio.
Dos doze "mortos oficiais" não foi localizada a família de Valdir Sales Sabóia.

Principal dirigente

Mário Alves de Souza Vieira (? - 16/1/1970)

Era o principal dirigente do PCBR, desaparecido aos 47 anos, no Rio de Janeiro. Aos 22 anos, já integrava o Comitê Estadual do PCB na Bahia, onde se destacara nas lutas populares pela paz, contra o nazifascismo. Aos 36 anos, foi eleito para o Comitê Central do PCB em 1957. Jornalista, dirigiu os jornais *Novos Rumos* e *Voz Operária*.
Em julho de 1964, foi preso no Rio, sendo libertado só um ano depois. Nas discussões internas do PCB pós-1964, tornou-se um dos expoentes das correntes de esquerda. Em 1966, teve seus direitos políticos cassados por dez anos, por ato de Castelo Branco, e em junho de 1966 foi condenado a sete anos de prisão. Atuou clandestinamente por dois anos em Belo Horizonte.
No VI Congresso do PCB, em 1967, foi expulso juntamente com Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, Miguel Batista dos Santos (no ano seguinte fundam o PCBR) e Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira (fundadores da ALN).
No dia 16 de janeiro de 1970, saiu de casa pouco depois das 19h30 para um compromisso rápido. Foi seqüestrado por agentes do DOI-Codi/RJ, levado ao centro de torturas da Barão de Mesquita, onde foi torturado até a morte, na madrugada do dia 17. Foi visto com vida, se esvaindo em sangue, pelo advogado Raimundo Teixeira Mendes: "Cerca de 20h30 do dia 16 de junho, sexta-feira..." o jornalista Mário Alves de Souza Vieira (foi) conduzido para a cela que ficava ao lado... foi submetido a interrogatório".
Ante a postura de Mário Alves de se negar a responder aos seus interrogadores, passaram às torturas: "Depois de violentamente espancado, torturado com choques elétricos, no pau-de-arara, afogamentos... então introduziram um cassetete de madeira com estrias, que provocou a perfuração de seus intestinos e a hemorragia que determinou sua morte".
Foi visto também por outros presos políticos, como o ex-vereador Antônio Carlos de Carvalho, Renê Carvalho e Manoel João, que contaram à sua companheira, Dilma Vieira. Impedida de divulgar o assassinato do marido pela imprensa, Dilma conseguiu fazer chegar ao exterior o seu depoimento, passando-o de mão em mão: "Alguns presos, levados à sala de torturas para limpar o chão sujo de sangue e de fezes, viram meu marido moribundo, sangrando pela boca e pelo nariz, nu, jogado no chão, arquejante, pedindo água, e os militares torturadores em volta, rindo, não permitindo que lhe fosse prestado nenhum socorro".
Apesar das testemunhas de sua presença na prisão, das torturas e da situação desesperadora de saúde, os órgãos de segurança negaram a prisão de Mário Alves. Só em 1987, em 1° de dezembro, a União foi condenada pela prisão e morte e danos morais, em ação de responsabilidade civil movida pela viúva e

filha de Mário Alves, por intermédio das advogadas Abgail Paranhos e Ana Márcia Muller.
Foi a primeira vez que a União reconheceu sua responsabilidade em um caso de desaparecido político pela via judicial. A Lei 9.140/95 completou o reconhecimento da responsabilidade do Estado na morte e desaparecimento de Mário Alves.

Contar os gritos: esperar que cada um seja o último...

Odijas Carvalho de Souza (? - 8/2/1971)

Alberto Vinícius de Melo Nascimento foi preso no Paraná, em Pato Branco, no dia 29 de novembro de 1970. Foi torturado por 16 dias naquele Estado e em São Paulo: espancamento, pau-de-arara; choques no pênis, ânus, pés, mãos, cabeça, nádegas; teve a perna quebrada a golpes (ficou no gesso dez dias). Foi transferido para a Delegacia de Segurança Social do Recife, em meados de janeiro de 1971. Lá, segundo ele, seria testemunha de "um dos acontecimentos mais dolorosos" de sua vida: as sevícias, tortura e morte de Odijas Carvalho de Souza.

No dia 30 de janeiro de 1971 fui acordado cedo por uma grande movimentação. Por volta das 7h, Odijas passou diante da cela, conduzido por policiais, que o colocaram em uma cela vizinha. Estava de calção de banho, camisa e descalço. Alberto conversou com Odijas até cerca de 11h, quando chegou o delegado José Silvestre. Estavam na Delegacia de Segurança Social (DSS), além de Alberto, a jovem Lylia, que fora presa com Odijas em uma casa na praia de Maria Farinha, Tarzan de Castro e sua companheira, Maria Cristina Rizzi. Com a chegada do delegado, iniciou-se o suplício de Odijas.
Na entrada para o corredor das celas ficava a sala na qual por 17 horas os torturadores se revezavam na tentativa inútil de obter informações que os levassem à localização de outros companheiros. Apesar de existência da porta de madeira isolando a sala do corredor, chegaram até nós os gritos de Odijas, os ruídos das pancadas e das perguntas cada vez mais histéricas dos torturadores. Durante este período, Odijas foi trazido algumas vezes até o banheiro, colocado sob o chuveiro para em seguida retornar ao suplício. Em uma dessas vezes, ele chegou até minha cela e pediu-me uma calça emprestada, porque a parte posterior de suas coxas estava em carne viva. Os torturadores animalizados se excitavam ainda mais, redobrando os golpes exatamente ali. Em um determinado momento, nossa tensão, angústia e impotência eram tão grandes que Tarzan resolveu contar os golpes e gritos sucessivos. Lembro-me que a contagem passou dos 300. Por volta das 2h, os torturadores extenuados e vencidos colocaram Odijas na cela. Passados alguns minutos, apareceu o delegado Silvestre. Visivelmente irritado, gritando com os torturadores, ordenou o reinício do assassinato que se prolongou até 4h do dia 31 de janeiro. Desse dia ao dia 5 de fevereiro não foi mais torturado fisicamente. Seu estado de saúde era gravíssimo. Estava com retenção de urina, vomitando sangue e sem alimentar-se. Foi retirado uma vez para um hospital onde urinou por meio de sonda. O ódio e a selvageria dos torturadores deixaram que ele definhasse, sem assistência médica, até finalmente, sem possibilidade de sobrevivência, ser retirado às pressas para um hospital, vindo a falecer três dias depois.

Sem medo de denunciar

A jovem Lylia da Silva Guedes, de 18 anos, presa com Odijas, denunciou as torturas na Auditoria Militar de Fortaleza, no dia 16 de maio. Disse que foi torturada durante dois dias, quatro horas por dia. E que assistiu a Odijas, sentado, despido, sendo agredido por 15 pessoas na DSS. Chegou a citar os nomes de dez policiais diretamente responsáveis pela morte Odijas.
Carlos Alberto Soares, preso, foi levado à DSS no dia 5 de fevereiro, viu as manchas de sangue de Odijas na cela e também denunciou na Auditoria Militar de Fortaleza que o policial Luiz Miranda comandou as torturas que levaram à morte de Odijas.
Entre os dias 5 e 8 de fevereiro, também chegaram à DSS Mário Miranda de Albuquerque, Cláudio Gurgel, Rosa Soares e Maria Yvone Loureiro, esposa de Odijas Carvalho de Souza. Não chegaram a ver Odijas, já removido para o Hospital da Polícia Militar.
Yvone, Mário, Rosa e Cláudio também denunciaram na Auditoria da 7ª RM do Recife, as torturas e morte de Odijas.
No fim de fevereiro, presos políticos que estavam no Dops, incomunicáveis, fizeram greve de fome para quebrar o isolamento. No dia 2 de março, Yvone, Lylia, Alberto, Mário, Cláudio e Rosa conseguiram fazer sair do Dops um documento com o título *Carta-Denúncia*, enviado ao povo brasileiro pelos revolucionários presos no Dops/Recife, responsabilizando autoridades militares pernambucanas pelo assassinato, por meio de torturas, do estudante Odijas Carvalho de Souza, em 10 de fevereiro de 1971. Acusam os militares de infringir também a eles, presos políticos autores da denúncia, torturas e sevícias de toda espécie.
"Fazendo estas denúncias sabemos que represálias poderão vir, mas também sabemos que o sacrifício de Odijas é nosso." Relatam que Odijas foi torturado das 11h do dia 30 às 4h do dia 31 de janeiro, recebendo pontapés e murros na cabeça, intestinos, rins e testículos. Às 2h, tinha as nádegas em carne viva, resultado de surras de palmatória. Acusam o Secretário de Segurança Armando Samico, o diretor do Dops, Ordolito Azevedo, o delegado de segurança social José Silvestre, o delegado de furtos e roubos Carlos de Brito, o delegado de Acidentes Aquino de Farias, os investigadores Cesário, Rivel Rocha,

Ivanildo Nemésio, Severino Pereira da Silva, Ivaldo Vieira, Fausto Venâncio da Silva Filho, Edmundo Brito de Lima. O investigador Luiz Martins Miranda foi apontado por todos como o principal e mais cruel dos torturadores. O próprio Odijas contou a Alberto Vinícius que Miranda bateu nele até cansar. Miranda participou no assassinato do padre Henrique, no atentado a Cândido Pinto de Mello e em outras mortes de presos políticos.
O Atestado de Óbito foi assinado pelo médico-tenente PM Ednaldo Paz Vasconcelos. Ele registra que Odijas Carvalho de Souza morreu às 5h30 do dia 8 de fevereiro de 1971 e dá como causa da morte embolia pulmonar. O mesmo médico-tenente assina o laudo cadavérico, omite os estragos causados ao corpo de Odijas no baço, rins, fraturas de osso e hematomas.
A morte de Odijas só foi divulgada 20 dias depois, no dia 28 de fevereiro, e atribuída a causa natural, embolia pulmonar. Foi enterrado como indigente no Cemitério de Santo Amaro com o nome de Ozias, para dificultar a localização.
No dia 26 de junho, o deputado Oscar Pedroso Horta, líder do MDB, e membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, protocolou a denúncia nº 54.953/71, sobre a morte de Odijas.
No início de 1972, o advogado José Neves, representante da OAB no CDDPH, pediu vistas do processo, para evitar o arquivamento, e foi à Casa de Detenção visitar os presos que testemunharam o suplício de Odijas. Os presos dispuseram-se a depor em qualquer instância. De nada adiantou a tentativa da OAB e do deputado Pedroso Horta. Em agosto de 1972, o processo foi arquivado.

Oculturam o corpo de mim

Maria Yvone Loureiro conheceu Odijas quando ele tinha 14 anos e ela 12, em sua cidade natal, Viçosa, em Alagoas. Ele era de Atalaia. Reencontraram-se na Universidade Rural de Pernambuco, onde ele estudava Agronomia e ela Economia Rural. Militaram juntos no movimento estudantil, vincularam-se ao PCBR, namoraram e casaram-se em 1969, em Fortaleza.
Maria Yvone foi presa no dia 7 de fevereiro, em Natal, juntamente com Carlos Alberto Soares, Rosa Soares, Cláudio Gurgel. No dia 9, foram levados ao Dops do Recife. Lá se encontrou com Lylia Guedes e Alberto Vinícius Nascimento, que lhe contaram sobre as bárbaras torturas sofridas por seu marido e a remoção dele para o hospital. Desconhecendo que Odijas estava morto desde o dia 8, Maria perguntava sempre que podia ao secretário de segurança, Armando Samico, e a José Silvestre por seu marido. Eles respondiam que estava bem, recuperando-se de uma crise renal.
Com a divulgação pela imprensa da morte de Odijas, no dia 28 de fevereiro, um policial lhe disse que ele morrera de embolia pulmonar. Rosa, sua companheira de cela, ficou chorando. Yvone, em estado de choque. No dia seguinte pediu para ir ao banheiro. Do banheiro, no 1º andar, avistava-se a fila das pessoas tirando documentos e os transeuntes que circulavam no térreo da Secretaria de Segurança. Dali, Yvone pôs-se a gritar: "Meu marido Odijas foi assassinado sob torturas!" Gritou até ser retirada à força.

"Odijas tinha sido morto em 8/2/71 e não comunicaram, mesmo eu estando presa desde 7/2/71. Enterraram-no e ocultaram o corpo de mim e de seus pais e de suas irmãs."

Seu pai morreu poucos meses depois, sua mãe alguns anos depois — "nunca se recuperaram da perda do filho".
O deputado Jarbas Vasconcelos visitou Yvone, Rosa e Lylia no Quartel do Derby e denunciou as torturas e a morte de Odijas na Assembléia Legislativa pernambucana.
Maria Yvone tentou a exumação do corpo de Odijas, sem sucesso.
Marcos Freire, no seu livro *Oposição Hoje*, e Paulo Cavalcante, em O *Caso Eu Conto Como o Caso Foi*, relatam minuciosamente tudo o que ocorreu.
Maria Yvone Loureiro Ribeiro, ao encaminhar o requerimento à Comissão Especial afirmou:
"Neste momento, com este processo, remexemos as nossas dores, as feridas que, na verdade, nunca cicatrizaram, mas entendo que é necessário fazê-lo. Trata-se do resgate histórico. É uma questão de justiça resgatar a verdadeira história de centenas de pessoas, na sua maioria jovens com sonhos de democracia e justiça social que enfrentaram a violência da ditadura militar, denunciando-a, desmascarando-a, pagando por esta ousadia um lato preço — a vida. Este processo é importante, sobretudo para a formação da consciência das novas gerações de que tortura é crime e esta prática criminosa e covarde tem que ser condenada e abolida de nosso país!"
O relator do caso na Comissão Especial foi o general Oswaldo Gomes. A responsabilidade do Estado pela morte de Odijas foi reconhecida por unanimidade (7 x 0).

Acidente ou assassinato?

Luiz Andrade de Sá Benevides (28/9/1942 - 8/3/1972)
Míriam Lopes Verbena (1943 - 8/3/1972)

Luiz Andrade de Sá Benevides era funcionário do Banco do Estado da Guanabara e estudante de Ciências Sociais. Morreu no dia 8 de março de 1972, em Caruaru, Pernambuco, ao ser perseguido por agentes da Polícia Federal, juntamente com Míriam Lopes Verbena, sua mulher. A versão oficial é que morreram em decorrência de um acidente de carro. Tal versão está registrada em documentos encontrados nos arquivos do Dops/PE. Ambos militavam no PCBR. O *Dossiê* registra os dois nomes, com poucas informações.
O relator dos casos na Comissão Especial, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, votou pelo indeferimento, por falta de provas. A família recorreu da

decisão, houve nova apreciação, mas o resultado foi mantido por unanimidade de votos. O processo referente a Míriam, independentemente do mérito, deu entrada fora do prazo legal junto à Comissão.
As circunstâncias das mortes de Luiz Benevides (que utilizava na ocasião documentos falsos em nome de 'José Carlos Rodrigues') e Mírian Verbena, recém casados, até hoje não foram esclarecidas.
Iara Xavier Pereira, da Comissão de Familiares, encaminhou à Comissão Especial minucioso relatório sobre os casos, a título de informação complementar, visando subsidiar o pedido de reavaliação feito pela família Benevides. Ela expõe:

Ao longo desses 26 anos, os familiares de Luiz Benevides e de Mírian Verbena, bem como o Grupo Tortura Nunca Mais de Pernambuco e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, têm tentado esclarecer as reais circunstâncias das mortes. Os familiares de Luiz Benevides sempre estiveram preocupados não só com o resgate da verdade histórica, mas também com o resgate dos restos mortais dele.

Referindo-se ao depoimento no qual o relator se baseou para votar pelo indeferimento, Iara argumenta que tal documento restringe-se a três páginas, nas quais o autor relata as suas investigações, cita apenas os nomes de algumas testemunhas do acidente, sem anexar nenhum depoimento, documento ou fornecer indícios concretos que confirmem a versão oficial do regime militar. Em vista disso, ela informa as providências tomadas:

A Comissão de Familiares considerou que, para o resgate da vida e morte de Luiz Benevides e Mírian Verbena, era necessário refazer todas as investigações, esgotar todas as pistas, dados, confrontar os depoimentos das diversas testemunhas e pessoas envolvidas diretamente e indiretamente nos fatos. Assim, em outubro de 1997, encaminhou à Comissão de Pesquisa e Levantamento dos Mortos e Desaparecidos Políticos de Pernambuco uma sugestão de roteiro para proceder as investigações. E, em março de 1998, com o credenciamento da Comissão Especial, estivemos em Pernambuco para finalizar os levantamentos.

O roteiro sugerido foi em grande parte cumprido e as investigações realizadas. O relatório apresentado é extenso e minucioso. Aqui está registrado o resumo dos levantamentos e as principais dúvidas sobre o caso, que permanecem, indicadas pela Comissão de Familiares.

Resumo do caso

Em 24/02/72, Luiz Benevides esteve em Cachoeirinha - PE, tentando obter o Certificado de Alistamento Militar, tendo por base documentação falsa obtida em Recife a partir de Certidão de Nascimento em nome de "José Carlos Rodrigues". Os depoimentos da responsável pela Junta do Serviço Militar de Cachoeirinha, Jaidenize, mudaram a cada vez em que foram prestados. Na última vez, em 04/03/98, fez questão de afirmar que Luiz Benevides não estivera com ela no dia 08/03/72 na Junta Militar em Cachoeirinha.
Sabemos que o carro saiu da pista e capotou do lado direito da rodovia, no sentido Cachoeirinha — São Caetano. A razão da viagem era dar continuidade ao processo de obtenção do Certificado de Alistamento Militar para Luiz Benevides. Pelo sentido de direção, eles já haviam passado em Cachoeirinha. Não se pode deixar de considerar a hipótese, portanto, de a repressão ter sido avisada do provável retorno de Luiz Benevides à Junta Militar de Cachoeirinha, após ter dado entrada no pedido no dia 24/02/72. Ou seja, desconfiada de alguma coisa, Jaidenize pode ter informado o coronel Geraldo Isaias de Macedo, de Belo Jardim, sobre o pedido de Luiz Benevides e o seu retorno marcado para 08 de março do mesmo ano. Nessa hipótese, Luiz Benevides e Mírian Verbena, ao chegar em Cachoeirinha, podem ter sido perseguidos na BR 234 (hoje BR 423), o que pode ter gerado o acidente, premeditadamente ou não. O local do acidente é classificado pelo DNER como um 'ponto negro', isto é, um local onde ocorrem sucessivos acidentes.
Queremos destacar que a versão apresentada no inquérito policial por Ernesto Máximo é inverossímel. Ele diz que viu um carro acidentado com pessoas feridas e não parou para prestar socorro, tendo avisado, ele mesmo, ao posto e à delegacia. Naquela época, não era costume, em um local como aquele, as pessoas não pararem para prestar socorro. Não foi possível localizar o endereço de moradia fornecido por Ernesto Máximo em São Caetano. Assim como não sabemos quem socorreu e transportou Luiz Benevides e Mírian Verbena para o hospital. O depoente e o delegado dizem que foram os patrulheiros, mas não informam os nomes deles. O patrulheiro que saiu do posto para o local do acidente só encontrou o carro. Os feridos já tinham sido retirados.
Ouvimos vários relatos referentes a uma perseguição policial e a tiros dados nos pneus do carro, bem como ao fato de que os seus ocupantes teriam sido levados ao hospital por agentes da Polícia Federal. Não conseguimos, porém, obter nada que sustentasse essas informações, relatadas na base do "ouvi dizer".
A possibilidade de que os militantes do PCBR estivessem sob o controle dos agentes da repressão fica indicada por um relatório do Ministério do Exército, no qual está ressaltada a importância dada à organização em Recife, que contaria com aproximadamente 200 militantes, com destaque para o setor estudantil.
Solicitamos informações a vários ex-militantes do PCBR que atuaram no Nordeste, assim como pesquisamos alguns dos processos referente à organização, arquivados no Superior Tribunal Militar (STM), o que permitiu traçar um histórico da situação,
Tivemos dificuldade para obter as informações, além da falta de tempo para aprofundar e cruzar muitos dos dados obtidos. Assim, de forma geral e incompleta, elaboramos o seguinte esquema:

Em janeiro de 1970, no Rio de Janeiro, aconteceram várias prisões de militantes do PCBR, inclusive a prisão e desaparecimento forçado do dirigente da organização, Mário Alves de Souza Vieira.
Em ouubro do mesmo ano, ocorreram novas prisões de militantes do PCBR em Salvador, Bahia.
Em janeiro de 1971, o mesmo ocorreu em Recife e em Natal (alguns conheciam Mírian Verbena, que, por isso, afastou-se de Recife por alguns meses - não se sabe precisamente quando retornou).
No dia 6 de março de 1972, novas prisões ocorreram no Rio de Janeiro.
Dois dias depois, em 8 de março, ocorrem as mortes de Luiz Benevides e Mírian Verbena, em Pernambuco, com os seguintes desdobramentos:
No dia seguinte, 9, a irmã de Mírian, Maria Adozinda Monteiro da Costa, foi seqüestrada e presa por policiais.
No dia 10, Ezequias Bezerra da Rocha (que emprestara o carro em que viajaram Luiz Benevides e Mírian Verbena) e sua mulher Guilhermina Bezerra da Rocha foram presos.
Três dias depois, 13, o cunhado de Mírian, Aloysio Gonçalves da Costa, também foi preso.
No dia 29 de março, deu-se a prisão de Romildo Maranhão do Vale. E, a partir de 3 de abril de 1972, aconteceram muitas outas prisões de militantes do PCBR.
O órgãos de segurança divulgaram pela imprensa a seguinte versão para as detenções:
Diário de Pernambuco *(12/05/72) - Os órgãos de segurança conseguiram desbaratar um grupo do PCBR, que estava atuando na área. As quedas dos seus integrantes começaram após as mortes, em acidente de automóvel, de Luiz Alberto Sá e Benevides, que usava o nome falso de José Carlos Rodrigues, e sua esposa Mírian Lopes Verbena.*
(...) Após a notícia dessas mortes, os seus companheiros de Partido se apressaram em comparecer ao apartamento do casal morto, a fim de limpar o material comprometedor do Partido, composto de armas, panfletos e outros documentos. Este serviço ficou a cargo de Romildo Maranhão do Vale e Pedro Eugênio de Castro Toledo Cabral. Porém, os órgãos de segurança estavam vigilantes e conseguiram prender esses elementos.
Jornal do Brasil *(17/12/72) - (...) A polícia encontrou no apartamento do casal os nomes dos 21 implicados que foram ouvidos pelo DOPS. (...)*

Dúvidas e contradições

O relatório apresentado por Iara Xavier ressalta, mais uma vez, as difíceis condições em que as informações foram obtidas e levanta as principais dúvidas e contradições que comprometem a veracidade da versão oficial:

Não podemos deixar de considerar que, ao analisarmos os fatos ocorridos durante o regime militar, não contamos com todos os documentos arquivados pelos vários órgãos de segurança nem com a colaboração dos ex-agentes da repressão.
Não consta do inquérito policial, dos documentos do DOPS/PE ou dos do DOI/CODI informação sobre a identidade de quem socorreu e transportou os feridos para o hospital São Sebastião, em Caruaru, Pernambuco.
Se foi um "acidente fortuito", por que várias pesoas se referem à circunstância de o hospital estar, na ocasião, cheio de policiais e os médicos e enfermeiros terem medo de falar sobre o caso?
As notícias da imprensa e o chefe do posto policial informam que Luiz Benevides estava dirigindo o automóvel, mas nós sabemos que ele não dirigia e Mírian havia tirado recentemente a sua carta de habilitação.
Por que os nomes de "José Carlos Rodrigues" (utilizado por Luiz Benevides) e Mírian Lopes Verbena (ou Lopes Rodrigues, já que haviam se casado há pouco tempo) não constam do Livro de Registro de Internações do Hospital São Sebastião?
Com base em quais documentos foi possível preencher as fichas de Exame Cadavérico e o Atestado de Óbito de Mírian Verbena, nas quais consta o estado civil (casada) e o sobrenome Rodrigues, uma vez que a documentação pessoal dela ainda era a de solteira (Lopes Verbena) e a Certidão de Casamento não consta da lista de materiais aprendidos tanto no automóvel do acidente como no apartamento em que residiam? Além disso, tal documento não consta também dos arquivos do DOPS/PE nem da apelação 39721 ao STM.
Por que no Livro de Enterramentos do Cemitério Dom Bosco de Caruaru está registrado que 'José Carlos Rodrigues' e Mírian Lopes Rodrigues foram sepultados no dia 10/03/72, sendo que seus parentes ao testemunhar disseram que Míriam foi sepultada no dia 8 de março e Luiz Benevides no dia 9?
Por que não foi solicitado aos parentes de Mírian que fizessem o reconhecimento dos cadáveres? Consta nas fichas de autópsia que os corpos foram reconhecidos por José Nunes Sobrinho (que identificamos como policial de plantão no hospital no dia dos fatos, infelizmente já falecido) e Severino Ramos da Silva (que não foi possível descobrir de quem se trata).
Se os órgãos de repressão não estavam controlando ou perseguindo Luiz Benevides e Mírian Verbena, qual a explicação para que, na noite de 9 de março, Maria Adozinda tenha sido seqüestrada e presa e não o seu marido (e/ou seu irmão), que estiveram em Caruaru, realizando todas as ações para liberar os corpos e sepultar o casal? Não podemos esquercer que, nesse mesmo dia, Adozinda, acompanhada de dois militantes do PCBR, esteve no apartamento de Luiz Benevides e Mírian.
Apesar de constar no inquérito policial a ficha de autópsia de Mírian, há declaração de parente dela afirmando que, ao chegar ao hospital de Caruaru,

no dia 8, foi conduzido ao local onde estava o corpo e teve oportunidade de levantar o lençol que o cobria para verificar se havia algum ferimento de arma de fogo, constatando que o mesmo não tinha sido autopsiado.

No relatório, Iara Xavier, mesmo considerando as lacunas e contradições do processo, manifesta a conclusão de que Luiz Benevides e Mírian Verbena foram mortos em decorrência da ação de agentes policiais. Afirma, no entanto, que, apesar de todos os esforços realizados ao longo desses 26 anos, não foi possível obter nenhuma evidência concreta, palpável, que confirmasse ou não a versão oficial de que Luiz Benevides e Mírian Verbena morreram em um 'fortuito acidente de automóvel'.
O caso de Luiz Benevides foi novamente apreciado pela Comissão Especial. O relator Luis Francisco considerou valiosos os esforços e resultados obtidos pela Comissão de Familiares nas investigações realizadas, mas votou novamente pelo indeferimento, no que foi acompanhado por todos os outros integrantes: 7x0.

"Teatrinho" de vingança

Lourdes Maria Wanderley Pontes (? - 29/12/1972)
Fernando Augusto Valente da Fonseca (? - 29/12/1972)
José Bartolomeu Rodrigues de Souza (5/5/1949 - 29/12/1972)
José Silton Pinheiro (31/5/1949 - 29/12/1972)
Getúlio D'Oliveira Cabral (4/4/1942 - 29/12/1972)
Valdir Sales Sabóia (? - 29/12/1972)

Quando o *Jornal Nacional* do dia 17/1/73 noticiou a morte de seis "terroristas" do PCBR, Paulo Pontes não ficou sabendo da morte de sua esposa, porque a TV da sua cela deu defeito no exato momento da notícia; dormiu preocupado, com maus presságios. Sua mulher estava com aquele pessoal morto. "Deve ter sido presa".
Dia seguinte, 18 de janeiro, era dia de visita e a notícia desabou sobre ele quando recebeu os recortes de jornais no presídio Lemos de Brito, em Salvador. Os jornais relatavam que no dia 29 de dezembro de 1972, "6 militantes do PCBR foram mortos no Rio. Dentre eles, Luciana Ribeiro Silva, *Gordinha - Cláudia*, natural de Olinda/PE, casada com o terrorista Paulo Pontes da Silva (*Natanael*), preso e condenado à prisão perpétua".
Além do choque, causou-lhe estupor a versão oficial só vir à luz 20 dias depois, e o nome real de sua mulher, Lourdes Maria Wanderley Pontes, não aparecer, e sim o da identidade falsa, Luciana Ribeiro da Silva.
Paulo Pontes estava preso desde outubro de 1970. Ele é um sobrevivente. Estava em um ponto com Theodomiro Romeiro dos Santos e Getúlio D'Oliveira Cabral, no Dique do Tororó. Ele e Theo estavam de costas para a rua, e Getúlio, de frente, foi quem viu primeiro: "Olha esse Jipe aí", gritou. Paulo viu-se agarrado por trás e içado, levantado do chão. Theo foi agarrado, mas ficou com a pasta. Getúlio correu e começou a atravessar a ponte de madeira do Dique, trocando tiros com o cabo Odilon, que o perseguia. Theo e Paulo foram enfiados no Jipe e algemados, o punho direito de Theo no esquerdo de Paulo. O Jipe, ultrapassou o cabo Odilon, que corria a pé para pegar Getúlio, que já estava no meio da ponte. Theo tirou sua arma da pasta e atirou com a mão esquerda, matando o sargento Valder, que tentava descer para atirar em Getúlio, e ferindo no ombro o policial federal Hamilton Borges. Hamilton gritou: "Mata ele Felipe, estou atirado" (Paulo nunca tinha ouvido esta expressão "estou atirado"). Por sorte, Felipe não os matou.
No dia seguinte, os jornais noticiaram a morte do sargento Valder Xavier de Lima, o ferimento do agente Hamilton Borges, a prisão dos dois militantes do PCBR, Paulo Pontes e Theodomiro Romeiro dos Santos, e a fuga de Getúlio D'Oliveira Cabral. Mesmo sob tortura, Paulo não abriu seu "aparelho" e Lurdinha conseguira escapar.
Depois disso, só teria notícia dela seis meses depois. Tinha sido levado ao Dops do Recife e recebera a visita de sua mãe, que lhe trouxe escondido um bilhete de Lurdinha, dizendo: "Eu te amo. Vocês são heróis. Na notícia do julgamento, o jornal diz que vocês são bonitos. Aposto que foi uma jornalista...".
Quando Paulo voltou da visita, ainda abalado pela notícia da morte de Lurdinha e dos cinco militantes, seus colegas de prisão, Tibério Canuto e Emiliano José comentaram: "Você entendeu o recado, não entendeu?"

Qual era o "recado"?

Vinte e nove de dezembro — data em que teriam morrido os seis militantes do PCBR —, era o dia do aniversário de Theodomiro.
Local da morte de Lurdinha e Valdir Sales Sabóia: Rua Sargento Valder Lima nº 12, em Bento Ribeiro. Valder Xavier de Lima era o sargento morto por Theodomiro.
Dentre os mortos, Luciana Ribeiro Silva, *Lurdinha*, esposa de Paulo Pontes, e Getúlio D'Oliveira Cabral, que escapara do episódio ocorrido no Dique do Tororó.
Paulo Pontes conheceu Lurdinha no Recife em 1967, ainda militante secundarista em um colégio de freiras. Casaram-se em fevereiro de 1969. Quando Paulo passou à clandestinidade, fez uma identidade para si com o nome de José Fernandes da Silva e para Lurdinha com o de Luciana Ribeiro da Silva.
Apesar de estar preso à disposição do Estado, Paulo Pontes não foi informado da morte da esposa, nem levado para reconhecê-la. Para ele estava claro que a divulgação do nome falso e só 20 dias após a morte foi o artifício usado para evitar que o corpo fosse reclamado pela família. Só em 1986, por via judicial, ele obteve a retificação do Atestado de Óbito. O corpo, nunca.

Fernando *Sandália*

Sandra Maria de Araújo Fonseca e Fernando Augusto Valente da Fonseca casaram-se no Rio, no dia 11 de julho de 1968. Primeiro veio André Luiz, depois Fernanda.
Fernando *Sandália* fora demitido do Banco do Brasil, no Rio. Dirigente do PCBR, vivia clandestinamente na Bahia e no Ceará.
Agora estava em Maceió. Sandra queria passar o fim de ano no Rio, levar o André Luiz, então com 3 anos. No dia seguinte ao Natal, foram ao Recife para pegar o avião.
No Recife, Fernando deixou-os no hotel e foi a um compromisso em Vitória de Santo Antão, dizendo que não demoraria. Não voltou. Quem chegou foi o Dops e levou-a a um quartel, vendada. De lá foi levada para um apartamento, onde ficou com o pequeno André Luiz, sob a guarda de agentes policiais, até o dia 16 de janeiro. No dia seguinte, ouviu pelo rádio a notícia da morte de Fernando.
A versão oficial transformou Fernando em delator de seus companheiros:
No dia 26 de dezembro foi preso no Recife o dirigente do PCBR Fernando Augusto da Fonseca. "Levado ao Rio, Fernando *Sandália* indicou o aparelho principal do PCBR, situado à Rua Sargento Valder Xavier de Lima nº 12, fundos, no bairro Bento Ribeiro."
Enquanto um grupo de agentes deslocou-se para o Grajaú, onde haveria um ponto, outro grupo de agentes cercou o "aparelho". "No aparelho, o grupo ocupante tentou romper o cerco empregando suas armas, inclusive granadas de mão. Entretanto, após algum tempo, dois terroristas se entregaram e foram encontrados mortos Valdir Sales Sabóia e Luciana Ribeiro da Silva, *Gordinha*, antiga militante do PCBR". A nota oficial prossegue:

As equipes de agentes de segurança que se dirigiram para o Grajaú conduzindo Sandália *se aproximaram do local previsto onde avistaram um fuscão azul, chapa do então Estado da Guanabara EB 2050. Feito o reconhecimento preliminar e identificados os ocupantes do fuscão, os agentes estacionaram na entrada da rua onde* Sandália *deveria descer. Bastante nervoso,* Sandália *dirigiu-se a pé para o Volks, sendo recebido a tiros. Em decorrência, as equipes de segurança se aproximaram, travando-se, então, intenso tiroteio, após o qual o fuscão se incendiou. No interior do carro, parcialmente carbonizados, estavam os terroristas Getúlio D'Oliveira Cabral, José Bartolomeu Rodrigues e José Silton Pinheiro. O outro ocupante, que se presume estar bastante ferido, conseguiu escapar. Apesar dos socorros ministrados,* Fernando Sandália *não resistiu aos ferimentos, tendo morrido no local.*

José Adeildo Ramos é hoje professor universitário em Mossoró/RN. Em 1964, foi expulso da Marinha e preso no Rio até 1969, quando fugiu da Penitenciária Lemos de Brito, ingressando na clandestinidade pelo PCBR.

Conviveu com Fernando *Sandália* na Bahia e no Ceará. Foi preso no Recife, no dia 19 de dezembro de 1972. No dia 26 de dezembro viu Fernando no DOI-Codi do Recife debaixo de torturas indescritíveis. Algemado na cela, era torturado. Urinava sangue.
José Adeildo disse perante à Vara da Justiça Federal do Rio que Fernando morreu após torturas no Recife. Assim, Fernando foi levado já morto ao Rio, só para montar o "teatrinho" do Grajaú e para desmoralizar sua imagem.
Esse depoimento causou profunda emoção em Sandra e nos seus filhos, André e Fernanda. Afinal, a família teve de conviver com a crueldade da versão que transformou Fernando Augusto Valente da Fonseca em delator que teria sido morto pelos próprios companheiros.

José Bartolomeu

José Bartolomeu Rodrigues de Souza nasceu em Canhotinho, Pernambuco, às 12h30 do dia 5 de maio de 1949 e morreu, segundo a versão oficial, em 29 de dezembro de 1972, aos 23 anos.
Foi enterrado como indigente e como desconhecido, apesar de ser identificado, no Cemitério Ricardo Albuquerque, na cova 22.704, quadra 21, só no dia 6 de fevereiro de 1973.
No dia 20 de março de 1978 seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral, e em 1980 ou 1981 foram para uma vala clandestina juntamente com os ossos de 2 mil indigentes.
Na nota oficial, o serviço de Relações Públicas do I Exército informa que tinha como codinomes *Tropi*, *Tropicalista* e *Nego*.
Seu corpo deu entrada no IML dia 30 de dezembro, com a guia nº 13. No verso: *Inimigo da Pátria (terrorista)*.
O Atestado de Óbito e o laudo cadavérico de José Bartolomeu, José Silton, Fernando Augusto Valente da Fonseca, Getúlio, Lourdes e Valdir vêm assinados por Roberto Blanco dos Santos. Houve Ocorrência (988/72) e Perícia de Local (7645/72).

José Silton Pinheiro

José Silton Pinheiro nasceu em São José do Mipibu, Rio Grande do Norte, em 31 de maio de 1949. Sua mãe, Severina Gomes, morreu logo após o parto, sem assistência médica. Foi criado por sua tia Lira, juntamente com Nira, sua irmã adotiva. Aos 5 anos foi para Natal. Inteligente, foi bem nos estudos. Chegou a freqüentar o Convento Apicucos, no Recife, por um ano, na tentativa de ser um irmão marista. Participou no movimento estudantil em Natal, quando ingressou no PCBR. Atuou em Salvador e no Rio. Morreu aos 23 anos. Seu pai, Milton Gomes Pinheiro, casou-se de novo com a cunhada, Gemilda. No sítio em que moravam não havia luz elétrica nem água encanada. Só souberam da

morte de José Silton um mês depois da Nota Oficial. Não tinham dinheiro para ir ao Rio atrás do corpo.
O jornalista potiguar Rubens Manoel Lemos afirmou em juízo que José Silton, o *Gameleira*, foi assassinado no DOI-Codi/RJ, na Rua Barão de Mesquita. Seus restos mortais seguiram a mesmíssima trajetória dos de José Bartolomeu.

Getúlio Cabral

Getúlio D'Oliveira Cabral nasceu em Espera Feliz, Minas Gerais, em 4 de abril de 1942, mas foi criado em Caxias. Casou-se com Maria de Lourdes e tiveram dois filhos. Militou na União da Juventude Comunista, no Sindicato dos Metalúrgicos. Foi dirigente estadual do PCB-RJ e dirigente nacional do PCBR. Aos 30 anos foi morto sob torturas no DOI-Codi/RJ.

O relatório

João Grandino relatou os caso dos "4 do Grajaú":
Fernando Augusto, militante do PCBR, consoante a versão oficial, foi morto em 29 de dezembro de 1972, junto do automóvel em que estavam José Silton Pinheiro, Getúlio D'Oliveira Cabral e José Bartolomeu Rodrigues de Souza, incendiado em virtude de intenso tiroteio. Tal versão foi publicada no *Jornal do Brasil* de 17 de janeiro de 1973. Entretanto, a versão constante das páginas 144 a 146 do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* restou comprovada por testemunhas (fls.19/22). Houve na verdade, teatro montado para justificar a versão da morte em tiroteio ao reagir à prisão.
Nos pareceres sobre José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Getúlio D'Oliveira Cabral, o relator reafirma seu voto de que "houve, na verdade, teatro montado para justificar a versão da morte em tiroteio ao reagir à prisão".

Valdir Sales Sabóia

A família de Valdir Sales Sabóia não foi encontrada e não requereu. Ele foi soldado da PM/RJ. Tinha 22 anos quando foi morto. Entrou no IML/RJ como desconhecido. A necropsia foi feita pelos médicos-legistas Roberto Blanco dos Santos e Helder Machado Paupério, que coonestam a versão do tiroteio. O laudo de perícia local (ocorrência 986/72) e as fotos (ICE nº 7643/72), mostram Valdir na cama com vários tiros. Sua família recuperou o corpo em 17/1/73, enterrando-o no Cemitério de Cacuia, na Ilha do Governador/RJ.

Caso Lourdes

O relator, Nilmário Miranda, lembra que o parecer de João Grandino baseou-se nos depoimentos de:
a) José Adeildo Ramos, em julho de 1996, à Justiça Federal no Rio de Janeiro, em Ação Cível movida pela viúva de Fernando, onde este testemunha que,

preso, assistiu às torturas em Fernando no DOI-Codi do Recife, no QG da 7ª Região Militar e que o viu praticamente agonizante no dia 26/12/72.
b) Fernando Albagli, que foi reconhecer o corpo de Fernando no IML e disse que "seu rosto estava completamente disforme e apresentava manchas arroxeadas no pescoço".
c) Rubens Manoel Lemos, ex-dirigente do PCBR, que afirmou terem morrido sob torturas no DOI-Codi/RJ José Silton Pinheiro, José Bartolomeu Rodrigues de Souza e Getúlio D'Oliveira Cabral.
Nilmário Miranda demonstra a fragilidade da versão oficial sobre o evento da Rua Grajaú: os agentes nunca deixariam Fernando ir sozinho até o Fuscão, pois ele poderia ser resgatado por seus companheiros que estavam no carro; não tem cabimento os militantes abrirem fogo contra Fernando, na medida em que desconheciam que ele os estaria entregando; e, se soubessem, evidentemente não teriam comparecido ao "ponto".
A versão oficial relata circunstâncias distintas para as mortes de Lourdes e Valdir. Eles estariam cercados no "aparelho municipal do PCBR, à Rua Sargento Valder Xavier de Lima, 12, no bairro Bento Ribeiro". Os ocupantes teriam tentado romper o cerco à bala, usando inclusive granadas de mão. Dois terroristas teriam se entregado e dois — Lourdes e Valdir — teriam morrido na refrega.
a) A necropsia de Lourdes foi realizada às 2h30 do dia 30 de dezembro, quando seu corpo apresentava, segundo o laudo, rigidez muscular generalizada, o que indica que estava morta havia pelo menos 12 horas. Assim, teria morrido às 14h30 do dia 29 ou antes. Por que a perícia de local só foi pedida às 23h, quando o normal e legal seria pedi-la imediatamente? O relator presume que a demora se explica pelo tempo necessitado pelos agentes do DOI-Codi/RJ para a montagem do cenário do "teatrinho", para levar os cadáveres, escolher a posição e o local em que deveriam estar dispostos para a perícia de local.
b) A versão oficial sugere intenso tiroteio e fala do emprego de granadas de mão. No entanto, o corpo de Lourdes está em um canto de parede, atrás de um vaso de imbé decorado com bolas de vidro (enfeites de Natal) e não há bolas quebradas nem marcas de tiros nas paredes e no vaso ou nas folhas do imbé. Como não há janelas nas fotos, supõe-se que Lourdes se escondeu atrás do vaso para se proteger.
c) O gráfico mostra que Lourdes recebeu três tiros seqüenciais, próximos entre si, na região peitoral direita, tendo todos transfixado o tórax. Há ainda tiros no pulso, na região glútea, na coxa direita, na região mesogástrica. Levando-se em conta que a perícia só chega oito a nove horas depois da morte, era de se esperar uma grande quantidade de sangue, o que não se vê nas fotos, indicando que o corpo foi ali posto quando já tinha perdido quase todo o sangue. O local não apresenta a quantidade de sangue que seria compatível com a versão.

d) Há sinais de que o corpo foi arrastado. Tiro no pulso tem sido caracterizado como reação de defesa, o que remete a uma distância curta entre agressor e vítima e conflita com a versão de cerco externo e tiroteio. A arma que seria de Lourdes foi fotografada ao lado da mão direita, exatamente a do pulso quebrado pelo tiro.
e) O laudo necroscópico mostra que os tiros A, B e C e na região peitoral direita são próximos, seqüenciais. Ora, o primeiro tiro já a teria derrubado. Como explicar três tiros tão próximos em um tiroteio?
f) Apesar de terem sido mortos em locais distantes entre si (Bento Ribeiro é longe do Grajaú) e em horários e circunstâncias distintas, todos os corpos entram no IML no mesmo horário, às 2h30 do dia 30 de dezembro de 1972. Supondo verdadeira a versão oficial, deveriam entrar em horários distintos.
g) As guias de encaminhamento dos corpos no IML estão assim encadeadas:
1) Lourdes Maria Wanderley Pontes (Luciana Ribeiro Silva) - Guia nº 8.
2) Fernando Augusto da Fonseca - Guia nº 9
3) Valdir Sales Sabóia - Guia nº 10
4) Getúlio D'Oliveira Cabral - Guia nº 11
5) José Silton Pinheiro - Guia nº 12
6) José Bartolomeu Rodrigues de Souza - Guia nº 13
Ora, se Lourdes e Valdir morreram no mesmo local, bem distante do outro e em horário diferente, é de se esperar que a Guia nº 9 fosse de Valdir, e não de Fernando.
h) O Atestado de Óbito de Valdir Sales Sabóia anota que ele morreu no Grajaú, quando a versão oficial diz que morreu no aparelho da Rua Sargento Valder Xavier de Lima. Um erro primário e grosseiro.
i) Em uma das fotos da perícia de local (ICE, 7643/72), Lourdes aparece de relógio, em outra já não aparece com ele.
j) O memorando 120 de 17/1/73 diz que Valdir e Fernando morreram juntos, nas mesmas circunstâncias. Isso revela que quem o fez não sabia da versão oficial e vice-versa, quem escreveu a nota oficial não sabia desse memorando, caso contrário evitariam as contradições.
k) Paulo Pontes, preso já há dois anos quando soube da morte de sua esposa Lurdinha, pediu ao pe. Renzo Rossi que procurasse nos presídios de presos políticos, junto a ex-presos políticos, com os advogados no Rio, quem seriam os dois terroristas que se entregaram após o cerco do aparelho do Bento Ribeiro, para checar a versão oficial da morte de sua companheira e para que testemunhassem no processo de retificação do óbito de Lourdes-*Luciana*. Esses nomes nunca apareceram. É inverossímil que duas pessoas que escaparam de um tiroteio ficassem anônimas. Posteriormente, procurou saber junto aos remanescentes do PCBR quem seriam esses dois presos. Nunca se soube nada sobre eles. Com certeza, nunca existiram.
l) Do mesmo modo, ninguém teve conhecimento, mesmo 24 anos passados, do outro ocupante do Fuscão que "se presume estar bastante ferido e conseguiu escapar". Caso existisse essa pessoa, teria procurado militantes do PCBR para se tratar e, caso sobrevivesse, teria relatado o que ocorreu. Caso tivesse morrido, estaria no *Dossiê* como morto ou desaparecido político. Ninguém nunca soube desse suposto fugitivo.
m) Tereza Cristina Wanderley Corrêa de Araújo, prima-irmã de Lourdes, declarou que tomou conhecimento em dezembro de 1972, na casa de Marta e Avelino Bastos, em São Paulo, por meio de um amigo do casal, de que Lourdes estava presa no Rio, em estado de saúde precário e na iminência de ser transferida para Recife.

Conclusão

Há uma testemunha de que a morte de Fernando Augusto se deu no DOI-Codi do Recife. Já foi morto para o Rio, para a montagem do "teatrinho". Há depoimento de que José Silton, José Bartolomeu e Getúlio D'Oliveira Cabral morreram no DOI-Codi do Rio, após torturas. Não se sabe onde foram mortos Valdir Sales Sabóia e Lourdes Maria Wanderley Pontes. Como todos foram para o IML/RJ somente às 2h30, onde esses corpos estavam?
Tudo indica que os cinco estavam em um mesmo local, onde talvez tenham sido assassinados e para onde foi o cadáver de Fernando trasladado do Recife. Não era fisicamente possível colocar todos eles no mesmo "teatrinho" do Grajaú, porque não caberiam no Fuscão. Daí resolveram levar Valdir e Lourdes a um local na Rua Sargento Valder Xavier de Lima, 12, cujo nome é em homenagem ao militar morto dois anos antes por Theodomiro Romeiro dos Santos, quando foi preso juntamente com Paulo Pontes, também militantes do PCBR. Ali foi feita a perícia de local. Depois foram todos levados ao IML, e a entrada foi dada na mesma hora.
A exemplo de todos os "teatrinhos", as versões oficiais vão criando detalhes, fugitivos, situações, para dar verossimilhança e movimentação às farsas. Quem criou essas ficções não imaginava que algum dia essas incongruências serviriam exatamente para desmascará-las.

A alça da bolsa

Anatália Melo Alves (? - 22/1/1973)

O carcereiro Artur Falcão, da Delegacia de Segurança Social, levou Anatália para o 2º banheiro, por volta das 17h20 do dia 22 de janeiro de 1973. A partir desse momento, a história que ele conta é a versão oficial. Passados 20 minutos, tempo que ele considerou "demasiado longo para um simples banho", bateu na porta várias vezes. Sem resposta, ele resolveu "por sua própria conta, arrombar a porta, momento em que deparou-se com a vítima no solo, com a alça envolvendo o pescoço". Alarmado, segundo ele, chamou o delegado Amauri Brasil, que "no intuito de prestar os socorros de urgência determinou

fosse o corpo removido para a sala de Secção de Comissariado". A causa da morte teria sido então "asfixia por enforcamento".
Este depoimento compõe o laudo de exame do local de morte. Estranhamente, o policial Artur Falcão não relata que o corpo de Anatália Melo Alves trazia queimaduras de 1° e 2° graus na face anterior dos terços superiores de ambas as coxas, na região pubiana e na região hipogástrica. Ela teria colocado fogo nas próprias vestes, além de ter se enforcado com a alça de sua bolsa, pendurando-se em um cano de torneira. O policial Artur Falcão não sentiu o odor provocado pelas queimaduras. Anatália teria se queimado gravemente sem um gemido. O policial Artur Falcão também não se refere à fumaça.
Os peritos encontraram Anatália na cama de campanha. A versão oficial não informa se ela já estava morta ao ser removida ou se morreu naquele local. Por que estava no solo? Pelas fotos e laudos encontrados nos arquivos do Dops/PE, a alça não se rompeu. Por que também seu braço esquerdo está distendido? É espantoso que se possa ter deixado com uma pessoa detida uma alça de bolsa de 1,09m de comprimento. Isso contraria os procedimentos habituais: pessoas detidas ou presas estão proibidas de portar objetos que possam servir para atentar contra a própria vida ou a de terceiros. Além disso, a legenda da foto n° 11 da perícia de local informa: "Na bolsa em tela (que poderá ser vista na inclusa Fotografia n° 1, obtida no local em que se achava o cadáver) foi encontrada a cédula de identidade n° 79028/4166". Ou seja, Anatália, presa, incomunicável, teria consigo sua carteira de identidade.
Dentre os documentos encontrados, há um rol dos pertences de um grupo de cinco presos, entre os quais Anatália e seu marido Luiz. São relacionados objetos pessoais de Edmilson Vitorino de Lima, Severino Quirino de Miranda, José Adeildo Ramos, Luiz Alves Neto e Anatália Melo Alves.
"Objetos pessoais de Anatália Melo Alves, *Marina*: 1 (um) cartão de identidade registro n° 79028, cartão n° 4166 do Instituto de Medicina Legal do Rio Grande do Norte; Cr$ 20,30 (vinte cruzeiros e trinta centavos); 1(uma) carteira para cédulas; 1 (uma) bolsa de couro marrom para senhora; 2 (duas) chaves." O policial Hilton Fernandes da Silva assina o recibo da guarda desses objetos.
A imprensa de plantão na Secretaria de Segurança, onde funcionava a DSS no 1° andar, foi chamada para ouvir a versão oficial. O *Diário de Pernambuco* de 23 de janeiro de 1973 traz uma foto da bolsa e de sua alça, com o título "Subversiva suicida-se com alça da bolsa no banheiro".
E informa: "Na curta entrevista que deu à imprensa, Luiz Alves Neto disse que residia com a esposa em Mossoró, no Rio Grande do Norte. Mas, como os subversivos sofrem muita perseguição, não podendo fixar residência em um só lugar, vivia se mudando constantemente, para melhor despistar as autoridades. Assim sendo, juntamente com Anatália de Souza Melo, Luiz pertencia ao PCBR e atuava na zona canavieira, residindo por conveniência do partido em Gravatá, onde foram presos no dia 17 de dezembro do ano passado e levados

para local desconhecido. Somente no dia 13 do corrente foram enviados para o Dops. Neste órgão da Secretaria de Segurança Pública receberam melhor tratamento, segundo Luiz Alves Neto".
A seguir, o jornal publica a versão oficial, divulgada pelo delegado José Silvestre.

Naquele período, o PCBR foi severamente golpeado. No dia 17 de dezembro foram presos, levados ao DOI-Codi e torturados, Anatália e Luiz Alves, Edmilson Vitorino de Lima, Severino Quirino de Miranda e José Adeildo Ramos.

José Adeildo Ramos, um dos oito que fugiram da Lemos de Brito em maio de 1969, relatou em juízo, em 1995, a morte, após bárbaras torturas, de Fernando Augusto Valente da Fonseca (Fernando *Sandália*) no DOI-Codi do Recife e de outros cinco militantes do PCBR.
A DSS era um centro de torturas. Um ano antes, Odijas Carvalho de Souza, também do PCBR, fora barbarizado até a morte nesse local, sob o comando do delegado José Silvestre.
Não se sabe o que realmente ocorreu com Anatália Melo Alves naquela tarde de 22 de janeiro de 1973, em meio ao clima aterrador de repressão ao PCBR. Naquele mesmo janeiro, seis militantes da VPR foram chacinados no Recife, no episódio que ficou conhecido como Massacre na Chácara São Bento.
Anatália nasceu em Martins, atual Frutuoso Gomes, RN, mas morou a maior parte de sua vida em Mossoró, onde fez os cursos primário, secundário e científico no Colégio Estadual, concluindo os estudos em 1967. Seus amigos e parentes dizem que era tímida, calada, solidária e estudiosa. Era ótima costureira. Desde 1965 passou a trabalhar na Cooperativa de Consumo Popular.
Em 1966 conheceu o radiotécnico Luiz Alves Neto; com ele namorou, noivou e casou em 1968. Moravam em uma casa modesta num conjunto habitacional popular da Fundap. Luiz era militante do PCBR. Anatália vinculou-se depois.
A partir do AI-5, durante 1969, Luiz sentiu-se ameaçado em Mossoró, e também por deliberação de seu partido propôs à Anatália vender o que tinham e entregarem-se à militância entre os trabalhadores rurais da Zona da Mata canavieira. Peregrinos, viveram em Recife, Campina Grande, Palmeira dos Índios e, finalmente, Gravatá. Ali foram presos por agentes do DOI-Codi pernambucano.
A versão de suicídio não convenceu os presos políticos da época. As queimaduras, inexplicadas, levaram-nos à suspeita de que Anatália teria sido vítima de violências sexuais quando se encontrava psicologicamente abalada pelas torturas e pelo clima de terror nos cárceres de Pernambuco. Suas morte e as queimaduras na região pubiana seriam uma forma de impedir que ela denunciasse os responsáveis pelas sevícias.
O certo é que a verdade sobre a morte de Anatália Melo Alves ainda não veio à tona. Paulo Gustavo Gonet Branco foi o relator do caso na Comissão Especial, reconhecido por unanimidade (7 x 0).

Camuflagem de fogo

Ranúsia Alves Rodrigues (? - 27/10/1973)
Almir Custódio de Lima (? - 27/10/1973)
Ramirez Maranhão do Vale (? - 27/10/1973)
Vitorino Alves Moitinho (? - 27/10/1973)

Chovia na noite de 27 de outubro de 1973, um sábado. Alguns poucos casais escondiam-se da chuva junto do muro do Colégio Estadual Pedro Américo, na Praça Sentinela, no bairro suburbano de Jacarepaguá, no Rio. Por volta das 22h um homem desceu de um Opala e avisou: "Afastem-se porque a barra vai pesar". O repórter de *Veja* (7/11/73) localizou alguém que testemunhou o significado desse aviso: "Não ouvimos um gemido, só os tiros, o estrondo e a correria dos carros". A *Veja*, sem saber do que se tratava (Terror? Acerto de contas entre quadrilhas de tóxicos?), registrou que "a ação pareceu planejada em seus menores detalhes". Vindos de todas as ruas que levam à Praça, oito ou nove carros foram chegando, cercando um Fusca vermelho (AA 6960) e despejando tiros. Depois jogaram uma bomba dentro do carro. No final, havia uma mulher morta com quatro tiros no rosto e peito e três homens carbonizados.
A imprensa noticiou a morte de dois casais. A 32ª DP alimentava o mistério, deixando pairar dúvidas se seriam traficantes, apesar das guias para o IML serem do Dops e de se saber que não eram dois casais.
Só no dia 16 de novembro de 1973, o Ministério do Exército distribuiu nota à imprensa com a versão oficial sobre essas mortes.
O *Jornal do Brasil* do dia 17 de novembro sob o título "Terroristas são mortos em tiroteio", publicou-a:

Em encontro com forças de segurança, vieram a falecer, após travarem cerrado tiroteio, quatro terroristas, dois dos quais identificados como Ranúsia Alves Rodrigues (Florinda) *e Almir Custódio de Lima* (Otávio), *pertencentes à organização clandestina subversiva intitulada Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Os outros dois terroristas ainda não foram reconhecidos pelas autoridades policiais.*

A nota oficial atribuiu a Ranúsia e Almir dois roubos de carros, um assalto a uma clínica de abortos e participação no "justiçamento" de Salatiel Teixeira Rolins (a quem o PCBR atribuía ter colaborado com a repressão política na prisão e morte do dirigente Mário Alves).
Na verdade, o Centro de Informações do Exército, o DOI-Codi, o Dops, o Cisa sabiam os nomes dos outros dois: Ramirez Maranhão do Vale e Vitorino Alves Moitinho. Vários documentos encontrados nos arquivos do Dops/RJ, Dops/SP e Dops/PE comprovam que todos os quatro, apesar de terem sido enterrados dois meses depois como indigentes, estavam identificados. Apesar de as famílias não terem recebido os corpos de nenhum dos quatro e de suas

mortes estarem vinculadas, dois constaram como "mortos oficiais" e dois como "desaparecidos políticos". Somente após a abertura dos arquivos do Dops do Rio, São Paulo e Pernambuco, alguns fatos novos apareceram.
O documento nº 575 de 22/11/73, do Ministério da Aeronáutica diz: "No dia 27 de outubro de 1973, em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança da Guanabara, foram mortos os seguintes militantes do PCBR: Ranúsia Alves Rodrigues, Ramirez Maranhão do Vale, Almir Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho".
O documento nº 2.805 do CIE do I Exército, de 1º de novembro de 1973 (quatro dias após o suposto tiroteio na Praça Sentinela) narra que o cerco aos quatro militantes começou no dia 8 de outubro; que no dia 27 de outubro pela manhã Ranúsia foi presa e que à noite os quatro estavam mortos, dando-lhes os nomes completos. O documento nº 2.805 termina da seguinte forma: "A imprensa da Guanabara noticiou o acontecimento da Praça Sentinela com versões colhidas na 32ª DP. O Dops/GB instaurou "investigação policial" (as aspas são do original!), *cuja conclusão demorará bastante, inclusive pela dificuldade de identificar oficialmente os terroristas cujos corpos foram carbonizados*. Por tudo isto, e mais, pela continuidade da ação, já que há mais 11 subversivos, cujos passos permanecem vigiados na esperança de registrar o encontro PCBR/ALN, esta Agência achou por bem *não permitir a divulgação de nota alguma para o público externo sobre o fato*".
Por esse documento, perguntas se põem:
— Os corpos teriam sido carbonizados para dificultar a identificação?
— Se Ranúsia estava presa desde a manhã, como poderia ser morta ao tentar fugir, abrindo a porta do Volkswagen às 22h?
Tudo aponta para mais um "teatrinho", uma montagem.
Meses antes, os órgãos repressivos já tinham criado uma versão oficial, no Grajaú, com três corpos carbonizados (Getúlio D'Oliveira Cabral, José Silton, José Bartolomeu e o quarto morto fora do Fuscão, pelos próprios companheiros, Fernando Augusto Valente da Fonseca). Naquele caso, também eram militantes do PCBR. Os médicos-legistas foram os mesmos, Helder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos. Até o declarante, José Severino Pereira, é o mesmo.
Segundo ainda a informação 2.805 do CIE - 1º Exército, de 1º de novembro de 1973, os agentes de segurança estariam informados, a partir de depoimento tomado de Ranúsia, de que o encontro das 22h na Praça Sentinela seria entre Ranúsia, Ramirez e o *Rogério* da ALN. Ela iria de táxi, Ramirez no Fusca vermelho e não se sabia como *Rogério* entraria no "ponto".
A descrição neste documento confidencial não é verossímil: *Na hora combinada, Ranúsia foi levada do local, onde realmente estava estacionado o carro. Entretanto, em seu interior havia mais dois elementos. Ao pressentir a aproximação de elementos suspeitos, os ocupantes do carro tentaram fugir e acionaram suas armas havendo troca de tiros. Nessa troca de tiros morreram Ramirez*

Maranhão do Vale (Cristo, Mago), *Almir Custódio de Lima* (Otávio) *e Ranúsia Alves de Oliveira. Como o carro começou a pegar fogo, não foi possível retirar os elementos que estavam em seu interior, embora tenha sido possível constatar que* Rogério *não se encontrava ali e, ao que parece, o terceiro elemento (reconhecimento fotográfico) era Vitorino Alves Moitinho* (Branco, Doido).

Segundo *Veja* de 7/11/73, oito ou nove carros entraram na Praça vindo de todas as direções. Isso é muito diferente de "ao pressentir a aproximação de elementos suspeitos, os ocupantes do carro acionaram suas armas". Segundo a *Veja*, citando testemunhas, os policiais lançaram uma bomba para o carro incendiar e não "como o carro começou a pegar fogo, não foi possível retirar os elementos que estavam em seu interior".

Segundo a imprensa, Ranúsia não foi carbonizada porque tentou a fuga, após abrir a porta do carro. Como ela foi parar lá? Se a deixaram ir ao carro, sabendo o que ia acontecer, haveria o risco de todos tentarem a fuga, com as armas e a velocidade do carro, não ficariam ali parados. Como puderam saber que *Rogério* não estava se houve troca de tiros e o carro pegou fogo? Como puderam identificar Almir e Vitorino com o carro em chamas? Quando o carro incendeia a ponto de carbonizar seus ocupantes, o tanque de gasolina explode tornando difícil a aproximação para identificar seus ocupantes.

Não se sabe o que de fato aconteceu. Como e onde foram mortos todos. Mas a similaridade com o caso anterior, da Rua Grajaú, faz aumentar a suspeita de que aquelas pessoas, sobretudo Ranúsia, possivelmente todos, não foram mortos ali e de que os corpos foram carbonizados intencionalmente. Como Vitorino Alves Moitinho foi identificado com "reconhecimento fotográfico"?

Ranúsia

Ranúsia saiu de Pernambuco para o Rio em 1º de outubro de 1972. Não haveria como viver na clandestinidade no Recife, onde era conhecida. Deixou um filha de 2 anos, Vanúsia. Era o segredo de Ranúsia. Foi registrada com sobrenome da família, que ficara com a guarda da criança: Vanúsia Sérgio de Aquino. Ranúsia temia que a filha fosse usada como instrumento de torturas para obterem informações. Antes de sair para o Rio, fazia visitas rápidas, nervosas à casa de Almerinda e Jorge Sérgio de Aquino.

Para o Rio, levou fotos de Vanúsia, com 1 ano, que trazia consigo e mostrava a raríssimas pessoas, como para Artemis Alpha de Melo, que dividiu com ela um "aparelho" em janeiro de 1973, no Rio. Artemis lembra-se de Ranúsia como pessoa divertida e solidária.

Ranúsia foi presa no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968. Em 1969 foi expulsa (Decreto 477/69) da Escola de Enfermagem quando cursava o 3º e último ano do Curso Geral de Graduação. Apesar de identificada nos documentos encontrados nos arquivos do Dops, foi enterrada como desconhecida e indigente no Cemitério de Ricardo Albuquerque.

Almir

Almir Custódio de Lima, pernambucano, tinha 23 anos quando foi morto no Rio por agentes da repressão política. Fez curso médio na Escola Técnica Federal do Recife. Foi metalúrgico, tendo trabalhado na Aluferco.

Casou-se aos 21 anos com Nadja Maria de Oliveira em 10/8/71.

O documento de informação do Ministério da Aeronáutica de 22/11/73, de nº 575, encontrado no arquivo do Dops/SP diz:

"Dia 27 de outubro de 1973, em tiroteio com elementos dos órgãos de segurança da Guanabara, foram mortos os seguintes militantes do PCBR: Ranúsia Alves Custódio de Lima e Vitorino Alves Moitinho".

Esse documento mostra que a versão oficial não é a única. Houve várias versões, o que indica que a verdade é bem outra. O corpo de Almir deu entrada no IML/RJ com a Guia nº 17, emitida pelo Dops, como desconhecido carbonizado, sendo necropsiado pelos médicos-legistas Helder Machado Paupério e Roberto Blando dos Santos. Foi enterrado como indigente, apesar de perfeitamente identificado, no Cemitério de Ricardo Albuquerque, em 31 de dezembro de 1973, sepultura 29.230, quadra 23 e, em 2/4/79, seus ossos foram para o Ossário Geral e, finalmente, dois anos depois jogados na vala clandestina.

A nota do Exército que ficou como versão oficial reconheceu as mortes de Almir e Ranúsia e alegou não conhecer a identidade de Vitorino e Ramirez, que ficaram como desaparecidos. Na prática, todos os quatro tiveram seus restos mortais ocultados.

Os casos de Ranúsia e Almir foram apreciados e reconhecidos pela Comissão Especial, sendo relator de ambos o general Oswaldo Gomes. O de Ranúsia foi aprovado por unanimidade e o de Almir por 5 x 2, sendo vencidos os votos do relator e o de João Grandino Rodas.

Ramirez

Ramirez Maranhão do Vale foi morto aos 23 anos. Nasceu no Recife e fez a escola secundária em sua cidade natal e em João Pessoa. Aos 17 anos era uma liderança conhecida no movimento estudantil secundarista. Chegou a ficar retido oito dias no Juizado de Menores após uma manifestação contra o Acordo MEC-Usaid. Teve participação expressiva nos protestos contra o assassinato do pe. Henrique a tal ponto que precisou passar à clandestinidade para escapar da Polícia Política. Naquela altura, já militava no PCBR. Seus familiares contam que ele, mesmo clandestino, mantinha contatos regulares com a família. Do Recife ocultou-se em Fortaleza. Em 1971 foi para o Rio, onde, a partir de 27 de outubro de 1973, tornou-se um desaparecido político.

O Centro de Informação do Exército (CIE) resolveu só reconhecer as mortes de Ranúsia Alves Rodrigues e Almir Custódio de Lima. "Os outros dois terroristas ainda não foram reconhecidos." Quando, segundo a informação 2805,

exarada pelo CIE em 1° de novembro de 1973 (16 dias antes da Nota Oficial distribuída pelo Exército), afirmara que Ramirez era um dos quatro mortos supostamente na Praça Sentinela, em Jacarepaguá. Esse documento demonstra como as "forças de segurança" friamente decidiam ocultar informações, cadáveres, histórias.

Ramirez Maranhão do Vale teve seu nome, assim como Vitorino Alves Moitinho, incluído no Anexo da Lei 9.140/95. A União Federal acatou a relação elaborada pelos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e presumiu que Ramirez foi preso, morto e teve seu cadáver ocultado.

Com a abertura dos arquivos do Dops foi possível saber que seu corpo deu entrada no IML-RJ como desconhecido carbonizado, em 27/10/73, vindo da Praça Sentinela, com a Guia n° 18 do Dops/RJ. Foi enterrado como indigente 60 dias depois, no Cemitério Ricardo Albuquerque, sepultura n° 29.370, quadra 23. Em 1980, seus restos mortais foram jogados na vala clandestina, juntamente com milhares de ossadas de pessoas excluídas em vida e *post-mortem*.

Vitorino

Vitorino Alves Moitinho foi transformado em desaparecido político, aos 24 anos, em 1973. Enquanto estudante, trabalhou para se sustentar como operário e bancário. Processado e procurado, passou à clandestinidade, já como militante do PCBR. O CIE, ao divulgar a versão oficial, resolveu que Vitorino e Ramirez Maranhão do Vale não seriam identificados nem reconhecidos. Resolveu ocultar sua morte a seus familiares e à opinião pública, a qual supostamente teria ocorrido na Praça Sentinela, em Jacarepaguá, juntamente com as de Ranúsia, Ramirez e Almir.

Seu cadáver entrou no IML/RJ como desconhecido carbonizado com a Guia 19 do Dops/RJ. Foi necropsiado por Helder Machado Paupério e Roberto Blanco dos Santos.

O Relatório da Marinha diz que "teria morrido juntamente com outros subversivos, durante operação não definida". No Relatório da Aeronáutica: "Morto em 27 de outubro de 1973, em um carro, em Jacarepaguá, juntamente com outros três militantes do PCBR". Nenhum dos dois repete a Versão Oficial do tiroteio com policiais, do Fusca incendiado, reforçando a presunção de que sua morte não ocorreu ali.

Sua inclusão na lista dos 136 desaparecidos políticos que figura no Anexo da Lei 9.140/95 significa que a União Federal reconhece sua responsabilidade na possível prisão, execução e ocultação do cadáver de Vitorino.

Por uma razão não conhecida, o CIE do I° Exército resolveu transformá-lo num desaparecido político, sonegando aos seus familiares e à opinião pública a informação de que morreu, da existência de um Atestado de Óbito, laudo cadavérico, fotos *post-mortem*.

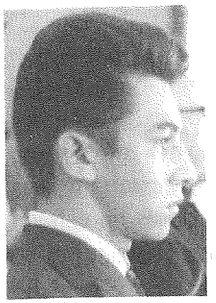
Desaparecido no Chile

Túlio Roberto Cardoso Quintiliano

Túlio Roberto era ex-militante do PCBR, engenheiro civil, formado em 1969 pela PUC/RJ. Em abril de 1969, foi preso por participação no movimento estudantil, sendo torturado. Foi liberado em agosto, quando terminou seus estudos. Formado, foi trabalhar como engenheiro fiscal de obras na estrada Belém-Brasília. Ao ser condenado a um ano de prisão, em 21 de julho de 1970, voltou ao Rio e pediu asilo na Embaixada do Chile.

Viajou para Santiago em 1° de outubro de 1970, onde morava e trabalhava como engenheiro. Casou-se com Narcisa Beatriz Verri Whitaker, com quem teve uma filha. Ainda na Embaixada do Chile conheceu Mário Pedrosa, com quem estabeleu amizade. Influenciado pelas discussões com Mário e seus amigos, antigos militantes do Partido Socialista Chileno, organizou um pequeno grupo, chamado Ponto de Partida, para discutir a experiência da luta armada no Brasil e os caminhos da revolução na América Latina.

Um dia após o golpe militar no Chile, em 13 de setembro de 1973, foi detido, às 19h30, com sua esposa, sendo levados para a Escola Militar. Em carta de 3 de outubro de 1973 ao Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, Narcisa declara que foi liberada na mesma noite e que Túlio, por não ter um documento em ordem, foi encaminhado para o Regimento Tacna. De posse do documento que faltava a Túlio, sua esposa voltou ao presídio, mas não mais



José Silton Pinheiro



Mário Alves de Souza Vieira



Ramires Maranhão do Vale



Ranúsia Alves Rodrigues



Túlio Roberto Cardoso Quintiliano



mr-8

Movimento Revolucionário 8 de Outubro

O MR-8 originou-se da Dissidência da Guanabara do PCB (Partido Comunista Brasileiro), teve grande influência no Movimento Estudantil e destacou-se nacional e internacionalmente ao idealizar e realizar, em conjunto com a ALN, o primeiro seqüestro de caráter político que teve êxito na história: o do embaixador norte-americano no Brasil.

Número de mortos

Dos 15 militantes do MR-8 assassinados pela repressão, quatro constavam da lista de desaparecidos políticos e foram incluídos no anexo da Lei 9.140/95, sete tiveram as suas mortes reconhecidas pela Comissão Especial, entre eles Carlos Lamarca, e quatro foram indeferidos, um deles por requerimento fora do prazo.

Foto: Artistas e intelectuais reunidos no Teatro Glauco Gil (Rio de Janeiro) em junho de 1968, como parte da organização da passeata dos 100 mil. Entre outros, na mesa, Marieta Severo, Vinicius de Moraes, Chico Buarque de Holanda, Hélio Pellegrino e Djanira.

o primeiro seqüestro

A organização de esquerda que se consolidaria no início dos anos 70 sob o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) — lembrando a morte de "Che" Guevara, ocorrida na Bolívia no dia 8 de outubro de 1967 — era conhecida inicialmente como "DI da Guanabara", ou seja, Dissidência da Guanabara do PCB. A nova denominação foi amplamente divulgada quando do seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, operação realizada em conjunto com a ALN. Pouco antes, a repressão comunicara pela imprensa que uma organização denominada MR-8 fora desbaratada em Niterói. Para despistar a autoria do seqüestro e desmoralizar a façanha repressiva, a dissidência decidiu assumir o nome do grupo que fora recentemente desarticulado.

A "DI da Guanabara" começou a atuar como grupo independente já em 1966, confinando-se praticamente ao meio universitário. Ao contrário da ALN, defendia a necessidade da construção de um novo partido marxista e, na crítica ao programa do PCB, indicava que o chamado "caráter da revolução" no Brasil devia ser visto como "socialista", e não "democrático-burguês" ou de "libertação nacional". A visão estratégica de ação tinha semelhança com as idéias da ALN e do PCBR.

Em conseqüência da operação do seqüestro, o MR-8 passou a sofrer golpes constantes da repressão.

Em 1970, prosseguem no Rio suas operações armadas, intercalando êxitos e novas prisões de militantes.

Em 1971, a desestruturação da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) fez com que um núcleo de militantes dessa organização — entre eles, seu mais importante dirigente, Carlos Lamarca — pedisse ingresso no MR-8. É como membro do MR-8 que o capitão Lamarca seria morto, no sertão da Bahia, no dia 17 de setembro de 1971. Em 1972, a estrutura orgânica do MR-8 foi desativada no país com a saída de quase todo o seu contingente para o Chile. Nos anos seguintes, a organização começou a ser remontada no Brasil, atingindo novos Estados, com seus integrantes fazendo uma "autocrítica" da luta armada e assumindo uma orientação política bastante diferente da anterior.

Na pesquisa do *Brasil: Nunca Mais*, 33 dos processos analisados abordavam atividades do MR-8, computando quase 500 pessoas atingidas como réus ou indiciados.

O primeiro quadro do MR-8 morto pela repressão foi o dirigente da organização, Reinaldo Silveira Pimenta, em 27 de junho de 1969. A Comissão Especial reconheceu por unanimidade a responsabilidade do Estado pela sua morte.
O segundo a morrer foi José Roberto Spigner, em 17 de feveireiro de 1970, recebendo o mesmo reconhecimento por parte da Comissão Especial.
No ano seguinte, 12 militantes foram mortos (dois desapareceram):
Félix Escobar Sobrinho, no dia 1° de janeiro, e Stuart Edgard Angel Jones, no dia 5 do mesmo mês, ambos desaparecidos, cujas mortes foram reconhecidas no Anexo da Lei 9.140/95.
Mário de Souza Prata, morto no dia 2 de abril, teve o seu caso indeferido por 4 x 3.
Marilene Villas-Boas Pinto, morta em 3 de abril, após ser presa juntamente com Mário de Souza Prata, teve o seu nome reconhecido por unanimidade.
José Gomes Teixeira, morto em 23 de junho, também foi acolhido por unanimidade pela Comissão Especial.
Os seis seguintes foram mortos em circunstâncias direta ou indiretamente ligadas à perseguição para matar Carlos Lamarca e "acabar com o seu mito".
Iara Iavelberg, em 20 de agosto, cujo caso foi indeferido por 4 x 3 na Comissão.
Otoniel Campos Barreto e Luiz Antônio Santa Bárbara, em 28 do mesmo mês, sendo o primeiro caso reconhecido por 4 x 2 e o segundo indeferido pelo mesmo placar.
Carlos Lamarca e José Campos Barreto, no dia 17 de setembro, ambos reconhecidos por 5 x 2.
E Nilda Carvalho Cunha, em 14 de novembro, caso indeferido por ter dado entrada na Comissão em data posterior ao prazo legal.
Em 1972, ocorreram os dois últimos casos de mortes — com desaparecimento forçado — de militantes do MR-8: Sérgio Landulfo Furtado, em 1° de julho, e Paulo Costa Ribeiro Bastos, no dia 11 do mesmo mês, ambos reconhecidos no Anexo da Lei 9.140/95.

Derrubado do 5° andar

Reinaldo Silveira Pimenta (? - 27/6/1969)

O caso de Reinaldo Silveira Pimenta consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964.*
Ele era dirigente do MR-8. No dia 27 de junho de 1969, seu apartamento foi invadido por agentes do Cenimar. Ao tentar fugir pela janela, Reinaldo acabou pendurado no parapeito, segurando-se com as mãos. Os agentes passaram a desferir golpes com a coronha de suas armas sobre seus dedos, o que acabou por fazê-lo cair do 5° andar.
Seu corpo deu entrada no IML/RJ pela Guia n° 13, da 14ª DP, como desconhecido, "morto ao cair na área interna do prédio da Rua Bolívar, 214, ap. 510, no Bairro de Copacabana". Deu entrada no Hospital Miguel Couto, morrendo poucas horas depois.
A necropsia de 28 de junho, ainda como desconhecido, foi firmada pelo dr. Mário Martins Rodrigues, não havendo nome do segundo médico-legista.
Foi enterrado no Cemitério de Maruí, em Niterói (RJ).

Na Comissão

João Grandino Rodas foi o relator do caso na Comissão Especial. Baseou o seu parecer nas notícias divulgadas na época sobre as circunstâncias da morte de Reinaldo. Diz ele:

"Dos recortes de reportagens jornalísticas da época, juntadas aos autos, são as seguintes as passagens relevantes:

1. Jornal *Última Hora,* de 1/7/1969:
... o rapaz morreu em conseqüência de fraturas diversas por todo o corpo e por ruptura do pulmão esquerdo. O cadáver apresentava cortes profundos em sentido horizontal nos braços e no tronco. Reinaldo, que se lançou ou foi lançado no espaço, projetou-se de encontro a uma vidraça, cortando-se antes de se estatelar no solo. Agonizante, foi levado para o HMC, onde faleceu antes de receber socorros. Num dos sapatos levava seis balas de calibre 32, recortes de jornais noticiando assaltos a bancos e dois pedaços de papel com os nomes de Jesus Álvares Luiz e Agostinho Gualberto. Uma viatura policial fora vista rondando o prédio em que se deu a queda, presumindo-se que o jovem estivesse sendo alvo de uma caçada. Naquele mesmo dia, agentes do Dops, segundo informações colhidas na 13ª DP, estiveram no prédio visado e ali prenderam dois rapazes. Um dos agentes ficou de vigia e quando Reinaldo apareceu foi abordado. Trancou-se no apartamento 510, cuja porta foi arrombada. Em desespero, teria se pendurado ao peitoril, que não resistiu a seu peso.

2. *O Globo*, de 1/7/1969:
Reinaldo atirou-se do prédio 214 da Rua Bolívar, na noite de sexta-feira, ao ser interceptado por agentes do Dops que o aguardavam no local, depois de haver detido duas pessoas moradoras no mesmo edifício...
3. *Jornal do Brasil*, de 1/7/1969:
O apartamento 510 pertence à sra. Aline Neves, que mora no apartamento 606". ... (Ela) "disse que na manhã de sexta-feira, às 7h, foi acordada por uma algazarra no apartamento 510". ... "Alguns moradores do prédio revelaram que alguns policiais do Dops chegaram no edifício às 6h e foram direto para o ap. 510 onde detiveram algumas pessoas que estavam lá. No apartamento ficaram dois policiais escondidos, e às 20h, o estudante Reinaldo Pimenta bateu à porta. Os policiais abriram e prenderam o rapaz. Minutos depois, o rapaz atirava-se pela janela.

O voto

Relativamente à primeira exigência, encontra-se sobejamente comprovado nos autos a militância de Reinaldo. Dirigente do MR-8, chegou a participar de ações armadas praticadas pelo referido movimento.
A segunda exigência encontra-se satisfeita, pois é indubitável que o falecimento se deu dentro do período fixado na lei.
É inconteste que Reinaldo faleceu por causa não-natural, assim o comprova a *causa mortis*, lavrada no Atestado de Óbito.
Falta a análise do quarto e último elemento, o falecimento em dependências policiais ou assemelhadas. Tendo Reinaldo falecido em hospital, não o foi em dependência policial. Resta, pois, analisar se sua morte se deu em dependência assemelhada.
Existe nos presentes autos provas que corroboram que o apartamento em que se encontrava Reinaldo estava sitiado, tendo, portanto, transformado-se em dependência policial assemelhada. Comprovam esse fato as partes destacadas das transcrições acima de periódicos da época.

O relator votou pelo reconhecimento do caso, aprovado por unanimidade.

Tiro a distância

José Roberto Spigner (30/12/1948 - 17/2/1970)

A abertura dos arquivos do Dops permitiu que a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos descobrisse o laudo de necropsia de José Roberto Spigner, militante do MR-8 morto no dia 17 de fevereiro de 1970, aos 21 anos, no Rio de Janeiro. A versão oficial foi de morte em tiroteio com agentes do DOI-Codi/RJ, ocorrida na Rua Joaquim Silva, 53, entrada 5, quarto 8. O corpo deu entrada no IML pela Guia nº 1 do Dops/RJ e foi necropsiado pelos drs. Ivan Nogueira Bastos e Nelson Caparelli, que confirmaram as informações da repressão, sendo retirado por Sérgio Leão Klein, cunhado de José Roberto, e enterrado pela família no Cemitério Comunal Israelita de Vila Rosali. De acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, José Roberto Spigner nasceu em Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro, estudou no Colégio Pedro II e iniciou as suas atividades políticas no movimento estudantil, atuando no grêmio. Fez curso de cinema e tirou o primeiro lugar em um concurso de cinema amador de curta-metragem. Em 1966, entrou para a Faculdade de Economia da UFRJ, também em primeiro lugar, participando do Diretório Acadêmico. Foi nessa época que ingressou no MR-8, entrando para a clandestinidade em 1968.

Dois tiros

O corpo de José Roberto recebeu vários tiros, mas dois têm especial importância para explicar as verdadeiras circunstâncias de sua morte, segundo o parecer do relator do caso, Nilmário Miranda, na Comissão Especial. Um atingiu José Roberto na coxa e foi desferido de longa distância. O outro foi dado à queima-roupa em uma das têmporas, e atravessou o cérebro, matando-o. Foto do local onde o corpo foi encontrado revela uma sala com o piso acarpetado. Não há espaço para o tiro recebido de longe, que o atingiu na coxa. E o tiro na cabeça, típico de execução, não cabe em uma versão de tiroteio.

...O córtex cerebral apresenta uma ferida em túnel com intensa infiltração hemorrágica e lacerações que se inicia no pólo temporal direito e transfixa o cérebro de baixo para cima, da direita para a esquerda, terminando no pólo parietal esquerdo.

Além dessas observações, feitas com base no laudo do IML, há ainda outros dados concretos citados pelo relator:

a) Ambas as regiões orbitárias estão ligeiramente tumefeitas e recobertas por equimoses arroxeadas;
b) O membro superior esquerdo revela três equimoses arroxeadas no cotovelo, medindo a maior 50 x 40 milímetros;
c) Duas escoriações pardo-avermelhadas em placa no dorso do punho, medindo a maior 10 x 6 milímetros;
d) O membro superior direito apresenta placa de escoriação pardo-avermelhada no cotovelo, medindo 15 x 10 milímetros;
e) O membro inferior esquerdo apresenta equimose arroxeada que mede de 50 x 30 milímetros no dorso do terço superior da perna.

E ele conclui:
As equimoses e escoriações descritas acima não são compatíveis com a versão dada sobre sua morte, ou seja, em tiroteio. As mesmas loca-

lizam-se em regiões do corpo humano e são conseqüência de tortura em pau-de-arara. Há ainda escoriações na região do punho, denotando que José Carlos Spiegner foi algemado.

Tudo indica que José Roberto foi ferido na coxa, preso, torturado e posteriormente executado à queima-roupa. Os horários indicados no laudo do IML são compatíveis com a conclusão do relator: o corpo deu entrada na Seção de Necropsia do IML às 12h30 do dia 17/2/70, enquanto a morte teria ocorrido, segundo a versão oficial, às 5h30 do mesmo dia. Onde teria ficado o corpo durante essas sete horas?
A Comissão Especial reconheceu o caso por unanimidade.

O general confirma

Félix Escobar Sobrinho (23/3/1923 - 10/1971)

O nome Félix Escobar Sobrinho, militante do MR-8, foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95. O *Dossiê* informa sobre ele:
Filho de José Escobar Sobrinho e Emília Gomes Escobar, nasceu em Miracema/RJ. Desaparecido desde 1971, quando contava 47 anos. Servente de pedreiro e ex-militante do PCB.
Preso em Nova Iguaçu/RJ, na casa de um companheiro, João Joaquim Santana, em outubro de 1971.
O ex-preso político Cesar Queiroz Benjamim afirma que viu Félix chegar preso à Vila Militar no Rio de Janeiro.
Em matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em 28 de janeiro de 1979, um general, com responsabilidade dentro dos órgãos de repressão política, assumiu a morte de Félix e de mais 11 presos considerados desaparecidos.
O Relatório do Ministério do Exército diz que "os dados apenas confirmam que já foi preso por atividades terroristas e que freqüentava a pedreira de Xerém em Duque de Caixas/RJ, juntamente com outros".

Cano de descarga

Stuart Edgar Angel Jones (11/1/1946 - 14/6/1971)

O *Dossiê* registra as circunstâncias da morte de Stuart Edgar Angel Jones, dado como desaparecido, cujo nome foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95.
Nasceu na Bahia, filho de Norman Angel Jones e Zuleika Angel Jones, e está desaparecido desde 1971, quando tinha 25 anos. Era casado com Sônia Maria Morais Angel Jones, que também viria a ser morta pela ditadura. Estudava Economia na Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Foi preso no Grajaú (próximo à Avenida 29 de Setembro), no Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1971, cerca das 9h, por agentes do Cisa, para onde foi levado e torturado.

Ao cair da noite, após inúmeras sessões de tortura, já com o corpo esfolado, foi amarrado à traseira de um jipe da Aeronáutica e arrastado pelo pátio com a boca colada ao cano de descarga do veículo, o que ocasionou sua morte por asfixia e intoxicação por monóxido de carbono.
Em 8 de abril de 1987, a revista *IstoÉ*, na matéria "Longe do ponto final", publica declarações do ex-médico e torturador Amílcar Lobo, que reconheceu ter visto Stuart no DOI-Codi, sem precisar a data.
O preso político Alex Polari de Alverga é testemunha da prisão e tortura até a morte de Stuart, tendo inclusive presenciado a cena em que ele era arrastado por um jipe, com a boca no cano de descarga do veículo, pelo pátio interno do quartel.
No Relatório do Ministério da Marinha consta que foi "morto em 5 de janeiro de 1971, no Hospital Central do Exército...".
O Relatório do Ministério da Aeronáutica faz referências às denúncias sobre a morte de Stuart feitas por Alex Polari. Em vez de esclarecer sua morte, dados do relatório falam da vida pregressa de Alex e finaliza dizendo: "Neste órgão não há dados a respeito da prisão e suposta morte de Stuart Edgar Angel Jones".
Artigo da *Folha de S. Paulo* de 2/9/79, assinado por Tamar de Castro, intitulado: "Seu filho está sendo morto, agora":
"Zuzu Angel, figurinista morta em circunstâncias ainda não esclarecidas, em 1976, relata em depoimento inédito ao historiador Hélio Silva, agora divulgado, o desaparecimento de seu filho Stuart Edgar Angel Jones, estudante e professor, que — segundo suas denúncias — foi seqüestrado no dia 14 de julho de 1971 por agentes ligados ao Cisa, e — ainda segundo as denúncias — torturado e morto na Base Aérea do Galeão.
As torturas teriam sido presenciadas por outro preso político, Alex Polari de Alverga, que, por meio de uma carta, informou Zuzu Angel das circunstâncias da morte dele. Alex Polari cumpre atualmente pena de prisão no presídio da Frei Caneca, no Rio.
Com base na carta de Alex e em outras evidências, Zuzu denunciou o assassinato de Stuart — de dupla cidadania, brasileira e norte-americana — ao senador Edward Kennedy, que levou o caso ao Congresso dos Estados Unidos. A mãe do estudante morto entregou também ao secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, quando esteve no Brasil, em 1976, uma carta pessoal, a tradução da carta de Alex e um exemplar do vigésimo volume da série História da República Brasileira, de Hélio Silva, na qual o autor relata a morte do estudante.
Segundo o historiador, o afastamento da 3ª Zona Aérea e posterior reforma do brigadeiro João Paulo Burnier e a própria destituição do então ministro da Aeronáutica, Márcio Souza e Melo, estiveram relacionados com os protestos norte-americanos pela morte de Stuart.
O caso Stuart mistura-se com o plano de utilização do PARA-SAR para eliminação de lideranças políticas, concebido pelo brigadeiro Burnier em 1968. O

plano foi denunciado pelo capitão Sérgio Miranda Ribeiro de Carvalho, que, por este motivo, foi punido com base no Ato Institucional nº 5.
O depoimento de Zuzu Angel foi prestado em 10 de fevereiro de 1976, um mês antes de sua morte, ao historiador Hélio Silva, na qualidade de diretor do Centro de Memória Social Brasileira, da Faculdade Cândido Mendes, auxiliado por Maria Cecília Ribas Carneiro, pesquisadora-assistente. Nele, Zuzu Angel relata sua peregrinação junto de autoridades militares para ter alguma notícia sobre a prisão de seu filho, o desmentido de que o estudante estivesse preso, feito pessoalmente pelo general Silvio Frota, na época comandante do 1º Exército.
Zuzu Angel afirma que as torturas sofridas por seu filho foram confirmadas, inclusive, pela visita que recebeu da sra. Lígia Tedesco, mulher do brigadeiro Tedesco, amigo pessoal de Burnier. A sra. Tedesco reafirmou as torturas sofridas no Cisa por um rapaz e procurou diminuir a indignação de Zuzu assegurando-lhe que "esse rapaz não era o seu filho". Oficialmente, Stuart Angel Jones foi considerado revel, julgado e absolvido pelos tribunais competentes.

Um sim, o outro não

Mário de Souza Prata (1945 - 2/4/1971)
Marilene Villas-Boas Pinto (8/7/1948 - 3/4/1971)

Mário de Souza Prata e Marilene Villas-Boas Pinto foram presos juntos, na mesma hora e nas mesmas circunstâncias. O relator dos dois casos foi Paulo Gonet Branco. Foi reconhecida, por unanimidade, a responsabilidade do Estado pela morte de Marilene, e negado o reconhecimento no caso de Mário por 4 x 3, sendo votos vencidos os de Nilmário Miranda, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho e Suzana Keniger Lisbôa.
Nilmário Miranda pediu vistas ao processo e apresentou parecer contrário ao do relator, após juntar documentos com novas informações sobre as circunstâncias da morte de Mário Prata.
O *Dossiê* registra os seguintes dados sobre os casos:

Mário

Mário de Souza Prata era estudante de Engenharia na UFRJ, natural do Rio de Janeiro. Foi morto aos 26 anos, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1971, baleado à Rua Niquelândia, 23, bairro de Campo Grande (RJ), onde ficou ferida Marilene Villas-Boas Pinto.
O corpo de Mário entrou no IML/RJ em 3 de abril de 1971, pela Guia nº 70, da 35ª DP, "como desconhecido, morto em tiroteio com as forças de segurança, às 20h45 do dia 2 de abril de 1971".

Sua identificação foi feita em 6 de abril pelo Instituto Faustino da Secretaria de Segurança Pública e, assim mesmo, em seu Atestado de óbito consta como desconhecido. Foi firmado pelo dr. José Guilherme Figueiredo, tendo como declarante José Severino Teixeira.
Foi enterrado como indigente, em 23 de abril de 1971, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, na cova n 20.608, quadra 16. Entretanto, desde a sua entrada no IML/RJ já se sabia de quem se tratava, pois ao lado do nº de sua Guia como desconhecido está a marca "sub". Não se tem a data de quando seus restos mortais foram para o ossário geral, mas presume-se que estejam na vala clandestina, juntamente com cerca de 2 mil outras ossadas de indigentes.

Marilene

Marilene era estudante de Psicologia na Universidade Santa Úrsula, cursando até o 2º ano, quando, em 1969, por sua participação no movimento estudantil foi obrigada a viver na clandestinidade. Inicialmente militou na ALN e, posteriormente, ligou-se ao MR-8. Nasceu no Rio de Janeiro e foi morta aos 22 anos.
Foi presa e ferida no tiroteio em que tombou Mário de Souza Prata, no dia 2 de abril de 1971, à Rua Niquelândia, 23, em Campo Grande, no Rio de Janeiro.
Marilene, mesmo ferida e sem receber cuidados médicos, foi conduzida às câmaras de tortura do DOI-Codi/RJ, tendo sido assassinada algumas horas após seu ingresso naquele departamento.
Como testemunho da morte de Marilene sob torturas, há o depoimento da presa política Inês Etienne Romeu, que foi informada da sua morte quando esteve no Hospital Geral do Exército do Rio de Janeiro para tratamento. Lá, Inês ouviu de um médico o relato da noite em que estava de plantão e Marilene chegou para atendimento médico, mas já estava morta.
Em seu Atestado de Óbito consta a morte em 3 de abril de 1971 no Hospital Central do Exército (HCE) e foi firmado pelo dr. Rubens Pedro Macuco Janini.
Sua família, após muitas procuras e intermediações, conseguiu resgatar o corpo do HCE e enterrá-lo, em 5 de abril de 1971, no Cemitério São Francisco Xavier (RJ). Seu caixão foi entregue à família lacrado e durante o enterro vários militares à paisana faziam provocações aos presentes.
Notícias de sua morte foram publicadas, em 4 de junho de 1971, no *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *O Dia*, respectivamente sob os seguintes títulos: "Casal terrorista morto ao resistir à ordem de prisão", "Terrorista assassino foi morto ao resistir à prisão" e "Mortos no tiroteio terrorista e a amante".
Na realidade, todos publicavam na íntegra o comunicado da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro que dizia: "... a morte de Mário ocorreu no dia 3 de abril próximo passado, durante tiroteio que travou com as autoridades ao reagir à prisão. Na ocasião, sua amante Marilene ficou gravemente ferida, vindo a falecer logo depois".

Vistas ao processo

Trecho do parecer de Nilmário Miranda, após pedir vistas ao processo de Mário Prata:

Entendo que a 35ª Delegacia de Polícia não recolheu Mário Prata no local indicado como de seu falecimento. Senão teria feito a perícia de local. Ao contrário de São Paulo, onde foi criada uma rede de cumplicidade entre Dops, DOI-Codi, IML, IPT, cartórios, cemitérios, quase não havia perícia de local. Já no Rio, sempre foram encontrados os laudos de perícias de local. Por exemplo, nos casos de Carlos Eduardo Pires Fleury, Maria de Lourdes Wanderley Pontes, José Raimundo Costa, Lincoln Bicalho Roque, Merival Araújo, Ranúsia Alves Rodrigues, Maria Regina Lobo Leite Figueiredo, Lígia Maria Salgado Nóbrega, Antônio Marcos Pinto de Oliveira, Lincoln Cordeiro Oest, José Silton Pinheiro, Fernando Augusto Valente da Fonseca, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, Getúlio D'Oliveira Cabral, Celso Augusto Guedes, Aurora Maria Nascimento Furtado, Antônio Carlos Nogueira Cabral, Wilton Ferreira, Valdir Sales Sabóia, Almir Custódio de Lima, Luiz Guilhardini, José Gomes Teixeira, Roberto Cieto, Eremias Delizoikov.

Como se vê, a regra no Rio é ter perícia de local nos casos de pessoas supostamente mortas em tiroteios. Só no caso de Aderval Coqueiro não se encontrou a perícia de local, mas ela foi feita, tanto é que foram divulgadas fotos.

Por que os Órgãos de Segurança, na Nota Oficial divulgada em 4/6/71 — contrariando o informe interno, confidencial da Brigada Aeroterrestre que dava como horário e dia da morte de Mário Prata 23h de 2 de abril de 1971 —, mudaram a data da morte para 3 de abril? Não se erra nem se faz confusão em coisas como essas que requerem informação precisa, indubitável.

A versão oficial mudou a data da morte para 3 de abril para coincidir com a entrada do corpo no IML, que, segundo documentos oficiais, só se deu às 7h40 do dia 3.

Não há como explicar, caso tivesse morrido no dia 2, onde este corpo teria ficado e por quê. A única explicação possível é que Mário Prata foi ferido às 20h45 do dia 2 juntamente com Marilene, e levado para um local de torturas e que só tenha vindo a falecer às 7h40 do dia 3.

A 35ª DP não participou dos fatos narrados pela Brigada Aeroterrestre. Não tinha por que não fazer a perícia de local. Na verdade, a Brigada Aeroterrestre feriu Mário Prata, levou-o a um centro de torturas. Após sua morte, não se sabe se executado ou após torturas, foi entregue à 35ª DP, pois caso a Brigada o levasse diretamente ao IML, ficaria claro que Mário Prata morreu nas mãos dos militares. A 35ª DP encaminhou o cadáver ao IML com a informação de que foi morto às 20h45 do dia 2 de abril. Merece atenção o fato de Mário Prata ter sido enterrado como indigente, quando os órgãos repressivos conheciam o endereço de seus pais.

O outro caso sem perícia de local é o de Marilene Villas-Boas Pinto, porque não morreu na Rua Niquelândia, 23, e sim em cárcere após torturas. Se tivesse morrido *"logo após"* também teria que ser feita a perícia de local.

Portanto: dois documentos provam que Mário Prata e Marilene foram abordados no dia 2 de abril de 1971 pela Brigada Aeroterrestre, às 20h45, segundo informação transmitida pela 35ª DP ao IML, ou às 23h, segundo o documento da Brigada. Mas seu corpo só dá entrada no dia 3, segundo a Guia nº 70 de encaminhamento do cadáver pela 35ª DP. Não foi feita perícia de local, o que era um procedimento comum no Rio, o que reforça a convicção de que a morte de Mário Prata não se deu na Rua Niquelândia, 23, nem lá *"foi encontrado"*, "em via pública". A única foto encontrada de Mário Prata mostra marcas, hematomas, lesões no rosto, enquanto o Atestado de Óbito só se refere a *"feridas penetrantes do tórax e abdome e transfixantes do abdome com lesão do pulmão esquerdo, fígado e baço — hemorragia interna e anemia aguda"*. Documento tirado do Livro de Entradas no IML prova que seu corpo só entrou às 7h40 do dia seguinte.

Há provas testemunhais de que Marilene Villas-Boas Pinto passou por cárceres antes de ser morta e enterrada dias depois. É perfeitamente normal que Mário Prata tenha passado por cárcere ou cárceres antes de ser morto.

Ante o exposto, firmei a convicção de que Mário de Souza Prata faleceu de causa não-natural, em dependência policial ou assemelhada.

Falso enforcamento

José Gomes Teixeira (1941 - 23/6/1971)

De acordo com o *Dossiê,* José Gomes Teixeira era militante do MR-8 e foi preso em 11 de junho de 1971 pelo Cisa, onde foi torturado e visto pelo seu cunhado, Rubens Luiz da Silva, em 15 de junho, quando, ainda preso, foi levado à sua casa.

Era casado e tinha cinco filhos. Ex-marítimo, trabalhava como funcionário da Prefeitura de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

Morreu aos 30 anos no Rio de Janeiro, em 23 de junho de 1971, às 8h, no Depósito de Presos da Base Aérea do Galeão.

Deu entrada no IML com a Guia nº 109, da 37 DP O exame necroscópico foi assinado pelos drs. Olympio Pereira da Silva e Ivan Nogueira Bastos, que confirmam a falsa versão da repressão de suicídio por enforcamento.
O Atestado de Óbito de nº 739 teve como declarante José Severino Teixeira e, apesar de nome e endereço completos, José Gomes foi enterrado como indigente no Cemitério de Ricardo de Albuquerque (RJ), em 23 de junho de 1971, na cova 21.112, quadra 16. Em 15 de julho de 1976, seus restos mortais foram transferidos para o ossário geral e, entre 1980 e 1981, foram para a vala clandestina descoberta em Ricardo de Albuquerque.
Foram encontrados laudo (Ocorrência nº 461/71) e fotos de perícia de local (ICE n 3.156/71) no Instituto Carlos Éboli/RJ que mostram José enforcado com um lençol em sua cela. No arquivo do Dops/RJ, consta o documento do Cisa de nº 407, de 2 de julho de 1971, com um longo depoimento de José, logo após sua prisão. Em nota oficial dos órgãos de segurança datada de 23 de junho de 1971, é informada a morte de José Gomes por suicídio.
Segundo o boletim de março de 1974 da Amnesty International, José Gomes Teixeira foi morto sob torturas.
Apesar de plenamente identificado, sendo sua morte inclusive noticiada pela imprensa por meio de nota oficial dos órgãos de segurança, o corpo de José Gomes foi enterrado sob o nome falso de Hélio José da Silva no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo.
O laudo necroscópico, com nome falso, foi assinado pelos médicos-legistas Antônio Dácio Franco do Amaral e José Henrique da Fonseca, que confirmam a morte em tiroteio na Rua Tácito de Almeida com Rua Cardoso de Almeida, em São Paulo.
O relator do caso foi Paulo Gonet Branco, que votou favoravelmente ao acolhimento, aprovado por unanimidade pela Comissão Especial.

Para acabar com Lamarca

Seis pessoas morreram em circunstâncias direta ou indiretamente ligadas à perseguição para matar Carlos Lamarca e "acabar com o seu mito".
Iara Iavelberg, em 20 de agosto, em Salvador.
Otoniel Campos Barreto e Luiz Antônio Santa Bárbara, em 28 do mesmo mês, na Fazenda Buriti, em Brotas de Macaúbas, no sertão da Bahia.
Carlos Lamarca e José Campos Barreto, no dia 17 de setembro, no município de Fazenda Pintada, em Brotas de Macaúbas, no sertão da Bahia.
E Nilda Carvalho Cunha, após ter sido presa em Salvador quando da morte de Iara, vindo a falecer em 14 de novembro, em conseqüência das torturas sofridas na prisão.

História sem fim

Iara Iavelberg (7/5/1944 - 20/8/1971)

O caso de Iara Iavelberg, companheira de Lamarca, suscitou intensas discussões e controvérsias na Comissão Especial. Foi apreciado na última reunião, em 5 de maio de 1996, para que houvesse tempo suficiente para a obtenção de novas informações. A relatora Suzana Keniger Lisbôa apresentou adendo ao seu parecer, favorável ao reconhecimento do caso. O mesmo fez Nilmário Miranda. O general Oswaldo Gomes manifestou-se por escrito pelo indeferimento, no que foi seguido por João Grandino Rodas, Paulo Gonet Branco e Luís Francisco da Silva Carvalho Filho. Miguel Reale Júnior, presidente da Comissão Especial, votou pelo reconhecimento. O caso foi indeferido por 4 x 3.
Paulo Gonet Branco votou contra argumentando que não há provas nos autos de que Iara tenha sido morta por agentes policiais, que ela estava armada e ofereceu resistência à prisão. Acha plausível a hipótese de suicídio, vê diferença em relação ao caso de Norberto Nehring (falsa versão de suicídio, em caso reconhecido pela Comissão), prefere não se posicionar sobre essa questão e revela-se sensibilizado pelo aspecto religioso.
Luís Francisco da Silva Carvalho Filho considerou que "tudo aponta para o suicídio" e que não está convencido de que ela tenha sido executada premeditadamente nem que havia situação de domínio.
Miguel Reale votou a favor argumentando que, se não havia cerco, existiam policiais jogando bombas, há testemunhas de que Iara teria se rendido, não houve confronto e ela pode ter sido induzida ao suicídio.

Dados do *Dossiê*

Iara nasceu em 7 de maio de 1944 na cidade de São Paulo, filha de David Iavelberg e Eva Iavelberg. Psicóloga e professora universitária.
Foi morta no dia 20 de agosto de 1971, aos 27 anos, em circunstâncias ainda não esclarecidas.
A versão oficial sobre o caso de Iara diz que teria sido morta após rápido tiroteio com policiais do DOI-CODI/RJ, deslocados a Salvador para prendê-la. Consta que Iara teria se refugiado no banheiro de uma casa vizinha à sua, na tentativa de escapar à perseguição dos policiais, ocasião em que teria sido localizada, tendo se matado com um tiro na cabeça. Esta é a versão oficial, conforme nota divulgada na época pelos órgãos de segurança.
O Relatório do Ministério da Marinha diz que ela foi "morta em Salvador/BA, em ação de segurança", o relatório do Ministério da Aeronáutica "suicidou-se em Salvador/BA, em 6 de agosto de 1971, no interior de uma residência, quando esta foi cercada pela polícia".

O Atestado de Óbito dá sua morte em 20 de agosto de 1971, tendo sido firmada pelo dr. Charles Pittex, e informa que Iara foi sepultada por sua família no Cemitério Israelita de São Paulo.

Voto favorável

Nilmário Miranda pediu vistas ao processo, cobrou informações das autoridades e ouviu testemunhas em Salvador, elaborando o seguinte parecer:

> 1-Inicialmente, minha convicção era de suicídio. Iria defender o reconhecimento argumentando que ela estava cercada, impossibilitada de evadir-se, dentro de um recinto fechado, sob a coação de bombas, ameaças e teria se suicidado para fugir às torturas bárbaras que a aguardavam para revelar onde se encontrava Lamarca. E que interessaria à repressão tê-la viva para revelar, sob torturas, o destino de Lamarca. Mesmo quando Bernardino Furtado, então em *O Globo*, entrevistou Lamartine Andrade Silva, militar médico, que disse ter ouvido do sargento fuzileiro naval Rubens Otero, que participara de tiroteio que resultou na morte de Iara – o que colocava em xeque a versão do suicídio. O sargento morreu há 15 anos, e o médico militar voltou atrás em sua história.
>
> As fotos cadavéricas de Iara anexadas ao laudo de necropsia de Carlos Lamarca e as fotos da perícia de local reforçam a versão do suicídio.
>
> No entanto, a experiência nos mostrou que as versões de suicídio foram, quase sempre, falsas.
>
> 2-Após minha viagem a Salvador e do trabalho de reportagem de Ana Julia Pinheiro para o *Correio Braziliense*, vários fatos novos obrigam-nos a questionar a versão do suicídio.
>
> Vou alinhavá-los:
>
> a) Os agentes policiais não sabiam que Iara estava no prédio. Já tinham realizado a operação repressiva às 4h30 da madrugada de 20 de agosto de 1971, prendendo, às 5h, ocupantes do apartamento 201. Iara passou pela área de serviço para o apartamento 202 e escondeu-se no banheiro do quarto de empregada.
>
> Por volta das 7h, o filho do morador do apartamento 202 denunciou aos agentes que ficaram no prédio após o término da operação que vira "uma terrorista" no banheiro da empregada, armada.
>
> Portanto, como os agentes não sabiam de quem se tratava, não tinham como optar entre pegá-la viva ou matá-la.
>
> b) Evandir Rocha, Vanda, zeladora do prédio durante 29 anos, assegurou-me, reiteradamente, que ouviu gritos de rendição de Iara Iavelberg e, seguramente, ouviu vários tiros e não um único tiro. E que os agentes policiais subiram ao 202 pelos fundos e pela frente, e que da área de serviço era possível contato com o banheiro da empregada por uma janela basculante. Ela tem convicção de que não houve suicídio. Seu irmão Flávio Rocha, hoje corretor de imóveis, também foi enfático ao negar a versão do suicídio. Ele estava no prédio quando se deu a morte de Iara, assim como seu cunhado Everaldo Mendes, ambos disseram ter ouvido muitos tiros.
>
> c) A proprietária do apartamento 202, alugado a um empregado da GE, entrou no banheiro da empregada oito dias depois do evento – até então estava lacrado pela polícia federal — e relatou que havia marcas de 2 tiros na parede do chuveiro (e não a única marca na foto da perícia de local) e outra marca de tiro no teto. Isso conflita inteiramente com a versão de suicídio e de um único tiro dentro do banheiro.
>
> d) O então secretário de segurança Joalbo Figueiredo declarou ao *Correio Braziliense* que "na época havia dúvida sobre se foi suicídio ou não", e ainda, "o assunto era tão restrito à Polícia Federal que as pessoas procuravam deixar de lado, respeitar aquele esquema fechado". Ora, se fosse verdadeira a versão do suicídio, seria do interesse da PF dar a máxima credibilidade, inclusive transparência, ao caso. Aconteceu o inverso:
>
> Foi a própria PF que realizou a perícia de local.
>
> Até mesmo o secretário de segurança não foi informado sobre nada, a ponto de guardar dúvidas até hoje sobre o que ocorreu.
>
> Quando da morte de Manoel Fiel Filho, os agentes do DOI-Codi levaram os 19 presos políticos para ver a cela e o corpo de Fiel e obrigou-os a testemunhar sobre o "suicídio". No caso Iara, só quem teve acesso ao local foi a proprietária, Shirlei Silveira, oito dias depois. Nem a zeladora viu o local nem a imprensa.
>
> e) Ivan Pugliese, advogado trabalhista, morava na casa ao lado, pertencente à sua madrinha, Adelaide Bureau, irmã do secretário de Segurança, onde foi preparada a Operação Repressiva pelo cel. Luiz Artur Carvalho. Às 7h, ele tomava uma Kombi para ir ao trabalho e ouviu estampidos de armas diferentes, que reconhece muito bem por atirar desde os 12 anos.
>
> f) Havia possibilidade de atingir Iara pela janela do banheiro de uma distância curta. (É certo que não havia marca de tiro na porta do banheiro, segundo Vanda e Shirlei Silveira.) A altura da janela permitiria tiro praticamente à queima-roupa.
>
> g) Não é possível saber o que realmente aconteceu. Os documentos relativos à morte de Iara — sobretudo o laudo necroscópico — não foram entregues à família e à Comissão Especial. A perícia de local foi feita pela própria PF. A direção do Cemitério Israelita negou permissão para a exumação. A versão de suicídio ficou abalada pelas declara-

ções relatadas. Por que um amontoado de mentiras? Se tivesse havido suicídio, seria do interesse da PF revelar transparência para dar credibilidade à versão.

Na Fazenda Buriti

Otoniel Campos Barreto (? - 28/8/1971)
Luiz Antônio Santa Bárbara (? - 28/8/1971)

O grande cerco montado para assassinar o Capitão Lamarca vitimou igualmente Luiz Antônio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto, no dia 28 de agosto de 1971, na Fazenda Buriti, em Brotas de Macaúbas, no sertão da Bahia. Otoniel era irmão de José Campos Barreto, que viria a morrer ao lado de Lamarca.
O exame necroscópico de Otoniel, realizado no IML/Nina Rodrigues (BA), em 29 de agosto de 1971, pelos drs. Francisco Peixoto Filho e Fernando Marques Lima, confirma a morte em tiroteio em uma "operação sob a coordenação do Codi-6".
O exame necroscópico de Luiz Antônio, feito no IML/Nina Rodrigues (BA), foi firmado pelos drs. Fernando Marques Lima e Francisco Peixoto Filho confirma a morte em tiroteio.
O caso de Otoniel foi reconhecido por 4 x 2 pela Comissão Especial, sendo votos vencidos os do general Oswaldo Gomes e de Paulo Gonet Branco, e o caso de Luiz Antônio Santa Bárbara foi indeferido pelo mesmo placar, sendo vencidos os votos de Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisbôa. João Grandino estava ausente.

Corpo desaparecido

Os irmãos de Otoniel, que entraram com o processo de reconhecimento do seu nome junto à Comissão Especial, informaram que ele foi sepultado no cemitério local, tendo sido o cadáver exumado, no dia seguinte, e transportado para Salvador. Desde então, seu corpo foi dado como desaparecido pela família, razão pela qual requereram, também, a sua localização e traslado para o cemitério onde foi originalmente sepultado, além da expedição de atestado de óbito.
O relator do caso na Comissão Especial, Luis Francisco da Silva Carvalho Filho, afirma em seu parecer que "os autos foram instruídos com trechos desordenados do relatório da Operação Pajussara, com o relatório de viagem do agente designado para proceder o levantamento datiloscópico em Otoniel e Luiz Antônio Santa Bárbara (...)" e outras providências.
Diz ainda que o deputado Nilmário Miranda encaminhou documentos úteis para o esclarecimento do caso: interrogatório perante a Justiça Militar de Olderico Campos Barreto, irmão sobrevivente de Otoniel; depoimentos de

Rosalvo Machado Rosa e Reuel Pereira da Silva, respectivamente escrivão de polícia e soldado da Polícia Militar em Brotas de Macaúbas; e reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada em 15 de julho de 1996.
De acordo com o relator, o relatório oficial da Operação Pajussara, ao contrário do que acontece em relação à sua segunda fase, que culmina com a morte de Carlos Lamarca, não se preocupa em descrever os embates ocorridos na Fazenda Buriti. Limita-se a informar que na madrugada daquele dia os agentes cercaram e investiram contra o local, onde, acreditavam, estaria o capitão perseguido. E cita o relatório:

As equipes Lima e Mike investiram sobre Fazenda Buriti, após o amanhecer e teremcompletado po isolamento.
Os helicópteros permaneceram em Oliveira dos Brejinhos, sendo acionados, posteriormente, face à quebra do sigilo pelo tiroteio em Fazenda Buriti, que redundou nas mortes de Luiz Antônio Santa Bárbara, 'Merenda', e Otoniel Campos Barreto, bem como ferimentos e prisão de Olderico Campos Barreto, os dois últimos irmãos de 'Jessé'. No aparelho foram apreendidos três revólveres.

Em outra passagem, continua o relator, quando fala dos êxitos da primeira fase da operação, o relatório registra que "houve a destruição de 60% do bando terrorista, sem nenhuma baixa entre as forças legais (...)", sem fazer nenhuma outra referência aos que teriam resistido e por isso foram atingidos.
O relatório é, contudo, esclarecedor - de acordo com Luis Francisco - quando descreve as características da ocupação do local pelas forças armadas. A análise das informações permite concluir que a Fazenda Buriti se transformou, temporariamente, em base assemelhada a estabelecimento policial.
E continua:

Com efeito, participaram da operação 215 homens dos mais diversos organismos públicos dedicadas à repressão. O relatório atesta que "em Fazenda Buriti houve grande concentração de equipes, após o estouro do 'aparelho', em face da necessidade de desenvolver intenso patrulhamento. De fato, o local foi transformado em base de comando, patrulha e comunicação, e nele se estabeleceram os agentes do DOPS de Sào Paulo, do CISA, do CIE e 19º BC, além de outras equipes estrategicamente alocadas ao redor. A ocupação começou na madrugada de 28 de agosto prolongando-se até4 de setembro, quando se deu a 'evacuação da área sem incidentes'".

Depoimento escrito de um morador local dá conta de que os militares ficaram por dez dias instalados na casa da família Campos Barreto e que o pai de Otoniel, Oderico e Zequinha, de 64 anos, foi violentamente torturado. A ocupação é confirmada ainda pelo depoimento do soldado Reuel.
Segundo o relator, a transformação da Fazenda Buriti em base assemelhada a estabelecimento policial fica clara pelas relações de comando e de subordina-

ção que alcançaram os moradores. Verifica-se, assim, que as vítimas fatais daquele episódio estão, pelo menos em tese, credenciadas ao reconhecimento da lei.
E prossegue:

É preciso examinar as circunstâncias concretas de cada morte para a análise dos outros requisitos legais.

Otoniel Campos Barreto, segundo a versão oficial, consignada no laudo de exame cadavérico, foi "abatido no Município de Brotas de Macaúbas, quando reagira a bala contra equipe encarregada neste Estado de capturá-lo."

Verifica-se, no entanto, que Otoniel Campos Barreto já estava formalmente detido quando ocorreu o tiroteio. Há a notícia de que o rapaz efetivou um disparo de arma de fogo e saiu correndo, em zigue-zague, quando foi atingido, mas a circunstância de já estar sob a guarda dos agentes policiais parece incontroversa diante dos documentos encaminhados pelo deputado Nilmário Miranda.
Olderico esclarece em seu interrogatório judicial que Otoniel foi logo detido e que ele, Olderico, reagiu, razão pela qual foi atingido por um disparo no rosto. Quando recobrou os sentidos, foi preso, tendo sido conduzido, juntamente com o pai e o irmão, para a frente da casa. Esclarece que Otoniel foi despido, permanecendo só de calcão e que na sua calça, deixada nas proximidades, havia uma arma de fogo, fato não percebido pelos policiais. Diz que os três estavam sendo interrogados a respeito da localização de Cirilo, *nome falso usado por Lamarca. Diz ter sido espancado, assim como seu pai, e que Otoniel alcançou a arma, deu um disparo e saiu correndo, tendo sido atingido na seqüência e que, depois, enquanto era novamente espancado, um policial disse, referindo-se ao irmão morto: "Isso é para ver o que acontece com quem foge".*

O depoimento do soldado Reuel Pereira da Silva confirma no geral os fatos.
O relator do caso deixa claro, no entanto, que tanto Olderico como Reuel, considerados os seus depoimentos, não viram Otoniel ser alvejado.
E afirma:

Não há dúvida, portanto, que Otoniel Campos Barreto já estava sob a guarda dos agentes policiais. E assim permaneceu por um período razoável de tempo. Os policiais já estavam interrogando os suspeitos. Os requerentes sustentam que, foi sob o impcto dos gritos do pai, sob tortura, que Otoniel tentou fugir. A atitude negligente dos policiais de deixar uma arma a seu alcance não retira a responsabilidade do poder público. Uma operação daquela magnitude dá condições, com a base assemelhada a estabelecimento policial, de conter quem nela estiver detido. Se tivessem agido com um mínimo de eficiência, Otoniel não teria condições de empreender a desastrada e desesperada tentativa de fuga.

Executado?

Além dessas considerações, o relator expõe duas outras circunstâncias, contidas no laudo necroscópico, que revelam as condições em que Otoniel foi morto. Apesar de impreciso, não estabelecendo a trajetória dos disparos, deixando de relacionar os orifícios de entrada aos de saída, o laudo registra, por exemplo, um disparo no olho esquerdo, além de permitir que se conclua que a vítima recebeu um disparo na cabeça, de frente, e foi metralhado pelas costas. Há ainda um disparo no ombro direito, com orifício de entrada de cima para baixo, o que causa justa estranheza, pois o corpo deveria estar deitado para receber tal projétil.
O fato é que - continua o relator -, segundo o esclarecimento do soldado testemunha, Otoniel tentou fugir correndo na direção contrária ao local em que seu pai se encontrava preso, e foi perseguido pelos agentes. Se atiravam pelas costas, o provável é que Otoniel tenha sido atingido, primeiro, nas costas (o laudo registra dois disparos pelas costas). E os outros tiros, um na cabeça, pela frente, e outro no ombro, de cima para baixo? Execução? - pergunta Luis Francisco.
E conclui:

O fato é que os disparos, todos direcionados para o tronco e para a cabeça, indicam a intenção de matar, não de imobilizar, quando a finalidade legítima de qualquer operação militar é deter. O fato é que as forças oficiais estavam ali, como registra o relatório da Operação Pajussara, para "capturar ou destruir". Esta é a lógica da guerra, não é a lógica do Direito, que deve prevalecer na ação dos agentes do poder público. Destruir, por destruir, não é, não era, uma atitude juridicamente tolerável, até mesmo durante período de exceção institucional.

E vota pelo deferimento do caso.

Santa Bárbara

Já no caso de Santa Bárbara, a versão apresentada à família na época informava que ele havia se suicidado com um tiro no ouvido.
Essa versão é posta em dúvida por uma divergência entre a arma que seria do guerrilheiro e o calibre da bala que o atingiu.
O policial federal Emanuel Cerqueira Campos, em depoimento na Auditoria Militar, afirmou que a arma recolhida com Santa Bárbara era um revólver calibre 32. Além disso, um documento assinado pelo então diretor da Polícia Federal na Bahia, coronel Luiz Arthur de Carvalho, afirma que os dois foram "abatidos (...) quando reagiram à bala contra a equipe encarregada de capturá-los". E consta que o mesmo coronel encaminhou para perícia no IML uma bala calibre 38 que teria sido encontrada no corpo do guerrilheiro.
Luiz Antônio Santa Bárbara morreu num dos quartos da casa.

O caso na Comissão

Nilmário Miranda encaminhou o seguinte voto sobre o caso:
Em 19 de novembro de 1996, a Comissão Especial indeferiu o requerimento de Maria Ferreira Santa Bárbara pela inclusão nos termos da Lei 9140/95 da morte de Luiz Antonio Santa Bárbara, contra os votos de Suzana Lisboa e Nilmário Miranda
Em 2 de janeiro de 1997, Maria Ferreira Santa Bárbara protocolou requerimento solicitando "uma nova avaliação, uma vez que, todas as evidências em jornais e testemunhos, as quais estou enviando em anexo, contradizem a morte declarada pelos órgãos da repressão."
O relator do caso, dr. Paulo Gonet, votou na primeira apreciação pelo indeferimento por não ver provadas "a ocorrência da morte em local que se possa definir como dependência policial ou assemelhada."
Do mesmo modo, indeferiu o recurso por não "ter havido novas provas aptas para a reconsideração do meu voto anterior."
Ocorre que os motivos para o não acolhimento do dr. Luiz Francisco foram diferentes dos do dr. Paulo Gonet.
Dr. Luiz Francisco registrou em seu voto:

Há duas versões sobre a morte de Santa Bárbara. Uma de que morreu durante tiroteio, como registra o laudo necroscópico, e outra, de suicídio, disseminada pelos agentes de segurança, muito provavelmente em virtude do local da lesão (ouvido externo direito) e que foi aceita pelo filme de Sérgio Rezende, Lamarca.

Luiz Francisco cita Olderico Campos Barreto ("segundo os relatos dos agentes de segurança, havia praticado suicídio dentro da casa") e o soldado Reuel Pereira da Silva ("após o tiroteio a testemunha soube que Luiz Antônio Santa Bárbara havia cometido o suicídio.")
Argumentou que Santa Bárbara não esteve em nenhum momento sob a guarda dos agentes do poder público e "o que se pode intuir é que ele faleceu, vítima de disparo de arma de fogo, quando a força policial e militar ainda não havia assumido o controle da área, circunstância essencial para se caracterizar a condição de base assemelhada a estabelecimento policial o que só ocorreu a partir da prisão de Olderico, de Otoniel e do pai, José Barreto."
Continua Nilmário Miranda:
Examinei todo o material organizado por Dona Maria Ferreira Santa Bárbara. Há homenagem de Câmaras Municipais, declarações de vereadores, professores, vizinhos, amigos, contemporâneos de escola e até um abaixo-assinado com centenas de assinaturas - tudo em apoio à família e em resgate à memória desse militante. Há recortes de jornais de data recente.
Dr. João Grandino Rodas, em várias ocasiões, disse que sempre relevou informações produzidas à época dos fatos anteriores à Lei 9140/95.

O que me impressionou no recurso foi o número de vezes em que a versão de choque e confronto aparece. Vejamos:

Revista *Veja* de 22/09/1971, página 23:
Numa expedição enviada à Brotas de Macaúbas no centro-oeste da Bahia, já havia localizado uma fazenda, espécie de "aparelho rural" que daria cobertura a Yara e Lamarca. Nesse local, dois terroristas foram mortos em choque com a polícia.
Jornal *A Tarde* de 21/09/71:
O corpo de Luiz Antônio Santa Bárbara, subversivo morto na Fazenda Buriti...
Jornal *Tribuna da Bahia* de 18/09/71:
Nas suas idas e vindas à região do São Francisco, os órgãos de segurança conseguiram prender Oldorico Barreto (ferido na mão e boca) e recolhido ao Hospital da PM de Salvador e matar Luiz Antônio Santa Bárbara e Otoniel Campos Barreto, ambos integrantes do MR-8.

O Relatório do Exército entregue ao Ministro Maurício Corrêa em 1993 e ao deputado Nilmário Miranda cita *O Estado de São Paulo* de 16 de setembro de 1971: "Militante do MR-8 falecido em 28 de agosto/71 em confronto com agentes de segurança, em Brotas de Macaúbas/BA." Ou seja, em todas as notícias da época, aparece a versão do confronto e nunca a de suicídio.
Também nos documentos oficiais: A Requisição de Exame ao IML feita pelo Cel Luiz Arthur de Carvalho dá como histórico do caso, em 29/agosto/71, que os dois foram "abatidos quando reagiram à bala contra a equipe encarregada de capturá-los." (fls 117).
O laudo de necropsia feito pelo IML, Instituto Nina Rodrigues repete a morte em confronto.
Ora, a imprensa, em 99,9% dos casos publicava a versão oriunda dos órgãos de segurança, até a morte de Vladimir Herzog. Porque os órgãos de segurança não divulgaram a versão do suicídio, que em nada os comprometeria? Porque nos documentos oficiais só aparece a versão do confronto? Na verdade, a versão do suicídio só é divulgada a partir do livro de Emiliano José e Oldack Miranda, "Lamarca , Capitão da Guerrilha" que foi a base e referência para o filme de Sérgio Rezende.
Neste livro esta versão baseou-se no depoimento de Olderico Barreto que ouviu dos policiais que Luiz Antônio Santa Bárbara teria se suicidado, já que ele, ferido e capturado, nada viu; e numa interpretação do relato de Olival Barreto e José Tadeu, meninos que estavam no quarto onde Santa Bárbara caiu morto.
Portanto, a versão oficial é de morte em confronto.
Não há nenhum documento que cite quem encontrou e exatamente a que horas ele morreu.
Anexado ao recurso há uma declaração de Olival Campos Barreto, prestada em 3 de março de 1997, sob as penas da lei:

Novo depoimento

Declaração
Eu, Olival Campos Barreto declaro:
Convivi aproximadamente 8 meses com Luiz Antônio Santa Bárbara, à época com 20 e poucos anos de idade, tendo portanto o dobro da minha idade, mesmo assim foi o grande amigo, tendo inclusive sido meu professor; companheiros de quarto, convivíamos como irmãos.
Ao amanhecer do dia 28 de Agosto de 1971, entre 5:30 e 6:00 horas em Buriti Cristalino, Município de Brotas de Macúbas, fomos acordados por meu primo José Tadeu, de 16 anos de idade, que dizia estar a praça cheia de polícia e que procuravam pelo Zequinha, meu irmão mais velho. Luiz Antônio perguntou ao meu primo quantos eram e no mesmo instante começou o tiroteio nos fundos da casa.
Luiz Antônio pegou sua arma, um revólver que estava em cima de uma mesinha e foi em direção ao tiroteio. Meu primo José Tadeu e eu entramos embaixo da cama. Logo em seguida Luiz Antônio voltou ao quarto e se posicionou em pé atrás da porta com o revólver na mão. Nesse instante o tiroteio acaba e eu escuto passos que vinham pelo corredor em direção ao quarto, era um policial. Ao chegar em frente a porta o policial a chuta, da posição em que eu estava embaixo da cama eu só via o Luiz Antônio e o policial da cintura para baixo e a boca da metralhadora engatilhada. Nesse instante ouvimos uma explosão, um disparo. Luiz Antônio cai e o chão se lava de sangue. O policial ordena então que eu saia debaixo da cama. Eu saio e em seguida meu primo José Tadeu também sai. O policial pegou os pertences de Luiz Antônio, a arma e o relógio. Por último nos perguntou como se chamava o morto. Foi quando um outro policial que entrava no quarto disse: é o Santa Bárbara.
Sendo o que eu tinha a declarar, firmo a presente, juntamente com meu primo José Tadeu. para que produza seus efeitos legais.

Desse modo, segundo a declaração das únicas testemunhas, o local já estava sob controle da força policial e militar "circunstância essencial para se caracterizar a condição de base assemelhada a dependência policial." Segundo essas testemunhas, o disparo que vitimou Santa Bárbara ocorreu quando o tiroteio cessou, ou seja, quando já tinha havido a prisão de Olderico, de Otoniel e de José Barreto.
Neste caso, ganha relevância os depoimentos de Paulo Roberto Silva Lima, ex agente da Polícia Federal, prestado em 17 de julho de 1996, antes cinco meses da vinda à pauta do processo quando foi indeferido, que ouviu da mãe de Santa Bárbara, Maria Pereira e de Deraldino, o pai, que a mão de Luiz Antônio estava vazada por um disparo da palma para o dorso. Maria Ferreira Santa Bárbara, em declaração registrada em cartório em 18 de março de 1997 e juntada ao recurso diz que "o corpo de Luiz num jipe... eu chorava muito...

lembro-me que o caixão foi aberto para que eu pudesse ver o corpo e foi quando vi um ferimento de bala na mão dele."
Desse modo, este conjunto de documentos, a meu juízo, é plenamente suficiente para a reabertura da discussão, para a reconsideração do caso Luiz Antônio Santa Bárbara.
Desde já adianto meu voto pelo deferimento no mérito, uma vez que seria impossível a ele suicidar-se ao mesmo tempo em que feria a própria mão direita, a mão que atira.

Execuções sumárias

Carlos Lamarca (27/10/1923 - 17/9/1971)
José Campos Barreto (1945 - 17/9/1971)

O *Dossiê* registra sobre Lamarca: "Comandante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), da Var-Palmares e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).
Nascido no Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1937, Carlos Lamarca foi o terceiro entre os seis filhos de Antônio e Gertrudes Lamarca, uma família modesta da zona carioca. Magro, com 1,75m de altura, olhos e cabelos castanhos escuros, casou-se em 1959 com Maria Pavan, com quem teve dois filhos: César e Cláudia.
Aos 16 anos participou de algumas manifestações de rua durante a campanha nacionalista O Petróleo É Nosso. Tinha como livro de cabeceira a obra *Guerra e Paz*, de Tolstoi. Nessa época já havia tomado uma firme decisão: queria ser oficial do Exército Brasileiro. A carreira então projetada foi ganhando contornos definidos. Formou-se, em 1960, pela Escola Militar das Agulhas Negras, em Resende (RJ), obtendo a patente de capitão em 1967".

"Abaixo a Ditadura"

Sobre José Campos Barreto, o *Dossiê* traz:
"José Carlos Barreto, o *Zequinha*, tinha sido operário metalúrgico em Osasco, Grande São Paulo. Ex-seminarista e presidente do Círculo Estudantil Osasquense.
Assassinado aos 26 anos, juntamente com o capitão Carlos Lamarca, no interior baiano, município de Fazenda Pintada, em cerco montado pelos órgãos de repressão, no dia 17 de setembro de 1971.
O Atestado de Óbito de José dá sua morte nessa data, em Brotas de Macaúbas (BA) por tiro, sendo assinada pelo dr. Charles Pittex. Informa, ainda, que foi enterrado no Cemitério de Campo Santo (BA).
O Relatório Pajussara (documento do Exército sobre a operação que matou Lamarca) diz que Campos, ao receber o tiro de misericórdia, gritou 'Abaixo a ditadura'."

Entrevista

Em entrevista concedida ao periódico chileno *Punto Final*, em abril de 1970, dizia Lamarca: "Sou um dos poucos oficiais brasileiros de origem operária. Estudei com o sacrifício de meus pais e escolhi a carreira por entender que as Forças Armadas teriam condições de contribuir para o desenvolvimento e emancipação do meu país. Logo me desiludi".

Em setembro de 1962, Lamarca foi recrutado para integrar o contingente militar da Organização das Nações Unidas.

Seu destacamento permaneceu um ano na zona de Gaza, no Egito, perto do Canal de Suez. Regressando ao Brasil, foi designado para servir em um batalhão da Polícia do Exército, na cidade de Porto Alegre (RS), período em que, admirando a tentativa de resistência de Leonel Brizola ao Golpe Militar de 1964, solicitou inscrição junto do Partido Comunista Brasileiro, que nunca chegou a se formalizar.

Mas foi em São Paulo, no quartel de Quitaúna, para onde pediu transferência em 1965, que Lamarca, estudando e discutindo com um grupo de companheiros as perspectivas de luta armada, fez sua opção revolucionária. Era preciso buscar "um caminho para a revolução brasileira", que, nos termos da referida entrevista, supunha modificar a situação agrária e, por conseguinte, "romper com todo o sistema, baseado e construído exatamente sobre o atraso e a miséria de nossas regiões rurais". Para tanto, era necessário construir "a primeira coluna guerrilheira, alternativa do poder das classes dominantes, embrião do futuro Exército Popular", com a simultânea implantação de "guerrilhas irregulares em todos os pontos importantes do país". Influenciado pela revolução cubana e pelos movimentos guerrilheiros latino-americanos, Lamarca passou a defender as teses de Guevara e Régis Debray, teóricos do foco guerrilheiro: um pequeno grupo de homens bem treinados e bem armados, atuando em alguma área do campo, poderia desencadear a luta armada e despertar as massas para a insurreição.

Já estava organizado, em 1967, o grupo de Carlos Marighella, a ALN, e havia também um grupo de militares expulsos das Forças Armadas que mantinham ligações com operários metalúrgicos de Osasco e outros setores proletários da região industrial de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano. Lamarca acompanhava com grande interesse o grupo de ex-sargentos que, inicialmente vinculado ao MNR, uniu-se a um setor dissidente da Polop e deu origem à VPR. Sua perspectiva, naquele momento, era a de entrar em contato com algum grupo da esquerda armada brasileira que o aceitasse como simples militante e oferecer, de imediato, a possibilidade de realizar uma ação de expropriação no quartel de Quitaúna.

Opção pela VPR

"Durante esses anos" — prossegue Lamarca na mesma entrevista — "busquei contato com as organizações revolucionárias que propusessem um caminho para a revolução brasileira de acordo com as conclusões a que chegara." As numerosas discussões então realizadas com Joaquim Câmara Ferreira, um dos principais dirigentes da ALN, levaram-no a optar por outra linha política, a da VPR. Passou a integrar a célula do IV Regimento de Infantaria.

Por iniciativa de Lamarca, preparou-se a ação de expropriação de armas e munições do quartel, com o imediato ingresso de toda a célula na guerrilha urbana. Em 24 de janeiro de 1969, Lamarca deixou Quitaúna com a carga de 63 fuzis FAL, algumas metralhadoras leves e muita munição. A idéia era seguir imediatamente para uma região onde pudesse preparar a guerrilha, o que o obrigou, de imediato, a separar-se da mulher e dos filhos, enviados para Cuba, via Itália, no mesmo dia de sua deserção.

Lamarca passou dez meses trancado em "aparelhos" na cidade de São Paulo, vivendo clandestinamente, até seguir para o Vale do Ribeira, com mais de 16 militantes, a fim de realizar um treinamento em guerrilha. Lá permaneceu até maio de 1970, quando a região foi cercada por tropas do Exército e da Polícia Militar. Houve combates, mas Lamarca conseguiu romper o cerco ao lado de dois companheiros, após a retirada de vários outros. A Operação Registro, como a denominou o II Exército, durou 41 dias e resultou na prisão de quatro guerrilheiros.

De volta à cidade, continuou no comando e planejamento de ações armadas, para resgatar prisioneiros políticos e obter recursos para a sobrevivência da organização. Foram ao todo dois anos e oito meses de clandestinidade, nos quais reforçou seu caráter introspectivo e exercitou sistematicamente — com a mesma disciplina que emprestava ao treinamento físico — o hábito de ler e escrever. Nas sucessivas mudanças a que era obrigado por razões de segurança, de duas coisas nunca se separava: da arma e dos manuscritos, que intitulava provisoriamente de *Estudos militares*. Utilizando como nomes de guerra *João*, *Renato*, *Cláudio*, *César*, *Cid* e *Cirilo*, Lamarca não se limitou a traçar as estratégias de algumas das ações da VPR, mas participou diretamente do comando de seqüestros e expropriações.

Ingresso no MR-8

Em abril de 1971, em discordância com a VPR, ingressou no MR-8. No mês de junho, Lamarca foi para o sertão da Bahia, no município de Brotas de Macaúbas, com a finalidade de estabelecer uma base desta organização interior.

Com a prisão em Salvador, em agosto, de um militante que conhecia seu paradeiro e a localização de um aparelho onde se encontrava (e morreu) a psicóloga paulista Iara Iavelberg, companheira de Lamarca desde 1969, os órgãos de segurança iniciaram o cerco à região. A direção do MR-8 não cuidou de retirá-lo de lá, mesmo considerando que Lamarca não tinha poder de decisão, pois se recusara a participar da organização como dirigente.

Um tiroteio travado entre a polícia e os irmãos de José Campos Barreto, o *Zequinha*, que acompanhava Lamarca, obrigou-os a iniciar uma longa e penosa rota de fuga, de 28 de agosto a 17 de setembro, com um percurso de quase 300km. Ao descansarem à sombra de uma baraúna, foram surpreendidos pela repressão. Lamarca estava desnutrido, asmático, provavelmente com a doença de Chagas.

A imprensa brasileira apresentou versões sobre o diálogo que teria havido entre Lamarca e o agente federal: "Quem é você?" — "Carlos Lamarca". — "Sabe o que aconteceu com a Iara?" — "Ela se suicidou em Salvador". — "Onde está sua mulher e seus filhos?" — "Estão em Cuba". — "Você sabe que é um traidor da Pátria?". Lamarca teria morrido sem responder a essa última pergunta.

O desfecho que, com pequenas variações, caracteriza a versão oficial da morte de Lamarca, reforçada mais tarde pela publicação do chamado *Relatório Pajussara do Major Cerqueira* e consagrada pelo filme de Sérgio Rezende, é inverossímil. Os que o caçaram pelos sertões da Bahia deveriam temer, na realidade, o vigor, a atilada inteligência, os reflexos precisos, o esmerado preparo militar do Capitão Lamarca, e jamais entrariam em sua linha de tiro. Limitaram-se a matar em silêncio um homem desfalecido.

Votos na Comissão

O processo de Carlos Lamarca foi apreciado pela Comissão Especial no dia 11 de setembro de 1996, juntamente com o de Carlos Marighella. A responsabilidade do Estado pela morte de ambos foi reconhecida pelo mesmo placar: 5 x 2, com os votos vencidos do general Oswaldo Gomes e Paulo Gonet Branco. Suzana Keniger Lisbôa foi a relatora do caso Lamarca. Nilmário Miranda também apresentou parecer, questionando os argumentos dos que votaram contra e fundamentando o seu voto favorável. Ele inicia a sua declaração de voto, discutindo o parecer de Paulo Gonet Branco.

Meu voto sobre o caso Lamarca passa antes pela discussão do parecer ao ilustre relator dr. Paulo Gonet Branco, com o qual quero dialogar.

A aplicação da analogia decorre do próprio texto da lei que fala de "dependências policiais ou assemelhadas" e corresponde à aplicação literal do texto da lei e independe de sua classificação como Lei de Anistia. A Lei 9.140/95 está vinculada à Lei da Anistia: "a aplicação desta lei e todos os seus efeitos, orientar-se-ão pelo princípio da reconciliação e pacificação racional expresso pela Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia".

A própria Comissão Especial já interpretou "ou assemelhadas" como situações em que o indivíduo está sob custódia do Estado. Recordo os casos Joelson Crispim; os três assassinados no Quintino, Avenida Suburbana — Antônio Marcos Pinto, Maria Regina Lobo Figueiredo e Lígia Salgado Nóbrega —; a Chacina da Lapa, quando Pedro Pomar e Ângelo Arroyo foram mortos; o caso de José Roberto Spigner. Recordo aqui o voto unânime desta Comissão Especial para o reconhecimento da responsabilidade do Estado no assassinato de Norberto Nehring, dado como tendo se suicidado em uma pensão perto da antiga rodoviária de São Paulo.

Objetivo: matar

Por várias vezes esta Comissão Especial inadmitiu que uma operação repressiva tivesse por finalidade o assassinato de opositores políticos. A execução sumária de um cidadão não pode ser admitida, ainda que prévia a detenção.

O Brasil é hoje signatário de convenções internacionais com o que se alinha ao direito internacional que condena qualquer forma de execução sumária. Suas normas proíbem a tortura, a execução, devendo o uso das armas ser excepcional, necessário e proporcional. Exigem tratar o capturado com humanidade, respeitando sua dignidade. A captura só pode se realizar em consonância com as disposições legais. Nem mesmo durante o período mais tenebroso da ditadura, após o AI-5, havia na Lei de Segurança Nacional ou no Código Penal Militar a autorização de matar quem pudesse ser capturado.

Não foi por outra razão que o sr. presidente da República, ao encaminhar ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 869/95, reconheceu que deve o Estado assumir a "responsabilidade das transgressões cometidas à lei e aos direitos humanos".

Já é do conhecimento desta Comissão Especial a opinião do prof. Cláudio Fontelles, de que a expressão "assemelhados" é sinônimo de dependências policiais.

Desagravo à honra

Do mesmo modo, o grande jurista Fábio Konder Comparato, em artigo na *Folha de S. Paulo*, disse: "A responsabilidade civil do Estado brasileiro pelo desaparecimento forçado de pessoas e pelas execuções sumárias durante o regime militar tem um claro fundamento ético — é preciso desagravar a honra nacional, enxovalhada pelos próprios governantes". E lembra que "até mesmo nas guerras civis, como se viu há pouco na Bósnia, a consciência ética e jurídica universal tem exigido um mínimo de respeito à dignidade humana", sendo "grotesco, portanto, o argumento usado pelos defensores do regime militar, de que a situação de luta armada tudo justificava".

O ministro Nelson Jobim, que segundo ele próprio, "redigi a lei que concede Atestado de Óbito e indeniza as famílias" — *Correio Braziliense* de 22/7/96 — elaborou o Projeto de Lei nº 869/95, e, a propósito do caso Lamarca, disse à *IstoÉ*, página 12, 17/7/96: "Não cabe à Comissão dizer se Lamarca era herói ou bandido, mas sim dizer se havia condições de preservar sua vida depois da prisão, que é responsabilidade do Estado".

A OAB Federal acatou parecer do ilustre advogado João Duboc Pinaud, que recusa a interpretação de dependências assemelhadas como outras modali-

dades de cárceres. Vai, ao contrário, na linha interpretativa da "estrutura encarceradora", aí entendida como a prévia deliberação de matar, a vigilância e prisão dos que mantinham contato com a vítima, "a preordenação, a montagem do ardil, mobilização de forte esquema repressivo; diametralmente oposto a quem estava cortado, em termos de surpresa, superioridade numérica, armamentos e possibilidade de comunicação". Concluiu a OAB: "Excluir os que morreram fora das dependências policiais, embora cercados pelos agentes públicos, entendendo que não se trata de 'lugares assemelhados a elas', é reviver a mentalidade repressiva de 1964-1985, claramente recusada pela Lei 9.140/95, quando fixou a responsabilidade do Estado decorrente daquela violência política". O que a lei abrange é a situação coartada, sob a dominação irresistível dos agentes do Estado. A lei não conceitua situação política pelas grades, muros, paredes, mas sim como condição de domínio e controle inescapáveis.

Se o relator, dr. Paulo Gonet Branco, interpreta dependências assemelhadas como assemelhadas à prisão fechada, não seria nem necessário a lei estabelecer a distinção entre dependências policiais ou assemelhadas.

Esta interpretação pode levar à admissão da estranha tese de que o Estado só é responsável por quem está preso em prisões fechadas e implicitamente admitir a execução sumária desde que realizada fora da prisão. À página 27, o relator dr. Paulo Gonet Branco diz "não basta que tenha havido morte em seguida à detenção: é preciso que ela tenha ocorrido em lugar com características que o assemelham a uma dependência policial".

Nilmário Miranda lembra que a Lei da Anistia de 1979, ao trazer de volta ao país aqueles que a ditadura exilou e baniu, ao abrir as prisões, ao trazer de volta à cidadania os milhares de clandestinos, reconheceu os absurdos do regime militar.

Assim, a história dos "feitos dramáticos" de Lamarca, ou o fato de ter saído do Quartel de Quitaúna com armas e ter se juntado à luta armada, fica excluído de julgamento já que a Anistia fez cessar o fato punível. Não cabe à Comissão Especial julgar as opções políticas dos opositores assassinados, e sim reparar injustiças não contempladas pela Lei da Anistia. Cabe, sim, à Comissão Especial, discutir as "versões oficiais", em geral falsificadas para encobrir a covardia ou violência.

No caso concreto, à página 22, dr. Paulo Gonet Branco concede credibilidade ao relato oficial ao dizer que "passado um quarto de século do episódio, que teria sido presenciado por diversas pessoas, não há quem dispute que Lamarca morreu em campo aberto quando encontrado pelas forças de segurança". Prossegue o relator: "observe-se, ainda, que a história de feitos dramáticos e de atos de violência que notabilizaram o ex-militar torna razoável supor que ele estivesse armado quando visto e que procuraria reagir como pudesse à perspectiva de captura".

Exumação

Ao pedir vistas do processo Lamarca, tinha em mente demonstrar que o cerne do relato oficial é falso e que Lamarca e José Campos Barreto não tiveram condições de reagir, que foram sumariamente executados. Com Iara Xavier e Togo Meireles, da Comissão Nacional de Familiares, fui ao Rio de Janeiro e, juntamente com a família Lamarca, requeri ao diretor da Santa Casa de Misericórdia, dr. Dahas Zarur, em 18/6/96, a exumação dos restos mortais de Carlos Lamarca, o que foi feito, sob a responsabilidade do dr. Nelson Massini. O exame da ossada pelo IML de Brasília levou às seguintes conclusões:

"Pela análise do conjunto de lesões observadas no esqueleto, bem como nas fotografias, a dinâmica mais provável é aquela em que a vítima se encontrava deitada, em decúbito dorsal; já o(s) atirador(es) estava(am) postado(s) à sua direita, mais próximo dos pés que da cabeça, e pela angulação das trajetórias, em posição acima e próximo(s) à vítima".

Versão oficial

Este laudo já desmonta o cerne da versão oficial — Qual é a versão oficial? É o Relatório da Operação Pajussara, assinado pelo major Nilton Cerqueira, chefe da 2ª Seção do EMR/6:

"Quando se aproxima das viaturas, cerca de 500 metros, o motorista Fumanchu aos gritos, ofegante, chamou — 'Major! Tem dois homens deitados debaixo da árvore'. Mais calmo, disse haver um rapaz informando que vira um homem deitado, com um saco e apresentando todas as características dos terroristas. Sem ser necessária nenhuma ordem, a pequena equipe, a exemplo de seu chefe, engatilhou suas armas e procurou se aproximar dos dois homens deitados. Cerca de 10 metros dos mesmos, em virtude de dois elementos da equipe terem se lançado através da caatinga, para encurtar caminho, provocando ruído de mato quebrado, que despertou um dos terroristas, o qual exclamou: 'Capitão! Os homens estão aí!' Toda a equipe, a essa altura, já estava em linha. O elemento que falou começou a correr, iniciando-se então o tiroteio. O segundo levantou-se, tentando correr, carregando um saco. Esse foi abatido 15 metros a frente, caindo ao solo, enquanto o que dera o alarme, apesar de ferido, prosseguiu na fuga. Como permanecessem ao lado do terrorista caído dois agentes e só um estivesse perseguindo o 'Jessé', o comandante do DOI determinou que o cabo auxiliasse aquele elemento, entregando-lhe para isso a sua metralhadora, pois a que o cabo portava estava quebrada: era uma INA. Pouco adiante, Jessé virou-se para o elemento que o perseguia e atirou-lhe uma pedra, recebendo então a última rajada. Ainda gritou 'Abaixo a ditadura', caindo morto. A equipe Tigre que se encontrava a cerca de 600 metros daquele local, ouvindo o tiroteio, acelerou sua marcha. No entanto, quando chegou estava tudo terminado".

Como se vê, o próprio relatório da Operação Pajussara destaca que:
1 - Lamarca e Zequinha foram surpreendidos dormindo.
2 - Não fala que Lamarca e Zequinha portassem armas nem que houvessem atirado contra os agentes da repressão.
3 - Diz que Lamarca levantou-se e fugiu por 15 metros com um saco, sendo abatido.
4 - Zequinha, mesmo ferido, tenta a fuga, é alcançado, joga uma pedra e recebe a última rajada.
Pelo relato oficial, Lamarca teria sido abatido com tiros pelas costas à distância de 25 metros, caindo. Teria travado o diálogo com o comandante do DOI e morrido às 15h40 do dia 17/9/71.
O laudo cadavérico da ossada já desmonta esta "versão oficial" ao revelar que quatro tiros foram disparados quando Lamarca se encontrava caído, de cima para baixo, a curta distância.
Finalmente, no dia 4 de julho de 1996, o ministro da Justiça passou às mãos do jornalista Bernardino Furtado, do jornal *O Globo*, os documentos que há 25 anos ficaram guardados na Polícia Federal da Bahia e que não tinham sido entregues a esta Comissão Especial. Esses documentos foram entregues à Comissão Especial e a mim no dia 9 de julho: o laudo necroscópico assinado pelo dr. Charles Pittex, um álbum de fotos de necropsia e de identificação, o Relatório da Operação Pajussara, cartas trocadas por Lamarca e Iara Iavelberg e um álbum com impressões digitais.
1 - O Laudo nº 148262 do Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues/BA, revela que Lamarca recebeu três tiros pelas costas, de pé, quando se levantou: um na região glútea, um na face dorsal da mão direita, um na região braquial esquerda. Foram tiros não-fatais que certamente provocaram sua queda.
2 - Nesse momento em que fora surpreendido, dormindo, em inferioridade numérica, em que se encontrava doente, enfraquecido, subnutrido e que tem a mão direita atingida por uma bala, em que tem o ombro esquerdo atingido por uma bala e que, mesmo que tentasse retirar uma arma do saco, não poderia utilizá-la, em que não poderia sequer tentar a fuga; nesse momento era dever e obrigação dos agentes públicos prestar socorro e tomá-lo preso, e não fuzilá-lo e executá-lo.
3 - Caído, Lamarca leva mais quatro tiros, a curta distância, todos de cima para baixo, de duas direções, de mais de uma arma militar. Foi fuzilado, executado, quando não oferecia risco algum aos seus captores. Recebeu três tiros na região peitoral e o tiro fatal que entra pelo úmero direito, atravessa o tórax, atingindo pulmão e coração.
O laudo médico-legal assinado não mente, por isso foi mantido em segredo por 25 anos.
Não satisfeito com as duas provas, a do laudo cadavérico da ossada exumada e a do laudo original, fui a Brotas de Macaúbas tomar os depoimentos do guia Genésio Barros, ex-carcereiro, e do ex-delegado João Queiroz.

A *Folha de S. Paulo* publicou ambos os depoimentos — uma vez que a repórter Cristina Grillo testemunhou. O ex-carcereiro disse que recolheu o corpo de Lamarca aos pés da baraúna, ou seja, no mesmo lugar onde foi visto dormindo pelo camponês Claudemiro Colôdo e pelo motorista da Mineração Boquira, identificado como Fumanchu na Operação Pajussara, desmentindo a versão de que Lamarca fugiu por 15 metros depois de surpreendido quando dormia ao pé da baraúna.O ex-delegado João Queiroz ouviu dos integrantes da equipe, comandados pelo então major Nilton Cerqueira, que "tiroteio houve de um lado só" e que depois do episódio foi à Pintada e viu marcas de tiros na pedra onde Lamarca repousava a cabeça e na baraúna.

Perito criminal

Ainda para ter mais segurança e convicção, requeri ao dr. Nelson Massini que examinasse todo o material disponível, o que foi feito.
Dr. Massini, juntamente com o perito criminal Celso Nenevê, que assessora esta Comissão Especial, analisou:
1 - Laudo médico-legal do IML-BA;
2 - Quatorze fotografias e quatro esquemas anexos ao laudo médico-legal;
3 - Laudo cadavérico da ossada do Laboratório de Antropologia Forense do IML-DF.
Este parecer confirma as conclusões dos dois laudos — o da Bahia e o do Distrito Federal. As discrepâncias não alteram as conclusões básicas. Este novo laudo identifica um tiro na região axilar anterior esquerda, que não consta do laudo da Bahia, e que o projétil número quatro (o tiro fatal) se dividiu e produziu dois orifícios de saída. No item 9 diz:
"9 - Pela análise entre o laudo necroscópico da ossada e o laudo necroscópico original, pudemos encontrar a maior parte de pontos coincidentes, levando-se em consideração as condições adversas encontradas pela equipe de profissionais de Medicina Legal do Distrito Federal que examinou o material com 25 anos de sepultamento".
Não obstante, destacamos os principais pontos de congruência:
1 - Fratura de ambos os ossos úmeros; 2 - Fratura do segundo metacarpiano esquerdo; 3 - Fratura do processo acromial da escápula esquerda; 4 - Fratura do segundo e terceiro arcos costais direitos; 5 - Fratura do quinto e sétimo arcos postais esquerdos.
E relata três novos achados no exame de ossada.
A bem da verdade, cabe destacar que as suspeitas de tortura e maus-tratos não foram confirmadas no exame das escoriações — (item 10).

Conclusão

Por considerar que Carlos Lamarca foi surpreendido dormindo, que não portava arma nesse momento, nem há registro de tiroteio, que quando recebeu

três tiros por trás que o fizeram cair e que caído recebeu mais quatro tiros de cima para baixo e de distância relativamente curta para armas militares, caracterizando execução sumária após subjugado. O Estado autoritário, por seus agentes, o vigiou, o subjugou, o deteve e já sem margem para qualquer ação o executou. Meu voto é pelo deferimento do pedido de reparação feito por Maria Pavan e filhos.

Envenenada na prisão

Nilda Carvalho Cunha (? - 14/11/1971)

O caso foi indeferido sem considerações quanto ao mérito porque a família deu entrada no processo fora do prazo legal. O relator foi Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, e Nilmário Miranda pediu vistas ao processo.
Nilda era estudante secundarista e foi presa por agentes do DOI-Codi em 20 de agosto de 1971, em Salvador, por ocasião da morte de Iara Iavelberg. Foi liberada em 12 de novembro, profundamente debilitada em decorrência das torturas sofridas durante a prisão.
No dia 14 de novembro morreu, com sintomas de cegueira e asfixia, em conseqüência de envenenamento durante a prisão.
A mãe de Nilda, desesperada com a morte da filha, passou a fazer denúncias e protestos em praça pública e, certo dia, apareceu inexplicavelmente enforcada.

Cercados na Urca

Sérgio Landulfo Furtado (24/5/1951 - 11/7/1972)
Paulo Costa Ribeiro Bastos (16/2/1945 - 11/7/1972)

Sérgio e Paulo foram presos, juntos, em 10 de julho de 1972, no bairro da Urca, por agentes do DOI-Codi/RJ, para onde foram levados e torturados, sendo transferidos posteriormente para o Cisa.
Há versões de que Sérgio e Paulo teriam percebido o cerco feito pelos órgãos de repressão na Urca e tentaram escapar como passageiros de um ônibus. Os policiais bloquearam a única saída do bairro, revistando todos os veículos. Em um deles, prenderam os dois jovens. Desde então estão desaparecidos.
Os seus nomes foram incluídos no Anexo da Lei 9.140/95.

Sérgio Furtado

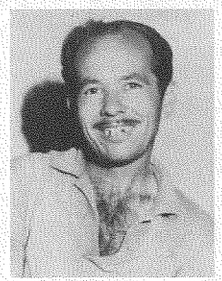
Sérgio nasceu em Serrinha, Estado da Bahia, filho de George Furtado e Diva Furtado. Era estudante de Economia na Universidade Federal da Bahia.
Entrou na luta clandestina em 1969, ligando-se ao MR-8. Respondeu a alguns processos, sendo julgado à revelia.
Seus pais souberam de sua prisão por telefonema anônimo, em 24 de julho de 1972, e iniciaram desperada procura. Nada conseguiram.

Em depoimento do preso político Paulo Roberto Jabour, em 20 de fevereiro de 1979, quando ainda se encontrava no Presídio Milton Dias Moreira (RJ), há informações de que um escrivão, chamado Bioni, então lotado no Dops/RJ, confirmou ao preso político Nelson Rodrigues Filho que Sérgio morrera no Dops/RJ em conseqüência das torturas sofridas. Também o preso político Zaqueu José Bento — segundo o depoimento de Jabour — afirmou que o torturador Ventura, no Rio de Janeiro, chegou a lhe dizer diversas vezes, mostrando a foto de Sérgio, que este estava morto, que "já era".
Sua morte é assumida por um general estreitamente ligado ao aparelho repressivo em entrevista fornecida ao jornal *Folha de S. Paulo* em 28 de janeiro de 1979.

Paulo Bastos

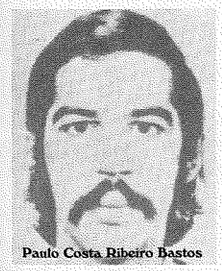
Paulo nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, filho do general Othon Ribeiro Bastos e de Maria do Carmo Costa Barros. Cursou o 1º e 2º graus no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, terminando seu curso em 1970. Trabalhava como engenheiro hidráulico no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). Morreu sob torturas três dias depois de ser preso. Estava clandestino e respondeu a alguns processos por integrar o MR-8.


Carlos Lamarca

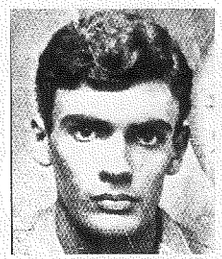

Félix Escobar Sobrinho

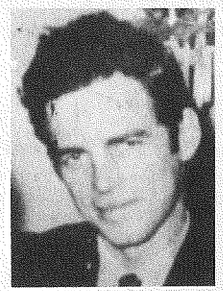

Iara Iavelberg


Marilene Villas-Boas Pinto



Paulo Costa Ribeiro Bastos


Sérgio Landulfo Furtado


Stuart Edgard Angel Jones



var-palmares - 1969

Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares

A VAR-Palmares foi fundada em julho de 1969, resultado da fusão do Comando de Libertação Nacional (Colina) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organizações originárias de dissidências da Polop. No mesmo ano, a VAR-Palmares dividiu-se, dando origem ao ressurgimento da VPR e a um grupo denominado Dissidência da VAR-Palmares (DVP). Em 1971, a VAR-Palmares conseguiu realizar o seu II Congresso, mas já fora severamente golpeada pela repressão, desestruturando-se até o final daquele ano. Em sua curta existência, antes do racha que fez ressurgir a VPR, a organização realizou o assalto de rendimentos mais vultosos para a esquerda armada no Brasil: o cofre de Adhemar de Barros, guardado no Rio por sua secretária e suposta amante, contendo US$ 2,5 milhões.

Número de mortos

Morreram 17 militantes (e dirigentes) da VAR-Palmares: quatro tiveram os seus nomes incluídos no Anexo da Lei 9.140/95, dez foram apreciados pela Comissão Especial (apenas um não foi reconhecido), dois as famílias não entraram com processo e um morreu no exterior. O mais jovem militante da esquerda brasileira assassinado pela repressão pertencia a essa organização: Marco Antônio Dias Batista, de apenas 15 anos.

Foto: Religiosos participam de manifestação de protesto no Rio de Janeiro, em julho de 1968.

o maior assalto

A VAR-Palmares executou, antes do "racha" de setembro de 1969, que levou à reconstituição da VPR, o assalto mais rendoso dentre todas as ações de guerrilha urbana voltadas para a obtenção de fundos no Brasil: o roubo de um cofre na casa de Ana Capriglione, contendo nada menos que US$ 2,5 milhões, atribuídos pela organização a atividades corruptas do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros.

A VAR-Palmares surgiu em julho de 1969, resultado da fusão do Colina com a VPR, liderada por Carlos Lamarca.

Em 1970, a VAR-Palmares enfrentou fortes discordâncias internas a respeito da linha a ser seguida naquela conjuntura de repressão crescente. No Rio, uma facção desligou-se para constituir a DVP, mais tarde rebatizada como Grupo Unidade. Entre os que permaneceram na VAR-Palmares houve os que defenderam o abandono das ações armadas, em benefício de um trabalho operário no meio urbano (por meio de Uniões Operárias) e os que insistiram nas atividades voltadas para a preparação da luta armada no meio rural.

A partir de 1971, a VAR-Palmares começou a viver, tanto quanto a VPR, um lento processo de desagregação, sendo que os esforços para controlar a situação foram anulados com a prisão e morte de dirigentes importantes como Carlos Alberto Soares de Freitas, um dos fundadores do Colina, e Mariano Joaquim da Silva, o *Loyola*, veterano das Ligas Camponesas, "desaparecido" nos cárceres clandestinos do DOI-Codi, no Rio de Janeiro.

No Largo da Banana

Fernando Borges de Paula Ferreira (1945 - 30/7/1969)

A família de Fernando Borges de Paula Ferreira não entrou com processo sobre a morte dele junto da Comissão Especial. O *Dossiê* registra o seu caso.

Era militante da VAR-Palmares. Nasceu em São Paulo, filho de Tolstoi de Paula e Célia Borges de Paula Ferreira.

Líder estudantil da Universidade de São Paulo, onde cursava Filosofia.

Assassinado aos 24 anos no dia 30 de julho de 1969, em São Paulo, no Largo da Banana, por agentes do Deic, que montaram uma emboscada para prendê-lo. Tal emboscada resultou no assassinato de Fernando e na prisão de João Domingos da Silva, morto posteriormente sob torturas.

Assinaram o laudo de necropsia os médicos-legistas Pérsio R. Carneiro e Antônio Valentine.

O corpo foi retirado e sepultado pela família ano Cemitério da Paz, pela família.
O episódio do tiroteio no Largo da Banana é descrito no doc. 30-Z-162-37, Dops/SP, assim como toda a trama para o extermínio dos grupos ALN e Frente Estudantil pela Luta Armada (Fela).
O Relatório do Ministério da Marinha confirma a versão acima.

Farsa no hospital

João Domingos da Silva (1949 - 23/9/1969)

Suzana Keniger Lisbôa apresenta seu parecer com base na contradição entre o exame de corpo de delito de 30 de julho de 1969 (assinado por José Franscisco de Faria e Abeilard Queiroz Orsini) e o laudo de necropsia assinado por Octávio D'Andrea e Orlando Brandão, de 23 de setembro de 1969.

Corpo de delito

Um ferimento por arma de fogo na face anterior do hemitórax esquerdo, vários ferimentos perfurocontusos na região occipital.

Laudo de necropsia

Além desse, aparece um ferimento perfurocontuso na região do abdome, escaras de decúbito e cicatrizes cirúrgicas
Suzana Keniger Lisbôa transcreve o depoimento de Antenor Neves, preso, ferido em 3 de setembro, que ficou no mesmo quarto que João Domingos no Hospital Geral do Exército. Ele contou que, nos primeiros dias, João Domingos ainda podia falar, depois seu estado se agravou. O HGE não tinha recursos médicos para atendê-lo. Fica claro que o deixaram morrer. Davam-lhe apenas soro e comida e eram guardados por agentes da Oban e soldados do Exército. Relatou ainda que Takao Amano foi torturado no quarto ao lado.

A irmã

Depoimento de Iracema, irmã de João Domingos.
Ela contou que João Domingos chegou em sua casa bastante ensangüentado, com um buraco de bala no peito, um pouco abaixo do mamilo esquerdo. A bala não transfixou, ficou parada nas costas porque a carteira no bolso da camisa dele refreou a força do projétil. Iracema, que é enfermeira, fez o que pôde. Enquanto pensava onde poderia encontrar um cirurgião, sua casa foi cercada por dezenas de viaturas e seu irmão foi levado para o Hospital das Clínicas. Por meio dos contatos que tinha nas Clínicas, ela ficou sabendo que Domingos fora seqüestrado do HC e levado ao Hospital Geral do Exército. Ela ia três vezes por semana ao HGE e recebia negativas de que ele estivesse lá. Somente 33 dias depois, ela foi levada ao HGE para que testemunhasse sobre como ele estava sendo "bem tratado".

Ao revê-lo, foi tomada de pânico: "Eu nem acreditava que aquele esqueleto humano que estava na minha frente fosse o meu irmão!" Ela não podia estar nem falar com ele a sós.
Roque Aparecido, irmão de João Domingos, liderança operária de Osasco, fora preso no dia 2 de fevereiro. Quando seu irmão, que ele considerava o mais querido e o melhor amigo, foi preso — e 57 dias depois, morto —, Roque já estava no Presídio Tiradentes.
Roque diz que seu irmão foi duramente castigado, apesar do delicado estado de saúde, para que revelasse onde estava Carlos Lamarca.

Na Comissão

Suzana Keniger Lisbôa concluiu opinando que a causa eficiente da morte de João Domingos foram ferimentos causados após sua prisão, somados à omissão de socorro. Seu voto foi acompanhado pelo de Nilmário Miranda. Em seguida, o general Oswaldo Gomes votou contra, alegando que João Domingos morreu em decorrência do ferimento recebido em confronto com os policiais quando de sua prisão.
Luís Francisco da Silva Carvalho Filho pediu vistas do processo e determinou várias diligências, requerendo informações aos arquivos do DDPS/SP, ao HGE, do HC e ao perito Celso Nenevê.
Em 2 de dezembro de 1997, o Hospital Geral do Exército responde o ofício enviado pela Comissão Especial:

Não consta do prontuário, ou do livro de entrada e nem há ficha de internação médico-hospitalar do referido paciente, na data e período provável mencionado de sua entrada e mesmo durante este ano!

Em 4 de fevereiro de 1998, Nilmário Miranda obtém pessoalmente da Divisão de Arquivo Médico do Hospital das Clínicas a seguinte declaração:
"Consta dos Arquivos deste Hospital que o paciente João Domingos da Silva, registro nº 902.993, foi internado em 30.7.69 tendo obtido alta nesse mesmo dia. Causa alegada do socorro: ferimento por arma de fogo.
Diagnósticos: Ferimento de região abdominal por projétil de arma de fogo; ferimentos de estômago, fígado, diafragma e pulmão. Nota: Consta no resumo mecanizado de alta do paciente como médicos que atenderam: dr. Okumura, dr. Fujimura, dr. José MarcoReis e dr. Medeiros (anestesista)".
"Laparotomia exploradora é uma cirurgia de grande extensão... e por incrível que pareça, em vez de ser levado para uma UTI, recebeu alta"(!), registra Luís Francisco da Silva Carvalho Filho em seu parecer, no mesmo dia. Não consta da informação do HC transferência para outro hospital, e sim alta médica. Para onde foi levado? Os médicos agiram como policiais, e os policiais, como delinqüentes.

Interrogatório "leve"

Documentos remetidos pelo secretário adjunto da segurança de São Paulo, Luiz Antônio, revelam que João Domingos foi submetido a "leve interrogatório", e que a intenção era "interrogá-lo convenientemente". Do leve interrogatório obtiveram que ele pertencia à VPR, que integrara uma base composta de vários militantes, que ingressou na VPR em maio de 1969 e que sua prisão permitiu o levantamento de mais uma base da VPR.

"Tal terrorista, convenientemente interrogado, quando seu estado de saúde permitir, poderá fornecer novos dados que conduzam à desarticulação de novas bases e a prisão de seus integrantes."

Para Luís Francisco da Silva Carvalho Filho é nítida a relação de causa e efeito entre a morte e o tratamento da vítima pelos agentes do poder público. Por isso, acompanhou o voto de Suzana Keniger Lisbôa. Por 6 x 1, o caso foi acolhido e fez-se justiça, sendo voto vencido o do general Oswaldo Gomes.

Sua história

João Domingos era o mais novo dos oito filhos de Eliza Joaquina e Antonio José da Silva. Falecidos em 1985 e 1986. Aos 10 anos ajudara seu pai em Jataizinho, Paraná, no duro trabalho com o gado. Aos 12 anos era exímio cavaleiro e já trabalhava no matadouro de Ibiporã, no mesmo Estado e aos 13, em um açougue, já em Osasco.
Inteligente e destemido, juntou-se ao irmão Roque na VPR, após a famosa greve de Osasco de 1968. Com a prisão de Roque Aparecido, em 2 de fevereiro de 1969, caiu na clandestinidade.
No dia 29 de julho de 1969, ele e Fernando Borges de Paula Ferreira foram surpreendidos por uma viatura do Deic no Largo da Banana, em São Paulo. Ao choque caiu morto Fernando Ruivo e policiais saíram feridos. João Domingos conseguiu escapar e, levado por um táxi, chegou ao km 18 da Raposo Tavares, onde se encontrou com *Macedo*. Seguiram com o táxi, sem o motorista, e foram à casa de Iracema, a irmã enfermeira, de onde foi levado ao Hospital das Clínicas, seqüestrado e levado sabe Deus para onde. Foi interrogado, maltratado, levado ao HGE, sendo-lhe negado o tratamento adequado. O Atestado de Óbito dá como local da morte Rua Independência, que é onde fica o HGE.
Roque Aparecido da Silva, preso no Tiradentes, por intermédio de seu advogado, pediu para acompanhar o velório e o enterro do irmão. O juiz-auditor que poderia autorizar sumiu e só reapareceu após o enterro.
"Não tive oportunidade de me despedir do meu irmão mais querido e melhor amigo."
No dia 24 de setembro, seu corpo foi entregue à família, que lhe deu enterro digno no Cemitério de Santo Antônio, em Osasco.

5° ano de Medicina

Chael Charles Schreier (23/4/1946 - 24/11/1969)

A versão oficial é contada em relatório do II Exército, datado de 24 de novembro de 1969, arquivado no Dops/SP: "... Antonio Roberto Espinosa, Maria Auxiliadora de Lara Barcelos e Chael Charles Schreier, ao serem presos, reagiram violentamente com disparos de revólver, espingarda e mesmo com bombas caseiras. Da refrega, os três terroristas saíram feridos, sendo Chael o que estava em estado mais grave. Foram medicados no HCE, entretanto Chael sofreu um ataque cardíaco, vindo a falecer".
Chael cursava o 5° ano de Medicina e tinha sido liderança do movimento estudantil, participando da Comissão Executiva da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE/SP). Com o AI-5, passou a atuar na clandestinidade, fazendo parte da Dissidência do PCB e realizando trabalhos políticos junto das bases operárias, inclusive redação e distribuição do jornal *Luta Operária*. Posteriormente, militou na VAR-Palmares, integrando a direção regional. Foi preso no dia 21 de novembro de 1969, na casa em que morava no Rio de Janeiro, no bairro de Lins de Vasconcelos, na Rua Aquidabã, 1.053, juntamente com Antônio Roberto Espinosa e a companheira dele, Maria Auxiliadora Lara Barcelos.

O Mais torturado

Depondo em Auditorias Militares, Espinosa e Maria Auxiliadora denunciaram o assassinato de Chael sob torturas, afirmando que ele foi o mais torturado dos três.
A equipe responsável pela prisão era chefiada pelo comissário Brito e formada pelo inspetor Vasconceles e mais 11 policiais, dirigidos pelo detetive Antero. Logo após terem sido presos, foram levados para o Quartel da Polícia do Exército, onde ficaram sob a responsabilidade do capitão João Luís. Nessa ocasião, Chael não apresentava nenhum ferimento, segundo declarações dos próprios policiais que o prenderam, divulgadas nos jornais cariocas que circularam no dia seguinte.
Chael foi torturado por uma equipe de oficiais e suboficiais comandada pelo tenente Lauria, de acordo com as denúncias de Espinosa e Maria Auxiliadora, que descrevem em detalhes os chutes e pontapés que levou do capitão Airton Guimarães, depois banqueiro do bicho, acusado de fazer parte de grupos de extermínio no Espírito Santo.
O diretor-médico do HCE, general-de-brigada Galeno Penha Franco, declarou que "Chael deu entrada no hospital já morto", sendo que "o envio do corpo foi apenas uma formalidade, uma vez que provinha de uma unidade militar". No Atestado de Óbito consta como *causa mortis*: "contusão abdominal com rupturas do mesocólon transverso e mesentério, com hemorragia in-

terna". A necropsia foi feita no HCE, em 24 de novembro de 1969, pelos drs. Oswaldo Caymmi, Guilherme Achilles de Faria Mello e Rubens Pedro Macuco Janini.
A família de Chael aguardava o cumprimento de uma promessa de visita feita pelas autoridades quando, no dia 25, foram informados de sua morte e puderam constatar os evidentes sinais de tortura no seu corpo.
Da petição inicial da ação de indenização contra a União movida pela família, destacamos:
"No início de novembro de 1969, o referido Chael foi detido ... pelo extinto DOI-Codi, e ... transferido para o Batalhão de Polícia da Vila Militar do Exército, de onde saiu morto".

Caixão lacrado

O corpo foi liberado em caixão lacrado, transferido para São Paulo, acompanhado por militares daquela unidade do Exército, que se negaram a entregar à família o Atestado de Óbito, exibindo-o apenas ao representante da Sociedade Israelita de São Paulo Cheva Kadisha, quando do sepultamento.
É tradição na religião judaica que um corpo, antes de ser sepultado, deve ser lavado, embrulhado, nu, em um xale que todo maior de 13 anos possui, o talit, reconhecido pela família. E então, há uma reza com a presença de, no mínimo 11 homens maiores de 13 anos, que professam a religião judaica.
O corpo de Chael foi trazido a São Paulo, em 26 de novembro, em caixão lacrado, levado diretamente ao Cemitério Israelita do Butantã, onde sequer foi permitido abri-lo e os policiais que o acompanhavam somente permitiram a entrada, no Campo Santo, do pai e da mãe da vítima e de um representante da Sociedade Israelita.
Na verdade, o caixão realmente não poderia ser aberto para respeitar-se o ritual judaico e a dor dos pais que enterravam seu único filho. Apesar de não termos encontrado nos arquivos qualquer foto do corpo de Chael, é possível imaginar em que estado se encontrava, para ter resistido somente a um dia, com apenas 26 anos, às torturas que lhe aplicaram.
Claro fica nos depoimentos prestados por Maria Auxiliadora Lara Barros e Antônio Espinosa nas auditorias militares, os quais, corajosamente, enfrentaram a possibilidade de novas torturas, o que sofreu Chael, oficialmente morto em conseqüência de tiros, em tiroteio que nunca existiu, conforme atesta o seu laudo.
Maria Auxiliadora, em seu depoimento na 1ª Circunscrição Judiciária Militar - 2ª Auditoria de Marinha, em 27/5/70 — Apelação nº 40.278 - STM, às fls. 31 a 36, declara:

(...) que foi presa no dia 21 de novembro, que estavam junto à declarante Antônio Roberto e Chael; que foram presos em casa, na Rua Aquidabã, no bairro de Lins de Vasconcelos, por uma turma mista composta de elementos do Dops e da Polícia do Exército;
(...) que foram conduzidos ao Dops, onde se procederam as providências de rotina; que se encontravam os três numa sala, de onde Chael foi chamado para dirigir-se a uma sala ao lado, onde Chael foi espancado, ouvindo a declarante os seus gritos;
(...) que depois dessas duas horas, Antônio Roberto também foi chamado; que de dez horas da noite às quatro da manhã Antônio Roberto e Chael ficaram apanhando;

Violência sexual

(...) que nesta sala, foram tirando aos poucos sua roupa;
(...) que um policial, entre calões proferidos por outros, ficou à sua frente, como traduzindo manter relações de sexo com a declarante, ao tempo que tocava seu corpo, que esta prática perdurou por duas horas; que o policial profanava os seus seios e, usando uma tesoura, fazia como iniciar seccioná-los; que entre semelhante prática sofreu bofetadas já quando à sala vieram cerca de quinze pessoas; que abriram a porta da sala em seguida e se dirigiram à sala contígua onde interpelaram Chael e Antônio Roberto sobre como era a declarante sob o prisma sexual (dando a entender que eles mantinham, ambos, relações sexuais com ela);
(...) que pelas quatro horas da madrugada, Chael e Roberto saíram da sala onde se encontravam visivelmente ensangüentados, inclusive no pênis, na orelha e ostentando corte na cabeça;
(...) que daí foram transferidos para a Polícia do Exército.
(...) que nesta unidade do Exército, os três presos foram colocados numa sala, sem roupas; que inicialmente chamaram Chael e fizeram-no beijar a declarante toda e em seguida chamaram Antônio Roberto para repetir a prática, empurrando a cabeça dele sobre os seios da declarante;
(...) que depois um indivíduo lhe segurou os seios apertando-os, enquanto outros torturadores lhe machucavam;
(...) que em seguida Chael e Antônio Roberto foram levados para a sala de onde a declarante ouvia gritos de Chael dizendo não saber de nada;
(...) que tais torturas duraram até seis horas da manhã, quando Chael parou de gritar, ficando caído no chão;
(...) que Antônio Roberto foi levado para um banco, onde ficou sentado, ainda mais ensangüentado do que viera da polícia;
(...) que recebendo no portão em companhia de Antônio Roberto, um elemento que declarou ser da polícia e efetuando esse a prisão de Roberto, a declarante correu para o interior da casa, fechando-se no seu quarto, depois de ter dito a Chael que a polícia estava à porta; que nada viu, admitindo uma resistência de

Chael, que na confusão onde até gás lacrimogêneo houve, a declarante saiu do quarto e veio se entregar à polícia, que lhe efetuou a prisão no portão da casa; Chael foi pisado; que era sexta-feira, tendo Chael morrido no sábado;
(...) que Chael estava desesperadamente gritando na Polícia do Exército, no sábado, pela manhã, que somente vinte dias depois veio ter notícias da morte de Chael; que Antônio Roberto assistiu à morte de Chael.
No interrogatório do dia 17/11/70, na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar de São Paulo, Maria Auxiliadora reafirma as denúncias de torturas feitas anteriormente dizendo:
(...) que além desse citados crimes, o crime de haver torturado até a morte brasileiros valorosos, como João Lucas, Mário Alves, Olavo Hansen e Chael Charles, que foi chutado igual a um cão cujo Atestado de Óbito registra 7 costelas quebradas, hemorragia interna, hemorragias puntiformes cerebrais, equimoses em todo o corpo.

Espinosa

Antônio Roberto Espinosa, em seu depoimento à 1ª Circunscrição Judiciária Militar 2ª Auditoria da Marinha, declara:

"(...) que foi preso em 21 de novembro de 1969, em sua casa, onde se encontrava com sua companheira Maria Auxiliadora Lara Barcelos e também Chael; que a prisão ocorreu no exato momento em que o declarante chegou ao portão da residência;
(...) que pelas 5 horas da madrugada lhe disseram que ia ser fuzilado, que em seguida colocaram o declarante e Chael numa viatura e Maria Auxiliadora foi colocada numa outra toda ensangüentada com o corpo cheio de hematomas; que os presos foram conduzidos a PE da Vila Militar, onde foram recebidos pelo cap. João Luiz, capitão Celso Lauria, sargento Rossone, sargento Andrade, a terceira testemunha e pelo 1º ten. Ailton, Carlos Mendonça e outros que o declarante será capaz de reconhecer. Que os três presos que já quase vinham despidos do Dops foram levados a uma sala onde, durante 3 horas mais ou menos, os presos receberam tortura coletiva;
(...) que no quarto das torturas se estremeceu o intento dos torturadores de que os presos praticassem relações sexuais, e a negativa dos presos aumentava a intensidade das torturas com o acréscimo de choques elétricos, estes aplicados nas mais variadas partes do corpo, nas orelhas, na língua e nos órgãos genitais de preferência;
(...) que em seguida foi molhado um chão de ladrilhos e o declarante com fios amarrados no corpo lhe fizeram deitar aplicando-lhe choques com dores irresistíveis;
(...) que após estas três horas de torturas coletivas Chael foi conduzido a uma sala contígua onde havia outra máquina de choques, que nesta ocasião o declarante foi colocado no corredor contíguo à sala onde o declarante ouvia os gritos de Maria Auxiliadora e Chael;
(...) que enquanto o declarante sofria choques, ouvia gritos de Chael até que as 2 horas da tarde cessaram os gritos de Chael; que Chael havia sido assassinado pelo cap. José Luiz, cap. Lauria, e pelos policiais do Dops que é capaz de reconhecer;
(...) que ficou na PE durante 29 dias inteiramente nu, numa solitária, sendo obrigado a comer com as mãos a comida suja e fria que lhe era servida;
(...) que ainda na PE durante 20 dias foi torturado, que sofria estas torturas diariamente..."

Em seus depoimentos na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar em 15/9/70, em São Paulo, Antônio Roberto Espinosa reafirma a denúncia de que Chael Charles Schreier foi assassinado sob torturas no Quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar/RJ

"Triste episódio"

Como retrata o advogado Hélio Biaski em sua petição:
"Porém, o deslinde da autoria de tal 'barbárie' só veio à tona em fevereiro de 1988, quando o jornalista Ayrton Baffa conseguiu entrevistar o coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, militar da Reserva do Exército Nacional, e ex-integrante subchefe da Agência Central de Informações do SNI e membro do CIE, Centro de Informações do Exército", conforme publicado no *Jornal da Tarde* e em *O Estado de S.Paulo*, de 24 de fevereiro, onde se lê:
"A fala mansa do coronel Luiz Helvécio ganha energia quando se recorda do caso do estudante Chael Charles Schreirer, da VAR-Palmares, torturado até a morte, no Rio de Janeiro, em novembro de 1969.
'Um triste episódio. Estava de plantão no gabinete do ministro. No Rio de Janeiro, quando recebi a comunicação da Vila Militar, precisamente do Batalhão de Polícia da Vila Militar, dizendo-me um oficial que ele (Chael) havia falecido naquela dependência do Exército. Lá estava, portanto, o cadáver de um estudante paulista que teria vindo ao Rio agitar. Preso, havia falecido durante o interrogatório. Perguntei quem era o oficial que o estava interrogando, disseram-me que se tratava do então major Ary Pereira Carvalho, a quem conhecia de algum tempo.
Pedi a um oficial que comigo servia para ir à Vila esclarecer os fatos. De lá me telefonou dizendo que era um estudante paulista, se não me engano, de Medicina, de nome Chael, que ali havia morrido. Orientei meu emissário para conduzir o cadáver para o Hospital do Exército. Assim o fez, ao chegar, o oficial de dia do hospital recusou-se a receber o cadáver, coisa que até então eu desconhecia. Entrei em contato com a Polícia Civil. O subchefe de Polícia tomou as providências para que o corpo fosse recolhido ao Instituto Médico-Legal. Despido, o

corpo apresentava muitas equimoses. O oficial me disse: Fiquei encabulado de ver o número de equimoses e sevícias que o cadáver apresentava."
O laudo de Chael, reproduzido no volume 4, Tomo V, *Os Mortos*, do projeto *Brasil: Nunca Mais*, coordenado pela Arquidiocese de São Paulo, assinado pelo dr. Oswaldo Caymmi Ferreira, major médico-chefe; dr. Guilherme Achilles de Faria Mello, capitão médico; Rubens Pedro Macuco Janine e mais testemunhas foi realizado no Hospital Central do Exército do Rio de Janeiro.
O texto recompõe as torturas em Chael. Parece que não há lugar no corpo que não tenha sido maculado — é uma seqüência de hematomas, escoriações, equimoses, sem falar das fraturas em quase todas as costelas, do lado direito e esquerdo.
Nenhum orifício de entrada ou saída de projétil é descrito. Destacar tal fato é de fundamental importância, já que a versão oficial mantida até 1992 pelos Ministérios Militares de morte em tiroteio não é confirmada pelo laudo assinado por oficiais militares no Hospital do Exército.
Destacar trechos do laudo para reprodução seria reduzir o seu conteúdo e minimizar as torturas sofridas por Chael. Optamos, portanto, por mantê-lo na íntegra, como anexo ao presente relatório.
Este "triste episódio", assim considerado pelo coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite, deixou marcas e seqüelas em Maria Auxiliadora, que jamais conseguiu superar e se recompor das torturas e da lembrança da dolorosa morte de Chael.
Banida do Brasil em 23/7/73, Maria Auxiliadora suicidou-se jogando-se sob os trilhos do metrô em Berlim Ocidental. Sua vida e sua morte constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, fls. 246 a 248, estando, infelizmente, seu caso, fora do alcance da Lei 9.140/95.
Pelo exposto, é evidente que o nome de Chael deve ser incluído dentre os beneficiários da Lei 9.140/95, provado está a versão oficial sob torturas em dependências militares.
Suzana Keniger Lisbôa foi a relatora do caso, reconhecido por unanimidade pela Comissão Especial.

O mais jovem

Marco Antônio Dias Batista (7/8/1954 - 1970)

Marco Antônio Dias Batista nasceu em Sorocaba, Estado de São Paulo, filho de Waldomiro Dias Batista e Maria de Campos Batista. Era militante da VAR-Palmares e está desaparecido desde 1970, quando tinha 16 anos.
Era estudante secundarista do Colégio Estadual de Goiânia, tendo participado do Congresso da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, em Salvador em 1968.
Era dirigente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes).
Foi visto pela última vez viajando no interior de Goiás, em Porto Nacional, em 1970.

O Relatório do Ministério da Marinha diz que era "líder secundarista goiano, preso e desaparecido em 1970".
O seu nome foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95.

Versão de suicídio

Avelmar Moreira de Barros (? - 25/3/1970)

De acordo com o *Dossiê*, Avelmar Moreira de Barros era chacareiro. Foi preso em março de 1970, no Rio Grande do Sul, e torturado até a morte no Dops gaúcho, em 25 de março de 1970, segundo denúncia do boletim de março de 1974 da Amnesty International.
A necropsia, feita no IML/RS, foi firmada pelos drs. Gastão E. Schirmer e Nicolau Amaro Guedes e descreve ferimentos no rosto e punhos, além de corte na carótida.
A versão policial de sua morte é de "suicídio no xadrez do Dops".
O relator do caso foi o general Oswaldo Gomes, e a Comissão Especial aprovou o reconhecimento por unanimidade, tendo Suzana Keniger Lisbôa, Luis Francisco e Nilmário Miranda registrado em ata as suas desconfianças em relação à versão oficial de suicídio.

Espinha quebrada

Lucimar Brandão Guimarães (31/7/1948 - 31/8/1970)

O relator do caso na Comissão Especial foi Nilmário Miranda, que votou pelo reconhecimento, aprovado por 4 x 2, com votos vencidos do general Oswaldo Gomes e de Miguel Reale Júnior. O caso está no *Dossiê*.
Lucimar Brandão Guimarães nasceu em Lambari, sul de Minas, onde passou sua infância, e era filho de Leovigildo Guimarães.
Estudou no Colégio Pedro II, participou da Juventude Estudantil Católica (JEC) e foi líder estudantil secundarista no Rio de Janeiro.
Militante do PCB, de onde saiu para uma dissidência chamada Núcleo Marxista Leninista (NML) e, posteriormente, filiou-se à VAR-Palmares.
Saiu do Rio de Janeiro em fins de 1969, indo morar em Belo Horizonte, no apartamento 1.603 do edifício Araguaia, Avenida Augusto de Lima, 136, Centro.
Usava os codinomes de *Calixto* e *Antunes* que acabaram virando *Calixto Antunes*, no momento de sua prisão, em Belo Horizonte. Foi preso no dia 26 de janeiro de 1970, no apartamento onde residia, com os companheiros José Roberto Borges Champs, Antônio Orlando Macedo Ferreira, João de Barros e Artur Eduardo Consentino Alvarez.
Foi visto pela última vez pelos seus companheiros quatro dias depois de sua prisão, quando chegava escoltado à penitenciária Magalhães Pinto, em Neves.

Submetido a torturas, teve a coluna vertebral quebrada, o que o manteve deitado até sua morte, no dia 31 de agosto de 1970, no Hospital Militar de Belo Horizonte. Os companheiros de Lucimar souberam, por intermédio de carcereiros, na época, que ele definhou no Hospital Militar no período de março a agosto.
Sua morte foi atribuída a ferimentos sofridos por ocasião de um grave acidente ocorrido com o veículo que o transportava e que teria capotado, segundo nota oficial dos órgãos de segurança.
Essa mesma notícia foi repassada aos companheiros de prisão pelo capitão PM, Pedro Ivo, em março de 1970.
A denúncia de sua morte, sob torturas, foi feita no boletim de março de 1974 pela Anistia Internacional.

Acidente de carro

O voto favorável de Paulo Gonet Branco baseou-se na seguinte argumentação:

> Há um elemento de fato, contudo, que me parece relevante para a solução do caso. Segundo a matéria do jornal já referida, o acidente que levou à internação de Lucimar ocorreu quando ele, já preso, era transferido de um local de detenção para outro. Estava em um automóvel oficial, guardado por agentes públicos, desarmado evidentemente, e decerto que não estava ali senão por forças que sobrepujavam sua vontade. Não há notícia de que o acidente tenha sido causado por algum ato de Lucimar, em uma tentativa de fuga ou de agressão a quem o detinha. Repito este dado relevante — Lucimar estaria sendo levado de um lugar da detenção para outro, no caminho houve o acidente.
> Nessas condições, parecem-me reproduzidas as características de dependência policial por assemelhação de que cogita o Art. 4º, I b, da Lei 9.140/95, conforme as entendi em voto no caso Lamarca.
> Resta saber se é possível falar aqui, como resultado dos danos provocados pelo acidente automobilístico, em morte por causa não-natural.
> Da leitura do laudo produzido quando do falecimento de Lucimar, à época com 21 anos, vê-se que foi dada como causa da morte "caquexia - anemia e distrofia". O quadro de ferimentos apontados como relevantes no exame permite induzir um nexo entre a morte e as contusões atribuídas ao acidente.
> De outra parte, o óbito à conta de ferimentos em acidente automobilístico constitui morte por causa não-natural.
> Morte por causa não-natural, como se pode colher à guisa de máxima das apreciações feitas na Comissão, é aquela que não resulta de enfermidade comum, mas que se conecta a uma ação ou omissão de outrem, mesmo que não dirigida a produzir o evento fatal. Por isso mesmo, a Comissão tem o suicídio em dependência policial como causa não-natural, a ensejar a indenização.
> A morte em virtude de contusões ligadas a acidente automobilístico ajusta-se ao conceito de morte por causa não-natural.
> No caso do acidente automobilístico narrado nos autos, em que até mesmo agentes públicos saíram feridos, está claro que não terá havido a intenção dos agentes públicos de causar o acidente que redundou nos ferimentos fatais. Esta circunstância, contudo, não neutraliza a responsabilidade do Estado, que é objetiva, e, portanto, prescinde da indagação da culpa do agente público, bastando que haja nexo de causalidade do evento com alguma ação estatal. A responsabilidade do Estado, em hipótese com os autos, somente deixaria de se estabelecer se fosse possível provar que o acidente ocorreu por culpa de terceiros, que não agentes estatais — hipótese que os autos não autorizam firmar.
> O caso sob apreciação, pois, reúne os pressupostos genéricos da responsabilidade civil do Estado e os pressupostos específicos da Lei 9.140/95. Por isso, acolhendo a versão da morte ligada a ferimentos causados em acidente automobilístico — até por falta de prova da outra versão tratada nos autos — voto no sentido de recomendar o pagamento da indenização, por satisfeitos os pressupostos do Art. 4º, I b, da lei mencionada.

Na Casa da Morte

Carlos Alberto Soares de Freitas (12/8/1939 - fev./1971)
Antônio Joaquim Machado (? - fev./1971)

A responsabilidade do Estado pela morte de Carlos Alberto Soares de Freitas e de Antônio Joaquim Machado foi reconhecida no Anexo da Lei 9.140/95.
Carlos Alberto Soares de Freitas nasceu em Belo Horizonte, filho de Jayme Martins de Freitas e Alice Soares de Freitas. Desaparecido desde 1971, aos 32 anos.
Caçula de oito irmãos, de uma insuspeitada timidez, o que lhe conferia um certo charme, sempre despertando paixões.
Corpo atlético, perfeito, extremamente terno, cavalheiro, educado, arisco, jogador de basquete, e premiado em natação.
Filho amoroso, nunca deixou de se corresponder com os pais, mesmo durante a clandestinidade.
O curso primário feito no Colégio São Francisco e no Grupo Escolar Manoel Esteves, em Teófilo Otoni. O curso secundário, nos Colégios Anchieta e Tristão de Ataíde, em Belo Horizonte. Ingressou na Faculdade de Ciências Econômicas (Face/UFMG) para cursar Sociologia e Política, em 1961.

Militância

Nesse mesmo ano, iniciou sua trajetória de militância política na Polop e inscreveu-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB), tendo se dedicado, desde o início, inteiramente à política.
Viajou para Cuba, em janeiro de 1962, para as comemorações da Revolução Cubana. Escolhido por seus companheiros da Polop, buscava obter maiores informações sobre a Revolução Socialista.
No período de 1961 a 1965, militou no movimento estudantil e participou também do trabalho de implantação das Ligas Camponesas em Minas Gerais, dentro da perspectiva política da aliança operário-camponesa-estudantil.
Logo após o Golpe Militar de 1964, recebeu determinações da direção nacional da Polop para que se transferisse para o Rio de Janeiro.
No entanto, dois meses depois, estava de volta.
Foi preso, em flagrante, pichando muros em Belo Horizonte, no dia 26 de julho de 1964 — com palavras de ordem contra o isolamento cubano imposto pela OEA e contra a ditadura militar — e levado para o Dops. Posteriormente, foi transferido para a Penitenciária Agrícola de Neves e solto em novembro do mesmo ano, por meio de um *habeas-corpus*.
Beto participou, em 1965, da reorganização da seção regional do PSB, tornando-se um dos membros do Comitê Executivo do partido, além de dirigente nacional da Polop, em Minas Gerais.
No período de 1965 a 1968, além de outras tarefas, escreveu, semanalmente, artigos para o jornal operário *Piquete*.
Em 1967, Beto foi julgado e condenado à revelia, a dois anos de prisão pela Auditoria do Exército da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora.
Em 1968, foi eleito para a direção nacional do Colina e elaborou, juntamente com outros companheiros, documentos de análise política para discussões internas na organização, usando o pseudônimo de *Fernando Ferreira*. Nesse período, foi um dos diretores da revista *América Latina*.
Entrou para a clandestinidade, mudando-se para o Rio de Janeiro, no mês de janeiro de 1969.
Foi preso, novamente, no dia 15 de fevereiro de 1971, juntamente com Antônio Joaquim Machado (também desaparecido) e Sérgio Emanuel Dias, na pensão onde moravam na Rua Farme de Amoedo, 135, em Ipanema. Foram levados para o Quartel da PE, na Rua Barão de Mesquita, onde ficavam as dependências do DOI-Codi.
Segundo Eduardo, seu irmão, quatro dias após sua prisão, a família recebeu uma carta escrita pelo próprio Carlos Alberto, onde ele lhes comunicava que, quando o documento chegasse ao seu destino, era sinal de que teria sido detido pelos órgãos de repressão e, em decorrência disso, todas as medidas necessárias à sua localização deveriam ser tomadas pela família.
Foram acionados vários advogados buscando a sua localização: Sobral Pinto, Oswaldo Mendonça e Antônio Modesto da Silveira.

Habeas-corpus, impetrado junto ao STM, tomou o número 30.405, com entrada no dia 12 de março de 1971 (menos de um mês após a prisão), atuando como relator o ministro Nelson Sampaio.
Inúmeros apelos em caráter dramático foram enviados pelos pais e familiares de Beto às mais altas autoridades do país: generais Médici, Geisel e Figueiredo e ao ministro do STM, Rodrigo Otávio Jordão Ramos.
Várias buscas foram feitas na Base Aérea do Galeão — conhecido centro de tortura no ano de 1971 — na Ilha das Flores, na Vila Militar, na 4ª Região Militar, em Juiz de Fora e em Salvador. Foi muito procurado por pessoas conhecidas em outros Estados.
Na delegacia de Itaguaí, em junho de 1971, Eduardo Soares de Freitas viu um cartaz de "terroristas procurados", exibindo a foto de Beto, riscada com um xis. Em depoimento de Inês Etienne Romeu, ficou-se sabendo que Beto havia sido preso em São Paulo nessa mesma ocasião e conduzido, posteriormente, a um centro clandestino de tortura da repressão, situado no interior do Estado do Rio, onde permaneceu por um período de cem dias. Inês ouviu dos seus torturadores que Beto fora preso, torturado e assassinado a tiros de revólver naquele local, identificado depois como a "Casa da Morte" em Petrópolis/RJ.
Vários outros presos políticos denunciaram a prisão, tortura e morte de Carlos Alberto Soares de Freitas.
O psicanalista Amílcar Lobo reconheceu, por fotos, dez pessoas que haviam sido torturadas no Quartel da PE durante o período em que lá serviu (1910 a 1974), entre eles Carlos Alberto Soares de Freitas.

Joaquim Machado

Ele militava na VAR-Palmares e o seu caso está registrado no *Dossiê*. Joaquim está desaparecido desde 1971.
Advogado, foi preso no dia 15 de fevereiro de 1971, na pensão em que morava, à Rua Farne de Amoedo, em Ipanema, Rio de Janeiro, juntamente com Carlos Alberto Soares de Freitas.
Segundo depoimento de Maria Clara Abrantes Rego e de vários outros presos políticos, Antônio Joaquim foi torturado na "Casa da Morte", em Petrópolis. Inês Etienne Romeu, sobrevivente da "Casa da Morte", confirma em seu relatório a passagem de Antônio Joaquim por aquele centro clandestino de tortura.

Tiros nas crianças

Raimundo Gonçalves de Figueiredo (1939 - 28/4/1971)

Raimundo, nascido em Curvelo, Minas Gerais, casado, pai de duas filhas, ex-militante da Ação Popular (AP) e dirigente da VAR-Palmares, foi preso no Recife, aos 32 anos, no dia 27 de abril de 1971.

A notícia de sua prisão e morte só foi divulgada mais de dois meses depois: *"Terrorista morre em Pernambuco"*, publicou o *Jornal do Brasil* em 1° de julho daquele ano.

A Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco anunciou ontem a morte do terrorista Raimundo Gonçalves — acusado como responsável pela bomba que explodiu no Aeroporto de Guararapes em 1966 — e a total desarticulação no Estado, da VAR-Palmares, com 15 prisões.
Segundo a Secretaria, o terrorista foi morto em um tiroteio no qual dois policiais saíram feridos; foram estourados três aparelhos subversivos, e em um deles, no Recife, foram apreendidos material explosivo, armas e muitos livros.

No dia 27 de abril, Raimundo estava na casa de Áurea Bezerra, no bairro Sucupira, Jaboatão, juntamente com ela, com os filhos menores dela e com o militante Arlindo Felipe da Silva.
O dia estava escuro e chuvoso. Por volta das 19h, a energia elétrica faltou ou foi cortada, e a polícia chegou atirando para dentro da casa: "Saiam todos de mão na cabeça. Estão todos presos". Eram muitos, estavam armados com revólveres e metralhadoras, e vestiam capa preta e capuz. Um tiro atingiu o braço de um dos filhos de Áurea. Ela, desesperada, tentou fugir e foi presa. Raimundo gritava: "Calma, calma, não atirem, parem, a casa tem crianças". Um tiro de metralhadora o atingiu e ele caiu de joelhos.
O relato é de Arlindo, que presenciou tudo e também foi preso.
A polícia, indiferente aos apelos de Raimundo, continuava atirando. As crianças, apavoradas, choravam escondidas pelos cantos da casa. Depois de algum tempo, os policiais se aproximaram e entraram com as armas apontadas para as nossas cabeças. Fomos colocados em carros separados — inclusive Raimundo, ferido — e levados para um local não identificado, onde "fui torturado juntamente com Áurea e o seu filho adolescente José Bezerra". As crianças foram levadas para outro local.

No dia seguinte, fomos levados para a Secretaria de Segurança Pública e vimos chegar os objetos da casa onde Raimundo morava.

Arlindo é enfático no final do seu depoimento:

(...) Desminto a versão dada pelos jornais da época: Raimundo não morreu reagindo à prisão. Foi ferido e levado preso pela polícia. O cerco à casa em que estávamos foi feito de tal forma que, mesmo que não houvesse crianças, que tivéssemos muitas armas, que fôssemos muitos, e que as condições não fossem tão adversas, dificilmente haveria condições de reagir, tal a surpresa e a quantidade de agentes policiais e de armamentos utilizados pela polícia.

No parecer à Comissão Especial, Nilmário Miranda argumenta:

> O laudo de necropsia do IML de Pernambuco, com o nome de *José Francisco Severo Ferreira* (nome falso usado por Raimundo), dá como causa da morte "hemorragia interna, decorrente de ferimento transfixante de tórax, por projétil de arma de fogo". O laudo foi assinado pelos drs. Nivaldo José Ribeiro e Antonio Victoriano da Costa Barbosa. Além do ferimento na região dorsal responsável pela hemorragia interna, o laudo descreve dois ferimentos à bala no rosto, um no antebraço, um no punho e um na perna, dando a data de sua morte em 28/4/71.

O relator conclui então que Raimundo foi morto após a sua prisão, baseando-se no depoimento de Arlindo Felipe da Silva, no qual fica claro que a vítima recebera apenas um tiro no momento da prisão. Argumenta ainda que o suposto tiroteio ocorrera no dia 27, data na qual Raimundo teria morrido, enquanto o laudo de necropsia atesta que o óbito ocorreu no dia 28.
Nilmário afirma também que a declaração de Arlindo "guarda consonância com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, bem como com o que apurou o estudo enviado ao presidente desta Comissão pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo".
E conclui:

> Os fatos expostos permitem a convicção de que Raimundo Gonçalves, efetivamente, não morreu em confronto armado com agentes do Estado. Não houve confronto armado. Raimundo foi rendido e baleado, preso e já sob domínio dos agentes públicos foi morto.

O caso foi reconhecido por unanimidade pela Comissão Especial.

Considerado "irrecuperável"

Mariano Joaquim da Silva (2/5/1930 - 31/5/1971)

O nome de Mariano foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95. O seu caso está relatado no *Dossiê*. Era dirigente da VAR-Palmares.
Nascido em Timbaúba, Estado de Pernambuco, filho de Antônio Joaquim da Silva e Maria Joana Conceição e desaparecido aos 41 anos.
Lavrador e sapateiro, de origem camponesa, filho de família pobre, começou a trabalhar aos 12 anos como assalariado agrícola. E, em seguida, como operário da indústria de calçados. Desde 1951 era casado com Paulina e pai de sete filhos.
Preso em Timbaúba em 28 de outubro de 1954, por "atividade subversiva" foi liberado no dia seguinte. Foi novamente preso em 5 de maio de 1956.
Foi eleito, em 1961, secretário do Sindicato Rural de Timbaúba, em Pernambuco, e era membro das Ligas Camponesas, chegando a integrar o

Secretariado Nacional desta organização. Em 1966 foi decretada sua prisão preventiva; desde então, passou a viver na clandestinidade. Em 1970, foi novamente indiciado em IPM instaurado em Brasília. Em setembro de 1970, a família teve o último contato com Mariano. Logo após, ainda em setembro, recebeu informação de que fora preso na Rodoviária do Recife.
O Relatório do Ministério do Exército diz que "foi processado e condenado à revelia pela 11 CJM a 10 anos de reclusão".
No livro *Brasil: Nunca Mais* está registrado que o órgão que efetuou sua prisão foi o DOI-Codi/SP. Posteriormente, foi transferido para a "Casa da Morte" (em Petrópolis), onde foi visto por Inês Etienne Romeu. Em sua denúncia, Inês afirma ter visto e falado várias vezes com Mariano, que se identificou, tendo-lhe relatado que ali chegara em 2 de maio, proveniente do Recife, onde tenha sido preso.
Inês foi acareada com Mariano e relata que teve contato com ele até o dia 31 de maio, quando, na madrugada, ouviu uma movimentação estranha e percebeu que estava sendo removido. No dia seguinte, indagou a seus carcereiros sobre Mariano, os quais lhe disseram que ele havia sido transferido para o Quartel do Exército no Rio de Janeiro. Desde então, nada mais se soube de Mariano.
Inês afirma ainda que Mariano, quando preso no Recife, foi torturado, o que continuou ocorrendo na "Casa da Morte", onde foi interrogado por quatro dias ininterruptamente, sem dormir, sem comer e sem beber. Permaneceu por quase um mês naquele aparelho clandestino da repressão, fazendo todo o serviço doméstico, até mesmo cortando lenha para a lareira. Um dos carrascos da Casa da Morte (dr. Teixeira) disse a Inês que Mariano fora executado, pois pertencia ao comando da VAR-Palmares e era considerado irrecuperável.

"Chazinho da meia-noite"

Cassimiro Luiz de Freitas (11/12/1912 - 19/3/1970)

Filho de Leolino Luiz de Freitas e Benedita Francisca Pires. Nascido em Catalão, no Estado de Goiás, em 11 de dezembro de 1912.
Cassimiro tinha 54 anos. Seu filho Cornélio tinha 32. Ele simpatizou com o PCB desde a década de 40. Conheceu e admirou José Porfírio (desaparecido político), lendário líder de Trombas do Formoso, movimento precursor dos sem-terra.
Em janeiro de 1970, dia 26, os dois, pai e filho, foram presos na terrinha deles, juntamente com outros dois trabalhadores rurais, em Pontalina, Goiás.
Estavam se reunindo com militantes da VAR-Palmares, discutindo a formação de uma associação de camponeses. Cornélio e os dois lavradores foram levados para o batalhão Anhangüera, interrogados, soltos dez dias depois. O velho

ficou em lugar diferente, permanecendo preso. Depois soube-se que foi no 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia.
Cinqüenta dias depois do dia em que foi preso, Cassimiro foi deixado na Praça de Pontalina por um jipe do Exército. Estava muito mal.
Cornélio e um açougueiro o pegaram. Era dia 16 de março de 1970. Divina Carolina e seu marido, José Teixeira de Macedo, lavradores amigos e vizinhos viram quando eles o deixaram: andava dobrado, quase agachado, as mãos apertando a barriga, "vomitando e obrando sangue".
"Me arrebentaram, comadre. Me machucaram muito. Me deram um chazinho da meia-noite para beber" (no campo, em Goiás, é o nome que dão ao veneno). Ele tinha boa saúde e trabalhava na roça.
Seu filho disse que ele tinha vergões pelo corpo. Buscou o médico Paulo Lourenço Borges no dia seguinte, 17 de março, pois o pai ia de mal a pior. Dr. Paulo mora até hoje em Pontalina. Já o encontrou em pré-coma, "apático, com palidez intensa, respiração ruidosa, desidratado, com o panículo adiposo diminuído, a pele flácida, caquético. Apresentava hematomas e escoriações disseminadas por todo o corpo, além de vômitos hemoptóicos e diarréia sanguinolenta, praticamente em fase terminal".
Cassimiro morreu no dia 19 de março às 19h30. A causa da morte atestada pelo médico Paulo Lourenço Borges foi anemia profunda, provocada pelas lesões sofridas.
Não há dúvidas de que seu estado lamentável decorreu do espancamento sem dó nem piedade a que foi submetido.
Cornélio tem hoje 61 anos. É vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontalina. Seu pai teve nove filhos com Maria Eleutéria. Aos 22 anos acidentalmente feriu a perna. Teve que ir se tratar em Campinas. Voltou com a perna defeituosa e cheio de idéias na cabeça. Tornou-se leitor da imprensa do PCB e passou a acompanhar atentamente a política no mundo.
Em fins de 1969, foram procurados por Allan Kardec Pimentel e Rui Manoel de Azevedo Gonçalves, militantes da VAR-Palmares, com a proposta de fundar uma associação de lavradores. Allan Kardec, Jackson Machado, Francisco Sapiencia e outros militantes do movimento estudantil goiano, após o AI-5 e depois de serem expulsos do Colégio Estadual, ingressaram no Colina no começo de 1969. Com a fusão Colina-VPR, foram para a VAR-Palmares.
O relator na Comissão Especial foi Luís Francisco da Silva Carvalho Filho. Teve provas abundantes: documentos encontrados no arquivo do Dops/GO, hoje em mãos da Universidade Federal de Goiás; declarações de testemunhas, amigos, parentes, vizinhos, do médico Paulo L. Borges.
"A prova demonstra que Cassimiro Luiz de Freitas foi preso em razão de sua militância política e, em virtude dos maus-tratos recebidos no cárcere, veio a falecer dias após a sua libertação. O atestado médico, firmado sob as penas da lei, estabelece o nexo de causalidade entre maus-tratos e a morte.

O fato de Cassimiro ter morrido em casa, ou de ter sido "solto" para que não morresse no estabelecimento prisional, não altera a responsabilidade dos agentes do poder público. A Comissão Especial já decidiu pelo reconhecimento do nome de militante político que morreu em circunstância absolutamente similar." (Trata-se de José Maximino de Andrade).
Acolhido por unanimidade em 19 de novembro de 1996.

Chacina do Quintino

Antônio Marcos Pinto de Oliveira (1950 - 30/3/1972)
Maria Regina Lobo Leite Figueiredo (1939 - 30/3/1972)
Lígia Maria Salgado Nóbrega (30/7/1947 - 30/3/1972)
Wilton Ferreira (? - 30/3/1972)

Antônio Marcos era carioca. Estudante secundarista, atuou no movimento estudantil entre os anos de 1966 e 1968, e estudou em um seminário no início dos anos 70, fazendo trabalho comunitário em Oswaldo Cruz, subúrbio do Rio de Janeiro. Militou na Ala Vermelha e depois na VAR-Palmares. Passou a atuar na clandestinidade em 1971 e morreu aos 22 anos, no dia 30 de março de 1972, na chamada Chacina do Quintino, juntamente com os companheiros Maria Regina Lobo Leite Figueiredo e Lígia Maria Salgado Nóbrega.
A Comissão Especial reconheceu por unanimidade a responsabilidade do Estado pela morte de todos três, sendo relator João Grandino Rodas. A família de Wilton, contudo, não entrou com processo sobre o seu caso.
Eles estavam na casa nº 72 da Avenida Suburbana na altura do número 8.988, no bairro do Quintino, quando policiais do DOI-Codi/RJ invadiram o local, atirando. A porta foi arrombada pela explosão de uma granada. Antônio Marcos, mesmo ferido, começou a ser torturado. O corpo chegou ao IML como "desconhecido" e a necropsia foi feita pelos drs. Valdecir Tagliari e Eduardo Bruno. Fotos e laudo de perícia feitos pelo Instituto Carlos Éboli revelam o estado em que ficou o corpo.
O pai de Antônio Marcos, ajudado por pressões de setores da Igreja — um tio dele era padre influente no Estado —, conseguiu retirar o corpo somente no dia 10 de abril, recebendo-o em um caixão lacrado, em que se via apenas o rosto. Houve ameaças para que a família não abrisse o caixão e não denunciasse as condições em que o corpo fora entregue, além da presença de policiais durante o enterro.
Notícia publicada no *Correio da Manhã* de 6 de abril trazia o seguinte título: "Terroristas morrem em tiroteio: Quintino", na qual o nome de Antônio Marcos era omitido, sendo substituído pelo de James Allen da Luz, com foto do mesmo, que estava na casa, mas conseguira escapar do massacre.

Maria Regina

A versão oficial, dada pela Polícia do Exército e reiterada pela imprensa (*Correio da Manhã*, de 6.4.72), diz que Maria Regina morreu em tiroteio no dia 29/3/72 juntamente com seus companheiros. O *dossiê* contesta a versão por meio do depoimento da irmã de Maria Regina, Maria Alice Lobo Leite Burle:

Em 6/4/1972 foram ao IML reconhecer o corpo de Regina: a irmã Maria Alice (engenheira) com o marido, Maurício de Carvalho Burle (médico), a irmã Maria Augusta Lisboa Lobo Leite (médica) e a irmã Maria Eulália Lisboa Lobo Leite (veterinária). O corpo foi apresentado deitado, sobre uma maca, de barriga para cima e despido. A família ficou perplexa com o que viu: além de escoriações generalizadas, várias perfurações de bala, inclusive na cabeça, quando, pelo que se sabia, Regina tinha sido presa apenas com uma bala na perna que, por sinal, estava visivelmente inchada. Não havia qualquer marca ou vestígio de incisão feita para autópsia na parte exposta do corpo, inclusive tórax e abdome. A família, ainda em estado de choque, foi levada ao Dops para prestar depoimentos. Solicitado o documento necessário para a emissão do Atestado de Óbito, o Dops informou que não podia fornecê-lo em nome de Regina porque não tinha prova dactiloscópica de sua identidade.
Em 7/4/1972 a família conseguiu achar um documento de Regina com impressões digitais e, assim, obter a identificação através do IFP/RJ, e finalmente, o Atestado de Óbito: que o óbito foi atestado pelo dr. Eduardo Bruno, do IML, dando como ocorrido em 29/3/1972, tendo a causa da morte bastante explicada, com base em autópsia realizada em 30/3/1972. O sepultamento ficou para o dia seguinte, face ao adiantado da hora.
Em 8/4/1972, de manhã, a família foi buscar o corpo no IML. Funcionários da casa, dizendo que tal procedimento era de praxe, pediram a roupa de Regina e assim a trouxeram, já vestida, deixando o corpo numa saleta, sobre uma prancha, enquanto se aguardavam os serviços da funerária. Ali, os irmãos Maria Augusta, Maria Alice e Mário Lobo Leite Pereira (laboratorista), agora com mais calma, embora ainda com a presença constrangedora de policiais, puderam melhor examinar a perna direita de Regina e certificar-se de sua inchação, ficando então evidente que:
Regina não morrera no tiroteio do dia 29, conforme versão oficial, se não teria inchado;
Somente um tiro na perna não teria sido causa de morte: os demais tiros, entre eles o da cabeça e tórax, esses, sim, mortais, foram dados bem depois do tiro na perna, se não esta teria inchado.
Regina, depois de ferida na perna, foi levada pelas autoridades policiais e/ou foi torturada até um estado tão deplorável e irreversível e, então, baleada, seja com tiros de misericórdia, seja para compor a farsa da morte no tiroteio

do dia 29, o que é mais provável; ou ainda, se não torturada, foi assassinada friamente, com vários tiros, nas dependências dos órgãos de repressão, dias depois de ser capturada.
No dia 8/4/1972, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo foi sepultada pela família, no Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro.....

Destaques

Chama a atenção no depoimento de Maria Eulália Lisboa Lobo Leite o seguinte:

...Que foi então olhar as duas pernas; que, ao puxar a barra da meia soquete da perna direita por baixo, viu que, logo abaixo do limite da soquete situado na região da batata da perna na parte de trás, havia um calombo de mais ou menos 1cm a 1,5cm de altura envolvendo uma marca de bala; que lembra-se que comparou esta com as outras marcas que haviam pelo corpo todo; que nenhuma das outras tinha o calombo; que como é veterinária, compreendeu naquele momento que ali tinha havido uma reação inflamatória, pois o calombo era bem nítido, ao contrário das outras marcas de bala onde não havia calombo nenhum...

Maria Augusta Lisboa Lobo Leite, observou:

... Estando o cadáver em decúbito dorsal, não vi marcas de incisões de autópsia e hematomas e apenas achei que os tiros poderiam ter sido dados à queima-roupa, por apresentarem um halo escuro no ponto de penetração. Minha irmã Maria Eulália, no entanto, observou que a perna direita apresentava um ferimento. O corpo foi liberado dois dias depois para o enterro e com o cadáver já no caixão e eu me sentindo todo tempo sendo observada, fui verificar se havia, de fato, um ferimento naquela perna direita. E, realmente, a panturrilha direita se apresentava edemaciada e com o aspecto de que tinha havido ali uma reação inflamatória. Com isso, fiquei convicta de que, na incursão policial, Maria Regina fora ferida na perna e capturada com vida e que os tiros no tronco foram dados depois.

Sobre o inchaço na batata da perna direita, veja as fotos da Perícia de Local ICCE/RJ - nº 1884/72, que acompanham o processo.

Ocultação proposital

Vários indícios revelam a intenção de ocultar as verdadeiras circunstâncias da prisão, tortura e morte de Maria Regina, destacando-se os seguintes: 1) a não-realização do exame necroscópico, até o dia 6/4/1972, de acordo com o que foi confirmado pelo depoimento de suas irmãs que viram as incisões no tórax de Maria Regina; 2) a existência oficial de um Laudo Necroscópico detalhado e assinado, com data anterior à sua morte.

Além disso, as datas da morte, encontradas em documentos nos arquivos policiais, são bastante contraditórias.

Atuação na JUC

Ex-integrante da Juventude Universitária Católica (JUC), era formada em Filosofia pela Faculdade Nacional de Pedagogia da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Era casada com Raimundo Gonçalves Figueiredo, que fora morto em 28 de abril de 1971, e deixou duas filhas menores.
Suas irmãs, Maria Eulália, Maria Alice e Maria Augusta retiraram o corpo no dia 7 de abril, que foi sepultado no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. No mesmo artigo sobre a chacina do *Correio da Manhã*, o seu nome é trocado pelo de Ranúsia Alves Rodrigues.

Lígia Maria

Lígia Maria Salgado Nóbrega nasceu em Natal, no Rio Grande do Norte, mas veio ainda menina para São Paulo, tendo entrado no curso de Pedagogia da USP em 1967. Participou do movimento estudantil e passou a atuar na clandestinidade a partir de 1970. Morreu aos 24 anos na Chacina do Quintino. Sua necropsia foi assinada pelos drs. Eduardo Bruno e Valdecir Tagliari, que confirmaram a versão oficial de tiroteio. O corpo de Lígia foi reconhecido por seu irmão, Francisco Salgado da Nóbrega, em 7 de abril de 1972, tendo sido enterrado no Cemitério São Paulo. Também em relação a Lígia, a matéria do *Correio da Manhã*, de 6 de abril, troca o seu nome pelo de Aurora Maria Nascimento Furtado, que não tinha a nada a ver com a casa do Quintino.

Wilton Ferreira

O corpo de Wilton Ferreira deu entrada no IML do Rio de Janeiro pela Guia nº 4 do Dops, em 30 de março de 1972. Segundo a versão oficial, ele fora metralhado em sua casa, no bairro de Cavalcanti, no dia anterior. O laudo necroscópico foi assinado pelo dr. Valdecir Tagliari e confirma a versão oficial. Wilton era carioca e militava na VAR-Palmares.
Na matéria do *Correio da Manhã* sobre a Chacina do Quintino consta o seguinte: "A ação prosseguiu em diversos bairros da Guanabara, sendo localizada em Cavalcanti, à Rua Silva Valle, 55, uma oficina mecânica da VAR-Palmares, onde morreu, reagindo à prisão, outro terrorista, cuja identidade está ainda em exame". Fotos de perícia local mostram o corpo de Wilton baleado. No entanto, documento do Instituto Félix Pacheco, datado de 30 de março de 1972, identifica o corpo chegado ao IML como sendo o de Wilton Ferreira. Apesar disso, foi enterrado quase três meses depois na condição de "desconhecido", indigente, no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, em 27 de junho do mesmo ano, na cova nº 24.604, quadra 19. Em 6 de janeiro de 1978,

seus restos mortais foram para um ossário geral e, entre 1980 e 1981, para uma vala clandestina, com cerca de 2 mil ossadas de indigentes.
A família de Wilton não entrou com processo na Comissão Especial.

Permanece o mistério

James Allen da Luz (21/12/1938 - 24/3/1973)

A Comissão Especial decidiu por unanimidade indeferir o caso de James Allen da Luz durante a sua 24ª e antepenúltima reunião. O relator foi Paulo Gonet Branco, que apresentara o seu parecer, já pelo indeferimento, no início dos trabalhos, cerca de dois anos antes. Suzana Keniger Lisbôa, na época, pediu vistas ao processo. Ela relata:
"Em razão das dúvidas existentes sobre as reais circunstâncias da morte de James Allen, pedi vistas do processo e pesquisei durante todo esse período, contando, principalmente, com o apoio do secretário de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, dr. José Fernando Cirne Lima Eichemberg.
O nome de James Allen da Luz não consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, exatamente em virtude dessa dúvida. Há que se registrar, entretanto, que deveria ter constado no capítulo referente a "Outras Mortes", já que sua militância política e posterior desaparecimento sempre foram inquestionáveis.
James Allen foi dirigente da VAR-Palmares, tendo sempre constado, inclusive, dentre aqueles que tinham suas fotos estampadas nos cartazes de "Terroristas Procurados". Não há, portanto, qualquer dúvida a respeito de sua militância política e de que sua morte tenha ocorrido durante o período em que se encontrava na clandestinidade, combatendo a ditadura militar.
Sua morte, segundo os dados de que se dispunha, teria ocorrido em um acidente de carro, em Porto Alegre. Tal fato, se era do conhecimento dos familiares, foi considerado mais uma falsa versão oficial, idêntica a outras já divulgadas em torno do seu nome, e que levaram os familiares a viajar para o Rio de Janeiro e, até mesmo, para Porto Alegre, sem poder comprovar os fatos divulgados, não lhes tendo sido entregue Atestado de Óbito e, muito menos, o corpo.
Suzana ouviu testemunhas, inclusive os profissionais que estavam na clínica quando James Allen foi deixado lá, levantou documentos oficiais referentes ao episódio e conseguiu obter o depoimento dos companheiros que estavam no carro com Allen quando ocorreu o acidente.
Tudo analisado, chegou à seguinte conclusão:
"Não há como, pelos dados disponíveis, questionar que a morte de James Allen não tenha ocorrido em razão do acidente, e sim dentro dos órgãos de segurança. O fato de ser ele muito procurado deve ter facilitado a identificação pelas impressões digitais, apesar de não haver referência ao fato no processo localizado, mas não há qualquer indício de que a morte não tenha ocorrido por causa do acidente.

A dúvida levantada por Antonio e José Losada e Sônia Venancio da Cruz de que tenha vindo a ser levado ao pronto-socorro e dali aos órgãos de segurança não pode ser constatada. Não há provas de que isso tenha ocorrido, apesar de ser possível entender suas suspeitas, já que se retiraram da clínica sem saber se James Allen estava morto.
Além disso, não há, até o momento, motivos para duvidar do depoimento dos diretores da clínica e do sr. Leonardo Stimamilio, que atestam a morte quando da entrada na Clínica Stefani.
A falsidade das versões oficiais, por si só, não é suficiente, neste caso, em que há informações e depoimentos concretos dando conta da morte em razão do acidente ocorrido no Lami.
Acompanho, portanto, o voto do relator, dr. Paulo Gonet Branco, indeferindo o pedido dos familiares de James Allen da Luz, por não encontrar provas que amparem o pedido com fundamento no disposto pela Lei 9.140/95".

No metrô de Colônia

Maria Auxiliadora Lara Barcelos (25/3/1945 - 1974)

O *Dossiê* relata da seguinte forma a história de Maria Auxiliadora Lara Barcelos, que morreu durante o exílio na Alemanha.
"No Brasil, era militante da VAR-Palmares. Filha de Clélia Lara Barcelos e Waldemar de Lima Barcelos, nasceu no dia 25 de março de 1945, em Antônio Dias, Minas Gerais, onde seu pai trabalhava como agrimensor.
A profissão do pai a levou a regiões diversas: São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, e todos eram obrigados a acompanhá-lo em suas andanças. Para os filhos, isso significou freqüentar diversas escolas.
Em Belo Horizonte, Dora estudou no Colégio Nossa Senhora de Fátima.
Seus avós haviam ajudado a organizar uma escolinha em um bairro pobre. Dora, com 14 anos, juntamente com Maria Helena, sua irmã, lecionava nessa escolinha, que ficava em uma das favelas da cidade. Lecionaram por mais de dois anos, em contato permanente com a miséria dos moradores da favela, imigrantes de zonas rurais.
Quando era aluna do curso primário, Dora sonhava ser missionária. Quando moça, ela pensava em servir como médica no próprio Brasil ou no exterior.
Começou a estudar Medicina, na UFMG, em 1965. Durante o curso, começou a perceber a miséria que a cercava.
Dora cursava o quinto ano de Medicina, na área de Psiquiatria, e dava plantões no Hospital Galba Veloso e no Pronto-Socorro.
Nos hospitais onde Dora trabalhou como estudante, havia 80 pacientes em dormitórios planejados para 15 pessoas. Faltava alimentação adequada, os do-

entes eram submetidos ao penoso processo de choque elétrico e tratados mais como números do que como seres humanos. A partir daí, Dora começou a se rebelar.

Em 1968, aderiu à ideologia marxista-lenista, admirando, como grandes exemplos, personalidades como as de Che Guevara e de Carlos Marighella e recebendo uma grande influência das teorias de Regis Debray. Nessa época, Dora já estava atuando no movimento estudantil.

No dia 19 de março de 1969, Dora mudou-se para o Rio de Janeiro, entrando para a clandestinidade como militante da organização VAR-Palmares. Dora usava os nomes de Maria Auxiliadora Montenegro e Maria Carolina Montenegro e os codinomes *Dodora*, *Maria Alice*, *Maria Eugênia*, *Chica* e *Laura*. Mesmo vivendo como clandestina, continuou enviando notícias, por meio de cartas, para sua família.

Dora foi presa no dia 21 de novembro de 1969 no Rio de Janeiro, em companhia de Antônio Roberto Espinoza e Chael Charles Schreier, na casa em que moravam na Rua Aquidabã, 1.053, em Lins de Vasconcelos, por denúncias de vizinhos.

Levados para o Quartel da PE na Vila Militar, foram bastante torturados e Chael, em conseqüência das torturas, morreu em menos de 24 horas na prisão, conforme testemunho de Dora.

Banida para o Chile, em 23 de janeiro de 1971, quando do seqüestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, juntamente com outros 69 presos políticos brasileiros. Dora viajou acreditando que poderia levar uma vida normal — estudando e trabalhando — fazendo o que queria, lutando pelos oprimidos. No Chile, que ela tanto amou, onde reencontrou a alegria, a esperança e a liberdade, voltou a estudar.

Em 1973, com a queda de Allende e o golpe militar, Dora teve que conseguir asilo político na Embaixada do México, onde viveu seis meses e trabalhou como intérprete.

Do México foi para a Bélgica e de lá para a França, onde ficou dois meses e, em seguida, para a Alemanha, passando a viver em Colônia e a fazer um curso da língua alemã. Como aluna aplicada e estudiosa, conseguiu ir para Berlim Ocidental, depois de passar, em primeiro lugar, no concurso de língua alemã, entre 600 estrangeiros. Na Alemanha, finalmente, conseguiu dar prosseguimento ao curso de Medicina que, no Brasil, interrompera no 5° ano e no Chile não conseguira concluir.

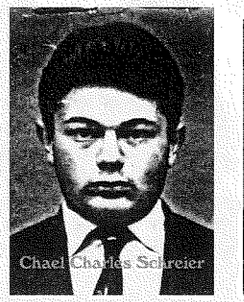
Para conclusão do curso, com especialidade em Psiquiatria, pelo seu currículo, foi feita a exigência de que se submetesse a 24 provas, de quatro horas cada uma. Dora, com a coragem e disposição que lhe eram peculiares, dispôs-se a fazer as provas; recebia, para isto, uma bolsa do governo alemão, que, era uma das maiores na época, e ganharia até um carro, a ponto de dispensar a ajuda familiar, que até então fora imprescindível.

Parece que Dora não deveria mesmo concluir o curso de Medicina. Quando estava fazendo a 18ª prova, jogou-se sob os trilhos do metrô, encontrando morte instantânea.

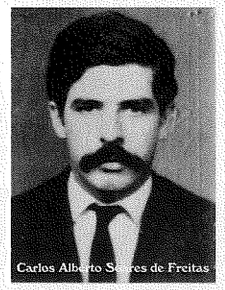
O governo alemão encarregou-se das providências e arcou com todas as despesas, desde que morreu até o traslado do seu corpo para o Brasil, além de conceder uma indenização que, a pedido de sua família, foi revertida em benefício dos seus companheiros que mais precisassem Seu corpo foi cremado na Alemanha, trazido para o Brasil e enterrado em Belo Horizonte.



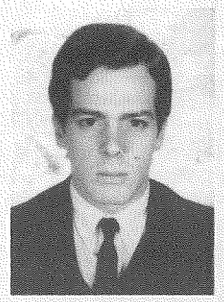
Antônio Marcos Pinto de Oliveira



Chael Charles Schreier



Carlos Alberto Soares de Freitas



Fernando Borges de Paula Ferreira



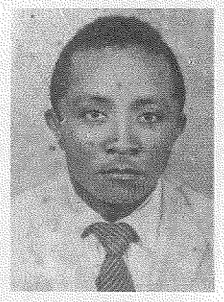
Lígia Maria Salgado Nóbrega



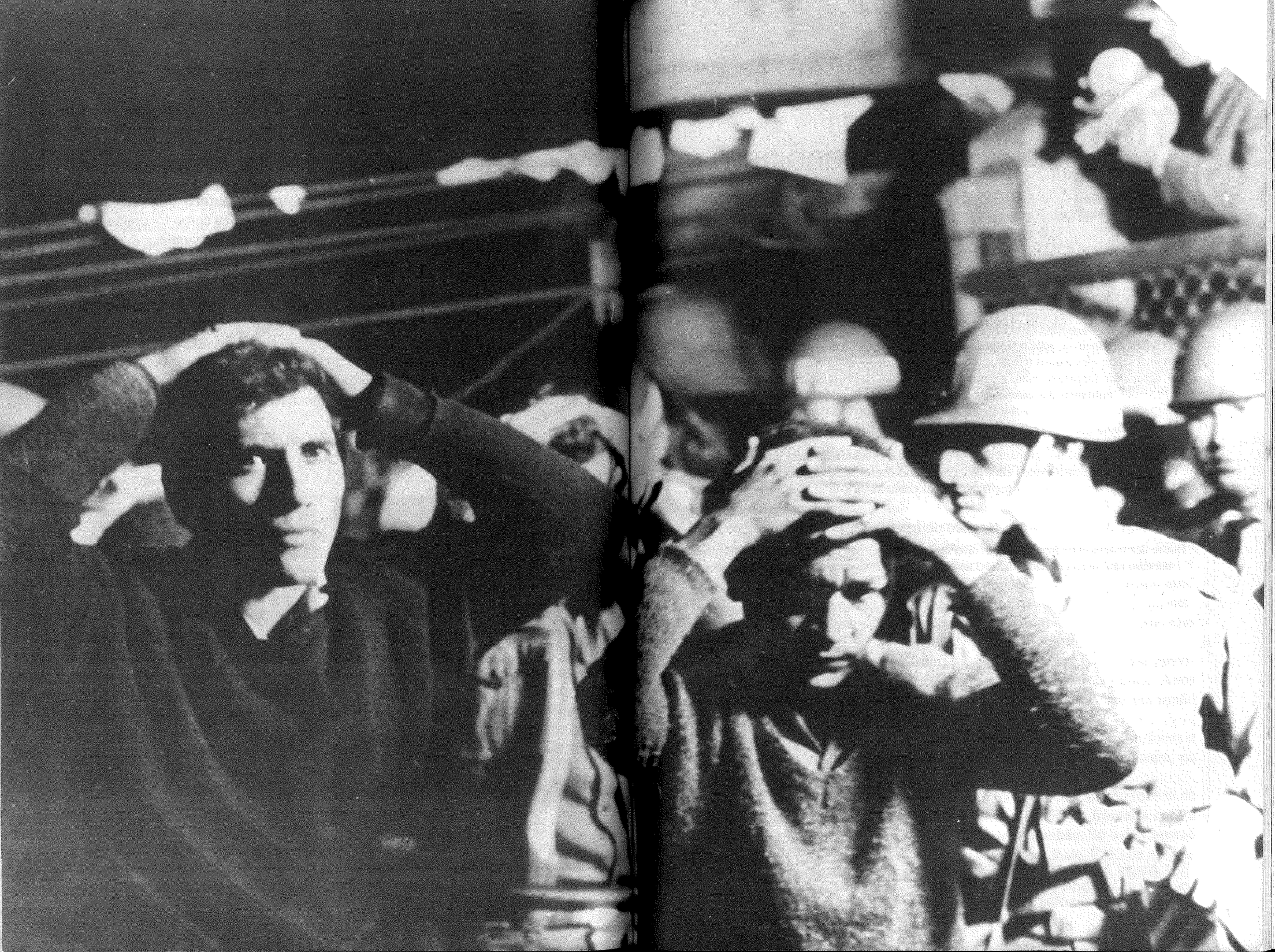
Maria Auxiliadora Lara Barcelos



Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo



Mariano Joaquim da Silva



mnr m3g

1964

Movimento Nacionalista Revolucionário

O MNR originou-se, após o Golpe Militar de 1964, da união de exilados brasileiros no Uruguai (entre eles muitos militares) com seguidores de Leonel Brizola no Brasil. Nele se agruparam sargentos, cabos e marinheiros excluídos das Forças Armadas e antigos militantes das campanhas antiimperialistas do período pré-golpe.

Marx, Mao, Marighella e Guevara

O M3G foi um pequeno agrupamento político-militar, com atuação praticamente restrita à região Sul do Brasil. Atuou em frente com outras organizações da esquerda armada, realizando ações conjuntas.

Número de mortos

Houve dez mortes entre integrantes das diversas organizações que compunham o MNR. Apenas um caso não foi reconhecido. O M3G teve três dos seus integrantes mortos pela repressão.

Foto: No dia 17 de julho de 1968, soldados da Força Pública invadem a Cobrasma em Osasco (SP) e desalojam os operários que ocupavam a fábrica, prendendo 400 deles.

MNR

nacionalistas revolucionários

Houve várias organizações armadas ligadas ao nacionalismo revolucionário de esquerda: MNR, MR-26, MR-21, MAR, FNL, RAN.

Segundo o *Brasil: Nunca Mais*, a "raiz comum desses agrupamentos foram as mobilizações em prol das reformas de base, as agitações desenvolvidas entre as bases das Forças Armadas e, principalmente, as articulações vinculadas ao nome de Leonel Brizola nos anos anteriores ao Golpe Militar de 1964".

Brizola foi eleito deputado federal pela Guanabara com uma votação histórica. Em novembro de 1963, lançou pela Rádio Mayrink Veiga a proposta de criação dos Grupos de Onze para defender as conquistas democráticas, as reformas de base e a libertação nacional. "Como um rastilho de pólvora, a proposta se alastrou por todos os Estados da Federação."

Após o Golpe Militar de 1964, João Goulart e Leonel Brizola exilaram-se no Uruguai. Ali reuniram-se expoentes da esquerda do PTB, militares cassados e cidadãos que queriam resistir à implantação de uma ditadura militar. Daí nasceu o Movimento Nacionalista Revolucionário, que tentou, sem sucesso, implantar guerrilhas no país.

Em 1965, um grupo de 23 pessoas liderado pelo ex-sargento da Brigada Militar Gaúcha Alberi Vieira dos Santos e pelo coronel cassado Jefferson Cardim Osório constituiu uma coluna guerrilheira nos municípios de Três Passos e Tenente Portela. Foi lido um manifesto pelo rádio. Em seguida, o grupo atravessou Santa Catarina e chegou a Leonidas Marques, no Paraná. Não aconteceram sublevações militares em outras partes do país nem adesões, como eles esperavam.

O grupo debandou e Jefferson Cardim foi preso. Na repressão a esse movimento, morreu em 1965 o civil Elvaristo Alves da Silva, de Três Passos. Anos depois, em 1970, morreu Silvano dos Santos, já fora da prisão, que era irmão de Alberi.

O MNR estava inserido na estratégia da revolução continental, com focos e colunas em vários países, tendo como pivô a guerrilha de Che Guevara, na Bolívia.

No Brasil haveria três focos guerrilheiros: um na Serra do Caparaó (divisa de Minas com Espírito Santo), um no Mato Grosso (perto da fronteira com a Bolívia) e outro entre o norte de Goiás e o sul do Maranhão. Só o de Caparaó começou a ser implantado, mas não chegou a travar combate. Em 3 de abril de 1967, o grupo todo foi preso. Um dos integrantes, o metalúrgico Milton Soares de Castro, morreu em Juiz de Fora, em 28 de abril de 1967. Em fevereiro

de 1969 desapareceu no Rio de Janeiro Wlademiro Jorge Filho, que fazia a ligação da guerrilha com a cidade (reapareceu vivo em 1998, em São Paulo, depois que o seu nome já fora reconhecido pela Comissão Especial). Com o insucesso de Caparaó, as outras frentes foram desativadas e o MNR ficou desarticulado.

O MR-26 existiu por pouco tempo. Originou-se de militantes que não foram presos quando da repressão ao grupo de Jefferson Cardim. Tomou esse nome em homenagem à guerrilha de Três Passos, deflagrada em 26 de março de 1965. Desse grupo foi morto o ex-sargento Manoel Raimundo Soares, em 1966, o famoso "caso das mãos amarradas".

A FLN foi fundada pelo major do Exército, cassado em 1964, Joaquim Pires Cerveira. Ele auxiliou na fuga de Jefferson Cardim do quartel onde estava preso em Curitiba. (Dessa fuga participou o soldado Vitor Luiz Papandreu, que passou pelo exílio, por Cuba, e acabou morto, segundo Amílcar Lobo, na "Casa da Morte" de Petrópolis pelo major Sampaio.)

A FLN teve vida curta e fez ações de guerrilha urbana no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. Em 1970, Cerveira foi preso juntamente com sua esposa, Maria de Lourdes, e um filho. Foram torturados. Nesse ano foi banido com mais 39 presos políticos, trocados pelo embaixador alemão. Em 1973, Joaquim Cerveira, juntamente com João Batista Rita, foi seqüestrado em Buenos Aires por policiais brasileiros e trazido ao Brasil. Ambos integram a relação de desaparecidos políticos.

O Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21) estava se organizando para deflagrar uma guerrilha no Triângulo Mineiro, sob a liderança do jornalista Flávio Tavares, quando foi desarticulado em Uberlândia, com a prisão de Tavares em Brasília.

"O Movimento de Ação Revolucionária (MAR) representou uma articulação de militares presos na Penitenciária Lemos de Brito, no Rio de Janeiro, processados e condenados por seu envolvimento nas ações da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil e no Levante dos Sargentos, em 1963. Em maio de 1969, esse grupo conseguiu encetar uma fuga espetacular daquela penitenciária, sendo perseguido durante vários dias pelas montanhas da região de Angra dos Reis, de onde se evadiram para executar, no Rio, algumas ações armadas." *(Brasil: Nunca Mais)*

Da repressão a este grupo resultaram as mortes de Roberto Cietto e Marco Antônio da Silva Lima em 1969 e 1970.

Segundo o *Brasil: Nunca Mais*, "quando começaram a ser soltos os militantes envolvidos na guerrilha do Caparaó, no segundo semestre de 1969, teve início uma nova articulação que, em um primeiro momento recebeu a designação de Movimento Independência ou Morte (MIM), e mais tarde passou a se chamar Resistência Armada Nacional (RAN), localizada e desmantelada no Rio e em Minas, no início de 1973, quando planejavam suas primeiras operações armadas. Consta que, nessa seqüência de prisões, foi morto sob torturas o ex-sargento veterano da Força Expedicionária Brasileira José Mendes de Sá Roriz".

Na verdade, após a desarticulação do MNR, vários militares cassados envolveram-se com outras organizações como a ALN, VPR, PCBR, Colina. Os casos dos mortos e desaparecidos referentes a esses ex-militares estão tratados nos capítulos dedicados a essas organizações.

Neste capítulo, além dos casos citados, está relatado o de Edgar Aquino Duarte, desaparecido político.

Brizolista roxo

Elvaristo Alves da Silva (1924 - mar./1965)

Elvaristo Alves da Silva, brizolista roxo, era perseguido por suas atividades políticas em Três Passos/RS, bem antes do Golpe Militar de 1964. A Marinha, com quartel no Alto Uruguai, no mesmo município, impedia comícios dos partidos políticos, mas Elvaristo, um líder do movimento brizolista na região, desobedecia as proibições.
No início de 1965, a casa de Elvaristo foi cercada e vasculhada por agentes da Marinha, que buscavam armas e documentos subversivos. Ele foi detido e depois solto. A mesma situação voltou a ocorrer por mais cinco vezes, até março, quando a prisão foi feita por agentes do Exército.
Uma testemunha conta como eram as batidas: "(...) em três ou quatro caminhões, sitiavam o local, armavam as metralhadoras, faziam a família sair de dentro da casa, arrombavam as paredes, subiam no forro, vasculhavam os galpões, os arredores, as lavouras e os matos".
O filho de Elvaristo, Norberto da Silva, relata o dia em que viu seu pai pela última vez, quando tinha apenas 13 anos. Elvaristo saíra com a mulher, Eva, para batizar uma criança e, já na estrada, foram parados por um agente de motocicleta que mandou que eles voltassem. A casa foi vasculhada, inclusive os cadernos de escola das crianças. Um tenente aproximou-se de Elvaristo e lhe disse:

Eu quero lhe fazer um pedido, que eu tô vendo que tudo isso contra o sr. é mentira; isso aí é uma calúnia; só quero que o sr. negue que é 'brizolista' que o sr. vai ficar detido até acalmar isso; o sr. vai ser ouvido e vai ser libertado, vai voltar para casa.

Ao que ele lhe respondeu:

O sr. me desculpe, que o sr. é autoridade e eu não sou; sou preso. Mas se o sr. não é homem, eu sou. Nasci neste partido e morro neste partido, se tocar de brigar junto com o Brizola, derramamos sangue juntos.

O tenente avisou que estavam levando Elvaristo para Três Passos. Dias depois, Norberto tentou visitar o pai, mas não conseguiu. Durante dez dias, souberam apenas que ele fora transferido para o Quartel de Santa Rosa. Até que em uma madrugada de domingo foram avisar que Elvaristo estaria se enforcando e era preciso que a esposa ou um irmão ou filho maior de idade comparecesse ao Quartel. Enquanto Eva trocava de roupa, um dos militares perguntou aos filhos se queriam que ele fosse enterrado em Santa Rosa ou se deveriam trazê-lo para casa. Elvaristo, aos 41 anos, já estava morto.
Em Santa Rosa, Eva soube a versão oficial: ele teria se enforcado no banheiro. Quando viu o corpo, a viúva estranhou dois cortes, um acima e outro abaixo do peito. A explicação é que teriam tentado operá-lo, porque ele "ainda tinha pulso quando foi encontrado". Não explicaram a Eva como Elvaristo se enforcara.
O corpo foi entregue à família e sepultado no cemitério do distrito de Lajeado Bonito, no município de Três Passos, com velório e enterro acompanhados pelo Exército.
A família, que passou por dificuldades extremas, mudou-se para o Paraná, onde vive até hoje.
Entre os depoimentos que constam do processo, encontra-se o de Fernando Guedes do Canto, ex-deputado estadual pelo Rio Grande do Sul e médico aposentado que exercia a profissão no município quando os fatos aconteceram:
"Com a instauração do regime militar e o conseqüente exílio de Brizola, Três Passos passou a viver um clima diferente. Os brizolistas em geral, alguns mais do que outros, passaram a ser abertamente hostilizados pelos adversários políticos, que agora já os consideravam inimigos, menos por questões ideológicas do que pela exacerbação de velhas rixas e desavenças pessoais, tão comuns nas pequenas comunidades.
Em março de 1965, o coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório, na esperança de desencadear um movimento armado contra o regime vigente, iniciou uma ação de guerrilha a partir de Três Passos. A insurgência não contou com nenhum apoio, nem mesmo no município em que teve origem, nem trouxe qualquer alteração à vida nacional.
Contudo, trouxe várias alterações à vida dos tres-passenses. Desencadearam-se severas medidas de repressão, várias pessoas foram presas para averiguação de possível envolvimento com os insurgentes. Comerciantes, profissionais liberais, funcionários públicos e agricultores, entre os quais Elvaristo, foram presos em suas residências ou no exercício de suas atividades habituais. Sobre eles não pesava acusação alguma, a não ser a suspeita de cumplicidade com a 'subversão'. Após a prisão, foram levados para um Quartel do Exército no município de Santa Rosa.
Entre os presos, Elvaristo mostrava-se o mais inconformado, tendo, inclusive, ensaiado uma tentativa de fuga. Por tudo isso, foi retirado da companhia dos demais presos, que na noite do mesmo dia foram informados do seu suicídio por enforcamento. Nunca, nem antes da prisão nem depois de sua morte, foi tornado público qualquer crime praticado por ele que justificasse sua prisão ou mesmo algum fato que desmerecesse o conceito de que gozava em sua comunidade".
Suzana Keniger Lisbôa, relatora do caso, diz em seu voto:
"Fica, entretanto, a dúvida sobre as reais circunstâncias de sua morte. Como o suicídio foi a mentira mais utilizada para encobrir as mortes sob tortura, questiono sua veracidade.
Voto pela inclusão do nome de Elvaristo Alves da Silva dentre aqueles que foram assassinados por sua militância política durante a ditadura militar".
O caso foi acolhido por unanimidade.

O caso das mãos amarradas

Manoel Raimundo Soares (15/3/1936 - 24/8/1966)

Ilha Presídio, Porto Alegre, 15 de Abril de 1966
Querida Betinha,
Finalmente acabei sendo preso. Caí numa cilada de um 'dedo-duro' chamado Edu e vim parar nesta ilha-presídio. Fui preso às 16h50 do dia 11 de março, sexta-feira, em frente ao Auditório Araújo Viana. Fui levado para o Quartel da P.E. onde fui 'interrogado' durante duas horas e depois fui levado para o Dops. Estou bem. Nesta ilha me recuperei do 'tratamento' policial. Até o dia em que fui preso estava dormindo em hotéis e pensões variados. Não sei como vou me arranjar no dia em que for solto, pois o Léo, único amigo que eu tinha em Porto Alegre, perdi o contato com ele e eu não sei o endereço.
Espero que você esteja bem e que se mantenha em calma. Isso passa. Nos dias seguintes ao que eu for solto, teremos uma nova lua-de-mel em uma cidade bonita qualquer.
Agora, eis algumas instruções:
a) Procure o advogado dr. Bento no Escritório do dr. Sobral Pinto, à Rua Debret nº 39, na cidade.
b) Peça a ele, Bento, para entrar com um pedido de habeas-corpus *no Superior Tribunal Militar em meu favor. Eu estou preso à disposição do III Exército.*
c) Pede à dona Mira para te acompanhar, ela já tem alguma experiência nisso.
d) Você NÃO deve vir aqui. Isso não ajudará NADA e você NÃO conseguirá me visitar.
Se houver dificuldades em matéria de dinheiro, fale aí com o vizinho, ou com a dona Gilene em Realengo, ou ainda venda as coisas. Depois arranjaremos tudo de novo.
Esta é a quarta tentativa de te mandar notícias minhas. Esta carta só foi possível graças aos amigos da prisão.
Se for possível, manda, se puderes, *depositar algum dinheiro no Banco Nacional de Minas Gerais aqui de Porto Alegre. Eu tenho uma conta lá. Na verdade, estou precisando de algumas coisas tais como: aparelho de barba, um sapato 38, escova de dentes, roupa de frio e coisas de comer. Eu deixei na gaveta da mesa de cabeceira do Hotel, onde dormi na última noite antes da prisão, todo o dinheiro que eu tinha. Tu não deves escrever mais para a 'Posta Restante'. Eu não poderei ir ao correio receber as cartas, o que é óbvio.*
Estou absolutamente calmo e tranqüilo até hoje 15 de abril. Não sei ainda por quanto tempo ficarei assim. Não sei como vão as coisas aí pelo mundo.
Mantenha a calma, pois nessas horas só a calma ajuda. Se quiseres e puderes vai passar uns meses em Minas com os parentes.

Receba um carinhoso e bem apertado abraço e um montão de beijos deste que é até morrer, o teu
Manoel.

Como essa, ele escrevera mais oito cartas para a sua mulher Elisabeth, até o dia em que o seu corpo apareceu boiando no Rio Jacuí, com as mãos amarradas às costas. Era o final da tarde de 24 de agosto de 1966.
Manoel nasceu em 15 de março de 1936, em Belém do Pará. Aos 17 anos, foi para o Rio de Janeiro, ingressando no Exército em 1955. Em 1963, foi transferido para o Mato Grosso, já em represália às suas atividades políticas. Com o Golpe Militar de 1964, teve decretada sua prisão. Abandonou então o Exército e entrou na clandestinidade. Era 2º sargento e morreu aos 30 anos.
A Comissão Especial reconheceu por unanimidade a responsabilidade do Estado pela morte de Manoel nos termos da Lei 9.140/95. O relator foi Nilmário Miranda:

> Manoel Raimundo Soares, militante do Movimento Revolucionário 26 de Março, foi preso no dia 11 de março de 1966, em frente ao Auditório Araújo Viana, em Porto Alegre, por dois militares à paisana: sargentos Carlos Otto Bock e Nilton Aguiadas, da 6ª Companhia de Polícia do Exército (PE), por ordem do comandante dessa guarnição, capitão Darci Gomes Prange. Foi conduzido em um táxi à P.E., onde foi submetido a torturas pelo tenente Glênio Carvalho Sousa. Destacaram-se também no espancamento o 1º tenente Mendes e o 2º sargento Pedroso. Mais tarde, os mesmos militares o entregaram ao Dops, com a recomendação que só poderia ser solto por ordem do major Renato, da PE.
> No Dops, Manoel foi torturado pelos delegados Itamar Fernandes de Sousa e José Morsch, entre outros. No dia 24 de agosto de 1966, seu corpo foi encontrado boiando no Rio Jacuí, perto de Porto Alegre.

Essas informações, apresentadas pelo relator, constam do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* e integram, com maior detalhamento, o relatório do promotor de Justiça designado para acompanhar o inquérito, dr. Paulo Cláudio Tovo, as conclusões da CPI realizada pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e o discurso do então deputado federal Jacques D'Ornellas, feito na Câmara dos Deputados, em 28 de março de 1984.
A versão oficial dizia que Manoel fora solto no dia 13 de agosto e insinuava que ele poderia ter sido "justiçado" pelos próprios companheiros.
Sobre isso, o promotor de Justiça faz as seguintes observações em seu relatório:

Entre 13 (data da suposta liberação) e 24 de agosto (data do encontro do cadáver da vítima) não há a menor notícia de um suspiro, ao menos, de Manoel fora das dependências do Dops. Não há nenhum rastro ou vestígio de Manoel

fora dos umbrais do Dops. E não é crível que o Dops o deixasse ir assim, em paz, principalmente em se tratando de um agente subversivo. Não lhe tomaria ao menos o futuro endereço? Não lhe seguiria os passos?
Ou — segundo a linguagem policial — não lhe iria fazer 'campana', como o fez com a viúva da vítima, indo no seu encalço desde que chegou a esta capital até seu retorno a Guanabara?
O sargento, por sua vez, não iria, logo que libertado, telegrafar à sua esposa, transmitindo-lhe a boa nova? E se ninguém viu Manoel, depois do dia 13 de agosto, fora das dependências do Dops, nem mesmo um proprietário de bar (onde poderia ter se embriagado) ou restaurante (onde poderia ter se alimentado, pois possuía dinheiro, segundo o Livro do Dops) — não obstante o amplo noticiário do caso, com fotografias do morto —, como bem acentua o relatório policial, é porque Manoel nunca foi posto em liberdade.
Tanto isso é verdade que o guarda civil Gabriel Medeiros de Albuquerque Filho, em 3/11/1966, quando ouvido na Delegacia de Segurança Pessoal, esclareceu que na noite de 13/8/1966 — quando prestava serviço no Dops — viu ainda o ex-sargento Manoel ali recolhido a uma cela.

O relator cita também o discurso do ex-deputado Jacques D'Ornellas, no qual ele afirma que Manoel Raimundo Soares foi morto durante a tortura denominada "caldo", que consiste em mergulhar o preso de cabeça para baixo na água, retirando-o após algum tempo. Ao imergir, com a sensação de afogamento, mas ainda incólume, a vítima é pressionada a falar, sob ameaça de receber mais "caldos".
De acordo com D'Ornellas, os últimos instantes de Manoel foram dramáticos. Os assassinos, três ou mais, arrastaram-no com as mãos amarradas às costas pelas macegas das margens do Rio Jacuí. Ele se debatia, com a resistência reduzida pelas ataduras e pelo sofrimento do longo cativeiro, para escapar dos seus algozes. As marcas desse embate desesperado ficaram em suas roupas. Os peritos encontraram grãos de areia que aderiram à malha fina do seu casaco de lã enquanto ele resistia às violências. Havia ainda em sua roupa algumas folhas de plantação de beira-rio e cinco carrapichos, dois no bolso esquerdo, um no bolso direito e dois grudados na face externa da parte posterior do casaco.

> Ao tentar reconstituir a cena do crime — relata Nilmário Miranda —, o promotor Paulo Cláudio Tovo descreve a prática da tortura do "caldo" e reproduz a hipótese mais provável para a hora final de Manoel: "Nesse trabalho (para usar a linguagem deles), realizado dentro de uma lancha, pois na época fazia frio, com a vítima segura pelos pés e o restante do corpo mergulhado na água, seus torturadores teriam-na deixado escapar, por acidente, não conseguindo mais encontrá-la, por haver desaparecido nas profundezas do rio, que se encontrava cheio".

> O promotor responsabilizou nominalmente o major Luiz Carlos Mena Barreto e o delegado José Morsch, entre outros, pelas torturas e pelo assassinato do sargento Manoel Raimundo Soares. O simples fato de praticar a tortura já constitui uma forma de concorrer para o homicídio eventualmente doloso. A modalidade de tortura já referida — banho ou caldo — contém em si o risco de matar, conclui o promotor.

A CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul chegou à mesma conclusão: "A Comissão Parlamentar de Inquérito, por meio da prova carreada, evidenciou, à saciedade, o tratamento dispensado aos presos políticos, sua situação, os lugares onde estiveram presos e — o que é principal e constitui a razão da constituição da CPI — as circunstâncias que motivaram a morte trágica do ex-sargento do Exército Nacional e preso político Manoel Raimundo Soares. Diante do exposto, é possível apontar como responsáveis pela morte de Manoel e por todos os outros delitos praticados no Dops em presos políticos o major Luiz Carlos Mena Barreto e os delegados Itamar Fernandes de Souza e José Morsch".

"Vitorioso ou morto"

Milton Soares de Castro (23/6/1940 - 28/4/1967)

Éramos constantemente transferidos de prisão até que nos mandaram para a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora. Milton era um companheiro muito disciplinado, solidário, voluntarioso, não reclamava de nada e era muito reservado, quase impenetrável. Juntos, fizemos muitas caminhadas, longas e cansativas e tornei-me um amigo um pouco mais íntimo.
Ele reafirmou muitas vezes que, de Caparaó, só sairia vitorioso ou morto. Preso, nunca. Sempre procurei convencê-lo de que a vida poderia nos apresentar boas alternativas e até boas.
Parece que não convenci.
Na penitenciária, sua cela ficava em frente e um pouco ao lado da minha. Pelas frestas da porta de ferro, muitas vezes nos comunicamos por gestos. No meio da tarde vieram buscá-lo para um interrogatório. Voltou aproximadamente à meia-noite. Ao amanhecer, ouvi barulho e vozes agitadas de guardas. Espiei pela fresta e vi que estavam segurando seu corpo. Estava morto.
Em todas as celas havia um cano de água, a 1m de altura e 0,50m de comprimento sobre o vaso sanitário.
Servia para a higiene pessoal e para o vaso. Amarrou o pescoço no cano e encolheu as pernas. A partir daquele momento, tivemos uma vigilância direta, tiveram medo de que aquele poderia ser o começo de um suicídio em massa. Gregório tinha cortado os pulsos, fora visto e levado ao hospital. (A Rebelião dos Marinheiros - Avelino Capitani).

O *Brasil: Nunca Mais* registra que Milton foi assassinado após um interrogatório. O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* relata que Milton foi morto após uma discussão com o major Ralf.
Milton Soares de Castro era operário metalúrgico e vinculou-se ao MNR para participar da frente guerrilheira da Serra do Caparaó, organizada por militares do Exército e da Marinha cassados em 1964. A Serra do Caparaó fica na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. O grupo era comandado pelo ex-sargento Amadeu Felipe da Luz.
No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* seu nome aparece erroneamente como Milton Palmeira de Castro, assim como a data de sua morte, que, na verdade, se deu no dia 28 de abril de 1967 e não 12 de abril. O laudo necroscópico foi assinado pelos drs. Nelson Fernandes Oliveira e Marcus Antônio Nagem Assad; a necropsia foi feita no Hospital Geral de Juiz de Fora. Descreve equimoses nos joelhos, mas confirma a morte por enforcamento.
A família não tem o Atestado de Óbito e não sabe onde Milton foi enterrado. O relator Nilmário Miranda teve seu parecer acolhido por unanimidade, por não haver dúvida sobre sua morte de causa não-natural, em dependência policial ou assemelhada. Registra a informação do *Dossiê* que levanta dúvidas sobre a versão de suicídio. O requerimento da irmã Zair de Castro do Amaral foi acolhido em 2 de abril de 1996, na 6ª reunião da Comissão Especial.
Milton Soares de Castro, filho de Marcírio Palmeira de Castro e Universina Soares de Castro, nasceu em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 23 de junho de 1940.

Dado como morto

Wlademiro Jorge Filho (? - Está vivo)

Wlademiro Jorge Filho, suposto guerrilheiro morto pelo regime militar que apareceu vivo em São Paulo, disse ontem que está disposto a fazer uma acareação com ex-líderes sindicais para provar que não teve atividade política. Mas há novos indícios de que Jorge Filho é mesmo um ex-ativista político que ficou 29 anos desaparecido, fato que levou sua família a receber uma indenização por sua morte de R$ 100 mil do Governo Federal.
Nilo Sérgio Gomes, advogado de Uélinton Nascimento Jorge, filho de Jorge Filho, informou ontem que cartas do ex-ativista para a sua ex-mulher comprovam sua ação política no final da década de 60. (Folha de S. Paulo 11/8/98).

Wlademiro Jorge Filho começou cedo na Estrada de Ferro Leopoldina (EFL). Aos 15 anos já era auxiliar de trens. Cedo também começou a militar na política de esquerda e no movimento sindical. Herval Aroeira que foi tesoureiro, secretário-geral e presidente do Sindicato dos Ferroviários até 1964, quando foi cassado (hoje preside a histórica Associação Mútua Auxiliadora dos Empregados da Leopoldina), recorda com carinho de Wlademiro Jorge Filho, o Miro, ativista sindical. Veteranos militantes como Jamir Barbetto, Benedito Fernandes Goulart e Genésio Soares foram companheiros de Wlademiro até 1966, quando foi demitido da EFL por "abandono de emprego".
Maria José, sua esposa, conta que após sua demissão da EFL, Miro passou a viajar com freqüência em razão de suas atividades políticas àquela altura clandestinas. Falava pouco do que fazia e muito do que pensava. Era um modo de proteger a família da repressão que, mais dia menos dia, viria.
No dia 13 de fevereiro de 1969 viajou para São Paulo e desapareceu, aos 31 anos. Maria José esperou, esperou e esperou.
Só em 1982, passada a fase repressiva, passada a Lei da Anistia, perdeu a esperança de seu retorno e obteve uma declaração de ausência por via judicial. Não havia dúvidas sobre o desaparecimento dele, na medida em que a família apresentou inclusive uma declaração judicial de ausência. Foi militante sindical e político, mas seu caso nunca chegou à relação do Comitê Brasileiro pela Anistia, nem à Anistia Internacional. Não há fichas, prontuários, documento sobre ele nos arquivos do Dops do Rio e de São Paulo. É bastante provável que a Assessoria de Segurança e Informação (ASI) de RFFSA tenha informações sobre ele, mas não foram fornecidas. Seu nome não consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*.
O depoimento de Berenício Ferreira da Silva, ex-ferroviário de Leopoldina, ex-sindicalista e militante do PCB, que testemunhou no caso de Lourenço Camelo de Mesquita. De fato, Berenício conheceu Wlademiro, o *Miro* ou *Pé-de-Pombo*, como ativista sindical, participante de greves, comícios, passeatas desde antes de 1964. Foi Berenício que deu a informação que permitiu conhecer o destino de *Miro*. Disse que *Miro* o procurou, em companhia do guarda ferroviário Mazola Caldas, para pedir apoio e cooperação para a Guerrilha de Caparaó.

Comandante militar

Até então *Miro* não se ajustava ao perfil dos militantes que desapareceram. Era pouco conhecido, mais ligado às atividades "frentes de massa", às atividades sindicais. O vínculo com a guerrilha muda o quadro. Por intermédio da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, foi obtido o depoimento de Amadeu Felipe da Luz Ferreira, hoje residente em Londrina. Amadeu foi militar cassado pelo Ato Institucional nº 1. Ficou preso entre abril e setembro de 1964 no 1º Batalhão da PE do Rio. Saindo da prisão, participou na articulação da Guerrilha de Caparaó, em Minas. Em abril de 1967 foi preso pela PM mineira. Em quatro anos de prisão passou pelas penitenciárias de Juiz de Fora, Rio, Niterói e Porto Alegre. Amadeu era o comandante militar da guerrilha.
"Conheci o cidadão brasileiro, patriota, e revolucionário destemido Wlademiro Jorge Filho, tanto pelo nome próprio, como pelos nomes de *Miro* e *Pé-de-pombo*, durante os anos de 1965 e 1966.

Wlademiro fazia parte da base civil operária que ajudou na montagem da chamada 'Guerrilha de Caparaó', no campo político e logístico, fazendo as ligações clandestinas entre os diversos setores."
"Não foi preso na época da minha prisão", prossegue Amadeu, "com os demais companheiros que estavam comigo na Serra do Caparaó porque fazia parte da organização na cidade (sua condição física, pés com defeitos que o faziam mancar, não lhe permitiam ser um guerrilheiro do campo) e também pelo destemor que os companheiros mais responsáveis e com maiores conhecimentos do movimento se portavam diante das violências dos interrogadores civis e militares.
Durante o período da minha prisão, já no correr do ano de 1969, após o AI-5, quando cumpri pena, já que tinha sido condenado pela "Injustiça Militar", *"soube da prisão do companheiro Wlademiro pelos órgãos do (DOI-Codi) 1º Exército"*.
Posteriormente, já no início do ano de 1970, soube ainda em Santa Cruz, por outros presos políticos que passaram temporariamente pela Fortaleza, *"que o companheiro Wlademiro não havia resistido à tortura e teria falecido"*.
Quando Nilmário Miranda proferiu seu voto pelo reconhecimento de Wlademiro Jorge Filho como desaparecido político, esperou a contradita do general Oswaldo Gomes. Para sua surpresa, o general, o primeiro a falar após o relator, disse que "Amadeu era o chefe. Tinha condições de saber, tinha acesso à informação" e que, por isso, acompanhava o voto do relator. O requerimento do filho, Uélinton Nascimento Jorge, foi acolhido por unanimidade.

Fuga audaciosa

Roberto Cietto (1937 - 4/9/1949)

A fuga da Lemos de Brito foi a mais audaciosa e bem-sucedida durante o regime militar. No dia 26 de 1969, nove militantes do Movimento Armado Revolucionário (MAR) alcançaram a rua, saindo pelo portão principal da Lemos de Brito. Eram seis marinheiros cassados e presos em 1964: Marco Antônio, Avelino Capitani, Prestes de Paula, José Duarte, José Adeildo, Benedito Campos. E três presos comuns que aderiram à esquerda armada: José Michel Godoi, André Borges e Roberto Cietto. A combinação era deixar Cietto no centro do Rio. Os demais iriam para "a montanha", um sítio em Angra dos Reis.
Na hora H, ele disse que iria para a guerrilha com os companheiros. Tentaram demovê-lo em vão. Cietto, o *Pancho*, estava definitivamente integrado ao grupo guerrilheiro.
Roberto Cietto cumpria cadeia por assaltos, com perspectiva de penas longas. Como todo preso de penas longas, tinha seu plano de fuga. Quando os marinheiros souberam que o plano de Cietto era sair arrebentando o portão principal, que não daria certo e "queimaria" o plano dos marinheiros, decidiram ganhar Cietto para o plano deles. Ele era inteligente, nível cultural superior à média e muito respeitado. André Borges lembra dele como pessoa muito solidária, "era sua principal qualidade". (André fez-lhe um soneto.) Incorporou-se à esquerda armada sem dificuldade e confiou nos marinheiros.

O trabalho de politização de presos comuns era tradição no Rio desde priscas eras. Os marinheiros, por sua própria vivência e origem, tinham mais facilidade de trânsito entre os presos comuns.
Os marinheiros temiam que Cietto não tivesse disciplina militar e paciência para o que vinha — um processo desgastante de preparação da guerrilha. Ficaram positivamente surpresos. Ele deixou o vício das drogas e, ao se integrar à esquerda, optou pelo abandono do crime de uma vez por todas. O problema foi a úlcera, sofria muito com ela e foi por causa dela que voltou ao Rio. Não havia como se tratar no sítio nas montanhas de Angra, local de treinamento e esconderijo dos guerrilheiros do MAR.
Capitani ficou sabendo que ele apanhou a noite toda e durante a manhã. Na terceira sessão de tortura, ele morreu. Os que o torturaram não conseguiram arrancar nada dele. Os militares chefiados por Fontenelle sabia que ele sabiam onde estava o Prestes de Paula e ele não abriu.
Não se sabe exatamente como Cietto foi preso. A versão contida no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* repetiu a do 1º Dossiê, editado em 1984 pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e foi trazida por Ivan Seixas.
Cietto estaria passando casualmente em frente à casa onde estava o embaixador americano Charles Burke Elbrick exatamente no dia do famoso seqüestro, 4 de setembro de 1969. Reconhecido, teria sido ali preso, levado à PE, de onde saiu após torturas. Morreu horas depois.
André Borges ficou sabendo que Cietto se acidentou usando um carro roubado próximo à embaixada americana, ficou desacordado, foi preso (identificado como fugitivo da Lemos de Brito) na Polícia Central, e daí levado à Rua Barão de Mesquita, 425, onde funcionava o Pelotão de Investigação da PE (e depois ao DOI-Codi).
André já estava preso ali, no "maracanã" (2º andar) e o viu chegar, descer da viatura, com uma camisa pólo listrada, algemado com as mãos para trás e com o supercílio arrebentado, e chegou a falar com ele por um instante. Segundo André, a PE queria que ele entregasse Prestes de Paula, por isso foi destruído na tortura.
A versão oficial está em um documento encontrado no arquivo Dops/RJ.
"SPJ - Delegacia de Roubos e Furtos
Roberto Cietto: Preso pela polícia no interior de um carro roubado, jurisdição da 15ª Delegacia Policial, foi transferido para a Polícia do Exército, onde suicidou-se por enforcamento (Óbito em 4/9/69 8º registro nº 138328). Vem assinado por Waldecy Catharina Magalhães."

O laudo necroscópico e o relatório da Perícia de Local dão como histórico do caso apenas a morte no xadrez da PE, nada informando sobre a data e circunstâncias da prisão.

A versão constante do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* foi escrita quando não se conhecia o depoimento de José André Borges. O *Dossiê* informa que Roberto Cietto passava calmamente defronte da casa do embaixador Charles Burke Elbrik, seqüestrado naquele dia 4 de setembro de 1969. Teria sido reconhecido levado para o DOI-Codi, e após torturas intensas, resistiu apenas algumas horas.

Na verdade, Roberto Cietto foi preso pelo menos um dia antes. José André Borges, em depoimento publicado em 1977 no livro *A Esquerda Armada*, o viu sendo retirado de um carro na porta do Pelotão de Investigações do 1º Batalhão da PE/RJ (mais tarde o viu na sede do DOI-Codi/RJ): "Cietto estava com o supercílio arrebentado, face arroxeada e mãos amarradas para trás". Posteriormente, André Borges teve oportunidade de conversar com Roberto Cietto no segundo andar da PE (DOI-Codi) na antiga sala de guarda. "Após o que Cietto foi transferido para o 1º andar do DOI-Codi, onde era diariamente retirado para ser torturado. O cadáver de Roberto Cietto teve a retirada desta cela no 1º andar assistida por outros companheiros."

Quinze anos depois, ao serem encontrados as fotos e o relatório da perícia de local no ICE/RJ, ficou comprovado o testemunho de André Borges. O perito criminal e os médicos-legistas falaram de feridas com formação de crosta, que prova sua prisão há vários dias, assim como de hematomas violáceos, de feridas onde surde sangue.

A versão de suicidio é desmentida pelas fotografias encontradas no ICE/RJ, que mostram que Cietto estava sentado, e o próprio relatório da perícia de local, depois de descrever o local (Barão de Mesquita, 425- 1º Batalhão da Polícia de Exército) e cela 5, onde foi encontrado, relata: "O cadáver achava-se em suspensão parcial, sentado no piso do banheiro com os membros fletidos, o direito apoiado no piso e o esquerdo sobre a região abdominal" (se o braço estava apoiado e ele sentado, como a força da gravidade operaria para produzir a morte por enforcamento?).

O laudo de perícia de local (361/69) relata manchas de sangue *por gotejamento* no lado direito do pano anterior do blusão, na mão direita e no piso entre essa e o tórax, possivelmente do ferimento na região superciliar direita, que se achava recoberta por uma camada de sangue coagulado". Outros sinais veementes de tortura são descritos: escoriações da região frontal com formação de crostas; equimose por toda a região orbitária direita, com ferida no supercílio; curativo no joelho direito em ferida produzida por ação contundente. Descreve que "pelo lado direito do colchão, no piso, junto da porta de acesso à cela, encontra-se um par de sapatos de couro preto, *com fivelas e sem cadarços*" (...) "segundo informações colhidas no local, os presos quando levados às refe-

feridas celas, tinham seus objetos de uso pessoal, bem como cintos e cordões, recolhidos pelas autoridades daquela corporação, a fim de ser evitada qualquer ação violenta por parte dos mesmos".

O laudo de necropsia vem assinado por Elias Freitas e José Guilherme Figueiredo, confirma a morte por enforcamento e sequer menciona o curativo com gaze e esparadrapo, nem outros anotados pelo perito criminal. O(s) perito(s) dão as informações que desmontam o suicídio... mas concluem pela admissão da hipótese de auto-eliminação.

O relator, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, é taxativo: "A versão oficial é insustentável. As evidências apontam para o assassinato de Roberto Cietto. As fotos demonstram a existência de lesões no seu corpo, fruto de violência anterior... Há indícios veementes de tortura". Destaca a foto dele sentado no piso e diz que outros indícios denotam a montagem da cena como o cordão do coturno, instrumento do "suicídio", e conclui: "Mesmo que a hipótese de suicídio fosse em tese admissível, ainda assim Roberto Cietto teria morrido sob a guarda do Estado por motivos políticos e de morte não-natural. Por que foi enterrado como indigente? Por que sua família não foi comunicada?".

O requerimento foi acolhido por unanimidade.

Até 1969, o "suicídio" predominava nas versões oficiais. A partir deste ano, passa a ser "resistência à prisão". Nos anos seguintes os "teatrinhos" preferem as "mortes em tiroteios", a morte ao levar a polícia a um "ponto" com outros militantes, fuga com atropelamento.

O mais provável é que Cietto tenha sido estrangulado por seus algozes.

O requerente foi Luiz Cietto, irmão. Os pais de Roberto morreram em 1970 (Durvalina, aos 72 anos) e 1972 (Primo, aos 77 anos). Luiz é professor aposentado pela Unicamp e advogado. Ainda estudante da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, em São Paulo, membro da assistência judiciária do Centro Acadêmico 11 de Agosto, foi visitar o irmão na Penitenciária Lemos de Brito. Roberto ainda não estava sentenciado. Estava preso por furto. Quando o irmão fugiu com seus companheiros, Luiz não ficou sabendo. Roberto não se comunicou com a família após a fuga, certamente por razões de segurança. Só ficou sabendo das reais circunstâncias da morte de Roberto após o encontro dos documentos e fotos pelo Grupo Tortura Nunca Mais do Rio.

A Segunda Revolta da Chibata

Marco Antônio da Silva Lima (1941 -14/1/1970)

Para Avelino Capitani, no livro *A Rebelião dos Marinheiros,* Marco Antônio foi o sustentáculo da lendária Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Fundada em 1962 e fechada em 1º de abril de 1964, a Associação dos Marinheiros fez a "Segunda Revolta da Chibata". Os marinheiros eram

recrutados, em sua maioria, entre os camponeses pobres. Eram cidadãos de segunda classe. Não podiam se casar, não podiam usar trajes civis, moravam em alojamentos precários e imundos, recebiam alimentação de qualidade inferior, eram socialmente discriminados, tinham escassas possibilidades de ascensão e carreira.

Além de tudo isso, havia o odioso Livro de Castigo.

Por isso, a luta pelo direito à cidadania alastrou-se com rapidez surpreendente.

A repressão aos marinheiros começou antes de 31 de março, com a prisão de 1.113 marinheiros que entraram em vigília no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio protestando contra a prisão dos diretores da Associação dos Marinheiros. Os fuzileiros navais enviados para reprimi-los recusaram-se a fazê-lo, e uma parte deles aderiu à "Segunda Revolta da Chibata".

Após o Golpe Militar de 1964, todos esses marinheiros foram expulsos da Marinha e 250 foram condenados a penas de até 15 anos. Até hoje a Anistia não os alcançou.

Marco Antônio foi condenado em outubro de 1964 a nove anos e meio de prisão, e em setembro de 1966 a mais três anos.

Em 1964, asilou-se na Embaixada Mexicana. Foi ali que conheceu Katia Valadares, com quem veio a se casar. Do México, foram para Cuba, onde nasceu Marcos Antônio do Prado Valadares da Silva Lima. De volta ao país, foram presos. O filho o viu pela última vez na Lemos de Brito.

Marco Antônio agrupou-se com centenas de militares no Movimento Nacionalista Revolucionário, liderado por Leonel Brizola. Voltando ao Brasil, foi para o Mato Grosso, onde haveria uma frente guerrilheira. As outras seriam no norte de Goiás e na Serra do Caparaó, em Minas Gerais. Com a derrota da Guerrilha do Caparaó, foi desativada a frente do Mato Grosso. Marco Antônio voltou para São Paulo, onde acabou preso.

Fuga espetacular

Foi levado ao Presídio Naval e de lá para a Penitenciária Lemos de Brito em 16/3/1967.

Ali reencontrou os velhos companheiros Avelino Capitani (preso em Caparaó), Antônio e José Duarte, o ex-sargento da Aeronáutica Antônio Prestes de Paula, José Adeildo Ramos, Viegas e Benedito de Campos.

O Grupo dos Marinheiros recrutou presos comuns como José André Borges, Roberto Cietto, José Michel Godoy e Edson. Por dois anos prepararam um plano de fuga. Viegas, Celestino e José Duarte saíram e montaram o esquema de fora da prisão. Em fins de 1968, eles criaram o Movimento de Ação Revolucionária (MAR).

Em 26 de maio de 1969, empreenderam a mais audaciosa e espetacular fuga do período militar, quando nove presos saíram pelo portão da frente da Lemos de Brito. Foram para as montanhas de Angra dos Reis, para um sítio, campo

de treinamento e base guerrilheira. José André perdeu-se na mata, voltou ao Rio e foi preso. Roberto Cietto teve uma crise de úlcera e foi para o Rio. Acidentou-se com um carro exatamente em frente à casa onde estava seqüestrado Charles Burke Elbrick. Preso e identificado, foi morto sob torturas. Godoy voltou a ser preso e, posteriormente, suicidou-se. José Duarte ainda foi preso em Angra.

No final, ficaram Marco Antônio, Capitani e José Adeildo, que escaparam a um cerco com milhares de soldados. Esfarrapados e famintos, foram à casa da mãe de Marco Antônio, que era médium e recebia uma entidade, conta Capitani. "Antes da partida, a mãe de Marco Antônio nos chamou para uma pequena sessão. A entidade afirmou que, diante de uma ameaça direta, seu filho seria morto, mas não preso. Que eu (Capitani) estava muito carregado, mas tinha um protetor muito forte, um príncipe indiano chamado Ubiratan. Adeildo também estava bem protegido."

De fato, dos três, dois sobreviveram. Decidiram ligar-se ao PCBR ante a desarticulação do MAR.

Em janeiro de 1970, iniciou-se o processo de prisões do PCBR. Angela Camargo Seixas conduziu Marco Antônio para um apartamento na Rua Inhangá, em Copacabana, às 23h do dia 14 de janeiro de 1970. Chegaram cansados. Com a chave na mão, Marco Antônio estendeu o braço em direção à fechadura. Os policiais já estavam lá dentro de tocaia. Foi ferido no braço, tentou a fuga descendo as escadas com Angela. Não lhes foi dada voz de prisão, nem o queriam vivo. Foi baleado na região frontal e Angela levou um tiro nas costas que quase lhe atingiu a coluna. Ela ainda conseguiu se camuflar e tentou sair do prédio. Alguém viu seu ferimento gotejar. Foi presa no estacionamento.

Angela Camargo Seixas asilou-se na Inglaterra e depois passou a viver na Irlanda. Às vésperas da reunião da Comissão Especial, concordou em enviar um fax ao deputado Nilmário Miranda contando as circunstâncias da morte de Marco Antônio.

O relator foi Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, cujo parecer foi acolhido por 4 x 3 (vencidos os do general Oswaldo Gomes, Paulo Gonet Branco e João Grandino Rodas), em 9 de fevereiro de 1998.

Luís Francisco da Silva Carvalho Filho disse que desde 29 de agosto de 1996 pediu informações sobre os dois agentes que teriam sido feridos no suposto confronto (quem eram, onde foram tratados) e nunca obteve resposta. Foi levado, portanto, a supor que não existiu o confronto. Destacou ainda que não houve perícia de local, que era usual no Rio. O voto pelo desempate veio de Miguel Reale, que destacou o fato de não ter havido resposta do Ministério do Exército ao pedido do relator.

Marco Antônio era filho de Joaquim Lucas Lima e Clarice da Silva Lima. Paraibano, morreu aos 29 anos.

Pracinha aos 15 anos

José Mendes de Sá Roriz (? - 17/2/1973)

Sá Roriz aumentou sua idade para combater na Itália na Segunda Guerra. Cearense do Crato, José Mendes de Sá Roriz, com apenas 15 anos, fazendo-se passar por maior, engajou-se na 9ª Companhia de Fuzileiros. Sob o comando do marechal Cordeiro de Farias, lutou contra o nazismo e o fascismo, recebeu medalhas, cicatrizes, perdeu um olho e ganhou o sentimento do mundo.
Na volta da guerra, entrou de corpo e alma na militância política. Em 1949 casou-se com Eutenitza, aos 22 anos, e tiveram quatro filhos.
Fichas e prontuários de Sá Roriz encontrados no arquivo do Dops/RJ registram quase duas décadas de vigilância, perseguição a ele que se tornou um líder dos ex-combatentes e dos sargentos. Engajou-se no PCB desde o pós-guerra.
Após o golpe foi preso diversas vezes no Dops, Ilha das Flores, Vila Militar, PE. Participou de várias tentativas frustradas de organização da resistência ao golpe militar.
Asilou-se na Embaixada Mexicana e, naquele país, participou de tentativas de articulação da esquerda armada entre vários países.
Documentos do arquivo referem-se à prisão de Sá Roriz na Bolívia e de sua expulsão para o Chile. Em 1969, seu filho Eduardo teve meningite. Com receio de perder seu único filho homem, voltou ao país clandestinamente. Seu filho sobreviveu à grave enfermidade, mas Sá Roriz não voltou para o exílio e viveu por quatro anos na clandestinidade.

O velho marechal

No início de janeiro de 1973, Sá Roriz escapou por pouco à prisão no Rio. Em represália, os militares do centro de tortura da Barão de Mesquita invadiram a casa de sua mulher e filhos e tomou como refém o jovem Eduardo, então com 18 anos. Levaram-no para o DOI-Codi, onde por três dias passou sede, fome, em cela onde a temperatura oscilava do frio intenso ao forte calor, tomou choques elétricos. Foi seqüestrado no dia 27 de janeiro.
Desesperada, a família procurou o advogado George Tavares, que recomendou que Sá Roriz não se entregasse e que, se o fizesse, que fosse a um juiz-auditor da Justiça Militar onde Sá Roriz já tivesse sido julgado e condenado à revelia para ficar *sub júdice*.
Desesperado com a prisão e a tomada de seu filho como refém, Sá Roriz procurou o velho marechal Cordeiro de Farias, orgulho e símbolo das Forças Armadas nos campos da Itália, e disse-lhe que se entregaria a ele, e o fez.
No dia 30 de janeiro, Sá Roriz e Cordeiro de Farias foram ao gabinete de Sizeno Sarmento, comandante do 1° Exército, e a ele se entregou em troca da liberdade do filho de saúde frágil, sob o compromisso, assumido com o velho marechal, da preservação da integridade de Sá Roriz. Dezessete dias depois, José Mendes de Sá Roriz estava morto, aos 46 anos.
Seu corpo foi entregue por dois soldados da PE, da Barão de Mesquita, no Hospital Central do Exército, no dia 17 de fevereiro de 1973.

Causa da morte

A família, depois de muita insistência, conseguiu receber o corpo — aliás, o que restara de Sá Roriz, um homem de 95 quilos, cujo corpo, quando entregue, não pesava 50 quilos.
A indignação cresceu quando receberam o Atestado de Óbito, no qual não consta a causa da morte. Em lugar da *causa mortis*: "depende de exames laboratoriais". Datado de 11 de julho de 1973, cinco meses após a morte. Assinado por Rubens Pedro M. Janine.
Todas as tentativas de inquérito e processo foram baldadas. A filha Sueli tornou-se advogada. A viúva e os filhos advogaram o que puderam.
No arquivo do Dops/RJ foi encontrada ficha de identificação e foto de Sá Roriz com a idade que tinha quando foi morto. Os exames ambulatoriais deram negativo. Não morreu de causa natural, e sim de causa não-natural, violenta.
A família nunca teve acesso ao laudo de necropsia. No dia do enterro, 18 de fevereiro, o irmão de José Mendes de Sá Roriz, Geraldo, foi preso em pleno féretro, permanecendo retido preso por cinco dias.
Eutenitza morreu em 1989. Eduardo morreu em 1995, com 41 anos. Os filhos e parentes de Sá Roriz, ao requererem à Comissão Especial o reconhecimento da responsabilidade do Estado na morte do ex-combatente, tiveram, pela primeira vez, um mínimo de justiça: o voto do relator João Grandino Rodas, favorável ao reconhecimento do caso, foi acolhido por unanimidade.

Falta de provas

Silvano Soares dos Santos (? - 25/7/1970)

Silvano Soares dos Santos era irmão do ex-sargento da Brigada Militar gaúcha, Alberi. Participou da denominada Guerrilha de Três Passos, no Rio Grande do Sul, na verdade, da tentativa de iniciar uma guerrilha sob o comando do coronel cassado Jefferson Cardim Osório, em março de 1965.
Faleceu aos 41 anos, em 25 de julho de 1970. O médico que atestou o óbito, João Carlos Flores, de Humaitá, deu como causa da morte "caquexia", e como local da morte "seu domicílio".
No *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, Silvano aparece na parte denominada "Outras Mortes", reservada a pessoas cujas mortes não estão diretamente relacionadas a agentes da repressão (ou que não se sabia da participação de agentes da repressão).

"Silvano Soares dos Santos, agricultor de Campo Novo, no Rio Grande do Sul, participou da guerrilha deflagrada na cidade de Três Passos. Segundo denúncia de seu irmão, Alberi Vieira dos Santos, que também viria a ser assassinado em 1979, Silvano foi preso, torturado e jogado do 2º andar do Batalhão de Fronteiras, vindo a morrer 15 dias após, vitimado por um derrame."
Não se conseguiu comprovar essa denúncia. Silvano esteve preso, sofreu maus-tratos, com seqüelas em seu estado emocional, mas, nos parâmetros da Lei 9.140/95, não houve como comprovar o nexo causal entre suas prisões e a morte, devido ao tempo decorrido entre a última prisão e o seu falecimento.
O relator general Oswaldo Gomes propôs o indeferimento. Nilmário Miranda solicitou vistas do processo, tentou e não conseguiu informações que mudassem o rumo do parecer do relator, seja por meio do advogado Valdemar Dornelles seja por meio da requerente Constância dos Santos.
O caso foi indeferido por unanimidade (7x0).

Nos corredores da morte

Edgar Aquino Duarte (? - jun./1973)

Edgar foi visto por dezenas de presos políticos no Deops/SP, DOI-Codi/SP, DOI-Codi/DF, Batalhão de Caçadores de Goiás. Os presos denunciaram aos juízes-auditores a trama da morte anunciada de Edgar Aquino Duarte, registrado nas prisões com nome falso.
Foi preso no dia 3 de junho de 1971 pelo DOI-Codi/SP, em sua casa, na Rua Martins Fontes, 268, ap. 807. No mesmo dia, passou às mãos do delegado Fleury, sendo torturado. Passou um longo período na cela 4 do "fundão," daí para a frente passava períodos em cárceres distintos.
Foi visto pela última vez em junho de 1973 no Deops/SP, com barba e cabelos compridos, físicamente debilitado. Os carcereiros o levaram ao banho de sol, dizendo que ele seria libertado. O próprio Edgar denunciara que, na verdade, iriam matá-lo. No mês seguinte, o advogado Virgílio Lopes Enei entrou com *habeas-corpus* a seu favor, e o delegado Alcides Singillo informou que Edgar estava livre.
Quando desapareceu, tinha 32 anos. Pernambucano de Bom Jardim, Edgar Aquino Duarte chegou a cabo dos Fuzileiros Navais. Foi membro da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Participou da Rebelião dos Marinheiros, sendo excluído da Marinha e processado após o Golpe Militar de 1964.
Asilou-se no México, viajou a Cuba. Desde 1968, retornou ao Brasil, onde viveu clandestinamente até a sua prisão.
Certo dia, segundo o *Brasil: Nunca Mais*, encontrou-se com o cabo Anselmo, recém-chegado de Cuba, a quem deu guarida.
Supõe-se que foi assassinado para não revelar a infiltração do cabo Anselmo na VPR.

Jorge Barret Viedma, irmão de Soledad, assassinada no "Massacre da Chácara São Bento", obra do agente infiltrado Anselmo, quando seis militantes da VPR foram mortos, esteve com Edgar no Dops/SP. Edgar contou a Jorge — sobrevivente do massacre no Recife — que Anselmo mudara de lado.
O nome de Edgar Aquino Duarte estava no gavetão do Dops/PR, identificado como "falecido".
Foi reconhecida a responsabilidade do Estado pela sua morte no Anexo da Lei 9.140/95.

Operação Condor

Joaquim Pires Cerveira (12/12/1923 - 11/12/1973)

Joaquim era major do Exército. Desaparecido desde 1973, aos 50 anos. Foi preso em Buenos Aires, juntamente com João Batista Rita (integrante do M3G), por policiais brasileiros em cooperação com a repressão argentina, na chamada Operação Condor, que reunia órgãos de segurança de ditaduras latino-americanas. Segundo testemunhas da prisão-seqüestro, a operação foi comandada pelo delegado Fleury, em 11 de dezembro de 1973. Vários presos políticos viram a chegada de uma ambulância no DOI-Codi da Barão de Mesquita, RJ, trazendo Cerveira e João Batista Rita. O *Dossiê* relata: "Estavam amarrados juntos, em posição fetal, tendo os rostos inchados, esburacados e repletos de sangue na cabeça".
Cerveira era gaúcho de Santa Maria. Nascido em 14/12/1923, era filho de Marcelo Pires e Auricela Goulart Cerveira. Militar nacionalista, ligado a Leonel Brizola, foi punido pelo AI-1 logo após o Golpe Militar de 1964, passando à reserva.
Em 21 de outubro de 1965, foi preso e entregue à 5ª RM. Em 1967, foi absolvido na Auditoria da 5ª RM. Em 1968, auxiliou na fuga do cel. Jefferson Cardim do quartel onde estava aprisionado, em Curitiba. Em 1969, fundou um pequeno agrupamento composto basicamente de ex-militares, a Frente de Libertação Nacional (FLN), que chegou a executar ações de guerrilha urbana com a VPR e ALN no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.
Em 1970, foi preso juntamente com sua esposa, Maria de Lourdes, e um filho — foram torturados no DOI-Codi/RJ. Foi incluído na relação de 40 presos políticos trocados pelo embaixador alemão, todos banidos.
Seu nome foi incluído no anexo da Lei 9.140/95.

M3G

marx, mao, marighella e guevara

O M3G foi um pequeno agrupamento político-militar, com atuação praticamente restrita à região Sul do Brasil. Atuou em frente com outras organizações da esquerda armada, realizando ações conjuntas. Pesquisa publicada no *Brasil: Nunca Mais* informa que houve dois processos na Justiça Militar contra integrantes desse grupo, em 1970.

Morto no presídio

Ângelo Cardoso da Silva (1944 - 23/4/1970)

Ângelo era motorista, militante do M3G, e foi assassinado em 23 de abril de 1970, aos 26 anos, quando se encontrava preso em Porto Alegre (RS). As autoridades da época afirmaram que Ângelo se suicidou em sua cela com um lençol. Sua necropsia, feita no IML/RS pelos drs. Izaías Ortiz Pinto e Carlos B. Koch, afirma que o óbito se deu por enforcamento, confirmando a versão oficial da repressão e atesta a morte no Presídio Central de Porto Alegre. Foi enterrado por sua família no Cemitério de Viamão (RS).
O relator na Comissão Especial foi Nilmário Miranda. O caso foi reconhecido por unanimidade (7x0).

Preso na Argentina

João Batista Rita (24/6/1948 - 1973)

Militante do M3G, nasceu em Braço do Norte, Santa Catarina, filho de Graciliano Miguel Rita e Aracy Pereira Rita, foi para Criciúma com 4 meses. Desaparecido desde 1973, quando tinha 25 anos.
Estudou em Criciúma, no Ginásio Tereza Michel, onde completou o curso ginasial. Por suas atividades políticas, foi preso em janeiro de 1970, em Porto Alegre, e depois em 10 de abril de 1970, sendo torturado no DOI-Codi/RJ.
Foi banido do Brasil em janeiro de 1971, quando do seqüestro do embaixador suíço no Brasil, viajando para o Chile com outros 69 presos políticos, e deslocando-se, a seguir, para a Argentina, onde se casou com uma exilada chilena.
Foi preso em 11 de dezembro de 1973, juntamente com o ex-major Joaquim Pires Cerveira. Segundo testemunhas do seqüestro, João Batista e o ex-major Cerveira foram presos por um grupo de homens armados, falando português e liderados por um homem que, segundo as descrições, seria o delegado Sérgio Fleury.

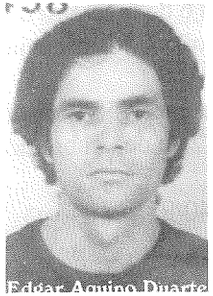
A nota emitida pelo ministro da Justiça Armando Falcão, em 6 de fevereiro de 1975, com respeito aos desaparecidos, dizia apenas que João Batista havia sido banido do país.
Houve a divulgação por uma rádio de Porto Alegre (RS) de que João Batista estaria entre os quatro guerrilheiros mortos na Bolívia, em 12 de dezembro de 1973.
João Batista teve o seu nome incluído no Anexo da Lei 9.140/95.

Várias versões

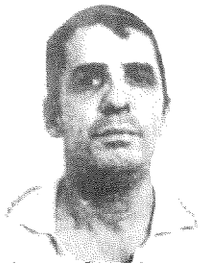
Edmur Péricles Camargo (4/11/1914 - 1973)

Edmur nasceu em São Paulo, filho de Tomás Benedito Moura Camargo e Maria da Penha Amaral Vilaça. Desaparecido desde 1973, aos 57 anos. Era dirigente do M3G.
Jornalista, solteiro, negro, forte, esteve envolvido nas lutas de Porecatu de 1951 a 1953. Banido do Brasil, em janeiro de 1971, quando do seqüestro do embaixador suíço no Brasil, foi para o Chile juntamente com outros 69 presos políticos. Após o golpe que derrubou Salvador Allende, fugiu para a Argentina.
A partir daí, não há informações confiáveis sobre o paradeiro de Edmur. Há quem diga que ele esteve ligado ao grupo de Onofre Pinto (VPR), que foi exterminado ao voltar clandestinamente para o Brasil em 1974.
No Relatório do Ministério da Marinha há a seguinte informação sobre Edmur: "Jun./75, preso por autoridades brasileiras e argentinas quando seu avião fez pouso em Buenos Aires, em viagem do Chile para o Uruguai". Usava o nome falso de *Henrique Vilaça*.
O seu nome foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95.

mnr



Edgar Aquino Duarte



Joaquim Pires Cerveira

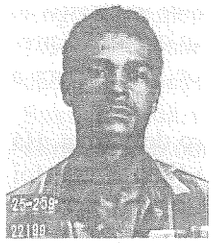


Edmur Péricles Camargo



João Batista Rita

m3g



Roberto Cietto


Coca-Cola

ap
prt

63

71

Ação Popular

A AP surgiu dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), em 1963. Em 1968, assumiu uma variante maoísta no campo do marxismo, e, em 1971, defendeu a união de todas as correntes marxistas-leninistas. No mesmo ano, a maioria da organização fundiu-se com o PC do B, e os que ficaram passaram a denominá-la de AP-ML (Ação Popular Marxista-Leninista).

Partido Revolucionário dos Trabalhadores

O PRT surgiu em 1968, por iniciativa de dirigentes e militantes que divergiam da linha política da AP. Realizou o seu primeiro congresso em janeiro de 1969, atraindo alguns ex-militantes do PCB, Polop e PC do B. Foi desarticulada pela repressão entre o segundo semestre de 1970 e o início de 1971.

Número de mortos

Dez integrantes da AP foram mortos pela repressão da ditadura militar: seis nomes foram incluídos no Anexo da Lei 9.140/95 e quatro foram apreciados e reconhecidos pela Comissão Especial. O PRT perdeu um militante, cujo nome foi incluído no Anexo da Lei.

Foto: O confronto entre os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) alojados na Universidade Mackenzie, no dia 2 de outubro de 1968, conhecido como A Batalha da Maria Antônia, resultou no assassinato à bala do secundarista José Guimarães. Na foto, ainda na rua Maria Antônia, estudantes começam a formar a passeata que logo em seguida ocuparia São Paulo.

AP

a esquerda cristã

A AP nasceu entre militantes estudantis da JUC e de outras agremiações da Ação Católica. Segundo Jacob Gorender, esses militantes queriam criar um veículo de ação política "que permitisse a liberdade de atuação e não envolvesse a hierarquia católica hostil à politização esquerdizante. Em junho de 1962, em um congresso em Belo Horizonte, fez-se o lançamento solene da AP.

No ano seguinte, em um segundo congresso em Salvador, a AP decidiu-se pelo "socialismo humanista", buscando inspiração ideológica em Emannuel Mounier, Teilhard de Chardin, Jacques Maritain e Padre Lebret. Teve uma vertente protestante, cujo representante mais conhecido foi Paulo Stuart Wright.

Na maioria composta de lideranças estudantis, como Herbert José de Souza (Betinho), Jair Ferreira de Sá, José Serra, Vinícius Caldeira Brant, Aldo Arantes, Haroldo Lima, Duarte Lago Pacheco e outros, teve também a adesão de lideranças camponesas, como Manoel da Conceição e José Gomes Novais, e de lideranças operárias.

Antes de 1964, circularam periódicos como *Ação Popular, Brasil Urgente* (fundado por frei Carlos Josaphat). "Sua defesa das reformas de base e das lutas dos trabalhadores promoveu o trânsito de milhares de católicos a posições de vanguarda" (Gorender - *Combate nas Trevas*).

Após o Golpe Militar de 1964, teve seus quadros principais jogados à clandestinidade ou ao exílio.

Segundo o *Brasil: Nunca Mais*: "Nos anos seguintes a AP reorganizava, aos poucos, sua estrutura, apoiando-se para tanto, especialmente, no meio universitário. E inicia uma demorada discussão para redefinir seus princípios políticos e filosóficos (...) De 1965 a 1967, em meio a controvertidas polêmicas, a organização caminha para a adoção do marxismo como guia teórico de suas atividades. Segundo o BNM, o grupo vencedor da polêmica foi o identificado com as idéias de Mao Tsé-tung, "assumindo uma linha política semelhante à do PC do B".

A AP deslocou militantes para as fábricas e para o meio rural, provocando a saída de muitos militantes, mas, "por outro lado, foram feitas experiências interessantes de implantação em meios populares como o do ABC paulista, da Zona Canavieira em Pernambuco, da região Cacaueira da Bahia, da área de Pariconha e Água Branca em Alagoas, e do Vale do Pindaré, no Maranhão".

Em 1968, surge a dissidência do PRT, liderada por padre Alípio de Freitas, Vinícius Caldeira Brant e Altino Dantas. O PRT foi atingido pela repressão

em 1971, e praticamente desestruturou-se. Em 1973, o legendário camponês José Porfírio de Souza, líder dos conflitos de Trombas do Formoso, desapareceu após ser liberado da prisão em Brasília.
Em 1971, a APML aproximou-se do PC do B, fundindo-se com este no ano seguinte.
Um setor liderado por Jair Ferreira de Sá e Paulo Stuart Wright manteve a AP como organização independente. Em 1973, passou a ser conhecida como "AP Socialista", aproximando-se da Polop e do MR-8.
Em outubro de 1970, Jorge Leal Gonçalves foi preso no Rio e tornou-se desaparecido político; em 1971, foram mortos o operário de Mauá Raimundo Eduardo da Silva, em 5 de fevereiro, e o agrônomo Luiz Hirata, em 16 de dezembro, ambos em São Paulo.
Em 1973, após a fusão do grupo maior ao PC do B, a AP Socialista foi praticamente desarticulada pela brutal repressão desencadeada pela infiltração do ex-militante Gilberto Prata Soares, e que levou às mortes de José Carlos da Mata Machado, Gildo Macedo Lacerda, e aos desaparecimentos de Paulo Stuart Wright, Honestino Guimarães, Humberto Câmara Neto, Fernando Augusto Santa Cruz de Oliveira e Eduardo Collier Filho, além da prisão de militantes e simpatizantes em vários Estados do país.

Certeza da prisão

Jorge Leal (26/12/38 - 20/10/1970)

Foi seqüestrado por agentes do DOI-Codi/RJ no dia 20 de outubro de 1970, na Rua Conde do Bonfim, Tijuca. Pelo menos dois presos políticos testemunharam que ele esteve preso: Cecília Coimbra (fundadora e presidente do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ), que viu quando Jorge Leal era conduzido para interrogatório, e Marco Antônio Melo, dirigente do movimento secundarista, com quem ele foi acareado. Está desaparecido desde então.
Seu nome consta da lista dos 17 desaparecidos em uma pasta dos "falecidos" no arquivo do Dops/PR.
Em 1979, um general que não se identificou, em entrevista à *Folha de S.Paulo*, de 28 de janeiro, relacionou o nome de Jorge Leal aos de outros 11 desaparecidos, dando-os como mortos.
Jorge Leal nasceu em Salvador, Bahia, e era engenheiro eletricista. Trabalhou na Petrobras (Refinaria de Mataripe) até ser demitido por sua militância política e sindical em 1964, no dia 14 de abril.
Em outubro de 1964, foi preso. Libertado, trabalhou na Coelba.
Com o AI-5, passou à clandestinidade.
O seu nome foi incluído no Anexo da Lei 9.140/95.

Faca cega

Raimundo Eduardo da Silva (? - 5/1/1971)

Raimundo Eduardo e Getúlio foram para aquela pensão de "peões" no bairro de Santa Terezinha, em Santo André, porque sentiram o cerco da repressão em Mauá. Milhares de jovens trabalhadores moravam em pensões como aquela no ABC. Buliçosos, irreverentes, jogavam dominó, truco, bebiam cachaça e mexiam com as mulheres.
Quando aconteceu, Raimundo estava lá dentro, no quarto, escrevendo. Getúlio, à porta da pensão. Em frente da pensão tinha um pequeno edifício de apartamentos. O marido veio tirar satisfação com Getúlio, que teria feito graça para sua mulher. Não houve sequer discussão, ele já veio com a faca na mão. Getúlio correu para dentro da pensão, perseguido. Raimundo Eduardo, ao perceber que o fulcro da confusão era seu amigo, tentou apaziguar e nem bem havia começado a falar quando levou a facada na barriga. O "cara" fugiu. O ferimento era grave, atingiu o baço. Raimundo foi levado diretamente para o bloco cirúrgico do Hospital da Samcil. Getúlio também fugiu, mas por outro motivo.
Ele e Raimundo eram militantes do movimento operário, do grupo de jovens da Igreja no bairro de Jardim Zaíra, em Mauá, e da Ação Popular.

Getúlio procurou Hélio, irmão mais velho de Raimundo, ligado ao "Partidão", contou-lhe tudo e disse que havia "material" na pensão, documentos, panfletos da organização. Enquanto Raimundo era submetido a uma cirurgia de urgência, Getúlio e Hélio "limparam" o quarto da pensão.

Raimundo Eduardo da Silva tinha apenas 22 anos incompletos e já era um quadro dirigente da AP. Herbert José de Souza, Betinho, militava clandestinamente no ABC e nutria amizade e carinho por ele. Quando soube de sua morte, escreveu um texto emocionado em sua homenagem. Achava-o inteligente, decidido e dedicado.

Veio de Formiga/MG, onde nasceu, com 1 ano, para São Paulo, quando sua família migrou. Assim como os irmãos, começou a trabalhar cedo, ainda adolescente. Trabalhou na Fertilizantes Capuava, Laminação Nacional de Metais e na Ibrape. Ele gostava de estudar e pegou a ebulição estudantil de 1968 no Colégio Estadual Visconde de Mauá. Foi por meio do grupo de jovens do Zaíra e do Evangelho, segundo o padre Praxedes, que Raimundo descobriu seu dom de liderança.

No dia 22 de dezembro de 1970, a repressão cercou o hospital para levar Raimundo. Os médicos resistiram, alertaram que ele convalescia de duas cirurgias, dependia do soro fisiológico por via intravenosa, que não iam permitir, ainda por cima sem mandado judicial. Os agentes mantiveram o cerco ao hospital enquanto uma viatura buscava uma ordem escrita, partida de autoridade militar.

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir 1964* registra que "embora seu estado de saúde fosse precário, foi levado às câmaras de torturas do DOI-Codi/SP. Conduzido às pressas para o Hospital Geral do Exército, morreu no dia 5 de janeiro de 1971. A necropsia foi feita no IML/SP pelos médicos-legistas João Grigorian e Orlando José Bastos, que não relataram as torturas sofridas por Raimundo e deram como *causa mortis* "peritonite".

Os relatórios da Marinha e da Aeronáutica dizem que ele faleceu em 5/1/1971 em virtude de agressão à faca por parte de outro preso (a propósito, o Ministério da Marinha divulgou esta mesma "justificativa" para as mortes do desaparecido político Stuart Edgar Angel Jones, no Rio, e de Antônio Pádua Costa, na Guerrilha do Araguaia).

O general Oswaldo Gomes foi o relator na Comissão Especial e o caso foi reconhecido por unanimidade (7 x 0).

Versão descabida

Luiz Hirata (23/11/1944 - 20/12/1971)

Harry Shibata, médico-legista, era de confiança mesmo do Fleury. No dia 16 de dezembro de 1971, atendeu a mais um pedido reservado dele. Fez um exame de corpo delito no preso político Luiz Hirata. Aceitando a informação

verbal de que os ferimentos graves e generalizados sofridos por ele provinham de sua colisão com a traseira de um ônibus, quando tentava a fuga. Tampouco estranhou que, apesar da gravidade do estado de saúde do prisioneiro, ele tivesse sido levado ao Dops após o "acidente" e não a um hospital. "Recomenda-se de bom alvitre remoção ao Hospital das Clínicas para socorro e providências médicas", orientou. Hora do exame: 9h15.

No dia 20 de dezembro, o corpo de Hirata foi encaminhado ao Instituto Médico-Legal pelo sargento Miguel. A seqüência de exames estava marcada pelo "T" garrafal, manuscrito. Insatisfeito, alguém ainda anotou: "Terrorista - Romeu". O documento informa que a pessoa morreu às 8h30 no Hospital das Clínicas de "morte natural (insuficiência renal crônica)". O exame necroscópico foi assinado por Onildo Rogano e Abeylard Queiroz Orsini — dando conta de que Hirata foi admitido no Hospital das Clínicas às 20h15 do dia 16 de dezembro. Mesmo tendo sido constatada a gravidade de seu estado às 9h15, "após ter atropelado o ônibus", ainda assim Hirata só deu entrada no Hospital das Clínicas às 20h15. Os dois médicos-legistas registraram várias lesões "não-recentes" e concluíram que "Hirata faleceu em conseqüência de choque hemorrágico e traumático produzido por agente contundente", contradizendo a Requisição de Exame ao IML, que dá como causa da morte "insuficiência renal".

Luiz Hirata nasceu em Guaiçara, perto de Lins, em São Paulo. Seus pais, Tadayoshi e Hisae, eram imigrantes japoneses e agricultores. As condições familiares incentivaram Hirata a formar-se engenheiro agrônomo na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em Piracicaba.

Solidário na dor

Heládio José de Campos Leme é professor da Universidade Federal de Uberlândia, em Minas Gerais. Conheceu Hirata no X-6 do Dops de São Paulo, após ter sido preso pela equipe de Fleury, no dia 26 de novembro de 1971. Eles conviveram na cela nº 6 por duas semanas ou mais. Heládio acompanhou o sofrimento e o agravamento das condições de saúde de Hirata, que às vezes vinha carregado pelos policiais depois das sessões de tortura. "Seu rosto ficou tão inchado que ele não podia abrir os olhos", ele conta. "Eu tinha de carregá-lo até o 'boi', como a gente chamava a privada turca. Chegou um momento em que ele não mais urinava nem comia: foi quando o levaram, quase inconsciente."

O relatório

O relator do caso na Comissão Especial foi o general Oswaldo Gomes. O seu parecer considerou comprovada a militância política de Luiz Hirata na AP e sua prisão em razão desta atividade.

Não aceitou a versão oficial das circunstâncias da morte contida no laudo de corpo de delito feito pelo médico-legista Harry Shibata, que atribui o quadro

grave de saúde da vítima ao acidente-colisão com o ônibus quando tentava a fuga.
Afirmou a responsabilidade do Estado: "As peças do processo dão plena convicção de que Luiz Hirata estava preso na polícia paulista e que foi conduzido ao Hospital das Clínicas em estado terminal irreversível".
Conclui afirmando que a versão da fuga e colisão com a traseira do ônibus não se sustenta. Recusou também a causa da morte por insuficiência renal. Propôs o deferimento, acatado por 7 x 0.

Principal dirigente

Paulo Stuart Wright (2/6/1933 - 5/9/1973)

Ele e Osvaldo tomaram o trem para Mauá. Experientes, perceberam a presença de agentes da repressão no vagão. Osvaldo esperou o sinal avisando a partida e passou pela porta automática checando várias vezes para ver se ficara livre da "cola" dos que o seguiam. Paulo ia descer no próximo ponto. Osvaldo acredita que foi o último a vê-lo.
Quando Osvaldo Rocha, dentista, goiano, dirigente da APML, chegou à sua casa, foi preso. Levado ao DOI-Codi, viu ali uma blusa que poderia ser a que Paulo Stuart Wright usava no trem da Fepasa para Mauá.
Outro ex-militante da AP afirma que esteve com Paulo Stuart Wright no dia 5 de setembro, tendo sido preso no mesmo dia.
Desde esse dia ele está desaparecido. Sabe-se que só sobreviveu 48 horas às torturas. Uma enfermeira, que também foi presa, declarou que viu Paulo Stuart na prisão.
Paulo era casado com Edimar Rickli e tiveram dois filhos, Leila Cristina e João Paulo.
Dr. José Carlos Dias impetrou *habeas-corpus* em favor de Paulo Stuart Wright e *Pedro João Tinn*, nome falso que usava na clandestinidade. O AI-5 cancelara o *habeas-corpus* para os "crimes" políticos, mas os advogados usavam-no como meio de luta, pela vida dos militantes, seus constituídos.
Seu irmão, o reverendo Jaime Wright foi ao DOI-Codi de São Paulo juntamente com o cel. Teodoro Pupo e falaram com um sargento. Pareceu-lhes que o sargento sabia perfeitamente a quem buscavam. Meia hora depois, retornou, negando a presença de Paulo naquele centro de torturas.
Um parente do todo-poderoso major *Tibiriçá*, Carlos Alberto Brilhante Ulstra, procurou-o. Era pastor metodista, amigo do reverendo Jaime Wright. Ulstra negou saber de Paulo.
A família Wright apelou ao Departamento de Estado e ao Senado americano, uma vez que Paulo Wright tinha dupla cidadania. Igrejas, advogados, movimentos internacionais de direitos humanos, imprensa de outros países, tudo foi tentado, acionado, durante muito tempo. O desaparecimento tem uma

crueldade adicional: a família sempre tem a esperança de que a pessoa esteja viva, em algum lugar.
Só em 1991, na abertura do arquivo do Dops/PR, no governo de Roberto Requião, o nome de Paulo Stuart Wright foi encontrado em uma gaveta com a indicação "falecidos", juntamente com outros 16 desaparecidos.
Paulo era catarinense de Joaçaba. Foi deputado estadual por Santa Catarina, pelo PTB. Com o Golpe Militar de 1964, foi cassado por "quebra de decoro parlamentar". Não ter usado gravata e paletó foi o pretexto da cassação para agradar os militares triunfantes (em 1993, simbolicamente, a Assembléia Legislativa devolveu-lhe o mandato, em uma homenagem *post-mortem*). Asilou-se no México, voltando em 1965. Viveu oito anos clandestinamente, na militância da AP.
Seus pais eram missionários norte-americanos: Lathan e Maggir Belle, a dona Bela.
Paulo formou-se em Sociologia e fez pós-graduação em Los Angeles.
Na volta, trabalhou junto da classe operária, de pescadores, juntamente com sua companheira.
Seu irmão Jaime Wright foi um dos coordenadores do projeto *Brasil: Nunca Mais*, o mais completo levantamento dos malefícios da repressão às pessoas durante o período militar.
A responsabilidade do Estado pela sua morte foi reconhecida com a inclusão do seu nome no Anexo da Lei 9.140/95.

UNE até o fim

Humberto Albuquerque Câmara Neto (28/5/1947 - 8/10/1973)
Honestino Monteiro Guimarães (28/3/1947 - 10/10/1973)

Humberto Câmara Neto foi eleito para a diretoria da UNE, juntamente com Honestino Guimarães. Esse congresso reuniu-se na clandestinidade, uma vez que o 30º Congresso, realizado em Ibiúna, SP, fora invadido pela repressão em outubro de 1968.
Beto era estudante de Medicina na UFPE e presidiu o CA de sua Faculdade. Veio de Campina Grande, onde nasceu em 28 de maio de 1947.
No dia 6 de outubro, tomou o mesmo ônibus que José Carlos Mata Machado — Recife-Rio —, casualmente. José Carlos tinha seus passos controlados cotidianamente, e quando o perdiam, seu cunhado, Gilberto Prata, servindo aos órgãos de segurança e infiltrado na APML, refazia o elo. Encontrou-se com José Carlos no Rio, na Praia de Botafogo, no dia 8 de outubro. José Carlos contou-lhe angustiado que estava sendo vigiado. Beto lembrou-se de que havia esquecido ligado o som no apartamento onde estava e marcou novo encontro com José Carlos, e não apareceu.

No arquivo do Dops/SP foi encontrado documento que traz: "Nascido em 1947, ex-estudante de Medicina na Universidade Federal de Pernambuco, ex-membro da UNE, preso no dia 8/10/1973, no Rio de Janeiro".
Ele pressentiu o que adviria. Escreveu aos companheiros pouco antes: "A minha situação é de uma vida na clandestinidade forçada... sofri vários processos, alguns já julgados. Eles mostram com clareza o particular ódio e tenaz perseguição da qual sou objeto... Por diversas vezes fui ameaçado de morte".
Gilberto Prata, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, disse que José Carlos Mata Machado teve "ponto" com Honestino Guimarães depois que chegou do Recife, no Rio, depois do dia 8 de outubro.
A CIE tinha "perdido" José Carlos e Gilberto, sob o pretexto de levar o filho dele e sua irmã ao Rio, "guiou" os órgãos de segurança até José Carlos Mata Machado novamente.
Honestino foi preso no dia 10 de outubro de 1973, foi levado ao PIC, em Brasília, e esteve detido no Centro de Informações da Marinha. Sua prisão e desaparecimento foi denunciada em vários países e pela Anistia Internacional.
Honestino nasceu em Itaberaí, em Goiás. Era casado e deixou uma filha, Juliana.
Estudante brilhante, passou em primeiro lugar no vestibular da UNB, onde estudava Geologia.
Foi presidente da extinta Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (Feub) e, em 1969, eleito presidente da UNE, já na clandestinidade, e considerado inimigo da ditadura por ousar presidir uma entidade proscrita, que os militares julgavam subjugada.
Era militante da APML.
Os nomes de Humberto e Honestino consta do Anexo da Lei 9.140/95.

A surpresa da traição

José Carlos Novaes da Mata Machado (20/3/1946 - 28/10/1973)

Tendo vivido pouco, cumpriu a tarefa de uma longa existência.

Rubens Lemos já estava no DOI-Codi do Recife há várias semanas. Era o preso mais antigo. Deixavam que ajudasse outros presos. Foi assim que, por um descuido dos militares, ele entrou em uma cela e viu dois jovens: um, que lhe pareceu já estar morto, e outro, vestido apenas de cuecas, quase moribundo, que lhe disse: "Meu nome é Mata Machado. Sou dirigente da AP. Estou morrendo, se puder, avise os companheiros que eu não abri nada".
Fernanda Gomes de Matos, juntamente com seu companheiro Marcelo Mesel e Melania Freeze de Carvalho moravam em uma república na Ilha do Leite, com outros amigos. Eram simpatizantes da AP e hospedavam José Carlos Mata Machado quando ele passava pelo Recife. Foram presos, encapuzados e levados ao DOI-Codi na tarde de 22 de outubro de 1973. Fernanda e Melania

viram, na noite do dia 26, José Carlos em pé, reclamando que havia quatro dias que não escovava os dentes. Depois viram-no ser levado para a tortura. Havia duas campainhas que tocavam com significados diferentes, uma para levar o preso, outra para trazê-lo da sala de interrogatório. Depois não o viram mais, mas escutaram a sua voz dizendo que estava perdendo muito sangue, que estava morrendo.
Custódio Amorim trabalhava com dom Hélder na Operação Esperança e fora preso desde 4 de outubro, sendo submetido a sessões de tortura intermitentemente. "A noite do dia 26 de outubro foi infernal", ele conta. Os oito estudantes de Medicina da cela vizinha à sua foram levados à tortura. "Ouvi gritos e gemidos — depois, eles voltaram apreensivos: 'Mata Machado está à morte', disseram". No dia seguinte, Custódio não quis comer. Era o dia de seu aniversário. O carcereiro engrossou: "Não faça greve de fome". "Não é greve de fome — ele disse —, é uma forma de comemorar meu aniversário". Foi quando o carcereiro lhe disse que o "cara" tinha se apagado.
O metalúrgico Carlúcio Castanha fora preso no dia 18 de outubro quando saía de casa para a fábrica. Entre os dias 25 e 27 não conseguiu dormir na cela, com os gritos vindos da "sala de pau". Na madrugada de 27, algemado e encapuzado, foi levado para interrogatório. Lembra-se até hoje do cheiro de creolina misturada com vômito, fezes, sangue. Ouviu gemidos dos companheiros Gildo e Mata Machado. Pelas frestas da venda, viu que agonizavam. No dia seguinte, um silêncio aterrador abateu-se no DOI-Codi — os dois estavam mortos.

Versão oficial

No dia 1º de novembro, manchete no *Jornal do Commercio*: "Subversivos da Ação Popular morrem no Recife". *JB*: "Segurança divulga morte de dois subversivos no Recife". *Estadão*: "Polícia no Recife desbarata terror". *Estado de Minas*: "Subversivos morreram no Recife".
A nota oficial deu a versão:

Entre outras prisões, caiu em São Paulo José Carlos Novaes da Mata Machado e, em Salvador, Gildo Macedo Lacerda. Interrogados "abriram" um ponto com o dirigente "Antônio" às 19h30 do dia 28, à Avenida Caxangá com general Polidoro, no Recife. À hora aprazada um homem forte, louro, branco, percebendo a armadilha, abriu fogo contra seus companheiros aos gritos de traidores. Mesmo ferido, teria escapado depois de deixar Gildo morto e Zé Carlos mortalmente ferido.

A verdade

No dia 19 de outubro, José Carlos e seu cunhado, Gilberto Prata, participaram de uma reunião tensa no escritório dos advogados mineiros Joaquim Martins e Anatólio Aranha, em São Paulo, com dois cunhados mais Simão Casassanta,

que vieram buscá-lo. Ele finalmente admitira suspender temporariamente a militância para examinar até mesmo a possibilidade de sair do país. Tinha sido seguido no Rio. Sabia que estava sendo vigiado. Concordou então em ir para o sítio da família em Minas, onde já se encontravam sua companheira Madalena Prata e o filho dela, Eduardo, de quase 4 anos. Antes de deixar o escritório e entrar no carro dos advogados para a viagem, José Carlos ainda tomou a precaução de trocar o casaco que estava usando pelo de camurça marrom de Gilberto. Combinaram novo encontro com os dois cunhados de José Carlos, João Paulo Campelo de Castro e Adalberto Ferreira Pinto e o professor Simão Casassanta. José Carlos tentou ainda argumentar para que não prendessem os três que o aguardavam. Foram presos no mesmo dia: os dois advogados, amigos e colegas da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, companheiros do movimento estudantil e da AP.

O mundo caiu na cabeça de Madalena no momento em que ela e José Carlos admitiam até mesmo a hipótese de que ele se apresentasse e cumprisse a pena de oito meses. O cerco estava fechando, a repressão, cada vez mais perto. Dori, filho dos dois, tinha apenas 1 ano e 10 meses. Eduardo, filho de outro relacionamento, 3 anos e meio. Somente três dias após a prisão de Madalena, Eduardo seria entregue ao pai, Everaldo Silva.

Em Belo Horizonte, a notícia da morte de José Carlos chegou de forma impiedosa para o dr. Edgar Godoi da Mata Machado, venerado mestre de Direito, tradutor de Jacques Maritain e de Georges Bernanos, pensador, deputado federal cassado pelo AI-5, e para Yedda, seus pais.

No dia 4 de novembro, o advogado e deputado federal pernambucano, cassado, Osvaldo Lima Filho foi procurado por José Henriques e Hélio da Mata Machado com uma procuração do dr. Edgar em que lhe "confiava um mandato honroso e triste: promover a exumação e o traslado para Belo Horizonte do corpo do filho". Um juiz, Gilberto Corrêa Gondim, e os dois promotores, Valdir Bitu e Cláudio Cavendish, agiram com honradez autorizando a exumação. Lima Silva pediu a Mércia Albuquerque para agirem juntos na longa e revoltante peregrinação em que as autoridades se recusavam a cumprir a ordem de exumação. Um coveiro contou a Mércia que duas pessoas foram enterradas no Cemitério de Várzea por militares. Por fim, o coronel Confúcio Danton, comandante da 7ª RM e senhor da vida e da morte em Pernambuco, na época, permitiu a exumação com duas condições: a imprensa não deveria ser informada e o traslado seria em caixão lacrado.

No dia 15 de novembro daquele ano, "o mais triste das vidas de dr. Edgar e Yedda", 15 de novembro, 14h30, o corpo sofrido de José Carlos Novaes da Mata Machado, morto aos 27 anos, foi enterrado no Cemitério da Colina, em Belo Horizonte. Os laudos necroscópicos assinados por Agrício Salgado Calheiros e João Luiz dos Santos Neto não registraram as torturas, apenas os tiros do suposto tiroteio.

O corpo de Gildo Macedo Lacerda até hoje não foi encontrado.

"Tendo vivido pouco, cumpriu a tarefa de uma longa existência" (Sáb. - 4,13). Assim os Mata Machado agradeceram a solidariedade dos amigos. No ano seguinte, Osvaldo Lima Filho recebeu "uma comovedora carta em que o amigo Edgar agradecia os meus modestos serviços e, como cristão exemplar que é, me comunicava já haver perdoado os assassinos de seu filho".

A dor da suspeita

Madalena, após sair da prisão, decidiu ir viver na Paraíba para se afastar de tudo e reconstituir sua vida. Doeu-lhe deixar os filhos.

Em uma manhã de agosto de 1984, seu irmão, Gilberto Prata, foi visitá-la em sua casa: "Vim aqui para lhe contar uma história. Ligue o gravador". Estava sóbrio, pediu uma bebida, tremia as mãos e os lábios. Madalena ficou gelada. No íntimo já sabia o que Gil, o irmão predileto, iria lhe contar: "Fui eu que entreguei o Zé", ele confessou.

Gilberto Prata Soares veio para a AP por influência dos seus irmãos Ricardo e Madalena. Desde Uberaba, participava de atividades políticas. Militou na AP e no movimento estudantil de Belo Horizonte, entre 1966 e 1967. Em 1968, entrou para o POC a convite de Ricardo. Atuou na greve operária de Contagem, em outubro de 1968. Entrou em crise e mudou-se para Goiânia, onde foi presidente do DCE em 1969. Casou-se em 1970 com Elza. A partir de 1971, afastou-se da política. Em fevereiro de 1973, foi preso pelo Dops/GO na Eternit, onde trabalhava. Levado a um quartel, percebeu que sua esposa, Elza, e uma irmã, Marta, de 18 anos, que não desenvolvia atividades políticas, também estavam presas. Os policiais usaram a mulher e a irmã para desestabilizar emocionalmente Gilberto, fazendo-as gritar e suplicar em outra sala, durante seu interrogatório. Passados cerca de 15 dias, ele próprio propôs à repressão ir à TV renegar a esquerda. Levado ao Ciex, em Brasília, recebeu do major *dr. César* (o então major José Brandt) uma "contra proposta": infiltrar-se na AP e entregar José Carlos. Gilberto aceitou, com a condição de que a vida de Madalena, sua irmã, fosse preservada. "Agora você é nosso para o resto da vida", disse-lhe o *dr. César*, selando o acordo. Deu-lhe uma identidade com o nome de Fernando Oliveira e fê-lo assinar um contrato de trabalho.

Dias depois, Gilberto bateu à porta da velha casa da Rua Alagoas, 716, em Belo Horizonte, pedindo ajuda ao *dr. Edgar* para encontrar Madalena. Não despertou suspeitas. Passado algum tempo, ele conseguiu encontrar-se com a irmã em São Paulo, na esquina da Avenida Ipiranga com Avenida São João. Foram ao Belas Artes assistir ao filme *Ladrões de Bicicleta*. Ela ficou feliz "com a decisão do mano querido de voltar à militância". Consultou então a AP, que decidiu mandá-lo para Salvador.

Gilberto acertou tudo com o Ciex. Hospedou-se em uma pensão na Rua Independência, 54, bairro do Barbalho, perto do Quartel. Seu "controlador" em

Salvador foi o então major Cerqueira. Deram-lhe um emprego na Secretaria do Trabalho, com nomeação no *Diário Oficial* e anotação na Carteira de Trabalho, sendo secretário Bernardo Spector. Antônio Carlos Magalhães era o governador da Bahia. Ficou aguardando. Finalmente, José Carlos e Madalena fizeram contato.

A partir daí, Gilberto serviu de "guia" para a repressão policial-militar. Quando os agentes perdiam José Carlos, Madalena, Gildo e outros militantes que passavam a ser seguidos, Gilberto restabelecia o elo. Isso em Salvador, no Recife, Rio e em São Paulo. Sua irmã e o cunhado, sentindo-se vigiados, chegaram a lhe perguntar "se ele se passara para a repressão". (As desconfianças cresceram quando Oldack Miranda recebeu, dentro do envelope de uma carta, um corpo estranho, um pedaço de papel que se referia à pessoa da Rua Independência, 54, que era a pensão onde ficava Gilberto.) Gilberto negou com veemência. Informou então aos militares e ao delegado Sérgio Paranhos Fleury o esquema que estava sendo montado para tirar José Carlos de circulação, escondendo-o em um sítio da família, em Minas. Era a hora de agir. Seria mais complicado prendê-lo junto do pai, pessoa influente e respeitada naquele Estado.

Gilberto revela: "Eu tinha uma sombra, o Onofre. Ele comentava coisas comigo. Foi ele quem disse: 'Já foi o Gildo'". Contou também que José Carlos foi pego antes de chegar a Belo Horizonte e ainda: "Olha, já foi". No dia 31 de outubro encerrou-se o vínculo trabalhista de Gilberto com a Setas na Bahia. Voltou a Goiânia, onde foi simulada a sua prisão. Levado ao DOI-Codi/SP para ser acareado com a irmã, gritou como se apanhasse, andou mancando para indicar seqüelas de torturas. Madalena sentiu-se culpada e apiedou-se do irmão.

Durante oito anos Gilberto recebeu "ajuda de custo" do Ciex. Em 1981, mudou-se para João Pessoa. Em agosto de 1984, procurou Madalena e confessou-lhe tudo. Mas só em 1993, quando prestou depoimento perante a Comissão Externa sobre os Mortos e Desaparecidos da Câmara Federal, tornou-se público o seu papel. Declarou naquela comissão: "No período, quem era da AP e entrou em contato direta ou indiretamente com José Carlos, Gildo, Madalena e comigo dançou". E mais: "Tenho certeza absoluta de que se alguém pode dar conta de onde estão os corpos é o pessoal do Ciex".

De algum modo, as mortes e desaparecimentos de Paulo Stuart Wright, Eduardo Collier Filho, Humberto Câmara Neto, Fernando Santa Cruz, Honestino Guimarães, Gildo Macedo Lacerda, José Carlos da Mata Machado decorreram do "trabalho" de Gilberto Prata Soares como guia da repressão.

José Carlos e Madalena

José Carlos Novaes da Mata Machado nasceu em 20 de março de 1946, no Rio de Janeiro, único dos sete filhos de dr. Edgar e Yedda que nasceu fora de Minas. Obteve a primeira colocação no vestibular de Direito na Universidade Federal de Minas Gerais e foi o líder indiscutível da turma e da escola ao ser

eleito presidente do Centro Acadêmico Afonso Pena, em 1967, ano em que chegou à vice-presidência da UNE. Foi preso em Ibiúna, São Paulo, durante a tentativa de realização do 30º Congresso da UNE e condenado a oito meses de reclusão, que cumpriu até meados de 1969. Foi absolvido em dois outros processos pela Lei de Segurança Nacional. Retomou a militância na AP, passando a atuar na clandestinidade. No ano seguinte, casou-se com Madalena Prata, com quem teve um filho, Dorival, confiado à guarda dos avós quando o cerco se fechou.

A versão oficial do tiroteio que teria ocorrido no Recife, na Avenida Caxangá com Avenida General Polidoro, foi checada pelo ex-deputado Osvaldo Lima Filho nos dias subseqüentes. Ninguém viu ou ouviu nada. "Tenho convicção de que nem teatrinho ali houve", ele declarou. O inquérito policial traz o depoimento de cinco testemunhas. Em 1991, o GTNM-PE tentou localizá-las e não conseguiu.

O inquérito policial não foi feito pelo delegado da área onde supostamente teriam morrido José Carlos e Gildo Lacerda, e sim pelo delegado do Dops Edvaldo Mota da Cruz. O inquérito é sumaríssimo: Ouve os dois militares que transportaram os cadáveres do local do "teatrinho", Avenida Caxangá com Avenida General Polidoro, até o IML; cinco testemunhas que nada viram, mas ouviram tiros e souberam depois pela imprensa. Foi apreendido um revólver com número de registro raspado que *Antônio* teria deixado e com o qual teria matado José Carlos e Gildo. Pediu o arquivamento do inquérito, dizendo que os agentes do sul do país não foram identificados, nem o *Antônio* que fugiu, portanto, não havia o que investigar.

A presidente do GTNM-PE, Maria do Amparo Araújo, e o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Nilmário Miranda, requereram ao secretário de Segurança Antônio Moraes, em 10/11/1996, as fotos dos mortos no IML; as fichas dactiloscópicas dos mortos "desconhecidos" enterrados no Cemitério da Várzea e as fichas de identificação. Não foram localizadas.

O delegado Jorge Tasso de Souza, hoje advogado, estranhou que apenas lhe pedissem para assinar o pedido de encaminhamento dos corpos ao IML pelos dois militares e que não tenham solicitado a perícia de local.

No Recife, em todos os casos de morte com versão oficial de tiroteio houve perícia de local, menos nos casos de José Carlos e Gildo.

O *Antônio*, homem "grande, forte, louro, branco", foi incluído na versão oficial, possivelmente para encobrir a prisão, morte e desaparecimento de Paulo Stuart Wright, ocorrida em setembro, entre os dias 2, 3 e 4. Sua prisão, nunca reconhecida, motivou pedido de *habeas-corpus* pelo advogado José Carlos Dias e intensas gestões por parte do seu irmão, reverendo Jaime Wright, inclusive junto do Senado dos Estados Unidos, na medida em que Paulo Wright tinha também a cidadania americana.

Na Comissão Externa sobre os Mortos e Desaparecidos da Câmara Federal, Gilberto Prata enfrentou a pergunta: "Por que você fez isso?" — "Sei lá", ele respondeu, "questão de medo, questão de covardia". Mas disse que resolveu contar tudo para que outros, que passaram pelo mesmo que ele, venham a se abrir, para que a verdade apareça.
Suzana Keniger Lisbôa foi a relatora do caso na Comissão Especial e votou favoravelmente ao reconhecimento, acolhido por unanimidade (7x0).

Em resposta, o silêncio

Gildo Macedo Lacerda (8/7/1949 - 28/10/1973)

No dia 22 de outubro de 1973, por volta do meio-dia, Gildo Macedo Lacerda foi preso ao sair de sua casa, na Rua Luiz Tarquínio, bairro de Boa Viagem, em Salvador. Na mesma hora, sua mulher, Mariluce de Souza Moura, jornalista, também era presa em um ponto de ônibus em frente ao Elevador Lacerda.
Ainda no mesmo dia foram presos os jornalistas Oldack Miranda e Nadja Magalhães Miranda, um estudante e um bancário.
Os seis foram levados à Superintendência da Polícia Federal na Praça Cairu, onde escreveram depoimentos de próprio punho, sendo depois reunidos em uma sala, na qual ficaram sob vigilância até a noite, quando os homens foram separados das mulheres. Mariluce estava grávida de um mês. Lembra-se que dirigiu um olhar longo e angustiado para Gildo. Não o veria nunca mais.
No dia 23, ela foi transferida para o Quartel do Forte de São Pedro. Gildo e Oldack foram levados ao Quartel do Barbalho. Oldack presenciou Gildo, certamente após ter sido torturado, sendo empurrado pelos militares por causa de uma ferida no pé. Nesse mesmo dia, Mariluce foi conduzida a um local ignorado, vendada, torturada e um dos agentes lhe disse que Gildo fora levado para uma longa viagem.
Na manhã de 1° de novembro, um oficial, que se apresentou como capelão, disse-lhe que Gildo estava morto desde 28 de outubro. Um recorte de jornal confirmava a notícia.
Mariluce foi libertada no dia 2 de dezembro e começou uma luta desesperada em busca da localização do corpo de Gildo. Bateu em todas as portas — Polícia Federal, Auditoria Militar em Salvador, Ministério da Justiça — em vão.
Depois do dia 25, já apartado de Gildo, Oldack continuou sendo interrogado. No dia 29, os militares lhe disseram ter matado Gildo e José Carlos.
Gildo foi assassinado aos 24 anos. Mineiro de Ituiutaba, filho de pequenos sitiantes, participou do movimento secundarista em Uberaba. Era universitário em Belo Horizonte, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi afastado da Universidade com base no Decreto 477. Vice-presidente da UNE entre 1969 e 1970, em 1972, já como dirigente da APLM, deslocou-se para a Bahia, onde se casou com Mariluce.

Gildo utilizava o nome de *Cassio Oliveira Alves*, sob o qual vivia e trabalhava. Com o nascimento de Tessa, 8 meses após a morte do pai, Mariluce travou batalha judicial que se arrastou por 18 anos para finalmente a paternidade de Gildo ser reconhecida.
Em 1991, por meio de pesquisas do GTNM nos arquivos do Dops/PE, descobriu-se que Gildo fora enterrado como indigente no Cemitério da Várzea no Recife — tendo seu corpo sido necropsiado no Necrotério Público de Santo Amaro, Recife, para onde foi encaminhado pelo delegado Jorge Tasso de Souza.
A morte não encerrou o suplício de seus familiares. Os restos mortais de Gildo, após dois anos e meio sem ser reclamados, foram primeiro para a vala comum no "Buraco do Inferno", e, em 1986, para outra vala comum, no Cemitério Parque das Flores, sem jamais chegar à sua família.
A Comissão Especial reconheceu por unanimidade (7x0) a responsabilidade do Estado pela morte de Gildo Macedo Lacerda. A relatora do caso foi Suzana Keniger Lisbôa.

Túmulos ignorados

Eduardo Collier (5/12/1948 - 23/2/1974)
Fernando Santa Cruz (20/2/1948 - 23/2/1974)

O pernambucano Collier estudava Direito na UFBa quando foi preso e indiciado em IPM por sua participação no 30° Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968. Em 1969 teve seu direito de estudar cassado pelo Decreto 477. Em 23 de fevereiro de 1974 teve sua vida ceifada: neste dia foi preso, juntamente com Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, por agentes do DOI-Codi/RJ e desde então está desaparecido.
Fernando Santa Cruz e Eduardo Collier tinham a mesma idade: 26 anos. Fernando também era pernambucano. Era casado com Ana Lúcia e deixou um filho: Felipe.
Foram presos em Copacabana. Em seguida à sua prisão, seu apartamento foi invadido pelos agentes do DOI-Codi.
Em 1974, tanto no resto do governo Médici como no governo Geisel, a ditadura resolveu fazer desaparecidos. Não há mortos oficiais, admitidos, mesmo com versões oficiais. Os marcados para morrer eram seqüestrados, torturados, executados, seus cadáveres ocultados e suas prisões negadas.
Assim aconteceu com Eduardo e Fernando.
Em março, a família dos dois amigos souberam por um militar parente de Fernando Santa Cruz que eles estavam no DOI-Codi de São Paulo. No dia 14 de março, as mães, Rizoleta Collier e Elzita Santa Cruz deixaram com *Marechal*, carcereiro do DOI-Codi, roupas e artigos de higiene pessoal, após a confirmação de suas prisões. Quando voltaram no domingo, dia 17, estes objetos

foram devolvidos com a justificativa de que o carcereiro se enganara, como se isto fosse possível.
As duas famílias perseguiram todas as pistas e indícios possíveis. Apelaram ao presidente, passando por Golbery, ministro da Justiça, prelados, Anistia Internacional e nada conseguiram.
No arquivo do Dops/SP, a ficha individual de Fernando Santa Cruz traz: "Nascido em 1948, casado, funcionário público, estudante de Direito, preso no Rio de Janeiro em 23/2/1974".
Do Relatório da Marinha, sobre Fernando, consta que "foi preso no Rio de Janeiro em 23/2/1974, sendo dado como desaparecido desde então".
Sobre Eduardo Collier: "desapareceu quando visitava parentes na Guanabara. Na época, respondia processo por atividades políticas na 2ª Auditoria Militar de São Paulo".
Na audiência com Golbery, promovida pelo arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, em 7 de agosto de 1974, as famílias informaram tudo ao ministro; de boa-fé, como se ele não soubesse.
No entanto, para o desespero dos parentes, Armando Falcão, em 6 de fevereiro de 1975, declarou, com cínica e sisuda pompa, que Eduardo Collier Filho, Fernando Santa Cruz Oliveira e outras 25 pessoas desaparecidas, cujos paradeiros eram cobrados, "encontravam-se na clandestinidade".
Na verdade, Fernando Santa Cruz não era clandestino. Marcou ponto no Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo até o dia do desaparecimento; tinha documentos em seu próprio nome, esposa e filho.
Em carta a Falcão, Elzita pergunta: "Qualquer pessoa, mesmo perseguida, em qualquer lugar onde estiver, terá como enviar uma palavra de calma e tranqüilidade aos seus familiares. Ora, sr. ministro, por que Fernando não o faria?".
Em 1991, quando da abertura do arquivo do Dops do Paraná, a Comissão Nacional de Familiares descobriu uma relação de 17 desaparecidos políticos no "Gavetão dos falecidos". O nome de Eduardo Collier Filho constava dela. Eduardo e Fernando tiveram os seus nomes incluídos no Anexo da Lei 9.140/95.

PRT

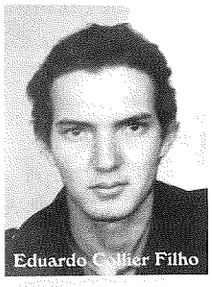
opção ao maoísmo

Os fundadores do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, saídos da Ação Popular, discordavam do maoísmo ortodoxo seguido pela direção da AP (luta antifeudal, cerco das cidades pelo campo etc.) e defendiam uma linha diretamente socialista. Fundado formalmente em janeiro de 1969, o PRT chegou a executar algumas ações armadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, atuando também no Recife, Pernambuco, e nos Estados de Minas Gerais e Goiás, até ser desestruturado no começo de 1971, após ser duramente atingido pelos órgãos de repressão. Pesquisa do *Brasil: Nunca Mais* aponta a existência de cinco processos na Justiça Militar envolvendo integrantes do PRT, dois dos quais referentes às atividades de Trombas do Formoso e de José Porfírio, líder camponês "desaparecido" desde 1971.

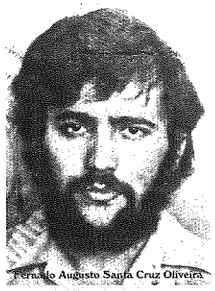
Trombas do Formoso

José Porfírio de Souza (27/6/1912 - 17/7/1973)

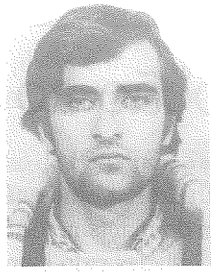
Goiano de Pedro Afonso, onde nasceu em 1912. Casado duas vezes, teve 18 filhos dos dois matrimônios. Era lavrador, pequeno proprietário. Liderou a revolta camponesa de Trombas do Formoso, tornando-se conhecido em todo o país. Foi do PCB, depois da AP, e quando desapareceu estava no PRT, dissidência da AP.
Em 1962 foi um dos fundadores da Associação dos Trabalhadores Camponeses de Goiânia, e um dos organizadores do Congresso de Camponeses de Belo Horizonte em 1963.
Foi cassado e perseguido após o Golpe Militar de 1964. Atuou então no sul do Maranhão, onde foi preso em 1972 e levado a Brasília.
No dia 17 de julho de 1973 foi solto, almoçou com sua advogada Elizabeth Diniz, que o levou de carro até a rodoviária para embarcar rumo a Goiânia. Nunca mais foi visto. Tinha 61 anos. Era pai de Durvalino de Souza, também desaparecido.
A responsabilidade do Estado pelo desaparecimento forçado de José Porfírio de Souza foi reconhecida com a inclusão do seu nome no Anexo I da Lei 9.140/95.



Eduardo Collier Filho



Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira



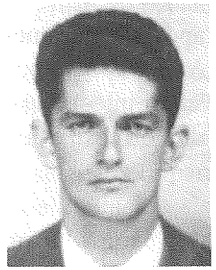
Gildo Macedo Lacerda



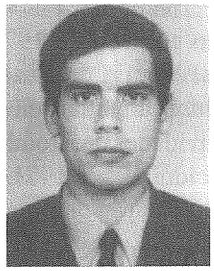
Honestino Monteiro Guimarães



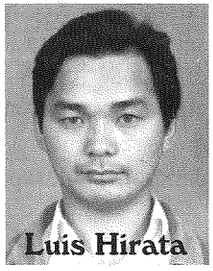
Humberto Albuquerque Câmara Neto



Jorge Leal Gonçalves Pereira



José Carlos Novaes da Mata Machado



Luiz Hirata



Paulo Stuart Wright



Raimundo Eduardo da Silva


ESTUDANTE
PODIA
SER
SEU FILHO

polop poc

Política Operária - Partido Operário Comunista

A Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop) surgiu da fusão entre setores da Juventude do Partido Socialista (seção da Guanabara) com grupos de intelectuais organizados em torno das teorias de Rosa Luxemburgo, em São Paulo, e um grupo da Juventude Trabalhista (Seção de Minas Gerais). O I Congresso de fundação ocorreu em 1961, sendo a ORM-Polop a primeira organização da esquerda revolucionária a surgir no Brasil, excetuando-se os grupos trotskistas. Em meados de 1967, no seu IV Congresso, a organização se dividiu: um grupo, unindo-se à Dissidência Leninista do PCB (Rio Grande do Sul), formou o Partido Operário Comunista (POC), e dois outros, defendendo posições de luta armada imediata, se ligaram a setores saídos do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), dando origem à VPR e ao Colina. Mais tarde, em 1970, o POC se dividirá e parte dos dirigentes da antiga Polop formarão a Organização de Combate Marxista Leninista - Política Operária (OCML-Polop).

Número de mortos

Três militantes do POC foram mortos pela repressão no Brasil, sendo um vinculado ao Movimento Comunista Revolucionário (MCR), grupo ligado ao partido existente no Rio Grande do Sul. Quatro outros foram mortos no exterior: dois no Chile e dois na Argentina.

Foto: Mães protestam em frente ao Presídio Tiradentes em São Paulo, exigindo a liberdade de mais de 800 líderes estudantis presos no dia 12 de outubro de 1968, durante o 30º Congresso da UNE, realizado clandestinamente em um sítio em Ibiúna (SP).

uma matriz das esquerdas

A Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-Polop) foi uma das matrizes da esquerda revolucionária brasileira, tendo sido o primeiro agrupamento a se organizar como opção partidária ao PCB (excetuando-se as organizações trotskistas), em fevereiro de 1961, "reunindo círculos de estudantes provenientes da 'Mocidade Trabalhista' de Minas Gerais, da 'Liga Socialista' de São Paulo (simpatizantes de Rosa de Luxemburgo), alguns trotskistas e dissidentes do PCB do Rio, São Paulo e Minas", conforme informações do *Brasil: Nunca Mais*. Da antiga Polop, surgiram direta e indiretamente as seguintes organizações: Colina, VPR, POC, VAR-Palmares, OCML-PO, MCR e MEP.

Os autores deste livro, Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, foram militantes da ORM-Polop, posteriormente do POC e estavam entre os fundadores da OCML-PO, a nova Polop, após o rompimento com o POC, que decidira partir para a luta armada imediata em 1970.

Sete militantes ligados ao POC foram mortos pela repressão política no Brasil e no exterior. Um foi assassinado em São Paulo, em 1971, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, dois no Rio Grande do Sul (Helio Zanir Sanchotene Trindade e Ary Abreu Lima e Rosa) e quatro outros foram mortos no exílio: Luiz Carlos Almeida e Nelson Kohl, no Chile, durante o golpe militar que derrubou o governo do presidente Salvador Allende, em 13 de setembro de 1973; e Jorge Alberto Basso e Maria Regina Marcondes Pinto (ligada na época ao MIR do Chile), na Argentina, em 1976.

A história da Polop está contada da seguinte forma no *Brasil: Nunca Mais*:

"Desde o seu surgimento, a Polop deu mais importância ao debate teórico e doutrinário dentro da esquerda marxista do que a um projeto de construir uma alternativa política ao PCB. Não chegou, dessa forma, a se constituir em uma organização nacional, embora tenha alcançado certo prestígio nos meios universitários dos três Estados já referidos e atraído para sua esfera de simpatia, ainda antes de 1964, militares ligados às mobilizações nacionalistas nas Armas.

Com permanentes críticas às posições defendidas pelo PCB, a Polop recusava as opiniões daquele partido sobre a necessidade de uma aliança com a 'burguesia nacional' para vencer o 'imperialismo' e os 'restos feudais'. Elaborou, em contraposição, um 'Programa Socialista para o Brasil', no qual afirmava que o grau de evolução do capitalismo no país comportava e exigia transformações socialistas imediatas, sem qualquer etapa 'nacional-democrática'.

Após a derrubada de Goulart, a Polop ensaiou a definição de uma estratégia guerrilheira para enfrentar o novo regime, chegando a se envolver em duas articulações para deflagração de um movimento armado, em aliança com os referidos militares vinculados ao 'nacionalismo revolucionário'. Ambas as articulações foram abortadas no nascedouro. A primeira ocorreu ainda em 1964, no Rio, ficando registrada com o irônico título de Guerrilha de Copacabana. A segunda, de maior expressão, em 1967, liderada por aqueles militares vinculados ao embrionário MNR, passou à história com o nome impreciso de Guerrilha de Caparaó.

Em 1967, a Polop viveu em suas fileiras um impacto semelhante ao ocorrido no interior do PCB, por influência da luta guerrilheira que se alastrava pela América Latina sob inspiração da Revolução Cubana e do guevarismo. Esse impacto acarretou duas importantes cisões. Em Minas, a maior parte dos militantes se desligou da Polop para constituir o Colina. Em São Paulo, uma 'ala esquerda' da organização se uniu a militantes remanescentes do MNR para constituir a VPR".

Posteriormente, em meados de 1969, remanescentes da VPR e do Colina se uniriam para formar a VAR-Palmares.

Continua o relato do BNM: "Após as cisões que geraram a VPR e o Colina, essa organização restou claramente debilitada. Reagiu a isso, aproximando-se da Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul (do PCB) e de mais alguns círculos de militantes, para constituir o Partido Operário Comunista (POC).

O POC conseguiu ter certa expressão no Movimento Estudantil de 1968, onde atuava sob a designação de Movimento Universidade Crítica. Suas propostas políticas assinalavam uma nítida continuidade da linha seguida anteriormente pela Polop. Procurou também estabelecer alguma presença junto do meio operário das capitais.

Em abril de 1970, um grupo de militantes se desligou do POC para voltar a constituir a Polop. Os que permaneceram no POC passaram a enfrentar divergências internas profundas, sendo que alguns círculos defendiam a atuação conjunta com as organizações da guerrilha urbana (ALN, VPR, VAR etc.), chegando a se envolver em operações armadas.

Entre 1970 e 1971, o POC foi atingido por vários golpes da repressão, sofrendo prisões de dezenas e centenas de militantes, principalmente em São Paulo e Porto Alegre, o que acabou comprometendo as atividades da organização no país a partir daí, não obstante alguns setores terem permanecido articulados no exílio.

Em 1970, um diminuto grupo de militantes se desligou do POC, no Rio Grande do Sul, para criar o MCR, que executou algumas ações armadas conjuntas com a VPR.

Os que se rearticularam em 1970 sob a sigla Polop, por sua vez, condenaram as ações armadas e concentraram seus pequenos efetivos em um trabalho doutrinário junto dos operários, rebatizando sua organização para Organização de Combate Marxista-Leninista - Política Operária (OCML-PO).

No exílio, a OCML-PO editou, durante certo tempo, em conjunto com a AP Socialista e o MR-8, a revista de debates teóricos *Brasil Socialista*.

Antes de essa nova Polop (mais conhecida como PO) completar 1 ano de vida, começou a se constituir dentro de suas fileiras, no Rio, a Fração Bolchevique da Polop que, em 1976, mudaria seu nome para Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP).

Na Pesquisa BNM foram estudados cinco processos relacionados ao Polop, somando perto de cem cidadãos envolvidos como réus. Já o POC foi objeto de oito processos dos estudados, distribuídos por São Paulo, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul, reunindo mais de 200 pessoas atingidas como réus ou indiciados na fase de inquérito. O MEP foi detectado pelos órgãos de repressão em 1977, ocorrendo prisões e formando-se processos no Rio de Janeiro e em São Paulo".

Suicídio não esclarecido

Helio Zanir Sanchotene Trindade (? - 28/12/1970)

Era auxiliar de escritório e morreu aos 26 anos, em Alegrete (RS), em 28 de dezembro de 1970.
Militava no Movimento Comunista Revolucionário (MCR), que trabalhava em conjunto com o POC, principalmente no movimento estudantil, apoiando a proposta conhecida como Universidade Crítica.
Pela versão oficial da repressão, Hélio foi preso na residência de Adail Cadilhos, na cidade de Alegrete (RS), em 28 de dezembro de 1970, e suicidou-se. O documento do Ministério do Exército nº 638 de 29 de março de 1971 (CIE), encontrado no Dops/RJ, trata de "prisão de terroristas da VPR e MCR no Rio Grande do Sul" e traz o nome de Hélio Sanchotene Trindade, do MCR, cujo codinome era *Zé Carlos*, como tendo se suicidado.
O Atestado de Óbito firmado pelo dr. Gerhard Hoblick informa que Hélio foi sepultado no cemitério da cidade de Alegrete (RS).
A família não entrou com processo junto da Comissão Especial.

Artéria rompida

Luiz Eduardo da Rocha Merlino (18/10/1948 - 19/07/1971)

Às 20h de 20 de julho de 1971, Iracema Merlino recebeu um telefonema de um delegado do Deops de Santos comunicando a morte de seu filho Luiz Eduardo. O informante disse que ele teria se jogado embaixo de um carro na BR-116, em Jacupiranga, após escapar da escolta que o estaria conduzindo a Porto Alegre, "para entregar companheiros". Ela tinha sido tomada de imensa angústia desde o dia 15 de julho, quando vieram buscá-lo em sua casa, à Rua Itapura Miranda, 13, em Santos.
Naquele dia, um homem, em trajes civis, dizendo-se amigo, pediu para chamar seu filho. Já passava das 21h. Luiz Eduardo estava com uma gripe forte e fora deitar mais cedo. Ela o despertou e ele lhe disse que não conhecia ninguém com o nome dado, mas, mesmo assim, iria atendê-lo. Estava calmo. Em seguida, o visitante entrou na casa, acompanhado de dois outros agentes, considerando certa a presença de quem procuravam. A cordialidade anterior dos invasores cedeu lugar à brutalidade. Os militares ameaçaram a irmã de Luiz Eduardo, Regina, com metralhadoras em punho, porque ela protestara contra a invasão de sua casa e a iminente prisão do irmão. Perguntaram também por Ângela Maria Mendes de Almeida, companheira de Luiz Eduardo, e entraram no quarto dele para revistar e revirar tudo. Dona Iracema ficou nervosa. Luiz Eduardo, calmamente, tranquilizou sua mãe e a irmã, e os homens baixaram as metralhadoras. "Logo estarei de volta." Foi levado em um Corcel, com os três e o motorista.

Passados cinco dias, o delegado do Deops em Santos comunicou-lhe, por telefone, que seu filho estava morto, que teria se suicidado.
Dr. Geraldo Merlino, tio de Luiz Eduardo, por ser médico, ofereceu-se para tentar localizar o corpo no IML. Pediu ao seu amigo, o patologista Antônio Cardoso de Almeida, para acompanhá-lo. Procuraram informar-se com dr. Arnaldo Siqueira, diretor do IML. Ele negou que o corpo de Luiz Eduardo da Rocha Merlino ali estivesse. Afortunadamente, um cunhado de Luiz burlou a vigilância no IML e viu o corpo. Os dois médicos voltaram ao IML e reconheceram o cadáver. Furiosos, dirigiram-se ao diretor Arnaldo Siqueira: "Por que mentiu; por que o corpo estava em uma gaveta sem nome; por que o IML ocultou um corpo?" Arnaldo Siqueira alegou que aquele corpo aguardava identificação. Mentiu novamente. Na verdade a Requisição de Exame ao IML, datada do dia anterior, 19 de julho, já identificava Luiz Eduardo da Rocha Merlino e dava como "histórico do caso: no dia e hora supramencionados (19-07, 19:30 horas; BR-116, Jacupiranga) ao fugir da escolta que o levava para Porto Alegre/RS, na estrada BR-116, foi atropelado e em consequência veio a falecer." No mesmo dia 19 de julho foi elaborado o laudo necroscópico, assinado pelos médicos-legistas Isaac Abramovitc e Abeylard Orsini, dando como causa da morte "anemia aguda traumática por ruptura da artéria ilíaca direita" e ainda, "segundo consta, foi vítima de atropelamento".
O corpo de Luiz Merlino foi retirado do IML-SP e sepultado no Cemitério de Paquetá, em Santos, pela família.

Sessões de tortura

Guido Rocha já estava no *x-zero*, a "cela forte" ou "solitária" da Oban/DOI-Codi, há vários dias quando os policiais chegaram com Luiz Merlino. Guido tentara sair do país por Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, viajando de trem. Enquanto prosseguia, o governo boliviano de esquerda de Juan José Torres foi derrubado; havia um intenso processo repressivo em curso. Guido Rocha foi preso e entregue aos militares brasileiros.
O *x-zero* era uma cela quase totalmente escura. Chão de cimento, colchão manchado de sangue jogado no piso, uma privada turca, que os presos chamavam de *boi*. Só entrava luz na cela quando uma portinhola era aberta para passar comida. Antes mesmo de Luiz Eduardo ser trazido para o *x-zero*, Guido já o conhecia pelos seus gritos e gemidos que ouvira muitas vezes vindos da sala de torturas, localizada bem ao lado. Ele diz que não se lembra quantas vezes Luiz Eduardo foi submetido a sessões de tortura. Mas ficou impressionado com a tranquilidade que ele demonstrava. Estava muito machucado e viera carregado pelos policiais. Com voz fraca, contou-lhe que tinha chegado da França há poucos dias, que trabalhara no *Jornal da Tarde* e na *Folha da Tarde*, que fora preso na casa da mãe em Santos - e que esperava sair dali logo. Mas a sua saúde começava a piorar. As duas pernas ficaram dormentes, devido

ao tempo que passara pendurado no "pau-de-arara". Para ir à privada turca, Guido tinha que carregá-lo, embora, por ser franzino, mal o aguentasse. Uma vez, trouxeram um outro preso político para ser acareado com Merlino na própria cela, o que demonstra o quanto ele estava mal. O procedimento comum nesses casos seria a acareação na sala de torturas.

Na manhã do dia 17, o enfermeiro da Equipe A do DOI-Codi arrastou uma escrivaninha até o pequeno muro que divide o pátio, onde existiam sete celas. Pediu então ao carcereiro *Marechal* para trazer o preso do *x-zero*. Luiz Merlino foi carregado até a mesa improvisada. O enfermeiro, com bata branca, calças e botas militares, tirou o calção de Merlino, colocou-o de costas para cima e massageou suas pernas. Ele gemeu, chorou e gritou de dor. Suas nádegas estavam esfoladas. Os presos das celas 2 e 3, em um breve período de afastamento do enfermeiro, conversaram com ele, que se identificou. Contou que fora torturado toda a noite e que suas pernas não o obedeciam mais. De volta ao *x-zero,* Merlino piorava. O enfermeiro fez o teste de reflexo no joelho e planta do pé, sem resposta alguma. Ficou perturbado, mas se irritou quando Guido Rocha cobrou a remoção do companheiro para um hospital, batendo a porta maciça de ferro. Guido deu uma pêra a Merlino, pois ele botava para fora tudo o que comia - e havia sangue nos vômitos. "Chame o enfermeiro rápido, que estou muito mal", pediu Merlino. A dormência já alcançava os seus braços. Guido Rocha bateu na pesada porta e gritou por socorro. O enfermeiro reapareceu, com outras pessoas, que Guido identificou como torturadores. Eles levaram Merlino para morrer no Hospital Geral do Exército.

No dia seguinte, Guido foi removido do *x-zero,* que foi varrido e lavado. No dia 20, o PM Gabriel contou aos presos políticos que Merlino morrera no dia anterior, "por problemas de coração".

Guido de Souza Rocha, posteriormente, foi transferido para a Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, e deu o nome de Luiz Eduardo Merlino à sua cela.

Denúncias em Auditorias

Os presos políticos Eleonora Menicucci de Oliveira, Ricardo Prata Soares e Laurindo Junqueira Filho denunciaram nas duas Auditorias Militares de São Paulo que viram Luiz Eduardo Merlino ser massageado no pátio do DOI-Codi, no dia 17 de julho, entre gracejos de um enfermeiro e de um capitão. O professor Rui Coelho, vice-diretor da Faculdade de Filosofia da USP, declarou também que viu Merlino na prisão e testemunhou que ele se portou com altivez em seu martírio. Zilá Prestes Pra Baldi disse que observou o corpo de Merlino, já morto, cheio de equimoses.

A primeira versão para a morte de Merlino, dada pelo PM Gabriel aos presos do DOI-Codi, *problemas de coração*, foi logo abandonada. Ficou como versão oficial o que foi dito à sua mãe, Dona Iracema, *suicídio, auto-atropelamento*: após uma breve parada em Jacupiranga, a escolta policial teria deixado

Merlino sozinho e ele aproveitara para correr e se jogar sob as rodas de um carro na BR-116, às 19:30 horas do dia 19 de julho de 1971. Essa versão constou na Requisição de Exame ao IML, no Laudo Necroscópico, assinado por Isaac Abramovitc e Abeylard Orsini, e na Certidão de Óbito, que teve como declarante o Delegado do Deops Alcides Cintra Bueno.

Jornalistas amigos de Luiz Merlino, sem que soubessem como realmente ele fora morto, deslocaram-se até Jacupiranga e não encontraram nenhum sinal, qualquer vestígio do suposto atropelamento ou outro acidente de trânsito ocorrido naquele ponto, no dia indicado.

O veículo que o teria atropelado nunca foi identificado nem foi feita ocorrência no local do fato. É inverossímil um preso político ser deixado sozinho numa viatura, naquelas circunstâncias. Seu estado precário de saúde, quando foi retirado do *x-zero*, era desesperador. Não conseguia sequer se manter de pé. Como iria correr e atirar-se sob um carro?

A imprensa foi impedida de noticiar a morte de Luiz Merlino. Somente no dia 26 de agosto de 1971, o *Estado de S. Paulo* publicou um anúncio fúnebre: "Os amigos e parentes do jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino convidam os jornalistas brasileiros e o povo em geral para a missa de trigésimo dia de seu falecimento a realizar-se sábado próximo, 28 de agosto, às 18:30 horas, na Catedral da Sé, em São Paulo".

No dia 27 de Agosto, a *Tribuna de Santos* publicou: " Estava morto há dias jornalista desaparecido. O jornalista Luiz Eduardo Merlino, que estava desaparecido desde o dia 16 de julho último, quando retornou da Europa, morreu quatro dias depois, segundo anúncio fúnebre publicado na edição de ontem de *O Estado de S. Paulo*, convidando para a missa de trigésimo dia, que será celebrada amanhã, às 18:30 horas, na Catedral da Sé.

Há uma semana, um despacho enviado de Paris pela Agência Reuters dava conta de que Luiz Merlino teria sido detido pelas Autoridades responsáveis pela Segurança Nacional no mesmo dia de sua chegada e seu corpo entregue à sua mãe, quatro dias depois. Todavia, somente com o anúncio fúnebre publicado hoje é que veio a se confirmar sua morte".

Apesar da violência e dos riscos do período, cerca de 770 jornalistas compareceram ao culto na Sé, desafiando o forte aparato policial presente na Catedral: até no coro havia policiais portando metralhadoras.

Vida legal

Iracema, mãe de Merlino, morreu no dia 31 de março de 1995. Com a filha, Regina, nunca deixou de lutar pela verdade. Em 1979 moveu ação declaratória contra a versão oficial, com o apoio do Sindicato dos jornalistas. Em entrevistas a *O Estado de São Paulo*, em 1°/08/70, disse: "Quero que ele seja reconhecido como homem de verdade, que foi morto. Acredito piamente que ele foi assassinado".

Angela Maria Mendes de Almeida, que permanecera na França após o retorno de Merlino, denunciou o assassinato de seu companheiro tanto no exílio como no Brasil, após sua volta.
Luiz Merlino tinha 23 anos quando foi morto sob torturas. Nascido e criado em Santos, mudou-se aos 17 anos para São Paulo. Dois anos depois, fez parte da primeira equipe do *Jornal da Tarde*. Trabalhou também na *Folha da Tarde* e no *Jornal do Bairro*.
Ingressou na USP, no curso de História. Tinha trancado matrícula quando foi à Europa, por sete meses.
Iniciou sua militância no movimento secundarista, em Santos. Participou do movimento estudantil em 1968 Ingressou no POC nesse ano. Como repórter, esteve no Congresso da UNE, em Ibiuna, São Paulo, e foi, na ocasião, uma das principais fontes de informação sobre a repressão ao evento. Sua militância era clandestina, embora mantivesse vida legal, com seus documentos próprios e atividade profissional. Foi à França e voltou de lá com seu próprio passaporte.
O relator do caso na Comissão Especial foi Nilmário Miranda. Ele diz em seu parecer:

> (...) é certo que a versão do suicídio, por auto-atropelamento não tem sustentação, porém, ainda que fosse verdadeira, estaria abrangida pela lei, pois ocorreu sob a guarda dos agentes públicos.

Seu voto foi acolhido por unanimidade (7x0), no dia 23 de abril de 1996.

Internado em manicômio

Ary Abreu Lima da Rosa (? - 11/1970)

O que ocorreu, na verdade, é que a diretora da Faculdade de Farmácia da UFRS, Belchis Maria Smith Santana chamou o Dops. Um funcionário informou que um pequeno grupo de estudantes distribuía boletins aos candidatos do vestibular. O Dops prendeu dois estudantes, apesar de não tê-los visto distribuir os boletins. Foram soltos algum tempo depois, mas o processo continuou. Os dois jovens, Ary Abreu Lima da Rosa e Paulo Walter Radke, resolveram ingressar na clandestinidade e mudaram-se para São Paulo.
Já em 1° de setembro de 1969 os dois foram condenados, à revelia, a seis meses de prisão.
Para a Justiça Militar, a ausência de provas de que Ary e Paulo distribuíssem boletins foi de somenos importância. Para a Lei de Segurança Nacional, bastava a posse ou utilização dos boletins. Foram condenados pelo juiz auditor Rubens Medeiros e pelos juízes tenente-coronel Raul Germano da Silva; capitães Arnaldo de Souza Leão, Aldo Luís Ramos e Luiz Ferreira dos Santos Filho.

O que diziam os panfletos? Vinham assinados pelo MRC e defendiam o Movimento pela Universidade Crítica: reclamavam da falta de vagas, criticavam o ensino universitário, o regime militar, conclamavam os estudantes a participar da eleição do DCE-Livre, e defendiam a legalização da UNE.
A Lei de Segurança Nacional (Decreto 314/1967), com base no conceito de inimigo interno, punia por atos, palavras e opiniões consideradas contrárias ao regime militar. Punia atos destinados a provocar a guerra revolucionária, sem defini-los. Reformulada pelo Decreto 510, após o AI-5, a LSN passa a prever a incomunicabilidade por dez dias e a punir a tentativa, incluindo os atos preparatórios com um a dois terços da pena prevista para o crime consumado.
Por isso, pelo porte de panfletos considerados atentatórios à Segurança Nacional, Ary foi preso, condenado, internado em um manicômio e morto, provavelmente por suicídio, em 29 de outubro 1970.
Quando de sua morte, tomados pela indignação, presidentes de Centros Acadêmicos assinaram uma nota de denúncia e encomendaram missa na Igreja do Rosário, e por isso foram expulsos da UFRS por três anos com base no Decreto 477.
O Relatório da Marinha informa: "Out./70 — suicidou-se, no dia 29 de outubro de 1970, no Hospital da Aeronáutica de Canoas/RS, onde cumpria pena de seis meses de detenção desde 1° de setembro de 1970. Deixou bilhetes escritos em folhas arrancadas de um livro. Todas as providências para o sepultamento foram tomadas em sigilo, por solicitação de seus pais.
Os bilhetes endereçados aos seus parentes foram entregues. Apesar de ter deixado um bilhete onde se fazia de mártir, o suicídio se deu devido ao rompimento, havido na véspera, com sua namorada, fato confirmado por sua genitora, que o visitou no dia anterior ao suicídio. Estava em tratamento psiquiátrico no citado hospital".
Ora, se "cumpria pena de seis meses de detenção desde 1/9/69, por que estava preso em 29/10/70? Se estivesse preso desde 1/9/69, deveria ser libertado em 1/3/70. O que aconteceu de fato?
O pai de Ary, já falecido, Cattani da Rosa, era político influente da Arena, contrário à participação do filho em movimentos de oposição à ditadura. Ary tivera uma rápida detenção em setembro de 1968, com panfletos e um pôster de Che Guevara. Preso pela segunda vez em janeiro de 1969, Ary foi para São Paulo, após ser solto, com a namorada Eliane Cunha, filha de um militante que participara das brigadas internacionais na Guerra Civil Espanhola.
Ary não se ajustou à clandestinidade e voltou a Porto Alegre. Foi quando seus pais resolveram interná-lo em uma clínica psiquiátrica de um parente. O diagnóstico feito pelo psiquiatra José A. Godoy Gavioli deixa claro a intenção, na internação de Ary, de demovê-lo de suas idéias esquerdistas: "Reação esquizoparanóide".

"Em razão de sua inadequação ao ambiente familiar, Ary teve abalos psíquicos. Passou a apresentar idéias reformistas principalmente esquerdistas, socialistas ou mesmo comunistas. Deixou crescer a barba e o cabelo como protesto ao mundo capitalista. Foi atendido em domicílio, já que se negava a sair de casa para entrevistas no consultório, e a abordagem para sua hospitalização naquela oportunidade tornou-se impraticável. Atualmente (...) alguns aspectos do quadro acima relatado, embora em menor intensidade, e tendo em vista ter realmente se envolvido em política estudantil de esquerda, onde procurava dentro de sua psicopatologia esquizoparanóide pôr em prática certos aspectos quase delirantes das concepções que morbidamente defende, sugerimos a baixa, que foi aceita pelo paciente".

Durante o período de um ano, Ary foi submetido a "tratamento" com drogas e psicoterapia de apoio no Sanatório São José, com intermitências.

A partir do dia 2 de setembro foi recolhido à Base Aérea de Canoas no Hospital Militar, por interferência dos pais. Quase dois meses depois veio a falecer de hemorragia externa, provocada pelo corte das veias do antebraço, segundo o laudo necrópsico.

Este processo foi inicialmente relatado pelo general Oswaldo Gomes, que propôs o indeferimento, pois, em que pese ter falecido de causa não-natural, em dependência policial ou assemelhada, não vira nos autos prova de militância política, Suzana Keniger Lisbôa pediu vistas e teve a cooperação da secretária-executiva da Comissão Especial, Elizabeth Vargas, gaúcha, que conheceu Ary, participou com ele do movimento estudantil e acompanhou de perto tudo o que se passou com ele.

Suzana Keniger Lisbôa não nega que a versão oficial de suicídio levanta dúvidas, pois o IPM pouco esclareceu. Foram ouvidos apenas oficiais de guarda. Não especifica de que instrumento Ary se valeu para cortar as veias do antebraço. Nem explica como um preso subversivo, considerado doente mental poderia manter em seu poder instrumento cortante capaz de provocar sua própria morte.

Ary Abreu Lima da Rosa era bem conhecido dos militantes da época. O atual prefeito de Porto Alegre, Raul Pont, e o professor Carlos Schmidt dizem que ele não era doente mental, e sim militante do movimento estudantil. Sua morte chocou os amigos e companheiros, levando-os à realização de uma missa e a nota de protesto elaborada por líderes da universidade.

> Estando devidamente comprovado que Ary Abreu Lima da Rosa foi preso e condenado por sua participação política contrária aos interesses da ditadura militar, tendo falecido em dependência policial por suposto suicídio, deve seu nome ser incluído dentre os das vítimas do regime militar, devendo seus familiares receberem os benefícios da Lei 9.140/95.

Foi o voto de Suzana Keniger Lisbôa, acolhido por unanimidade pela Comissão Especial (7 x 0).

Vítimas de Pinochet

Nelson de Souza Kohl (25/1/1940 - 15/9/1973)
Luiz Carlos Almeida (? - 14/9/1973)

O *Dossiê* registra os seguintes dados sobre Nelson de Souza Kohl. Militante do POC, nasceu em 25 de janeiro de 1940, em Marília, São Paulo, filho de Francisco Kohl e Rita de Souza Kohl.

Fez seus primeiros estudos no Colégio Canadá, na cidade de Santos, em São Paulo. Mudou-se para a capital, entrando na Escola de Comunicação da USP, onde cursou até o 2° ano.

Teve ativa participação nas manifestações estudantis realizadas na Universidade e nas passeatas de rua. Sua militância no Partido Operário Comunista tornou-o perseguido pelos órgãos da repressão.

Sem alternativas, Nelson exilou-se na Argentina, onde ficou até novembro de 1972. Mudou-se, então, para o Chile, indo viver em Santiago, trabalhando no Instituto de Estudos Económicos y Sociales.

Nessa mesma época, a 1ª Auditoria do Exército, São Paulo, julgou-o à revelia, condenando-o a dois anos de prisão.

Foi seqüestrado pela Força Aérea Chilena em 15 de setembro de 1973, desaparecendo a partir de então.

A Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, para esclarecer os casos dos Mortos e Desaparecidos Políticos, encontrou no Chile o seu Atestado de Óbito e, segundo o mesmo, ela teria sido morto em confronto com a polícia, dois dias depois de sua prisão. Este atestado foi assinado pelo médico Alfredo Vargas, diretor do Instituto Médico-Legal de Santiago, o mesmo que atestou a morte de dezenas de pessoas no Golpe de 1973, entre elas a do ex-presidente Allende.

Luiz Carlos de Almeida

Formado em Física pela Universidade de São Paulo. Foi preso em 14 de setembro de 1973, em sua casa, no bairro de Barrancas, Santiago. Após ser torturado, foi levado a uma ponte sobre o Rio Mapocho, onde foi fuzilado.

O caso de Luiz Carlos de Almeida foi denunciado por outro brasileiro seqüestrado juntamente com ele e que tem o nome muito parecido com o seu, Luiz Carlos Almeida Vieira, que levou três tiros, mas conseguiu escapar com vida e hoje mora na Suécia. Graças às informações de Vieira e às investigações da Comissão de Representação Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, foi possível incluir o caso de Luiz Carlos na lista de investigados pela Corporação Nacional de Reparação e Conciliação, organismo oficial encarregado de resolver o problema dos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar no Chile.

Luiz Carlos respondeu a alguns processos e, com mandado de prisão preventiva, exilou-se, então, no Chile.

Em carta de 3 de setembro de 1993 à Comissão de Representação Externa sobre Desaparecidos da Câmara Federal, Luiz Carlos de Almeida, no Chile, afirma que o conheceu em setembro de 1973, alguns dias antes do golpe contra o governo Allende, quando chegou ao Chile. Estava morando com Luiz Carlos quando houve o golpe. Em 13 de setembro, sua casa foi invadida por carabineiros que os prenderam.
Luiz Carlos de Almeida era professor universitário no Chile e, após sua prisão, foram levados a uma delegacia. De lá, transferidos para o Estádio Nacional, onde foram torturados. Posteriormente, os dois jovens brasileiros e mais um uruguaio, que também se encontrava preso, foram transportados, em veículo militar, até às margens do Rio Mapocho. O uruguaio foi imediatamente metralhado ao tentar entrar no rio. O mesmo aconteceu a Luiz Carlos de Almeida. Luiz Carlos de Almeida Vieira perdeu a consciência ao ser baleado, foi levado pelas águas do rio, mas conseguiu se salvar.

Desaparecidos na Argentina

Maria Regina Marcondes Pinto (17/7/1946 - 10/4/1976)
Jorge Alberto Basso (? - 15 /4/1976)

Maria Regina Marcondes Pinto nasceu em Cruzeiro, São Paulo, filha de Benedito Rodrigues Pinto e Iracy Ivette Marcondes Pinto. Foi militante do POC e está desaparecida desde 1976, quando tinha 29 anos.
No Relatório do Ministério da Marinha consta que Maria Regina "desapareceu após ser seqüestrada... (DOU nº 60 de 28/3/81 - DOU/SP)".
Já o Relatório do Exército afirma: "Em 8 de abril de 1976, foi presa na Argentina".
Em fins de 1969 ou início de 1970 saiu do Brasil com documentação legal e foi para Paris, onde já se encontrava o seu companheiro, Emir Sader, professor da Faculdade de Ciências Sociais da USP, que tivera problemas com a Justiça Militar no Brasil.
Em Paris, permaneceu por cerca de seis meses, indo ambos para Santiago, no Chile, onde se ligou ao Movimiento de Izquierda Revolucionário (MIR).
Durante o tempo em que resistiu e estudou em Santiago, veio três ou quatro vezes a São Paulo para visitar os familiares.
Após a queda do presidente Salvador Allende, esteve presa no Estádio Nacional. Conseguindo sair, veio para o Brasil, onde permaneceu por cerca de seis meses. Foi para Buenos Aires, onde passou a residir em companhia de Emir e estudar.
Em 10 de abril de 1976, em Buenos Aires, Maria Regina foi se encontrar com Edgardo Enriquez, médico, filho do ministro da Educação do Governo Allende (já deposto) e ligado ao MIR. Nunca mais foram vistos.
De Edgardo chegou, tempos depois, a notícia de que um preso político chileno ouvira sua voz em um presídio do Chile, gritando: "Sou Edgardo Enriquez e eles vão me matar".

Houve comentários de que foi presa e teria sido vista em um presídio de mulheres. Seu companheiro havia saído dias antes para Paris.
Foi noticiado por jornais europeus que Regina fora presa pelo governo argentino, sendo posteriormente entregue à polícia chilena.
Em maio de 1976, o Comitê Francês de Apoio à Luta do Povo Argentino denunciou que a Junta Militar argentina havia detido Edgardo e Maria Regina e encaminhado ambos às autoridades chilenas do governo de Pinochet.
Mais tarde chegou outra informação que dava conta de que Maria Regina fora levada, já sofrendo perturbações de ordem psíquica, da Argentina para Santiago, por uma pessoa de nome Eduardo Allende.
Ainda outra informação que chegou, posteriormente confirmada por outras fontes, dizia que Maria Regina estaria internada em uma clínica psiquiátrica de Santiago, situada em um prédio de três pavimentos na Calle Victorya nº 293, mas aí também não foi encontrada.

Jorge Basso

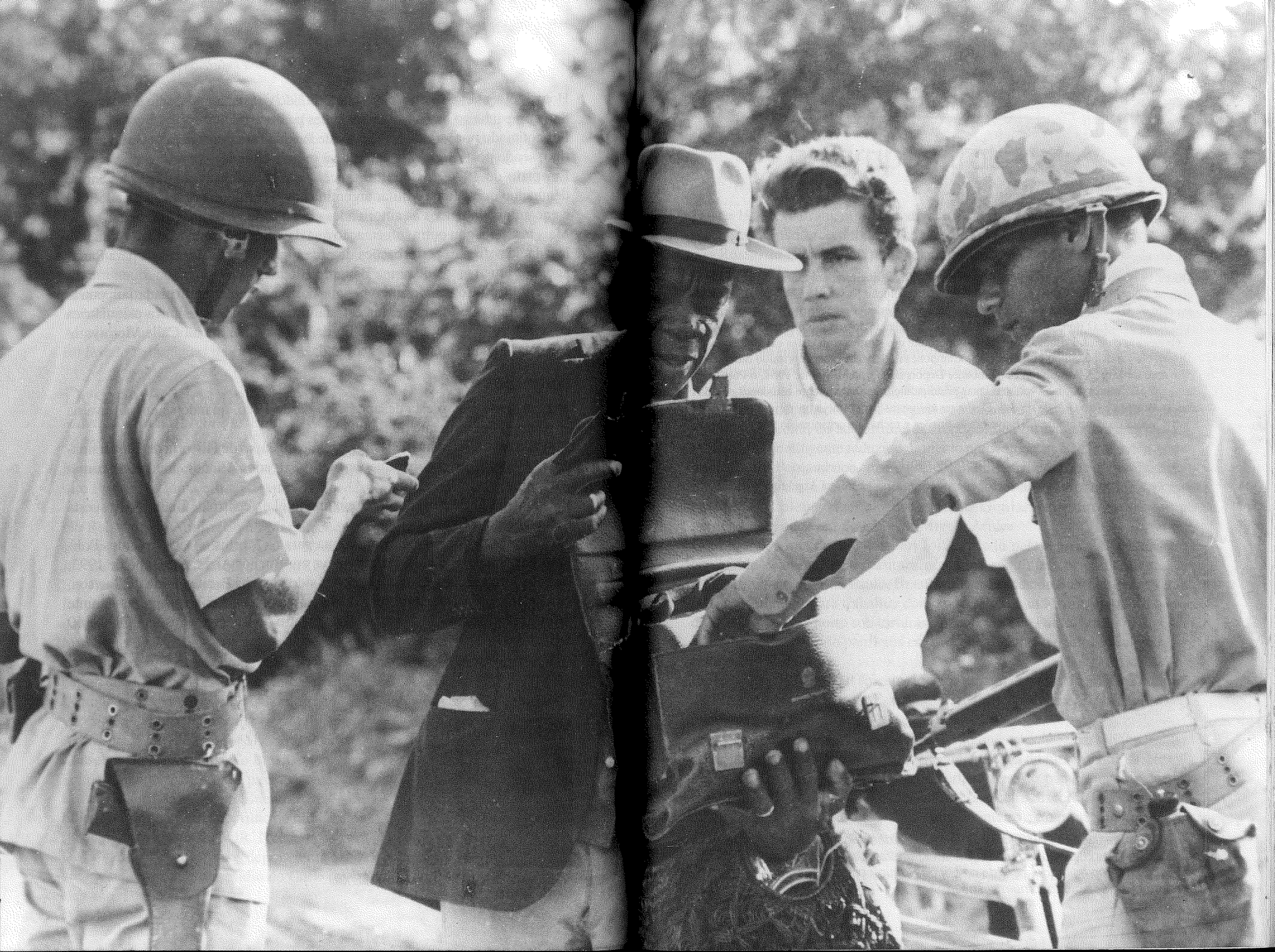
Jorge Alberto Basso está desaparecido desde 1976, quando se encontrava na Argentina. Foi militante do POC.
Viajou para o Chile em 1971, ingressando no curso de História da Universidade do Chile. Com o golpe que derrubou Salvador Allende, mudou-se para a Argentina.
Preso no dia 15 de abril de 1976, em um hotel do centro de Buenos Aires, está desaparecido até hoje.
A Comissão de Representação Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos da Câmara Federal, quando esteve em Buenos Aires, em junho de 1993, recebeu informações de que Jorge teria sido visto na Penitenciária de Rawson.
No Relatório do Ministério da Marinha, encontra-se sobre Jorge a seguinte informação: "... preso em um hotel no Centro de Buenos Aires... (DOU Nº 60 DE 28/3/81 - DOU/SP)".



Luiz Eduardo da Rocha Merlino



Nelson de Souza Kohl



port - 1953

Partido Operário Revolucionário (Trotskista)

Desde 1929 existiram, no Brasil, agrupamentos políticos que reuniam marxistas alinhados com as idéias de León Trotsky, um dos líderes da Revolução Russa, de 1917, que terminou expulso da URSS, no final da década de 20, quando o poder começava a ser monopolizado por Josef Stalin. O Port, fundado em 1953 sob a influência do argentino Homero Cristali, conhecido como J. Posadas, foi o mais importante dos grupos trotskistas existentes no Brasil. Nos anos 60, atuou junto de Ligas Camponesas e chegou a ser reprimido durante o governo de Miguel Arraes, em Pernambuco. Depois do Golpe Militar de 1964, o Port foi atingido pela repressão, mas voltou a atuar principalmente no movimento estudantil de São Paulo, Brasília e Rio Grande do Sul. Deslocou militantes para o meio operário e participou ativamente do meio sindical. Houve novas prisões e rachas na organização nos anos 70.

Número de mortos

O Port teve três militantes mortos, dois no Brasil e um na Argentina.

Foto: No Rio de Janeiro (1969) uma cena rotineira daqueles anos: policiais militares dão batida numa rua e revistam transeuntes. A idéia do inimigo interno infiltrado, contida na Lei de Segurança Nacional, transformava cada cidadão num suspeito.

Port

os grupos trotskistas

Desde 1929 existiram, no Brasil, diversos agrupamentos políticos reunindo os marxistas afinados com as idéias de Léon Trotsky, um dos líderes da Revolução Russa, de 1917, que terminou expulso da URSS no final da década de 20, quando o poder político daquele país começava a ser monopolizado pelo punho forte de Stalin.

O mais importante destes grupos trotskistas foi o Port, fundado em 1953 sob influência do argentino Homero Cristali, conhecido pela alcunha de J. Posadas. Durante muitos anos o Port publicou, em seu periódico *Frente Operária*, ensaios atribuídos a Posadas, na condição de responsável pelo Birô Latino-Americano da IV Internacional, fundado por Trotsky, no México, em 1938.

No início da década de 60, o Port passou a adquirir alguma expressão, especialmente por conta de adotar uma postura política nitidamente à esquerda do PCB. Tinha contingente reduzido, limitado praticamente a São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco, mas alcançou notoriedade com seu envolvimento nas agitações das Ligas Camponesas, quando foi alvo de prisões e processo político em plena vigência do governo Goulart, em um Estado como Pernambuco, onde era governador Miguel Arraes.

Com a reviravolta de 1964, o Port foi golpeado pela repressão política, mas conseguiu reanimar sua estrutura nos anos seguintes, principalmente nos meios estudantis de São Paulo, Brasília e Rio Grande do Sul. Deslocou alguns de seus militantes para trabalhar como operários na indústria, como foi o caso de Olavo Hansen, morto sob torturas no Dops de São Paulo, em 1970, após ter sido preso distribuindo panfletos em uma manifestação pacífica realizada nos festejos do 1° de maio.

Entre 1970 e 1972, o Port foi atingido por repetidas ondas de prisões, ocorrendo o mesmo com o grupo dissidente Fração Bolchevique Trotskista (FBT), focalizado logo a seguir.

Afora as diretrizes dos textos de Posadas, o que caracterizava a linha política do Port naquele período era a condenação enérgica da luta armada sustentada por outros grupos de esquerda; uma certa defesa do papel empenhado pela União Soviética no contexto internacional (em clara discordância com as opiniões de outros grupos trotskistas do mundo inteiro); e a propaganda em favor de uma saída "peruana" para o processo político brasileiro, ou seja, a expectativa de que algum grupo de militares nacionalistas assumisse o poder no Brasil, para aplicar um modelo semelhante ao adotado no Peru pelo general Alvarado.

Em 1968, constituiu-se a Fração Bolchevique Trotskista, dentro do Port, principalmente no Rio Grande do Sul, enquanto em São Paulo formava-se outra dissidência denominada Primeiro de Maio. Muitos anos mais tarde, em 1976, essas duas organizações, já plenamente rompidas com as idéias de Posadas, iriam se unificar sob a sigla de Organização Socialista Internacionalista (OSI), que ficaria mais conhecida pelo seu braço estudantil chamado Liberdade e Luta.

Uma parte da FBT tomou caminho diferente, a partir de 1973, indo gerar a Liga Operária, que foi atingida pelos órgãos de repressão em São Paulo, em 1977, antes de adotar a designação legal de Convergência Socialista.

É preciso registrar que, no caso dos grupos trotskistas, os fatores capazes de gerar dissidências e cisões nem sempre eram aqueles já presentes em outras organizações até aqui estudadas (programa, tática, estratégia etc.). Uma vez que os seguidores de Trotsky consideram questão de princípio a articulação dos revolucionários em nível mundial (através da IV Internacional). Terminam acontecendo situações em que os "rachas" no Brasil refletem divergências entre lideranças e facções de outros países. Desse modo, pode-se observar que, além de divergências sobre tática política, as cisões ocorridas no Port para dar surgimento à FBT, à Liga Operária, à Organização Socialista Internacionalista e a outros grupos, corresponde também a dependências internacionais.

Enquanto os membros do Port permaneceram vinculados a J. Posadas e ao Birô Latino-Americano da IV Internacional, a FBT e a futura OSI aliaram-se ao Comitê de Reconstrução da IV Internacional, liderado internacionalmente por Pierre Lambert. O grupo da FBT, que iria dar nascimento à Liga Operária (depois Convergência Socialista), preferiu vincular-se à chamada Minoria da IV Internacional, sob influência do argentino-colombiano Hugo Miguel Bressano (também conhecido como Nahuel Moreno).

Um estudo mais criterioso poderia mostrar outros tipos de alinhamentos nesse plano, como é o caso da ala da POC, que, a partir de 1972, no exílio, orientou-se no sentido do trotskismo, assumindo as concepções do Secretariado Unificado da IV Internacional, que tem como expoente maior o professor da faculdade de Bruxelas, Ernest Mandel.

No Projeto BNM, 12 dos processos estudados referiam-se ao Port, distribuídos por São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Brasília, Rio de Janeiro e Ceará. Outros quatro processos abordavam a FBT e um outro tinha a Liga Operária como alvo, constando a respeito dos demais grupos trotskistas citados apenas referências indiretas em depoimentos e documentos anexados aos autos.

Injeção fatal

Olavo Hansen (14/12/1937 - 9/5/1970)

No dia 1º de maio de 1970, por volta do meio-dia, um grupo de 17 pessoas, militantes do Port, foi preso no Estádio Vila Maria Zélia, na Vila Maria.

Quero contar o que sei e o que vi acontecer com Olavo Hansen, operário químico e dirigente do Port, nas dependências policiais por onde passamos depois na prisão.

Treze sindicatos organizaram uma festa em que seus filiados podiam levar os filhos, a família, em uma tímida tentativa de reorganizar os trabalhadores e fazer ressurgir o movimento sindical de oposição. Por isso, estávamos lá e, por isso também, lá havia polícia de todo o tipo.

Olavo, experiente e atento que era, percebeu logo que estava se formando um cerco a nossa volta, e imediatamente começou a nos orientar para que pudéssemos deixar o local em segurança e sem causar suspeitas.

Entre crianças que brincavam com corrida de saco, de colher com ovo, de cabra-cega etc. discursos, sanduíches e hinos fomos disfarçadamente tentando chegar até o fundo, mas quando lá chegamos havia uma verdadeira cerca de policiais. Voltamos novamente para o centro da festa e Olavo, mais uma vez, orientou para que nos esgueirássemos com cuidado pelo portão central, e, por incrível que pareça, conseguimos sair do estádio e ainda deu para ver alguns companheiros serem presos no ponto de ônibus. Por causa destas prisões que chamavam a atenção dos motoristas, os carros passavam vagarosamente e pudemos então pegar um ônibus fora do ponto.

Quando íamos respirar aliviados, nos demos conta de que uma moça não conseguira pegar o ônibus. Não podíamos deixá-la sozinha, pois ela era irmã de um dirigente do Nordeste (ou cunhada, não me lembro) muito procurado, que estava clandestino em São Paulo e lá estava passando por graves problemas emocionais. Descemos correndo do ônibus, pegamos a moça e tomamos um táxi, aquele fusca de quatro portas, o balança caixão. Éramos quatro pessoas: meu marido, a moça, Olavo e eu.

Nem tivemos tempo de respirar porque na contramão vinha uma perua C-14, que brecou 1 milímetro à frente do nosso táxi, e dela desceram policiais com revólver e metralhadora e nos tiraram do carro com violência e estardalhaço. Na C-14 já estavam os companheiros que a gente havia visto serem presos no ponto de ônibus.

Dali, fomos primeiramente levados para o batalhão Tobias Aguiar em frente ao antigo Presídio Tiradentes.

Quando a C-14 entrou no pátio, vários policiais cercaram a viatura perguntando se era a gente de Registro (o Capitão Lamarca estava naquela região com seu grupo e a repressão o caçava como a um bicho), dissemos que não, e

eles ficaram muito decepcionados, e então começamos a ouvir: são feios, é uma fria, isto é, não éramos uma prisão importante, mal comparando éramos um bando de pés-de-chinelo.
Depois nos colocaram de pé em uma sala e perguntaram quem do grupo já tinha passagem pela polícia. Olavo, penso eu, tentando chamar a atenção sobre ele, para de alguma forma nos proteger, disse que ele tinha. Em seguida, separaram as mulheres dos homens. Ficamos sozinhas numa sala durante algum tempo, depois nos juntaram novamente e ficamos sabendo que os homens tinham sido obrigados a tirar a roupa para serem revistados. De novo, entramos na C-14 e fomos transferidos para o QG da Polícia Militar, que ficava atrás do presídio Tiradentes. Lá, começamos a ser interrogados muito duramente, já com bastante ameaças, intimidações e muita brutalidade. Perdi um pouco a noção do tempo em que estivemos lá, mas entardecia quando novamente nos colocaram na C-14 para sermos levados a outra dependência policial.
Tremi de susto e de medo quando percebi que estávamos na famigerada Oban. Eu tinha 22 anos, tinha um irmão preso no presídio Tiradentes e estava ali, com meu marido, o Hélio, e mais 15 jovens. Acho que o mais velho era mesmo Olavo, que tinha apenas 30 anos. Todos estávamos visivelmente assustados e temerosos.
Aos poucos, a gente foi se acalmando e me lembro sempre de Olavo tentando dar uma palavra de ânimo e conforto, porque aqueles gritos, aqueles gemidos, todo aquele horror destruíam a nossa vontade de ser fortes, e ele sabia muito bem disso.
Ficamos todos em um pátio, os homens em um banco, as mulheres em outro. Cada um de nós que subia para ser interrogado deixava os outros com o coração na mão.
Depois que todos foram interrogados, nos puseram em um pequeno ônibus e fomos finalmente levados para o Dops, onde permaneceríamos até sermos liberados. Olavo, que já havia apanhado, continuou a ser torturado para que revelasse o local onde ficava a gráfica do Port, coisa que ele não fazia, portanto dobravam as maldades e o sofrimento de Olavo aumentava dia a dia. Na madrugada em que chegamos ao Dops tive uma queda muito grande de pressão e sofri um desmaio, chamaram, então, um médico que estava preso, dr. Waldemar Tebaldi, para cuidar de mim. Graças a este desmaio, conseguimos que o dr. Tebaldi pudesse dar sempre uma olhada em mim e ele aproveitava para falar sobre o que acontecia com os companheiros, principalmente com Olavo, já que seu estado de saúde piorava a olhos vistos. Mesmo assim, eles não paravam as sessões de pau-de-arara e de todo o tipo de tortura a que submetiam Olavo.
Dentro daquele lugar horroroso e naquela situação, a gente perde um pouco a noção de tempo, por isso não me lembro exatamente das datas, mas durante

todo o tempo em que subia e descia dos interrogatórios, ou quando saía da cela para ser examinada pelo médico, eu podia ver pela janelinha da cela que Olavo estava cada vez mais doente.
Dr. Tebaldi me disse em um dos últimos encontros que, se Olavo não fosse levado rapidamente para um hospital, não resistiria muito mais e morreria, pois os seus rins já não estavam funcionando direito.
Uma tardinha, depois, quando desci do interrogatório, Olavo quis mais uma vez falar comigo. Ele estava sentado no meio da sua cela e os companheiros tiveram de carregá-lo pelos dois braços, para que ele pudesse chegar até a janelinha da porta. Ele não conseguia mais ficar em pé sozinho. Com muita dificuldade, ele perguntou se eu tinha me saído bem, e se ninguém tinha feito nada contra mim e foi novamente carregado pelos companheiros até a cadeira. Ainda se sentou, e com muita dificuldade me fez um aceno com a mão. Foi a última vez que vi Olavo Hansen. Nesta mesma noite, ele foi levado com os outros companheiros para o hospital militar. No dia 11 de maio, duas companheiras, meu marido e eu fomos libertados.
Um ou dois dias depois, ficamos sabendo que o corpo de Olavo tinha sido encontrado nas imediações do Museu do Ipiranga, e que uma farsa havia sido montada dizendo que ele havia praticado suicídio, se auto-envenenando com alguma coisa que ele tinha escondido com ele. Tudo isso para isentar a polícia de mais um assassinato cometido por ela mesma, nas suas próprias dependências, mas todos nós que estivemos no Dops, naquela época (e éramos muitos), sabemos que Olavo foi assassinado, que morreu por causa de todas as torturas a que foi submetido, porque ele não tinha nada com ele, muito menos veneno. Como ele teria conseguido esconder alguma coisa se fomos submetidos a revista em cada dependência policial em que estivemos? Se em uma delas, inclusive, ele ficou inteiramente nu? E se quando chegamos no Dops, quando descemos para a carceragem, tudo o que era nosso foi tirado, até mesmo os relógios, antes de sermos colocados nas celas? Onde teria escondido o tal veneno? Onde?

Depoimento de Dulce Quereno de Carvalho Muniz, presa juntamente com Olavo Hansen).

Pedroso Horta

Cumpro um ineludível dever de consciência: o de abordar assunto que me afigura delicado e grave. Convém recordar a história, que começou há dois meses. No dia 10 de maio próximo passado, o presidente da República e os líderes da Arena e do MDB receberam, de sindicatos de São Paulo que representam 1 milhão de trabalhadores, telegrama em que, confirmando denúncias apresentadas anteriormente sobre prisão de trabalhadores paulistas em uma manifestação pacífica de 1º de maio, comunicavam a morte de um deles, Olavo

Hansen, do sindicato dos Químicos de Santo André, e pediam fossem exigidas à polícia paulista explicações sobre o sucedido, que contrariava pronunciamento do governo brasileiro sobre a situação interna.
Essa denúncia foi imediatamente transmitida pelo MDB ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Por três vezes deputados do MDB pediram na Câmara o apressamento das investigações destinadas a apurar aquela denúncia, sem que, em resposta, fosse dada nenhuma informação.
Hoje trazemos aqui a prova do fato e o corpo de delito. Certidão expedida pelo Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo indica que, realizada a perícia no corpo de Olavo Hansen, foram nele constatadas escoriações pelas quais se vê que o mesmo, em vida, foi submetido ao chamado pau-de-arara, isto é, teve o seu corpo despido, amarrado pelos braços e pelas pernas numa travessa de madeira. Daí, as contusões descritas com tanta fidelidade. Tais lesões, entretanto, não bastaram para ocasionar a morte da vítima. De que morreu, então?
O laudo em que a morte decorreu de envenenamento, pelo inseticida Paration. Esse documento nos consterna e entristece. O moço de 30 anos dirigiu-se a uma festa esportiva, e não carregava consigo venenos que lhe permitissem o suicídio. Foi detido no estádio. Dezenas de pessoas testemunharam sua detenção. Foi, naturalmente, revistado, como todos os presos o são. No próprio dia da sua prisão foi retirado do xadrez e levado para uma das salas, presume-se que a do Dops. De lá voltou, dizem as testemunhas — inconsciente e vomitando sangue. Devolvido ao xadrez, ali ficou caído durante dias. O carcereiro, assustado, o fez remover para o Hospital Central do Exército, onde faleceu.
Como poderia Olavo Hansen ter ingerido esse veneno? Pela boca? Não o foi. A autópsia revela a traquéia limpa, o esôfago limpo, o estômago limpo. Como o fez? Neste caso, somos forçados a imaginar. Só pode lhe ter sido ministrado através de uma injeção, porque o inseticida, alcançado o sangue, localiza-se nos rins e provoca, como se lê no laudo do corpo de delito, pielonefrite aguda. Sem tratamento, morreu.
É na verdade com a maior tristeza que, como representante do povo, anuncio episódio desta gravidade. O moço morreu, os seus pais não têm mais filho, os seus amigos não têm mais companheiro, os seus colegas, perderam o colega.

(Discurso de Oscar Pedroso Horta na Câmara Federal, em 31/7/70).

A Requisição de Exame do IML assinada pelo delegado Alcides Cintra Bueno, do Dops, registra que o corpo foi encontrado às 9h do dia 9 de maio de 1970, "à Rua jardim do Museu do Ipiranga, digo, Hospital Militar do Exército".
O laudo de exame necroscópico assinado pelos médicos-legistas Geraldo Rabello e Paulo Augusto Queiróz Rocha anota que Olavo Hansen "foi encontrado morto no Hospital Central do Exército em 9 de maio de 1970 às 12h".

Nove lesões

Os médicos-legistas encontraram nove lesões no corpo de Olavo Hansen: Ferimento contuso de 2cm x 1cm de formato ovalar, com perda de pele, na região superior interna da perna direita; Escoriações na parte interna do joelho direito; escoriações de 1cm – diâmetro na panturilha direita; escoriações de 5cm na face interna no terço médio da perna esquerda; escoriações na face anterior no terço superior da perna esquerda; escoriações de 3cm na região escrotal esquerda; escoriações no cotovelo esquerdo; equimose 3cm na região pré-cordial; hematoma no couro cabeludo na região pronto-pariental-temporal direito.
Os médicos-legistas assinalam que tais lesões não causaram a morte e pedem exame toxicológico que conclui "ser positivo para o inseticida Paration e concluem "ter sido a morte decorrente de envenenamento".
O laudo de exame necroscópico é de 10/5/70. Mesmo assim, o Atestado de Óbito de 8 de junho de 1970 registra que a causa da morte é indeterminada.
Os presos denunciaram à época que Olavo Hansen estava em coma quando foi transferido para o Hospital Central do Exército.
Seus pais, Haroldo e Borborema, seus parentes e amigos "nunca aceitaram a versão de suicídio, mas por muito tempo acreditaram que seu corpo sem vida havia sido abandonado na rua. Só mais tarde, com a abertura dos arquivos da repressão, se pôde constatar tanto pela Requisição de Exame feita pelo Dops como pelo próprio laudo necroscópico que seu corpo "foi encontrado no Hospital Central do Exército" (da Comissão Nacional de Familiares).
Borborema Hansen tinha 57 anos quando seu filho Olavo morreu, após torturas no Dops e, provavelmente, envenenado. Um funcionário do IML que não quis se identificar avisou-a de que o corpo de seu filho estava lá, alertando-a que agisse rapidamente senão seria enterrado como indigente. Olavo Hansen tinha 32 anos quando foi assassinado, era programador IBM na IAP (adubos), em Santo André. Com ele foi apreendida sua Carteira de Trabalho, sua carteira do sindicato. Tinha endereço fixo. Mesmo assim, não fosse um funcionário piedoso, poderia ter sido enterrado como indigente.

Pesquisa perigosa

"No dia 13 de julho último, no Hospital Cristo Rei, no Tatuapé, em São Paulo, foi preso o médico Primo Aldo Brandmuller. O que estava fazendo esse médico, capaz de despertar as cóleras ou a vindita na polícia? Estava pesquisando a morte de Olavo Hansen, e por isso foi preso. Na sua casa há uma cama vazia: a mãe que espera; o pai que espera. Por que havemos, tangidos por misticismo ou uma loucura que se faz contagiante, de martirizar nossos semelhantes para silenciá-los, para impedi-los que cumpram com o dever da própria consciência? O que há com esse médico? Ninguém sabe. Com Olavo Hansen, já sabemos. Aí está: morto." (Pedroso Horta.)

O relator do caso foi o general Oswaldo Gomes, que deu voto favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Olavo Hansen, aprovado por unanimidade.

Carta ao general

Ruy Osvaldo Aguiar Pfuzenreuter (? - 15/4/72)

No dia 16 de maio de 1972, Osvaldo Pfuzenreuter, então com 59 anos, escreveu a Garrastazu Médici:

Senhor Presidente,
Dirigo-me à V. Exa. como o mais alto dignatário da nação para expressar a mais profunda indignação pela morte... de meu filho Ruy Osvaldo Pfuzenreuter nas mãos da polícia política do Estado de São Paulo. Solicito que V. Exa., com a autoridade de que dispõe, intervenha para esclarecer os fatos e punir os responsáveis.
Sou exator federal aposentado, resido com minha família no sul de Santa Catarina, na cidade de Orleans. Meu Filho Ruy há 12 anos saiu de casa para estudar Jornalismo em Porto Alegre. Visitava-nos regularmente, desde que residia em São Paulo há seis anos, onde trabalhava na firma Equiplan.
Há dias fui avisado de sua prisão pela polícia política... no dia 15 de abril. Em São Paulo... apesar de meu precário estado de saúde, me dirigi à Operação Bandeirantes e ao Dops no dia 7 de maio, onde me informaram "nada consta". Após buscar todas as formas imagináveis de localizar meu filho, me dirijo novamente ao Dops. No dia 11... e à Oban onde, indignado e ansioso, faço um apelo dramático em voz alta que me dêem notícias de meu filho, que pelo menos reconhecessem sua prisão... e nada (...). Em uma última tentativa me dirijo ao Instituto Médico-Legal, onde simplesmente nos informam que Ruy deu entrada (em linguagem clara, morreu) no dia 15 e no mesmo dia foi enterrado em Perus.

Para responder às suas perguntas, mandaram-no ao Dops, onde finalmente deram-lhe o Atestado de Óbito e uma foto do seu filho, já morto.

Na fotografia aparecem duas nítidas manchas escuras, uma na face, outra no peito. No Atestado de Óbito consta como causa da morte anemia aguda traumática, firmado por Isaac Abramovitc.
Que tipo de tratamento teve meu filho antes de falecer?
Sei que nada devolverá a vida ao meu filho e ele ao nosso convívio. Mas é que eu, como pai que corri de repartição em repartição... e encontro o meu filho barbaramente assassinado, me sinto solidário com outros pais que encontrei nas portas das prisões ansiosos por seus filhos...(quero) conseguir dar a meu filho um enterro digno em sua terra natal.

...Uma grande lição a vida me ensinou, e meu filho mais que ninguém, a lição da solidariedade humana...

Muitas cópias

Osvaldo Pfuzenreuter mandou cópia desta carta ao CDDPH, aos líderes do MDB na Câmara e no Senado; aos líderes da Arena; à OAB; à ABI; ao ministro da Justiça; à *Veja*; aos jornais *O Estado de S.Paulo*, *Jornal do Brasil*, ao *Correio da Manhã*, *Política*, *Pasquim*, *Jornal de Debates*, *Tribuna da Imprensa*, à CNBB, aos bispos Hélder Câmara, Paulo Evaristo Arns, Ivo Lorscheider, Valdir Calheiros, dom Fragoso, à Pastoral Operária, à Anistia Internacional, às Comissões de Direitos da ONU e da OEA, à Cruz Vermelha e ao Vaticano. Médici nunca respondeu, nem o ministro da Justiça. Na Câmara dos Deputados, no dia 12 de junho, o deputado Nadyr Dossetti fez um longo e emocionado discurso lendo a íntegra da carta do pai de Ruy, sendo apartado por Lysâneas Maciel, Marcos Freire, JG de Araújo Jorge, Jaison Barreto e termina dirigindo Requerimento de Informações ao ministro da Justiça cobrando junta médica para esclarecer as reais circunstâncias da morte de Ruy Osvaldo e abertura de inquérito. Não foi atendido.
No dia 1º de setembro de 1972, na 1ª Auditoria, na Rua Brig. Luís Antônio, em São Paulo, o veterano militante das ligas Camponesas Ayberê Ferreira de Sá denunciou as torturas que sofreu e que "quanto ao seu amigo Ruy Osvaldo soube que na Oban tinham assassinado ele; que durante os depoimentos foi muito torturado, tendo recebido choques elétricos, colocado no pau-de-arara, além de ter sofrido pancadas, inclusive uma com a qual a sua costela afundou".
O Port não fazia luta armada, dedicava-se ao proselitismo e à organização de operários. Osvaldo, pai de Ruy, em carta ao deputado Nilmário Miranda, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em 1995, diz que seu filho "nunca portou uma arma e fazia questão de sempre frisar que sequer tinha um canivete em seu poder, para nunca poder ser incriminado".
A versão oficial está na Requisição de Exame ao IML, com o "T" (terrorista) garrafal manuscrito, onde se lê: "Após travar violento tiroteio com os agentes dos órgãos de segurança, foi ferido e, em conseqüência, veio a falecer", no dia 15 de abril, à 1h, na Rua General Salgado Santos, 25. Apesar de corretamente identificado, de trabalhar com carteira assinada com seu próprio nome, sua família não foi avisada e foi enterrado como indigente.
A versão oficial da morte contida no Relatório da Marinha é: "Foi morto em tiroteio com agentes de segurança, em 15/4/72". Já o Relatório da Aeronáutica diz: "Em 15 de abril de 1972, em São Paulo, ao receber voz de prisão, sacou de sua arma e atirou na equipe de segurança, sendo ferido, mesmo assim conseguiu evadir-se, aproveitando a escuridão, porém caiu adiante, sendo conduzido ao hospital e falecendo no trajeto".

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* traz: "Preso por agentes do DOI-Codi/SP no dia 14/4/72 e morto sob torturas nas dependências daquele órgão".
O laudo do exame necroscópico é brevíssimo, assinado por Isaac Abramovitc, foi realizado à tarde do dia 16 de abril:
"... Notam-se ferimentos semelhantes àqueles produzidos pela entrada de projétil; de arma de fogo na face posterior do terço médio do antebraço direito, que saiu na face anterior após fratura em dois ossos do antebraço a este nível. Nota-se orifício de entrada na face lateral do hemitórax direito na linha axilar posterior na linha do nono espaço intercostal. Este projétil após transfixar o lobo inferior do pulmão direito, e lobo superior do pulmão esquerdo, se alojou no tecido celular subcutâneo da região mamária esquerda...".
Abramovitc deixa de registrar as escoriações e hematomas, indícios veementes de torturas; marcas, produzidas quando há circulação sanguínea, em vida, visíveis no rosto de Ruy Osvaldo.
Na carta enviada ao deputado Nilmário Miranda, em 10/11/95, Osvaldo Pfuzenreuter diz "que são muitas as evidências que me levam à conclusão de que meu filho morreu sob torturas, como a fotografia que encontramos no arquivo Dops, onde haviam manchas em seu rosto e corpo. (...) Outro fato é que até hoje nunca obtive resposta à carta com AR que dirigi ao... general Emílio Garrastazu Médici... Até hoje me pergunto por que não permitiram a autópsia. Será porque obteríamos ali a prova de que meu filho morreu sob tortura? (...) Não bastasse todo esse pesadelo, recebemos uma urna lacrada em caixão de zinco". Osvaldo ainda tentou uma autópsia, no corpo, com um médico de Florianópolis que se excusou informando que tal somente era possível com ordem superior. Aí nesse estado eu já estava muito arrasado porque tinha que preservar... minha família até mesmo porque ele e amigos perceberam na pequena Orleans pessoas estranhas circulando, observando, vigiando.
No arquivo do Dops/SP foi encontrado um radiotelegrama da Divisão de Comunicações da Polícia Civil passado ao diretor do Dops de Florianópolis de número 320/72, no dia 17 de abril: "Comunico V.S. para devidos fins que os órgãos de Segurança desta capital vírgula autorizaram a exumação e transporte do corpo de Ruy Osvaldo Aguiar Pfuzenreuter vírgula no cemitério desta capital vírgula Cemitério de Perus vg para o Cemitério Municipal de Orleans vg Estado de Santa Catarina vg onde será sepultado em jazigo da família pt Esclareço que o finado era terrorista e faleceu no transcorrer de um tiroteio mantido com Agentes de Segurança deste Estado pt Solicito a V.S. não permitir qualquer manifestação pública de caráter político no transcorrer dos funerais pt O corpo deverá seguir para Orleans na próxima sexta-feira vg dia 19 pt
Cordiais saudações
Alcides Cintra Bueno Filho
Delegado Titular Ordem Política

Concerto

Na asa mágica
Do vento fino
Chega o acorde
Do violino
É a voz dolente
Do pai que chora
O filho ausente
É a voz do irmão
Brandindo as cordas
Do coração
É para Ruy
Que eles cantam
São as orquídeas
De raro brilho
Que enfeitam sonhos
De pai e filho

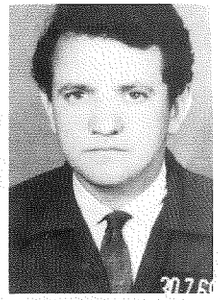
(de Sueli Mazurana, inspirada pelo concerto de Vadico e Rogério Pfuzenreuter).
O voto da relatora Suzana Keniger Lisbôa, favorável ao acolhimento do caso pela Comissão Especial, foi aprovado por unanimidade.

Morto na Argentina

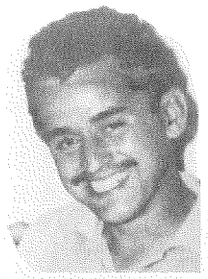
Sidney Fix Marques dos Santos (20/1/1940 - 1976)

O *Dossiê* registra o caso de Sidney Fix da seguinte forma:
"Dirigente do Port, nasceu em 20 de janeiro de 1940, em São Paulo. Desaparecido desde 1976, na Argentina, aos 36 anos.
Abandonou o Curso de Geologia da Universidade de São Paulo para se dedicar à militância política, sendo o editor responsável pelo jornal *Frente Operária*, órgão do Port.
Entrou na clandestinidade desde o Golpe Militar de 1964 e, em 1972, exilou-se na Argentina, onde trabalhava como programador da IBM.
Seqüestrado em Buenos Aires, às 21h30 do dia 15 de fevereiro de 1976, quando agentes da Superintendência de Segurança Federal invadiram sua casa. Desde então, está desaparecido".
Quando de seu desaparecimento, a família realizou vários esforços junto dos governos argentino e brasileiro, à Organização dos Estados Americanos, Organização das Nações Unidas e até ao Congresso Americano, sem qualquer resultado.
O Relatório do Ministério da Marinha diz que "... teve sua casa invadida por agentes da Superintendência de Segurança Federal na Argentina (DOU nº 60 de 29/3/81 - DOU/SP)".

Conforme depoimento de sua irmã, Leda Marques dos Santos, no dia 12 de maio de 1992, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo à Comissão de Representação Externa para o esclarecimento dos mortos e desaparecidos políticos da Câmara Federal, não foi localizado seu corpo, nem foi fornecido Atestado de Óbito pelo governo argentino.



Olavo Hansen

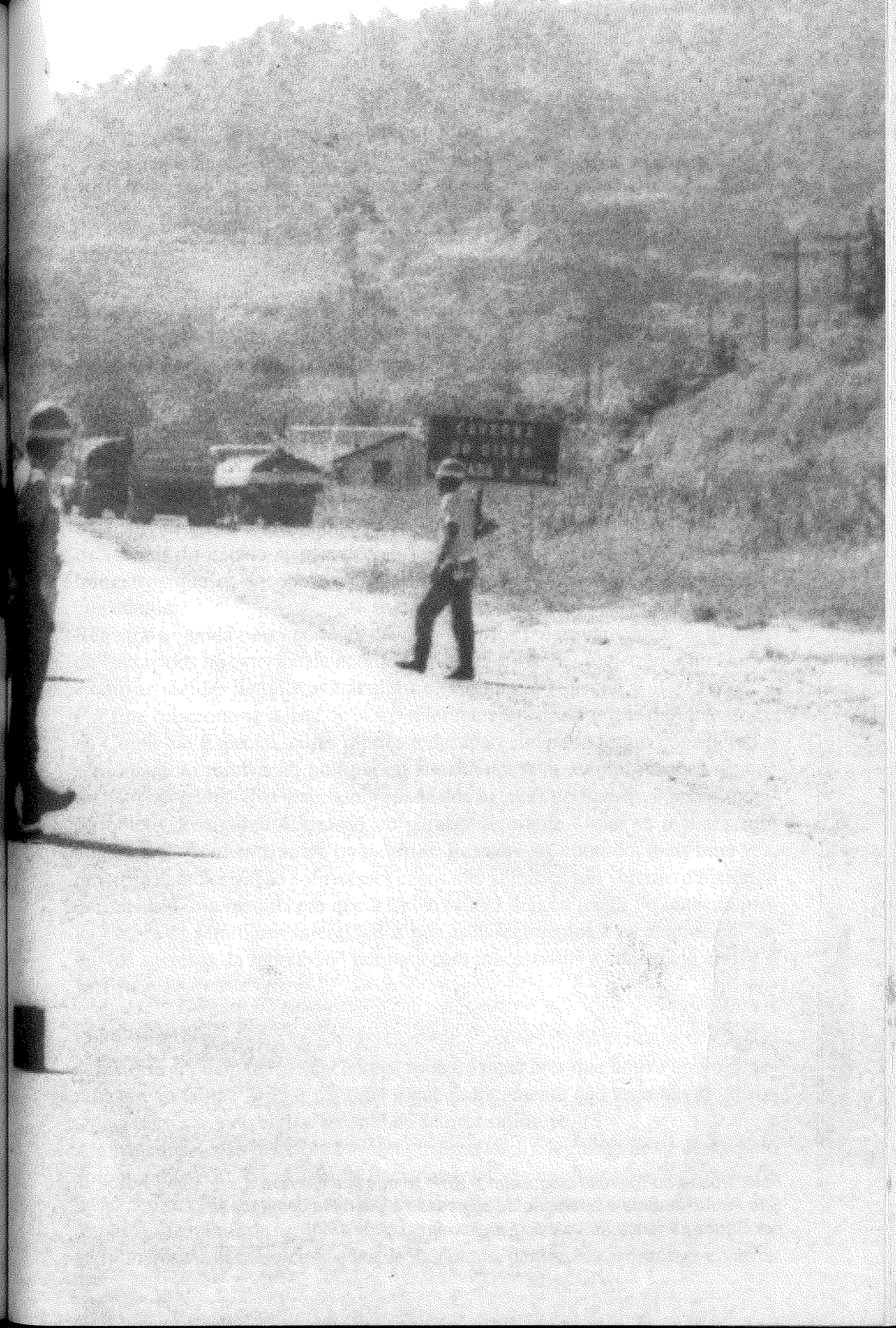


Ruy Osvaldo Aguiar Pfutzenreuter



Sidney Fix Marques dos Santos





Sem partido

Muitos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar não eram filiados a partidos e organizações de esquerda. Pessoas que foram mortas por conta do estado policial da época, da repressão generalizada, em manifestações de rua ou por serem simplesmente "suspeitas de subversão" — e às vezes nem por isso.

Número de mortos

Somando-se os casos registrados no *Dossiê* e os novos que foram apreciados pela Comissão Especial, houve mais de cem mortes de pessoas que não tinham vínculo orgânico com a esquerda ou que esse vínculo não era conhecido. Dezessete foram mortos em manifestações de rua entre 1° de abril de 1964 e outubro de 1968. Pouco mais de duas dezenas do total de casos são de mortes aparentemente não provocadas pelos agentes do Estado, ou que não se deram sob a custódia ou guarda dos mesmos.

Foto: Tropas do Exército bloqueiam a BR-116 que liga Curitiba a São Paulo, durante a operação de repressão à guerrilha comandada por Carlos Lamarca no Vale do Ribeira, em abril de 1970.

SEM PARTIDO

repressão generalizada

Além dos casos de mortos e desaparecidos políticos com militância nas organizações de esquerda, relatados nas partes anteriores, houve dezenas de outros em que esse vínculo não existia ou não foi esclarecido. Pessoas que foram mortas por conta do estado policial da época, da repressão generalizada, por participarem de manifestações de rua ou simplesmente por serem "suspeitas de subversão" ou às vezes nem por isso.

Nos casos de "detidos para averiguações", que logo após apareciam mortos nas dependências policiais, a versão oficial mais comumente apresentada era a de suicídio. Em outras situações, o suspeito simplesmente "desaparecia" e os agentes do Estado apenas declaravam: "encontra-se foragido". Alguns estrangeiros que se encontravam no Brasil também foram mortos nessas circunstâncias.

Registra-se ainda nesta parte os casos de mortos e desaparecidos "sem partido" ocorridos no exterior, de acordo com as informações registradas no *Dossiê* e com as obtidas durante os trabalhos da Comissão Especial.

Por fim, relaciona-se a lista de casos referentes a processos que deram entrada na Comissão Especial, cujas mortes e desaparecimentos foram considerados sem aparente motivação política ou sem indícios ou comprovações de que tenham ocorrido sob a responsabilidade dos agentes do Estado. Apenas quando objeto de alguma discussão ou parecer relevante é que se registra aqui algum esclarecimento sobre os mesmos. Ressalte-se, contudo, mais uma vez, que essa caracterização sobre esses casos não significa um veredicto histórico definitivo — na medida em que a Lei 9.140/95 deixou recair "o ônus da prova" sobre os familiares interessados nos esclarecimentos e os chamados "arquivos secretos da repressão" permanecem inacessíveis à sociedade civil e à Justiça.

Resistência

A história contada pelos vencedores procura fazer crer que houve apoio generalizado ao Golpe Militar de 1964 e que praticamente não teria havido resistência da sociedade civil e mesmo de setores militares.

Além da deposição pela força de um governo legal e legitimamente eleito pelo voto popular e da revogação de decisões relativas às chamadas "reformas de base", entre elas a agrária, a educacional e a que determinava o controle das remessas de lucros das empresas estrangeiras para seus países de origem, houve milhares de prisões, cassações de mandatos, demissões arbitrárias e vários

assassinatos. Os alvos preferenciais da repressão nesse período foram os políticos ligados ao governo deposto, sindicalistas urbanos, camponeses, sargentos, cabos, soldados, marinheiros e estudantes.
Desde os primeiros dias do regime militar, ocorreram mortes em manifestações de ruas, ou após prisão e tortura.

"Suicídios"

No ano de 1964, foram os seguintes os mortos — alguns militantes do PCB — cuja "versão oficial" foi apresentada como "suicídio":
Albertino José de Oliveira, Antogildo Pascoal Viana, Bernardino Saraiva, Carlos Schirmer, Dilermano Mello do Nascimento, José de Souza e Edu Barreto Leite.

Manifestações de rua

Ari de Oliveira Mendes Cunha, Ivan Rocha Aguiar, Jonas José de Albuquerque Barros e Labibe Elias Abduch.

Executados e outras causas

Alfeu de Alcântara Monteiro, Manoel Alves de Oliveira, Otávio Soares da Cunha, Augusto Soares da Cunha e Benedito Pereira Serra.

A Comissão e os limites da lei

Como se sabe, a Lei 9.140/95 não prevê a reparação de todas as vítimas da violência política. Como se viu nos outros capítulos, a maioria da Comissão Especial, apesar de tais limitações, conseguiu responsabilizar o Estado em vários casos nos quais militantes políticos custodiados por agentes públicos foram executados arbitrariamente, independentemente do lugar em que se encontravam, inclusive locais abertos.
A Lei 9.140/95, contudo, não contemplou os que foram vítimas de repressão de rua ou da violência política generalizada, inclusive os que tombaram em combate, os que, apesar de torturados e barbarizados, vieram a morrer algum tempo depois de terem saído da prisão, os que foram mortos pela esquerda, os que viriam a perder o prazo para requerimento junto à Comissão Especial, entre outros.
Na reação ao golpe militar, por exemplo, várias pessoas morreram em decorrência de "balas perdidas" ou de disparos feitos contra a multidão. Infelizmente, a maioria da Comissão Especial, embora repudiando a repressão a movimentos legítimos de protesto, entendeu que não havendo a intencionalidade do agente do Estado para matar "aquela determinada pessoa", a Lei 9.140/95 não se aplicaria. Só se responsabilizaria o Estado pela morte, nos termos da lei, quando ficasse provado que a vítima estava sob domínio direto dos agentes do poder público.

Desse modo, como se verá, foram indeferidos os requerimentos relativos a Ivan Rocha Aguiar e Labibe Abduch. Outros dois mortos em manifestações de rua nesse período de 1964 não foram apreciados, seja por não ter sido feito o requerimento pela família (caso de Ari de Oliveira Mendes Cunha), seja por ter a família entrado com o processo após o encerramento do prazo (14 de maio de 1996), como ocorreu no caso de Jonas José de Albuquerque Barros.

Movimento estudantil

Somente de março a outubro de 1968, época das grandes passeatas e protestos do movimento estudantil, 11 pessoas foram mortas em manifestações de rua (não somente estudantes), baleadas por agentes policiais e membros de grupos paramilitares de direita (havia um 12º nome, Benedito Frazão Dutra, dado como morto no *Dossiê*, mas que se encontra vivo, segundo se descobriu durante os trabalhos da Comissão Especial).
Os estudantes brasileiros já vinham se manifestando contra o regime desde os primeiros momentos após o golpe militar. Entre 1965 e 1966, grande número de entidades de base ressurgiu e aumentou a ocorrência de protestos e de lutas reivindicatórias. A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi reorganizada em 1966 em um congresso clandestino em Belo Horizonte. A Ação Popular lançou o Movimento Contra a Ditadura (MCD). Em todo o país as esquerdas disputavam entre si as entidades estudantis ou faziam alianças para reorganizá-las. Em 1967 já eram freqüentes as manifestações estudantis: protestos contra o alto número de "excedentes" (estudantes que eram aprovados nos vestibulares, mas as faculdades não dispunham de vagas para matriculá-los); contra o Acordo MEC-Usaid; contra prisões de políticos, estudantes e oposicionistas em geral; contra a Guerra do Vietnã; contra a censura e várias outras manifestações do arbítrio da ditadura.
Prisões de estudantes após passeatas, atos públicos e ocupações de faculdades eram freqüentes, assim como os carros brucutus, as sirenes, as bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, os cassetetes "tamanho família".
As mortes já citadas dos estudantes Ivan Rocha Aguiar e Jonas José Albuquerque Barros, em 1º de abril de 1964, foram as únicas ocorridas até março de 1968. (Outras mortes oficiais, também já indicadas, foram as de militares contrários à ditadura, sindicalistas e camponeses, militantes de esquerda e de pessoas de militância desconhecida).

Antes do AI-5

As ações repressivas começaram a endurecer em 1968, bem antes do AI-5.
No dia 28 de março, o jovem Edson Luiz de Lima Souto foi assassinado por policiais no restaurante estudantil Calabouço, no Rio de Janeiro. No mesmo momento, outros estudantes foram feridos à bala: Benedito Frazão Dutra (dado

como morto no *Dossiê*), Telmo Matos Henriques, Antunes Inácio de Paulo, Walmir Bittencourt, Olavo Nascimento, Francisco Dias Pinto.
A morte de Edson Luiz produziu mobilizações sem precedentes desde o Golpe Militar de 1964. No dia 1° de abril realizou-se no Rio de Janeiro uma passeata com milhares de pessoas e houve manifestações de protesto em todo o país. No Rio, foram mortos a tiros Jorge Aprígio de Paula e David de Souza Meira. Em Goiânia, Ornalino Cândido da Silva.
No dia 21 de junho, foi morta a tiros pela polícia carioca Maria Ângela Ribeiro. Manoel Rodrigues Ferreira foi ferido na cabeça, vindo a morrer no dia 5 de agosto. Fernando da Silva Lembo também foi morto a tiros.
No dia 22 de outubro, o estudante de Medicina Luiz Paulo Cruz Nunes foi perseguido e morto dentro do Hospital Pedro Ernesto.
No dia seguinte, o Rio de Janeiro foi ocupado por forças policiais militares para impedir as manifestações de protesto. Mais duas mortes: Clóvis Dias Amorim e Luiz Carlos Augusto.
Foram nove mortos no Rio, um em Goiânia, e outro em São Paulo, José Guimarães, abatido por um tiro disparado por um alcagüete do Dops na Rua Maria Antônia.
A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, a Comissão Nacional de Familiares, os Grupos Tortura Nunca Mais, os juristas democráticos e outros setores sociais queriam uma lei de reparação mais ampla, que contemplasse as vítimas da violência política durante o período ditatorial.
Como se sabe, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso optou por lei mais restritiva, circunscrevendo a responsabilidade do Estado às mortes ocorridas em dependências policiais ou assemelhadas.
Deste modo, das 11 pessoas vítimas da brutalidade da repressão às manifestações de rua, a Comissão Especial recusou a maioria. Apenas três casos foram aprovados. Mesmo condenando a repressão e lamentando as mortes, a maioria da Comissão, contra os votos de Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda, decidiu que no âmbito desta Lei 9.140/95 não era possível reconhecer essas vítimas — os três casos admitidos foram: Edson Luiz de Lima Souto, Ornalino Cândido da Silva e Luiz Paulo Cruz Nunes.
Por serem similares, todos os casos de rua foram para um único relator, João Grandino Rodas, que propôs o indeferimento de todos, exceto o de Luiz Paulo Cruz Nunes. Nilmário Miranda pediu vistas dos processos de Ornalino Cândido da Silva e Edson Luiz de Lima Souto, que acabaram sendo aprovados.
As famílias de Maria Ângela Ribeiro e Fernando da Silva Lembo não requereram à Comissão Especial, e seus casos não foram apreciados.

Movimento dos trabalhadores

Em 1968, as greves de Osasco, no Estado de São Paulo, e de Contagem, em Minas Gerais, representaram pontos altos da resistência dos trabalhadores à

ditadura e do surgimento de um novo sindicalismo. Houve intensa repressão, com a prisão de centenas de trabalhadores, mas não se tem notícia da ocorrência de mortes durante essas lutas.
A partir de 1977, com o ressurgimento das greves e manifestações mais intensivas dos trabalhadores urbanos e rurais, inclusive com as históricas greves no ABC paulista, a repressão se intensificou contra o movimento de massa. As greves estavam proibidas. Líderes sindicais eram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Assalariados rurais também passaram a fazer greves. Na repressão a esses movimentos sucederam-se várias mortes. Em 1979, foram mortos três operários de Minas Gerais (Orocílio Martins Gonçalves, da construção civil; Benedito Gonçalves, metalúrgico da Companhia Siderúrgica Paim, em Divinópolis; e Guido Leão, da Fiat, em Betim) e um de São Paulo, (Santo Dias da Silva, metalúrgico).
Em 1980 foram assassinados dois líderes sindicais rurais em áreas de conflito de terra (Raimundo Ferreira Lima e Wilson de Souza Pinheiro).
Como o período compreendido pela Lei 9.140/95 vai de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, só três casos seriam enquadrados nela: Orocílio Martins Gonçalves, Benedito Gonçalves e Guido Leão (cuja família não requereu). Os dois primeiros foram indeferidos pela Comissão Especial, contra os votos de Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda.

Mortos na rua

Labibe Elias Abduch (1899 - 1/4/1964)

Labibe Abduch tinha 65 anos. No dia 1° de abril saiu às ruas, como milhares de manifestantes. Estava ao lado do busto de Paulo de Frontin, na Cinelândia, Rio de Janeiro, quando foi atingida por um disparo que transfixou seu tórax. Seu filho Nicolau (então com 47 anos) declarou à revista *O Cruzeiro*: "Mamãe nunca foi manifestante ou agitadora. Apenas saiu de casa para dar uma volta e ouvir notícias do Sul, a meu respeito, pois ouvira dizer de muitas mortes no Sul". Às 2h55 Labibe faleceu no Hospital Souza Aguiar. Ia ser enterrada como indigente. Luiz Leite de Medeiros era casado com a neta de Labibe, Ivanosca. Foi ele quem leu a notícia da morte da avó de sua mulher e avisou à sua sogra, Helena, e aos outros dois filhos, Nicolau e Maria.
O Cruzeiro de 10/4/64 descreveu: "14 horas. É o sangue. A multidão tenta, mais uma vez, invadir e depredar o Clube Militar. Um carro de choque da PM posta-se diante do Clube. O povo presente vaia os soldados. Mais tarde choques do Exército, chamados pelo marechal Magersi, presidente do Clube Militar, dispersam os agitadores. Que voltam à recarga, pouco depois (para sua infelicidade) repelidos à bala, deixam em campo feridos, vários manifestantes, entre eles Labibe Abduch e Ari Oliveira Mendes Cunha, que morreram às 22h no Pronto-Socorro".

Indeferimento

O parecer de João Grandino Rodas propõe o indeferimento, acatado por 5 x 2, por não estar preenchido o requisito da militância política e porque, a seu juízo, "não teria sido necessário um cerco de tal monta, que tivesse equivalido na prática a um sítio total e absoluto (...) O teor da reportagem não aponta para uma multidão dominada por forças policiais. Fala, ao contrário, em ataque e depredação por parte de civis. (...) Não há provas de que a vítima estivesse subjugada".
Luís Francisco da Silva Carvalho Filho solicitou vistas e chegou à mesma conclusão que Grandino Rodas: "Labibe Abduch é uma vítima da violência política dominante no país, mas não existe prova de que foi atingida quando se encontrava sob domínio direto de agentes do poder público (...)".
Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda votaram pelo reconhecimento: "A morte de Labibe Abduch ocorreu durante um cerco policial, quando os agentes públicos tinham completo domínio da situação". Foram voto vencido.

Baleado pelo CCC

Ari de Oliveira Mendes Cunha (?- 1/4/1964)

"Morto em 1° de abril de 1964, em escaramuças de rua, quando populares tentavam se opor ao golpe militar, no Rio de Janeiro, próximo ao Largo do Caco, na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ). Foram cercados pelo Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que atirou bombas e metralhou o prédio. Dois populares que se encontravam nas proximidades foram baleados.
Ari foi levado para o Hospital Souza Aguiar, onde veio a falecer. Seu corpo deu entrada no IML/RJ em 2 de abril de 1964, com a Guia n.° 137".
A família de Ari não foi localizada e não requereu o reconhecimento da sua morte na Comissão Especial.

Tiro acidental

Antônio Carlos Silveira Alves (? - 1/4/1964)

O caso está registrado no *Dossiê*, mas não foi submetido à Comissão Especial.
Antônio Carlos Silveira Alves era estudante da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.
Morto em 1° de abril de 1964, quando organizava, juntamente com outros companheiros, a resistência ao golpe militar. A arma que conduzia disparou, matando-o com um tiro no estômago. Vários estudantes que, em 1° de abril de 1964 ocuparam o Centro Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito (Caco) para resistirem ao golpe, foram testemunhas do acidente que vitimou Antônio Carlos.

Secundarista no Recife

Jonas José de Albuquerque Barros (? - 1/4/1964)

"Estudante secundarista. Morto a tiros em manifestação de rua contra o golpe militar, em 1° de abril de 1964, no Recife, conforme denúncia do livro *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi*, de Paulo Cavalcanti.
Sua família só entrou com o requerimento após o prazo. Foi dado entrada com o pedido no dia 29 de maio de 1996, 15 dias após o encerramento do prazo para requerimento. O caso foi indeferido, independentemente do mérito.

União de Palmares

Ivan Rocha Aguiar (14/12/1941 - 1/4/1964)

Ivan era um ativista de esquerda em Pernambuco. Militava no movimento secundarista; foi secretário do governo Joaquim Nabuco e vice-presidente da União dos Estudantes de Palmares.
De acordo com o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, "foi morto a tiros em manifestação de rua contra o golpe militar, em 1° de abril de 1964, no Recife, Pernambuco, conforme denúncia do livro *O Caso Eu Conto Como o Caso Foi*, de Paulo Cavalcanti".
O Atestado de Óbito informa que Ivan faleceu por "hemorragia interna decorrente de ferimentos transfixantes do hemitórax direito, por projétil de arma de fogo".
Designado relator, dr. Grandino Rodas propôs o indeferimento com base na seguinte argumentação:
"As notícias, manchetes e títulos jornalísticos da época comprovam a vontade política dos que então chegavam ao poder, de reprimir policialmente e de tratar duramente os contestadores do regime nascente. Esses objetivos não podem, por si, comprovar que as ruas do Recife se tenham transformado em dependência policial ou assemelhada. Seriam necessárias outras provas específicas, que viessem corroborar que houve um cerco de tal monta que tivesse equivalido a um sítio total e absoluto".
Suzana Keniger Lisbôa pediu vistas ao processo e em 7 de agosto de 1997 apresentou seu voto pelo deferimento:
"A violência do golpe militar estendeu-se por todo o país, em especial no Nordeste". A relatora juntou ao processo depoimento do advogado Oswaldo Oliveira Coelho Filho, feito na Secretaria de Justiça de Pernambuco. O advogado era, então, ativista estudantil:
"Desde o dia 31 de março, os estudantes estavam reunidos em vigília cívica na Escola de Engenharia, na Rua do Hospício; (...) no dia 1° de abril, forças do Exército e da Polícia Militar, com o desfecho do golpe militar partido de Minas Gerais, ocuparam os pontos estratégicos do Recife, inclusive os edifícios

públicos do centro da cidade, e cercaram o Palácio do Campo das Princesas; às 14h, uma tropa do Exército invadiu a Escola de Engenharia, expulsando de lá os estudantes, que, em passeata, foram pela Rua do Hospício". Procuraram atingir o Palácio do Campo das Princesas, para solidarizar-se com o governador Miguel Arraes, já refém dos golpistas.
"Seguindo a passeata em direção ao Palácio, se defrontou com um piquete da Polícia Militar e do Exército em frente do edifício JK; (...) impedidos de alcançar seu objetivo (...) os estudantes, ainda portando a bandeira brasileira (...) em ato já de impotência e desespero, passaram a gritar contra os soldados e a jogar-lhes pedras e cocos vazios; (...) o piquete militar fez disparos diretamente contra os estudantes, ocasião em que tombaram com tiros de revólveres nos rostos os estudantes Jonas José de Albuquerque Barros e Ivan da Rocha Aguiar."
Suzana Keniger Lisbôa cita a imprensa da época para desmontar que as ruas da cidade estavam tomadas por esquadrões de infantaria e carros de combate e que os manifestantes valeram-se de gritos, ofensas, cocos vazios e pedras. Os efetivos militares poderiam "ter disparado mais tiros para o alto, poderiam até ter espancado os manifestantes, poderiam qualquer coisa, já que o cerco era total, as ruas estavam tomadas" (...) "As mortes ocorridas demonstram que não houve, por parte dos que atiraram, a intenção de dispersar os manifestantes, mas sim de executá-los (...) ".
O requerimento do pai, Severino de Aguiar Pereira, foi indeferido por 4 x 3, de Suzana Keniger Lisbôa, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho e Nilmário Miranda.
Ivan Rocha Aguiar tinha 22 anos, nasceu em Triunfo/PE, em 14/12/41.

Sem informações

José Sabino (? - 16/5/1966)

O *Dossiê* relata sobre o caso: Militância política desconhecida. O corpo de José Sabino entrou no IML/RJ, em 19 de maio de 1966 (data de sua morte), pela Guia nº 03, do Hospital Paulino Werneck, após ter sido ferido à bala em manifestação de rua no Rio de Janeiro, reprimida pela polícia. A família não recorreu à Comissão Especial.

Comoção nacional

Edson Luiz de Lima Souto (? - 28/3/1968)

O caso Edson Luiz de Lima Souto foi aprovado por 4 x 3. O relator Grandino Rodas propôs o indeferimento. Nilmário Miranda pediu vistas do processo. Miguel Reale desempatou.
Grandino considerou não satisfeita uma das exigências para o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte do estudante que gerou as maiores manifestações de protesto desde 1964, culminando na Passeata dos 100 mil: aceitou como militância a participação de Edson Luiz no movimento estudantil; a morte ocorreu dentro do período fixado na lei; e o falecimento decorreu de causa não-natural.
Sobre a exigência não satisfeita, disse Grandino Rodas:

> Falta a análise do último elemento, o falecimento em dependências policiais ou assemelhadas. Tendo Edson falecido na rua, não o foi em dependência policial. Resta, pois, analisar se sua morte se deu em dependência assemelhada.
> É consabido que os então detentores do poder reprimiam policialmente e tratavam duramente os contestadores do regime. Estes objetivos, mesmo que materializados, não podem por si comprovar que as ruas do Rio de Janeiro se tenham transformado em dependência policial assemelhada.

No voto sobre o caso Luiz Paulo Cruz Nunes — o único que propôs deferimento dos 11 mortos em passeatas e manifestações —, o mesmo relator entendeu que:

> havia nos autos provas específicas que viessem a corroborar que houve em cerco de tal monta que tivesse equivalido, na prática, a um sítio total e absoluto. No caso de Edson Luiz, essa prova inexiste nos autos, ficando, a meu ver, o julgador impossibilitado de basear o seu julgamento em ilações genéricas. Não havendo no processo provas de que na manifestação em que Edson foi baleado tinha havido subjugação completa dos manifestantes, não há que se falar em dependência policial assemelhada.

Tendo pedido vistas, Nilmário Miranda buscou nos autos elementos específicos que tivessem escapado ao relator.

Primeira prova

Edson Luiz não morreu na rua, e sim dentro do Restaurante do Calabouço, invadido pela Polícia Militar. A *Fatos e Fotos* descreve minuciosamente o que ocorreu naquele 28 de março:

Os estudantes que costumavam almoçar no Restaurante Calabouço vinham fazendo manifestações quase diárias, pedindo melhores instalações e melhor comida. Para o dia 28, quinta-feira à noite, estava programada mais uma passeata. Às 18h, quando o jantar começou a ser servido e algumas turmas ainda estavam em aula no Instituto Cooperativo de Ensino, tudo parecia calmo. A polícia andava por perto, vigiando como sempre. Edson Luiz apareceu na fila,

bandejão na mão, esperando a vez de ser servido. Ele ia participar da passeata e ainda tinha de preparar alguns cartazes. De repente, começou a correria. A bandeja escapou de suas mãos e um cassetete caiu sobre seus ombros. O pânico estava formado. O barracão improvisado para os estudantes nos fundos da Secretaria de Economia do Estado foi invadido pela Polícia Militar. Tiros eram disparados para o ar. Os estudantes respondiam com paus e pedras. Foi quando Edson Luiz caiu, abatido por um disparo à queima-roupa. A bala varou seu coração e se alojou na espinha". Segue a Fatos e Fotos*: " (...) As versões sobre a morte de Edson Luiz são controvertidas. Uma delas diz que um tenente alto e gordo, Alcindo Costa, ia à frente da guarda, recebeu uma pedrada e perdeu a cabeça. Abriu fogo sobre o rapaz. Em questão de minutos também saíram feridos o estudante Benedito Frazão Dutra e o comerciário Telmo Matos Henrique. Segundo outra versão, a tropa chefiada pelo tenente Alcindo já entrara na sala de refeições em formação fechada de ataque.*

Segunda prova

Os policiais militares atiraram para o alto, mas também visaram os estudantes. O *Jornal do Brasil* do dia 30 de março, traz como título de uma matéria: "Peritos provam que polícia não atirou só para o alto". São analisadas as marcas de tiros pelos edifícios e locais onde tudo aconteceu, "algumas a apenas 1 metro do solo (...) evidência de que os tiros dados pelos policiais não foram somente para o alto e para espantar; alguns visavam os próprios estudantes". O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* relata que saíram feridos à bala Benedito Frazão Dutra, Telmo Matos Henrique, Antônio Inácio de Paulo, Walmir Bittencourt, Olavo Nascimento e Francisco Dias Pinto.

Terceira prova

O laudo de necropsia confirma que foi um tiro único no peito esquerdo que transfixou o coração e o pulmão direito. Descreve a trajetória da bala: da esquerda para a direita, de frente para trás, ligeiramente de cima para baixo. Edson Luiz media 1,59m e a bala penetrou a 1,27m da planta dos pés. Foi alvejado pelo tenente alto e gordo, o que explica a trajetória de cima para baixo. O laudo descreve ainda que o "membro superior esquerdo exibe no dorso da mão, entre a 2ª e 3ª articulações metacarpo falangeadas, arrancamento da epiderme que mede 10mm" o que indica reação de defesa. Não foi um tiro a esmo, disparado em legítima defesa por policiais atacados. A imprensa usa sempre a expressão "à queima-roupa".

Quarta razão

Fatos e Fotos revela que o governador Negrão de Lima demitiu o secretário de Segurança General Niemayer — que ordenou a invasão e o uso de armas — e mandou prender os integrantes do Batalhão Motorizado. Não exoneraria o general Niemayer nem mandaria prender os soldados se não tivesse havido abusos, excessos e violência desmedida.

Quinto argumento

O general Niemayer justificou-se dizendo que "a guarda estava inferiorizada em potência de fogo (...)". Perguntado, esclareceu que "potência de fogo é tudo aquilo que nos agride, era pedra". Isto não é verdade. Os policiais militares estavam em flagrante superioridade. Os estudantes estavam em pequeno número, encurralados no Restaurante Central dos Estudantes.
O Metropolitano disse:

Naquela tarde de 28 de março, os comensais do Calabouço não faziam outra coisa senão protestar publicamente contra este nojento estado de coisas (fedor que vem dos banheiros, poeira que levanta do chão imundo do Restaurante Central dos Estudantes). Pouco depois chegou um choque da Polícia Militar. Eram 25 homens mal preparados psicologicamente. Após uma primeira refrega, os guardas viram que não poderiam conter a massa que exigia liberdade de manifestação. Recebendo ordem do general Niemayer, o tenente Raposo, que comandava o choque, (...) avançou furiosamente de arma na mão.

Conclui Nilmário Miranda:

> A ação da PM não foi defensiva; os estudantes não estavam armados; as manifestações eram pequenas e previsíveis; não se tratava de uma grande massa, mas de grupos. Os estudantes estavam cercados. Os PMs estavam em superioridade, uma vez que só eles dispunham de armas. Poderiam ter requerido a presença de um número maior de policiais para uma ação dissuasória, usando apenas cassetetes e protegendo-se de pedras com seus escudos. A morte de Edson Luiz não veio de um tiro a esmo, de uma bala perdida. O disparo que o vitimou, segundo o laudo, foi de cima para baixo, de frente para trás, a pequena distância (já que apresentava um arrancamento da pele do dorso da mão — gesto de defesa). A imprensa descreveu o tiro "à queima-roupa". Os policiais foram recriminados, detidos; o general Niemayer foi exonerado. A violência contra este estudante provocou uma onda de indignação sem precedentes e de manifestações em todo o país. "Voto, pois, pelo acolhimento do pedido de Maria de Belém Souto Rocha".

Seu parecer foi acolhido por 4 x 3.
Grandino Rodas manteve seu voto contrário. Reconheceu que a morte se deu em local fechado, mas sustentou que "o confronto existiu, entre pedras e metralhadoras". Não viu nesse caso uma execução.
Paulo Gonet Branco também considerou que a morte não se deu em dependência policial ou assemelhada, e votou contra.

O general Oswaldo Gomes disse que o caso Edson Luiz não estava afeto à Lei 9.140/95, até porque o governador do Rio era Negrão de Lima, da oposição, e que não representava o Governo Federal. Não houve cerco. Pedras são agressão e quem reprime manifestações agressivas deve atirar, inclusive visando líderes em autodefesa. Votou contra.
Suzana Keniger Lisbôa votou pelo acolhimento e historiou que:

> o caso Edson Luiz foi o primeiro de uma série de mortes em 1968 para conter a insatisfação popular que os estudantes representaram. Há provas de uma deliberação para matar.

Luís Francisco da Silva Carvalho Filho: Compartilhou as dúvidas de Grandino Rodas sobre se houve ou não execução, pois esta supõe que o autor quer matar aquela pessoa. Concordou com Nilmário Miranda de que houve cerco ao Calabouço; que bastaria fechar a saída; viu similaridade com o caso Luiz Paulo Cruz Nunes. Votou a favor, empatando.
Miguel Reale contestou o general, afirmando que em 1968 já havia a subordinação da PM ao Exército, desse modo, nem sempre o governador tinha controle sobre a PM. Considerou a invasão do Calabouço pela PM um risco dispensável e relevou o ambiente fechado. Votou a favor do requerimento da mãe de Edson Luiz.

Coração de estudante

Milhares de pessoas compareceram ao enterro de Edson Luiz no Rio de Janeiro. Anos mais tarde, Milton Nascimento compôs 'Coração de estudante', em memória daquele momento. (Marcelo Ridenti, em *Rebeldes e Contestadores*, 1999 - Editora Fundação Perseu Abramo).

Semelhança fatal

Ornalino Cândido da Silva (1949 - 1/4/1968)

Ornalino foi assassinado no dia 1° de abril de 1968. Tinha 19 anos. Era lavador de carros.
No dia 1° de abril de 1968 ocorreram manifestações estudantis e populares em todo o país, como protesto pela morte de Edson Luiz de Lima Souto, no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968, no Calabouço.
Em Goiânia, segundo o jornal *O Social,* de 2 de abril, noticiava que, na véspera: "Traindo a palavra empenhada ao arcebispo Metropolitano e ao bispo auxiliar de Goiânia, o cel. Pitanga, secretário de Segurança Pública de Goiás e comandante da Polícia Militar, determinou que seus comandados armassem criminosa cilada contra os estudantes, que após o comício retiravam-se pacificamente, rumo à Faculdade de Direito. Depois de prometer que não haveria repressão, o governo mandou que seus asseclas investissem contra os estudantes e o povo. Cenas indescritíveis de violência tiveram por palco o centro da cidade. Armados com fuzis, metralhadoras, bombas, cassetetes e revólveres, os militares cometeram toda a sorte de violências, culminando com o fuzilamento de um transeunte, que, alheio ao movimento estudantil, postava-se nas imediações do Mercado Central, quando foi mortalmente atingido por um sargento da Polícia Militar, que, deliberadamente, sacou seu revólver, apontou para o jovem desconhecido e acionou o gatilho, julgando, talvez, tratar-se do líder estudantil Euler Vieira, dada a semelhança física entre o desconhecido e o estudante".

Logo abaixo, *O Social* traz um título ilustrativo: "Pitanga: a ordem é atirar mesmo". *O Social* ainda não sabia que se tratava de Ornalino. A família teve dificuldades para reconhecer e recuperar o corpo. Se fosse um transeunte morto por engano, dada sua semelhança física com Euler Ivo Vieira, líder estudantil mais destacado, já poderia se enquadrar na Lei 9.140/95, que fala de pessoas participantes ou acusadas de participação em atividades políticas.
Olga D'Arc Pimentel, em entrevista concedida em 1988, rememorando o movimento estudantil de 1968, do qual era uma das lideranças, conta:
"E a repressão?
Enfrentamos a repressão pela primeira vez, pra valer, por ocasião da morte de Edson Luiz. Fizemos em Goiânia uma passeata de protesto e solidariedade aos companheiros do Rio. A polícia veio firme contra nós, chegando até a assassinar um estudante que era engraxate, secundarista de 16 anos, muito parecido com uma grande liderança da época, chamado Euler Ivo".
O próprio Euler declarou: "conheceu Ornalino Cândido da Silva. No dia 1° de abril de 1968 houve grande assembléia no DCE (...) onde se preparou ato de protesto — na Praça dos Bandeirantes. O governo fez anunciar que a passeata estava proibida e que quem fosse lá seria reprimido. Criou-se um clima de grande tensão. Ele era presidente do Grêmio do Colégio Pedro Gomes. A Praça dos Bandeirantes estava toda cercada por soldados da Polícia Militar e do Exército. Os manifestantes foram cercados por soldados ombro a ombro, armados com fuzis. Foi procurado por policiais civis que lhe disseram para dali se afastar, porque havia ordem de matá-lo naquela manifestação. Ele supôs que essa ameaça fosse apenas para intimidá-lo. Elza, sua prima, acompanhada de outro agente de polícia, disse-lhe para sair dali porque soube (...) que havia a decisão de matá-lo. Através de pessoa que o conhecia e trabalhava na padaria A Siciliana, localizada defronte onde ocorreu a morte, soube que Ornalino teria sido morto quando, juntamente com a multidão, fugia ao cerco policial e (...) que policiais corriam gritando 'pega o Euler, olha o Euler', sendo que vários policiais atiraram no indivíduo, posteriormente identificado como Ornalino Cândido da Silva. Em seguida, um policial foi até o Mercado Central, onde trabalhava o irmão do depoente, Fausto, e disse-lhe que seu irmão, Euler Ivo, havia sido morto".

O cantor Itamar Correia Viana era membro da diretoria do Grêmio Luterano Félix de Bulhões. Conheceu Ornalino e participou com ele de 'comícios relâmpago'. Ornalino levava panfletos e manifestos onde aconteciam os 'comícios relâmpago' e lá deixava esses materiais escondidos. Itamar viu Ornalino no comício, desde a concentração na Avenida Goiás até o Mercado Central, onde ocorreu a dispersão e presenciou alguns militares correndo atrás dele e dizendo "atira, atira que ele é o Euler Ivo".
A viúva, Maria Divina, ficou sabendo da morte de Ornalino por intermédio de um PM. Ao deixar a casa no dia em que morreu, disse à sua companheira que iria participar da manifestação. Ornalino, tempos antes, participara de uma manifestação no Colégio Liceu de Goiânia, quando chegou com um ferimento na cabeça e disse-lhe que tinha sido uma "cacetada". Quando ele morreu, policiais foram à sua casa e ofereceram-lhe dinheiro para que dissesse que os próprios estudantes é que o tinham matado, mas ela não aceitou.
Allan Kardec Pimentel, que era presidente do Grêmio do mais importante colégio e um dos coordenadores da manifestação de 1° de abril, declarou que: "Conheceu Ornalino, lavador de carros, que trabalhava no centro. As atividades culturais e recreativas do Grêmio atraíam aqueles que nós chamávamos de 'lúmpen-proletariado'. Ornalino era um deles. Ele tinha extrema semelhança com Euler Ivo. Allan chegou a vê-lo ao lado de Itamar Correia no dia da grande manifestação. Ele conta: 'No dia 1° de abril após nos concentrarmos na Praça dos Bandeirantes, fomos cercados, ombro a ombro, por tropas de PM, PF, Dops e agentes secretos das FFAAs. Ornalino, como todos, esteve naquela praça participando do ato e seguramente foi confundido com Euler Ivo Vieira, sendo sumariamente executado, fato registrado pela imprensa nacional'".

Decisão

O relator Grandino Rodas, alegando não ter sido preenchido o requisito da militância, propôs o indeferimento. Nilmário Miranda pediu vistas ao processo e propôs o acolhimento do caso, mostrando que Ornalino fora perseguido e morto por ter sido confundido com Euler Ivo. O general Oswaldo Gomes também pediu vistas ao processo e na 21ª reunião da Comissão Especial propôs o indeferimento. Paulo Gonet Branco acompanhou os votos do relator e do general, argumentando que "rua não é dependência assemelhada". Luís Francisco votou a favor do reconhecimento, considerando tratar-se de erro de pessoa: queriam matar Euler Ivo e acabaram matando Ornalino. Suzana Keniger Lisbôa, com base no *Dossiê*, também votou a favor do acolhimento. Miguel Reale, presidente da Comissão, desempatou. Em seu voto, leu notícia de *O Social,* de 2 de abril de 1968, no qual está escrito que Ornalino fora confundido com Euler Ivo e, por isso, executado por um sargento da PM.

Passeata dos 100 mil

David Souza Meira (? - 1/4/1968)
Jorge Aprígio de Paula (? - 1/4/1968)

No dia 1° de abril de 1968, o Rio de Janeiro parou com a imensa manifestação cívica que entrou para a história com a Passeata dos 100 mil: de braços dados, intelectuais, artistas, estudantes, parlamentares, donas de casa, populares.
Após a passeata, várias manifestações continuaram, dispersas, por vários pontos da cidade. Um destes grupos dirigiu-se ao Palácio de Laguna, residência do ministro da Guerra, na Rua General Canabarro. Quando os manifestantes se aproximaram do Palácio da Laguna, os soldados da PE dispararam vários tiros contra a população. Jorge Aprígio de Paula, 29 anos, operário, solteiro, foi alvejado. Seu corpo deu entrada no IML no dia 2 de abril com Guia n° 15 da 18° Delegacia de Polícia. O médico-legista Ivan Nogueira Bastos fez o laudo de necropsia. Seu corpo foi retirado pela família e enterrado no Cemitério da Solidão. Seu irmão, José Arinos, tempos depois, tentou saber do IPM aberto para apurar a morte de Jorge Aprígio de Paula e ficou dois dias detido na 18ª DP, na Praça da Bandeira. Segundo ele, a participação de Jorge Aprígio de Paula nas manifestações populares não era fortuita. Jorge estava indignado com o assassinato do jovem Edson Luiz.
O relator Grandino Rodas reproduziu a tese de que em que pese os anúncios como "Exército manterá ordem e lei a todo custo" (*O Globo* 1/4/1968); "Polícia Militar vai reprimir" (*O Globo* 1/4/1968); "Exército adverte: arruaceiros serão tratados como inimigos da pátria"; "PM vem com Forças Armadas à rua" (*Diário de Notícias*) em que pese a existência de um clima de violência. A seu ver, isto é insuficiente para transformar as ruas do Rio em dependência policial assemelhada. É necessária a subjugação completa.
Votaram contra o indeferimento Nilmário Miranda, Suzana Keniger Lisbôa e Miguel Reale Jr.
David de Souza Meira era funcionário da Cia. de Navegação Costeira e no dia 1° de abril foi atingido por um tiro de metralhadora na Avenida Nilo Peçanha. Segundo a imprensa, recebeu um tiro à queima-roupa de policiais do Dops e da PM.
O *Correio da Manhã* de 2/4/1968: "Morte, 60 feridos, 200 prisões na GB — Exército ocupa a cidade" e "Por cinco horas e meia mais de 5 mil elementos da PM agrediram com violência nunca vista estudantes e populares e informa que David Souza Meira, 24 anos, escriturário da Cia. de Navegação Costeira foi atingido por um tiro de metralhadora na Avenida Nilo Peçanha".
Infelizmente, a irmã de David Souza Meira requereu o reconhecimento pela Lei 9.140/95 após o término do prazo legal, tendo-o enviado no dia 28 de maio de 1996. Daí o voto do relator Grandino Rodas ser pelo não-reconhecimento do requerimento.

Mais três vítimas

Manoel Rodrigues Ferreira (? - 21/6/1968)
Maria Ângela Ribeiro (? - 21/6/1968)
Fernando da Silva Lembo (? - 21/6/1968)

No dia 21 de junho de 1968, a repressão ao movimento estudantil no Rio fez três outras vítimas: Maria Ângela Ribeiro, Manoel Rodrigues Ferreira e Fernando da Silva Lembo.
A família de Maria Ângela Ribeiro não foi localizada pela Comissão Nacional de Familiares. Não houve, pois, requerimento à Comissão Especial, e seu caso não foi apreciado, assim como o de Fernando da Silva Lembo. A família apareceu só agora.
Manoel Rodrigues Ferreira era comerciário e estudante universitário. Foi ferido na cabeça por duas balas, na Avenida Rio Branco com Avenida Sete de Setembro. Nesse dia 21 de junho foi socorrido no Hospital Souza Aguiar. No dia 11 de julho foi transferido para a Casa de Saúde Santa Luzia, e em 29 de julho para o Hospital Samaritano, onde faleceu no dia 5 de agosto.
O juiz da 3ª Vara da Fazenda concedeu indenização contra o Estado do Rio de Janeiro e uma pensão de dois salários/mês. Foi enterrado pela família no Cemitério de Inhaúma (RJ).
Foi indeferido por 5 x 2, sendo vencidos os votos de Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda, foi indeferido.

Batalha da Maria Antônia

José Guimarães (1948 - 3/10/1968)

O CCC tinha um núcleo na Universidade Mackenzie com Otávio Gonçalves Moreira Jr., Raul *Careca* Nogueira Lima e outros, que posteriormente vincularam-se à Oban. Do outro lado da rua, na Maria Antônia, ficava a Faculdade de Filosofia da USP, uma das principais referências do movimento estudantil brasileiro.
No dia 3 de outubro de 1968, estalou um conflito que redundou na destruição da Faculdade de Filosofia e na morte do estudante José Guimarães.
Segundo o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos* (que por um erro compreensível o chamou de José Carlos Guimarães) foi "morto aos 20 anos no dia 3 de outubro, por membros do chamado CCC e o Deops paulista no conflito entre estudantes da Universidade Mackenzie e da Faculdade de Filosofia da USP, na Rua Maria Antônia (...) José foi morto pelo alcagüete do Deops Omi Ricardo".
O jornal *O Estado de S.Paulo* do dia 4 de outubro destacava que policiais civis e militares cercavam totalmente a área. Segundo depoimentos de líderes estudantis, as forças de segurança deixaram que o CCC atuasse com liberdade na

destruição da Filosofia. À morte de José Guimarães seguiram-se diversas manifestações de protesto em São Paulo.
Seu irmão veio de Poços de Caldas, dirigiu-se ao IML e conseguiu que o corpo do estudante fosse velado em casa, à Rua Pedro Taques, que foi isolada pelas forças de segurança. Para entrar na rua qualquer pessoa tinha que se identificar.
O relator Grandino Rodas, pelos argumentos já expostos em outros casos, concluiu que a morte de José Guimarães não se deu em dependência policial ou assemelhada, propondo o indeferimento. Declarando, contudo, que isso não diminuía a sua "repulsa ao ocorrido".
Contra o voto de Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda, o requerimento foi indeferido por 5 x 2.

Balas na cabeça

Luiz Paulo Cruz Nunes (? - 22/10/1968)
Clóvis Dias Amorim (1946 - 22/10/1968)
Luiz Carlos Augusto (? - 22/10/1968)

No dia 22 de outubro, os policiais encarregados da repressão às manifestações de rua voltaram a matar. O estudante de Medicina, estagiário de Patologia na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Cruz Nunes, foi assassinado dentro do Hospital Universitário, pelos policiais que o perseguiram desde a rua, baleado na cabeça a curta distância. Levado ao Hospital Pedro Ernesto em estado desesperador, baldados foram os esforços para salvá-lo.
No dia seguinte, explodem novamente os protestos em vários pontos do Rio. Mais mortos, mais feridos, mais presos, mais violência.
Clóvis Dias Amorim, 22 anos, operário da Cia. Antarctica Paulista, foi morto por agentes do Dops ocupantes de uma viatura verde, encostada ao lado do jipe de comando da PM, com um tiro no pescoço.
Luiz Paulo, tiro na cabeça. Clóvis, tiro no pescoço. No mesmo dia, na mesma manifestação, Luiz Carlos Augusto saiu à janela de onde trabalhava e foi mortalmente atingido por uma "bala perdida".
A imprensa toda registrou a brutalidade da repressão policial: *Última Hora*: "Repressão mata mais dois no protesto de rua". *Correio da Manhã*: "Repressão mata mais dois. Um escriturário e um operário foram mortos ontem à tarde na Avenida Presidente Vargas quando a Polícia Militar dissolveu uma passeata com rajadas de metralhadora e tiros de calibre 38 e 45. *O Globo*: "Comerciário fora à rua ver a luta e um tiro o atingiu, enquanto o operário morreu na rua, envolvido na luta". *O Jornal:* "Prosseguiram com saldo trágico no seu segundo dia os conflitos entre policiais e estudantes no Rio, quando,

por volta de 15h de ontem cerca de 400 soldados da PM ocuparam a Praça Onze, dispostos a dispersar a manifestação".
O relator Grandino Rodas propôs o deferimento no caso de Luiz Paulo Cruz Nunes, destacando que sua morte não se deu na rua. A vítima estava completamente subjugada antes de ser eliminada. Com isso, aprovou o requerimento da família de Luiz Paulo e propôs o indeferimento dos demais.
Seu argumento: passeatas são grandes manifestações que congregam multidões, senhoras de planejar o próprio percurso.
Cercá-los e submetê-los totalmente exigiria força tamanha...
Luís Francisco da Silva Carvalho Filho solicitou vistas desses dois processos (Clóvis e Luiz Carlos Augusto), mas não viu provas de que "as vítimas estivessem sob domínio direto dos agentes do poder público".
Por 5 x 2, contra os votos de Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda, foram indeferidos.

Executados em 1964

Albertino José de Oliveira (? - 4/1964)

O *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a Partir de 1964* registra as seguintes informações sobre o caso: "Presidente das Ligas Camponesas de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. Desapareceu após o golpe militar de 64. Logo depois, seu corpo foi encontrado em estado de putrefação, nas matas do Engenho São José. Em nota oficial da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, foi dado a conhecimento público que Albertino havia se suicidado por envenenamento, não havendo qualquer indício que pudesse comprovar tal fato."
O nome de Albertino José de Oliveira, e de outros cujas famílias não recorreram, foi encaminhado à Comissão Especial por meio de representação feita pela Comissão de Familiares e Grupo Tortura Nunca Mais, visando a sua inclusão na Lei 9.140/95. O texto da lei, contudo, não permite essa representação ou titularidade política, o que obrigou a Comissão Especial a não tomar conhecimento dos mesmos.

Mortos pai e filho

Augusto Soares da Cunha (? - 1/4/1964)
Otávio Soares da Cunha (? - 4/4/1964)

Primeiro de abril de 1964. Em Governador Valadares, a tensão atingia o ponto máximo. Na antevéspera, 30 de março, um grupo de ruralistas radicalizados cercou a casa do lendário Chicão, sapateiro, militante do PCB, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ativista da reforma agrária. Houve troca de tiros. Caiu morto, em circunstâncias pouco claras, o genro do *coronel* Altino Machado.

Com o desencadeamento do golpe militar no dia seguinte, Valadares virou um "centro revolucionário" de onde partiam expedições policiais militares para várias cidades.
Às 8h do dia 1º de abril, o delegado tenente-coronel Paulo Reis, "em virtude do Estado de Guerra declarado pelo Exmo. General Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar", convocou ruralistas para "prestarem serviços de natureza policial, localizando e interceptando elementos comunistas e conduzi-los à Delegacia". Dentre os convocados estavam Maurílio Avelino de Oliveira, Lindolfo Rodrigues Coelho e Wander Campos. Todos tinham antecedentes de violência. Maurílio, o líder deste grupo, tinha prontuário com homicídio e tentativa de homicídio em Vassouras (RJ) e pela prática de lesões corporais em Guarani (MG). Lindolfo fora julgado por homicídio em Guanhães. Do prontuário de Wander Campos constava homicídio em Ferros.
Saindo dali, pouco depois, às 9h, os três dirigiram-se para a casa de Wilson Soares da Cunha para cumprir a "primeira diligência revolucionária", dispostos a tudo.
Wilson apoiava o trabalho de Chicão pela reforma agrária, participara de reuniões na Fazenda Ministério, era aliado do jornalista Carlos Olavo da Cunha, dono do jornal *Combate*. Wilson morava na Rua Osvaldo Cruz, 203, na Ilha dos Araújos. Seu pai, o velho Otávio Soares da Cunha, primeiro e mais conhecido farmacêutico da cidade, então com 70 anos, preocupado com a segurança de Wilson após os acidentes armados, convencera-o a sair da cidade por uns tempos, até as coisas se acalmarem.
Augusto, irmão, levaria Wilson e o velho no jipe Land Rover. O jipe estava sendo manobrado para sair em viagem quando a "patrulha revolucionária" chegou. Maurílio Avelino de Oliveira era bem conhecido da família, e, como tal, aproximou-se do jipe sem que Otávio e seus filhos suspeitassem da dissimulação. Já ao lado do jipe, Maurílio fez um sinal, previamente combinado. Wander Campos foi pelo lado do motorista e, agindo com o elemento surpresa, retirou o molho de chaves do jipe e, já de arma em punho, juntamente com Lindolfo, atirou nos ocupantes.
Augusto teve morte imediata. Wilson, tido como morto, gravemente ferido, sobreviveu. Seu Otávio, já alvejado, conseguiu sair do jipe e ainda tentou se arrastar até a casa do filho. Foi perseguido por Lindolfo, que o atingiu à queima-roupa no rosto. Faleceu três dias depois. Zalfa e a empregada, Eunice, horrorizadas, a tudo assistiram. Suplicou pela vida do marido, do cunhado e do sogro, dirigindo-se a Maurílio, que era o "amigo" da família: seu apelo foi ignorado e ela própria ameaçada. Cumprida a primeira etapa da sinistra missão, os três dirigiram-se ao hospital para matar o outro filho de Otávio, o médico Milton Soares. Este, protegido pelos médicos e enfermeiras, que ludibriaram Maurílio e seu grupo, conseguiu fugir.
O jornalista Agnaldo Freitas crê que a indignação e o choque causados pela morte estúpida de Otávio e do filho Augusto, ambos sem militância

política, inibiu a repetição de outras tragédias e levou à "desconvocação" dos ruralistas.
A viúva de Otávio, Guiomar Lara da Cunha, exigiu do tenente-coronel delegado Paulo Reis a abertura de inquérito e a investigação dos crimes. Posteriormente, ele disse ao *Estado de Minas* que o "inquérito foi de uma comicidade como nunca se viu".
Dois advogados famosos foram contratados: Pedro Aleixo e Antônio Carlos Ribeiro de Andradas. A família bradou e clamou nas ruas e conseguiu audiência com o então governador Magalhães Pinto.
Não foi preciso mais de três dias para a identificação e a denúncia contra os criminosos. O juiz Alves Peito decretou a prisão preventiva dos acusados, inclusive por serem reincidentes, a esta altura foragidos.
Caso o processo policial-jurídico seguisse seu curso, os homicidas seriam julgados pela Justiça Comum e os casos de Otávio e Augusto Soares da Cunha não viriam à Comissão Especial para obter a reparação. No entanto, a partir da decretação da prisão preventiva dos três ruralistas, travou-se uma batalha política para garantir a impunidade, envolvendo os dois principais chefes político-militares de Governador Valadares, os famosos e temidos *coronel* Altino Machado e o capitão Pedro Ferreira; o major Henrique Ferreira da Silva; a poderosa Associação dos Ruralistas, deputados estaduais e federais. Conseguiram seu intento: o coronel Gonçalves do Vale, valendo-se dos poderes conferidos por Ato Institucional, requisitou o processo da chacina, transferindo para a Justiça Militar a apuração das responsabilidades e o julgamento. Nesta esfera, julgavam obter impunidade para os criminosos.
Para dirimir o conflito de competência instaurado, o STF julgou competente a decisão da Justiça Militar por 4 x 3 (votaram contra Hermes Lima, Evandro Lins e Silva e Luiz Galotti, sendo que os dois primeiros foram compulsoriamente apresentados pelos militares no poder). Prevaleceu a tese de que os acusados prestaram serviços de natureza policial: "Os acusados Maurílio Avelino de Oliveira e outros foram convocados pelas autoridades militares para prestar serviço de natureza policial naquela cidade. Na ocasião destas atividades e em repressão a fatos tidos como subversivos, assassinaram os dois e feriram outro.
Estabelecida a competência da Justiça Militar, foi designado o major Célio Faleiros para chefiar o IPM (Inquérito Policial Militar). O promotor titular da Justiça Militar, Felipe Luiz Palleta Filho, foi substituído pelo promotor Joaquim Simeão de Faria e foi afastado o juiz-auditor para que o juiz substituto, Waldemar Lucas de Carvalho, atuasse no processo.
O Conselho Extraordinário da Justiça Militar decidiu não acatar a decretação da prisão preventiva; negou o requerimento da viúva para que os advogados Antônio Carlos Ribeiro Castro, Jadir Brito da Silva e José Osvaldo de Oliveira fossem admitidos como assistentes da acusação.

O promotor substituto Simeão de Faria ofereceu ao Conselho Extraordinário uma alternativa: "Se os membros do Conselho entendessem que os réus agiram no estrito cumprimento do dever legal", que "o choque se deu entre comunistas ativistas, deveis absolvê-los". Se, entretanto, entendessem que "passado e vitorioso o Movimento Revolucionário de 31 de março, razão não mais existia para se atirar contra mesmo quem fosse comunista ativista" e que os "três acusados cometeram homicídio qualificado, então deveis condená-los" e termina pedindo justiça, e não a condenação dos réus.
Nesse dia 19 de agosto de 1966, para o relator Nilmário Miranda, "o Conselho Extraordinário de Justiça da Auditoria Militar da 4ª RM consumou a farsa". Na decisão, o Conselho manda apurar as atividades de pessoas apontadas como subversivas e absolve por 4 x 1 Wander Campos e Lindolfo Coelho e por 3 x 2 absolve Maurílio Avelino de Oliveira.
Houve recurso ao STM. Foi relator o ministro Waldemar Torres da Costa. A sentença:
"Estrito cumprimento do dever legal: por esta justificativa não está amparado, nos termos do Código Penal Militar, quem não recebeu missão militar ou a ela equiparada. Se o agente se ofereceu à autoridade policial para prender alguém e vem a feri-la, pelas costas, quando fugia à violência, não está protegido pelo Art. 29-III daquele Código para merecer a isenção da pena. Comete homicídio qualificado quem dissimuladamente se aproxima da vítima com quem mantém relações de amizade e a agride pelas costas, sem que a mesma pudesse esboçar qualquer reação, inclusive por se encontrar desarmada na ocasião. O fato de o agente supor que a vítima fugia para se abrigar não lhe dá o direito de contra ela atirar, causando-lhe a morte".
Por unanimidade, o STM condenou os três criminosos a 17 anos e meio de reclusão com 15 anos de interdição de direitos.
Segundo o *Estado de Minas*, por intermediação de Rondon Pacheco, o presidente Castelo Branco indultou os criminosos.
Votaram pelo deferimento do requerimento de Eunice Soares Tunes, viúva de Augusto Soares da Cunha, quatro membros da Comissão Especial: Nilmário Miranda (relator), Suzana Keniger Lisbôa, Miguel Reale e Luís Francisco da Silva Carvalho Filho. Votaram contra o general Oswaldo Gomes, Paulo Gonet Branco e João Grandino.

Metralhado pelas costas

Alfeu D'Alcântara Monteiro (?- 4/4/1964)

A Comissão Especial reconheceu por unanimidade o caso de Alfeu D'Alcântara Monteiro. O general Oswaldo Gomes manifestou desejo de mudar o voto.
Alfeu era coronel aviador. Foi fuzilado no dia 4 de abril de 1964, na Base Aérea de Canoas, no Rio Grande do Sul.

A perícia médica constatou que foi assassinado pelas costas por uma rajada de metralhadora, tendo sido encontrados 16 projéteis em seu corpo.
Com base nessa perícia e nos depoimentos de vários oficiais que presenciaram o assassinato, a família moveu um processo incriminando o principal responsável e autor dos disparos, o então coronel Roberto Hipólito da Costa, que, apesar das inúmeras evidências, foi absolvido.

Lançado pela janela

Edu Barreto Leite (? - 13/04/64)

O caso consta do Dossiê, sem referência a militância política específica, e da lista contendo nomes de mortos e desaparecidos políticos enviada à Comissão Especial pelo dr. Belisário dos Santos Jr., Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.
Edú Barreto Leite era 3º Sargento do Exército e foi acusado, segundo seus familiares, de pertencer ao chamado "Grupo dos Onze". No inquérito realizado por ocasião de sua morte, fica clara a vinculação política, já que consta seu pedido de prisão por suspeita de subversão, conforme depoimento de Hilton Paulo Cunha Portella, então Comandante do Pelotão de Investigações Criminais do 1º Batalhão de Polícia do Exército, no qual afirma:

(...) que recebera ordens do Comandante da Unidade mencionada no sentido de providenciar a detenção para averiguações do 3º Sargento Edú Barreto Leite, do Serviço de Rádio do Ministério da Guerra, que era considerado suspeito em investigações que estavam sendo levadas a efeito para apurar atos de subversão ocorridos no serviço citado.(...)

No Dossiê consta o seguinte:

Na madrugada de 13 de abril de 1964, Edú Barreto Leite deu entrada no Hospital Souza Aguiar, no Rio de Janeiro, com várias fraturas e escoriações. Os policiais que o escoltavam alegavam que tais ferimentos eram em conseqüência de uma queda do 8º andar do prédio em que morava quando de sua tentativa de fuga, ao resistir à prisão, que o teriam levado à morte.
Seu corpo entrou no IML/RJ com a guia nº 154 do Hospital Souza Aguiar, sendo posteriormente retirado e enterrado por sua família.

Estas eram as únicas informações que se dispunha sobre o caso de Edú Barreto Leite. Somente durante o processo de promulgação da Lei 9.140, é que a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos teve contato com os familiares de Edú.
Após a entrega do depoimento de Danton Barreto Leite, irmão de Edú, o processo foi distribuído na Comissão Especial a Suzana Keniger Lisbôa para ser relatado.

De acordo com a relatora, a versão oficial é questionável por si só, já que se enquadra dentre os supostos suicídios ocorridos logo após o golpe militar. Das 13 mortes relacionadas no Dossiê em 1964, 8 referem-se a suicídio, entre elas a de Edú.
Ela continua: indício concreto desse questionamento é fornecido por documento localizado no DOPS/RJ, que, sob o título de *Secreto*, refere-se a pedido de busca nº 346, de 27 de abril de 1964, contendo o seguinte:

(...) Consta que o Sgt. Edú Barreto Leite, residente à Rua Washington Luiz, 51/704, não teria se suicidado.
Tudo indica que estaria implicado em graves acontecimentos relacionados com o movimento revolucionário.
Informes solicitados: a) veracidade; b) situação das investigações, tanto militares quanto policiais; c) outros dados julgados úteis. (...)

Segundo a relatora, duas respostas a esse pedido fazem parte do acervo do DOPS/RJ, uma assinada por Antonio Sellitti Rangel e encaminhada ao Dr. Manoel A. Rodrigues, Chefe da S. O., e outra por Cecil de Macedo Borer, diretor do DOPS, endereçada ao Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, ambas praticamente iguais, redigidas somente em junho, que repetem a versão oficial de suicídio e afirmam:

(...) segundo consta, as suspeitas de que o morto estivesse envolvido em atividades subversivas foram decorrentes de se encontrar servindo na Estação de Rádio-Comunicações do Ministério da Guerra, podendo receber ou transmitir, a seu talento, informes clandestinos.
Sobre a ocorrência foi aberto inquérito pelas autoridades do Exército, limitando-se o 5º Distrito Policial, em considerando as circunstâncias do evento, a um simples registro do ocorrido.
Finalmente, no que diz respeito a atividades clandestinas ou subversivas do desaparecido, só as autoridades militares podem manifestar-se, pois às mesmas, e na órbita militar, ficou restrito o caso, existindo mesmo, como acima já foi dito, um inquérito em curso, a cujo término haverá naturalmente elementos de convicção para um juízo e apreciação final. (...)

Depoimento do irmão

Danton Barreto Leite, irmão de Edú, fez o seguinte depoimento:

(...) Estava trabalhando na Varig, eram mais ou menos 10 hs da noite, quando recebi um telex, vindo do Rio de Janeiro, avisando da morte de meu irmão, Edú Barreto Leite, então sargento do Serviço de Rádio do Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro. No dia seguinte, 14 de abril de 1964, fui para o Rio de Janeiro, em um avião da Varig, que estava em testes (...) Cheguei ao Rio por volta de 11hs da manhã, todavia, não pudemos pousar o avião (...) Com isso,

perdemos muito tempo sobrevoando o mar e pousamos cerca de 14hs. Do aeroporto do Galeão até o Ministério da Guerra, levei cerca de 3 hs, chegando ao Ministério da Guerra por volta das 17hs, onde foi realizado o velório, mas o enterro já havia sido realizado sem a minha presença. (...) Naquela mesma noite, liguei para o 3º Exército, em Porto Alegre, querendo informações. Foi inútil, ninguém sabia de nada e havia muita má vontade e total ignorância de todos.

No Ministério da Guerra, naquela mesma noite, fui levado a uma sala de reuniões, onde havia 5 ou 6 militares que insistentemente tentaram me convencer que a morte do Edú havia sido suicídio, que ele havia saltado do sétimo andar do prédio onde morava, conforme noticiaram os jornais da época. Estávamos a 14 de abril de 1964, é notório que muitas barbaridades já haviam acontecido e é também óbvio que elas vem a público muito mais rápido que os militares pudessem imaginar. Pela forma e pela insistência, por algumas incoerências dos militares, percebi que eles queriam me convencer de que fora suicídio, e que meu irmão era comunista, subversivo, etc. Percebi que, se eu não concordasse com tudo, eu seria detido. Por volta das 23hs fui liberado do Ministério da Guerra. No dia 15 de abril fui ao apartamento do Edú, mas estava lacrado pelo Exército, não pude entrar, mas conversei com algumas pessoas na frente do prédio, sem que ninguém soubesse quem eu era. O zelador disse que havia 5 indivíduos esperando pelo Edú naquela noite, quando ele chegou por volta da meia-noite. Um ficou fora do prédio, perto do veículo, dois entraram no prédio e subiram até ao sétimo andar e ficaram no fundo do corredor oposto à entrada do apartamento e os outros dois subiram no elevador logo após o Edú. Disse também que houve luta corporal dentro do apartamento e que ele foi jogado pela janela. Relatou, também, que escutou muitos disparos.

Uma senhora que morava no prédio em frente, na Frei Caneca, disse que estava acordada, com a luz apagada, tomando a fresca na janela em frente, e que viu tudo, que houve muita luta corporal no interior do apartamento, tiroteio, e que a pessoa havia sido empurrada para fora da janela.

No decorrer dos próximos dias, alguns colegas do Edú disseram que ele estava condenado, porque sabia demais, por ter estado de serviço na noite do desfecho da revolução e ter recebido e transmitido todas as ordens e informações das primeiras 24 horas da revolução. Me disseram, também, que havia um colega da escola de sargentos, que tinha sido preso por pertencer ao Grupo dos 11 e que, para se livrar das torturas que vinha sofrendo no Sétimo Batalhão de Polícia Especial do Exército, perto do Maracanã, disse que ele não pertencia ao Grupo dos 11, mas o Edú sim, é que pertencia e que havia tentado formar Grupo dos 11 dentro do Ministério da Guerra.

Alguns dias após, o Exército nomeou uma equipe para me levar e abrir o apartamento que estava lacrado. Um motorista, um sargento, dois cabos e estava junto, também, a noiva do Edú. O apartamento estava muito revirado e segundo a noiva dele, faltavam máquina fotográfica e alguns objetos pessoais dele. Mas o que me chamou a atenção foi a porta do apartamento que tinha várias perfurações de bala de fora para dentro em seqüência, como se a porta fosse abrindo à medida que recebia o impacto dos disparos, que foram marcando a parede de alvenaria, atrás da porta.

(...) No Hospital Souza Aguiar me disseram que o Edú deu entrada lá vivo (...) porém os militares que o acompanharam até ao hospital não deixaram ninguém tocar nele enquanto não tiveram certeza de que estava morto. (...)

No apartamento, havia marcas na parede branca (novo na época) de sapato preto, como se alguém estivesse seguro pelos braços, sendo forçado para a janela. Embora houvesse marcas de disparos na parede, como mencionei antes, não havia marcas de sangue no apartamento. (...)

Busca de informações

Suzana relata o seguinte sobre a tramitação do caso na Comissão Especial:

> Sendo nossa intenção e tarefa a busca da verdade e estando empenhados em arregimentar o máximo de informações possíveis sobre as mortes ocorridas durante a ditadura militar, em reunião realizada em outubro de 1996, não havendo na época conseguido a localização de perícia, fotos ou mesmo o laudo necroscópico de Edú, submeti o fato a esta Comissão Especial, que decidiu pela entrega do processo ao general Oswaldo Pereira Gomes para que obtivesse, junto aos seus pares, informações e documentação relativas ao ocorrido, já que a investigação da morte esteve restrita ao Exército.
>
> Na reunião realizada em março de 1998, o General comunicou à Comissão que somente havia localizado, no STM, a decisão que indeferia a correição solicitada, inocentando os dois militares que teriam sido envolvidos na morte de Edú.
>
> Solicitei, portanto, que o processo me fosse devolvido, já que, após tanto tempo em poder do general Gomes, nenhuma informação procedente havia sido anexada, a não ser a que absolvia os militares envolvidos na morte de Edú e inocentados pela conclusão de suicídio. Se o STM fornecera o nome dos envolvidos no inquérito e a conclusão da correição, haveria que constar em seus arquivos o IPM realizado à época.
>
> Com efeito, anexamos a íntegra do IPM e correição realizados, que foram localizados, em questão de minutos de pesquisa no STM por Iara Xavier Pereira (da Comissão de Familiares), e que, comprovada e misteriosamente, estavam sendo ocultados desta Comissão Especial pelo STM, quando se encontrava o processo de posse do general Oswaldo Pereira Gomes.

A relatora apresenta, então, as novas informações obtidas:

> Aberto no dia 14 de abril, o IPM ouve os dois sargentos que estariam presentes no momento da morte de Edú e outras pessoas que serviram como testemunhas - moradores do prédio e vizinhos do prédio localizado à frente; outros dois sargentos que ficaram na vigília à espera de Edú em horário anterior; o comandante do batalhão. Contém laudo de lesões corporais dos dois sargentos investigados e perícia realizada nas suas armas e na arma que seria a de Edú, e que teria disparado quatro tiros.
> Estranhamente, o IPM não contém os documentos mais importantes para uma avaliação segura do ocorrido, como, por exemplo, as informações relativas às suspeitas com relação a Edú (que são referidas ao final pelo Procurador Geral da Justiça Militar) e o laudo de perícia do local, mostrando os quatro tiros que, segundo o inquérito, teriam sido disparados por ele. Não são ouvidas, também, as pessoas com quem conversou o irmão de Edú e que lhe forneceram outra versão dos fatos: o zelador, nem tampouco a vizinha do prédio em frente, ou os colegas que o conheciam, ou ainda os militares que acompanharam Danton e a noiva de Edú ao apartamento, que estava lacrado, e que poderiam dar importantes dados e registrar sobre o que viram no apartamento de onde teria Edú se suicidado.
> Os depoimentos colhidos levaram o Procurador Geral da Justiça Militar a concluir pelo arquivamento, indeferindo o pedido de correição parcial por falta de objeto, declarando que:

(...) no caso em apreço quem poderia ser responsabilizado por ato delituoso, morreu, atirando-se de uma janela, sem interferência de qualquer pessoa. Os dois militares que pretendiam desarmar e prender aquele que se tornou suicida, foram pelo mesmo agredidos à bala, sem que hajam revidado à agressão. São, pois, ofendidos e não ofensores. (...)

Suzana reage indignada diante dessas conclusões:

> Ofendidos fomos nós e todo o povo brasileiro, com as ausências e armações evidentes no inquérito instaurado para justificar a morte em circunstâncias até hoje desconhecidas; com a disposição da Justiça Militar de preferir condenar um morto do que investigar como foi sua morte. Mais ofendidos ainda com a tentativa de ocultar o IPM. .Muitas perguntas, e poucas respostas, advêm do exame da apuração então realizada pelos colegas de Edú.
> Por que o inquérito não foi entregue ao general Oswaldo Pereira Gomes? Por que ocultá-lo desta Comissão Especial? Não se pode alegar desinteresse por parte do general Gomes ou desorganização por parte do STM. O que realmente motivou a tentativa de esconder os fatos? Do que, realmente, era acusado o 3º Sargento Edú Barreto Leite? Que ato delituoso cometeu para ser responsabilizado, mesmo depois de morto? Não há no IPM qualquer referência específica ao seu comportamento enquanto membro do Exército que justifique o pronunciamento da Justiça Militar que, ao invés de investigar sua morte, coloca-lhe o carimbo de "culpado".
> Por que não lhe foi dada ordem de prisão? Por que não foi o sargento Edú desarmado pelos seus perseguidores? Por que teria, o sargento Edú, se identificado aos que buscavam prendê-lo? Não seria preferível a mentira, para fugir? Por que identificar-se? Para, em seguida, disparar quatro tiros a esmo e atirar-se pela janela?
> Como teria sido a luta corporal entre Edú e os dois sargentos, que não tiveram tempo para sacar suas armas, atracando-se com ele no escuro, enquanto ele conseguia disparar tiros pelo apartamento? Será possível que não tenha produzido quaisquer lesões? Nem nas costas do sargento que sentiu alguém andar-lhe encima?
> Onde foram disparados os tiros? Por que não aparece o exame de perícia de local, solicitado pelo tenente Murillo, endereçado ao Diretor do Instituto de Criminalística, ali protocolado em 4 de maio e, conforme informação contida nos autos, "ainda em poder do perito Gusmão até o dia 22 de maio"? Não teria o Exército poderes para exigir o laudo solicitado? Ou seria, no caso, necessário excluí-lo do inquérito? Seria, por acaso, em função das marcas de tiros constatadas pelo irmão de Edú, que marcavam seqüencialmente a porta do apartamento de fora para dentro?
> Como é possível que, no depoimento de testemunhas, como a das amigas do prédio em frente, testemunhas de que a luz estava apagada e de que não havia mais ninguém na janela, as mesmas se refiram à queda do Sargento Edú? Conheciam o Sargento Edú? Sabiam que era ele que morava no apartamento 704 do prédio em frente? O que aconteceu com o vizinho do 604 que, de medo de um possível ladrão, fechou a janela e, sem medo do possível ladrão, abriu-a e tentou agarrar-lhe os pés? Conhecia o vizinho do apartamento de cima? Sabia de suas atividades?
> A versão para a morte de Edú só se torna plausível quando se examina as falsas versões fabricadas pelos órgãos de segurança da ditadura militar para encobrir os assassinatos sob tortura, como nos casos de Luiz Eurico Tejera Lisbôa (disparou quatro tiros pelo quarto antes de abafar o tiro na própria cabeça); Antonio Benetazzo (jogou-se sob as rodas de um caminhão); Norberto Nehring (suicidou-se sem versão oficial) - e poderia ainda, por muitas linhas, continuar relembrando os

falsos suicídios já examinados por esta Comissão Especial. Não há dúvida de que o de Edú Barreto Leite é mais um deles.

Suzana relata medidas tomadas em nome da Comissão:

Imbuídos do espírito de resgatar a verdade, os familiares de mortos e desaparecidos políticos não medem esforços. Nesse sentido, solicitei ao Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro que comparecesse ao local da morte de Edú e tentasse descobrir testemunhas da época.
Às fls. 98, encontra-se o relatório, assinado por Mariloudes Fortuna Lima e Ivanilda da Silva Veloso, esposa do desaparecido político Itair José Veloso, que declaram que:

(...) Estiveram na residência da Sra. Expedita Pereira, síndica do prédio cito à rua Washington Luis, 51/305, que nos declarou o seguinte: 'é moradora do prédio há 37 anos, mas mudou-se para o mesmo após tomar conhecimento da morte de Edu Barreto Leite. (...) No dia seguinte da morte do sargento, bem cedo pela manhã, sua comadre em prantos pediu-lhe que fosse até seu apartamento, porque havia acontecido uma tragédia no prédio, ou seja, que um rapaz havia caído da janela e ao cair, teria derrubado um galho de árvore. Disse-lhe, também que havia tido um tiroteio e muita confusão, o que lhe teria traumatizado demasiado. No entanto, ao chegar no dia seguinte cedo, já não havia vestígio de nada, apenas se lembra que um dos moradores comentou que o rapaz morto estava calçado com botas militares. Igualmente lembra-se que foram encontrados vestígios de bala na porta do apartamento onde encontrava-se o Edú.
Recomendou que procurássemos a moradora do apartamento 603, que seria a única pessoa que permanecia no prédio desde aquela época, o que o fizemos e passamos a relatar:
Conceição de Maria Alves declarou-nos que jamais poderia esquecer tais fatos que passaram-se 'mais ou menos' assim:
Aproximadamente às 21 hs do dia 13 de abril de 1964 ouviu tiros e logo em seguida escutou várias pessoas gritando no prédio em frente 'Não façam isso! Não façam isso! Olhou para a janela do apartamento 704 e viu as mãos do rapaz tentando possivelmente fugir, mas viu que recebia golpes de coronhadas de revólver nas mãos, ocasião em que caiu. Acrescentou que um morador do 604 tentou segurá-lo, mas não conseguiu e, inclusive, nessa tentativa, fraturou um dedo. Soube também que policiais armados já estavam esperando por ele na escada do sétimo andar (andar que residia). Ao chegar, percebeu a presença dos policiais, correu para dentro do apartamento em que morava, batendo a porta, ocasião em que arrombaram a mesma com tiros. Fez questão de frisar quanto a este último item, que não poderia assegurar porque apenas havia ouvido outros moradores falarem.

Acrescentou ainda que a vizinha do apartamento 506, Mariluce Helena Vieira, do prédio em frente, era a pessoa que mais gritava, chegando a entrar em desespero.
O corpo foi retirado logo em seguida ao fato e horas depois já não havia mais vestígios. (...)

E a relatora conclui o seu parecer:

Não há qualquer dúvida e, em circunstancias idênticas, esta Comissão Especial aprovou, por unanimidade, o caso de Reinaldo Silveira Pimenta, sob relatoria do dr. João Grandino Rodas, em 10 de abril do ano passado (1997).
Voto pelo reconhecimento do nome de Edú Barreto Leite dentre as vítimas da ditadura militar, estando o pedido de seus familiares enquadrado dentre os preceitos da lei 9.140/95.

A Comissão Especial indeferiu o caso de Edú Barreto Leite por 5x2, sendo vencidos os votos da relatora e de Nilmário Miranda.

Versão de suicídio

José de Souza (1931 - 17/04/64)

A edição do jornal *O Globo* de 18 de abril 1964 traz a seguinte notícia sobre o caso:
Ferroviário preso como agitador, suicidou-se saltando do 3º andar

O ferroviário José de Souza (33 anos, solteiro, mecânico da Leopoldina, rua Iricumé, 68 Brás de Pina) suicidou-se ontem pela manhã, atirando-se do 3º andar da Polícia Central ao solo. Estava preso sob suspeita de atividades subversivas em conivência com o Sindicato dos Ferroviários da Leopoldina, de que era associado e deveria depor horas depois.
O suicida esteve na sala do setor de Investigações Ideológicas do DOPS, onde dormiu e deveria ser ouvido, com seus companheiros de prisão Valter Luís Lopes, Francisco Batista Lemos, Adelvan Xavier da Carmo, Jorge Marans Laisen, João Gustavo de Lima.
Os companheiros de José de Souza disseram que o ferroviário se mostrava nervoso e excitado, quando, com eles, foi levado na noite anterior, para aquela sala. Apresentava-se mais calmo, à hora de dormir. Pela manhã, às 5 horas, aproximadamente, quando se acordaram viram a janela aberta e deram pela falta do amigo. Olhando para baixo, divisaram o corpo de José de Souza, no solo, no corredor de passagem da garagem lateral, com entrada para a Rua da Relação.

O corpo de José de Souza entrou no IML no mesmo dia de sua morte, com a Guia nº 30, da 5ª Delegacia de Polícia, com a seguinte informação: atirou-se da janela da sala de serviç Delegado Carrilho providenciou a remoção para o IML, a perícia do Instituto de Criminalística, o exame de corpo de delito para os companheiros de José de Souza.

Alair de Souza, com quem o ferroviário vivia maritalmente há dois meses, até ontem, não sabia da morte do companheiro. Declarou que ele saíra, na manhã de segunda-feira, para receber o pagamento e não mais voltou. Soube pelos conhecidos que ele fora preso pelo DOPS, mas não vira seu nome na relação dos detidos divulgada pela imprensa.

José Ferreira foi preso no dia 3 de abril no DOPS. Lá pelo dia 8, viu José de Souza chegar. Os dois Josés e mais umas 100 pessoas ficaram em uma sala do DOPS. Ele se lembra de alguns: Geraldo da Costa Matos, Vander Esquerdo, Arídio Xavier da Cunha, Vantuiu Rossini do Nascimento, os atores Mário Lago e Helmício Fróes, o ferroviário Valter Gonçalves, os portuários Pernambuco e Baltazar. José Ferreira ficou no DOPS até 3 de maio: neste período viu vários presos voltarem desmaiados dos depoimentos. O ambiente era tenso. José de Souza encontrava-se bastante nervoso com sua prisão.
"No dia 17 de abril todos que ali se encontravam foram acordados por agentes da repressão que alertavam do fato de José de Souza encontrar-se morto no pátio".
O *Dossiê* registra o seguinte sobre José de Souza:

Preso no dia 8 de abril de 1964, para averiguações sobre suas atividades no Sindicato. No dia 17 de abril, às 5 horas, após intensos interrogatórios, foi divulgada nota oficial, onde dizia que José havia se suicidado, atirando-se pela janela do 3º andar do prédio da Polícia Central, no Rio.
O corpo de José entrou no IML no mesmo dia de sua morte com a Guia nº 30, da 5ª DP com a seguinte informação: "atirou-se da janela do Serviço de Atividades Anti-Democráticas do DOPS" (sic)
A necropsia foi feita pelos Drs. Vicente Fernandes Lopes e Elias Freitas que confirmaram a versão de suicídio com esmagamento de crânio. Seu corpo foi retirado por seu primo Edson Campos, sendo enterrado pela família, em 18 de abril de 1964.

O relator, general Oswaldo Gomes, não colocou em dúvida a versão de suicídio, afirmando: "é correta a versão oficial de suicídio". Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisbôa questionaram a versão oficial. O relator reconheceu a natureza política da prisão. Como o próprio Atestado de Óbito declara o local da morte, Polícia Central, foram considerados preenchidos os requisitos da Lei 9.140/95. O caso foi reconhecido por unanimidade (7x0).

Hepatite provocada

Benedito Pereira Serra (8/08/1913 - 16/05/1964)

Benedito Pereira Serra era presidente da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrários do Pará - ULTAP, quando ocorreu o Golpe Militar de abril de 1964.
O seu nome não consta do Dossiê. *O processo contém vários recortes de jornais da época sobre o caso, prontuário médico do hospital no qual morreu e parecer do dr. Edraldo Lima Silveira, médico patologista.*

As notícias publicadas nos jornais *Província do Pará* e *Folha Vespertina* sobre Benedito Serra informam: *Capturado Benedito Serra, em Castanhal, quando seguia rumo a Bragança. (...) O agente subversivo Benedito Pereira Serra (...) agitador comunista (...) agente vermelho (...) Faleceu comunista que estava preso.*

Dois depoimentos de testemunhas revelam as condições em que Benedito estivera preso:
Raimundo Martins Viana era amigo íntimo da família, conhecia a militância da vítima. Esteve com Benedito Serra na prisão junto com dona Miracy, fazendo-se passar por familiar, em Belém:

Ele disse-nos que não aguentava mais os maus-tratos, também não tinha mais apetite, a comida era péssima e também não podia receber comida de casa. Vi ele chorar, sua esposa e eu chorei também, era tudo secreto, não podia comentar com ninguém. As condições higiênicas eram precárias, batia mau cheiro na cela e não era permitido o banho diário. (...)

No depoimento, Raimundo afirma que Benedito contraiu hepatite por causa da debilidade física e da falta de higiene na cadeia - e que, quando ele foi preso, era um homem forte, alegre e sorridente.
José Barros de Faria disse que ele e Benedito eram como irmãos e que conhecia a militância política dele, que defendia 'a classe dos lavradores' - e por isso era estimado por eles e odiado pela parte contrária. Soube que Benedito foi capturado e entregue às Forças Armadas. Antes de ser preso gozava de plena saúde física, era trabalhador e vivia alegre e feliz. Contou ainda que foi visitá-lo na prisão no fim do mês de abril, encontrando-o já acabado fisicamente, tendo contraído a doença por causa da falta de higiene, má nutrição e torturas sofridas na prisão. Nessas condições, foi levado para o hospital e morreu poucos dias depois.
Os documentos anexados ao processo não deixam dúvida sobre a causa da morte: hepatite infecciosa provocada por insuficiência hépato-renal e toxemia.

Parecer médico

O laudo da necropsia foi feito pelo Departamento de Anatomia e Fisiologia Patológicas da Universidade Federal do Pará. Na condição de médico patologista lotado naquele departamento, dr. Edraldo Lima Silveira fez comentários sobre a causa mortis*:*

Como está fartamente documentado, sabemos que o Sr. Benedito Pereira Serra foi preso e torturado durante o regime militar de 1964 com posterior morte no Hospital do Exército em Belém do Pará.
Conforme depoimento da esposa da vítima, o mesmo estava preso em prisões diversas, onde eram péssimas as condições de higiene. E conforme laudo da necrópsia, sua causa mortis foi hepatite infecciosa. E sabendo que o vírus da hepatite tipo A é contraído através de água e alimentos contaminados por matéria fecal. E que o período de incubação é curto, no máximo em duas semanas já há aparecimento dos sintomas da doença. E que pode evoluir com hepatite aguda fulminante e óbito. E considerando que o Sr. Benedito Pereira Serra gozava de perfeitas condições de saúde física e mental, antes de ser preso, fica fácil concluir que a doença que ocasionou sua morte foi contraída no ambiente prisional, portanto de inteira responsabilidade do regime da época.

O relator Nilmário Miranda defendeu o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de Benedito Serra com o seguinte voto:

> Comprovada a legitimidade dos requerentes, viuva e seis filhos; comprovada a militância política de Benedito Pereira Serra; comprovada sua prisão em 9 de abril de 1964 e sua custódia pelo Exército em Bragança, Belém; tendo falecido no Hospital Militar por causa não natural, sete dias após sua internação, ainda sob custódia do Exército; tendo em conta o parecer do médico patologista dr. Edraldo Lima Silveira de que a hepatite infecciosa que causou sua morte pode ter sido produzida pelos maus-tratos e pelas condições carcerárias; concluo pelo deferimento do pedido de reconhecimento, visto o preenchimento de todos os requisitos legais.

A Comissão Especial indeferiu o caso por 4x2, sendo vencidos os votos do relator e o de Suzana Keniger Lisbôa, que pedira vistas a processo. João Grandino estava ausente.

Suicídio forjado

Severino Elias de Mello (1913 - 30/7/1965)

Severino era paraibano, nascido em 1913, filho de Paulino de Mello e Geomira Araújo de Mello. Na adolescência foi mascate no sertão, viajando na garupa de um cavalo. Aos 17 anos mudou-se para o Rio de Janeiro, engajando-se na Aeronáutica. Juntou-se à Luís Carlos Prestes e aos comunistas em 1935, na tentativa de a Aliança Nacional Libertadora tomar o poder. Foi afastado da Aeronáutica e preso, sendo libertado em 11 de dezembro de 1935. Tornou-se comerciante e passou a residir na Ilha do Governador.

Documento encontrado no arquivo do Dops/RJ revela que, em algum momento, foi secretário político da célula "Jorge de Alencar".
Segundo sua filha, Maria da Glória de Mello Rudiger, e segundo o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*, foi preso por oficiais da Aeronáutica no dia 28 de julho de 1965 por ordem de um encarregado do Inquérito Policial Militar instaurado no Núcleo do Parque de Material Bélico. Daí conduzido ao xadrez da Base Aérea do Galeão, onde permaneceu incomunicável por um dia, ao fim do qual foi dado como morto por suicídio.
Maria da Glória morava com seus pais no bairro Guarabu, Ilha do Governador. No dia 30 de julho, oficiais da Aeronáutica foram à casa deles comunicar que Severino Elias de Mello estava morto: teria se suicidado com um lençol. A filha reagiu com indignação e revolta, e chegou a ficar detida por 12 horas.
O Atestado de Óbito foi firmado pelo médico-legista Cyriaco B. de Almeida Brandão. Registra sua morte à 0h de 30 de julho de 1965, no xadrez da Base Aérea do Galeão. O médico-legista dá enforcamento como causa da morte. Sua mulher, Alice Myacznska, conseguiu receber o corpo e enterrá-lo no Cemitério da Caciaia, na Ilha do Governador.
O relator Luís Francisco da Silva Carvalho Filho teve seu parecer aprovado por unanimidade em 14 de maio de 1996. Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda registraram em ata a suspeita sobre a causa da morte: "enforcamento".
De 1964 a 1969, a versão oficial mais utilizada foi o "suicídio".

Falsa corrupção

Higino João Pio (? - 3/3/1969)

"O perigo do AI-5 é o poder que confere ao guarda da esquina", alertou o vice-presidente Pedro Aleixo. A avaliação aplica-se ao caso de Higino João Pio.
A partir de denúncias de desafetos de políticos derrotados nas urnas à Comissão Geral de Investigações, na Quarta-Feira de Cinzas de 1969, em Camboriú, o primeiro prefeito do balneário foi preso com desnecessária truculência, colocado entre dois corpulentos agentes da Polícia Federal no banco de trás da viatura. Antes de se dirigir a Florianópolis, a viatura percorreu o pacato balneário com sirene aberta, para que todos o vissem e soubessem, para humilhá-lo. Foi aprisionado na Escola de Aprendizes de Marinheiros e mantido incomunicável. Sua esposa, Amélia, seus filhos, seu advogado, ninguém o viu mais, sequer lhe foi permitido despedir-se da família.

No dia 3 de março foi divulgada sua morte, como causada por asfixia por enforcamento, suicídio.
Segundo apurou uma comissão formada pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, coordenada pelo deputado Jaime Mantelli e formada pelos jornalistas Eloy Peixoto e Paulo Henrique Souza, foi o fiscal de vendas Heraldo Neves Arruda, juntamente com três vereadores, que denunciou Higino João Pio por corrupção: Walter Eilers, Antonio Bernardes Passos e Joaquim Albino Gatto.
Nada foi comprovado. Higino João Pio fora absolvido na Câmara Municipal por 4 x 3. Por isso, recorreram ao todo-poderoso cel. Átila Franco Aché.
A CGI interrogou assessores e funcionários da prefeitura de Camboriú, vários foram presos, nada restou comprovado. O advogado Zani Gonzaga provou que seus bens foram adquiridos antes de sua eleição. Seus bens, embargados para eventual confisco, foram devolvidos. O ANI requisitou à Câmara os originais do processo.
Juiz de Direito à época, dr. João José Maurício D'Ávila declarou que a denúncia tinha caráter político. O ex-deputado estadual da região Nilton Kucker atribui a denúncia à mesquinha perseguição política, e disse que o patrimônio de Higino João Pio era maior antes da sua eleição. A viúva, Amélia, teve problemas de saúde após a estúpida morte de seu marido e chegou a passar dificuldades. Não houve, pois, enriquecimento lícito ou ilícito.
O vereador Álvaro Antonio da Silva, como presidente da Câmara Municipal, assumiu a prefeitura após a morte de Higino João Pio e também afiançou que jamais as acusações foram comprovadas.
Suzana Keniger Lisbôa pediu vistas do processo após o voto favorável do general Oswaldo Gomes, para quem não havia dúvidas da motivação política da morte na prisão de Higino João Pio. A Comissão Especial nunca votara antes caso de morte de pessoa acusada de corrupção. Pediu à Comissão Pró-Memória dos Mortos e Desaparecidos Políticos de Santa Catarina que buscasse informações. Esse pedido resultou no persistente trabalho da Assembléia Legislativa catarinense. Em seu voto Suzana Keniger Lisbôa também propôs o acolhimento do requerimento da família.

A morte

Segundo a versão oficial acolhendo denúncia, o contra-almirante Átila Franco Aché, com base no Ato Institucional nº 5 determinou a prisão de Higino João Pio e outros assessores e funcionários. A PF cumpriu a ordem de prisão e os conduziu à Escola de Aprendizes de Marinheiro em Florianópolis e foram instalados em camarotes de oficiais e interrogados. Passados alguns dias, ele foi encontrado morto no banheiro do camarote, enforcado com um pedaço de arame trançado, instalado ali como varal de roupas. Foi aberto IPM cuja conclusão deu o fato como suicídio.

Laudo necroscópico assinado por José Caldeira Ferreira Bastos e Leo Neves Coutinho confirma a morte por asfixia e enforcamento, afirmando não haver equimoses ou escoriações no corpo. O laudo de perícia de local, assinado por Paulo Mendonça Souza e Daniel Arantes, relata que o "corpo, encontrado trancado à chave dentro do banheiro (...) com a frente para a parede, estando em posição de suspensão incompleta, tendo ao pescoço uma toalha (...) a cabeça pendia para a esquerda e tinha o rosto encostado à parede", e concluiu: "Considerando o ambiente interno do camarote e o alinhamento das vestes do cadáver, que afastam a hipótese de ter havido luta, disputa ou violência, chegaram os peritos à conclusão de que se trata de um caso de suicídio".
O general Oswaldo Gomes aceitou a versão do suicídio. Suzana Keniger Lisbôa consignou suas dúvidas;
1- Pelas fotos, Higino tem os pés totalmente apoiados no chão e não em "suspensão incompleta".
2- "Como é possível alguém com o porte do sr. Higino enforcar-se com os pés encostados no chão, o corpo absolutamente encostado à parede, e manter o total e completo alinhamento das vestes? Por acaso não terá se debatido? E o rosto, que certamente deu de encontro à parede, não conteria os hematomas provenientes?"
João Jorge Pio, filho mais velho de Higino, viu o local da morte quando foi buscar os pertences do pai e disse que a válvula *Hydra*, onde o arame teria sido amarrado, não tinha altura suficiente para que seu pai se enforcasse.
Nilton Kucker, Álvaro Antonio da Silva e os filhos de Higino asseguram haver marcas roxas no peito e na cabeça do morto e que o médico e suplente do deputado José Eleomar da Silva foi impedido de fazer a autópsia.
A população de Camboriú nunca chegou a acreditar nas acusações do prefeito que elegera. Mesmo com a clima repressivo pesado dos primeiros meses de vigência do AI-5, milhares de pessoas compareceram ao enterro, "o mais concorrido da história do Cemitério de Itajaí", segundo o relatório da Assembléia Legislativa. O requerimento dos filhos João Jorge, Júlio César e Eliana foi acolhido por unanimidade em 15 de maio de 1997.

Missa por um estudante

Antonio Henrique Pereira Neto (Padre) (? - 21/8/1969)

Coordenador da Pastoral da Arquidiocese de Olinda e Recife. Professor e especialista em problemas da juventude, desenvolvia atividades junto ao arcebispo dom Hélder Câmara.
Por sua destacada posição, firmemente contrária aos métodos de repressão utilizados pelo governo, tendo como destaque a missa que celebrou em memória do estudante Edson Luiz de Lima Souto, padre Antônio Henrique passou a receber constantes ameaças de morte por parte do chamado CCC.

No dia 26 de maio, foi seqüestrado, por este mesmo CCC. Seu corpo foi encontrado, no dia seguinte, em um matagal existente na Cidade Universitária do Recife, pendurado de cabeça para baixo, em uma árvore, com marcas evidentes de tortura: espancamento, queimaduras de cigarro, cortes profundos por todo o corpo, castração, e dois ferimentos produzidos por arma de fogo.
No inquérito aberto no Tribunal de Justiça de Pernambuco, para apurar as circunstâncias da morte de padre Henrique, foram acusados como responsáveis pelo seqüestro, tortura e morte Rogério Matos do Nascimento, delegado Bartolomeu Gibson, investigador de polícia Cícero Albuquerque, tenente José Ferreira dos Anjos, da Polícia Militar, Pedro Jorge Bezerra Leite, José Caldas Tavares e Michel Maurice Och.
Entre as testemunhas de acusação estavam a mãe do padre Henrique, Isaias Pereira, e uma investigadora de polícia, de nome Risoleta Cavalcanti, que acusaram as pessoas acima mencionadas, não só por este assassinato mas também pelo metralhamento que deixou paralítico, em 1969, o líder estudantil recifense Cândido Pinto de Melo.
Segundo o desembargador Agamenon Duarte de Lima, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, "há provas da participação do CCC no assassinato do padre Henrique, mas é possível que também esteja implicado no episódio o Serviço Secreto dos Estados Unidos, a CIA".
Do inquérito, resultou o arquivamento. Nenhum dos acusados foi condenado, apesar dos testemunhos e provas irrefutáveis.
Nilmário Miranda foi o relator do caso na Comissão Especial. Em seu voto, cita o *Dossiê*, para confirmar a participação política, acrescentando que "as missas celebradas pelo padre Antonio Henrique, em memória dos militantes políticos, naquele contexto histórico, tinham uma conotação política de contestação ao regime militar". Quanto à morte não natural, afirma que "está evidenciada pelo atestado de óbito firmado pelo dr. Salgado Calheiros que deu como causa morte por ferimentos penetrantes e transfixantes do crâneo - hemorragia cerebral".
Em relação ao local da morte, diz que "muito embora a morte não tenha ocorrido em dependência policial, não há dúvida de que a mesma ocorreu sob custódia de agentes do Estado". Vários depoimentos contidos nos autos comprovam essa afirmação, inclusive em relação à autoridade que teria ordenado a prisão: "que o depoente confirma também ter ouvido de dona Isairas (mãe do Padre Antonio Henrique) que uma irmã freira do general Lira Tavares (na época do crime comandante do IV Exército) teria dito a ela, dona Isairas, que o seu irmão mandou apenas prender o padre Henrique e os policiais 'burros' o mataram".
O voto de Nilmário Miranda, favorável ao reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte do padre Antonio Henrique Pereira Neto foi acolhido por unanimidade (7x0).

Seqüestro frustrado

Eiraldo de Palha Freire (1946 - 4/7/1970)

O *Dossiê* registra sobre o caso:

Morto aos 24 anos de idade.
Baleado no dia 1° de julho de 1970, no Aeroporto do Galeão, Rio de Janeiro, por tropas da Aeronáutica, quando tentava seqüestrar um avião de passageiros da Cruzeiro do Sul. Mesmo ferido, Eraldo foi submetido a interrogatórios no CISA, sendo acareado com Jessie Jane V. de Souza, que foi presa junto com ele. Morreu em 04 de julho de 1970, no Hospital da Aeronaútica.
O exame de corpo de delito realizado em 03 de julho de 1970, no Hospital da Aeronáutica, no Galeão, quando Eraldo já se encontrava em coma, foi firmado pelos Drs. Fausto José dos Santos Soares e Paulo Erital Jardim que simplesmente confirmam que estava baleado.
O corpo de Eraldo chegou ao IML/RJ, pela Guia n° 59, da 37ª D.P. .
A necrópsia firmada pelos Drs. José Alves de Assunção Menezes e Ivan Nogueira Bastos descreve algumas escoriações no seu corpo, como na fronte, nariz e incisões cirúrgicas nas regiões temporais e pescoço (traqueostomia).
Foi sepultado pela família, em 05 de julho de 1970, no Cemitério São Francisco Xavier (RJ).

Jessie Jane

No seu parecer, a relatora Suzana Keniger Lisbôa cita o depoimento da expresa política Jessie Jane Vieira de Souza:

> (...)Eu, Jessie Jane Vieira de Souza (...), presa no dia 01/07/70, juntamente com Eiraldo Palha Freire, Fernando Palha Freire e Colombo Vieira de Souza Jr., declaro, para os devidos fins, que estive com Eiraldo Palha Freire nas dependências do DOI-CODI, na Rua Barão de Mesquita, nas horas que se seguiram à nossa chegada àquele centro de torturas. Logo após nossa prisão, comandada pelo Brigadeiro João Paulo Burnier, fomos levados para as dependências do CISA (Centro de Investigações da Aeronáutica), na Base Aérea do Galeão. Ali, totalmente despidos, fomos barbaramente torturados e, na madrugada do dia 02/07, levados para a Rua Barão de Mesquita, onde continuamos sendo torturados por muitos dias. Foi ali, no DOI-CODI, que em um determinado momento, que por motivos óbvios não sou capaz de precisar, levaram-me até um lugar, que na ocasião me pareceu ser uma enfermaria, onde fui acareada com Eiraldo. Os torturadores acreditavam que ele, Eiraldo, fosse meu companheiro. Eiraldo estava sendo interrogado e a minha presença visava torná-lo mais vulnerável. Não nos falamos. Ele estava ferido, parecendo-me inconsciente.

Permaneci naquele local por poucos minutos. Voltei à sala de tortura e dias depois fui comunicada, pelos torturadores, que Eiraldo havia se matado dentro do avião.
Ao longo de todos estes anos tenho afirmado em todos os meus depoimentos que esta versão é totalmente falsa. Eu e ele nos falamos pela última vez no banheiro do avião. Éramos as últimas pessoas ali dentro. Trocamos palavras de encorajamento e nos abraçamos. Saí para o corredor do avião à procura dos outros companheiros e só encontrei policiais que me empurraram para fora. Caí numa roda de homens que imediatamente rasgaram minhas roupas e passaram a me bater violentamente. Dali fui jogada em um ônibus cheio de policiais da aeronáutica. No interior deste ônibus estavam Fernando e Colombo. Ambos estavam nus, amarrados e deitados no chão. Não nos falamos. Apenas nos olhamos. Sabíamos o que viveríamos dali para frente. Acreditávamos que não sairíamos vivos.
Eiraldo não foi conosco naquele ônibus que nos levou ao centro de tortura do Cisa e onde, como já afirmei, fomos violentados de todas as maneiras possíveis. (...)
Fomos enquadrados e julgados pela morte de Eiraldo. O promotor afirmava que havíamos matado Eiraldo. Ora, como poderíamos ter matado alguém que eles afirmam ainda hoje ter se suicidado?
Enfim, quero nesta oportunidade reafirmar meu testemunho de que Eiraldo foi ferido no ato de prisão, levado para o Cisa e depois para o DOI-Codi (...).

Nova versão

A relatora informa então que "os três prisioneiros foram acusados pela morte de Eiraldo, sendo Colombo o indiciado por tê-lo atingido. No decorrer do julgamento, contudo, a Promotoria concordou com a versão da defesa de que Eiraldo havia se suicidado".
Continua Suzana:

Às fls. 43, na apelação 39.116, o Procurador da Justiça Militar, ao apresentar denúncia contra Colombo, Fernando e Jessie, afirma:
(...) No dia 1º de julho do corrente, os três acusados, após a decolagem do avião caravelle PP.PDX, no vôo 105, que se destinava a Buenos Aires, com escala em São Paulo, com armas de fogo, sequestraram a referida aeronave e fizeram-na voltar à sua origem, ou seja, ao Aeroporto do Galeão, com a tripulação e passageiros completamente dominados. Aqui chegados, tentaram conseguir das autoridades do País, uma permuta dos passageiros com 40 presos, todos subversivos. Este intento não teve repercussão e após algumas horas, as autoridades militares, numa manobra de grande efeito, conseguiram, após, cobrir toda a visão de dentro do avião com densa espuma, introduzindo um gás fumígeno no aparelho, através do conduto de refrigeração, o que veio provocar um tumulto e conseqüente abertura das portas, dando, assim, margem a que todos fossem detidos e identificados os sequestradores. (...) sendo que um dos quatro, o de nome Eiraldo, ainda no interior do Caravelle, desferiu um tiro no pescoço (...) o que veio a ocasionar-lhe a morte dias mais tarde.(...)
Todos os defensores foram unânimes em que a Procuradoria não teria sido feliz nas acusações feitas aos seus defendidos, quando diz que Eiraldo teria atirado no comandante do avião e que Colombo atirou a esmo no interior do avião, podendo perfeitamente ter alcançado Eiraldo que, finalmente, tombou morto. Como já foi dito linhas acima, face o exame meticuloso das peças, é indiscutível que Eiraldo suicidou-se (...)
(...) e o ferido foi, imediatamente, recolhido e transportado para o Hospital do Galeão, onde ainda foi operado, vindo a falecer dois dias após. Tratava-se de Eiraldo Palha Freire que, com Colombo, dirigia a operação criminosa. Os demais, presos em flagrante, foram conduzidos para uma das dependências do Quartel da Base Aérea do Galeão (...)

Suzana argumenta:

As circunstâncias da morte de Eiraldo estão em diferentes versões oficiais apresentadas: ora foi morto por Colombo; ora suicidou-se, tendo morte imediata no avião; ora foi socorrido, morrendo posteriormente.
O fato concreto é que foi visto por Jessie Jane no DOI-CODI e que somente foi levado à exame de corpo de delito dois dias depois da prisão, conforme o Dossiê dos Mortos e Desaparecidos e reprodução no livro "Os Mortos" do Projeto "Brasil: Nunca Mais, publicado pela Arquidiocese de São Paulo (fls. 35 e 36) e, ainda, que tinha, após o exame de corpo de delito, outros ferimentos não descritos no laudo, mas referidos na necrópsia, o que faz supor terem sido realmente produzidos posteriormente, quando submetido à torturas na sede do DOI-CODI da Rua Barão de Mesquita.

Cobertura da imprensa

A relatora extraiu algumas notícias divulgadas pela imprensa sobre a tentativa de sequestro:
Sob o título "Um quase morto", o *Jornal do Brasil* do dia 2 de julho informa:

(...) Esse chegou ao hospital dado como morto. Veio deitado em decúbito dorsal, com a própria camisa enrolada no pescoço amparando o sangue que escoria. Foi levado às pressas para a mesa de operações e verificou-se que a bala não atravessou o crâneo, tendo entrado pelo ouvido, batido provavelmente

em um osso e descido pelo pescoço. A mulher do grupo sequestrador - que recebeu cinco pontos na nuca - chegou enrolada numa toalha, pois no desembarque, empurrada de um para outro lado, teve suas roupas rasgadas.

O próprio jornal confirma a denúncia de maus tratos feita por Jessie Jane, não só no trecho acima, mas também quando diz:

Foi ela quem mais sofreu ao deixar o avião. (fls. 66).

O jornal *O Globo* afirma que Eiraldo "levou um tiro na boca e outro do lado do torax, está em estado grave e caso se salve ficará paralítico."
O *Jornal do Brasil* do dia 4 (fls. 70 e 71) noticia:

(...) Os médicos do Hospital da Aeronáutica, que tratam do piloto do Caravelle e do sequestrador Eiraldo Palha Freire, consultados pelo CISA, julgaram prematura a tomada de depoimentos mais completos. Por esta razão, os dados obtidos pela Aeronáutica, sobretudo durante o interrogatório de Eiraldo, que fala com dificuldade, são bastante superficiais.(...)

Concluindo, a relatora afirma:

> Tal fato não impediu que Eiraldo fosse interrogado e, muito menos, que, apesar da gravidade de seu estado, fosse levado para o DOI-CODI, onde certamente foi submetido a torturas que o levaram à morte, como comprova o depoimento de Jessie Jane e as contradições entre o exame de corpo de delito feito no Hospital da Aeronáutica e o laudo assinado pelos legistas do IML.

E Suzana Keniger Lisbôa define o seu voto:

> Estando comprovado, pelo depoimento de Jesse Jane e pelas divergências entre o exame de corpo de delito e necroscópico que Eiraldo Palha Freire foi preso e ferido em cerco dos órgãos de repressão, sendo torturado em dependência policial, seu nome deve ser incluído dentre as vítimas do regime militar.

A Comissão Especial reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte de Eiraldo Palha Freire por 5x2, sendo votos vencidos o do general Oswaldo Gomes e o de João Grandino Rodas.

Acidente para encobrir crime

Abelardo Rausch de Alcântara (? - 13/12/1970)

"O réu foi acusado pela morte de um defunto."
Abelardo Rausch Alcântara era tesoureiro em uma agência da Caixa Econômica Federal em Brasília e foi acusado de um desfalque, em 1970.

Antes da CEF, Abelardo foi da Sociedade de Abastecimento de Brasília (SAB), onde militou na Associação de Funcionários e foi mais de uma vez advertido: o SNI está de olho em você. O SNI estendia seus tentáculos a cada ministério, a cada universidade, a cada autarquia federal onde funcionam as Assessoria de Segurança e Informação (ASI), vigiando tudo e a todos. Não se sabe por que, mas o certo é que Abelardo e dois colegas foram transferidos sem explicações da SAB. Ele foi parar na CEF e foi acusado de desfalque. Posteriormente, o dinheiro desfalcado foi encontrado, mas Abelardo já estava morto.
Acusado, ele foi levado à 3ª DP. Alguém, alguma informação, despertou o interesse da repressão política.
A polícia do Exército foi buscá-lo, tirou-o da polícia civil, a quem caberia apurar o desfalque, que afinal não houve. A PE levou-o ao PIC, onde foi torturado.
Segundo a versão oficial, Abelardo tentou o suicídio, ingerindo veneno e cortando seus pulsos com caco de vidro (como se fosse possível um preso em processo de interrogatório e tortura ter acesso a caco de vidro (...) e a veneno).
Ao ser socorrido, a caminho do hospital teria ocorrido um acidente de trânsito que resultou na morte de Abelardo Rausch Alcântara. A única vítima foi ele.
O caso foi distribuído a João Grandino Rodas, que em 30 de janeiro de 1997 propôs o indeferimento porque "não encontrou no processo comprovação de envolvimento político de Abelardo". Grandino não tinha dúvidas de que "Abelardo faleceu, de causa não-natural, enquanto se encontrava guardado pelo Estado".
Nilmário Miranda pediu vistas ao processo juntando informações da Anistia Internacional, que o incluem na relação de brasileiros mortos após torturas. Foi informado que seu nome foi incluído no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* devido à denúncia da Anistia Internacional. Não há registro de militância em grupos de esquerda.
Nilmário conseguiu localizar o motorista da Kombi que foi abalroado pela ambulância da PE, uma Rural Willis.
Jatir Rodrigues de Souza disse que a rural pegou sua Kombi por trás. A ambulância só amassou a frente. Ele crê que o acidente tenha sido forjado, intencional, provocado. Jatir não tem dúvidas de que Abelardo já estava morto quando ocorreu o acidente. Foi absolvido da denúncia de homicídio culposo, e na sentença o juiz declara: "O réu foi acusado pela morte de um defunto".
Os vizinhos de parede e meia de Abelardo, Ambrósio e Doralice, no Cruzeiro Velho, viram marcas evidentes de tortura no cadáver.
A família, gente simples, sem envolvimento político, ante a situação não sabia a que atribuir a sucessão trágica de eventos que levou à morte Abelardo. Contratou um advogado, que esbarrou no poderoso, temido e intangível PIC, o mais conhecido centro de detenção ilegal e torturas, plantado no coração do poder. O advogado disse estar seguro da motivação política no assassinato de Abelardo. Senão, por que seria retirado da 3ª DP (Polícia Civil) para o PIC

pela PE (Polícia política)? Por que a presença dos policiais à paisana fotografando parentes, amigos e vizinhos no velório e no enterro? A inverossímil tentativa de suicídio com veneno e caco de vidro em um xadrez do PIC? O acidente provocado? Viu no cadáver sinais evidentes de tortura como hematomas e unhas quebradas. "Não, não é possível; só tem explicação pela motivação política".
Assim também entendeu a Comissão Especial que acatou o parecer do pedido de vistas de Nilmário Miranda, aprovando o caso por 6 x 0. Grandino estava ausente.

Deputado desaparecido

Rubens Beirodt Paiva (26/12/1929 - 20/1/1971)

O *Dossiê* registra o caso de Rubens Paiva:
Nasceu em 26 de dezembro de 1929, em Santos, Estado de São Paulo, filho de Jaime de Almeida Paiva e Aracy Beirodt Paiva. Casou-se em 1952 com Maria Eunice Facciola Paiva. Diplomou-se engenheiro civil em 1954, na Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie, sendo orador de sua turma. Tinha o registro Crea n° 10.200-A – 6ª Região.
Participou de todos os grandes momentos da vida nacional. Quando universitário, foi vice-presidente da União Estadual de Estudantes e depois engenheiro e deputado federal, sendo eleito presidente da Comissão de Transportes, Comunicação e Obras da Câmara Federal. Foi vice-líder do PTB na Câmara. Foi vice-presidente da CPI do IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), além de suas atividades jornalísticas.
Ativo deputado federal, defensor das bandeiras nacionalistas desde a luta pela criação da Petrobras, Rubens Paiva foi cassado pelo Ato Institucional n° 1 em 1964, em decorrência de sua participação na Comissão Parlamentar de Inquérito do IBAD, que apurou o recebimento, pelos generais comprometidos com o golpe militar, de dólares provenientes dos Estados Unidos, em 1963.
No dia 20 de janeiro de 1971, depois de receber um telefonema de uma pessoa que queria lhe entregar correspondência do Chile, sua casa em Ipanema foi invadida, vasculhada e ele levado, em seu próprio carro, para o Quartel da 3ª Zona Aérea, e depois para o DOI-Codi/RJ.
Sua casa ficou ocupada e, no dia seguinte, Eunice Paiva, sua mulher, e Eliane, sua filha de apenas 15 anos, foram também levadas ao DOI-Codi/RJ, onde não conseguiram se avistar com ele, apesar da confirmação dos agentes do DOI de que ele se encontrava lá. Interrogadas várias vezes, sua filha foi libertada 24 horas depois e sua esposa, somente 12 dias após. A acusação que pesava sobre Rubens Paiva era a de manter correspondência com brasileiros exilados no Chile.
O Exército, para justificar o desaparecimento de Rubens, divulgou nota à imprensa informando que ele teria sido resgatado por seus companheiros

"terroristas" ao ser transportado pelos agentes do DOI-Codi, em 28 de janeiro de 1971.
Tal versão foi criada, evidentemente, para encobrir o assassinato sob torturas, já que havia testemunha da prisão de Rubens, não só de sua mulher e a filha Eliana mas de outra presa política, Cecília Viveiros de Castro, acareada com Rubens no Quartel da 3ª Zona Aérea.
Em seu Relatório, Inês Etienne Romeu diz que um dos carrascos da "Casa da Morte", em Petrópolis, onde esteve, conhecido como dr. Pepe, contou-lhe que Rubens morreu lá.
Em 1986, em várias matérias da grande imprensa e, em 8 de abril de 1987, a *IstoÉ*, na matéria "Longe do ponto final", há declarações do ex-médico torturador Amílcar Lobo, que afirmava ter visto e atendido Rubens Paiva no DOI-Codi/RJ, quando lá esteve preso, em janeiro de 1971. Declara que Rubens "era uma equimose só" e que no dia seguinte – não sabe precisar o dia – soube que havia morrido.
O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que foi "preso em jan./71. Dias depois, segundo a imprensa, evadiu-se de um carro, quando estava sendo transportado, por agentes do DOI para outro local, tendo sido instaurado um IPM para apurar o fato, tendo suas conclusões sido amplamente divulgadas pela imprensa. Neste órgão, não há dados que confirmem a versão de que estaria morto". Já o do Ministério do Exército afirma que "consta que o nominado, quando conduzido para que indicasse a casa onde poderia estar um elemento que trazia correspondência de banidos que viviam no Chile, foi resgatado nas imediações do Alto da Boa Vista pelos ocupantes de dois carros que interceptaram a viatura em que viajava, após travarem tiroteio com a equipe que o escoltava... Em out./87, o procurador-geral da Justiça Militar determinou o arquivamento do processo, por extinção da punibilidade do réu, com base na Lei da Anistia.... Após o episódio da interceptação e fuga, não existe registro sobre o seu paradeiro". A versão do Relatório do Ministério da Marinha é: "Dez./70, preso por atividades subversivas da organização terrorista VPR. Quando foi mostrar a casa onde moravam terroristas, fugiu, tendo o carro em que se encontrava sido atacado por subversivos. Houve troca de tiros, tendo um terrorista sido ferido e apanhado pelos companheiros sem ser identificado".
Trechos da reportagem de Márcio Bueno, publicada em *Retrato do Brasil*, 23 a 29 de março de 1987, com o título "O caso Rubens Paiva, um homicídio executado e até hoje acobertado pelos setores militares":
"O caso Rubens Paiva caminhava finalmente para um desfecho. Quase ninguém mais acreditava que um dia se pudesse chegar aos responsáveis pelo seu assassinato e que se pudesse localizar os seus restos mortais.
A elucidação do caso está acontecendo devido a desavenças entre homens que integraram os sinistros órgãos de repressão, dando sangue novo a uma máxima já desmoralizada — a que diz não haver crime perfeito. A reabertura do

inquérito foi pedida no ano passado pelo então procurador-geral da Justiça Militar, Francisco Leite Chaves (que assumiu a sua cadeira de senador, na última quarta-feira, dia 18), exatamente porque a versão oficial falava no seqüestro do deputado por um grupo de terroristas. Este crime escapa à Lei da Anistia e só prescreve depois de 20 anos, o que ocorreria em 1991. Leite Chaves determinou à Polícia Federal que reabrisse o inquérito. O superintendente do órgão, Romeu Tuma, escolheu para presidi-lo o delegado Carlos Alberto Cardoso, garantindo ao procurador-geral que ele não recuaria diante das dificuldades que porventura surgissem. De fato, o delegado indicado conduziu as investigações até concluir que Rubens Paiva fora morto nas dependências do PIC (Pelotão de Investigações Criminais) do Rio. Quando chegou a este ponto julgou-se incompetente para prosseguir e remeteu o inquérito para a auditoria do Exército do Comando Militar Leste.

Longe demais

Tudo indica, no entanto, que o delegado Carlos Alberto Cardoso já tinha ido longe demais para os padrões de tolerância dos envolvidos no caso.
Ao chegar à Auditoria do Exército, o comandante militar da Região Leste, general Brum Negreiros, indicou o general Adriano Áureo Pinheiro para presidir o IPM (Inquérito Policial Militar). E aconteceu o que era de prever, pelo menos se for considerado o antecendente das investigações sobre o atentado ao Riocentro. O general Adriano não pediu a indicação de um procurador para acompanhar as investigações, o que é praxe nestes casos, cabendo a iniciativa ao próprio Leite Chaves, que indicou o procurador Paulo César de Siqueira Castro. Paulo César encontrou todas as dificuldades para se desincumbir de sua missão, mas não desanimou. O presidente do inquérito simplesmente impediu que ele acompanhasse as investigações, recusou-se a ouvir as testemunhas que ele indicou e, por fim, ignorou o prazo de 40 dias, que teria para concluir o IPM. Não concluiu, não deu satisfações e sequer pediu prorrogação do prazo, demonstrando um desprezo profundo pela Justiça. Diante do que encontrou, Paulo César arregaçou as mangas e começou a fazer investigações paralelas, justificando a falta de confiança no trabalho do IPM. O procurador chegou aos cinco nomes indicados por Leite Chaves como os responsáveis pelas torturas, morte e ocultação do cadáver de Rubens Paiva.

Os acusados

São o coronel Ronald José da Motta Batista Leão, que foi chefe da II Seção do I Exército, hoje Comando Militar Leste, e comandante do PIC, o capitão de Cavalaria João Câmara Gomes Carneiro, apelidado na Academia Militar de João Coco, o subtenente Ariedisse Barbosa Torres, o major PM-RJ Riscala Corbage e o segundo-sargento Eduardo Ribeiro Nunes.

Cisão militar

Um dos principais colaboradores da Justiça neste caso foi o psiquiatra Amílcar Lobo, que atuou na repressão política como médico que avaliava as condições clínicas dos torturados para novas sessões de torturas. Depois que foi reconhecido por um grupo de presos politicos, há cerca de cinco anos, o *Doutor Carneiro*, apelido irônico que recebeu de seus colegas nos porões da repressão, admitiu a participação, mas ressalvando que atuava como médico que aliviava as dores e procurava salvar os torturados... Depois de várias ameaças e de se safar de pelo menos um atentado, Amílcar Lobo concluiu que sua melhor defesa era denunciar seus antigos colegas de profissão

História de horror

Esta história de horror começou no dia 20 de janeiro de 1971, um feriado carioca, por ser dia de São Sebastião. Rubens Paiva preparava-se para ir à praia quando foi preso por um grupo de seis homens. "Apenas uma formalidade", disse o chefe do grupo. O ex-deputado, eleito pelo PTB em 1962 e cassado pelo Golpe Militar de 1964, pediu licença para trocar de roupa e para apanhar alguns charutos. Depois seguiu com o grupo em seu próprio carro para nunca mais voltar. O I Exército acobertou os torturadores, emitindo uma nota oficial em que diz que Rubens Paiva fugira "quando era conduzido para ser inquirido sobre fatos que denunciam atividades subversivas". Quando Leite Chaves determinou a reabertura do inquérito, a Assessoria de Comunicação Social do Exército referendou a farsa montada pelo I Exército. Por meio de nota oficial, repetiu a versão da fuga, depois da troca de tiros entre militares e subversivos.
O nome de Rubens Paiva foi incluído no Anexo I da Lei 9.140/95.

Incêndio na Embratel

Francisco das Chagas Pereira (? - 8/1971)

O caso de Francisco das Chagas Pereira foi um dos seis de desaparecidos políticos, reconhecidos pela Comissão Especial, que não constam do Anexo I da Lei nº 9.140/95. O relator foi Nilmário Miranda.
Francisco era funcionário concursado da Embratel, cujo diretor na época era o Coronel Galvão, militar do Exército, quando ocorreu um início de incêndio em material de expediente da empresa, no dia 6 de agosto de 1971. Ele foi considerado o principal suspeito de ter provocado o atentado. Conseguiu fugir do pessoal da segurança, que chegou a dar busca em sua residência. Não voltou a trabalhar nem a freqüentar aulas na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, na qual estudava. Nunca mais se teve notícias dele. Anteriormente, fora sargento da Polícia Militar da Paraíba e empregado do Banco do Nordeste do Brasil.

Essas informações foram confirmadas, por requisição do relator, pelo Diretor da Polícia Federal, Delegado Vicente Chelotti (Ofício Informação nº 05/96-GAB/DPF, fls. 75), constando ainda que Francisco era também "suspeito de distribuir, naquela empresa, material impresso de cunho subversivo e contrário à administração da mesma (...)".
Nos autos, o irmão de Francisco, Almir Pereira Dornelo, confirma as atividades políticas dele, afirmando que o mesmo militara no Partido Comunista Brasileiro.
O voto favorável de Nilmário Miranda foi acolhido por unanimidade (7x0) pela Comissão Especial.

Carro emprestado

Ezequias Bezerra da Rocha (? - 11/3/1972)

A voz de Guilhermina estava presa na garganta de espanto e sofrimento. Com muito esforço, perguntou a ele como estava se sentindo: "Estou bem, meu amor, tenha calma...". "Deve ter desmaiado depois disso, porque não ouvi mais nenhum som vindo de lá. Perguntei muitas vezes para que pudesse obter essa resposta dada com voz forçada. Foi a última vez que vi e ouvi meu marido."
Osvaldo Lima Filho também narrou: "No período da ditadura também foi morto no Recife, pelos órgãos de repressão, o geólogo Ezequias Bezerra da Rocha, funcionário da Sudene, apolítico, preso e torturado pelo simples fato de haver emprestado seu carro a Míriam Lopes Verbena e Luiz Andrade de Sá Benevides (militantes do PCBR) para viajarem após o casamento para Garanhuns em 8 de março de 1972.
Míriam e Luiz Andrade sofreram um grave acidente de carro e vieram a falecer, em circunstâncias até hoje não completamente esclarecidas. Identificado como o proprietário do veículo, Ezequias foi em seguida preso e torturado. O seu corpo apareceu, três dias depois, jogado no rio Ipojuca, com as mãos algemadas.
A prisão de Ezequias e Guilhermina ocorreu no dia 11 de março de 1972. Eles chegaram em casa por volta da 1h da manhã. Os policiais já estavam esperando, armados com metralhadora. Invadiram e reviraram a casa. Capuzes cobriram suas cabeças e foram levados em carros separados (Rural Willys). Ela foi para uma cela. Ele para a tortura. "Houve momentos em que pensava que o Quias estava morto, pelo silêncio de dor que se fazia, pois não era possível tantos baterem tanto numa única pessoa."
Guilhermina foi solta no dia 12. No dia 14 de março saiu nos jornais que um corpo foi encontrado na barragem Bambu, do Engenho Massauassu, com marcas de tortura, com as características físicas de Ezequias. Sua família foi impedida pela polícia pernambucana de identificar o cadáver, alegando que outra

família já o havia identificado, sem revelar nem aos parentes de Ezequias nem à imprensa que cadáver fora identificado e por quem.
Em 1991, no governo Carlos Wilson, a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos localizou impressões digitais do cadáver da barragem Bambu comparando-as com as de Ezequias: eram idênticas.
O Relatório da Aeronáutica obtido através de Requerimento de Informações feito pelo deputado Nilmário Miranda ao ministro da Justiça Maurício Corrêa dá outra versão: "Foi preso pelo DOI/IVo. Ex., no dia 11 de março de 1972, tendo sido encontrado farto material subversivo. No mesmo dia, foi conduzido para a região da Cidade Universitária (BR232) a fim de cobrir um "ponto", tendo sido nesta ocasião resgatado por seus companheiros de subversão, os quais o conduziram num VW 1300 cor branca, placa não identificada, apesar de todas as tentativas dos agentes de segurança no sentido de detê-lo, o que ocasionou forte tiroteio de ambos os lados; entretanto, não há dados que comprovem que o mesmo encontra-se morto ou desaparecido".
Trata-se da mesma história forjada que usaram para justificar o assassinato do ex- deputado Rubens Paiva no Rio: o resgate pelos companheiros. Ademais esta versão não foi divulgada à época.
Ezequias Bezerra da Rocha tornou-se um desaparecido político porque sua prisão nunca foi admitida nem mesmo com essa versão absurda, até porque Ezequias não era militante de organizações de esquerda e, caso tivesse havido o suposto tiroteio, os fugitivos teriam contado a história.
Ezequias Bezerra da Rocha teve o seu nome incluído no Anexo I da Lei 9.140/95.

Seqüestro de avião

Grenaldo de Jesus da Silva (11/4/1941 - 30/5/1972)

Nasceu em 11 de abril de 1941 no Maranhão, filho de Gregório Napoleão Silva e Eneida Estela Silva.
Morto aos 31 anos.
Expulso da Marinha em 1964.
Ao tentar seqüestrar um avião do vôo São Paulo/Porto Alegre, foi dominado pelos agentes do DOI-Codi/SP, que, mesmo tendo imobilizado Grenaldo, deram-lhe um tiro na cabeça. O assassinato de Grenaldo deu-se em 30 de maio de 1972, no Aeroporto de Congonhas, e foi contado em detalhes pelos policiais do DOI-Codi/SP aos prisioneiros políticos que se encontravam detidos nesse órgão.
A versão policial da requisição do exame necroscópico, solicitado pelo delegado Alcides Cintra Bueno Filho, é de suicídio. Assinam o laudo os médicos-legistas Sérgio Belmiro Acquestra e Helena Fumie Okajima.
O Relatório do Ministério da Aeronáutica diz que foi "morto em 30 de maio de 1972 (...)".
O caso consta do *Dossiê*, mas a família não recorreu à Comissão Especial.

Igreja denuncia crime

José Inocêncio Pereira (? - 5/11/1972)

José Inocêncio Pereira era camponês. Foi morto a tiros por agentes do Dops, em 5 de novembro de 1972, no Engenho Matapiruna, na cidade de Escada, em Pernambuco, segundo denúncia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, divulgada em nota oficial emitida pela Arquidiocese de Olinda e Recife.
A família não recorreu, o caso consta com esse curto registro no *Dossiê*

Pai e filho desaparecidos

Durvalino de Souza (? - 1/1/1973)

Durvalino de Souza era filho de José Porfírio de Souza, líder camponês de Trombas do Formoso, em Goiás, também desaparecido político. Foi preso em abril de 1964 e torturado para informar onde estava escondido seu pai. Como conseqüência das violências contra ele praticadas, enlouqueceu e foi internado em um manicômio em Goiânia, de onde desapareceu em 1973, sem explicações.
Manoel Porfírio, seu irmão, preso político por vários anos em São Paulo, sempre denunciou o desaparecimento do pai e do irmão até sua morte em acidente de carro em 1994.
O nome de Durvalino de Souza, como o do seu pai, foi incluído no Anexo I da Lei 9.140/95.

Três gravatas na cela

Henrique Cintra Ferreira de Ornellas (-1/08/73)

O advogado Henrique Ornellas teria se suicidado amarrando três gravatas de tergal pretas e um cinto preto como uma "corda", prendendo-a no basculante da cela no Quartel do 8º Grupo de Artilharia Antiaérea em Brasília. Vestia um pijama. Estava preso em regime de incomunicabilidade pela Polícia Federal.
A pergunta: por que um preso incomunicável teria três gravatas e um cinto na cela individual?
Ele teria subido em uma mala, amarrado a "corda" ao basculante e empurrado a mala com os pés. Na parede, à frente do corpo, havia sangue, mas tal não causou estranheza à perícia.
Os médicos-legistas Hermes Rodrigues de Alcântara e Ary Louzada Dias, do IML-DF, assinaram laudo de necropsia dando "morte por asfixia com fortes indícios de suicídio" sem questionar como e para que um preso incomunicável teria três gravatas e um cinto na cela. Registraram "discretas escoriações nas regiões rotulianas e na face anterior do terço médio da perna esquerda" e

"apagadas equimoses avermelhadas nas regiões torácicas e mesogástrica", mas afirmaram não haver indícios de tortura ou crueldade.
O filho de Henrique Ornellas Ferreira Cintra, Manoel, que tinha 17 anos quando seu pai foi preso em casa, não teve permissão para levar mais que uma calça e uma camisa, além do pijama. As normas de carceragem nos centros de interrogatório mandavam retirar do preso em regime de incomunicabilidade tudo o que pudesse ser usado por ele para atentar contra a própria vida: cintos, cadarço, lâminas, gravatas.
A versão oficial emitida pelo general da linha dura Antônio Bandeira, chefe da Polícia Federal, veio à luz no dia 23 de agosto de 1973, dois dias depois do suposto suicídio. Dizia a nota: "O DPF comunica que o advogado Henrique Ornellas Ferreira Cintra, domiciliado em Arapongas, norte do Paraná, perpetrou suicídio na tarde de ontem, nesta capital, onde se achava detido à disposição deste Departamento, após sua prisão naquele Estado, em operação efetivada pela Polícia Federal em decorrência da instauração de inquérito policial destinado a apurar responsabilidades de uma quadrilha de assaltantes, corruptores, falsificadores e homicidas, presumivelmente ligados à subversão".
Apesar da gravidade das acusações, após a morte de Ornellas, a incomunicabilidade dos demais detidos foi quebrada; posteriormente, o inquérito policial foi arquivado, assim como os procedimentos na Justiça Militar e, em 14 de outubro, todos foram soltos e nunca mais interrogados e processados. Prova de que as acusações eram falsas.
Corajosamente a OAB protestou contra as prisões arbitrárias e as calúnias oficiais, e por intermédio do advogado Antônio Carlos Sigmaringa Seixas, assistiu aos detidos. Dirigentes da OAB do Paraná, Rio, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Brasília foram a Arapongas acompanhar o enterro, apesar do clima repressivo, e a OAB, desagravou publicamente os advogados presos. José Ribeiro de Castro, presidente da OAB declarou à *Veja* que "Ornellas morreu pobre e deixou a família em situação precária", desacreditando as acusações.
As prisões iniciaram-se no dia 18 de agosto de 1973 como demonstração de prepotência e de força, típicas da época: quatro peruas Veraneio da PF e do Exército invadiram a chácara onde renderam Ornellas e seus dois filhos, Manoel (17 anos) e Juliana (15 anos). Ornellas ficou algemado por várias horas enquanto tudo era revistado, devassado. Procuravam túneis secretos e provas de sua vinculação com os criminosos a que assistia como advogado criminalista mais conhecido e procurado da região. Sua esposa, Yara, morrera 8 meses antes. Vários amigos de Ornellas foram presos: o advogado Abis Evaristo Doce (nunca lhe foi dito por que foi preso, e nenhuma acusação lhe foi formulada), e Hudson Marques Cores, também advogado, foram acusados de subversivos; Confucio Barbalho; o tabelião Albor Pimpão Ferreira e

seu filho Antônio Carlos e, ainda, Nelson Pereira e os comerciantes José Luiz Ferreira e Antônio Daguer.
Foram inicialmente levados ao 30º Batalhão de Infantaria Motorizado em Apucarana e em avião da FAB a Brasília, onde foram encapuzados e levados, dois a dois, para distintos quartéis.
Ornellas e Hudson Marques Cores foram levados ao 8º Grupo de Artilharia Antiaérea, no Setor Militar.
O advogado Anção Sobrinho, em entrevista ao *Folha de Londrina* acusa o então delegado de polícia José Tavares (que posteriormente foi eleito deputado estadual) de ter forjado um dossiê com base em informações falsas ou denúncias obtidas sob torturas de criminosos clientes de Ornellas. Foram introduzidas acusações de ligações com a "subversão" para justificar o envolvimento do Exército e da Polícia Federal com a desastrosa operação.
Manoel Ornellas, filho de Henrique, em entrevista ao mesmo periódico, disse que seu pai era de um grupo político distinto do que tramou as acusações falsas que redundaram nas prisões ilegais e arbitrárias, e na morte do advogado.
Anção Sobrinho suspeita que a morte de Ornellas veio do rompimento de um tubo de material sintético ligando a vesícula ao fígado, implantado em uma cirurgia a que Ornellas foi submetido quando jovem.
O Atestado de Óbito, assinado por Hermes Rodrigues de Alcântara, dá como causa da morte asfixia por enforcamento e informa erroneamente que Henrique Ornellas deixou viúva e dois filhos. Na verdade, Yara Walquíria Carvalho Ornellas morreu em 14/12/72, aos 46 anos. Registra que ele faleceu às 13h de 21 de agosto de 1973, no Quartel do 8º GAAA, Setor Militar, DF e que era natural de Itabira/SP (na verdade Itapira) e tinha 50 anos.
O nome de Henrique Ornellas consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964* à página 190: "Segundo nota oficial e declarações prestadas à imprensa pelo general Antônio Bandeira, Henrique teria se suicidado no 8º Grupo de Artilharia Antiaérea, em Brasília, onde se encontrava preso para averiguações de possíveis ligações subversivas".
Foi relator na Comissão Especial o general Oswaldo Gomes. Registra que Ornellas foi candidato a vereador em Arapongas em 1963 e levava aos comícios um rato branco em uma gaiola, insinuando que seria um dos seus adversários na política local. Que granjeou inimigos em sua atividade de advogado criminalista; sobretudo, estava incompatibilizado com o delegado responsável pelas acusações que levaram à sua prisão e morte em dependências do 8º GAAA. O general aceitou a versão de suicídio. Por se tratar de falecimento por causa não-natural em dependência policial, de pessoa envolvida ou acusada de envolvimento em atividades políticas, teve seu parecer acolhido por unanimidade em 20 de junho de 1996, tendo Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda ressalvado o descrédito na versão oficial de suicídio.

Morte natural

Manoel Alexandrino (? -1/1/74)

O seu nome foi incluído na lista dos 136 desaparecidos políticos do Anexo I da Lei 9.140/95, apesar de não constar do *Dossiê*. O Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro tinha o depoimento de Elizabete Teixeira, das Ligas Camponesas de Sapé, que dizia que ele tinha sido preso e morto. Não se tinha, na época, confirmação da família. Nilmário Miranda descobriu, mais tarde, que Manoel Alexandrino tinha morrido de morte natural, aparentemente em São Paulo, muito tempo depois da data em que desaparecera. Como a família não requereu o direito à indenização, o governo preferiu não fazer a retificação por meio de uma emenda.

Quem é essa mulher...

Zuleika Angel Jones (5/6/1923 - 14/4/1976)

Zuzu Angel tinha a coragem das mães vilipendiadas:

"Srs. passageiros, dentro de poucos minutos passaremos no Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, Brasil, país onde se torturam e matam jovens estudantes (...)"

Zuzu Angel tinha tomado o microfone de comunicação do Boeing e dito essa mensagem, em plena ditadura militar.
Era uma estilista famosa no país e no exterior. Tornou-se uma áspera e cabal opositora do regime desde junho de 1971, quando seu filho Stuart Angel Jones foi preso, torturado e morto por agentes de segurança da Aeronáutica na própria base aérea do Galeão. Sua morte não foi admitida, seu corpo foi ocultado qual um desaparecido político.
Os órgãos de segurança não sabiam como calar essa mulher, possuída de indignação sem tamanho, que se lançou em uma campanha sem tréguas usando formas de denúncia diferentes das habitualmente utilizadas pelos familiares dos militantes e dos defensores dos direitos humanos. Usava de seu prestígio para fazer chegar sua denúncia candente e apaixonada a personalidades do mundo político, diplomático, cultural, das comunicações de vários países.
Zuzu Angel chegou a ser alertada por militares descontentes com o governo de que os órgãos de repressão poderiam usar contra ela o "Código Doze": atentado simulando acidente ou assalto.
A comoção sem precedentes provocada pelos assassinatos oficiais após torturas de Wladimir Herzog, em outubro de 1975, e de Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, que levou à demissão do comandante do II Exército, general Ednardo D'Ávila Neto, levou a um recuo os torturadores. Instalou-se uma luta interna dentro do sistema para quebrar a autonomia dos órgãos repressivos.

Os guerrilheiros, urbanos e rurais, as organizações e partidos oposicionistas estavam esfacelados.

No Rio de Janeiro, principalmente, os agentes da repressão, postos na defensiva, passaram a praticar atentados a redações, bancas de jornais, escritório de advogados, a ações como o seqüestro de dom Adriano Hipólito, às cartas-bombas, até a tresloucada tentativa de provocar a morte de centenas de pessoas que assistiam a um show de 1° de maio no Riocentro em 1981.

Não era possível prender Zuzu Angel e forjar seu "suicídio" — teria uma repercussão impensável. Sua morte teria de parecer uma acidente.

Naquela noite, início da madrugada, ela saiu da festa naturalmente cansada, depois de um dia atribulado. Tomou seu Karmann Guia e foi para casa. Pouco ou nada bebia. Dirigia cuidadosamente.

Há várias versões para o "acidente". Para a imprensa, o desastre teria ocorrido às 2h15 do dia 14 de abril de 1976, na Estrada Lagoa-Barra, à saída do Túnel 2 Irmãos (hoje rebatizado com o nome de Túnel Zuzu Angel). O Corpo de Bombeiros relata que foi acionado às 2h40. O inquérito policial dá como ocorrido às 3h. Como se verá, os horários divergentes formam contradições de menor importância frente à magnitude da farsa que foi montada.

Segundo o laudo pericial assinado por Elson Rangel, o carro de Zuzu Angel vinha na pista certa, a uma velocidade de cerca de 100 km/h; ao se aproximar do Viaduto Mestre Manuel, inexplicavelmente, teria sofrido um desvio à esquerda, batendo no meio-fio do canteiro central, em seguida teria se desgovernado, derrapado fortemente para a direita, por 28 metros, batido no meio-fio à direita e teria sofrido novo desvio de trajetória, sempre sem reações de defesa por parte da motorista, e percorrido mais 9 metros até o choque da parte esquerda da frente do carro com a mureta do viaduto, e o capotamento sucessivas vezes até a parada, 6,40 metros abaixo, na Estrada da Gávea.

Um laudo feito sob medida para o inquérito policial, que propôs o arquivamento, por não ter o que investigar, já que o acidente teria sido provocado pelo sono. Na conclusão do inquérito, conduzido por Dil Gerson (...) No afã de descartar qualquer suspeita, o delegado chega ao ponto de descrever o que teria se passado com ela. Apesar das suspeitas e da incredulidade, não houve como desmontar a minuciosa farsa elaborada para encobrir a verdade. A própria família de Zuzu Angel rendeu-se à falta de testemunhas, provas sem indícios que pudessem contrapor à versão oficial.

Primeira votação

Na primeira vez que o processo de Zuzu Angel apontou a Comissão Especial, foi indeferido por 5 x 2, de Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisbôa. O relator Luís Francisco da Silva Carvalho Filho reconheceu que havia um clima de ameaças e suspeição e que Zuzu Angel incomodava os órgãos repressivos, mas não viu provas, mesmo indiciárias, suficientes para concluir pelo atentado político, e propôs o indeferimento em agosto de 1997.

A péssima repercussão do indeferimento com larga difusão dos protestos de Nilmário Miranda e Suzana Keniger Lisbôa, mas, sobretudo, da requerente Hildegard Angel, acabou propiciando o surgimento da verdade.

O advogado Luiz Roberto Nascimento Silva, representando a família, apresentou recurso à CE com três elementos novos:

1 - Declaração do advogado Carlos Machado Medeiros de que foi testemunha do atentado contra Zuzu Angel.

2 - Declaração da psiquiatra Germana de Lamare de que, dois dias antes de sua morte, Zuzu comunicou-lhe que estava ameaçada e apavorada.

3 - Carta dirigida a Hildegard Angel pelo advogado paraibano Marcos Pires relatando que ouviu o barulho do acidente de seu apartamento, e, juntamente com dois amigos, chegou ao local do acidente em 3 minutos, sendo impedido por policiais de várias viaturas de se aproximar, donde lhe veio a convicção de que a morte de Zuzu não fora acidental.

Recuo da testemunha

Carlos Machado Medeiros, advogado influente em Brasília, é filho do ex-ministro Carlos Medeiros, da Justiça, de Castelo Branco, primeiro presidente após o Golpe Militar de 1964. Em sua declaração à CE, datada de (...) de novembro de 1997 afirma que no dia 14 de abril de 1976 presenciou "dois carros abalroarem o Karmann Guia azul de uma pessoa que, logo depois, na manhã seguinte, constatou ser a estilista Zuzu Angel". Disse que este depoimento foi comunicado apenas a alguns amigos, "uma vez que não houve possibilidade de se recuperar este período tenebroso e dramático da vida brasileira".

Dois desses amigos, em declarações enviadas à CE, Erasmo Martins Pedro (ex-vice-governador do Rio) e Paulo Roberto Valpassos e um terceiro, o deputado federal José Luiz Clerot, em depoimento à CE, confirmaram que, desde 1976, ouviram de Carlos Machado Medeiros ter ele presenciado dois veículos abalroarem o carro de Zuzu Angel.

Luís Francisco da Silva Carvalho Filho resolveu tomar pessoalmente o depoimento de Carlos Machado Medeiros para detalhar a dinâmica do abalroamento, as distâncias, a descrição dos veículos, o porquê de não ter revelado antes o que viu.

Só três dias antes do depoimento, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho foi informado de que Carlos Machado Medeiros sofrera um grave acidente em 1994 e que trazia seqüelas do mesmo.

Acompanhado do diligente advogado Luiz Roberto Nascimento Silva e da advogada Elizabeth Sussekind, Luís Francisco da Silva Carvalho Filho constatou a delicadeza do estado de saúde de Carlos Machado Medeiros, que afirmou não se lembrar de nada referente à morte de Zuzu Angel!

Apesar da respeitabilidade dos três amigos que confirmaram ter ele presenciado o atentado que resultou na morte de Zuzu Angel, na prática, com este depoimento, a testemunha invalidou a declaração por ele assinada três meses antes.

Novos depoimentos

A Comissão Especial esteve a ponto de arquivar o recurso, em meio a uma acalorada discussão, mas, por fim, resolveu tomar novos depoimentos, no dia 9 de fevereiro de 1998.

Em 12 de fevereiro, Nilmário Miranda, representando o relator, foi à Paraíba tomar o depoimento de Marcos Pires, na presença do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de João Pessoa, Júlio Rafel, do presidente da OAB-PB,e da vice-presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Marcos Pires declarou que viu o carro de Zuzu Angel ser perseguido e abalroado. Estava à janela do seu apartamento no Edifício Tiberius quando viu um carro, em alta velocidade, ultrapassar pela esquerda e forçar o carro, que depois soube ser de Zuzu Angel, a sair da estrada, tombando na Estrada da Gávea. Marcos Pires gritou para seus dois amigos, Humberto Rabelo e Josaphat Soares, alertando para o que acabava de presenciar. Imediatamente, desceram e correram até o local onde o carro caíra, para oferecer socorro. Calcularam em 3 minutos o tempo gasto. Surpreendentemente, encontram um verdadeiro aparato policial e uma perua que lhes pareceu ser da imprensa, com uma antena alta na traseira.

Foram impedidos de se aproximar do carro acidentado. No dia seguinte, ao ler os jornais, teve a convicção de que Zuzu fora assassinada.

Nilmário Miranda voltou preocupado. O depoimento de Marcos Pires colocava em xeque o laudo pericial completamente. Com base em estudos sobre o laudo oficial por Celso Nenevê, que não é perito em acidentes de trânsito, Nilmário Miranda acreditava que o carro de Zuzu fora fechado pela direita, obrigando-o a chocar-se com a proteção do canteiro central, e daí todo o resto. O depoimento de Marcos Pires mudara tudo.

Humberto Rabello foi taxativo: ele apenas ouviu. Marcos Pires viu e ouviu.

Muito seguro, Marcos Pires repetiu esse depoimento a Luís Francisco da Silva Carvalho Filho. Explicou por que na carta de Hildegard Angel não falou que viu, só que ouviu: a carta não era uma declaração oficial para fins jurídicos e quis poupar à filha de Zuzu o inteiro teor do que presenciou.

Mário Magalhães, repórter da *Folha de S.Paulo,* no Rio, reconstituiu o trajeto entre a portaria do Edifício Tiberius e o local onde o carro caiu. No dia 12 de fevereiro: os 317 passos consumiram 3 minutos e 17 segundos.

Portanto, os 3 minutos de Marcos Pires não foram força de expressão.

No dia 23 de fevereiro, a *Folha* publica outra "bomba" descoberta por Marco Magalhães; que copiou diretamente dos negativos do Instituto Carlos Éboli

foto da perícia local que mostra não haver no asfalto nenhuma marca da derrapagem de 28 metros, registrada no laudo pericial.

Mário Magalhães mostrou esta foto ao perito Elmo Rangel. "É estranho. Não tem", foi tudo o que respondeu, e teve ainda o desplante de afirmar: "Não é preciso ter foto, tenho fé pública (...) ".

O mesmo repórter apurou que Elson Rangel, em *O Globo* de 15 de abril de 1976 afirmou que "provavelmente, Zuzu Angel tentou desviar-se de algum obstáculo à sua frente — talvez uma pessoa que atravessara correndo a pista, ou levou alguma fechada de algum outro carro". O perito não tinha ainda combinado com o delegado a falsificação para ajustar o laudo à versão oficial, baseado no sono e na ausência de reações de defesa.

Laudo técnico

A pá de cal na versão oficial veio com o laudo técnico, feito por dois especialistas, gratuitamente, a pedido de Luís Francisco da Silva Carvalho Filho: Valdir Florenzo e Raphael Martello Filho.

De pronto, Florenzo e Martello declararam que o laudo da versão oficial é inverossímil, independentemente dos vestígios no local ou no veículo.

"Primeiro, porque um veículo jamais mudaria de direção abruptamente, única e tão-somente por conta do impacto contra o meio-fio, o qual seria galgado facilmente (...)". Ou seja, o carro, ao chocar-se com o meio-fio, se projetaria dali e não a 9 metros depois de bater na mureta do Viaduto Mestre Manuel.

Ainda que se desviasse — apenas para efeito de raciocínio — para que o carro chocasse seu lado dianteiro esquerdo contra a mureta do viaduto, teria de ir com as rodas do lado direito no ar.

Segundo Florenzo e Martello, o que ocorreu foi o que Marcos Pires descreveu: o Karmann Ghia desviou inopinadamente à direita e chocou-se com a mureta e capotou uma única vez.

Eles crêem que os ferimentos no lado esquerdo da face e do crânio de Zuzu Angel vieram do choque de sua cabeça com o asfalto quando o carro caiu.

A fratura do perônio direito "é típica da compressão transmitida pelo pedal do freio no momento do impacto", prova de que ele freou derrubando a "ausência de reação de defesa" provocada pelo sono.

Teria de haver marca dos pneus no asfalto, se fosse verdadeira a versão oficial. Fatos constantes no laudo de Celso Nenevê, feito a pedido da CE na primeira vez em que o processo foi apreciado, mostram marcas de atritagem nos dois pneus dianteiros e deformações na folha da porta esquerda — que podem ter sido provocadas pelo abalroamento.

Inquérito viciado

O inquérito policial deveria apurar a hipótese de atentado, mas trabalha na direção oposta. Quis provar que o acidente foi provocado por embriaguez ou sono. A conclusão do inquérito:

Admitimos que Zuleika Angel Jones, certamente, cansada como estava, como de costume, pressentiu que ia dormir. Quem sabe tenha ido mais longe, suspeitou que não resistiria ao sono por mais tempo. Talvez tenha preferido, contrariando seu hábito, imprimir maior velocidade ao veículo para chegar rápido a casa e descansar. Infelizmente, traída pela fadiga, surpreendida, pegou no sono. Acreditamos que, por ocasião da primeira atritagem do veículo, Zuzu Angel foi atirada para o lado, perdendo inteiramente o domínio do mesmo, podendo até ter acordado, mas em estado de confusão mental, a que já aludimos, não conseguindo se aperceber da situação em que se encontrava. Única explicação plausível para a ausência de reação de defesa. Desnecessário se torna no nosso entender alinhar novos argumentos para provar que não houve crime no acidente que vitimou Zuzu Angel, vez que as provas alicerçadas nos laudos periciais e nos testemunhos são decisivas e irrefutáveis.

Na verdade, o caso tinha passado por uma revisão recente. O laudo comprovou que não havia álcool no sangue de Zuzu Angel.
A única testemunha arrolada no inquérito que não estava na festa, o vigia de um prédio, que a distância percebeu o acidente, ao depor, voltou atrás e disse que dormiu toda a noite.

Nova votação

Luís Francisco da Silva Carvalho Filho chegou à conclusão de que os erros crassos, grosseiros do laudo pericial da versão oficial não foram erros técnicos. Foram erros propositais, erros para ocultar evidências criminosas. "Fora da perspectiva política não há explicação razoável para a falsidade da versão oficial", e "minha convicção íntima é a de atentado político. Não estava detida em estabelecimento prisional, contudo, a rede de indícios demonstra que seu veículo foi interceptado e ela, em conseqüência, eliminada. Para tanto, Zuzu Angel estava na esfera de domínio dos autores do delito".
Suzana Keniger Lisbôa reafirmou seu voto anterior, pelo acolhimento. Nilmário Miranda chamou a atenção para a presença de uma pessoa com antena alta na parte traseira, que Marcos Pires pensou ser da imprensa, podendo ser o carro do DOI-Codi e que a presença de policiais em um tempo impossível é evidência de complô.
O general Oswaldo Gomes julgou absurda a hipótese de considerar dependência policial ou assemelhada uma pessoa dirigindo seu próprio carro, sozinha, em velocidade. Votou contra. Como ele, votaram Paulo Gonet Branco, repetindo suas posições anteriores, elogiando o parecer do relator. João Grandino, assim como Gonet, admitiu até mesmo a hipótese de atentado, mas não viu como enquadrar este caso nos parâmetros da Lei 9.140/95: "Esta lei não permite que se considere possível o abalroamento como dependência policial ou assemelhada".

Estabelecido o empate, 3 x 3, coube a Miguel Reale o voto de Minerva. Realçou que o amassamento da porta esquerda apontara para a hipótese do abalroamento pela esquerda. Que houve um plano, uma arquitetura, algo adrede preparado, e que Zuzu Angel tornou-se uma cidadã indefesa que não tinha como se defender e não podia conduzir livremente seu carro, e assim configurou-se uma situação de domínio.

Homenagem

Quem é essa mulher
que canta sempre esse estribilho:
Só queria embalar meu filho
que mora na escuridão do mar?
Quem é essa mulher
que canta sempre esse lamento:
Só queria lembrar o tormento
que fez o meu filho suspirar?
Quem é essa mulher
que canta sempre o mesmo arranjo:
Só queria agasalhar meu anjo
e deixar seu corpo descansar?
Quem é essa mulher
que canta como dobra um sino:
Queria cantar o meu menino
que ele já não pode mais cantar?

Chico Buarque de Holanda "resgata por metáforas e alusões a odisséia da figurinista Zuzu Angel, que protestou contra o governo militar pelo desaparecimento do filho torturado e acabou morta num estranho desastre de automóvel" (Tárik de Souza, na apresentação do disco *Chico 50 anos - O político.* Faixa 12 *Angélica*: 1981 Miltinho - Chico Buarque).

Permuta de presos?

Norberto Armando Habeger (? - 31/7/1978)

Cidadão argentino.
Secretário-geral da Juventude Democrata-Cristã, na Argentina, em 1964.
Jornalista.
Fundador do Partido Peronista Autêntico, braço político do movimento clandestino Montoneros.
A 30 de julho de 1978, usando passaporte em nome de Hector Esteban Cuello, embarcou na cidade do México, às 14h e, em vôo da PanAm, chegou ao Rio de Janeiro no dia seguinte.

Seu desembarque no Rio de Janeiro, em 31 de julho, foi confirmado por carta de Oswaldo Camchion, embaixador da Argentina no Brasil, afirmando estar registrada a entrada no país de uma pessoa com o nome de Hector Esteban Cuello.
Desde então, Norberto não mais foi visto, tendo seu seqüestro ocorrido entre 31 de julho e 3 de agosto, no Brasil.
Gestões junto às autoridades brasileiras nada esclareceram sobre o paradeiro de Norberto, constando que teria sido "trocado" com o governo argentino por um brasileiro preso naquele país.
O nome de Norberto Armando Habeger foi incluído no Anexo I da Lei 9.140/95.

Na visita do Papa

Jorge Oscar Adur (Padre) (? - 7/1980)

Cidadão argentino, desaparecido no Brasil desde 1980.
Nasceu em Nogoya, província de Entrerrios, Argentina.
Preceptor de noviços na Congregação de Religiosos de Assumpción, Chile, em 1969.
Membro da Organização de Padres do 3° Mundo, na Argentina, e conselheiro de grupos paroquiais da juventude e da Ação Missionária da Argentina, era padre titular das Igrejas Paroquiais de San Isidro e Olivos, em Buenos Aires, e responsável pela Pastoral das Vocações da Argentina.
Depois do golpe militar de 1976, na Argentina, mudou-se para a França, residindo na Congregação dos Religiosos Assumpcionistas, em Paris.
Em junho de 1980, veio ao Brasil, por ocasião da visita do Papa João Paulo II. Deveria reunir-se com diferentes grupos de vários países da América Latina, particularmente cristãos engajados na luta sindical e camponesa, familiares de desaparecidos e de presos políticos argentinos e outros movimentos religiosos ou leigos que apresentariam ao Papa seu testemunho das injustiças sociais e perseguições políticas da América Latina. Desapareceu no Brasil, durante os primeiros dias de julho de 1980, vítima, certamente, da coordenação das forças repressivas das ditaduras latino-americanas.
Único caso ocorrido após o prazo limite da Lei 9.140/95, cujo nome foi incluído no Anexo I.

Metalúrgico de Divinópolis

Benedito Gonçalves (28/08/1931 - 20/08/79)

O Caso está registrado no *Dossiê*:

Operário metalúrgico.
Morto pela Polícia Militar em agosto de 1979, quando realizava um piquete de greve em frente à Companhia Siderúrgica Paim, em Divinópolis (MG).

Atingido na cabeça por um golpe de cassetete, desferido por um policial militar, Benedito foi hospitalizado, falecendo dias depois em conseqüência do traumatismo craniano.

A Comissão de Familiares apresentou relatório à Comissão Especial, contendo notícias publicadas sobre o caso na época, entre elas a seguinte (Estado de Minas, 17/08/79):

O operário Benedito Gonçalves, 49 anos, ferido pela polícia, quando participava de um piquete na noite de terça-feira (13 de agosto), ainda hoje se encontra no CTI do Hospital São João de Deus, de Divinópolis. Benedito Gonçalves foi ferido às 19 h por uma cacetada e levado ao hospital às 13:30 h por alguns policiais. As quatro horas o trabalhador foi operado pelo cirurgião Calazans, mas ainda ontem se encontrava no CTI daquele hospital.

Com o título Metalúrgicos de Divinópolis vão tentar acordo e enterrar Benedito, o mesmo jornal informa, na edição de 21/08/79, a morte de Benedito Gonçalves:

(...) morreu ontem, às 11:45 h, no Hospital São João de Deus, onde estava internado a vários dias. (...) O metalúrgico Benedito Gonçalves, nascido em 28 de agosto de 1931, era operário da Cia. Paim, casado com Maria da Conceição Gonçalves (51 anos) com quem tinha cinco filhos.

O cortejo fúnebre atravessou a cidade, seguido por mais de mil trabalhadores metalúrgicos e populares.
Nilmário Miranda foi o relator na Comissão Especial. O seu voto:

> Conforme o noticiado nos jornais, Benedito foi ferido às 9 h da quarta-feira, dia 13/08, e levado ao Hospital São João de Deus, às 13:30 h, por uma viatura policial. No hospital, fizeram-lhe apenas curativos e lhe deram alta. O estado de saúde de Benedito foi se agravando e, no dia seguinte, 14/08, às 13:30 h, foi novamente levado pelos policiais aos mesmo hospital onde veio a falecer no dia 20/08, vítima das violências policiais sofridas no dia 13.
> Pelo exposto acima, se conclui que Benedito Gonçalves foi agredido no dia 13/08 e veio a falecer no dia 20/08/79, vítima da violência do Estado, no período da ditadura militar, quando o direito de greve era tratado como ato político subversivo, enquadrado como crime contra a segurança nacional, devendo, portanto, ter eu nome incluído entre aqueles beneficiados pela Lei 9.140/95.

A Comissão Especial indeferiu o caso por 4x2, sendo votos vencidos o do relator e o de Suzana Keniger Lisbôa. João Grandino estava ausente.

Protesto contra tortura

João Bosco Penido Burnier (11/6/1917 - 11/10/1976)

João Bosco Penido Burnier era padre missionário jesuíta na Prelazia de Diamantino, Mato Grosso. Atuava ao lado dos indígenas, trabalhadores rurais sem-terra. Seguia linha pastoral implementada pela chamada Teologia da Libertação, pela qual fez a opção preferencial pelos pobres numa das regiões de mais conflitos no país.

Seu caso é relatado no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*:

"Foi fuzilado no dia 11 de outubro de 1976, quando realizava uma visita à cadeia pública de Ribeirão Bonito, em Mato Grosso, em companhia de vários padres e de dom Pedro Casaldáliga. Tal visita era em razão de denúncias de que naquela cadeia se encontravam paroquianos que estariam sendo torturados. Assim que chegaram, os padres foram recebidos à bala pelos policiais, duas das quais atingiram mortalmente o crânio do padre Burnier".

O padre José Coelho de Souza, em *O Sangue pela Justiça,* reconstitui por meio de dados, fatos, documentos e depoimentos a vida e o martírio do padre João Bosco Penido Burnier.

Descendente de duas tradicionais famílias de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, os Burnier e os Penido, nasceu naquela localidade em 11 de junho de 1917.

Seus últimos dez anos de vida passou-os no norte do Estado do Mato Grosso, onde chegou a aprender a língua do grupo indígena Bakairi.

Em 1976, foi escolhido coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), para o norte mato-grossense. Foi ele quem acompanhou Daniel Matenho Cabixi para o encontro dos povos indígenas do Cone Sul. Era muito ligado aos povos indígenas Meruri e aos Bororó.

Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, no Estado de Mato Grosso, foi testemunha de toda truculência e violência policial que vitimou o padre João Bosco Penido Burnier.

Relata no boletim do CIMI, de novembro de 1976 (in - padre José Coelho de Souza, págs.181 e seguintes) e no livro *Creio na Justiça e na Esperança* (págs. 128 e seguintes):

Mulheres torturadas

Como coordenador regional do Cimi (...) o padre João Bosco veio a nossa Prelazia de São Félix para nos acompanhar no encontro indigenista anual da Prelazia. Em Santa Terezinha (...) o padre João Bosco (...) contribuiu com oportunas colocações que o mostravam cada dia mais comprometido com a causa indígena (...) O padre e eu regressamos a São Félix no dia 8 (de outubro). No dia 11, às 6h pegamos o expresso xavante, da linha São Félix-Barra do Garças

e às 13h chegamos a Ribeirão Bonito, um lugarejo de mil e tantos habitantes (...) O padre João Bosco decidiu pernoitar lá (...) quando chegamos a Ribeirão logo nos sentimos atingidos por um certo clima de terror que pairava sobre o lugar e redondezas. A morte do cabo Félix (...), muito conhecido pelas suas arbitrariedades e até crimes (...) trouxe ao lugar um grande contingente de policiais e com eles a repressão arbitrária e até a tortura (...) Duas mulheres estavam sofrendo na delegacia torturas — um dia sem comer e beber, de joelhos, braços abertos, agulhas na garganta e sob as unhas (...) Era Margarida Barbosa, irmã de Jovino (que matara o cabo Félix por ter aprisionado os filhos dele). E Santana, esposa de Paulo, filho de Jovino, violentada por vários soldados apesar de estar de resguardo (...) Eram mais de 18h e os gritos delas se ouviam da rua. 'Não me batam.' Resolvi ir à delegacia interceder por elas. O padre João Bosco, que estava lendo e rezando (...) fez questão de me acompanhar (...) Quando chegávamos no terreno da pequena delegacia local, cercada por arame (...) os quatro policiais nos esperavam enfileirados, em atitude agressiva. Entramos pela cerca de arame que ia ser também cerca de morte. Eu me apresentei como bispo de São Félix, dando a mão aos soldados. O padre João Bosco também se apresentou. E tiveram aquele diálogo de talvez três ou cinco minutos; com insultos e ameaças até de morte por parte deles. Quando o padre João Bosco disse aos policiais que denunciaria aos superiores dos mesmos as arbitrariedades que vinham praticando, o soldado Ezy Ramalho Feitosa pulou até ele, dando-lhe uma bofetada fortíssima no rosto. Tentei cortar o impossível diálogo: 'João Bosco, vamos (...)' O soldado descarregou no rosto do padre um golpe de revólver, e em um segundo gesto, fulminante, o tiro fatal, no crânio.

Socorrido no pequeno ambulatório de Ribeirão, inicialmente foi levado até uma fazenda há 4h de distância e na madrugada seguinte, de táxi aéreo, a Goiânia, onde chegou com o cérebro já morto em estado de vasoplegia. Morreu no dia 12 de outubro, sendo sepultado em Diamantino no dia 14.

Um jornalista chorou quando alguém disse que "liberdade se compra com sangue e a vida nasce da morte". O enterro realizou-se às 12h. O corpo do padre João Bosco foi conduzido a pé por cerca de 2 mil pessoas e 45 carros, quase toda a população.

Da boca do povo, no dia do enterro, ouviam-se as palavras:

Padre João morreu porque defendeu a liberdade de duas mulheres do povo. É bom lembrar também que é por essa mesma causa que o bispo e todo o povo da missão é chamado de comunista e subversivo.

Na cruz plantada no terreno da delegacia onde morreu padre João Bosco constava a inscrição: "Aqui, no 11/10/76 foi assassinado pela polícia o padre João Bosco defendendo a liberdade" (*Para a população prevaleceu a data do atentado - a morte ocorreu no dia seguinte*).

Em Ribeirão Bonito foi construída uma igreja no local do assassinato do padre João Bosco. A pequena cadeia foi destruída pela população no dia 19 de outubro. A igreja foi inaugurada no dia 11 de outubro, um ano depois, no aniversário da morte do padre João Bosco.
Do processo constam ainda o Atestado de Óbito e o auto de exame cadavérico, realizado pelo IML de Goiânia pelos médicos-legistas Raul Leão do Couto e Rosalvo Alves Costa, que dão como causa da morte traumatismo crânio-encefálico, hemorragia aguda intracraniana por projétil de arma de fogo.

Voto do relator

O relator Nilmário Miranda propôs o deferimento:

> Esta Comissão Especial julgou o caso do padre Antônio Henrique Ferreira Neto, assassinado no Recife, em 1969. Entendeu esta Comissão Especial que, mesmo sem ligação com organizações políticas clandestinas, militando em movimentos sociais, também levava pessoas a serem perseguidas durante o regime militar. Dá-se o mesmo no caso do padre João Bosco Penido Burnier. Seu compromisso com pessoas oprimidas levou-o à delegacia de Ribeirão Bonito para acudir duas mulheres que estavam sendo torturadas pelos policiais, sendo morto pelo policial militar Ezy Ramalho Feitosa em dependência policial.
> O fato de estar acompanhado por dom Pedro Casaldáliga, considerado inimigo pelos governos militares, que tentaram expulsá-lo do país, é relevante. Naquele mesmo ano, no dia 22 de setembro, quando agentes policiais-militares seqüestraram dom Adriano, bispo de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, testemunhas oculares informaram dom Pedro da tentativa de matá-lo em São Félix do Araguaia. Segundo dom Pedro Casaldáliga: *"Queriam, os inimigos do povo, dar uma 'lição' à Igreja do Povo, simultaneamente na cidade e no campo?"*

O relator votou então pelo deferimento do pedido. Apenas Suzana Keniger Lisbôa acompanhou o seu voto. Os demais membros opinaram que caberia ação responsabilizando o governo estadual do Mato Grosso e que, mesmo condenável, esse crime não se enquadra nos parâmetros da Lei 9.140/95. O caso foi indeferido por 5x2.

Na construção civil

Orocílio Martins Gonçalves (1945 - 30/7/1979)

O caso consta do *Dossiê* com o nome de 'Otacílio Martins Gonçalves':

Operário da construção civil de Belo Horizonte. Assassinado em 30 de julho de 1979 pela Polícia Militar quando da repressão à passeata realizada pelos operários em greve do setor. Otacílio tinha 24 anos, era casado e pai de um bebê de dois meses.

Na época da morte de Orocílio Martins Gonçalves, sua viúva, em declarações à imprensa, afirmou que ele não era manifestante e que passava pelo local por acaso. No recurso, apoiada na publicação do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, *Marreta*, em artigo que lembra os dez anos da morte de Orocílio, ela se corrige e diz que ele era militante. O relator, na primeira votação, foi João Grandino Rodas, que votou pelo indeferimento.
A Comissão Especial manteve a decisão por 4 x 2, com votos vencidos de Suzana Keniger Lisbôa e Nilmário Miranda. João Grandino estava ausente.

Metalúrgico de Divinópolis

Benedito Gonçalves (28/08/1931 - 20/08/79)

O Caso está registrado no *Dossiê*:

Operário metalúrgico.
Morto pela Polícia Militar em agosto de 1979, quando realizava um piquete de greve em frente à Companhia Siderúrgica Paim, em Divinópolis (MG).
Atingido na cabeça por um golpe de cassetete, desferido por um policial militar, Benedito foi hospitalizado, falecendo dias depois em conseqüência do traumatismo craniano.

A Comissão de Familiares apresentou relatório à Comissão Especial, contendo notícias publicadas sobre o caso na época, entre elas a seguinte (Estado de Minas, 17/08/79):

O operário Benedito Gonçalves, 49 anos, ferido pela polícia, quando participava de um piquete na noite de terça-feira (13 de agosto), ainda hoje se encontra no CTI do Hospital São João de Deus, de Divinópolis. Benedito Gonçalves foi ferido às 19 h por uma cacetada e levado ao hospital às 13:30 h por alguns policiais. As quatro horas o trabalhador foi operado pelo cirurgião Calazans, mas ainda ontem se encontrava no CTI daquele hospital.

Com o título Metalúrgicos de Divinópolis vão tentar acordo e enterrar Benedito, o mesmo jornal informa, na edição de 21/08/79, a morte de Benedito Gonçalves:
(...) morreu ontem, às 11:45 h, no Hospital São João de Deus, onde estava internado a vários dias. (...) O metalúrgico Benedito Gonçalves, nascido em 28 de agosto de 1931, era operário da Cia. Paim, casado com Maria da Conceição Gonçalves (51 anos) com quem tinha cinco filhos.
O cortejo fúnebre atravessou a cidade, seguido por mais de mil trabalhadores metalúrgicos e populares.

Nilmário Miranda foi o relator na Comissão Especial. O seu voto:

> Conforme o noticiado nos jornais, Benedito foi ferido às 9 h da quarta-feira, dia 13/08 (*antes, portanto, da data final estabelecida na Lei 9.140/95*) e levado ao Hospital São João de Deus, às 13:30 h, por uma viatura policial. No hospital, fizeram-lhe apenas curativos e lhe deram alta. O estado de saúde de Benedito foi se agravando e, no dia seguinte, 14/08, às 13:30 h, foi novamente levado pelos policiais aos mesmo hospital onde veio a falecer no dia 20/08, vítima das violências policiais sofridas no dia 13.
>
> Pelo exposto acima, se conclui que Benedito Gonçalves foi agredido no dia 13/08 e veio a falecer no dia 20/08/79, vítima da violência do Estado, no período da ditadura militar, quando o direito de greve era tratado como ato político subversivo, enquadrado como crime contra a segurança nacional, devendo, portanto, ter eu nome incluído entre aqueles beneficiados pela Lei 9.140/95.

A Comissão Especial indeferiu o caso por 4x2, sendo votos vencidos o do relator e o de Suzana Keniger Lisbôa. João Grandino estava ausente.

Casos fora do período da Lei

Vários casos que constam do *Dossiê* ocorreram fora do período de abrangência definido na Lei 9.140/95 (após 15 de agosto de 1979), levando as famílias a não recorrerem. Quando apresentados, a Comissão Especial não tinha condições, por força da lei, de tomar conhecimento dos mesmos.
Entre eles, estão os de três argentinos que desapareceram no Brasil. As famílias criaram uma associação e permanecem investigando as circunstâncias dos desaparecimentos, exigindo do governo brasileiro a localização dos corpos. (Os nomes de outros dois cidadãos argentinos, Jorge Oscar Adur e Norberto Armando Habeger foram incluídos no Anexo I da Lei))
Os três argentinos desaparecidos não reconhecidos:

Mônica Suzana Pinus (? - 12/3/1980)
Lorenzo Ismael Uinas (? - 26/6/1980)
Horácio Domingo Campiglia (? - 12/3/1980)

Deixaram de requerer o reconhecimento pela Comissão Especial as famílias de Guido Leão, Santo Dias da Silva, Raimundo Ferreira Serra, Wilson dos Santos Pinheiro, assim como a de Margarida Alves.

Guido Leão (? - 9/1979)

Morto em setembro de 1979, em Betim, Minas Gerais, quando realizava um piquete de greve em frente à Fiat Automóveis.

Tentando fugir de uma investida da cavalaria da Polícia Militar, armada de sabres, Guido foi atropelado por um carro da própria polícia, morrendo em seguida.

Santo Dias da Silva (22/2/1942 - 30/10/1979)

O *Dossiê* relata o seguinte sobre o caso:

Nasceu em 22 de fevereiro de 1942, em São Paulo, filho de Jesus Dias da Silva e Laura Amâncio.
Operário metalúrgico, era motorista de empilhadeira da Metal Leve S/A. Antes havia sido lavrador, colono, diarista e bóia-fria. Em 1961, foi expulso, com a família, das terras onde era colono, por exigir registro de carteira profissional, como era lei. Trabalhador em fábrica, foi demitido por participar de campanhas coletivas por aumento de salário e adicional de horas extras.
Líder operário bastante reconhecido no meio dos trabalhadores, era casado e pai de dois filhos.
Após sua covarde morte, como homenagem de sua luta e seu exemplo, foi criado o Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo.
Santo era membro da pastoral operária de São Paulo, representante leigo ante a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), membro do Movimento Contra a Carestia, candidato a vice-presidente da chapa 3, da Oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e integrante do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA/SP).
Assassinado friamente pela PM paulista quando comandava um piquete de greve no dia 30 de outubro de 1979, em frente à fabrica Silvânia, em Santo Amaro, bairro da região sul.
Relato da morte de Santo Dias, publicado no Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, encontrado no Arquivo do Dops/SP:
"Os policiais estavam puxando o Espanhol *por um lado. Do outro, Santo segurava o companheiro. Começou então a violência, com tiros para cima e, depois, eu vi o Santo ser atingido na barriga, de lado, e o tiro sair de outro lado. Escutei três gritos: ai, ai, ai. E o Santo caiu no chão".*
O metalúrgico Luís Carlos Ferreira relatou assim a morte de Santo Dias da Silva, no depoimento que prestou à Comissão de Justiça e Paz, que também ouviu mais duas outras testemunhas sobre a morte do companheiro. Segundo Luís Carlos afirmou à Comissão, ele estava a uns 6 metros de distância de Santo Dias, no momento em que ele foi baleado.
"Os policiais continuaram a perseguir outros", prossegue Luís Carlos no seu depoimento, "Eu fiquei atrás de um poste e posso, com toda segurança, reconhecer o policial que atirou no Santo: tem cerca de 1,80m, alto, forte e aloirado. E pude ver, depois, na delegacia, que ele tem uma falha na arcada dentária. Vi ele bem, quando eu estava sendo levado preso no Tático Móvel 209".

Luís Carlos lembra que havia cerca de 50 operários no piquete, que nunca usou de violência, pois "só fazíamos o trabalho de conscientização". Ele também desmente a versão de que os trabalhadores teriam iniciado o conflito, afirmando que "quando chegaram na porta da Sylvânia, havia uns quatro ou cinco policiais guardando o local. Não houve nenhum atrito com eles e nenhum de nós estava armado".

Luís Carlos Ferreira reconheceu o soldado Herculano Leonel como o autor do disparo que matou o operário.

Correndo, assustados e ao mesmo tempo com raiva do ocorrido, os companheiros entraram na sede com a notícia parada na garganta: "Mataram o Santo". Em um primeiro momento, a dúvida e, após a confirmação, a dor. A repressão diante da Sylvânia, local para o qual Santo se dirigira com a finalidade de acalmar os ânimos, dissolveu a tiros o piquete; fez um ferido (João Pereira dos Santos) e um morto, Santo Dias da Silva. A triste notícia correu de boca em boca. As autoridades procuravam esvaziar e eximir-se da culpa.

Imediatamente, começou a mobilização dos trabalhadores para protestar contra o assassinato. A polícia não queria nem mesmo liberar o corpo. Depois da interferência de outros sindicalistas e parlamentares, o corpo de Santo chegou à Igreja da Consolação, onde foi velado pelo povo de São Paulo. A tristeza misturava-se com a incredulidade e a raiva contra os assassinos. Milhares de pessoas desfilaram diante do caixão aberto de Santo, prestando sua homenagem ao novo mártir da luta operária, que estampava no seu rosto um leve sorriso de tranqüilidade.

Já na madrugada, o povo continuava a rezar por Santo e a se preparar para a grande marcha até a Sé, local fixado para a cerimônia de encomendação do corpo.

Às 8h a movimentação diante da Consolação era grande: metalúrgicos, estudantes, todos querendo levar Santo. Saindo da Consolação às 14h10, o cortejo com faixas e palavras de ordem contava com mais de 10 mil pessoas. Dos prédios caíam papéis picados, um sinal silencioso de solidariedade. Novos manifestantes acresciam-se ao cortejo, e as palavras de ordem sucediam-se: "A luta continua", "A polícia dos patrões matou um operário", "Você está presente, companheiro Santo".

O caso de Santo Dias da Silva não foi apreciado pela Comissão Especial porque a sua morte ocorreu 45 dias após a data limite estabelecida na Lei 9.140/95 (entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979).

Raimundo Ferreira Lima (? - 29/5/1980)

Líder camponês da região de Itaipava, no Araguaia. Membro da Comissão Pastoral da Terra, foi candidato da chapa de oposição ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, no Pará.

Foi assassinado em 29 de maio de 1980, em uma emboscada. Seu nome constava de uma lista dos fazendeiros da região, elaborada após a morte de um grileiro, que iniciara a demarcação das terras de sua fazenda, sem entrar em acordo com os posseiros, ameaçando expulsá-los.

Tudo indica que seu assassino foi o capataz José Antônio, filho adotivo de Fernando Leitão Diniz.

A polícia de Araguaína abriu inquérito somente dois dias após o crime, sob pressão da Comissão Pastoral da Terra.

Wilson Souza Pinheiro (? - 21/7/1980)

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, no Acre, e membro da Comissão Municipal Provisória do Partido dos Trabalhadores no município de Brasiléia, assassinado em 21 de julho de 1980.

Seringueiro amazonense, foi o fundador do 1° Sindicato de Trabalhadores Rurais do Acre, em Brasiléia, no ano de 1979.

Liderou a marcha de 300 seringueiros para desarmar os bandidos que vinham ameaçando os posseiros da região. Nessa ocasião, tomaram mais de 20 rifles automáticos e, de volta a Rio Branco, entregaram essas armas ao Exército.

Foi o "mutirão contra a jagunçada" que reafirmou o prestígio e a liderança de Wilson como defensor da mata e do trabalho extrativista na Amazônia.

Ainda em 1979, liderou uma comissão de trabalhadores rurais e índios do Acre para apaziguar a luta entre os Apurinãs e os parceleiros que o Incra havia metido em território indígena. Assim foi gerado o embrião que, mais tarde, se transformou na "Aliança dos Povos da Floresta".

Ele incomodava o latifúndio. Um ano depois dessas jornadas, fazendeiros da região articularam-se para dar fim ao movimento de resistência dos seringueiros. Decidiram por matar Wilson. E foi o que aconteceu na tarde do dia 21 de julho de 1980, com três tiros nas costas, na sede do Sindicato de Brasiléia.

Com sua morte, o latifúndio alastrou-se com maior voracidade. O seringal onde morou com a família é hoje pastagem de gado, cujo proprietário é membro da UDR.

Contudo, a experiência de Brasiléia propagou-se na Amazônia. Multiplicaram-se os embates. No Xapuri, essa resistência pacífica contou com a liderança de Chico Mendes e alcançou projeção internacional.

Lyda Monteiro da Silva (5/12/1920 - 27/8/1980)

Nasceu em 5 de dezembro de 1920, em Niterói, Rio de Janeiro, filha de Luiz Monteiro da Silva e Ludovina Monteiro da Silva.

Era casada e tinha um filho. Funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil, onde ingressou em 1936, quando tinha apenas 16 anos. Por sua capacidade, chegou a ocupar o cargo de diretora do Conselho Federal da OAB, no Rio de Janeiro.

Morta aos 59 anos no Rio de Janeiro, em 27 de agosto de 1980, durante o governo Figueiredo, na chamada Operação Cristal organizada por grupos extremistas de direita, pela explosão de uma carta-bomba, às 14h, na sede da OAB/RJ. A carta era endereçada ao presidente da entidade, Eduardo Seabra Fagundes, do qual Lyda era secretária.
O registro de ocorrência de n° 0853 da 3ª DP dá sua morte como "ato de sabotagem ou terrorismo" e informa que, na explosão, saiu ferido outro funcionário, José Ramiro dos Santos.
Lyda veio a falecer no caminho para o Hospital Souza Aguiar. Seu óbito, de n° 313, foi assinado pelo dr. Hygino C. Hércules, do IML, tendo como declarante Joaquim Alves da Costa.
Foi enterrada no dia seguinte no Cemitério São João Batista (RJ), com grande participação dos movimentos sociais e cobertura da imprensa.
No mesmo dia 27, mais duas cartas-bomba foram entregues, no Rio de Janeiro — no Gabinete do vereador Antonio Carlos de Carvalho (PMDB) e na sede do jornal *Tribuna da Imprensa*. Inquéritos, na época, foram abertos e nada foi apurado.

Margarida Maria Alves (? - 13/8/1983)

Trabalhadora rural, rendeira, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, Paraíba.
Foi assassinada por um jagunço a mando de latifundiários da região, no dia 13 de agosto de 1983.
Destacou-se pela defesa dos direitos do trabalhador sem terra, pelo registro em carteira, pela jornada de 8 horas, pelo 13° salário, férias, entre outros direitos.
Raimundo Francisco de Lima, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Pedro, Rio Grande do Norte, assim se expressou para homenagear Margarida:

No dia doze de agosto
do ano de oitenta e três
parece que a natureza
descuidou-se ou não sei
fazendo com que Margarida
víssemos pela última vez.
Margarida porque tinha
trabalho de consciência
saiu deixando um trabalho
por outro mais de urgência
sem saber que os patrões
usariam da violência.
Estando na sua casa
conversando com o marido
foi visto por um vizinho

quando chegou um bandido
chegando deixar seu corpo
sem vida no chão caído.
Seu Casimiro que estava
nesta mesma ocasião
sentado em uma cadeira
olhando a televisão
foi escutando um disparo
e vendo a esposa no chão.
O Rio Grande do Norte
e Pernambuco também
o povo da Paraíba
de Itambé e Belém
sentiram este drama triste
por tanto lhe querer bem.
Chora toda a Paraíba
que conhecia a mulher
por ser muito combativa
e mantinha a classe em pé
a morte de Margarida
para o povo é taça de fé.
Com ela são trinta e dois
já vítimas de violência
queremos que a justiça
use de mais consciência
tomando de imediato
as devidas providências.
Justiça por caridade
descubra este bandido
se apelarmos pra Deus
faz o que Ele é servido
para que vocês esperem
porque quem com ferro fere
com ferro será ferido.

Mortos no exílio

Casos registrados no *Dossiê* de militantes políticos que morreram no exílio.

Luiz Renato Pires de Almeida (18/11/1944 - 1/10/1970)

Nasceu em 18 de novembro de 1944, na localidade de Formigueiro, à época município de São Sepé, no Rio Grande do Sul. Seus pais eram Lucrécio de Almeida e Doca Pires de Almeida.

Sua família era numerosa, tendo Luiz Renato nove irmãos, e sido criado no campo, onde seu pai era um pequeno proprietário.
Ao completar os cursos primário e ginasial, transferiu-se para a cidade de Santa Maria a fim de continuar seus estudos. Entrou na Faculdade de Agronomia, participando do movimento estudantil, atuando inclusive no Diretório Acadêmico de sua faculdade.
Com o Golpe Militar de 1964, a faculdade foi invadida e os estudantes ativistas tiveram de fugir, muitos foram presos ou caíram na clandestinidade. Dois anos mais tarde, em 1966, Luiz Renato foi preso em Porto Alegre e recolhido ao Presídio do Dops/RS, e ficou durante oito meses na Ilha-Presídio. Ali se encontrava no dia 14 de março de 1966, quando chegou em sua cela um preso político – Manoel Raimundo Soares – cuja prisão, tortura e assassinato teve grande repercussão nacional e internacional (morto em 24 de agosto de 1966). Neste mesmo ano, Luiz Renato depôs na CPI da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, denunciando as torturas ali infligidas a Manoel Raimundo.
Em outubro do mesmo ano, Luiz Renato conseguiu fugir para o Rio de Janeiro. No final de 1967 ou início de 1968, Luiz Renato viajou para Moscou para estudar na Universidade Patrice Lumumba.
Em Moscou juntou-se ao grupo latino de estudantes sul-americanos que sonhavam com as idéias guevaristas da revolução na América. Ligou-se, então, a Oswaldo Chato Peredo, reorganizador do Exército de Libertação Nacional que empreendia a luta guerrilheira nas montanhas da Bolívia.
Algum tempo depois passou por Cuba e daí voltou para a Bolívia, deslocando-se de La Paz para as montanhas.
No início de outubro de 1970, nas regiões de Masapar e Haicura, a 300 km de La Paz, Luiz Renato e outros companheiros caíram mortos pelas tropas bolivianas, estando desaparecido até hoje.

Djalma Carvalho Maranhão (27/11/1915 - 30/7/1971)

Djalma nasceu em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte. Filho de Luiz Ignácio de Albuquerque Maranhão e Maria Salomé de Carvalho Maranhão.
Seu irmão Luiz Ignácio Maranhão Filho, ex-deputado estadual do Rio Grande do Norte e membro do Comitê Central do PCB, é desaparecido político desde abril de 1974.
Por volta de 1930, era filiado ao PCB, com atuação política no Sul do país. Retornando a Natal no início do Estado Novo, fundou um jornal e um clube de futebol. Divergindo da direção regional do PCB, acabou sendo expulso do partido, filiando-se ao Partido Social Progressista (PSP).
Em 1954 foi eleito deputado estadual, sendo dois anos depois nomeado prefeito de Natal.

Em 1958, disputou uma cadeira na Câmara dos Deputados, pela legenda da UDN, ficando na suplência. De 21 de julho a 3 de novembro de 1960, assumiu a cadeira de deputado federal.
Em 1960, foi eleito prefeito de Natal pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), assumindo a prefeitura em 1961. Em sua administração deu prioridade à educação.
Com o Golpe Militar de 1964, foi afastado, preso e teve seu mandato cassado. Levado preso para Recife, acabou sendo transferido para a prisão de Fernando de Noronha. Somente foi libertado em fins de 1964.
Partiu para o exílio no Uruguai, sendo julgado à revelia e condenado a 18 anos de prisão. Em 30 de julho de 1971, faleceu em Montevidéu, vítima de uma parada cardíaca. Foi casado com Dária de Souza Maranhão, com quem teve um filho.

Walter Kenneth Nelson Fleury (? - 9/8/1971)

Desaparecido em Buenos Aires em 9 de agosto de 1976.
De acordo com uma carta entregue à Comissão de Representação Externa para o esclarecimento dos mortos e desaparecidos, por um funcionário do CELS, um centro ecumênico que busca desaparecidos políticos na Argentina, durante a ditadura militar (1976 a 1983), Walter teria sido visto em novembro e dezembro de 1976, pouco depois de seu seqüestro, na Brigada Guemes, prisão localizada na periferia de Buenos Aires, por Lélio Lopez.

Nilton Rosa da Silva (? - 1/9/1973)

Nascido em Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, onde foi um ativo participante do movimento estudantil secundarista. Foi morto em 1973, em uma manifestação de rua no Chile. Pertencia às Brigadas do MIR - Movimiento de Izquierda Revolucionario.

Tito de Alencar Lima (Frei) (14/9/1945 - 7/8/1974)

Frade dominicano.
Nascido em Fortaleza, no Ceará, em 14/9/45, filho de Ildefonso Rodrigues de Lima e Laura Alencar Lima.
Estudou em Fortaleza com os padres jesuítas. Foi dirigente regional e nacional da JEC (Juventude Estudantil Católica). Em 1965, ingressou na Ordem dos Dominicanos, sendo ordenado sacerdote em 1967, e também foi aluno de Filosofia da USP.
Militante da Ação Estudantil Católica, foi seu coordenador para o Nordeste.
Preso em 1968, sob a acusação de ter alugado o sítio onde se realizou o Congresso da UNE, em Ibiúna.
Preso novamente em 4 de novembro de 1969, em companhia de outros padres dominicanos, acusados de ter ligações com a ALN e Carlos Marighella.

Frei Tito foi torturado durante 40 dias pela equipe do delegado Sérgio Fleury. Transferido depois para o Presídio Tiradentes, onde permaneceu até dia 17 de dezembro. Nesse dia, foi levado para a sede da Operação Bandeirantes (DOI-Codi/SP), quando o capitão Maurício Lopes Lima, disse-lhe: "Agora você vai conhecer a sucursal do inferno". E foi o que ocorreu. Torturado durante dois dias, pendurado no pau-de-arara, recebendo choques elétricos na cabeça, nos órgãos genitais, pés, mãos, ouvidos, com socos, pauladas, "telefones", palmatórias, "corredor polonês", "cadeira-do-dragão", queimaduras com cigarros, tudo acompanhado de ameaças e insultos. A certa altura, o capitão Albernaz ordenou-lhe que abrisse a boca para receber a hóstia sagrada, introduzindo-lhe um fio elétrico que lhe queimou boca a ponto de impedi-lo de falar.
Frei Tito foi deixado durante toda uma noite no pau-de-arara e, no dia seguinte, tentou o suicídio com uma lâmina, sendo conduzido às pressas para o Hospital do Exército do Cambuci, onde ficou cerca de uma semana sob tratamento médico sem, contudo, deixar de ser submetido a tortura psicológica constante.
Banido do país em 13 de janeiro de 1971, quando do seqüestro do embaixador da Alemanha no Brasil, viajou para o Chile e depois para a Itália e a França.
Após algum tempo, instalou-se na comunidade dominicana de Arbresle, tentando desesperadamente lutar contra os crescentes tormentos de sua mente, abalada profundamente pela tortura. Já no exílio, foi condenado pela 2ª Auditoria a pena de um ano e meio de reclusão, em 23 de fevereiro de 1973.
No dia 7 de agosto de 1974, com 29 anos de idade, Frei Tito enforcou-se, pendurando-se em uma árvore. Foi enterrado no Cemitério Dominicano de Sainte Marie de la Tourette, próximo a Lyon, na França. Em 25 de março de 1983, seus restos mortais foram trasladados para o Brasil, acolhidos solenemente na Catedral da Sé, em São Paulo, com missa rezada por dom Paulo Evaristo Arns e enterrado no jazigo de sua família em 26/3, em Fortaleza.

Francisco Tenório Júnior (? - 1/1/1976)

Desaparecido desde 1976, quando tinha 35 anos.
Músico que excursionava por Buenos Aires, acompanhando o violonista Toquinho e o poeta Vinícius de Moraes.
Tenorinho, como era conhecido, foi detido na noite de 18 de março de 1976, logo após ter deixado o Hotel Normandie para procurar uma farmácia em busca de medicamentos. Foi tragado pela rede clandestina da repressão oficial sem deixar pistas.
Vinícius de Moraes, Toquinho e mais alguns amigos, como o poeta Ferreira Gullar (exilado em Buenos Aires), mobilizaram-se inutilmente. Procuraram em hospitais e delegacias e buscaram ajuda na Embaixada Brasileira.
O governo brasileiro, em 1976, informou que nada sabia e o Itamaraty anunciou que "envidava esforços" para localizar o pianista desaparecido.

Em 1986, o ex-torturador argentino Claudio Vallejos, que integrava o Serviço de Informação Naval, em entrevista à revista *Senhor* (n° 270) menciona o destino de diversos brasileiros nas mãos da ditadura argentina: Sidney Fix Marques dos Santos, Luiz Renato do Lago Faria, Maria Regina Marcondes Pinto de Espinosa, Norma Espíndola, Roberto Rascardo Rodrigues e Francisco Tenório Jr. Em documentos apresentados por Vallejos diz-se:
"Do dia 20 de março de 1976 – quando o capitão Acosta solicita ao contra-almirante Chamorro autorização "para estabelecer contato com o agente de ligação, código de guerra 003, letra C, do SNI do Brasil", para que informasse a central do SNI no Brasil que o grupo de tarefa chefiado por Acosta estava "interessado na colaboração para a identificação e informações sobre a pessoa do detido brasileiro Francisco Tenório Jr.".
Outro documento, em ofício assinado por Acosta, é dirigido ao embaixador, em nome do "Chefe da Armada Argentina", e datado de 25 de março de 1976, quando a embaixada brasileira era comunicada sobre o seguinte:
"1) Lamentamos informar a essa representação diplomática o falecimento do cidadão brasileiro Francisco Tenório Júnior, Passaporte n° 197803, de 35 anos, músico de profissão, residente na cidade do Rio de Janeiro;
2) O mesmo encontrava-se detido à disposição do Poder Executivo Nacional, o que foi oportunamente informado a esta Embaixada;
3) O cadáver encontra-se à disposição da Embaixada na morgue judicial da cidade de Buenos Aires, onde foi remetido para a devida autópsia".
Mesmo a Embaixada Brasileira tendo sido comunicada do assassinato de Tenorinho, no mesmo mês de março de 1976, o governo brasileiro jamais tomou a iniciativa de se comunicar com os familiares do músico, que não receberam sequer seus restos mortais.

Therezinha Viana de Assis (22/7/1941 - 3/2/1978)

O *Dossiê* traz o seguinte registro sobre ela: em edições anteriores, constava como *Terezinha Viana de Jesus.* Nasceu em 22 de julho de 1941 em Aracaju, Sergipe.
Filha de Antônio Veriano de Assis e de Edith Vianna de Assis.
Fez seus estudos em sua cidade natal, concluindo o Curso de Economia na Universidade Federal de Sergipe. Mudou-se para Belo Horizonte, onde trabalhou na Caixa Econômica Federal.
Em 1972 foi presa. Ao ser libertada, exilou-se no Chile, onde fez um curso de especialização na Universidade de Santiago.
Após o golpe no Chile, em setembro de 1973, viajou para a Holanda, onde chegou em fevereiro de 1974. Residiu inicialmente em Roterdã e depois em Amsterdã.
Prosseguindo seus estudos na Universidade de Amsterdã, doutorou-se em Economia.

Até 15 de setembro de 1977, trabalhou na Prefeitura de Amsterdã, mas seu contrato não foi renovado, o que a colocou na condição de desempregada. Esta situação agravou os problemas psicológicos que vinha apresentando.
Em 3 de fevereiro de 1978, Terezinha foi encontrada morta sob a janela do apartamento em que residia.
De sua irmã Selma Viana de Assis Pamplona:
"Foi presa política e torturada em Belo Horizonte/MG, não sei precisar o ano, mas foi entre 1968 e 1972, quando tinha aproximadamente 31 anos.
Saiu do Brasil e foi para o Chile em fevereiro de 1973.
Em setembro de 1973, com o golpe no Chile que derrubou o presidente Salvador Allende, ela foi mandada para a Holanda pela ONU; inicialmente, Roterdã e depois, Amsterdã.
Em meados de 1977 ela começou a me escrever, dizendo estar se sentindo seguida sempre, pois onde estava via as mesmas pessoas (entre 2 e 4); em julho de 1977 saiu de férias (trabalhava na Prefeitura de Amsterdã) e fazia curso de línguas; viajou pela Rússia e países da Europa Oriental e onde chegava (em cada cidade) encontrava aquelas mesmas pessoas. Quando voltou da viagem encontrou o seu apartamento totalmente remexido, desarrumado, com objetos fora do lugar. Observou que o seu telefone estava "grampeado" e pedia que eu não lhe telefonasse. Às vezes, quando voltava do serviço, encontrava seu apartamento remexido, demonstrando ter entrado gente. Começou a receber telefonemas anônimos com ameaças. Foi ficando nervosa, preocupada. Por fim, apareceu morta, caída da janela abaixo.
Ocorre que ela era muito católica, tinha medo da morte. E antes de se sentir seguida, estava gostando muito de Amsterdã. De repente...
Uma das pessoas que a seguia, ela ficou sabendo se tratar de polícia secreta do Chile. Quanto aos outros, ela não chegou a saber. Morreu em 2 ou 3 de fevereiro de 1978, com 36 anos".

Gerosina Silva Pereira (15/7/1918 - 9/9/1978)

Filha de Antônio Soares de Arruda e de Laura Soares Silva, nasceu no dia 15 de julho de 1918, em São Pedro de Jequitinhonha, no Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais.
De família pobre, Zizinha, nome carinhoso pelo qual se tornou conhecida, desde cedo começou a trabalhar como operária na indústria de confecção.
Sempre trabalhando como operária, foi viver em São Paulo.
Em 1938, casou-se com Antônio Ubaldino Pereira, com quem teve três filhos.
Com o Golpe Militar de 1964, acabou se ligando à UPR e foi presa incomunicável em fins de 1970. Seu marido havia sido preso desde 1969, sendo banido para o Chile em 13 de janeiro de 1971. Assim que foi solta, Zizinha partiu para aquele país. Ali viveu e trabalhou até o golpe de setembro de 1973, quando o casal novamente se viu separado pelas circunstâncias: enquanto Antônio

Ubaldino viajou para a Argentina, e daí para a Suécia, Zizinha asilou-se no Panamá. Mesmo sem documentos, prosseguiu sua viagem com o objetivo de se reunir ao amigo e companheiro de vida e de lutas. Finalmente o casal se reuniu em Lund.
Em 1974, começou a trabalhar como restauradora de objetos do Museu Lund. Além disso, presidia o Comitê Brasileiro de Mulheres Democráticas, fundado na cidade de Lund.
Embora nunca deixasse de desejar retornar ao Brasil e rever seus filhos, netos e amigos, tais desejos não se materializaram: em 9 de setembro de 1978, Zizinha morreu de câncer, no exílio. Seu corpo foi cremado e as cinzas levadas para São Paulo, onde viviam seus familiares.
Em Lund, a sala onde os exilados brasileiros se reuniam para lutar pelo retorno ao Brasil recebeu seu nome, justa e merecida homenagem àquela que tão bem encarnou a vida de milhares de mulheres brasileiras.

Luiz Renato do Lago Faria (? - 7/2/1980)

Residia na Argentina desde 1973.
Estudante do 6° ano da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Buenos Aires. Desaparecido desde 7 de fevereiro de 1980.

Sem comprovação

Mortes e desaparecimentos considerados pela Comissão Especial sem aparente motivação política ou sem indícios ou comprovações de que tenham ocorrido sob a responsabilidade dos agentes do Estado. Todos indeferidos.

Cabra marcado para morrer

João Pedro Teixeira (? - 02/04/1962)

O jornal O Combate, de 29/03/1992, descreve a morte de João Pedro Teixeira:

João Pedro Teixeira, a maior liderança do campesinato paraibano, fundador das Ligas Camponesas, foi assasinado no dia 2 de abril de 1962. O crime ocorreu na estrada de Sapé-Café do Vento do seguinte modo: três homens, armados de fuzil, montaram uma tocaia e esperaram a chegada de João. Ele desceu do ônibus e caminhou em direção ao sítio Sono das Antas, onde residia com sua família. Logo no começo da caminhada, recebeu cinco tiros e teve morte instantânea.

O crime teve grande repercussão, inclusive por meio de denúncias na imprensa local.
Depoimento do jornalista Jório de Lira Machado, incluído nos autos, afirma:

Os trabalhadores do campo ergueram um monumento no local do atentado: "Aqui tombou João Pedro Teixeira, mártir da Reforma Agrária". No dia 1º de abril de 1964, omonumeno foi destruído por policiais e por capangas dos latifundiários. Os grandes proprietários de terra da Paraíba realizaram, assim, o primeiro ato comemorativo do Golpe Militar de 64. Nào há dúvida de que o assassinato de João Pedro Teixeira se deu pelos mesmos motivos que determinaram o Golpe de 1964.

Os nomes dos mandantes do crime, segundo escritura declaratória feita por Francisco de Assis Lemos Souza, foram os seguintes: Aguinaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares, vulgo "Antônio Vitor", conforme decisão do juiz Walter Rabelo, em 27 de março de 1963. Os executores foram os pistoleiros Cabo Antonio Alexandre da Silva, vulgo "Gago"; soldado Francisco Pedro da Silva, vulgo "Chiquinho", "Nóbrega"ou "Chicão"; e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, vulgo "Arnaud Claudino".
O voto do relator Nilmário Miranda:

> Os fatos assim descritos não deixam dúvida de que a organização das Ligas Camponesas se revestia de caráter claramente político. Vista sob a ótica da época, tal organização transcendia a mera luta pela Reforma Agrária, contra os latifundiários. Era sinônimo de comunismo. Assim, não há dúvida de que o exercício da liderança de João Pedro Teixeira está caracterizado como participante de atividades políticas como quer a Lei 9.140/95.
> Sobre as circunstâncias da morte, estas, infelizmente, não são abrangidas pela Lei 9.140/95. Digo, infelizmente, porque a complacência, o acobertamento sutil, invisível, deveriam constituir fator de responsabilidade em grau de igualdade à ação assassina do Estado (...).
> No caso, não pode esta Comissão sobrepor-se a uma decisão judicial que condenou os acusados acima mencionados, não atribuindo nenhuma responsabilidade ao Estado no episódio.

A história de João Pedro Teixeira inspirou o filme *Cabra Marcado para Morrer.* O caso foi indeferido por unanimidade.

Inocêncio Pereira Alves (? - 18/3/1967)

Preso em 1964, morreu em 1967. O relator, Nilmário Miranda, argumentou em defesa da militância política de Inocêncio Pereira Alves, registrou em seu parecer a prisão e torturas sofridas por ele, mas votou que as condições de sua morte não estão previstas nos termios da Lei 9.140/95. Indeferido por unanimidade.

José Arruda Alencar (? - 15/9/1967)

O voto do relator Nilmário Miranda:

> Do quadro de fatos assim descritos, é certo que José Arruda de Alencar teve participação em atividades políticas, tendo sido preso por isso. Contudo, não se pode afirmar, por tudo que consta, que a motivação da morte foi de ordem política, tampouco que o local onde ocorreu o assassinato se caracteriza como dependência policial, mesmo porque não restou provado que os autores do crime tenham sido agentes do Estado.
> De outra parte, há nos autos uma sentença judicial que condenou, pelo crime, pessoas que não têm nenhum vínculo com o Estado, que agiram impulsionadas por razões passionais.
> Daí por que opino pelo indeferimento do pedido.

Indeferido por unanimidade.

Rodolfo Soares Pinheiro (? - 1/1/1969)

Segundo o requerente, João Soares Pinheiro, filho de Rodolfo, seu pai teria sido preso entre 1964 e 1969 e levado ao Quartel do Exército de Ponta Grossa pelo major Álvaro di Piero, pelo capitão Índio Lemes do Brasil e pelo sargento Serapião. Posteriormente, teria sido trasladado a Curitiba. João Soares Pinheiro apresentou como testemunhas da militância de seu pai o ex-deputado do PTB Gamaliel Galvão, já falecido, Alraclides Lima e José Luiz Maia.
Gamaliel Galvão, em depoimento anexado ao processo, diz que conheceu Rodolfo Soares Pinheiro, que o mesmo veio de Ponta Grossa, que foi funcionário da Guairacá (não há endereço nem o ramo desta empresa no processo), que era do PC do B e que desapareceu entre 1964 e 1969, depois de ser preso.
José Luiz Maia, sem endereço e outros dados que permitissem complementar o depoimento, disse que Rodolfo era do PCB e repete as informações dadas por Gamaliel.
Alraclides Lima, também sem endereço e qualificação, em depoimento vazado nos mesmos termos de José Luiz Maia, diz que Rodolfo era do PCB.
Designado relator o general Oswaldo Gomes propôs o indeferimento. Nilmário Miranda pediu vista e auxílio ao presidente do Grupo Tortura Nunca Mais do Paraná, ex-preso político e oriundo da mesma região. Narciso Pires buscou informações sobre a prisão de Rodolfo Soares Pinheiro junto a ex-presos que estiveram nos presídios de Ponta Grossa e Curitiba, e nenhum deles conhecera Rodolfo.
No Arquivo Público do Paraná, que guarda os arquivos do Dops/PR, não há nada sobre Rodolfo Soares Pinheiro, segundo o chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança, Rubens Tanure.
Ante a não-comprovação da militância política e do nexo de causalidade com o desaparecimento de Rodolfo, Nilmário Miranda também concluiu pelo indeferimento, aprovado por unanimidade.

João Soares Pinheiro escreveu ao dr. José Gregori protestando contra o indeferimento e pediu reconsideração, mas não apresentou novas provas ou testemunhas que permitissem a reabertura do caso.

Paulo Torres Gonçalves (? - 26/3/1969)

Paulo Torres Gonçalves era estudante e desapareceu no dia 26 de março de 1969. A família fez buscas desesperadas, inclusive com cartas à Presidência da República. Jornais noticiaram o desaparecimento. O relator foi João Grandino Rodas. Não há comprovação de militância política, embora existam testemunhos nos autos, afirmando que Paulo teria sido visto em presídios. Indeferido por unanimidade.

Alexandre Soares de Oliveira (? - 14/9/1969)

O relator foi Nilmário Miranda. Encontrou provas de militância política, mas não de que a morte tivesse decorrido da mesma. Indeferido por unanimidade.

João Roberto Borges de Souza (? - 7/10/1969)

Vice-presidente da União Estadual dos Estudantes da Paraíba.
Estudante da Faculdade de Medicina de João Pessoa, foi preso no inicio de 1969, no Recife. Ficou detido por três meses para interrogatórios, tendo sofrido torturas, conforme relatou após ser posto em liberdade.
Em 7 de outubro, foi seqüestrado por elementos do CCC e do Cenimar, segundo o testemunho de seus companheiros e familiares.
O corpo de João Roberto, apresentando inúmeros ferimentos e tendo o rosto quase que completamente desfigurado, foi jogado em um açude, em Catolé do Rocha, Pernambuco, segundo o boletim de março de 1974 da Amnesty International.
Em nota oficial, a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco afirmava à época que João Roberto teria morrido em conseqüência de afogamento.
O requerimento foi feito fora do prazo. O relator foi João Grandino Rodas. A Comissão decidiu por unanimidade não apreciar o caso. Consta do *Dossiê*.

Francisco Alves Cabral (? - 1/11/69)

O relator João Grandino Rodas reconheceu a militância política, mas não encontrou provas que vinculem a morte a essa condição.

Gérson Bezerra Lima (? - 1/1/1970)

Requerido fora do prazo. Comissão não apreciou o mérito. Tinha militância política. O relator foi Paulo Gustavo Gonet Branco.

Antônio Bem Cardoso (? - 1/6/1970)

A Comissão Especial decidiu pelo não-reconhecimento do caso Antônio Bem Cardoso, por ter sido requerido fora do prazo. Este caso não consta do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*. Os requerentes são a viúva Lunele Vieira Cardoso, as filhas Joana D'Arc e Otavina e a mãe Otavina Bem da Silva, residentes em Fortaleza, Ceará.

O Atestado de Óbito, registrado em Brejo Santo, Ceará, comprova que Antônio Bem Cardoso faleceu no dia 1º de junho de 1970, em Jati, Ceará, às 6h, aos 29 anos, e deu como *causa mortis*: "violenta".
Cópia de matéria do jornal *O Povo* dá como título: "Assaltante morto em Jati", relata que Antônio Bem Cardoso, terrorista, assaltante de banco, foi morto por agentes da Polícia Federal após tiroteio.
Segundo a viúva, às 6h, do dia 1º de junho, Antônio "abriu a porta do quintal para ir escovar os dentes, como era de costume", e foi alvejado. Entrou em casa, sangrando, porque não lhe prestaram socorro, tendo morrido sobre a cama.
Segundo d. Lunele, ele estava desarmado e foi executado.

Dario Gilberto Goni Martinez (1/1/71)

Relator João Grandino Rodas.

> Tendo sido confessado na inicial que o cidadão uruguaio desapareceu na República do Paraguai, sem que, ao menos, se tenha alegado participação no ocorrido do Estado brasileiro, é impossível a aplicação da Lei 9.140/95.
> Ante o exposto, considero inaplicável à espécie a Lei 9.140/95, sendo pelo indeferimento do pedido. É como voto.

Raimundo Nonato Paz "Nicolau 21" (? - 26/2/1971)

Camponês do Ceará, foi morto em fevereiro de 1971, na região de Canindé, quando policiais, comandados por Cid Martus, do Dops/CE, o cercaram em sua casa.
O exame necroscópico foi realizado na Delegacia de Polícia de Canindé (CE), em 26 de fevereiro de 1971, sendo firmado pelos drs. Waldez Diógenes Sampaio e Antônio Lins Mello, que confirmam sua morte em tiroteio. Sua necropsia foi feita a mando do capitão da PM Antônio Carlos Alves Paiva, encarregado do inquérito.
O caso consta do Dossiê. A relatora foi Suzana Keniger Lisbôa. A Comissão decidiu indeferir por unanimidade.

Raul Amaro Nin Ferreira (? - 12/8/1971)

Morto aos 27 anos, no Rio de Janeiro.
Formado em Engenharia Mecânica pela PUC/RJ, em 1967. Participou de vários encontros nacionais e internacionais, tendo sido professor assistente do curso de Engenharia Naval da UFRJ. Quando foi preso, trabalhava no Minis-

tério da Indústria e do Comércio e se preparava para viajar com bolsa de estudos para a Holanda.
Foi preso pelo Dops/RJ, na noite do dia 31 de julho para 1° de agosto de 1971, na Rua Ipiranga, bairro de Laranjeiras, quando dirigia seu carro em companhia de outro engenheiro, Saidin Denne. Em 2 de agosto, foi encaminhado ao DOI-Codi/RJ depois de ter sua residência invadida e ocupada pela repressão. A família, nesse dia, o viu ser levado algemado de casa e nada pôde fazer. Foi torturado a ponto de ser preciso que o levassem, às pressas, para o Hospital Central do Exército, onde veio a falecer, no dia 12 de agosto.
Sua necropsia foi realizada no próprio HCE pelo dr. Rubens Pedro Macuco Janine. Inicialmente, foi impedida a presença do médico da Organização Mundial de Saúde, prof. Manuel Ferreira, que havia sido chamado pela família de Raul para acompanhar a citada necropsia. Somente duas horas depois de iniciada, permitiram-lhe que entrasse e, perplexo, viu as sevícias sofridas por Raul: suas pernas e coxas cheias de equimoses. O exame necroscópico não descreve tais lesões.
Em 1979, sua família iniciou processo contra a União, pois conseguiu também o depoimento de um ex-soldado do Exército, Marco Aurélio Guimarães, que prestava serviço no DOI-Codi/RJ, na época, e viu Raul Amaro sendo torturado nas dependências daquele órgão da repressão. Há também depoimento de ex-presos políticos, como Alex Polari de Alverga e Aquiles Ferreira, que o viram no Dops/RJ.
Esse processo ganhou em primeira instância e, em 7 de novembro de 1994, o Estado foi responsabilizado pela prisão, tortura e morte de Raul. A família, representada pelo seu advogado, não quis receber a indenização. Pedro Nin Ferreira, um dos oito irmãos de Raul Amaro, assim declarou:

Nunca imaginamos receber reparação financeira porque o Estado não pode comprar seus mortos, seus assassinatos(...) (JB, *8/11/94.)*

A mãe de Raul Amaro, Mariana Lanari Ferreira, fala de seu filho:

Sabemos que a entrega do corpo de Raul Amaro foi um 'privilégio', pois não fizeram assim com muitos outros.
Raul Amaro foi sempre um homem brilhante por onde passou e tinha um coração boníssimo, sendo lembrado com carinho por todos que o conheceram.
Nunca nos conformaremos com o acontecimento e jamais esqueceremos Raul Amaro.

O relator foi Paulo Gustavo Gonet Branco. O caso consta do *Dossiê* e foi indeferido por unanimidade.

Sebastião Vieira da Silva (? - 1972)

Sua filha, analfabeta, informa que Sebastião foi vítima da repressão à Guerrilha do Araguaia e que foi morto em janeiro de 1972, antes, portanto, do início da repressão à Guerrilha, que se deu a partir de abril de 1972.

Não há informações ou testemunhas senão a declaração da requerente.
Foram feitas diligências junto à Polícia Federal, à Secretaria da Segurança e ao PC do B. Nada se descobriu. Suzana Keniger Lisbôa foi a relatora e votou pelo indeferimento por falta de provas. O PC do B não tem informação de prisões que tenham ocorrido na época indicada. A relatora considera possível que a requerente possa ter se enganado em relação ao ano da morte, podendo seu pai ter sido um dos tantos camponeses dos quais ainda não se resgatou a verdadeira história.
Foi indeferido por 6 x 0 (sem a presença de João Grandino Rodas).

Iris Amaral (? - 1/2/72)

Sem militância política. Está no *Dossiê* em 'Outras mortes'. A família não recorreu à Comissão Especial.
Doméstica, casada, natural do Rio de Janeiro e morta aos 40 anos, em 1° de fevereiro de 1972, ao ser baleada na rua por agentes da repressão que perseguiam militantes políticos.
Pesquisas realizadas pelo GTNM/RJ constataram que Iris morreu antes de dar entrada no Hospital Getúlio Vargas (RJ), para onde fora levada.
Seu corpo entrou no IML/RJ com a Guia n° 85 da 27ª DP, no mesmo dia de sua morte e foi necropsiado em 2 de fevereiro de 1972 pelo dr. Hygino C. Hércules, não constando nome do segundo médico-legista. A *causa mortis* foi "ferida transfixante de coxa interseccionando a artéria femural direita". Foi retirada por seu esposo, Anésio Amaral Filho, e sepultada no Cemitério de Irajá (RJ).
O registro de ocorrência n° 580 da 29ª DP diz: "... fiz remover o corpo de Iris Amaral, cujo óbito ocorreu no interior de um táxi, dirigido por Teobaldo Caputo, que, na ocasião, prestava socorro à mulher baleada na perna, em Vicente de Carvalho com Rua Caiçara. Na estrada Vicente de Carvalho (Rio de Janeiro), no dia 1° de fevereiro de 1972, os policiais do DOI-Codi reconheceram, dentro de um carro em movimento, os militantes Flávio Augusto Neves Leão de Sales e Antônio Carlos Nogueira Cabral (morto no Rio de Janeiro neste mesmo ano, em 4 de abril). Os policiais passaram, então, a persegui-los, disparando aleatoriamente suas armas. Assim assassinaram Iris Amaral e feriram pelo menos mais quatro transeuntes.
Desta perseguição, os militantes escaparam com vida.

Antoniel Queiroz (? - 28/10/1973)

Luís Francisco da Silva Carvalho Filho foi o relator.
O nome de Antoniel Queiroz não consta no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964.*
Diz o parecer:

> Não estão preenchidos os requerimentos legais. Não há evidências de que a prisão tenha sido a causa direta da morte de Antoniel, ocorrida

oito anos depois. A perseguição política odiosa, como a descrita nos autos, pode ser capaz de abater a pessoa em plano físico e psicológico, mas, tecnicamente, para o reconhecimento previsto na Lei 9.140/95, seria preciso uma relação indubitável de causa e efeito entre os dois eventos. A Lei 9.140/95 determina apenas o reconhecimento das pessoas que morreram, de causa não-natural, em dependências policiais ou assemelhadas, hipótese que não se visualiza no caso concreto.
Voto pelo indeferimento do pedido.

José Ribeiro Dourado (de Andrade) (? - 1/4/1974)

A Comissão Especial indeferiu por unanimidade o requerimento para o reconhecimento de José Ribeiro Dourado de Andrade como desaparecido político na Guerrilha do Araguaia. Teria sido levado para a Base Aérea de Xambioá, e desde então estaria desaparecido. João Grandino Rodas foi o relator.

Na verdade, José Ribeiro de Andrade participou da Guerrilha do Araguaia como guia do Exército. Ainda que tenha sido morto por militares, faltaria um elemento essencial: militância política ou ter sido acusado — se era guia, não tinha militância nem foi acusado de ter tido essa prática.

Antônio de Araújo Veloso (? - 31/08/1976)

Morreu quatro anos após a prisão, ocorrida no Arguaia. Relator Luís Francisco.

Carlos Lima Aveline e Thalita (1/1/74)

Relator general Oswaldo Gomes.
A requerente declara que a avó dela fora uma perseguida política e que por esse motivo teria direito à indenização presente na Lei 9.1450/95. Thalita e seu marido, Carlos Lima Aveline, teriam sofrido danos morais psicológicos e físicos após 1964.
Thalita foi demitida do seu cargo no magistério e apenas recebeu vencimentos atrasados quando reintegrada no magistério e aposentada.
Nos autos do processo não há qualquer referência a morte ou desaparecimento definitivo de Carlos Lima Aveline ou de Thalita Cardoso Aveline.
O requerimento não pôde ser considerado ou defendido com amparo da Lei 9.140/95.

José Soares dos Santos (? - 1977)
Alberi Vieira dos Santos (? - 10/1/1979)

O caso de Alberi é tratado da seguinte forma no *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a Partir de 1964*:

Ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul.
Participante da guerrilha deflagrada na cidade de Três Passos, no Rio Grande do Sul, em março de 1965.
Foi expulso da Exército por força do AI-1, preso em 7 de abril de 1965, aos 27 anos e condenado em julho de 1967 a oito anos de prisão, sendo libertado em 1973.

Alberi foi assassinado em circunstâncias misteriosas, quando investigava o assassinato de seu irmão José Soares dos Santos, ocorrido em 1977.
Alberi afirmou a várias pessoas, inclusive ao advogado Décio Freitas, que já havia recolhido provas suficientes que incriminariam os responsáveis pela morte de seu irmão. De volta ao Paraná, para tentar recolher provas mais contundentes, Alberi foi seqüestrado e apareceu morto, no dia 10 de janeiro de 1979, na região de Foz do Iguaçu.
O corpo, além de crivado de balas, estava mutilado.
O rosto, praticamente irreconhecível, demonstrava a intenção dos assassinos de Alberi de impedir que o cadáver fosse identificado.
Silvano Soares dos Santos, outro irmão de Alberi e José Soares, morreu em 1970.
O relator, Nilmário Miranda, propôs o indeferimento, com base nos seguintes argumentos:

1- Os ex-militantes Maria Madalena Lacerda e Gilberto Giovanetti, que trabalharam como colaboradores do Ciex, em depoimento prestado ao advogado e ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, alegam que Alberi os levou à prisão e que também colaborava com os órgãos de repressão, e que Alberi estava envolvido no desaparecimento de Onofre Pinto.
2- O ex-Sargento Marival Chaves do Canto, que trabalhou no DOI-Codi e no Ciex, em depoimento à Comissão Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos e à imprensa, afirmou que Alberi colaborou com o Ciex atraindo Onofre Pinto, Daniel e Joel José de Carvalho, Vitor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia para uma armadilha. Alberi teria adquirido uma área em Medianeira com dinheiro fornecido por Onofre para montar área de treinamento de guerrilha. Segundo Marival, esta área nunca existiu. Ao entrar no país, vindos da Argentina, Onofre e seu grupo foram presos, mortos e desde então ficaram desaparecidos. Anexado ao processo há recortes de jornais em que Alberi acusava como responsáveis pela morte de seu irmão José Soares dos Santos as seguintes pessoas: o delegado de Santo Antônio do Sudoeste, tenente PM Benjamim Rocha; o ex-delegado de Medianeira capitão PM Otacílio Machado; o soldado PM David de Tal; os policiais civis Nelson

Manfrini e Gradoniski; os informantes Paulo Bandeira Rovedo, Dario de Tal e Tito Bortolotti; dois médicos do Hospital de Medianeira, João Ivanil Oliveira e Benedito Pinto.

Não há informações de que estas pessoas participassem, em 1979, de órgãos de repressão política.

4- Há suspeitas, a partir de pesquisas feitas na região, de que José Soares dos Santos teve cumplicidade com Alberi no esquema que resultou na prisão e desaparecimento de Onofre Pinto e seu grupo.

5- Alberi procurava os responsáveis pelo assassinato de seu irmão em 1977, mas não há nada que comprove que a morte de José se deu por motivos políticos. Não há provas de que Alberi tenha tido participação política a partir de 1974. Pelo contrário, há suspeitas de que tenha colaborado com os órgãos de repressão

Alberi foi morto em 10 de fevereiro de 1979, quase três anos depois dos últimos assassinatos pela repressão (Chacina da Lapa, 1976).

O advogado Décio Freitas, no *Dossiê*, página 224, suspeita que José Soares Santos teria sido morto "por agentes de segurança desligados dos órgãos oficiais, reagrupados no norte do Estado do Paraná, como órgãos clandestinos de repressão". Mas não se tem conhecimento de outras mortes ou tentativas, ou atentados destes supostos órgãos clandestinos de repressão" senão as mortes de José e Alberi.

O relator Nilmário Miranda foi levado a crer que a morte de José Soares Santos, com características de execução, assim como a de Alberi Vieira dos Santos, não tiveram motivação política. A família de José Soares dos Santos não requereu à Comissão Especial. O requerimento referente a Alberi foi indeferido por unanimidade.

Simão Pereira da Silva (? - 1/1/1979)

Morreu seis anos após a prisão, possivelmente em decorrência das seqüelas das torturas a que foi submetido. Relator: Paulo Gonet Branco.

Antônio Expedito Carvalho Perera (? - ?)

Não consta do Dossiê. Nos autos está dito que militou no MR-8 e saiu banido Brasil em janeiro de 1971, quando do seqüestro do embaixador da Suíça, Enrico Bücher. Notícia publicada na *Tribuna da Imprensa* relata: "Com a queda de Allende, (Antonio Expedito) chegou à Europa. Mandava ainda para a família cartões, que foram escasseando."

A família não teve mais notícias. Não se sabe se está vivo ou morto. O relator Paulo Gonet votou pelo indeferimento.

Sem motivação política

Os relatores dos casos abaixo, todos indeferidos por unanimidade pela Comissão Especial, não encontraram informações nos processos que evidenciassem motivação política para as ocorrências de morte ou desaparecimento.

Oltimar Dutra da Rosa (? - 1961)

Ari Lopes de Macêdo (? - 27/2/63)

Raimundo de Santana Machado (? - 1964)

Tércio Tavares de Melo (? - 1964)

João de Carvalho Barros (? - 2/4/1964)

Darcy José dos Santos Mariante (? - 8/4/66)

Iguatemi Zuchi Teixeira (6/2/1944 - 3/7/68)

José Fernandes de Menezes (? - 9/4/69)

Robson Antônio Gomes Viana (? - 22/8/1969)

Kurt Kriegel (? - 22/9/69)

Acediro Ribeiro Maciel (? - 11/5/70)

Abelardo Costa (? - 6/9/71)

Antônio Hernandes (? - 23/1/74)

Geraldo Silveira Rodrigues (5/12/1933 - 27/2/75)

Manoel Custódio Martins (? - 7/2/1978)

Odair José Brunocilla ? - 6/5/1978)

Liliana Inês Goldemberg (? - 2/8/1980)

Adauto Freire da Cruz (? - ?)

Antônio Benedito Cordeiro (? -?)

João Pereira da Silva (? - ?)

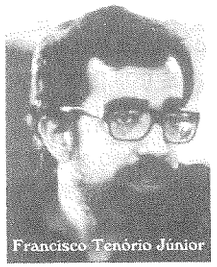
Lucindo Costa (? - ?)

Luiz Alberto Pinto Arebalo (? - ?)

Terezino Lopes dos Santos (? - ?)



Alfeu D'Alcântara Monteiro



Francisco Tenório Júnior



João Barcellos Martins



Margarida Maria Alves



Raul Amaro Nin Ferreira



Tito de Alencar Lima (Frei)



Rubens Beirodt Paiva



Zuleika Angel Jones

Anexos

Anexo I

Lei nº 9.140, de 4 de Dezembro de 1995

Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1° São reconhecidas como mortas para todos os efeitos legais, as pessoas relacionadas no Anexo I desta Lei, por terem participado, ou terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

Art. 2° A aplicação das disposições desta Lei e todos os seus efeitos orientar-se-ão pelo princípio de reconciliação e de participação nacional, expresso na Lei n° 6.683, de 28 de agosto de 1979 - Lei de Anistia.

Art. 3° O cônjuge, o companheiro ou a companheira, descendente, ascendente, ou colateral até quarto grau, das pessoas nominadas na lista referida no art.1°, comprovando essa condição, poderão requerer a oficial de registro civil das pessoas naturais de seu domicílio a lavratura do assento de óbito, instruindo o pedido com original ou cópia da publicação desta Lei e de seus anexos.

Parágrafo único. Em caso de dúvida, será admitida justificação judicial.

Art. 4° Fica criada Comissão Especial que, face à situação política mencionada no art. 1° e, em conformidade com este, tem as seguintes atribuições:

I - proceder ao reconhecimento de pessoas: a) desaparecidas, não relacionadas no Anexo I desta Lei; b) que, por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas;

II - envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados; e

III - emitir parecer sobre os requerimentos relativos à indenização que venham a ser formulados pelas pessoas mencionadas no art. 10 desta Lei.

Art. 5° A Comissão Especial será composta por sete membros, de livre escolha e designação do Presidente da República, que indicará, dentre eles, quem irá presidi-la, com voto de qualidade.

§ I° Dos sete membros da Comissão quatro serão escolhidos:

I- dentre os membros da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados;

II- dentre as pessoas com vínculos com os familiares das pessoas referidas na lista do Anexo I;

III- dentre os membros do Ministério Publico Federal; e

IV - dentre os integrantes das Forças Armadas.
§ 2° A Comissão Especial poderá ser assessorada par funcionários públicos federais, designados pelo Presidente da República, podendo, ainda, solicitar o auxílio das Secretarias de Justiça dos Estados, mediante convênio com o Ministério da Justiça, se necessário.
Art. 6° A Comissão Especial funcionará junto ao Ministério da Justiça, que lhe dará o apoio necessário.
Art. 7° Para fins de reconhecimento de pessoas desaparecidas não relacionadas no Anexo I desta Lei, os requerimentos, por qualquer das pessoas mencionadas no Art. 3°, serão apresentados perante a Comissão Especial, no prazo de cento e vinte dias, contado a partir da data da publicação desta Lei, e serão instruídos com informações e documentos que possam comprovar a pretensão.
§ 1° Idêntico procedimento deverá ser observado nos casos baseados na alínea b do inciso I do Art 4°.
§ 2° Os deferimentos, pela Comissão Especial, dos pedidos de reconhecimento de pessoas não mencionadas no Anexo I desta Lei instruirão os pedidos de assento de óbito de que trata o art. 3° contado o prazo de cento e vinte dias, a partir da ciência da decisão deferitória
Art 8° A Comissão Especíal, no prazo de cento e vinte dias de sua instalação, mediante solicitação expressa de qualquer das pessoas mencionadas no art. 3°, e concluindo pela existência de indícios suficientes, poderá diligenciar no sentido da localização dos restos mortais do desaparecido.
Art. 9° Para os fins previstos nos arts. 4° e 7°, a Comissão Especial poderá solicitar:
I - documentos de qualquer órgão público;
II - a realizacão de perícias;
III - a colaboração de testemunhas; e
IV - a intermediação do Ministério das Relações Exteriores para a obtenção de informacões junto a governos e a entidades estrangeiras.
Art 10° A indenização prevista nesta Lei é deferida `as pessoas abaixo indicadas, na seguinte ordem:
I - ao cônjuge;
II - ao companheiro ou companheira, definidos pela Lei n° 8.971, de 29 de dezembro de 1994;
III - aos descendentes;
IV- aos ascendentes;
V - aos colaterais, até o quarto grau.
§ 1° O pedido de indenização poderá ser formulado até cento e vinte dias a contar da publicação desta Lei. No caso de reconhecimento pela Comissão Especial, o prazo se conta da data do reconhecimento.
§ 2° Havendo acordo entre as pessoas nominadas no ***caput*** deste artigo, a indenização poderá ser requerida independentemente da ordem nele prevista.
§ 3° Reconhecida a morte, nos termos da alínea b do inciso I do art. 4°, poderão as pessoas nominadas no ***caput***, na mesma ordem e condições, requerer à Comissão Especial a indenização.
Art. 11 A indenização, a título reparatório, consistirá no pagamento de valor único igual a R$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicado pelo n° de anos conespondentes à expectativa de sobrevivência do desaparecido levando-se em consideração a idade à época do desaparecimento e os critérios e valores traduzidos na tabela constante do Anexo II desta Lei.
§ 1° Em nenhuma hipótese o valor da indenização será inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais).
§ 2° A indenização será concedida mediante decreto do Presidente da República, após parecer favorável da Comissão Especial criada por esta Lei.
Art. 12. No caso de localização, com vida, de pessoa desaparecida, ou de existência de provas contrárias às apresentadas, serão revogados os respectivos atos decorrentes da aplicação desta Lei, não cabendo ação regressiva para o ressarcimento do pagamento já efetuado, salvo na hipótese de comprovada má-fé.
Art. 13 Finda a apreciação dos requerimentos a Comissão Especial elaborará relatório circunstanciado, que encaminhará, para publicação, ao Presidente da República, e encerrará seus trabalhos.
Parágrafo único. Enquanto durarem seus trabalhos, a Comissão Especial deverá apresentar trimestralmente relatórios de avaliação.
Art. 14 Nas ações judiciais indenizatórias fundadas em fatos decorrentes da situação política mencionada no art. 1°, os recursos das sentenças condenatórias serão recebidos somente no efeito devolutivo.
Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotacões consignadas no orçamento da União pela Lei Orçamentária.
Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Brasíia, 4 de dezembro de 1995, 174° da Independência e 107° da República.
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Presidente da República
NELSON A. JOBIN - Ministro da Justiça

Anexo I
I - Nomes das pessoas Desaparecidas (com a época do desaparecimento)
Anexo II
TÁBELA PARA CÁLCULO DE INDENIZAÇÃO
(ART. 5°)

Idade na data do Desaparecimento	Expectativa média de sobrevida Homens	Mulheres
16-20	45,74	50,75
21 - 25	41,37	46,10
26 - 30	37,12	41,53
31 - 35	32,96	37,06
36 - 40	28,93	32,70
41 45	25,06	28,48
46 - 50	21,37	24,38
51 - 55	17,90	20,45
56 - 60	14,66	16,73
61 - 65	11,67	13,27

Anexo II

balanço dos trabalhos da comissão especial

Este relatório foi elaborado por Iara Xavier Pereira, integrante da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos que desde agosto de 1995 ficou com a tarefa de coletar, organizar e redigir os relatórios encaminhados ao Ministério da Justiça e assessorar Suzana Keniger Lisbôa.

Foram protocolados no Ministério da Justiça 373 processos referentes a 366 pessoas, excluindo os 132 desaparecidos que estão relacionados no anexo I da Lei n.º 9140/95, ficaram 234 casos a serem analisados, sendo 166 casos relacionados no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos e 68 casos novos.

Até a 26ª reunião, em 5 de maio de 1998, dos 166 processos de vítimas relacionadas no Dossiê 130 tinham sido aprovados e 36 indeferidos. Dos 68 casos novos, 18 tinham sido aprovados e 50 indeferidos.

Quadro demonstrativo			
Situacão dos processos	Processos do dossiê	Processos novos constam do dossiê	Total
Aprovados	130	18	148
Indeferidos	36	50	86
Total	166	68	234

Considerando que a Lei n.º 9.140/95 deixou o ônus da prova para os familiares, e não possibilitou o acesso a nenhum arquivo, seja o das Forças Armadas, da Polícia Federal, etc., os 130 casos relacionados no Dossiê e aprovados até a 26ª reunião devem ser creditados ao trabalho dos familiares. Não teríamos alcançado este resultado positivo, nos limites da Lei n.º 9140/95, se não tivéssemos, nós familiares, reunido informações ao longo dos anos.

Além da nossa memória, nossos arquivos e nossos "Dossiês", foram muito importantes as pesquisas nos locais e os depoimentos de novas testemunhas; as pesquisas nos arquivos dos extintos DOPS e no Superior Tribunal Militar (STM).

Percorremos um longo e doloroso caminho para nos aproximar da verdade histórica e rebatermos as "versões oficiais". Tivemos que rever as fotos dos cadáveres dos companheiros, dos amigos e dos parentes, exumar os restos mortais para estudos, analisar os laudos de necropsia e agregar novos depoimentos e testemunhos, como nunca tínhamos feito antes. E assim, dolorosamente pudemos reunir provas, indícios e evidências que desmontaram as pseudo mortes em tiroteios.

Conseguimos desmontar as "versões oficiais" e, inclusive, ampliar nosso conhecimento dos fatos, modificando alguns dos nossos relatos do Dossiê.

Dos 36 processos indeferidos, que estavam relacionados no Dossiê, podemos considerar que em apenas 12 casos não conseguimos rebater a versão oficial.

Processos indeferidos que constam do dossiê	
Nome	Motivo do indeferimento
Arno Preis	Morte em confronto
Mário de Souza Prata	Morte em confronto
Antônio de Sérgio Matos	Morte em confronto
Carlos Schirmer	Ferido em confronto morre no hospital
Antônio Raymundo Lucena	Morte em confronto
Luiz Antônio Santa Bárbara	Suicídio durante o cerco policial
Iara Iavelberg	Suicídio durante cerco policial
Edu Barreto Leite	Suicídio durante cerco policial
Antogildo Pascoal Viana	Suicídio
Luís Alberto de Sá e Benevides	Acidente de automóvel
João Bosco Penido Burnier	Morte não por atividade política
Alberi Vieira dos Santos	Morte não por atividade política
Silvano Santos	Morte não por atividade política
José Ferreira de Almeida	Requerente não descendente legal
Míriam Lopes Verbena	Protocolado fora do prazo
Manoel José M. N. de Abreu	Protocolado fora do prazo
Gerson Theodoro de Oliveira	Protocolado fora do prazo
Raimundo Nonato da Fonseca	Protocolado fora do prazo
João Roberto Borges de Souza	Protocolado fora do prazo
Nilda Carvalho Cunha	Protocolado fora do prazo
Raul Amaro Nin	Protocolado fora do prazo
David de Souza Meira	Protocolado fora do prazo
Jonas José de Abreu Barros	Protocolado fora do prazo
Ivan da Rocha Aguiar	Passeata – 1964
Labib Abduch	Passeata – 1964
Cloves Dias Amorim	Passeata – 1968
Jorge Aprigio de Paula	Passeata – 1968
José Carlos Guimarães	Passeata – 1968
Manoel Rodrigues Ferreira	Passeata – 1968
Orocilio Martins Gonçalves	Passeata – 1979
Benedito Gonçalves	Passeata – 1979
Lyda Monteiro	Fora do período de abrangência da lei
Jane Vanini	Desaparece no Chile
Túlio Roberto C. Quintillano	Desaparece no Chile
Wanio José de Matos	Desaparece no Chile
Jorge Alberto Basso	Desaparece na Argentina

O quadro resumo dos processos indeferidos do dossiê	
Processos indeferidos pelo mérito	12
Processos protocolados fora do prazo	08
Processos morte fora do período de abrangência da lei	01
Desaparecidos fora do Brasil	04
Requerente não é descendente legal	01
Morte sem vinculo com atividade política	02
Mortos em passeatas (*)	08
Total	36

(*) Dois mortos em passeata estão computados nos processos protocolados fora do prazo.

Das 358 vítimas relacionadas no Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos durante o regime militar, 298 protocolaram seus processos no Ministério da Justiça. Considerando que 132 processos referem-se aos desaparecidos políticos relacionados no anexo I da Lei n.º 9.140/95, e tiveram automaticamente reconhecida a responsabilidade do Estado e o direito às indenizações, restaram 166 processos de vítimas relacionadas no Dossiê a serem analisados pela Comissão Especial.
Visando possibilitar uma melhor análise dos casos não protocolados no Ministério da Justiça, verificamos que nos anos 1965, 1967, 1971, 1973, 1975, 1976, todos os casos foram protocolados e, se considerarmos os limites da lei, apenas 21 casos relacionados no Dossiê e que em princípio cumpririam os requisitos da Lei n.º 9.140/95, não protocolaram seus processos no Ministério da Justiça.

Apesar da realidade do movimento dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, da falta de empenho do governo e o curto prazo para o protocolo, podemos considerar que foi uma vitória conseguirmos protocolar os 298 processos e assim cobrir a maior parte dos nomes relacionados no nosso Dossiê."

Quadro comparativo dos casos relacionados no dossiê e casos protocolados no Ministério da Justiça			
Classificacão no dossiê	Relacionados no dossiê	Protocolados	Faltaram
Mortos de 1964 a 1983	185	158	27
Desaparecidos no Brasil	138	133	05
Desaparecidos na Argentina	07	01	06
Desaparecidos na Bolívia	01	0	01
Desaparecidos no Chile	05	03	02
Outras mortes	14	03	11
Mortes no exílio	08	0	08
Total	358	298	60

Quadro resumo dos casos relacionados no dossiê e protocolados no Ministério da Justiça			
Ano	N.º no dossiê	Protocolados	Não protocolados
1964	13	09	04
1965	01	01	0
1966	02	01	01
1967	01	01	0
1968	11	08	03
1969	18	13	05
1970	22	20	02
1971	33	33	0
1972	38	32	06
1973	28	28	0
1975	03	03	0
1976	05	05	0
1977	01	0	01
1979	05	03	02
1980	03	01	02
1983	01	0	01
Desaparecidos no Brasil		Protocolados	Não Protocolados
138		133	05
Desaparecidos na Argentina		Protocolados	Não Protocolados
07		01	06
Desaparecidos na Bolívia		Protocolados	Não protocolados
01		0	0
Desaparecidos no Chile		Protocolados	Não protocolados
05		03	02
Outras mortes		Protocolados	Não protocolados
14		03	11
Mortes no exílio		Protocolados	Não protocolados
08		0	08

* (D) – consta do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos
(ND) – não consta do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos

Dos aprovados que não constam do Dossiê, temos entre eles alguns casos que tínhamos conhecimento da sua militância mas não tínhamos todas as evidências para incluí-los no Dossiê, seja por falta de contato com os familiares ou por falta de dados mais concretos sobre a morte ou desaparecimento. Esses são os casos dos militantes: Victor Carlos Ramos, Boanerges de Souza Massa, Pedro Domiense de Oliveira.
Além, destes, apareceram casos de militantes antigos como de Alberto Aleixo, Divo Fernandes de Oliveira e Neide Alves, militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que não tínhamos informações.

Quadro demonstrativo dos processo indeferidos pela Comissão Especial – lei n.º 9140/95		
Nome	Relator	Resultado
Alexandre Soares de Oliveira (ND)	Nilmário: contra	Indeferido unânime
Arno Preis (D)	Nilmário: a favor	Indeferido 4 x 3
Dario Gilberto Goni Martinez (ND)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Iguatemi Zucchi Teixeira (ND)	General: contra	Indeferido unânime
Jane Vanine (D)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Kurt Kriegel (ND)	Gonet: contra	Indeferido unânime
Tulio Roberto C. Quintiliano (D)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Jorge Albeto Basso (D)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Acediro Ribeiro Maciel (ND)	Francisco: contra	Indeferido unânime
Carlos Lima Aveline (ND)	General: contra	Indeferido unânime
Odair José Brunocilla (ND)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Antônio Expedito Carvalho Pereira (ND)	Gonet: contra	Indeferido unânime
Ari Lopes de Macedo (ND)	General: contra	Indeferido unânime
Carlos Alberto Maciel Cardoso (ND)	Nilmário: contra	Indeferido unânime
Darcy José dos Santos Mariante (ND)	General: contra	Indeferido unânime
Geraldo da Silveira Rodrigues (ND)	General: contra	Indeferido unânime
Tercio Tavares de Melo (ND)	Gonet: contra	Indeferido unânime
Alberi Vieira dos Santos (D)	Nilmário: contra	Indeferido unânime
Gerson Theodoro de Oliveira (D)	Gonet: contra	Indeferido 5 x 2
Antonio Benedito Cordeiro (ND)	General: contra	Indeferido unânime
Antonio de Araujo Veloso (ND)	Francisco: contra	Indeferido unânime
Antonio Hernandez (ND)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Antoniel Queiroz (ND)	Francisco: contra	Indeferido unânime
José Ferreira de Almeida (D)	General: contra	Indeferido unânime
José Ribeiro Dourado (ND)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Liliana Inês Goldenberg (ND)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Manoel Custodio Martins (ND)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Oltimar Dutra da Rosa (ND)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Paulo Torres Gonçalves (ND)	Nilmário: contra	Indeferido unânime
Robson Antônio Gomes Viana (ND)	Nilmário: contra	Indeferido unânime
José Fernandes Menezes (ND)	Gonet: contra	Indeferido unânime
Simão Pereira da Silva (ND)	Nilmário: contra	Indeferido unânime
João Pereira da Silva (ND)	Francisco: contra	Indeferido unânime
Benedito Pereira Serra (ND)	Nilmário: a favor	Indeferido 4 x 2
Inocencio Pereira Alves (ND)	Nilmário: a favor	Indeferido 4 x 2
João Pedro Teixeira (ND)	Nilmário: a favor	Indeferido 4 x 2
José Arruda Alencar (ND)	Nilmário: a favor	Indeferido 4 x 2
Luiz Antonio Santa Barbara (D)	Gonet: contra	Indeferido 4 x 2
Raimundo Nonato Paz (D)	Suzana: contra	Indeferido unânime
Adauto Freire da Cruz (ND)	Francisco: contra	Indeferido unânime
Luiz Alberto Andrade de Sá Benevides (D)	Francisco: contra	Indeferido 5 x 2
Miriam Lopes Verbena (D)	Francisco: contra	Indeferido unânime
Francisco Alves Cabral (ND)	Grandino: contra	Indeferido unânime
David de Souza Meira (D)	Grandino: contra	Indeferido unânime
João Roberto Borges de Souza (D)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Jonas José de Albuquequе Barros (D)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Nilda Carvalho Cunha (D)	Francisco: contra	Indeferido unânime
Orocilio Martins Gonçalves (D)	Grandino: contra	Indeferido 5 x 2
Raul Amaro Nin (D)	Gonet: contra	Indeferido unânime
Silvano dos Santos (D)	Nilmário: contra	Indeferido unânime
João Bosco Penido Burnier (D)	Nilmário: a favor	Indeferido 5 x 2
Raimundo Santana Machado (ND)	Suzana: contra	Indeferido unânime
Antogildo Pascoal Viana (D)	Suzana: contra	Indeferido unânime
Benedito Gonçalves (D)	Nilmário: a favor	Indeferido 4 x 2
Horacio Domingo Campiglia (ND)*		Indeferido unânime
Lorenzo Ismael Viñas (ND)*		Indeferido unânime
Monica Suzana Pinus (ND)*		Indeferido unânime
Luis Carlos Augusto (ND)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Lyda Monteiro Silva (D)		Indeferido unânime
Sebastião Vieira da Silva (ND)	Suzana: contra	Indeferido unânime
Wanio José de Matos (D)		Indeferido unânime
Cloves Dias Amorim (D)	Grandino: contra	Indeferido 4 x 3

Ivan Rocha Aguiar (D)	Grandino: contra	Indeferido 4 x 3
Jorge Aprigio de Paula (D)	Grandino: contra	Indeferido 4 x 3
José Guimarães (D)	Grandino: contra	Indeferido 4 x 3
Labib Abduch (D)	Grandino: contra	Indeferido unânime
Mário de Souza Prata (D)	Gonet: contra	Indeferido 4 x 3
Gerson Bezerra Lima (ND)	Gonet: contra	Indeferido unânime
Rodolfo Soares (ND)	General: contra	Indeferido unânime
Vitor Papandreu (ND)	Suzana: contra	Indeferido 4 x 3
Luiz Alberto Pinto Arebalo (ND)		Indeferido unânime
Hasen clever de Souza (ND)	General: contra	Indeferido unânime
Terezino Lopes dos Santos (ND)	Francisco: contra	Indeferido unânime
Manoel Rodrigues Ferreira (D)	Grandino: contra	Indeferido 5 x 2
Manuel José Mendes Nunes de Abreu (D)		Indererido unânime
Antonio Sergio de Matos (D)	Nilmário: a favor	Indeferido 4 x 3
James Allen da Luz (ND)	Gonet: contra	Indeferido unanime
Carlos Schirmer (D)	Nilmário: a favor	Indeferido 5 x 2
Lucindo Costa (ND)		Indeferido unânime
Alcides João da Silva (ND)	Nilmário: contra	Indeferido unânime
Antonio Bem Cardoso (ND)		Indeferido unânime
João Carvalho Barros (ND)		Indeferido unânime
Abelardo Costa (ND)		Indeferido unânime
Edu Barreto Leite (D)	Suzana: a favor	Indeferido 5 x 2
Antônio Raymundo Lucena (D)	Francisco: contra	Indeferido 5 x 2
Iara Iavelberg (D)	Suzana: a favor	Indeferido 4 x 3

(D) consta do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos
(ND) não consta do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos
(*) argetinos desaparecidos no Brasil fora do período de abrangência da lei. A Comissão aguarda medida governamental para poder proceder ao julgamento.
Analisados os últimos processos, ficou a cargo do jurista Miguel Reale Júnior, presidente da Comissão Especial, acatar ou não os recursos que porventura sejam apresentados.

Anexo III

bibliografia indicada

ABREU, Hugo. "Tempo de crise". Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA - História da Classe Operária no Brasil: Resistindo à ditadura (1964-1978) Rio de Janeiro, ACO, 5. Caderno, outubro, 1990.
AFFONSO, Almino. "Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo". São Paulo, Marco Zero, 1988.
ALMEIDA FILHO, Hamilton. "A sangue quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
ALVES, M. M. "Torturas e torturados". Rio de Janeiro, 1. ed., 1966. Cap.5
ALVES, P. e Paiva, A "A revolução nacional-democrática, segundo o V e o VI Congresso do PCB". In Debate, n. 16, Paris, maio 1974.
AMADO, J. "O cavaleiro da esperança". Rio de Janeiro, Record, 1977.
_____. "Os subterrâneos da liberdade". Rio de Janeiro, Record, 1986
AMAZONAS, João. "Pela liberdade e pela democracia popular". São Paulo, Anita Garibaldi, 1982.
ANNISTIA INTERNACIONAL - Desapariciones - Caracas, Fundamentos, 1983.
ARANTES, M A A C - Pacto Re-Velado - São Paulo, Escrita, 1994.
ARNS, P.E. (Prefácio). "Brasil: Nunca Mais." 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
_____. "Perfil dos atingidos". Petrópolis, Vozes, 1988.
ARROYO, A "Um grande acontecimento na vida do país e do partido". In: Movimento, São Paulo, n. 222, 1979.
BANDEIRA, Moniz. "O caminho da revolução brasileira". Rio de Janeiro, Melso, 1962.
BARATA, A "Vida de revolucionário". São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
BARATA,A "Vida de um revolucionário (Memórias)". 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
BASBAUM, L. "Uma vida em seis tempos". São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
BETTO, F. "Batismo de sangue". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
BETTO, Frei - Cartas da Prisão - São Paulo, Brasiliense.
_____- O Dia de Ângelo - São Paulo, Brasiliense, 1984.
BEZERRA, G. "Memórias". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
BIOCCA, Ettore. "Estrtégia do terror". Lisboa, Iniciativa Editoriais, 1974.
BNM. Projeto. "Brasil: Nunca Mais". "Projeto A", 6 tomos, 12v. Arquidiocese de São Paulo, 1985.
BORGES, Mauro. "O golpe em Goiás: história de uma grande traição". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
BRAGA, Teodomiro e BARBOSA, Paulo - Meu filho Alexandro Vannucchi - Depoimentos de Egle e José Vannucchi - São Paulo, Edição S.A
BRANCO, Carlos Castello. "Os militares no poder". 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.
CABRAL, Reinaldo LAPA, Ronaldo. (orgs.) "Desaparecidos políticos: prisões, seqüestros, assassinatos". Rio de Janeiro, Edições Opção: Comitê Brasileiro pela Anistia, 1979.
CALDAS, A "Tirando o Capuz". Rio de Janeiro, Codecri, 1981.
CAMARGO, Aspásia e Góes, Walder de. "Meio século de combate: diálogo com cordeiro de Farias". Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
CARNEIRO, Glauco. "História das revoluções brasileiras". Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965. 2v.
CASO, A "A esquerda armada no Brasil". Lisboa, Moraes, 1976.
CASTRO, M. de. "64: conflito Igreja x Estado". Petrópolis, Vozes, 1984.
CAVALCANTE, B. "Certezas e Ilusões". Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986.
CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa e RAMOS, Jovelino (coordenadores) "Memórias do exílio: Brasil 1964-19??"/obra coletiva coordenada e dirigida sob o patrocínio de Paulo Freire, Abdias do Nascimento e Nelson Werneck Sodré. Lisboa, Arcádia, 1976.

CAVALCANTI, P. "O caso eu conto como o caso foi". São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
CAVALCANTI, P. e RAMOS, J. (orgs) "Memórias do exílio". São Paulo, Livramento, 1978.
CELIBERTI, L. e GARRIDO, L. - Meu quarto, minha Cela, P.A L & PM, 1989.
CHILCOTE, R. "O Partido Comunista Brasileiro". Rio de Janeiro, Graal, 1982.
COIMBRA, C.M.B. "Guardiães da Ordem: algumas práticas PSI nos anos 70 no Brasil". Niterói: (S.N.), 1992. (tese)
COMBLIM, J. - A ideologia da Segurança Nacional - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
COSTA, A H. - Barão de Mesquita, 425: A fábrica do medo - São Paulo, Brasil Debates, 1982.
CRUZ, Denise Rollemberg. "A idéia de revolução: da luta armada ao fim do exílio, 1969-1979." Niterói: (S.N), 1992.
CRUZ, Rita de Cássia de Almeida. "A identidade de ex-militantes de grupos de esquerda". Dissertação (Mestrado Psicologia Social)- PUC- São Paulo. São Paulo, 1988. Orientador: CIAMPA, Antônio da Costa.
CUNHA, Euclides. Os Sertões.
D'AGUIAR, Hernani. "A revolução por dentro". Rio de Janeiro, Artenova, 1976.
D'ARAÚJO, Maria Celina (introdução e organização) SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso. "Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão". Rio de Janeiro, Relume Dumara, 1994.
D'ARAÚJO, M.C., Soares G.A D e Castro, C. "Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964". Rio de Janeiro, Delume - Dumará, 1994.
DANIEL, H. "Passagem para o próximo sonho". Rio de Janeiro, Codecri, 1982.
DINIZ, E. A história do vice-presidente, o que tornou vergonha. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1988.
DÓRIA, P. et al.. "A guerrilha do Araguaia". São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.
DREIFUS, R. O jogo da direita. Rio de Janeiro, Vozes, 1989.
DREIFUSS, Rene Armand. "1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe"; traduzido pelo Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG por Ayeska Branca de Oliveira Farias... (et al.); revisão técnica: Rene Armand Dreifuss. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
ESTRADA, Elizabeth Muylaert Duque. "A história da guerrilha: entre o mito e a ficção". Dissertação (Mestrado Comunicação)- UFRJ. Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 1988. Orientador: VILLAÇA, Nízia.
FIGUEIREDO, C.E.S. Mário Pedrosa, retratos do exílio. Rio de Janeiro, Antares, 1982.
FILHO, João Roberto Martins. "Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968". Campinas, Papirus, 1987.
FILHO, Olympio Mourão (1900-1972). "Memórias: a verdade de um revolucionário; apresentação e arquivo de Hélio Silva". 2ª ed.- Porto Alegre, L & PM, 1978.
FON, A C. "Tortura: a história da repressão política no Brasil". São Paulo, Global, 1979.
FREDERICO, Celso, organizador. "A esquerda e o movimento operário- 1964/1984". Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991.
FREIRE, Alípio et alii. "Tiradentes, um presídio da ditadura". São Paulo, Scipione Cultural, 1998.
FREITAS, A "Resistir é preciso". Rio de Janeiro, Record, 1981.
GABEIRA, F. "O que é isso companheiro ?". Rio de Janeiro, Codecri, 1979.
GARCIA, M. A "Contribuição à história da esquerda brasileira: 1960/1979". In Em Tempo, ago.1979-abr.1980, São Paulo.
_____. (org.). "Esquerdas e democracia". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
_____ e VIEIRA, Maria Alice (organizadores) "Rebeldes e Contestadores - 1968 Brasil, França e Alemanha". São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.
GIAP, N.V. "Guerra do povo, exército do povo". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Saga, 1968.
GIORDANE, Marco Pollo. "Brasil sempre". Porto Alegre, Tchê, 1986.
GORENDER, J. "1964: O fracasso das esquerdas". Movimento, n. 299, 23 a 29.3.1981.
_____. "Combate nas trevas". São Paulo, Ática, 1987.
GRAEL, Coronel Dickson M. "Aventura, Corrupção e terrorismo à sombra da impunidade". 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1985.
Grupo Tortura Nunca Mais (Brasil). Seminário (1: 1985: Rio de Janeiro). "I Seminário do Grupo Tortura Nunca Mais". Petrópolis, Vozes, 1987.
GUARANY, R. "A fuga". São Paulo, Brasiliense, 1984.

HERZOG, Clarice, et al. "Vlado: retrato da morte de um homem e de uma época." 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
IPM n. 709. "O comunismo no Brasil". Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966-1967.
JORDÃO, Fernando Pacheco. "Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil." 5ª ed. São Paulo, Global, 1984.
JORGE, F. "Cala a boca, jornalista!". Rio de Janeiro, Vozes, 1987.
JOSÉ, Emiliano e MIRANDA, Oldack. "Lamarca, o Capitão da guerrilha". São Paulo, Global, 1980.
JOSÉ, Emiliano. "Carlos Marighella - o inimigo número um da ditadura militar, São Paulo, Sol e Chuva, 1997."
JUNIOR, Caio Prado, 1987. "A revolução brasileira". 4ª ed..São Paulo, Brasiliense, 1972.
KONDER, Leandro. "A democracia e os comunistas no Brasil". Rio de Janeiro, Graal, 1980.
KOUTZII, Flávio. "Pedaços de morte no coração". Porto Alegre, L & PM , 1984.
KRISCHKE, P. J. (Org.). "Brasil: do "milagre" à "abertura". São Paulo, Cortez, 1982.
LAMARCA, C. "Diário de Carlos Lamarca, 29 de junho - 16 de agosto de 1971." In: Folhetim, n. 543, p.B1-B-12. Folha de São Paulo, 10.7.1987.
LIMA, Haroldo & ARANTES, Aldo. "História da ação popular da JUC ao PC do B". São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.
Livro Negro da Ditadura Militar - publicação clandestina dos anos 70.
LUPPI, Carlos Alberto. "Manoel Fiel Filho: quem vai pagar por esse crime ?" São Paulo, Escrita, 1980.
MACHADO, Cristina Pinheiro. "Os exilados: 5 mil brasileiros a espera da anistia. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
MARIGHELLA, C. "Escritos". São Paulo, Livramento, 1979.
_____. "Manual do guerrilheiro urbano". São Paulo, Assírio e Alvim, s/d.
_____. "Textos" (org. Arlindo Lopes). Lisboa, 1974.
MARTINS, F.,J. R. "Movimento estudantil e ditadura militar no Brasil". Campinas, Papirus, 1987.
MARTINS, Roberto Ribeiro. "Liberdade para os brasileiros ; anistia ontem e hoje." 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
MATTOSO, Glauco. "O que é tortura". São Paulo, Brasiliense, 1984.
MIR., Luís. "A revolução impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil". São Paulo, Best Seller/ Círculo do Livro, 1994.
MORAES, Denis de. "A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões"; posfácio de Rene Dreifuss. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.
MORAES, João Luiz e AHMED, Aziz - O calvário de Sônia Angel - uma história de terror nos porões da ditadura - Rio de Janeiro, Gráfica MEC editora, 1994.
MOSCATELLI, Luigi. "Política da repressão: força e poder de uma justiça de classe". Rio de Janeiro, Achiame, 1982. (Coleção Textos Paralelos).
MOTA, Carlos Guilherme. "Idéia de revolução no Brasil (1789-1801): estudo das formas de pensamento". Petrópolis, Vozes, 1979.
MOURA, C. (Apresentação) "Diário da guerrilha do Araguaia". 2ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
NAFFAH NETO, A "Poder, vida e morte na situação de tortura". São Paulo, Hucitec, 1985.
Organização Latino-Americana de Solidariedade. Première Confèrence. Paris, Maspero,1967.
PACHECO, E. "O Partido comunista Brasileiro. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984.
PAIVA, Maurício "O sonho exilado". Rio de Janeiro, Achiamé, 1986
PARKER, Phyllis R. "1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março". Tradução de Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
Partido comunista Brasileiro. "PCB: vinte anos de política". Documentos, 1958/1979, São Paulo, LECH, 1980.
Partido Comunista do Brasil. "A linha revolucionária do PC do B". Rio de Janeiro, Caramuru, 1971.
PATARRA, J.L. Iara. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.
PEDROSA, Mário (1900-1981). "A opção brasileira". Rio de janeiro. Civilização brasileira, 1966.
PEREIRA, Luiz C. Bresser (Luiz Carlos Bresser). "1934 - As revoluções utópicas: a revolução política na Igreja: ação estudantil". 2ª ed. - Petrópolis, Vozes, 1979.
PERI, M. "Perspectivas da revolução brasileira". Rio de Janeiro, Autores Reunidos, 1962.
POLARI, A. "Em busca do tesouro". Rio de Janeiro, Codecri, 1982.

POMAR, P. "Carta sobre a guerrilha do Araguaia".Movimento, n. 199, São Paulo, 1979.
POMAR, P. "Guerrilha: as razões da derrota". Movimento, 23 abr. 1979.
POMAR, W. "Araguaia: o partido e a guerrilha".São Paulo, Brasil Debates, 1980.
PORTELA, F. "Guerra de guerrilhas no Brasil". São Paulo, global, 1979.
PRESTES, M. "Meu Companheiro". R.J, Rocco, 1992.
QUINTANEIRO, Tânia. "Cuba e Brasil: da revolução ao golpe (1959-1964): uma interpretação sobre a política externa independente". Belo Horizonte, UFMG, 1988.
RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere.
RAPOSO, Eduardo (org.)."1964: 30 anos depois". Rio de Janeiro, Agir, 1994.
REALE, Miguel. "Da revolução à democracia". 2ª edição inteiramente reestruturada. São Paulo, Convívio, 1977.
REBELLO, G. "A guerrilha do Caparaó". São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
REIS FILHO, D.A "A revolução faltou ao encontro". São Paulo, Brasiliense, 1990.
REIS FILHO, D.A, SÁ, J.F. de (Org.) "Imagens da Revolução". Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985.
REIS, Filho, D.A "1968: A Utopia de uma paixão". Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988.
RIBEIRO, O "Por que eu traí, Confissões do Cabo Anselmo". São Paulo, Global, 1984.
RICHOPO, Neide. "Esquerda no Brasil: um estudo de caso". Dissertação (Mestrado)- Fac. De Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 1988. Orientador: WEFFORT, Francisco Corrêa.
RIDENTI, M. "A vanguarda e as massas na revolução que não ocorreu". Comunicação apresentada ao X Encontro anual da ANPOCS, São Paulo, 1986.
RIQUELINE, H. Era das névoas. São Paulo, EDUC, 1993.
RODRIGUES, H.B.C. *et alli*. Rua Viva - homenagem aos mortos e desaparecidos políticos mineiros, Câmara e Prefeitura Municipal de B.H., 1994.
RODRIGUES, L.M. "O PCB: os dirigentes e a organização". In H.G. da Civilização Brasileira, vol.10, São Paulo, Difel, 1981, t.3.
SÁBATO, E. Nunca Mais. Buenos Ayres, 1984.
SADER, Emir. "O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil". São Paulo, Brasiliense, 1995.
SALGADO, Plínio, 1985-1975. "Minha segunda prisão e meu exílio; seguido de Diário de Bordo; e, Poema da Fortaleza de Santa Cruz". São Paulo, Voz do Oeste, 1980.
SANFELICE, J.L. "Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo, Cortez, 1986.
SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "Sessenta e quatro: anatomia da crise". Rio de Janeiro, Vértice, 1986.
SCHILLING, Paulo. "Como se coloca a direita no poder". São Paulo, Global, 1979-1981.
SILVA, H. "1964: golpe ou contragolpe ?" Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1975.
SIMAS, Mário. "Gritos de Justiça." São Paulo, FTD, 1986.
SIMÕES, R.G. "Os fornos quentes". São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.
SODRÉ, N.W. "A história militar no Brasil". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
STARLING, Heloísa Maria Murgel. "Os senhores das Gerais: os novos inconfidentes e o golpe militar de 1964". Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1986.
SYRKIS, Alfredo. Roleta Chilena. Rio de Janeiro, Record, 3ª ed., 1982.
SYRKIS, Alfredo. "Os carbonários: memórias da guerrilha perdida". São Paulo, Global, 1994.
TOLEDO, Caio Navarro de. "O governo de Goulart e o golpe de 64". 3ª ed.. São Paulo, Brasiliense, 1983.
VALLI, Vírginia. "Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho. A verdadeira história de um assassinato político". 2ª ed., Rio de Janeiro, Record, 1987.
VARGAS, I. "Guerra é guerra, dizia o torturador". Rio de Janeiro, Codecri, 1981.
VIANA, Amorim Gilney e CIPRIANO, Perly. "Fome de Liberdade". Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1992.
VIANA, F. e Moraes, D. "Prestes: lutas e autocríticas" Petrópolis, Vozes, 1982.
VIANA, H.B. "Não conte a ninguém". Rio de Janeiro, Imago, 1994.
VINÃR, M. "Exílio e tortura". São Paulo, Escuta, 1992.
WEBER, Maria Helena. "Ditadura e sedução: redes de comunicação e coerção no Brasil- 1969/1974". Porto Alegre, UFRGS, 1994.
WERNECK, M. "Cela 4". TGI

Anexo IV

casos em ordem alfabética

Abelardo Costa (? - 6/9/71) 625
Abelardo Rausch de Alcântara (? - 13/12/1970) 580
Acediro Ribeiro Maciel (? - 11/5/70) 625
Adauto Freire da Cruz (? - ?) 625
Aderval Alves Coqueiro (19/7/1937 - 6/2/1971) 221
Adriano Fonseca Fernandes Filho (Chico) 182
Afonso Henrique Martins Saldanha (22/9/1918 - 8/12/1974) 355
Alberi Vieira dos Santos (? - 10/1/1979) 622
Albertino José de Oliveira (? - 4/1964) 558
Alberto Aleixo (? - 7/8/1975) 334
Alceri Maria Gomes da Silva (25/5/1943 - 17/5/1970) 252
Alcides João da Silva (? - 28/3/1972) 354
Aldo de Sá Brito Souza Neto (20/1/1951 - 7/1/1971) 58
Alex de Paula Xavier Pereira (9/8/1949 - 20/1/1972) 68
Alexander José Veroes (5/7/1952 - 27/2/1972) 152
Alexandre Soares de Oliveira (? - 14/9/1969) 618
Alexandre Vanucchi Leme (5/10/1950 - 17/3/1973) 98
Alfeu D'Alcântara Monteiro (?- 4/4/1964) 561
Almir Custódio de Lima (? - 27/10/1973) 382
Aluísio Palhano Pedreira Ferreira (5/9/1922 - 21/5/1971) 270
Amaro Luís de Carvalho (? - 22/8/1971) 213
Ana Maria Nacinovic Correia (25/3/1947 - 14/6/1972) 79
Ana Rosa Kucinski Silva (12/1/1942 - 22/4/1974) 121
Anatália Melo Alves (? - 22/1/1973) 379
André Grabois (Zé e José Carlos) 180
Ângelo Arroyo (6/11/1928 - 16/12/1976) 205
Ângelo Cardoso da Silva (1944 - 23/4/1970) 480
Ângelo Pezzuti da Silva (27/4/1946 - 11/9/1975) 292
Antogildo Paschoal Viana (? - 8/4/1964) 354
Antoniel Queiroz (? - 28/10/1973) 621
Antonio Alfredo Campos (Alfredo) 181
Antônio Bem Cardoso (? - 1/6/1970) 618
Antônio Benedito Cordeiro (? -?) 625
Antonio Benetazzo (1/11/1941 - 27/10/1972) 155
Antônio Carlos Bicalho Lana (2/3/1948 - 30/11/1973) 116
Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio) 177
Antônio Carlos Nogueira Cabral (1949 - 18/4/1972) 78
Antônio Carlos Silveira Alves (? - 1/4/1964) 546
Antônio de Araújo Veloso (? - 31/08/1976) 622
Antonio de Pádua Costa (Piauí e Lino) 191
Antonio dos Três Reis Oliveira (19/11/1946 - 17/5/1970) 53
Antônio Expedito Carvalho Perera (? - ?) 624
Antonio Ferreira Pinto (Antonio Alfaiate) 191
Antonio Guilherme Ribeiro Ribas (Ferreira) 187
Antonio Henrique Pereira Neto (Padre) (? - 21/8/1969) 575
Antônio Hernandes (? - 23/1/74) 625

Antônio Joaquim Machado (? - fev./1971) 441
Antônio Marcos Pinto de Oliveira (1950 - 30/3/1972) 448
Antônio Raymundo Lucena (11/9/1922 - 20/2/1970) 261
Antônio Sérgio de Mattos (8/2/1948 - 23/9/1971) 63
Antonio Teodoro de Castro (Raul) 187
Ari da Rocha Miranda (? - Junho de 1970) 124
Ari de Oliveira Mendes Cunha (?- 1/4/1964) 546
Ari Lopes de Macêdo (? - 27/2/63) 625
Arildo Valadão (Ari) 182
Armando Teixeira Frutuoso (20/5/1921 - setembro/1975) 204
Arnaldo Cardoso Rocha (28/3/1949 - 15/3/1973) 93
Arno Preis (8/7/1934 - 15/2/1972) 145
Ary Abreu Lima da Rosa (? - 11/1970) 516
Augusto Soares da Cunha (? - 1/4/1964) 558
Áurea Eliza Pereira Valadão (Eliza e Áurea) 195
Aurora Maria Nascimento Furtado (13/6/1946 - 10/11/1972) 91
Avelmar Moreira de Barros (? - 25/3/1970) 439
Aylton Mortatti (13/1/1946 - 5/11/1971) 131
Benedito Gonçalves (28/08/1931 - 20/08/79) 598
Benedito Gonçalves (28/08/1931 - 20/08/79) 603
Benedito Pereira Serra (8/08/1913 - 16/05/1964) 571
Bergson Gurjão Farias (Jorge) 174
Boanerges de Souza Massa (??? - 21/6/1972) 154
Caiuby Alves de Castro (16/8/1928 - 21/11/1973) 323
Carlos Alberto Maciel Cardoso (? - 13/11/1971) 124
Carlos Alberto Soares de Freitas (12/8/1939 - fev./1971) 441
Carlos Eduardo Pires Fleury (5/1/1945 - 10/12/1971) 137
Carlos Lamarca (27/10/1923 - 17/9/1971) 415
Carlos Lima Aveline e Thalita (1/1/74) 622
Carlos Marighella (5/12/1911 - 4/11/1969) 39
Carlos Nicolau Danielli (14/9/1929 - 31/12/1972) 198
Carlos Roberto Zanirato (1948 - 29/6/1969) 245
Carlos Schirmer (30/3/1896 - 1/5/1964) 305
Carmem Jacomini (? - abril/1977) 294
Cassimiro Luiz de Freitas (11/12/1912 - 19/3/1970) 446
Catarina Abi-Eçab (1947 - 8/11/1968) 290
Célio Augusto Guedes (? - 15/8/1972)) 321
Celso Gilberto de Oliveira (26/12/1945 - 30/12/1970) 261
Chael Charles Schreier (23/4/1946 - 24/11/1969) 433
Cilon da Cunha Brum (Comprido e Simão) 187
Ciro Flávio Salasar Oliveira (Flávio) 178
Clóvis Dias Amorim (1946 - 22/10/1968) 557
Custódio Saraiva Neto (Lauro) 189
Daniel José de Carvalho (13/10/1945 - 11/7/1974) 286
Daniel Ribeiro Callado (Doca e Daniel) 187
Darcy José dos Santos Mariante (? - 8/4/66) 625
Dario Gilberto Goni Martinez (1/1/71) 619
David Capistrano da Costa (16/11/1913 - 16/9/1974) 325
David Souza Meira (? - 1/4/1968) 555
Dênis Casemiro (9/12/1942 - 18/5/1971) 269
Dermeval da Silva Pereira (João e João Araguaia) 194
Devanir José de Carvalho (15/7/1943 - 7/4/1971) 225
Dilermano Melo do Nascimento (9/2/1920 - 15/8/1964) 313
Dimas Antônio Casemiro (6/3/1946 - 19/4/1971) 227

Dinaelza Soares Santana Coqueiro (Mariadina e Diná) 195
Dinalva Oliveira Teixeira (Dina) 186
Divino Ferreira de Souza (Nunes e Goiano) 181
Divo Fernandes D'Oliveira (? - 1964/1965) 315
Djalma Carvalho Maranhão (27/11/1915 - 30/7/1971) 610
Dorival Ferreira (5/11/1932 - 3/4/1970) 47
Durvalino de Souza (? - 1/1/1973) 588
Edgar Aquino Duarte (? - jun./1973) 478
Edmur Péricles Camargo (4/11/1914 - 1973) 481
Edson Luiz de Lima Souto (? - 28/3/1968) 548
Edson Neves Quaresma (11/12/1936 - 5/12/1970) 257
Edu Barreto Leite (? - 13/04/64) 562
Eduardo Antônio da Fonseca (23/2/1947 - 23/9/1971) 63
Eduardo Collen Leite (28/8/1945 - 7/12/1970) 56
Eduardo Collier (5/12/1948 - 23/2/1974) 501
Eiraldo de Palha Freire (1946 - 4/7/1970) 577
Elmo Corrêa (Lourival) 186
Elson Costa (26/8/1913 - 16/1/1975) 330
Elvaristo Alves da Silva (1924 - mar./1965) 462
Emmanuel Bezerra dos Santos (17/6/1943 - 4/9/1973) 215
Enrique Ernesto Ruggia (25/7/1955 - 11/7/1974) 286
Epaminondas Gomes de Oliveira (? - 20/8/1971) 318
Eremias Delizoikov (27/3/1951- 16/10/1969) 246
Eudaldo Gomes da Silva (1/10/1947 - 8/1/1973) 275
Evaldo Luiz Ferreira de Souza (5/6/1942 - 9/1/1973) 275
Ezequias Bezerra da Rocha (? - 11/3/1972) 586
Félix Escobar Sobrinho (23/3/1923 - 10/1971) 398
Fernando Augusto Valente da Fonseca (? - 29/12/1972) 372
Fernando Borges de Paula Ferreira (1945 - 30/7/1969) 429
Fernando da Silva Lembo (? - 21/6/1968) 556
Fernando Santa Cruz (20/2/1948 - 23/2/1974) 501
Flávio de Carvalho Molina (8/11/1947 - 7/11/1971) 135
Francisco Alves Cabral (? - 1/11/69) 618
Francisco das Chagas Pereira (? - 8/1971) 585
Francisco Emanoel Penteado (29/12/1952 - 15/3/1973) 93
Francisco José de Oliveira (22/2/1943 - 5/11/1971) 133
Francisco Manoel Chaves (Chico e Zé Francisco) 177
Francisco Seiko Okama (1948 - 15/3/1973) 93
Francisco Tenório Júnior (? - 1/1/1976) 612
Frederico Eduardo Mayr (29/10/1948 - 24/2/1972) 150
Gastone Lúcia Carvalho Beltrão (2/11/1950 - 22/1/1972) 72
Gelson Reicher (1949 - 20/1/1972) 68
Geraldo Silveira Rodrigues (5/12/1933 - 27/2/75) 625
Gerosina Silva Pereira (15/7/1918 - 9/9/1978) 614
Gérson Bezerra Lima (? - 1/1/1970) 618
Gerson Theodoro de Oliveira (1948 - 22/3/1971) 266
Getúlio D'Oliveira Cabral (4/4/1942 - 29/12/1972) 372
Gilberto Olímpio Maria (Pedro Gil e Gilberto) 185
Gildo Macedo Lacerda (8/7/1949 - 28/10/1973) 500
Grenaldo de Jesus da Silva (11/4/1941 - 30/5/1972) 587
Guido Leão (? - 9/1979) 604
Guilherme Gomes Lund (Luís) 186
Hamilton Fernando Cunha (1941 - 11/2/1969) 241
Hasenclever de Souza (? - 12/2/1972) 319

Helber José Gomes Goulart (19/9/1944 - 16/7/1973) 113
Hélcio Pereira Fortes (24/1/1948 - 28/1/1972) 70
Heleni Telles Ferreira Guariba (13/3/1941 - 12/7/1971) 272
Helenira Rezende de Souza Nazareth (Fátima e Nega) 179
Hélio Luiz Navarro de Magalhães (Edinho) 193
Helio Zanir Sanchotene Trindade (? - 28/12/1970) 512
Henrique Cintra Ferreira de Ornellas (-1/08/73) 588
Higino João Pio (? - 3/3/1969) 573
Hiran de Lima Pereira (3/10/1913 - 15/1/1975) 327
Hiroaki Torigoe (2/12/1944 - 5/1/1972) 141
Honestino Monteiro Guimarães (28/3/1947 - 10/10/1973) 493
Horácio Domingo Campiglia (? - 12/3/1980) 604
Humberto Albuquerque Câmara Neto (28/5/1947 - 8/10/1973) 493
Iara Iavelberg (7/5/1944 - 20/8/1971) 405
Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício) 175
Iêda Santos Delgado (9/7/1945 - 11/4/1973) 121
Iguatemi Zuchi Teixeira (6/2/1944 - 3/7/68) 625
Inocêncio Pereira Alves (? - 18/3/1967) 616
Iris Amaral (? - 1/2/72) 621
Ishiro Nagami (1941 - 4/9/1969) 124
Isis Dias de Oliveira (29/8/1941 - 30/1/1972) 77
Ismael Silva de Jesus (? - 9/8/1972) 320
Israel Tavares Roque (? - 1967) 316
Issami Nakamura Okano (23/11/1945 - 14/5/1974) 123
Itair José Veloso (10/6/1930 -25/5/1975) 331
Iuri Xavier Pereira (2/8/1948 - 14/6/1972) 79
Ivan Mota Dias (29/10/1942 - 15/5/1971) 268
Ivan Rocha Aguiar (14/12/1941 - 1/4/1964) 547
Jaime Petit da Silva (Aparício) 183
James Allen da Luz (21/12/1938 - 24/3/1973) 452
Jana Moroni Barroso (Cristina) 192
Jane Vanini (8/9/1945 - 6/12/1974) 159
Jarbas Pereira Marques (27/8/1948 - 8/1/1973) 275
Jayme Amorim Miranda (18/7/1926 - 4/2/1975) 330
Jeová Assis Gomes (? - 9/1/1972) 142
João Alfredo Dias (? - 8/5/1964) 311
João Antônio Abi-Eçab (? - 8/11/1968) 290
João Baptista Franco Drummond (18/5/1942 - 16/12/1976) 205
João Batista Rita (24/6/1948 - 1973) 480
João Bosco Penido Burnier (11/6/1917 - 11/10/1976) 600
João Carlos Cavalcante Reis (8/8/1945 - 30/10/1972) 156
João Carlos Haas Sobrinho (Juca) 178
João de Carvalho Barros (? - 2/4/1964) 625
João Domingos da Silva (1949 - 23/9/1969) 430
João Gualberto Calatroni (Zebão) 181
João Leonardo da Silva Rocha (? - 4/11/1974) 158
João Lucas Alves (3/11/1935 - 6/3/1969) 296
João Massena Melo (18/8/1919 - 1/4/1973) 322
João Mendes de Araújo (28/7/1943 - 25/1/1972) 67
João Pedro Teixeira (? - 02/04/1962) 615
João Pereira da Silva (? - ?) 625
João Roberto Borges de Souza (? - 7/10/1969) 618
Joaquim Alencar de Seixas (2/1/1922 - 18/4/1971) 227
Joaquim Câmara Ferreira (5/9/1913 - 23/10/1970) 54

Joaquim Pires Cerveira (12/12/1923 - 11/12/1973) 479
Joel José de Carvalho (13/7/1948 - 11/7/1974) 286
Joel Vasconcelos dos Santos (9/8/1949 - Junho/1971) 197
Joelson Crispim (16/4/1946 - 23/4/1970) 251
Jonas José de Albuquerque Barros (? - 1/4/1964) 547
Jorge Alberto Basso (? - 15 /4/1976) 520
Jorge Aprígio de Paula (? - 1/4/1968) 555
Jorge Leal (26/12/38 - 20/10/1970) 489
Jorge Oscar Adur (Padre) (? - 7/1980) 598
José Arruda Alencar (? - 15/9/1967) 616
José Bartolomeu Rodrigues de Souza (5/5/1949 - 29/12/1972) 372
José Campos Barreto (1945 - 17/9/1971) 415
José Carlos Novaes da Mata Machado (20/3/1946 - 28/10/1973) 494
José de Souza (1931 - 17/04/64) 569
José Fernandes de Menezes (? - 9/4/69) 625
José Ferreira de Almeida (? - 8/8/1975) 332
José Gomes Teixeira (1941 - 23/6/1971) 403
José Guimarães (1948 - 3/10/1968) 556
José Humberto Bronca (Zeca e Fogoió) 186
José Idésio Brianezi (23/3/1946 - 13/4/1970) 48
José Inocêncio Pereira (? - 5/11/1972) 588
José Júlio de Araújo (21/7/1943 - 18/8/1972) 83
José Lavéchia (25/5/1919 - 11/7/1974) 286
José Lima Piauhy Dourado (Ivo e José) 188
José Manoel da Silva (2/12/1940 - 8/1/1973) 275
José Maria Ferreira Araújo (6/6/1941 - 23/9/1970) 254
José Maurílio Patrício (Mané e Manoel do 'B') 196
José Maximino de Andrade Neto (? - 18/8/1975) 336
José Mendes de Sá Roriz (? - 17/2/1973) 476
José Milton Barbosa (22/10/1939 - 5/12/1971) 65
José Montenegro de Lima (1948 - 29/9/1975) 338
José Porfírio de Souza (27/6/1912 - 17/7/1973) 503
José Raimundo Costa (1939 - 5/8/1971) 273
José Ribeiro Dourado (de Andrade) (? - 1/4/1974) 622
José Roberto Arantes (7/2/1943 - 5/11/1971) 131
José Roberto Spigner (30/12/1948 - 17/2/1970) 396
José Roman (4/10/1926 - 9/1974) 325
José Sabino (? - 16/5/1966) 548
José Silton Pinheiro (31/5/1949 - 29/12/1972) 372
José Soares dos Santos (? - 1977) 622
José Toledo de Oliveira (Vítor) 177
José Wilson Lessa Sabag (1944 - 3/9/1969) 34
Juarez Guimarães de Brito (22/1/1938 - 18/4/1970) 290
Kleber Lemos da Silva (Quelé e Carlito) 174
Kurt Kriegel (? - 22/9/69) 625
Labibe Elias Abduch (1899 - 1/4/1964) 545
Lauriberto José Reyes (1946 - 27/2/1972) 152
Libero Giancarlo Castiglia (Joca) 185
Lígia Maria Salgado Nóbrega (30/7/1947 - 30/3/1972) 448
Liliana Inês Goldemberg (? - 2/8/1980) 625
Lincoln Bicalho Roque (25/5/1945 - 13/3/1973) 198
Lincoln Cordeiro Oest (17/6/1907 - 21/12/1972) 198
Lorenzo Ismael Uinas (? - 26/6/1980) 604
Lourdes Maria Wanderley Pontes (? - 29/12/1972) 372

Lourenço Camelo de Mesquita (? - 12/4/1972) 319
Lourival de Moura Paulino (Paulino) 172
Lúcia Maria de Souza (Sônia) 182
Lucimar Brandão Guimarães (31/7/1948 - 31/8/1970) 439
Lucindo Costa (? - ?) 625
Lúcio Petit da Silva (Beto) 190
Luís Inácio Maranhão Filho (25/1/1921 - 3/4/1974) 324
Luiz Affonso Miranda da Costa Rodrigues (? - 25/1/1970) 124
Luiz Alberto Pinto Arebalo (? - ?) 625
Luiz Almeida de Araújo (27/8/1943 - Julho de 1971) 61
Luiz Andrade de Sá Benevides (28/9/1942 - 8/3/1972) 367
Luiz Antônio Santa Bárbara (? - 28/8/1971) 408
Luiz Carlos Almeida (? - 14/9/1973) 519
Luiz Carlos Augusto (? - 22/10/1968) 557
Luiz Eduardo da Rocha Merlino (18/10/1948 - 19/07/1971) 512
Luiz Eurico Tejera Lisbôa (19/1/48 - 9/1972) 85
Luiz Fogaça Balboni (25/5/1945 - 25/9/1969) 35
Luiz Gonzaga dos Santos (18/6/1919 - 13/9/1967) 317
Luiz Guilhardini (1/6/1920 - 4/1/1973) 198
Luiz Hirata (23/11/1944 - 20/12/1971) 490
Luiz José da Cunha (2/9/1943 - 13/7/1973) 111
Luiz Paulo Cruz Nunes (? - 22/10/1968) 557
Luiz Renato do Lago Faria (? - 7/2/1980) 615
Luiz Renato Pires de Almeida (18/11/1944 - 1/10/1970) 609
Luiz Renê Silveira e Silva (Duda) 193
Luiz Vieira de Almeida (Luizinho) 195
Luiza Augusta Garlippe (Tuca) 185
Lyda Monteiro da Silva (5/12/1920 - 27/8/1980) 607
Manoel Aleixo da Silva (1931 - 29/8/1973) 215
Manoel Alexandrino (? -1/1/74) 591
Manoel Custódio Martins (? - 7/2/1978) 625
Manoel Fiel Filho (7/1/1927 - 17/1/1976) 348
Manoel José Mendes Nunes de Abreu (1/1/1949 - 23/9/1971) 63
Manoel Lisboa de Moura (21/2/1944 - 4/9/1973) 215
Manoel Raimundo Soares (15/3/1936 - 24/8/1966) 464
Manoel Rodrigues Ferreira (? - 21/6/1968) 556
Manuel José Nurchis (Gil) 179
Márcio Beck Machado (14/12/1945 - 17/5/1973) 158
Marco Antônio Braz de Carvalho (1939 - 28/1/1969) 32
Marco Antônio da Silva Lima (1941 -14/1/1970) 473
Marco Antônio Dias Batista (7/8/1954 - 1970) 438
Marcos José de Lima (Zezinho e Ari do A) 183
Marcos Nonato da Fonseca (1/6/1953 - 14/6/1972) 79
Margarida Maria Alves (? - 13/8/1983) 608
Maria Ângela Ribeiro (? - 21/6/1968) 556
Maria Augusta Thomaz (14/11/1947 - 17/5/1973) 158
Maria Auxiliadora Lara Barcelos (25/3/1945 - 1974) 453
Maria Célia Corrêa (Rosa) 189
Maria Lúcia Petit da Silva (Maria) 175
Maria Regina Lobo Leite Figueiredo (1939 - 30/3/1972) 448
Maria Regina Marcondes Pinto (17/7/1946 - 10/4/1976) 520
Mariano Joaquim da Silva (2/5/1930 - 31/5/1971) 445
Marilene Villas-Boas Pinto (8/7/1948 - 3/4/1971) 400
Mário Alves de Souza Vieira (? - 16/1/1970) 363

Mário de Souza Prata (1945 - 2/4/1971) 400
Maurício Grabois (Mário) 184
Maurício Guilherme da Silveira (1951 - 22/3/1971) 266
Merival Araújo (4/1/1949 - 14/5/1973) 108
Miguel Pereira dos Santos (Cazuza) 176
Milton Soares de Castro (23/6/1940 - 28/4/1967) 467
Míriam Lopes Verbena (1943 - 8/3/1972) 367
Mônica Suzana Pinus (? - 12/3/1980) 604
Neide Alves dos Santos (? - 7/1/1976) 343
Nelson de Souza Kohl (25/1/1940 - 15/9/1973) 519
Nelson José de Almeida (1948 - 11/4/1969) 32
Nelson Lima Piauhy Dourado (Nelito e Alexandre) 192
Nestor Veras (19/5/1915 - 1/4/1975) 331
Newton Eduardo de Oliveira (? - 1/9/1964) 315
Nilda Carvalho Cunha (? - 14/11/1971) 424
Nilton Rosa da Silva (? - 1/9/1973) 611
Norberto Armando Habeger (? - 31/7/1978) 597
Norberto Nehring (20/9/1940 - 25/4/1970) 50
Odair José Brunocilla ? - 6/5/1978) 625
Odijas Carvalho de Souza (? - 8/2/1971) 364
Olavo Hansen (14/12/1937 - 9/5/1970) 527
Oltimar Dutra da Rosa (? - 1961) 625
Onofre Pinto (26/1/1937 - 11/7/1974) 286
Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior (14/1/1915 - 8/10/1975) 339
Orlando Momente (Landim e Landinho) 188
Ornalino Cândido da Silva (1949 - 1/4/1968) 552
Orocílio Martins Gonçalves (1945 - 30/7/1979) 602
Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão, Mineirão) 194
Otávio Soares da Cunha (? - 4/4/1964) 558
Otoniel Campos Barreto (? - 28/8/1971) 408
Pauline Philippe Reichstul (18/7/1947 - 8/1/1973) 275
Paulo César Botelho Massa (5/10/1945 - 30/1/1972) 77
Paulo Costa Ribeiro Bastos (16/2/1945 - 11/7/1972) 424
Paulo de Tarso Celestino da Silva (26/5/1944 - Julho de1971) 62
Paulo Mendes Rodrigues (Paulo) 184
Paulo Roberto Pereira Marques (Amauri) 188
Paulo Stuart Wright (2/6/1933 - 5/9/1973) 492
Paulo Torres Gonçalves (? - 26/3/1969) 618
Pedro Alexandrino de Oliveira (Peri) 195
Pedro Carretel (Carretel) 192
Pedro Domiense de Oliveira (? - 7/5/1964) 308
Pedro Inácio de Araújo (23/6/1932 - 8/5/1964) 311
Pedro Jerônimo de Souza (30/6/1914 - 17/9/1975) 337
Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar (23/9/1913 - 16/12/1976) 205
Péricles Gusmão Régis (? - 12/5/1964) 312
Raimundo de Santana Machado (? - 1964) 625
Raimundo Eduardo da Silva (? - 5/1/1971) 489
Raimundo Ferreira Lima (? - 29/5/1980) 606
Raimundo Gonçalves de Figueiredo (1939 - 28/4/1971) 443
Raimundo Nonato Paz "Nicolau 21" (? - 26/2/1971) 619
Ramirez Maranhão do Vale (? - 27/10/1973) 382
Ranúsia Alves Rodrigues (? - 27/10/1973) 382
Raul Amaro Nin Ferreira (? - 12/8/1971) 619
Reinaldo Silveira Pimenta (? - 27/6/1969) 395

Roberto Cietto (1937 - 4/9/1949) 470
Roberto Macarini (1951 - 28/4/1970) 249
Robson Antônio Gomes Viana (? - 22/8/1969) 625
Rodolfo de Carvalho Troiano (Manoel do "A") 190
Rodolfo Soares Pinheiro (? - 1/1/1969) 617
Ronaldo Mouth Queiróz (? - 6/4/1973) 105
Rosalindo Souza (Mundico) 179
Rubens Beirodt Paiva (26/12/1929 - 20/1/1971) 582
Ruy Carlos Vieira Berbert (? - 2/1/1972) 139
Ruy Frazão Soares (4/10/1941 - 27/5/1974) 203
Ruy Osvaldo Aguiar Pfuzenreuter (? - 15/4/72) 532
Santo Dias da Silva (22/2/1942 - 30/10/1979) 605
Sebastião Vieira da Silva (? - 1972) 620
Sérgio Correa (? - 4/9/1969) 124
Sérgio Landulfo Furtado (24/5/1951 - 11/7/1972) 424
Severino Elias de Mello (1913 - 30/7/1965) 572
Severino Viana Colon (1930 - 24/5/1969) 297
Sidney Fix Marques dos Santos (20/1/1940 - 1976) 535
Silvano Soares dos Santos (? - 25/7/1970) 477
Simão Pereira da Silva (? - 1/1/1979) 624
Soledad Barrett Viedma (6/1/1945 - 8/1/1973) 275
Sônia Maria de Moraes Angel Jones (9/11/1946 - 30/11/1973) 116
Stuart Edgar Angel Jones (11/1/1946 - 14/6/1971) 398
Suely Yumiko Kamaiama (Sueli e Chica) - 1974 191
Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia) 190
Tércio Tavares de Melo (? - 1964) 625
Terezino Lopes dos Santos (? - ?) 625
Therezinha Viana de Assis (22/7/1941 - 3/2/1978) 613
Thomaz Antonio da Silva Meirelles Neto (1943 - 7/5/1974) 123
Tito de Alencar Lima (Frei) (14/9/1945 - 7/8/1974) 611
Tobias Pereira Júnior (Josias) 193
Túlio Roberto Cardoso Quintiliano 387
Uirassu de Assis Batista (Valdir) 195
Valdir Sales Sabóia (? - 29/12/1972) 372
Valquíria Afonso Costa (Valk) 188
Vandick Reidner Pereira Coqueiro (João do 'B') 191
Virgílio Gomes da Silva (15/8/1933 - 29/9/1969) 38
Vitor Carlos Ramos (18/1/1944 - 11/7/1974) 286
Vitorino Alves Moitinho (? - 27/10/1973) 382
Vladimir Herzog (? - 25/10/1975) 341
Walter de Souza Ribeiro (24/9/1924 - 3/4/1974) 324
Walter Kenneth Nelson Fleury (? - 9/8/1971) 611
Walter Ribeiro Novaes (? - Julho/1971) 273
Wânio José de Matos (27/4/1926 - 16/10/1973) 291
Wilson Silva (1942 - 22/4/1974) 121
Wilson Souza Pinheiro (? - 21/7/1980) 607
Wilton Ferreira (? - 30/3/1972) 448
Wlademiro Jorge Filho (? - Está vivo) 468
Yoshitane Fugimori (19/5/1944 - 5/12/1970) 257
Zuleika Angel Jones (5/6/1923 - 14/4/1976) 591

LEIA TAMBÉM DA BOITEMPO EDITORIAL

CENAS DO BRASIL MIGRANTE
Rossana Rocha Reis e Tereza Sales (org.)

ANITA (romance)
Flávio Aguiar

BELEZA EM JOGO - cultura física e comportamento em SP nos anos 20
Mônica Raisa Schpun
Prefácio de Michelle Perrot

PAULO AUTRAN - um homem no palco
Entrevista de Alberto Guzik
Prêmio Jabuti de Melhor Livro Reportagem 1999

PAIXÃO - um ensaio sobre a personalidade
Roberto Mangabeira Unger
Tradução de Renato Schaeffer e Luís Carlos Borges

LUKÁCS - um Galileu no século XX
Ricardo Antunes e Walquíria Leão Rêgo (orgs.), Carlos Nelson Coutinho, Celso Frederico, José Paulo Netto, Leandro Konder, entre outros.

O MARXISMO TARDIO
Fredric Jameson
Tradução de Luís Paulo Rouanet

IDEOLOGIA - uma introdução
Terry Eagleton
Tradução de Luís Carlos Borges

A REVOLUÇÃO INVENCÍVEL - cartas e comunicados do Subcomandante Marcos e do EZLN
Massimo Di Felice e Cristobal Muñoz (orgs.)
Prefácio de D. Pedro Casaldáliga

O PODER, CADÊ O PODER? - ensaios para uma nova esquerda
Emir Sader

BRASIL EM TEMPO DE TV (ensaios)
Eugênio Bucci

A QUESTÃO AMBIENTAL - sustentabilidade e políticas públicas no Brasil
Leila da Costa Ferreira

FLORESTAN OU O SENTIDO DAS COISAS
Antonio Candido, Afrânio Catani, Caio Toledo, Emir Sader, Heloísa Fernandes, Marcelo Ridenti, Marcos Del Roio, Octavio Ianni, Paulo H. Martinez (org.), entre outros.

O SÉCULO DO CRIME
José Arbex Jr. e Cláudio J. Tognolli
Prefácio de Caco Barcellos
Prêmio Jabuti de Melhor Livro Reportagem 1997

TERPSÍCORE (conto inédito)
Machado de Assis
Prefácio de Davi Arrigucci Jr., ilustrações de Laura Cardoso

HISTÓRIAS DE REMORSOS E RANCORES (contos)
Luís Ruffato

A PALAVRA NO PURGATÓRIO - literatura e cultura nos anos 70
Flávio Aguiar

SINFONIA INACABADA - a política dos comunistas no Brasil
Antonio Carlos Mazzeo

LEIA TAMBÉM DA BOITEMPO EDITORIAL

MANIFESTO COMUNISTA
Marx e Engels
Organização e introdução de Osvaldo Coggiola
Com ensaios de Antonio Labriola, Jean Jaurès, Harold Laski e James Petras, entre outros.

NAPOLEÃO
Stendhal
Apresentação de Renato Janine Ribeiro

A SOCIOLOGIA NO HORIZONTE DO SÉCULO XXI
Leila da Costa Ferreira (org.), Octavio Ianni, Renato Ortiz, Leandro Konder, Laymert Garcia dos Santos, Ricardo Antunes e outros.

CANUDOS - palavra de Deus sonho da terra
Benjamim Abdala Junior, Isabel M. M. Alexandre (orgs.), Renato Janine Ribeiro, Walnice Galvão, Francisco Foot Hardman e outros.

COLEÇÃO PRESENTE DE AMIGO

CARTA AO PINTOR MOÇO
Mário de Andrade
Apresentação de Marcos A. de Moraes

HISTÓRIAS DE NATAL
Dostoiewski e Gorki
Apresentação de Roniwalter Jatobá

LUAR
Guy de Maupassant
Tradução de Wanda Caldeira Brant

DE ONTEM PARA HOJE
José Paulo Paes
Ilustrações de Enio Squeff

LEIA TAMBÉM DA EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ANTONIO CANDIDO
pensamento e militância
Coletânea
Co-edição com a Humanitas/FFLCH-USP

BRAVA GENTE
o MST e a luta pela terra no Brasil
João Pedro Stédile e Bernardo Mançano Fernandes

SECA E PODER
entrevista com Celso Furtado

UM TRABALHADOR DA NOTÍCIA
textos de Perseu Abramo
Bia Abramo (org.)

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO
a experiência de Porto Alegre
Tarso Genro e Ubiratan de Souza

DESAFIOS DO GOVERNO LOCAL
o modo petista de governar
Coletânea

UMA REVOLUÇÃO PERDIDA
a história do socialismo soviético
Daniel Aarão Reis Filho

O MANIFESTO COMUNISTA
150 anos depois
Daniel Aarão Reis Filho (org.)
Co-edição com a Contraponto Editora

SÉRGIO BUARQUE DO HOLANDA E O BRASIL
Antonio Candido (org.)

O BRASIL PRIVATIZADO
um balanço do desmonte do Estado
Aloysio Biondi

O MARXISMO NA AMÉRICA LATINA
uma antologia de 1909 aos dias atuais
Michael Löwy (org.)

REBELDES E CONTESTADORES
1968: Brasil, França e Alemanha
Marco Aurélio Garcia e Maria Alice Vieira (orgs.)

RESOLUÇÕES DE ENCONTROS E CONGRESSOS
Partido dos Trabalhadores (1979-1998)
Diretório Nacional do PT/Fundação Perseu Abramo

A SÍNDROME DA ANTENA PARABÓLICA
ética no jornalismo brasileiro
Bernardo Kucinski

MULHER E POLÍTICA
gênero e feminismo no PT
Ângela Borba, Nalu Faria e Tatau Godinho (orgs.)

REMEMÓRIA
entrevistas sobre o Brasil do século XX
Coletânea

DESORGANIZANDO O CONSENSO
nove entrevistas com intelectuais à esquerda
Fernando Haddad (org.)
Co-edição com a Editora Vozes
(Coleção Zero à Esquerda)

VIDA E ARTE
memórias de Lélia Abramo
Lélia Abramo
Co-edição com a Editora da Unicamp

VERSÕES E FICÇÕES
o seqüestro da história
Coletânea



NILMÁRIO MIRANDA é deputado federal (PT-MG) reeleito para exercer seu terceiro mandato. Mineiro de Belo Horizonte (MG), nasceu em 1947, é jornalista, com pós-graduação em Ciência Política.

Nas décadas de 60 e 70 participou ativamente do movimento pelas reformas de base em Teófilo Otoni e do movimento estudantil. Militante da POLOP, foi preso por três anos e meio e teve seus direitos políticos cassados por cinco anos. Após sair da prisão, participou do movimento popular e sindical na região industrial da Grande BH e da criação do Partido dos Trabalhadores e da CUT.

Em 1986 foi eleito deputado estadual constituinte e, em 1990, deputado federal, tendo participação significativa no processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, no movimento contra a revisão constitucional e na CPI dos "anões do orçamento". Ao lado dos movimentos populares, participou da coleta de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular apresentado à Câmara dos Deputados, do qual se tornou o patrono por indicação das entidades.

Foi reeleito em 1994 e 1998. As prioridades foram as lutas pelos direitos humanos – da qual se tornou referência nacional e internacional –, por política urbana e projetos que têm por finalidade o desenvolvimento econômico e social dos vales do Jequitinhonha e Mucuri. Como "Parlamentar dos Direitos Humanos", foi autor do projeto de lei que criou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, na qual exerceu o cargo de presidente em seu primeiro ano de funcionamento, sendo reconduzido à presidência em 1999; é membro da Comissão Especial do Ministério da Justiça sobre os mortos e desaparecidos políticos.

Por três anos consecutivos foi apontado como um dos "Cabeças do Congresso Nacional" pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – órgão que congrega mais de 900 entidades sindicais de trabalhadores.



CARLOS TIBÚRCIO é jornalista e dirigente do grupo Tortura Nunca Mais, de São Paulo, ONG dedicada à defesa dos direitos humanos e sociais. É um dos organizadores do movimento ATTAC no Brasil (Ação pela Tributação das Transações financeiras em Apoio aos Cidadãos) e participou do I Encontro Internacional de Paris, em junho de 1999.

Nasceu em Salvador, Bahia, em 1947. No final dos anos 60 foi uma das principais lideranças do movimento estudantil naquele estado. Foi preso pela primeira vez no 30º Congresso da UNE (1968, Ibiúna, SP), quando integrava a chapa encabeçada por José Dirceu para a diretoria da UNE. Fez parte da Comissão de Reorganização da entidade nacional dos estudantes até junho de 1969. Afastado da Universidade pelo Decreto 477, entrou para a clandestinidade. Era dirigente político da POLOP e do POC.

Foi preso político em São Paulo de 1973 a 1975. Libertado, formou-se em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero e foi redator da editoria de Internacional de *O Estado de S. Paulo*, editor do *Diário do Comércio* e correspondente de revistas estrangeiras no Brasil. Foi repórter da revista *Versus*, editor e redator-chefe do semanário *Em Tempo*. Militou no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e concorreu à diretoria da entidade integrando a chapa liderada por Rui Falcão. Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores e dos seus primeiros núcleos de base.

Escreveu livros sobre novas tecnologias aplicadas a profissões, como o *Guia de informática e internet para a educação brasileira*.